ÍNDICE

PREFÁCIO 15

I PORTUGAL

Sessão Solene Comemorativa do 23.º Aniversário
da Assembleia da República *[25 de Abril de 1997]* 49

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões
e das Comunidades Portuguesas *[10 de Junho de 1997]* 63

Cerimónia Comemorativa do 87.º Aniversário
da Implantação da República *[5 de Outubro de 1997]* 71

Sessão de Abertura do Colóquio Internacional
«Portugal na Transição do Milénio» *[5 de Outubro de 1997]* 77

Mensagem ao País, transmitida pela televisão e pela rádio,
na véspera das Eleições Autárquicas *[13 de Dezembro de 1997]* 89

Mensagem de Ano Novo *[1 de Janeiro de 1998]* 93

II DEMOCRACIA, ESTADO E SOCIEDADE

Sessão de Abertura da Mesa-Redonda
«Os Direitos Humanos em Portugal» *[19 de Abril de 1997]* 101

Sessão de Abertura do Colóquio Internacional
«Liberdades, Direitos e Garantias Fundamentais
do Constitucionalismo Português de 1822 a 1997» *[3 de Outubro de 1997]* 109

Sessão de Abertura do Fórum Mundial da Criança *[7 de Outubro de 1997]* 117

Sessão de Abertura do XXXV Congresso Internacional
da Associação de Jornalistas Europeus *[20 de Outubro de 1997]* 123

Sessão de Abertura do 1.º Encontro Internacional
«A Mediação, Uma Cultura de Paz» *[22 de Outubro de 1997]* 129

Sessão de Abertura da Conferência sobre «Prevenção do Racismo
no Local de Trabalho — da Teoria à Prática» *[24 de Novembro de 1997]* 135

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial *[14 de Janeiro de 1998]* 141

Sessão de Abertura do III Congresso dos Jornalistas Portugueses
«Jornalismo Real, Jornalismo Virtual» *[26 de Fevereiro de 1998]* 155

Jantar oferecido às Mulheres Eleitas para a Presidência
das Câmaras Municipais, integrado nas Comemorações
do Dia Internacional da Mulher *[7 de Março de 1998]* 161

Sessão Comemorativa do Dia Internacional da Mulher *[8 de Março de 1998]*.... 165

III DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

Cerimónia de Posse do Chefe de Estado-Maior da Armada,
Almirante Vieira Matias *[2 de Abril de 1997]* 175

Cerimónia de Posse do Chefe de Estado-Maior do Exército,
General Gabriel Espírito Santo *[17 de Abril de 1997]*..... 179

Jantar oferecido pelo Comandante Aliado na Europa,
por ocasião da Conferência «SHAPEX 97» *[24 de Abril de 1997]*..... 183

Almoço oferecido aos participantes nas Reuniões Ministeriais
do Conselho do Atlântico Norte e do Conselho Euro-Atlântico
da Parceria *[30 de Maio de 1997]* 193

IV REGIÕES AUTÓNOMAS E PODER LOCAL

Sessão de Encerramento do I Congresso do Vale do Lima
[15 de Março de 1997] 201

Sessão Solene Comemorativa dos 20 Anos de Poder Local
[7 de Abril de 1997]..... 207

Cerimónia de Inauguração da Exposição Nacional de Municípios
[20 de Maio de 1997]..... 215

Comemorações dos 20 Anos do Poder Local,
em Portalegre *[23 de Maio de 1997]*..... 221

Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal de Chaves
[9 de Junho de 1997]..... 227

V EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Sessão Solene de Abertura do XXII Encontro Nacional das Associações de Pais *[15 de Março de 1998]* 235

Cerimónia de Entrega do Prémio BIAL *[4 de Abril de 1997]* 243

Conferência «Política Educativa: Construção da Europa e Identidade Nacional» *[15 de Maio de 1997]* 247

Sessão de Abertura das Comemorações do 40.º Aniversário do Edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa *[4 de Novembro de 1997]* 259

Sessão Solene de Encerramento das Comemorações do Cinquentenário do Laboratório Nacional de Engenharia Civil *[19 de Novembro de 1997]* 267

Sessão Solene Comemorativa do 25.º Aniversário da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra *[26 de Novembro de 1997]* 275

Sessão Solene Comemorativa do 22.º Aniversário da Universidade dos Açores *[9 de Janeiro de 1998]* 281

Semana da Educação — Apresentação da «Semana da Educação» *[19 de Janeiro de 1998]* 287

Semana da Educação — Acto de Constituição do Conselho Nacional de Educação de Vila Nova de Famalicão *[19 de Janeiro de 1998]* 295

Semana da Educação — Jantar com as Associações de Pais *[19 de Janeiro de 1998]* 299

Semana da Educação — Sessão de Abertura do Debate sobre Educação, Formação e Trabalho *[21 de Janeiro de 1998]* 303

Semana da Educação — Jantar com Associações de Professores e Representantes das Instituições de Formação de Professores *[23 de Janeiro de 1998]* 309

Semana da Educação — Sessão Solene de Encerramento da «Semana da Educação» *[24 de Janeiro de 1998]* 313

Sessão de Encerramento do II Congresso do Ensino Superior Politécnico *[20 de Fevereiro de 1998]* 321

VI CULTURA E HISTÓRIA

Sessão Solene de Encerramento das Comemorações dos 150 Anos do Grémio Literário *[13 de Março de 1997]* 329

Inauguração do Conservatório de Leiria *[18 de Abril de 1997]* 333

Jornada «Memória Árabe-Islâmica» *[15 de Maio de 1997]* 337

Inauguração do Sintra Museu de Arte Moderna *[17 de Maio de 1997]* 341

Sessão Solene Evocativa do 3.º Centenário da Morte
do Padre António Viera *[18 de Julho de 1997]* 345
Sessão Comemorativa do Dia 24 de Junho — Dia Um de Portugal
[24 de Junho de 1997] 351
Sessão de Encerramento do Simpósio
das Cidades Património Mundial *[20 de Setembro de 1997]* 357
Acto Solene de Inauguração da Feira do Livro de Frankfurt
[14 de Outubro de 1997] 361
Sessão Solene de Inauguração da Fundação Eça de Queiroz —
Casa de Tormes *[25 de Novembro de 1997]* 367
Cerimónia Comemorativa do 1.º de Dezembro *[1 de Dezembro de 1997]* 371

VII ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE

Sessão de Encerramento do II Congresso Nacional
das Regiões de Turismo *[15 de Março de 1997]* 377
Encerramento da OVIBEJA *[23 de Março de 1997]* 381
Jornada da Interioridade — Sessão de Abertura do Colóquio
«Perspectivas de Desenvolvimento do Interior *[13 de Junho de 1998]* 385
Jornada da Interioridade — Encerramento da Conferência
«PMES e Artesanato» *[14 de Junho de 1997]* 397
Sessão Solene de Abertura do II Forum
de Cooperação e Solidariedade *[26 de Junho de 1997]* 405
Sessão Comemorativa do 10.º Aniversário do CITEFORMA —
Uma Homenagem a António Janeiro *[19 de Novembro de 1997]* 409
Sessão Solene de Abertura do XXIII Congresso Nacional da Associação
Portuguesa das Agências de Turismo *[29 de Novembro de 1997]* 415
Sessão de Encerramento do 10.º Aniversário
da Junta Autónoma de Estradas *[4 de Março de 1998]* 419

VIII QUALIDADE DE VIDA, COMBATE À DROGA
E PREVENÇÃO DA TOXICODEPENDÊNCIA

Sessão de Abertura do III Congresso Internacional
de Toxicodependência — «X Encontro das Taipas» *[3 de Abril de 1997]* 425
Sessão de Abertura do Seminário, promovido pelo Presidente da República,
«Droga — Situações e Novas Perspectivas» *[19 de Junho de 1997]* 429
Cerimónia de Apresentação do Relatório Anual sobre a Evolução
do Fenómeno da Droga na União Europeia *[4 de Novembro de 1997]* 439
Sessão de Abertura do II Congresso do Desporto *[15 de Novembro de 1997]* 443

IX TIMOR

Cerimónia de Lançamento do Livro *Timor Leste — Nobel da Paz* *[14 de Março de 1997]* 449

Sessão de Encerramento da «Acção de Formação para a Democracia em Timor Leste» *[18 de Maio de 1997]* 453

Jantar de Homenagem ao Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Belo *[21 de Maio de 1997]* 457

Sessão de Encerramento das «VII Jornadas de Timor-Leste» *[20 de Julho de 1997]* 461

Cerimónia de Apresentação da Fundação Paz e Democracia Monsenhor Martinho da Costa Lopes *[19 de Dezembro de 1997]* 465

X EUROPA

Sessão de Abertura da X Conferência Anual do *Semanário Económico* *[17 de Abril de 1997]* 471

«A Questão Social e a Solidariedade» — Conferência proferida no Seminário Internacional «Europa Social» *[7 de Maio de 1997]* 477

Comemorações do 700.º Aniversário do Tratado de Alcanizes *[8 de Junho de 1997]* 493

Jantar em honra do Presidente da Polónia, Aleksander Kwasnieewski *[2 de Setembro de 1997]* 499

Abertura do Ciclo de Conferências «O Desafio Europeu: Passado, Presente e Futuro» *[27 de Setembro de 1997]* 505

Jantar em honra do Príncipe Filipe da Bélgica *[8 de Outubro de 1997]* 515

Sessão de Boas-Vindas na Cidade de Haia *[28 de Outubro de 1997]* 517

Banquete oferecido pela Rainha Beatriz *[28 de Outubro de 1997]* 521

Sessão Solene no Parlamento Holandês *[29 de Outubro de 1997]* 527

Sessão de Encerramento do Colóquio «A Moeda Única na Reinvenção da Europa» *[10 de Janeiro de 1998]* 533

Sessão Solene na Reunião Plenária do Parlamento Europeu *[18 de Fevereiro de 1998]* 539

XI COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Visita à Companhia de Transmissões do Exército Português Que Integra a Missão das Nações Unidas em Angola *[10 de Abril de 1997]* 555

Cerimónia e Posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional da República de Angola *[11 de Abril de 1997]* 557

Sessão de Encerramento do «Colóquio de Direito Internacional — Comunidade dos Países de Língua Portuguesa» *[25 de Abril de 1997]* 563

Encontro dos Presidentes das Repúblicas Portuguesa e de Moçambique e Respectivas Delegações *[28 de Abril de 1997]* 567

Cerimónia de Troca de Condecorações entre o Presidente da República Portuguesa e o Presidente da República de Moçambique *[28 de Abril de 1998]* 571

Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Moçambique *[28 de Abril de 1997]* 573

Sessão Solene na Assembleia da República de Moçambique *[19 de Abril de 1997]* 581

Visita à Universidade Eduardo Mondlane *[29 de Abril de 1997]* 589

Banquete de Retribuição do Presidente da República Portuguesa ao Presidente da República de Moçambique *[29 de Abril de 1997]* 591

Visita à Escola Portuguesa de Quelimane *[2 de Maio de 1997]* 595

Visita a Cahora Bassa *[2 de Maio de 1997]* 597

Declaração Feita na Conferência de Imprensa Conjunta dos Presidentes de Portugal e de Moçambique *[3 de Maio de 1997]* 599

Banquete oferecido pelo Presidente da República Federativa do Brasil *[5 de Setembro de 1997]* 603

Cerimónia de Entrega do Prémio Camões *[7 de Setembro de 1997]* 611

Almoço Oferecido pela Comunidade Portuguesa de Brasília *[7 de Setembro de 1997]* 615

Sessão Solene no Congresso Federal Brasileiro *[8 de Setembro de 1997]* 619

Almoço oferecido pelo Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo *[9 de Setembro de 1997]* 625

Banquete oferecido pelo Governador do Estado de São Paulo *[9 de Setembro de 1997]* 631

Cerimónia de Entrega do Laurel de Gratidão no Real Gabinete Português de Leitura *[10 de Setembro de 1997]* 633

XII MUNDO

Cerimónia de Entrega dos Prémios Norte-Sul *[16 de Maio de 1997]* 639

Banquete em Honra do Rei Mswati III da Suazilândia *[30 de Setembro de 1997]* 643

Sessão no Tribunal Internacional de Justiça *[30 de Outubro de 1997]* 649

Primeira Sessão de Trabalho da VII Cimeira Ibero-Americana *[8 de Novembro de 1997]* 661
Sessão de Encerramento da VII Cimeira Ibero-Americana *[9 de Novembro de 1997]* 665
Acto de Agraciamento com o Grande Colar da Ordem do Libertador pelo Presidente da República da Venezuela *[10 de Novembro de 1997]* 673
Sessão Conjunta no Congresso da Venezuela *[11 de Novembro de 1997]* 675
Visita ao Centro Português de Macaracuay *[11 de Novembro de 1997]* 683
Acto de Agraciamento do Presidente da República da Venezuela *[11 de Novembro de 1997]* 687
Cerimónia de Apresentação de Votos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático *[12 de Janeiro de 1998]* 689

XIII HOMENAGENS

A Francisco Sá Carneiro e a Francisco Salgado Zenha *[2 de Abril de 1997]* 701
A Manuel Rodrigues Lapa *[19 de Abril de 1997]* 707
A António Duarte *[15 de Maio de 1997]* 711
A José de Azeredo Perdigão *[21 de Julho de 1997]* 715
Ao Tiradentes e à Inconfidência Mineira *[7 de Setembro de 1997]* 719
A Herberto de Sousa (Betinho) *[11 de Setembro de 1997]* 721
Ao Conde de Barcelona, Don Juan de Bórbon *[19 de Setembro de 1997]* 723
A António Poiares Baptista *[3 de Outubro de 1997]* 725
A Júlio Resende *[23 de Outubro de 1997]* 727
Aos Professores Expulsos da Universidade em 1947 *[24 de Novembro de 1997]* 729
A Arnaldo Sampaio *[11 de Fevereiro de 1998]* 735

CRONOLOGIA 737

PREFÁCIO

I

Este livro reúne os discursos mais significativos que fiz durante o segundo ano do meu mandato (9 Março 97 a 9 Março 98). Como tive ocasião de dizer no Prefácio de Portugueses — volume I, *entendo que é responsabilidade democrática do Presidente perante os seus concidadãos partilhar com eles as reflexões que lhe são suscitadas pelo que vê, vive e faz no exercício do cargo, o qual deve constituir «um factor de equilíbrio e segurança do regime […]», e ser «um factor de unidade, um dinamizador do movimento e da iniciativa, um impulsionador da coesão e da solidariedade».*

Este ano não foi isento de problemas e de dificuldades. A eles procurei responder com rigor, serenidade, discrição e firmeza, numa linha de conduta que é a minha e que, pelos sinais e testemunhos que me chegam, julgo ser compreendida pelos Portugueses.

Pode dizer-se que, neste período, ganharam uma acuidade e um relevo especial as questões e os temas de que, em larga medida, vai depender o nosso futuro próximo.

Se a agenda política foi preenchida e provocou discussões muito acaloradas, a agenda económica, social e cultural não foi menos intensa, embora aí eu gostasse que o debate tivesse sido mais profundo e mobilizador. Procurei, pela minha parte, contribuir para que isso acontecesse, nomeadamente estando presente em acontecimentos

para que fui convidado e promovendo iniciativas como a Jornada da Interioridade, *a* Semana da Educação *e o* Seminário sobre a Droga. *De tudo isso falarei, adiante, com mais pormenor e, neste livro, aparecem as intervenções que, nessas ocasiões, fui fazendo.*

A função presidencial, pelas suas características, competências e poderes, permite e aconselha uma visão para além do imediato e do conjuntural. O Presidente ouve e contacta todos os sectores representativos da sociedade portuguesa, fala com personalidades da vida cultural, científica e universitária que, pelos domínios em que exercem a sua acção e investigação, estão aptos a dar a informação mais actualizada e vasta sobre os problemas, convive com as populações, nomeadamente com as que têm menos voz, e apercebe-se dos seus anseios, dramas e expectativas. De tudo faz uma síntese, que corresponde a uma leitura da realidade, em cada momento. É com base nela e nos valores e princípios que defende que se pronuncia sobre as grandes questões da vida nacional e internacional, numa perspectiva de prazo, medindo as consequências e avaliando as evoluções.

Este tempo foi ainda o da preparação mais intensa e visível dos grandes acontecimentos deste ano, que são fundamentais para a afirmação de Portugal como país moderno e apto a enfrentar, com êxito, os desafios que tem na passagem do século e do milénio. Constituem marcos simbólicos, a integração no núcleo fundador do Euro, a Expo 98, a Cimeira Ibero-Americana no Porto, a comemoração da chegada por mar dos portugueses à Índia, a inauguração da Ponte Vasco da Gama. A representação de Portugal na Feira de Frankfurt como país tema, e na Feira de Arte ARCO de Madrid, que se deram em 1997 e no início de 1998, constituíram, por exemplo, momentos muito importantes dessa afirmação e mostraram a vitalidade da nossa criação cultural e o apreço com que ela é vista no estrangeiro. Pude testemunhá-lo por diversas formas e isso é, naturalmente, um motivo de orgulho para todos nós.

Quando confrontados com objectivos grandes e ambiciosos, que nos mobilizam, os Portugueses revelam-se aptos a enfrentar os desafios e a vencê-los com êxito, demonstrando energia, determinação, capacidade e, se necessário, fazendo sacrifícios. O que tantas vezes nos diminui e paralisa são as querelas sem sentido e as pequenas intrigas domésticas em que nos deixamos enredar, sem benefício para ninguém. Ou são também as rotinas, a passividade, o fatalismo, a inércia, a falta de ambição.

A lição a tirar é esta: procuremos realizar consensos, entendamo--nos quanto ao essencial e avancemos para alcançar os grandes objectivos nacionais, resolvendo os problemas e enfrentando as carências que ainda temos. Tenhamos confiança em nós mesmos, sentido de pertença a uma comunidade dinâmica, desejo de apeifeiçoar e de melhorar, ousadia e determinação para levar as coisas até ao fim.

A procura de consensos e de plataformas de entendimento não só não é incompatível com o debate democrático, como antes o exige e reclama. A democracia é o regime no qual se podem encontrar as melhores, mais sólidas e mais duradouras soluções porque todos participam nelas e por elas se sentem responsáveis.

Com a experiência deste tempo que estamos a viver, em que tantos e tão importantes acontecimentos se sucedem, Portugal está em condições de encarar o futuro próximo com esperança. Não porque nos olhemos com um sentimento gratuito de auto-suficiência ou vanglória. Mas porque sabemos que o que está mal pode ser mudado e o que falta fazer pode ser feito. Porque sabemos que somos capazes de aperfeiçoar, corrigir, progredir, avançar.

II

No plano político-constitucional, o último ano foi marcado pela conclusão de um processo de revisão constitucional que, como acon-

teceu com os anteriores, suscitou alguma controvérsia, mas relativamente ao qual as principais ilações que me parecem, agora, de retirar são, de um lado, a da estabilidade constitucional que ele pode proporcionar nos próximos anos, e, de outro, a das reformas políticas cuja possibilidade de realização abriu ou reforçou.

Quanto à estabilidade constitucional, parece cada vez mais consensual a ideia de que não há razões de fundo que justifiquem, entre nós, o prolongamento artificial, mas sucessivamente renovado, de uma qualquer querela constitucional. A reforma ou o aggiornamento *da Constituição de 1976, no essencial, está feita, pelo que há todas as condições para que os responsáveis políticos se concentrem, ao abrigo de um quadro constitucional estabilizado e sedimentado, nas reformas ou aperfeiçoamentos de funcionamento do sistema político.*

Neste plano, cabe destacar as novas possibilidades de reforço da aproximação entre os eleitores e eleitos e de enriquecimento das instituições da democracia representativa por novas formas de participação política directa dos cidadãos.

Respeitam estas questões à oportunidade de realização de uma reforma eleitoral que combine a manutenção e preservação do sistema de representação proporcional com formas de personalização do voto que permitam reflectir a vontade dos cidadãos na escolha pessoal dos eleitos e, assim, estreitam a sua ligação à instituição parlamentar.

De outro lado, a revisão constitucional abriu também novas possibilidades de intervenção e participação política directa dos cidadãos, seja através de formas de iniciativa legislativa ou referendária, seja através do alargamento das matérias sobre que pode incidir a consulta popular directa.

Todavia, se as alterações constituem aperfeiçoamentos e complementos globalmente positivos das instituições típicas da demo-

cracia representativa, elas podem potenciar, quando abusivamente utilizadas, riscos de perversão do próprio sistema democrático.

Assim, nem as reformas eleitorais podem ser instrumentalizadas como meros factores de competição e obtenção artificial de ganhos interpartidários, nem o recurso ao instituto do referendo deve introduzir factores de degradação plebiscitária no normal funcionamento do nosso sistema político.

No fundo, cabe aos políticos a maior responsabilidade na utilização, necessariamente pedagógica, gradual e serena, destas novas possibilidades, com a consciência de que pretensos ganhos unilaterais de natureza meramente conjuntural devem ceder perante as necessidades de uma vida democrática estabilizada e pactuada.

Da mesma forma, é sobretudo aos partidos que incumbe, ainda mais numa situação de inexistência de uma maioria absoluta na Assembleia da República, a responsabilidade de aproveitar as virtualidades dessa situação no sentido da realização de reformas consensualizadas e amplamente discutidas e participadas, sem cair na tentação fácil de invocar infundadamente os perigos da instabilidade para a imposição de soluções unilaterias ou, em contrapartida, de convocar maiorias negativas pontuais com um sentido de mera obstrução.

Sendo certo que, porque uma e outra tentação se realizariam sempre em prejuízo do regular funcionamento das instituições e da separação e interdependência dos órgãos de soberania, o Presidente da República não deixaria, tal como aconteceu ao longo do último ano, de exercer o seu poder moderador e as competências que lhe são próprias, incluindo o recurso ao Tribunal Constitucional, para garantir a prevalência do equilíbrio constitucional de poderes e prosseguir a transparência, estabilidade e aperfeiçoamento da vida democrática.

III

Continuei a dedicar grande atenção, no segundo ano do mandato e por as considerar essenciais, às questões da coesão social e da construção da igualdade de oportunidades dos cidadãos. Sabe-se como uma e outra estão relacionadas, no nosso país, com fortes assimetrias regionais de desenvolvimento.

Com efeito, são muitos os indicadores relativos à vitalidade da economia, às dinâmicas demográficas, à vida cultural e, em geral, às condições de satisfação das necessidades básicas das populações a dizerem-nos, com clareza, que continuam a ser bastante desiguais as probabilidades de afirmação e promoção pessoal de cidadãos nascidos nas diferentes regiões do País.

A clivagem litoral/interior não pode, a este respeito, deixar de ser invocada, ainda que, como adiante sugiro, seja necessário revitalizá-la.

Factores de natureza histórico-geográfica bem conhecidos foram impondo, ao longo de séculos, fluxos de bens e de capitais, movimentos migratórios e até modelos de afirmação regionalista que, ao permitirem alguma concentração de elementos favoráveis ao crescimento económico na estreita faixa do território junto ao litoral, arredaram extensas parcelas do espaço nacional do acesso a padrões aceitáveis de desenvolvimento.

Não podemos ignorar que, com o renascer da democracia, importantes esforços foram feitos no sentido de contrariar as tendências de dualização do território português.

Julgo, mesmo assim, que o balanço das acções realizadas neste período (o qual, aliás, já quase perfaz um quarto de século) está longe de nos poder tranquilizar: o espaço agro-rural parece, em muitas regiões, irreversivelmente ferido de morte, as cidades médias não chegam, ainda, a constituir uma malha urbana suficientemente densa

e atraente para as populações jovens do interior, o aperfeiçoamento da rede viária não tem tido correspondência num surto de industrialização relevante.

Ao mesmo tempo, são cada vez mais patentes as dificuldades das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto em integrar os muitos migrantes que nelas procuram emprego, habitação e realização pessoal.

A Jornada da Interioridade, *que promovi em Junho de 1997, teve por objectivo essencial chamar a atenção do país para os problemas de desenvolvimento das regiões do Interior.*

Procurei, nessa altura, contactar agentes económicos e políticos locais, instituições com provas dadas no terreno e, sobretudo, muitos cidadãos anónimos de todas as condições, sempre com o intuito de me aperceber, com o rigor possível, quer das dificuldades efectivas, quer das iniciativas mais estimulantes que marcam a vida e definem os futuros das populações do Interior.

Encontrei, infelizmente, pobreza, velhice desprotegida, jovens sem oportunidades de emprego na sua terra, saudade de parentes emigrados, e, também, alguma desconfiança em face do poder, algumas desilusões, e até, em certos casos, um resignado cruzar de braços.

Mas também vi autarcas, médicos, professores, técnicos dos serviços descentralizados da administração pública, párocos, jovens cidadãos e outros menos jovens, aprendendo uns com os outros a fazerem das fraquezas forças, a rebelarem-se contra burocracias inúteis, a descobrirem recursos, saberes e energias ignorados, a lutarem pelos dias de hoje e de amanhã, a realizarem, passo a passo, projectos que pareciam definitivamente irrealizáveis.

Com tudo isso aprendi e me emocionei! O que talvez só aconteça, perdoe-se-me a imodéstia, quando se tem alguma experiência de vida.

O sofrimento e as desigualdades sociais, a organização de vontades para ultrapassar os destinos mais precários, a pobreza e a

marginalização, mas também a capacidade de inovação institucional ou o gesto colectivo de inconformismo perante o fecho dos horizontes — eis um conjunto de factos contrastantes que, afinal, são o fundamento último e a motivação mais forte para a acção política, tal como a entendo.

Política como olhar informado, mas não meramente contemplativo, sobre a vida dos concidadãos. Política como serviço à comunidade, não como fim em si mesmo, nem como mero objecto de jogos ou outros exercícios lúdicos.

Se quisermos dar à noção de interioridade um alcance que ultrapasse a dimensão espacial, para nela integrarmos situações em que se cruzem, com incidência particular, debilidades e marginalizações sociais persistentes, então teremos de admitir que ela está instalada em segmentos da sociedade portuguesa bem distanciados do interior «geográfico», nos subúrbios e bairros decadentes dos grandes centros populacionais do litoral, em instituições que excluem e pervertem ao invés de integrarem, em espaços de trabalho que mutilam em vez de emanciparem.

Procurarei, durante o mandato para que fui eleito, não me afastar destas «interioridades». Não com qualquer intenção de acusar, mas com o fim de encontrar com os meus compatriotas as melhores formas de criarmos novos e autênticos «litorais».

Não quero fazer política, ficando à porta das coisas. Faço questão de continuar a ver as coisas por dentro.

Visitei, por isso, um grande número de concelhos. Estas visitas destinam-se a sublinhar a importância e pertinência de um projecto ou de uma obra, a assinalar o significado de uma data. Foram ainda, no ano que passou e infelizmente, realizadas para levar o testemunho de solidariedade aos que foram vítimas das catástrofes naturais, perdendo muitas vezes tudo — familiares, casas, terras, bens. Permitem, igualmente, um sinal da atenção e apreço, que, em nome da República, deve permanentemente ser dispensado aos órgãos de poder local.

Estas visitas possibilitaram também que contactasse de perto com as mais variadas realidades e que fosse visível como o poder local está pronto a aceitar novas responsabilidades e a projectar novos contributos para o desenvolvimento, numa perspectiva integrada.

Nos grandes desafios com que nos defrontamos — humanizar o território e a cidade, humanizar o espaço e os equipamentos — as autarquias detêm um capital de experiência que não pode deixar de ser valorizado, e assim que o poder local já é, e será cada vez mais, insistentemente chamado a intervir em domínios tão diversos como o combate ao desemprego, à pobreza, à toxicodependência, à insegurança, à exclusão social, à luta contra a desertificação e pela promoção e defesa do património e dos núcleos históricos, da educação, da formação e da cultura.

Acredito, por outro lado, que a democracia portuguesa deve muito ao poder local, e em cada visita reforço essa convicção. Só um grande desconhecimento das realidades concretas da sociedade portuguesa, na sua variedade e evolução, pode conduzir a juízos globalmente negativos sobre o poder local.

Ele tem sido, para além do mais, um laboratório da busca do consenso e um forum de convivência democrática. Essa experiência política pode e deve ser tomada a seu crédito e a crédito da democracia em geral.

IV

Outro tema que julgo fundamental e que foi objecto de algumas intervenções minhas é o do desenvolvimento económico sustentado das sociedades, que tem estado intimamente ligado à integração e ao progresso social da generalidade dos cidadãos.

Nas democracias europeias ocidentais, esse desenvolvimento tornou-se possível, como é sabido, pela conjugação de três características.

Em primeiro lugar, a actividade económica, predominantemente privada, ao mesmo tempo que obtinha um nível de rentabilidade suficiente para garantir a continuação da modernização empresarial, assegurava quase sempre o pleno emprego dos homens adultos e garantia à generalidade dos assalariados um aumento progressivo dos seus rendimentos reais baseado na partilha dos ganhos de produtividade.

Em segundo lugar, os sistemas de representação dos trabalhadores e dos empregadores, assentes na liberdade sindical e de associação, contribuíam eficientemente, através da gestão dos conflitos sócio-económicos realizada pela negociação colectiva, para a integração social dos grupos de interesses.

Por fim, as políticas públicas foram-se desenvolvendo para garantir, em maior ou menor grau, que o ensino, a formação e os cuidados de saúde fossem acessíveis à generalidade dos cidadãos e que o desemprego, a doença e a velhice não acarretassem a pobreza e a marginalização social dos trabalhadores e das suas famílias.

Em Portugal, as várias décadas de ditadura levaram, todavia, a que a questão social tivesse características especiais. Por um lado, a falta de liberdades privou a sociedade portuguesa de um dinamismo e desenvolvimento semelhantes ao dos outros países europeus. Por outro lado, o atraso económico, ainda em consequência da falta de democracia e agravado pela guerra colonial, facilitou o desenvolvimento de empresas de baixa competitividade, assentes nos reduzidos custos do trabalho, o que dificultou a aproximação do nível de vida dos Portugueses do dos outros cidadãos europeus.

Mais de duas décadas após o 25 de Abril, podemos orgulhar-nos da institucionalização da democracia e da plena integração europeia de Portugal, dois acontecimentos capitais que abriram novas portas de acesso aos caminhos do futuro. Mas, como costumo dizer, ninguém fará por nós o trabalho que ainda nos compete.

Temos que enfrentar muitas das consequências do nosso atraso económico e social, ao mesmo tempo que fazemos face aos dilemas actuais, que partilhamos com os outros países europeus: o da competitividade e emprego, o da cidadania e da desigualdade de oportunidades.

Que o emprego depende fortemente da competitividade empresarial é ainda mais verdade nesta época de larguíssima abertura das economias nacionais, de crescente integração dos espaços económicos regionais e de competição económica e financeira à escala planetária.

Há quem sustente que, no actual contexto, se tem de abandonar o objectivo do pleno emprego, as regras do contrato de trabalho sem termo e a tempo inteiro, da manutenção da mesma profissão ou do mesmo emprego ao longo de toda a vida activa. Para alguns dos que assim pensam, o aumento do desemprego, do emprego a tempo parcial, e das formas precárias de emprego seria o preço que as sociedades não poderiam hoje deixar de pagar para que as empresas sejam competitivas.

Todavia, os especialistas têm mostrado que, se todas as sociedades desenvolvidas vêm conhecendo um aumento da flexibilização das condições de emprego, não é verdade que ela atinja as mesmas proporções em todas as sociedades, nem está demonstrado que a flexibilização crescente dos mercados de trabalho e o aumento das desigualdades sociais sejam as vias únicas e sempre eficientes para a redução do desemprego.

Também entre nós, temos de ter presente que, para uma parte importante dos nossos concidadãos, o desemprego deixou de ser uma possibilidade remota e ocasional para se tornar numa situação vivida durante anos a fio, em que o salário é substituído por uma prestação social que, embora os afaste da pobreza extrema, não deixa de privá-los de uma parte dos rendimentos necessários e impede as várias formas de integração social que, nas nossas sociedades, se ligam ao trabalho e ao emprego.

Sabemos ainda que, se um emprego precário é certamente preferível ao desemprego, não é menos certo que este tipo de emprego representa, quase sempre, não a escolha voluntária de quem os aceita, mas uma situação de premente necessidade, com todo o cortejo de incerteza indesejada, menores possibilidades de controlo das condições de trabalho, menos meios de acesso à formação e ao reconhecimento das qualificações, piores remunerações.

O problema que a desigualdade de oportunidades económicas e sociais cria à igualdade de direitos e de deveres políticos, em que assenta a democracia, é precisamente que, sem assegurar um conjunto mínimo de direitos sociais, não é possível conciliar mercado com democracia.

Volta hoje a estar abertamente em debate a ligação — que as sociedades europeias desenvolveram mais do que qualquer outra economia de mercado — entre a cidadania e os direitos sociais, havendo quem proponha que se reduza o alcance do princípio da universalidade dos direitos sociais a favor de uma relação mais forte entre protecção social e trabalho.

Por tudo isto, tenho afirmado que é necessário uma reforma do pacto social tradicional.

Antes de mais, porque deixou de ser eficiente a conjugação da lógica do mercado com a efectividade dos direitos sociais, cívicos e políticos: os dilemas da flexibilização e da segmentação do mercado de trabalho, os problemas do desemprego de longa duração, das novas formas de pobreza e da marginalização social aí estão para no-lo lembrar. Depois, porque temos de reequacionar os problemas da protecção social, quer quanto à dimensão do esforço de financiamento, quer quanto aos critérios de redistribuição dos montantes a ela afectados.

Parece hoje indiscutível que temos de desenvolver as oportunidades de acesso à escola — quer de primeira, quer de segunda oportu-

nidade — mas também à formação ao longo da vida e à promoção do emprego dos grupos sociais mais atingidos pelo desemprego. E, ao mesmo tempo, temos de desenvolver os sistemas de protecção em caso de doença, de desemprego e de velhice ou invalidez.

Como conjugar a reforma do sistema de regulação do mercado com a reforma da segurança social? E como realizar estas reformas no quadro da moeda única europeia que, se pode potenciar o desenvolvimento económico, não deixa de acentuar a necessidade de tornar as empresas mais competitivas, ao mesmo tempo que limita as possibilidades de desenvolvimento de algumas políticas públicas?

Penso que as duas últimas décadas mostraram que o diálogo e a concertação social permitem obter, com menores custos, melhores resultados em termos de emprego e de competitividade empresarial do que os que as políticas neoliberais conseguiram alcançar.

Tenho-me, assim, pronunciado a favor de uma concertação que não exclua ninguém nem nenhuma perspectiva, que vise consensos e compromissos de actuação, o mais explícitos possível, nos domínios que lhe são próprios e que facilite, quer a definição dos objectivos das reformas, quer a sua concretização.

Naturalmente, não ignoro que o nosso sistema de representação de interesses se desenvolveu em poucos anos e em contextos quase sempre muito difíceis. Sei, igualmente, que emergem novos protagonismos e que se disputam representatividades num sistema de relações profissionais e de administração do trabalho que tem tido tão grandes dificuldades em assegurar o cumprimento das normas em vigor como em renovar a agenda e os resultados da negociação colectiva ou em reforçar a participação dos trabalhadores ao nível da empresa.

Mas continuo convicto de que a reforma do mercado de trabalho e da protecção social constituem aspectos de primordial importância na agenda política contemporânea, em Portugal como no resto da Europa.

A meu ver, aqueles a quem o sufrágio eleitoral conferiu a responsabilidade de decidir em nome do interesse público têm muito a ganhar com o conhecimento prévio das opiniões dos representantes dos interesses económicos e sociais e, quando isso é apropriado, com a contribuição destas organizações para a aplicação das políticas públicas.

É a razão porque continuo a insistir na importância de se prosseguirem os esforços para equacionar melhor a representatividade, a capacidade para negociar compromissos, o valor dos consensos obtidos e os custos dos conflitos e da moralidade das decisões.

Da aptidão que tivermos em resolver estas questões dependerá muita da capacidade nacional para enfrentar os desafios que o euro nos coloca e para contribuirmos também, no plano europeu, para a reforma do modelo social que, durante décadas, assegurou à Europa níveis de eficiência económica e de bem-estar social que nenhuma outra região do mundo conseguiu alcançar.

V

Neste ano, dediquei também uma atenção especial à educação e ao ensino. Apesar dos esforços recentes, Portugal termina o século XX *com défices importantes neste sector. As dificuldades não são de hoje e têm raízes fundas no passado. Mas não podemos resignar-nos. O futuro individual de cada um e o nosso destino colectivo dependem, em larga medida, da acção que for empreendida neste domínio. Não é uma responsabilidade apenas do Governo, dos professores ou dos especialistas. É, sim, uma das mais importantes responsabilidades sociais e justifica, por isso, a atenção prioritária dos Portugueses.*

Esta foi a razão que me levou a realizar a Semana da Educação, *em Janeiro de 1998. Visitei escolas e instituições, promovi*

debates e sessões de trabalho, contactei de perto com situações sociais e escolares muito difíceis. Foi uma experiência que não esquecerei e que o País seguiu atentamente. Como Presidente da República não posso nem quero ignorar os problemas. Mas considero que é meu dever fazê-lo chamando a atenção para iniciativas e experiências que os procuram resolver. A maneira certa de apontar os problemas que temos de resolver é mostrar as soluções, já noutros casos alcançadas.

O estado do ensino em Portugal é preocupante. Mas nenhuma mudança significativa ocorrerá se não houver compromissos concretos no plano social, profissional e local. Cada um tem de assumir as suas responsabilidades próprias. A única forma de legitimar um esforço nacional nesta área é consolidar práticas regulares de avaliação dos alunos, dos professores, das escolas e das políticas.

A autonomia dos estabelecimentos de ensino, entendida como um alargamento dos poderes locais e das famílias, mas também como um reforço da cultura profissional dos professores, é um elemento central deste processo. Desejo que os portugueses tenham mais confiança na sua Escola, o que só será conseguido se soubermos ser mais exigentes e rigorosos, incentivando a dedicação e promovendo o mérito e a competência. Existem hoje condições para ultrapassar o ciclo do subdesenvolvimento educativo. É uma oportunidade única, que não temos o direito de desperdiçar.

No decurso deste ano, desloquei-me igualmente a diversas instituições do ensino superior e universitário. Em contacto com autoridades académicas, professores e estudantes, apercebi-me dos progressos que têm sido feitos, mas não deixei de sentir as dificuldades crescentes deste sector. Muitas têm origem numa expansão, nem sempre equilibrada, da rede do ensino superior. A abertura de cursos e de instituições, no domínio público e privado, tem-se feito, muitas ve-

zes, sem critérios claros e pertinentes. A desvalorização dos diplomas pode constituir, no futuro, um factor de agravamento das injustiças e das desigualdades sociais.

É justo reconhecer que o crescimento do ensino superior privado respondeu a necessidades e anseios de muitos estudantes, nomeadamente em regiões afastadas das principais metrópoles. Mas não podemos ignorar certas consequências nefastas deste processo, que tem levado à acumulação de funções docentes, conduzindo a uma menor identidade das instituições universitárias, com resultados inquietantes na qualidade do ensino, no enquadramento dos estudantes, nas dinâmicas de investigação e na vida das comunidades académicas.

A «questão das propinas» tem provocado polémica e suscitado a atenção da opinião pública. No período histórico que vivemos ninguém pode, porém, ser dispensado de dar o seu contributo para o financiamento do ensino superior. Ao Estado compete um papel decisivo, mas as instituições e os estudantes devem também participar no esforço de expansão e melhoria que está a ser levado a cabo. É importante mobilizar energias no sentido de criar as condições para que todos os jovens, independentemente das suas origens sociais, possam ter acesso a uma formação de nível superior com qualidade pedagógica e científica. É tempo de reflexão e de balanço. É tempo de iniciativa e de acção. Como Presidente da República sinto que é minha obrigação contribuir para que as Universidades e os Institutos Politécnicos constituam comunidades de trabalho e de pensamento, lugares de formação e de vivência cultural pautados pelo espírito crítico e pelo rigor científico. Só encarando a situação de frente saberemos encontrar os caminhos que permitirão ao ensino superior e universitário cumprir o seu papel na produção do saber, na formação das novas gerações e no desenvolvimento do País.

VI

Outra questão a que senti o dever de dar especial atenção foi a da droga, que constitui uma das realidades mais dramáticas e complexas das sociedades contemporâneas. Em Portugal, a dimensão e os efeitos deste problema obrigam-nos a uma constante reflexão que influencie positivamente os comportamentos dos Portugueses, em especial dos mais jovens, mas também habilite os políticos e os técnicos a decidirem com um conhecimento plural e consistente de tudo o que está em causa, nas suas múltiplas implicações.

O problema da droga deixou de estar associado apenas às consequências físicas e psíquicas sofridas pelo consumidor e à criminalidade associada ao tráfico e à pressão do consumo, para se dever considerar uma verdadeira ameaça a interesses fundamentais dos Estados e um perigo para o desenvolvimento económico, para a estabilidade e os equilíbrios sociais e para a própria democracia.

A crescente dimensão internacional deste problema obriga-nos a um forte investimento na cooperação com Estados de todo o mundo, mas particularmente com outros países da Europa e da América Latina.

Portugal, aliás, tem desempenhado neste processo um papel relevante em particular na ONU, na União Europeia e no Conselho da Europa — que quero sublinhar, mas que nos traz, também, particulares obrigações.

A minha preocupação com este tema não é recente, como é sabido, e desde o princípio do meu mandato procurei incentivar na sociedade portuguesa um debate aprofundado, promovendo um melhor conhecimento e uma discussão mais franca de experiências diversas e de diferentes perspectivas de abordagem.

Para além de outras iniciativas, organizei um seminário, em Junho de 1997, que reuniu peritos nacionais e estrangeiros ligados à prevenção e ao tratamento da toxicodependência, aos tribunais e às polícias, à investigação clínica, jurídica e social.

Tenho consciência de que o estudo e a definição das estratégias para reduzir o consumo e os riscos a ele associados, para combater o tráfico, para estabelecer a cooperação entre Estados e entre cidades, para promover a investigação interdisciplinar, estão hoje facilitados por uma melhor compreensão da dimensão plural do problema que tem em consideração os valores da cidadania plena e da tolerância mas, também, as exigências de segurança das populações.

Continuarei atento, disponível e empenhado em tomar novas iniciativas, com o objectivo de reduzir a nocividade, nos indivíduos e na sociedade, do consumo de drogas e de reforçar a cooperação internacional, na investigação e na articulação das instituições, em torno do problema das drogas. Esse é hoje um problema de todos e é como tal que tem de ser encarado.

Também a saúde merece um reflexão aprofundada nesta hora de viragem. Em 1979 foi criado o Serviço Nacional de Saúde, animado de propósitos generosos e que deu tradução política e organizativa a ambições legitimas e solidárias de melhor saúde para todos os portugueses.

Passadas quase duas décadas sobre a sua criação é seguramente necessário proceder a uma avaliação consistente do seu impacto na vida dos Portugueses e de conhecer em detalhe os aspectos mais relevantes dos problemas de saúde e da organização do sistema.

Se tivermos presente o ponto donde se partiu, é verdade que se conseguiram, nas últimas décadas, resultados notáveis nos níveis da saúde, como consequéncia da melhoria significativa da vida dos Portugueses, mas, também, pela intervenção qualificada dos serviços a quem cabe essa responsabilidade.

Porém, o modelo desenhado no final da década de 70 já não responde de uma forma eficiente e equitativa às expectativas dos cidadãos. Por um lado, as despesas de saúde sobem, ano após ano, a um ritmo difícil de acompanhar; por outro, mantêm-se carências graves e ineficiências — nos hospitais, nos centros de saúde — que são injustas para toda a sociedade, que as paga, e cujos resultados são sobretudo sentidos pelos mais necessitados e pelos doentes, nas listas de espera para consultas ou intervenções de meios complementares de diagnóstico.

Estou certo de que os Portugueses querem preservar o que há de melhor no Serviço Nacional de Saúde e que esperam a sua modernização e aperfeiçoamento. Para além de isso servir as pessoas é um investimento no futuro.

Acompanho atentamente a análise e os estudos feitos por políticos, investigadores e técnicos e penso que não estamos longe de alcançar consensos políticos e sociais sobre matéria de tamanha relevância. Mas é necessário que o debate se abra à sociedade em geral, já que, como é óbvio, são os cidadãos os destinatários do sistema.

VII

No prefácio do primeiro volume de Portugueses, *tive ocasião de expressar o meu entendimento sobre o exercício das funções que me competem enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas e de aludir aos novos desafios que se colocam à instituição militar nestes tempos de mudança.*

O continuado acompanhamento dos assuntos relativos à Defesa Nacional e às Forças Armadas tem-me merecido, naturalmente, a maior atenção e empenhamento, tanto mais que nos encontramos numa fase crucial do processo de tomada de decisão nesta área. Na verdade, está hoje em equação um conjunto de questões tão impor-

tantes como a construção de um novo quadro conceptual, o aprofundamento da reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas com vista a adequá-las às necessidades do País, às exigências da envolvente externa, e ao desenvolvimento coerente e sustentado da programação militar.

Tudo isto decorre das grandes opções nacionais que irão definir a política de Defesa Nacional e a reforma estrutural das Forças Armadas, para o que continuará a exigir-se, da parte de todos os intervenientes, a necessária determinação, empenhamento e abertura para a mudança.

A defesa nacional, em democracia, constitui uma tarefa essencial do Estado que deve ser sentida e partilhada por todos os portugueses. Daí que o debate e a reflexão sobre as grandes questões estratégicas que lhes estão associadas não possam ser confinados a um restrito núcleo de especialistas, devendo envolver uma participação alargada dos vários sectores da sociedade portuguesa.

É importante aprofundar o debate sobre as grandes opções estratégicas de Portugal, em matéria de segurança e defesa, visando um amplo consenso nacional que permitirá concretizar um corpo coerente e estável de conceitos e princípios orientadores.

A estabilidade conceptual é necessária ao desenvolvimento sustentado de um sistema de forças mais ajustado às exigências contemporâneas.

No contexto da reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas, o principal desafio consiste em implementar um novo modelo organizacional baseado na prestação do serviço militar em regime de voluntariado. A progressiva profissionalização das Forças Armadas é uma opção complexa, com incidências a vários níveis, desde o legislativo — que deverá enformar o novo modelo do serviço militar — até às acções de redimensionamento, quer do dispositivo, quer dos recursos humanos.

Um plano de redimensionamento coerente com o modelo organizacional adaptado é essencial, não só para se conseguir a melhor rentabilização do orçamento da Defesa e do investimento na modernização das Forças Armadas, como também para proceder à harmonização e dignificação das carreiras dos militares.

No que se refere ao apetrechamento das Forças Armadas, que tem vindo a operar-se de forma progressiva de acordo com as disponibilidades financeiras do País, surge como prioritária a preparação da nova Lei de Programação a vigorar a partir deste ano e a aprovar na Assembleia da República.

A Lei permitirá, estou convicto, harmonizar e potenciar o sistema de forças e a capacidade global das Forças Armadas com as necessidades reais do País. Nela estarão reflectidas, como espero, de forma clara e inequívoca, as orientações e prioridades definidas pelo poder político e já patentes nos instrumentos legislativos confirmados pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, de 8 de Janeiro deste ano.

Em tudo isto não se pode perder de vista que Portugal está integrado e beneficia de um espaço de alianças onde se materializa a solidariedade da defesa colectiva.

A dignificação e o prestígio das Forças Armadas passam, em larga medida, pela forma como se integram na Nação e cumprem as suas missões no País e no exterior quer em acções de paz e de cooperação em apoio da política externa do Estado, quer em tarefas de interesse público, cooperando activamente na segurança dos cidadãos, em situações de catástrofe e calamidade, em estreita colaboração com as autoridades civis e na preservação do património natural.

Os desafios são grandes e as tarefas a desenvolver complexas e de grande alcance nacional. Como Comandante Supremo das Forças Armadas, continuarei a pugnar pelo reforço do prestígio, da digni-

ficação, da disciplina, e da coesão das Forças Armadas e a acompanhar, atenta e empenhadamente, as suas mudanças estruturais e de funcionamento.

Entendo que é preciso olhar para o futuro com sentido de modernidade e aprofundar, nas instâncias apropriadas, um diálogo permanente, realizado no respeito das competências e deveres de cada nível institucional e das decisões tomadas por quem tem a legitimidade democrática e constitucional para o fazer.

VIII

Timor é, naturalmente, um tema da minha atenção permanente. Tenho levantado a questão em todas as intervenções e contactos internacionais que tenho feito e sinto, cada vez mais, nos meus interlocutores, uma preocupação real face aos impasses resultantes do imobilismo do regime autoritário indonésio, bem como quanto às constantes violações dos direitos mais elementares dos timorenses orientais, apesar das repetidas condenações da comunidade internacional.

A repressão e o sofrimento da comunidade timorense são testemunhados por todas as entidades responsáveis, desde logo pelos bispos de Timor-Leste, ambos figuras notáveis, exemplares na coragem e dedicação a uma comunidade mártir, que encontra na Igreja Católica o seu refúgio e na religião parte integrante da sua identidade própria. No jantar que tive o privilégio de oferecer, em Lisboa, em sua honra, o bispo D. Ximenes Belo, cuja voz adquiriu uma autoridade internacional indiscutível, fez uma denúncia impressionante das perseguições em Timor-Leste, que deixou em todos uma marca profunda. A opressão indonésia tem por efeito tornar os timorenses mais fortes e determinados na sua luta: nunca encontrei nenhum

timorense que não me transmitisse essa vontade de resistência e um apelo para o apoio firme de Portugal à causa da autodeterminação de Timor-Leste.

Como tive oportunidade de reiterar ao Secretário-Geral das Nações Unidas, bem como ao seu Representante Pessoal, continuaremos a apoiar os seus esforços na procura de uma resolução justa e pacífica da questão de Timor-Leste, com espírito de abertura e flexibilidade, mas sem transigência na defesa dos princípios. Portugal não tem quaisquer interesses egoístas em relação a Timor-Leste. O nosso único propósito é garantir o exercício, livre e democrático, do direito à autodeterminação e defender os direitos cívicos e políticos dos timorenses orientais.

A diplomacia portuguesa tem-se empenhado em assegurar uma participação crescente dos próprios timorenses no processo das Nações Unidas, nomeadamente no quadro do dialogo intratimorense. Nessa perspectiva, creio ser muito importante que as correntes da resistência possam encontrar uma plataforma de unidade, assente nos valores comuns de defesa do direito, da liberdade e da autodeterminação.

Entendi dever fazer um apelo público nesse sentido, que repeti nos meus encontros com os dirigentes políticos e outras personalidades timorenses, nomeadamente quando recebi, numa audiência conjunta, José Ramos Horta, João Carrascalão e José Luís Guterres. Todos me confirmaram a sua vontade de unir esforços, numa fase crucial para a evolução da questão de Timor-Leste, quando o actual regime autoritário indonésio parece ter entrado na sua fase terminal.

Ainda a propósito de Timor, fiquei surpreendido quando, em finais de Julho, nos chegaram as primeiras indicações sobre o encontro que tivera lugar entre o Presidente Nelson Mandela e o Comandante Xanana Gusmão, durante a visita oficial do Chefe de Estado sul-africano à Indonésia.

Em si mesmo, esse encontro trazia elementos novos e importantes. Desde logo, por demonstrar o interesse do Presidente Mandela, figura eminente do nacionalismo africano e do movimento dos não-alinhados, pela questão de Timor-Leste. Por outro lado, representava uma forma clara de reconhecimento do estatuto político de Xanana Gusmão, por parte das autoridades indonésias. Faltavam ainda, porém, informações concretas sobre o que se passara em Djacarta.

Nesse contexto, entendi dever aceitar o convite que o Presidente Mandela me transmitiu, pessoalmente, para ir a Pretória. A importância da questão de Timor-Leste exigia essa disponibilidade. Naturalmente, só tomei a minha decisão definitiva depois de conversar com o Primeiro-Ministro e de estar assegurado que o Ministro dos Negócios Estrangeiros me podia acompanhar.

Creio que as nossas reuniões com o Presidente Mandela e o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano foram particularmente positivas e muito oportunas. O Presidente sul-africano quis reiterar, publicamente, o seu empenho na libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos timorenses, bem como a importância do mandato do Secretário-Geral das Nações Unidas para a resolução da questão de Timor-Leste, no quadro do qual se inseriam os seus esforços. Pela minha parte, fiquei também convencido de que as iniciativas do Presidente Mandela reflectiam, sobretudo, uma natural solidariedade para com a causa timorense.

Porém, os bons resultados da visita foram perturbados por um episódio de contornos obscuros. De regresso a Lisboa, fomos subitamente confrontados com uma intriga absurda, que pretendia pôr em causa o embaixador de Portugal, diplomata exemplar, cuja grande dignidade durante esses dias, tão difíceis para todos nós, me impressionou vivamente. A contenção da resposta portuguesa foi mal compreendida por uma parte da opinião. Era, infelizmente, a única possível se não queríamos beneficiar os infractores.

IX

As relações de Portugal com os outros países continuaram a merecer, da minha parte, uma atenção muito especial. Atenção que é natural, face à complexidade dos desafios a que o País tem de fazer face e que são crescentemente influenciados, ou até mesmo determinados, por factores exteriores. Responsabilidade particular de quem representa pessoalmente a Nação na esfera internacional e que tem o dever, no quadro que se encontra constitucionalmente definido, de reforçar institucionalmente, em articulação com o Governo, a posição de Portugal e a defesa dos nossos interesses nessa esfera.

Na Europa, entrámos numa fase decisiva para o processo de integração. Uma vez conseguida a moeda única — e só temos que nos orgulhar do facto de estarmos nesta primeira linha numa fase crucial do aprofundamento do projecto europeu — a próxima tarefa da União será certamente a do alargamento das suas fronteiras institucionais às democracias europeias; seis dos países candidatos foram já considerados em condições para iniciarem as negociações com vista a uma integração completa na União Europeia nos princípios do próximo século.

Não está em causa o nosso apoio ao alargamento. Empenhámo-nos, desde a primeira hora, nesse objectivo, e consideramos que ele deve ser prosseguido com a celeridade possível e desejável, em função das capacidades demonstradas por cada um dos candidatos. O alargamento é, antes de mais, um desígnio político, e como tal deverá ser levado a cabo. É também importante que se não criem sentimentos de exclusão ou frustrações desnecessárias — com efeitos sempre imprevisíveis e negativos — nos países cuja adesão se efectuará a mais longo prazo. Não podemos esquecer, e o nosso percurso histórico permite-nos percebê-lo com facilidade, todas as esperanças criadas

nos países da Europa Central e Oriental pelo derrube dos regimes ditatoriais, pelo seu reencontro com a democracia e com a Europa democrática de que se encontravam artificial e brutalmente separados.

Dito isto, é necessário que sejamos claros relativamente a um conjunto de questões que decorrem, de algum modo, de um novo e inelutável alargamento da União.

Em primeiro lugar, a adaptação das estruturas económicas dos países candidatos e as medidas sociais que lhes deverão estar associadas exigirão tempo e dinheiro. A adesão intempestiva constituiria certamente um risco tanto para a União como para os próprios países candidatos.

Do ponto de vista do financiamento do alargamento, sabemos que a proposta da Comissão relativa às próximas perspectivas financeiras, a vigorar até 2006, mantém, sem alteração, o actual tecto percentual do orçamento comunitário, quando tudo pareceria recomendar o seu reforço com vista aos novos desafios com que a União se defrontará por via do alargamento. Significa isso, a manter-se o actual quadro de referências, que os meios necessários para adaptar as economias dos países candidatos às exigências da sua integração na União deverão ser encontrados dentro de disponibilidades financeiras que não serão significativamente aumentadas durante o próximo exercício orçamental. O que é para nós importante — essencial até — é que as verbas destinadas ao alargamento sejam repartidas, de uma forma equilibrada, entre as diversas rubricas que suportam as políticas estruturais. O financiamento do alargamento não pode, de facto, ser feito de forma que afecte o desenvolvimento das regiões mais pobres da União e o esforço de convergência real entre as economias europeias, que deverá manter--se no centro das políticas comunitárias, em conformidade, aliás, com os objectivos do Tra-

tado. O esforço financeiro com o alargamento tem de ser, assim, comum a todos os Estados da União, não podendo penalizar uns mais do que outros.

Segunda questão: o alargamento exigirá, a prazo, adaptações institucionais, para assegurar a eficácia e a própria credibilidade do processo decisório da União Europeia. Mas estas adaptações deverão preservar os aspectos essenciais do modelo existente, ou seja, a igualdade entre os Estados membros, a manutenção da sua posição relativa, a articulação eficaz entre os interesses comuns e os interesses nacionais, a valorização constante da solidariedade e da coesão como elementos centrais do projecto europeu.

Temos, seguramente, que reflectir sobre a necessidade de aumentar o grau da nossa integração política, como forma de garantir e reforçar a coesão dentro da União, a transparência democrática e a nossa projecção na cena internacional. É para aí que aponta, necessariamente, a concretização da moeda única. Devemos reflectir seriamente, de uma forma objectiva e desapaixonada, ultrapassando um debate frequentemente viciado entre os opositores do «super-Estado» e os defensores de formatos mais federalizantes, sobre quais serão os mecanismos mais eficazes em termos do reforço da coesão de uma Europa cuja diversidade cultural constitui, inegavelmente, a sua riqueza. Creio que será pela via da indispensável e constante articulação dos interesses particulares com o interesse comum que melhor poderemos defender a nossa especificidade num contexto em que surgem tentativas de criar formas diferenciadas de participação num projecto que é e tem de continuar a ser comum, sem hegemonias nem discriminações.

São estas algumas das questões sobre as quais me pronunciei em Estrasburgo, na sessão plenária do Parlamento Europeu, e em diversas intervenções que tenho tido sobre a evolução da integração europeia. Tenho-o feito, sempre, com a preocupação de tentar clarificar

um debate que é sem dúvida complexo, que surge tantas vezes obscurecido por uma linguagem quase esotérica, mas que é necessário que seja compreendido nas suas diferentes vertentes, já que está em jogo, em larga medida, o nosso futuro colectivo como europeus.

***

Uma última questão tem a ver com a interacção entre modernização económica, emprego e coesão social. O modelo social europeu está a atravessar uma crise que afecta, embora por formas diferentes, todos os países da União Europeia. Tal tem sido afirmado à saciedade. Estamos, de facto, confrontados com um triplo problema: a globalização crescente da competição económica, a diferenciação dos mercados de trabalho no seio de cada país europeu, a persistência do desemprego estrutural. Por estas razões, o pacto social tradicional deixou de funcionar.

Não me parece ser possível fazer face a estas questões sem estratégias determinadas, não apenas em cada um dos Estados membros da União Europeia, mas também a nível europeu. De igual modo me parece necessário, nesta nova fase do processo de integração europeia, redefinir, de alguma maneira, as responsabilidades dos Estados e da própria União nestes domínios, o que exige a criação de meios adequados e a sua afectação aos diferentes níveis de intervenção.

É evidente que a moeda única retira a cada Estado alguns dos instrumentos tradicionais destas políticas sociais, pelo que se exige um esforço comum para permitir uma concertação efectiva das políticas nacionais em matéria de protecção social e de regulação do mercado de trabalho. De outro modo agravaremos as tensões internas em cada um dos nossos países e estaremos também, necessariamente, a agravar as tensões dentro da própria União.

De igual modo, o objectivo da coesão económica e social deve permanecer no centro das prioridades das políticas comunitárias, garantindo as condições da modernização das economias e, como já referi, da convergência efectiva, sem o que não existirá desenvolvimento sustentado nem estabilidade democrática.

***

A África e o Brasil, o grande espaço lusófono, mereceram igualmente, da minha parte, uma atenção particular, por razões evidentes que advêm da língua comum e da História durante tantos séculos partilhada, mas também dos interesses concretos que Portugal prossegue nesses países, onde vivem significativas comunidades portuguesas e onde encontramos um espaço natural para a expansão e diversificação dos nossos sectores produtivos.

Nunca esquecerei a minha visita ao Brasil, a honra ímpar que me foi concedida e a Portugal, para participar nas cerimónias comemorativas da independência do país irmão, tudo o que me foi dado ver e ouvir durante uma semana inesquecível. Portugal é presentemente o 6.º investidor estrangeiro no Brasil. Creio, e tal tenho podido confirmar, que ultrapassámos definitivamente, brasileiros e portugueses, uma retórica estéril e que assentámos em bases firmes e mutuamente vantajosas o nosso relacionamento.

Efectuei uma também memorável visita oficial a Moçambique, percorrendo o país de norte a sul. Moçambique é um país a que me ligam recordações muito especiais e foi particularmente gratificante, para mim, poder verificar a determinação com que os moçambicanos estão a lançar mãos à enorme tarefa de reconstrução nacional e de superação das múltiplas carências económicas e sociais com que se defrontam. Evolução esta tanto mais admirável quanto o país foi vítima, durante largos anos, de uma terrível guerra civil. A reconci-

liação nacional, o funcionamento democrático das instituições, o pluralismo ideológico e partidário, tornam Moçambique num exemplo para a maioria dos Estados da região e uma saudável negação de um certo «afro-pessimismo» que parece estar tanto na moda. Senti-me orgulhoso pelo esforço desenvolvido pelos empresários portugueses em Moçambique, e sobretudo pelo espírito com que o fazem, que nada tem a ver com situações que existiram no passado, como o reconheceu o Presidente Chissano.

Desloquei-me a Angola para participar na tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. Tratou-se de um momento de grande esperança para o povo angolano, martirizado por tantos e tantos anos de guerra fratricida, e ao qual Portugal não poderia deixar de se associar. Continuamos activamente empenhados na implementação do processo de paz em Angola e esperamos que as esperanças, que marcaram o acto de tão grande significado a que tive o privilégio de assistir em Luanda, correspondam a um virar de página definitivo. É, no entanto, indispensável e urgente que todas as disposições dos acordos de Lusaca sejam cumpridas, permitindo, assim, que a paz e a concórdia venham a ser finalmente uma realidade.

Cabe a Portugal, este ano, organizar a Cimeira Ibero-americana. No ano passado, reunimo-nos na Venezuela, na ilha Margarida e, em 1999, a IX Cimeira deverá ter lugar em Cuba, país que integra esta vasta e solidária comunidade de povos, a que nos unem profundos laços históricos, linguísticos e afectivos e em cujo desenvolvimento devemos pôr todas as nossas energias e capacidades.

Quanto a Macau, continuei a dedicar, como é natural, uma particular atenção a todas as vertentes do processo de transição e fui constantemente informado sobre as negociações que decorrem no âmbito do Grupo de Ligação Luso-Chinês e que são, naturalmente, da responsabilidade do Governo. Dada a configuração constitucio-

nal portuguesa no que respeita a Macau e aos compromissos constantes da Declaração Conjunta tenho entendido ser meu dever contribuir, de forma continuada, para a sustentação de mecanismos permanentes de coordenação entre todos os intervenientes no processo.

Continuo em crer — como desde o princípio do meu mandato — que devemos continuar a pautar a nossa acção separando o essencial do acessório e concentrando-nos, com os nossos parceiros chineses, sobre as condições fundamentais que permitirão, à futura Região Administrativa Especial, preservar a sua identidade específica, o seu modo de vida, e, sobretudo, as liberdades, direitos e garantias fundamentais da sua população. Foi isto que disse em Macau logo em Fevereiro de 1997, a par das palavras de estímulo e de confiança que inegavelmente devo a todos quantos trabalham, diariamente, para que a transição se opere sem sobressaltos, de uma forma tranquila e nas melhores condições possíveis.

Mas o que continuo a reter como mais importante, agora e no futuro, é a percepção comum quanto à importância estratégica, política e económica, das relações entre a China e Portugal, na qual se inscrevem as condições para uma transição estável de Macau.

X

Enunciei, embora sucintamente, alguns tópicos de reflexão e de análise que, pela sua actualidade e importância, determinam e condicionam a nossa vida colectiva. A democracia é o regime em que as ideias se afirmam e defendem com clareza, sujeitando-as ao confronto com a diferença. O debate é enriquecidor e fecundo, quer porque nos ensina, acrescenta e corrige, quer porque nos confirma nas nossas convicções. Como Presidente da República, entendo que devo dar o exemplo e contribuir para a revitalização da nossa vida

cívica, para o reforço da participação e da cidadania, para o aumento do debate cultural. A comunicação social e sobretudo as televisões podem desempenhar, neste quadro, um papel fundamental.

Os discursos reunidos neste volume e no anterior mostram, penso, uma atitude de abertura às ideias novas e de aproximação às pessoas, às suas expectativas e anseios, uma linha de coerência de convicções e valores. Prestigiar Portugal, dignificar e aprofundar a democracia portuguesa, valorizar e servir os Portugueses, assegurar a estabilidade, ajudar a resolver os problemas, são os grandes princípios que dão sentido à minha acção.

Lisboa, 24 de Abril de 1998

CAPÍTULO I | PORTUGAL

«Só se pertence verdadeiramente quando se partilha.»

«Um dos modos mais valiosos e activos de praticar um patriotismo moderno é empenharmo-nos na valorização dos Portugueses.»

Sessão Comemorativa do 23.º Aniversário do 25 de Abril
Assembleia da República
25 de Abril de 1997

Festejamos a Liberdade no dia que tem o seu nome e no lugar onde ela se expressa e exerce diariamente, constituindo o seu grande símbolo institucional — a Assembleia da República. Neste dia, lembramos aquele outro dia de há vinte e três anos, quando Portugal reassumiu o seu destino e o Povo voltou a ser sujeito da soberania nacional. Essa foi a data fundadora do novo regime democrático português, que nos orgulhamos de servir e que queremos aperfeiçoar.

Saúdo, em testemunho de homenagem e gratidão, os que tornaram possível e fizeram a Revolução — os militares de Abril, heróis da Liberdade, e todos aqueles que, durante décadas, resistiram e lutaram pela democracia, não aceitando a ditadura como inevitável ou invencível.

As grandes datas da História contêm uma energia simbólica que se actualiza e renova quando as celebramos. O 25 de Abril é portador de uma extraordinária memória de emoção colectiva e representa um daqueles momentos raros em que a História se dá a conhecer, sintetizando-se num acontecimento, que marca, no tempo, o antes e o depois. Lembremos esse dia, não apenas como passado, mas como um dia que continua presente, porque soube antecipar e influenciar o futuro.

É esse 25 de Abril de renovação, de dinamismo e de abertura à modernidade que queremos e devemos celebrar, dirigindo à juventude — sobretudo àqueles que já nasceram depois de 1974 —

a sua mensagem criadora de liberdade, de rebeldia e de esperança. Por isso mesmo, gostaria de sugerir que, daqui a dois anos, quando o 25 de Abril fizer 25 anos, em 1999, na passagem para o novo século, tivéssemos imaginação para assinalar a data com um programa virado para o futuro, no qual seria posto em evidência o que a instauração da democracia representou para a modernização do País, a sua abertura ao Mundo, a sua transformação cultural e a criação de uma mentalidade contemporânea, inovadora, criativa e capaz de iniciativa.

Na sua concepção e realização, este programa deverá juntar os jovens, os artistas, os cientistas, os professores, as Escolas, as Universidades e envolver as associações da sociedade civil, os centros de novas tecnologias e de criação cultural. Tornar-se-ia, assim, numa manifestação de confiança na nossa capacidade para enfrentar o século XXI, num testemunho do poder realizador da liberdade individual e colectiva, numa afirmação dos valores universais da democracia.

Neste tempo que é o nosso, caracterizado como nunca pela consciência que temos da complexidade de tudo, da aceleração da vida, da instabilidade dos modelos e da incerteza, precisamos saber agir, simultaneamente, com flexibilidade e com firmeza. Isto é, com expectativa e abertura à novidade e à mudança, mas também com fidelidade a princípios fundamentais e determinação na sua defesa. O fim das certezas definitivas não significa que não tenhamos convicções, nem que renunciemos a lutar por elas. A política não pode confundir-se com uma mera táctica de conquista ou de conservação do poder. Precisa, mais do que nunca, de ideias e de causas claramente assumidas, de ideais e de objectivos, mesmo que saibamos que são contingentes, como tudo o que pertence à vida dos homens e ao que eles concebem e realizam.

As mudanças tão radicais dos últimos anos transformaram a sociedade e a cultura, a economia e a política. Hoje, o Mundo é outro. A própria imagem que tínhamos de nós foi alterada. É preciso responder com novas ideias, novos valores e novas formas de acção a novíssimas questões. Não devemos ter receio de mostrar que não sabemos nem podemos tudo e que não temos respostas feitas e fáceis.

Procuremos, pois, com a vontade de encontrar e encontremos com o desejo de procurar ainda. Não tenhamos a tentação de substituir a busca que é feita com consciência, imaginação, competência e rigor pelo pensamento pronto-a-usar, que pode provocar alguns efeitos sensacionalistas, mas pouco serve para o que verdadeiramente conta no futuro.

O regime democrático que nasceu com o 25 de Abril, nos vinte e três anos em que se consolidou e desenvolveu, teve de responder a muitos problemas complexos, alguns específicos e próprios da situação portuguesa, outros enfrentados por todos os países. Tivemos de vencer dificuldades e contradições, tornear obstáculos, afastar riscos.

Essa experiência histórica representa um património muito valioso. O código genético da nossa democracia tem as marcas da adaptabilidade e do auto-aperfeiçoamento, mas é também portador de referências e valores sólidos que são fundamentais. Os primeiros desses valores são, naturalmente, a liberdade e a tolerância. As referências capitais são o impulso solidário e a vontade modernizadora e de abertura.

Neste dia, é bom que lembremos os nossos direitos democráticos, mas também os nossos deveres para com a democracia, a nossa responsabilidade na sua vitalidade e aperfeiçoamento. É necessário lutar contra as rotinas que geram o imobilismo e contra as formas de instalação que provocam o comodismo, a

passividade ou a indiferença. Sabemos que a democracia tem de ser praticada e participada, com uma atitude activa. Mas é preciso, num tempo em que tudo mudou, inventar novas formas de participação, de intervenção e de mobilização, pelas quais a cidadania se exerce, vencendo a tentação do egoísmo que fecha os indivíduos e os grupos nos seus interesses imediatos.

Para isso, é fundamental que encontremos novos meios de aproximação da política aos cidadãos e de abertura à sociedade e aos movimentos que a percorrem e lhe dão dinamismo. Esta procura cabe, em primeira linha, aos partidos políticos, que têm de ser prestigiados e tidos como os grandes instrumentos de intervenção política na vida colectiva.

Todos sabemos que não é fácil, nas condições de hoje, desempenhar esta função. A própria natureza do poder e do seu exercício alterou-se completamente. O poder está, actualmente, multiplicado, despersonalizado, disperso, mundializado, mediatizado e os seus efeitos produzem-se a partir de dispositivos móveis e mutáveis, cuja substância, em tantos casos, conhecemos mal e não controlamos. Vivemos num mundo de signos, de objectos de consumo, de fluxos de informação, de técnicas, de imagens, em que os laços sociais tradicionais se fragmentaram e fragilizaram, no qual o conceito de realidade se alterou e em que culturas ancestrais se desagregaram. À razão una e universal sucedeu uma pluralidade de racionalidades diferenciadas, específicas e locais. Nas nossas sociedades desenvolvidas, a produção e a difusão de informações e de imagens ocupam o lugar que, no passado recente, era o dos bens materiais.

Face a esta situação tão complexa, desconhecida e incerta, os partidos políticos podem ter a tentação de se fecharem sobre si mesmos. Mas esse risco corre-o também a própria sociedade e os indivíduos, como, infelizmente, se tem visto com a emergên-

cia de fenómenos de racismo, xenofobia, nacionalismo agressivo, populismo e com o recurso a formas violentas de afirmação identitária e a meios ilegais de autoprotecção e autodefesa.

Temos de prevenir esses perigos, de que, também entre nós, têm aparecido alguns preocupantes sinais. A exclusão tem de ser combatida, decididamente, nas suas causas, que são culturais, económicas e sociais, mas também nos seus efeitos.

Devemos ter consciência de que a identidade individual ou colectiva se afirma, não no medo que paralisa e gera a intolerância, mas no reconhecimento praticado de que a nossa dignidade é inseparável da dignidade daqueles que são nossos semelhantes, quaisquer que sejam as diferenças em relação a nós, às quais, aliás, têm direito.

As grandes áreas urbanas são, actualmente, universos complexíssimos, submetidos a tensões permanentes e a rupturas bruscas e nas quais tantas vezes a falta de raízes, a erosão dos valores, a crise das referências, a solidão interior e as condições duríssimas de vida são marcas dramáticas que criam uma espécie de anonimato moral e afectivo.

Fenómenos como a droga e a criminalidade, que lhe está associada, não podem ser combatidos eficazmente sem serem analisados deste ponto de vista.

Por isso mesmo, é comum dizer-se que o futuro das nossas sociedades se decidirá, em larga medida, na capacidade que demonstrarmos na luta contra estes flagelos e na re-humanização da vida nos grandes aglomerados urbanos.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

A democracia é o regime em que os princípios e os valores se afirmam e em nome dos quais se age e reage com legalidade,

razoabilidade e eficácia. A democracia, porque é aberta, antidogmática e plural, é o regime que está mais apto a acolher o desconhecido, a mudança, a novidade, a diferença.

É preciso dar à política — às ideias, às propostas, ao debate — o lugar que nenhuma técnica de imagem ou de *marketing* pode ocupar. É preciso que a acção política seja rigorosa nos seus critérios e transparente na sua ética. Problemas como os do financiamento da vida política não podem ser iludidos nem adiados por mais tempo. Têm de ser assumidos mediante o estabelecimento de regras claras, que evitem a suspeita ou a desconfiança, pois, como sabemos, as regras que existem têm graves lacunas, são ineficazes e estão inadequadas à situação actual. Isto é fundamental para a saúde da democracia e constitui, como sabem, uma antiga e constante preocupação minha. Ao voltar a referi-la de novo, hoje, aqui, gostaria que os senhores deputados, a quem cumpre legislar sobre esta matéria, a tomassem como um apelo que vos faço.

É necessário que o Estado exerça a sua autoridade democrática, legitimada pelo voto livre dos eleitores. É necessário que se reforce a relação de confiança entre o Estado e a sociedade dos cidadãos, entre os eleitores e os eleitos. É necessário que os direitos sejam respeitados e os deveres cumpridos. A democracia é o regime de tolerância mas não da permissividade ou do demissionismo.

É o regime da liberdade mas não da insegurança. É o regime da negociação, do diálogo, da concertação e, se possível, do consenso, mas também — não o esqueçamos — da decisão, da iniciativa, das reformas, da autoridade democrática. É o regime da descentralização mas também o da coesão nacional. É o regime da justiça em que a justiça deve funcionar com prontidão e eficácia. É o regime da lei e não o do arbítrio ou do abuso. Não há autoridade democrática sem lei, nem lei sem autoridade democrática.

É imperioso, face às transformações tão profundas ocorridas nos últimos anos, que o Estado esteja apto a desempenhar as novas funções a que é chamado, mas sobretudo que conceba e organize de forma nova e mais eficaz as suas funções de sempre.

Seria injusto não reconhecer o trabalho de modernização que, em muitos sectores de Administração, se tem vindo a fazer, nas últimas duas décadas, com dedicação e competência. Mas não seria lúcido ficarmos por esse reconhecimento. Importa também dizer que é preciso fazer mais, melhor e, sobretudo, com maior rapidez.

Entenda-se — é bom lembrá-lo — que a lógica primeira do Estado é a defesa do interesse geral e do bem comum e não a da satisfação de corporativismos ou a da cedência a grupos de pressão particulares, que contradigam essa lógica geral.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Estamos a comemorar os vinte anos das primeiras eleições autárquicas que instauraram o poder local democrático. Trata-se de uma grande conquista do 25 de Abril, que mudou Portugal para melhor. Ao assinalar a data, quero prestar homenagem aos autarcas de todos os concelhos e freguesias do País.

O trabalho realizado ao serviço das populações honra o nosso regime democrático. As próximas eleições constituirão, estou certo, uma reafirmação da vitalidade do nosso poder local e da sua capacidade de renovação.

Neste final de século e com a experiência que acumulámos nas últimas décadas, país aberto e plural que partilha com os seus parceiros europeus problemas e expectativas comuns, a democracia portuguesa encontrará, com o contributo de todos, os caminhos da modernização e do seu aperfeiçoamento.

Reencontrada a liberdade em 25 de Abril de 1974, fechado o ciclo do Império, institucionalizada a democracia, a integração de Portugal na Europa representou a grande opção de fundo e a decisão de maiores consequências para o nosso futuro colectivo. Sabemos, hoje, que foi feita na hora certa.

Estamos na Europa não apenas porque somos europeus, pela geografia, pela história e pela cultura. Estamos na Europa porque temos uma ideia de Europa, um projecto europeu pelo qual nos batemos e ao qual estamos associados.

O momento actual é determinante para o futuro desse projecto. Nos próximos meses, decidir-se-ão as questões essenciais que condicionarão o processo de unificação da Europa e que têm a ver com a moeda única, a revisão do Tratado de Maastricht, os critérios de alargamento da União. Num tempo seguinte, terão de ser concebidas e definidas as Perspectivas Financeiras pós-1999, as reformas das políticas comuns e a redefinição das estruturas institucionais no âmbito da Defesa e da Segurança europeias. Nenhum destes objectivos é politicamente dissociável dos restantes e, em conjunto, representam um autêntico programa de refundação da Europa comunitária.

Os membros actuais da União Europeia subscreveram um contrato que traduziu uma certa concepção e foi fruto de determinadas circunstâncias, as quais, entretanto, se têm vindo a alterar.

Não conhecemos, ainda, qual será com toda a exactidão a Europa do futuro, mesmo do futuro mais próximo. Sabemos, todavia, que ela será muito diferente do que tem sido até agora.

À construção dessa Europa Portugal tem o direito e o dever de prestar o seu contributo próprio e até original. Temos, neste momento, uma oportunidade, talvez irrepetível, de ocupar uma posição no núcleo central dessa construção e desse projecto.

Não podemos malbaratar essa oportunidade. Ela é decisiva para superar atrasos acumulados, durante décadas, e para vencer duradouramente alguns riscos de isolamento e de marginalização, que a nossa posição no extremo ocidental do continente poderia criar.

O nosso principal desafio é, pois, o desafio europeu e muitos dos outros que temos estão ligados a ele. Em conjunto com os nossos parceiros, temos de saber estar à altura da nova situação decorrente do fim da guerra fria e que permite unificar as democracias europeias num espaço de prosperidade e paz.

Sem concessões quanto aos nossos interesses vitais, estamos empenhados nessa tarefa comum de consolidação das novas democracias, de garantir a segurança regional, de contribuir para a paz no Mundo.

Essa Europa, qualquer que seja o modelo em que vier a configurar-se, não poderá construir-se contra uma parte dela. O projecto europeu terá de ser, mais do que tem sido, um grande projecto político, social e cultural, fundado em valores e em princípios, com um dinamismo e uma ousadia capazes de mobilizar os cidadãos europeus. Para isso, terá de assentar na solidariedade e na coesão entre os seus membros.

Os temas de solidariedade na Europa e em cada país que a constitui estão indissoluvelmente ligados e são as grandes questões que temos de enfrentar e que se vêm arrastando há demasiado tempo.

Só a resposta da solidariedade e a luta contra as várias formas de exclusão são meios eficazes de combater o dualismo social que ameaça as nossas sociedades e que, a prazo, poria em causa o próprio desenvolvimento.

Depois da experiência dos últimos anos, sabemos hoje que o crescimento económico só é sustentado se for acompanhado pela

luta firme contra as desigualdades sociais, quer as que se perpetuam, quer as que surgiram de novo. Sem a defesa e o desenvolvimento dos direitos sociais não há Europa do futuro.
Os direitos sociais não têm, por isso, lugar num segundo tempo, depois dos direitos políticos. Uns e outros condicionam-se reciprocamente, uns dependem dos outros. Não podemos cair num erro simétrico daquele que dava o primado aos direitos sociais sobre os direitos políticos e cujas consequências conhecemos. Nem substituamos o antigo determinismo histórico por um novo determinismo económico.
Não há automatismos sociais nem determinismos económicos e tecnológicos que resolvam, por si, os problemas da exclusão, do desemprego, da precariedade. Eles são problemas políticos e têm de ser encarados como tal, pois a sua superação depende da nossa vontade de lhes fazer frente, mesmo se as soluções não são fáceis de encontrar. É, por isso, que as questões da regulação do mercado de trabalho e as reformas dos sistemas de protecção social constituem desafios centrais dos nossos dias. Essas questões exigem decisões de fundo que, embora feitas com a participação dos parceiros sociais, só podem ser assumidas por aqueles que dispõem de autoridade institucional e legitimidade política, as quais, nas sociedades democráticas, são concedidas pelo sufrágio universal e só por ele. A igualdade de oportunidades, que é e deve continuar a ser, também, um dos temas fundamentais das nossas sociedades, só pode ser assegurada pelo acesso à escola e à formação ao longo da vida. A aposta na educação, na investigação científica e na cultura é uma exigência capital e do seu sucesso depende, em larga medida, o nosso futuro como País e a vitalidade da nossa democracia, que também se mede pela capacidade de responder aos anseios das pessoas, encontrando soluções para os seus problemas, as suas angústias, as suas expectativas.

Se sabemos, porém, que ninguém fará por nós o que não fizermos a tempo, temos ainda consciência de que esses nossos grandes desafios são também grandes desafios da Europa. É nela e com ela que podem ser enfrentados com êxito.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

País europeu, Portugal integra também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O nosso lugar na Europa só sai reforçado, aliás, com a institucionalização da comunidade lusófona e os países irmãos que falam o português esperam muito do nosso papel na União Europeia. Ainda recentemente tive oportunidade de confirmar isso mesmo, em Luanda, onde estive presente, na cerimónia de posse do novo Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional, para transmitir ao povo martirizado de Angola a mensagem fraterna e os votos de paz do povo português.

No mundo actual, os países, se valem pela sua dimensão e pelo seu peso económico, valem, também, pelas causas que defendem na cena internacional, pelas iniciativas de política externa que tomam, pela determinação que revelam, pelas propostas que fazem, pela participação que asseguram nas organizações internacionais, pelos conjuntos que integram, pela presença e pela acção que exercem nos teatros em que a paz se joga. A eleição de Portugal para o Conselho de Segurança da ONU mostra isso mesmo. A sensibilização crescente da opinião internacional para a questão de Timor Leste, com a atribuição dos Prémios Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e Ramos Horta, é também prova disso.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Nos planos internacional, europeu e nacional, Portugal precisa de Forças Armadas prestigiadas, eficazes, disciplinadas e modernas. A presença militar portuguesa na Bósnia e em Angola é, desse ponto de vista, demonstrativa.

Os assuntos que às Forças Armadas respeitam não podem, assim, ser considerados de tipo corporativo ou apenas do seu foro interno. São assuntos que têm a ver com a soberania da Nação, com os seus interesses estratégicos, com o seu lugar na Europa e no Mundo, com a paz e a segurança. Interessam a todos os portugueses e devem ser encarados como tal pela sociedade civil.
As novas e tão importantes missões que, interna e externamente, as Forças Armadas são chamadas a desempenhar exigem a sua evolução. O quadro estratégico que a determina não está completamente definido, tanto mais que a incerteza domina o actual sistema de relações internacionais e que a perspectiva europeia de Segurança e Defesa está longe de ter estabilizado.
Não é, por isso, fácil traçar o sentido e os parâmetros dessa evolução, que ocorre forçosamente numa situação instável de mudança.
Só o empenhamento de todos — Estado, sociedade civil e instituição militar —, permitirá às Forças Armadas Portuguesas fazerem as reformas e as adaptações necessárias, de modo a que possam desempenhar o papel insubstituível que a Nação espera e necessita.
As Forças Armadas Portuguesas, que tão patrioticamente e com tanto valor têm desempenhado missões que prestigiam o País, têm direito ao nosso reconhecimento e louvor. É com muita honra que, como seu Comandante Supremo, lhos testemunho, neste dia.
Senhor Presidente,
Senhores Deputados,
Portugueses,
Os desafios que temos pela frente não são fáceis. Exigem dedicação, trabalho, persistência. De cada um de nós e de todos em conjunto depende que os ganhemos, para bem dos Portugueses, sem que ninguém seja excluído.

A liberdade que, há vinte e três anos, encheu as ruas de alegria dá-nos forças para inventar um futuro melhor, cumprindo os ideais generosos do 25 de Abril.
Não temos direito de recuar perante os desafios nem de desanimar face às dificuldades. Os cravos que usamos, neste dia, em homenagem e evocação do primeiro dia em que os usámos, são o símbolo da esperança que se renova e acrescenta porque vivemos em Liberdade.
Viva o 25 de Abril!
Viva Portugal!

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas
Chaves
10 de Junho de 1997

Celebramos, neste dia, a Pátria, o Poeta genial que a simboliza, a comunidade que a constitui, tendo presentes sobretudo aqueles que vivem e trabalham longe da terra, mas que a ela se mantêm ligados como se aqui estivessem.
Desejaria muito que a solenidade natural da data não significasse distância, formalidade ritual, frieza cerimoniosa ou rotina. Gostaria antes que este dia fosse ocasião para renovar o orgulho de sermos portugueses, cidadãos livres de um país livre. Gostaria que fosse motivo para nos aproximarmos uns dos outros, reforçando os laços que nos unem, e para reafirmarmos os sentimentos de pertença e de partilha, conscientes de que só se pertence verdadeiramente quando se partilha.
Sentimento de pertença a uma comunidade viva, dinâmica, em movimento e em transformação, que é, ao mesmo tempo, herdeira e criadora de história e de cultura. Sentimento de partilha da responsabilidade colectiva, do sentido comunitário, do destino nacional.
Pertença a uma comunidade firmada nas suas raízes, forte na sua identidade e fortalecida na sua vontade, segura do que é e do que quer ser, aberta, por isso, ao tempo e ao Mundo. Partilha que é solidariedade, cooperação, convivência, integração, ajuda, interdependência, cidadania, esteio da coesão social e da coesão nacional.
Pertença a uma comunidade de valores, de símbolos, de imagens, de memórias, de interesses, de dificuldades, de aspirações,

de esperanças. Partilha que é atenção aos outros, preocupações com as injustiças, combate às desigualdades fundamentais e à exclusão, generosidade, dedicação ao bem comum e ao interesse público.

Pertença a uma comunidade que faz do sentido do passado impulso para o futuro e que retém da história a lição válida para os nossos dias, considerando-a com espírito crítico e ânimo prospectivo. Partilha do desejo de modernizar, de inovar, de aperfeiçoar, de desenvolver, de fazer obra, de produzir riqueza, de criar saber e beleza.

Pertença a uma comunidade de mulheres e homens livres, que sabem que a liberdade é o fundamento da dignidade de um povo e a condição do seu progresso. Partilha que é participação, diálogo, tolerância, civismo, respeito pelos outros e pelas suas diferenças.

Uma Pátria é isso — um lugar físico e, ao mesmo tempo, imaterial de pertença e de partilha. Uma Pátria é uma história, uma cultura, uma geografia, um povo, uma identidade, uma língua, uma comunidade. Uma Pátria é uma tradição, um sentimento, uma herança, uma responsabilidade, uma vontade, uma soberania. Uma Pátria é um devir, uma evolução, uma ambição, um projecto, um futuro. É essa a Pátria viva que, neste dia, evocamos, sob a égide do Poeta que a cantou em versos de lucidíssima beleza.

Camões, como já foi dito, fez de Portugal uma obra de arte sublime e dos Portugueses — dos Lusíadas — o herói colectivo de epopeia. Ele cantou as nossas glórias, mas não se cansou de aconselhar e de advertir. Cantou os feitos, mas apontou os perigos e os erros. Cantou as realizações, mas lamentou o que foi mal feito. Camões disse «Vereis amor da pátria não movido e prémio vil, mas alto e quase eterno», mas avisou também que «o

favor com que mais se acende o engenho/não no dá a pátria não, que está metida/no gosto da cobiça e na rudeza/de uma austera, apagada e vil tristeza».

Singular e grandioso destino o deste homem que tão intensamente viveu, escrevendo o vivido e vivendo o escrito, mas de cuja vida temos poucas notícias seguras. Dessa sua existência tão intensa e febril, sabemos quase só isso, que foi aventurosa e ardente. Conhecemos apenas o sentido essencial do seu fado. Desconhecemos os acontecimentos, as minúcias, os pormenores, os dias, os trabalhos. Ou só conhecemos obliquamente esses acontecimentos pelo que deles comparece, refractado, na sua obra. Temos pouco do Camões homem. Ficou-nos o Camões poeta, como se a ausência dos dados da sua vida fosse, afinal, uma vontade do destino para que essa vida mais facilmente se pudesse confundir com a vida de todos nós. Como se fosse assim para que ele pudesse ser o mito em que se tornou, poeta de um tempo e do Tempo, mas autor de um poema que desafia e resiste ao tempo. Como se fosse assim para que ele pudesse ser o símbolo de uma pátria que fez do universal a sua vocação. Poeta de um povo e da humanidade inteira, no seu poema exprimiu a grandeza da nossa condição, mas também as angústias, as perplexidades, as dúvidas e as crises do homem, de todos os seres humanos:

No mar, tanta tormenta e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida;
Na terra, tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade aborrecida!
Onde pode acolher-se um fraco humano,
Onde terá segura a curta vida,
Que não se arme e se indigne o Céu sereno
Contra um bicho de terra tão pequeno?

Neste nosso tempo tão imprevisível, como não reconhecer a terrível actualidade desta pergunta, a sua força de inquietação, o seu sentido espiritual profundo?
Com o seu génio, Luís de Camões soube captar, nos versos que nos legou, as mais altas interrogações humanas, as mais complexas questões, as mais contraditórias situações, ideias, sentimentos e estados de alma. Viajante e poeta do mundo exterior e dos mundos interiores, falou da glória e do fracasso, do amor e do ódio, da grandeza e da pequenez, do visível e do oculto, do real e do sonhado, do histórico e do mitológico, do antigo e do moderno. Mas disse mais: disse como os próprios sentimentos e as próprias realidades são instáveis e se mudam no seu contrário. Disse que a mudança é a substância do tempo, da vida e do Mundo. A sua mensagem é, por isso, de uma actualidade siderante e de uma universalidade ímpar.
A homenagem nacional que lhe prestamos, renovadamente, assume, pois, este sentido fundamental: Luís de Camões não nos representa porque e na medida em que representa a humanidade. Antes representa a humanidade porque representa o que em nós, portugueses, há de mais humanamente universal. É a isso que temos o dever de ser fiéis. A fidelidade a nós-mesmos e a abertura aos outros são, no mundo tão próximo do século XXI, exigências para uma era de paz e de progresso, ao serviço de todos os povos.
Essa fidelidade não se confunde, todavia, com auto-satisfação ou complacência. Não! — não devemos nem queremos ser indulgentes com as nossos falhas.
Fidelidade a nós mesmos significa fidelidade ao que temos de melhor, vontade de aperfeiçoamento, desejo de corrigir o que está mal. Quer dizer exigência, rigor, diligência. E também brio, disciplina, trabalho, zelo.

Precisamos destas qualidades na hora europeia que vivemos, cheia de desafios inadiáveis para Portugal, que nos responsabilizam perante as gerações futuras. São elas que dão sentido ao esforço do presente e às dificuldades experimentadas por tantos — mulheres e homens, grupos profissionais, sociais e etários, regiões. É nosso dever, em qualquer caso, face a essas dificuldades, não nos resignarmos, aceitando-as, com indiferença ou frieza, como inevitáveis ou normais. É verdade que muitas delas a exemplo, aliás, do que acontece em outros países europeus, são o preço que temos de pagar para nos modernizarmos e desenvolvermos, numa economia e numa sociedade que estão em transformação acelerada.

Essa transformação é tanto mais complexa quanto é feita sob pressão de fenómenos tão incontroláveis, importantes e interligados, como a mundialização dos mercados, das técnicas, da informação e a automatização proveniente da revolução técnica-científica em curso. Ou como a precarização do emprego e da validade dos conhecimentos e das aptidões profissionais, a crise do sistema educativo, a prevalência do capital financeiro sobre o capital produtivo e a fragilização, por efeito da evolução demográfica, dos sistemas de protecção social. Ou ainda como a insustentabilidade do desenvolvimento sem preocupação social e ecológica e a instabilidade dos modelos sociais tradicionais postos em causa por flagelos tão graves como a droga e o crime organizado.

Há, porém, muitas dificuldades que podem ser atenuadas e vencidas. E, sobretudo, é nosso dever, perante as situações sociais mais graves, afirmar a solidariedade e garantir a coesão nacional. É esse o propósito fundamental da jornada que estou a realizar na região interior do País — dizer que não esquecemos essas terras e as populações que nelas vivem e trabalham com tanto sacrifício e esforço.

Portugueses e europeus — europeus porque portugueses —, queremos que a Europa seja uma construção vasta, de largo alcance e grande ambição, um espaço de cidadania e de solidariedade, um projecto de civilização que se funda em princípios e valores.

No momento crucial em que nos encontramos, o aprofundamento do projecto europeu exige, mais do que nunca, visão política, sentido estratégico, clareza de propósitos, mobilização dos cidadãos. Exige também fidelidade às convicções e esperanças que levaram à criação da própria ideia moderna de Europa e nas quais, sempre que houve dificuldades, se encontrou inspiração, coragem e energia para avançar.

Essa ideia — que é também uma grande causa e um belo ideal — acentua a dimensão humana do projecto europeu, que não se esgota nos seus objectivos económicos, por mais importantes que sejam. Como acontece com o que é duradouro e vale verdadeiramente a pena, a construção europeia não será realizada na facilidade ou no simplismo.

Será sempre uma obra de esforço, participação, ousadia e persistência. Também aqui a lição de Camões é actual: ele ensina-nos que toda a grande aventura humana se cumpre tendo a vontade como fundamento. Diz-nos ainda que essa vontade se activa e supera com o que, nessa aventura, é contrariedade, obstáculo, desafio.

A Europa constrói a sua unidade no respeito pela diversidade cultural, sabendo que essa é uma fonte do seu enriquecimento. A afirmação da identidade cultural de cada membro é condição de uma contribuição original, autêntica e empenhada nessa construção.

Devemos, assim, desenvolver e valorizar a nossa cultura e os que a fazem, entendendo a cultura no sentido mais amplo e conse-

quente — da criação artística à educação, da investigação científica à preservação do património natural e construído, da inovação estética e técnica à promoção de novas formas de intervenção cultural. Ou da reflexão filosófica e do debate de ideias ao ensaio de soluções novas e diferentes para os problemas, da exigência de qualidade às expressões tradicionais da cultura popular.

Um dos modos mais valiosos e activos de praticar um patriotismo moderno é empenharmo-nos na valorização dos portugueses e na afirmação da nossa cultura, da língua, do património, dos nossos recursos naturais. Esse é o mais benéfico contributo que podemos dar para a civilização do universal e para aquela necessidade que tanto se faz sentir na conquista de um novo e mais autêntico acordo de cada ser humano e de cada povo consigo próprio, com os outros e com a natureza.

Trabalhar para que tal aconteça é talvez a melhor forma de entrarmos no novo século com a esperança de que não se repetirão acontecimentos do tipo e da dimensão daqueles que o nosso século viveu tragicamente.

Portugueses,

Olhemos o futuro com confiança e com vontade de vencer, conscientes do muito trabalho que temos de realizar para alcançar os grandes objectivos que são os nossos neste tempo. Sei que não nos falta determinação e coragem. Sei que temos energia, iniciativa, criatividade, imaginação, ousadia. Sei que estamos convictos de que não nos podemos refugiar nas águas paradas de um qualquer porto só aparentemente seguro. Temos de navegar no alto mar, com rumo e destino, mas capazes de enfrentar o que é imprevisível e de nos adaptarmos ao que muda. Temos de ver longe e visar alto.

Nesta Festa Nacional, quero, como representante de Portugal por vontade vossa, saudar todos os portugueses, sem distin-

ções, sejam o que forem, estejam onde estiverem. Digo-vos que sois vós os destinatários da minha acção e da minha constante atenção.
Dirijo um aceno fraternal àqueles portugueses que estão noutros países, às comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, que tanto nos prestigiam. Em particular, lembro os que vivem em países que foram recentemente sujeitos a convulsões e que passaram ou passam momentos difíceis.
Saúdo os militares portugueses que cumprem abnegadamente, no estrangeiro, missões de paz, prestigiando o nosso país.
Renovo solenemente, neste dia, o nosso compromisso de lutarmos até ao fim pelo reconhecimento do direito à autodeterminação do Povo de Timor-Leste.
Quero ainda dirigir-me a todos aqueles que, não sendo portugueses, vivem entre nós, respeitando as nossas leis e dando um contributo que nos enriquece, semelhante ao que é prestado pelos nossos emigrantes nos países onde trabalham.
Das terras do interior, desta cidade de Chaves, cuja história e cultura tão intimamente se ligam ao destino de Portugal, digamos o orgulho de pertencermos à nossa Pátria e de partilharmos a vontade firme de a tornar numa terra de maior liberdade e justiça, de mais solidariedade e cultura, de maior desenvolvimento e progresso para todos os portugueses.
Viva Portugal!

Cerimónia Comemorativa do 87.º Aniversário da Implantação da República

Assembleia da República
5 de Outubro de 1997

A comemoração do 5 de Outubro de 1910 evoca a ruptura histórica fundadora do nosso Regime e permite-nos prestar uma homenagem aos homens que tiveram a coragem de a inspirar e concretizar.

O movimento republicano entendia que o regime monárquico vigente em Portugal não era capaz de assegurar cabalmente nem o progresso económico, nem a modernização do Estado, nem a representação social, nem uma adequada inserção internacional do País.

Os homens que ao longo dos anos deram corpo a esse movimento tiveram a determinação e a coragem de levar os seus ideais até às últimas consequências e instauraram um novo regime político.

Este regime, porém, durou pouco, e foram conturbados os seus dezasseis anos de vida. A I República foi violenta e abruptamente substituída por uma Ditadura Militar e por um regime autoritário. Permaneceu, desde então, como uma referência essencial de liberdade. A Resistência à ditadura associou justamente, durante décadas de luta, os valores da República.

O tempo e a história, porém, permitiram desfazer alguns equívocos e abandonar muitas ideias que assim se tinham cristalizado em torno de uma imagem mítica da I República. Mas o principal contributo para uma visão mais serena e distanciada dos factos e da acção dessa geração de republicanos veio do 25 de Abril.

A democracia permitiu que víssemos na I República não um património intocável, mas uma experiência que podemos abordar sem ideias preconcebidas, com espírito critico, e que víssemos no 5 de Outubro o momento fundador de um percurso que aceitamos continuar com vontade de adaptação, preocupação de melhoria e sentido do futuro.
Há valores inspiradores e práticas cívicas da I República de que ainda hoje nos reclamamos, embora o regime republicano pós-25 de Abril tenha enfrentado de forma mais equilibrada as grandes questões da coesão social e da eficácia do Estado.
Entre o legado de valores e práticas republicanas de que a Democracia se honra, permito-me destacar o modelo de legitimação política baseado nas eleições a todos os níveis, a autonomia do Estado relativamente a quaisquer confissões religiosas, uma política externa portuguesa activa, as grandes reformas modernizadoras do Ensino e das Forças Armadas, o esboço de um sistema de protecção social e o apelo à participação cidadã na vida das comunidades.
Apesar da sua escassa duração temporal, a I República evidenciou um grande dinamismo na procura de reformas que dessem resposta à necessidade de adaptação do Estado à evolução da sociedade do seu tempo.
Os regimes políticos mostram a sua vitalidade pondo em marcha mecanismos de inovação e adaptação à mudança. O indesejável são os sistemas inertes que respondem com lentidão burocrática e ligeireza repressiva, ou que entram em perturbação perante as novas expectativas e as novas solicitações das sociedades. As reformas são essenciais à evolução dos países e a resposta oportuna às expectativas dos cidadãos reforça a identificação com o regime político.

A Democracia pós-25 de Abril e os seus protagonistas políticos têm sabido responder aos desafios que se nos colocam e deles fazer oportunidades. Podemos e devemos ter orgulho nestas duas décadas de Democracia, porque o País foi capaz de consolidar o regime, de percorrer o caminho até a primeira linha dos países da União Europeia e de avançar decisivamente na modernização do País.

Não me esqueço do que falta fazer. Mas também acho importante que ninguém se esqueça do muito que já foi feito. O elogio ao caminho percorrido e à obra feita não serve assim para iludir omissões e carências, mas para estimular um legítimo orgulho e confiança na nossa capacidade, enquanto Povo, de assegurar o futuro de Portugal.

Hoje, temos perante nós o projecto de uma significativa reforma do Estado e aprofundamentos decisivos da União Europeia. É importante manter a capacidade de olhar em frente e de definir para o futuro o melhor caminho para Portugal. O sistema político deve manter uma atenção e proximidade constantes à sociedade e ser capaz de antecipar as mudanças. Os órgãos de soberania, no quadro das suas competências, devem procurar sempre provocar as modificações do Estado e das instituições que a sociedade requer ou solicita, auscultando directamente, se necessário for, o sentido da evolução desejada.

As reformas, ao consagrarem no direito as inovações requeridas pela própria evolução das sociedades, previnem tensões sociais e políticas. A democracia representativa garante, por seu turno, um quadro de estabilidade ao processo reformista. O que não exclui, em casos excepcionais, o recurso, constitucionalmente consagrado, à participação directa dos cidadãos.

Não há Estado Democrático seguro de si próprio, e portanto forte e participado, que não deva aperfeiçoar os mecanismos de

representação social, porque é através deles que flui a relação entre governantes e governados. Neste sentido, não há Estado Democrático sem reformas. As reformas não são momentos dramáticos e excepcionais da Democracia, mas exigências de adaptação permanentes. O que se lhes deve sempre pedir é que sejam conduzidas com a maior clareza, de forma a que as opções possam ser também claramente percebidas e avaliadas pelos cidadãos. As reformas implicam, naturalmente, opções e decisões, implicam o confronto de opiniões e a procura de consensos. E quando, pelo seu significado e dimensão, se entenda que a população deve ser directamente consultada esse não pode ser encarado como um momento de divisão do País, antes de clarificação democrática de escolhas.

Por muito difíceis que possam parecer as escolhas o País reforça a sua democracia e a sua coesão quando, nesses casos, remete ao poder soberano do Povo a opção final. Trata-se de um apelo à participação directa na decisão quanto ao sentido a imprimir às reformas. Se há lição que se possa tirar da história da I República é que em momentos decisivos lhe faltou a legitimidade da representação nacional e a capacidade de assim consensualizar o sentido da sua evolução. Com isso a I República enfraqueceu-se. O nosso regime constitucional ao consagrar os mecanismos de participação directa dos cidadãos para, em casos excepcionais, e como complemento da democracia representativa, clarificar o sentido das reformas a fazer, está a reforçar a legitimidade das escolhas e garantindo, assim, a estabilidade do regime e a coesão nacional.

Aos regimes não basta garantir a permanência dos seus valores fundadores. Importa que esses valores se transformem em práticas políticas progressivamente aperfeiçoadas e articuladas com a evolução da sociedade.

Acredito, além disso, que a capacidade de actualizar o passado, de levar até ao futuro um património político de que nos reclamamos, é um compromisso de vitalidade e de esperança.
É com essa vitalidade e com essa esperança que deveremos caminhar. São elas que estão patentes nesta Câmara Municipal renovada, símbolo de uma notável resposta à adversidade.
Viva a República!
Viva Portugal!

Sessão de Abertura do Colóquio Internacional «Portugal na Transição do Milénio»
Instituto de Defesa Nacional
5 de Novembro de 1997

Se bem entendi o propósito dos organizadores, neste Colóquio a avaliação do futuro foi sugerida a dois tipos de interlocutores: actores e observadores da política, por um lado, cientistas sociais, por outro.

A proposta enfrentou, creio, uma dupla dificuldade: nem os políticos trabalham em regra com horizontes temporais dilatados, nem os cientistas sociais gostam de se aventurar pelos caminhos da previsão. Tratou-se obviamente de risco calculado, como se deixa perceber pela escolha criteriosa dos intervenientes.

Agradecendo o privilégio de presidir a esta sessão de abertura, começo por vos confessar o meu próprio fascínio pelo exercício proposto, que, praticado com inteligência e seriedade intelectual, constitui uma sondagem aos sentidos e dimensões da mudança em curso, cuja validade não é diminuída pelo carácter polémico das respectivas interpretações.

A grandeza da política reside tanto na capacidade de resolver problemas e mobilizar em cada momento os meios disponíveis, como propor e dar expressão a um desígnio colectivo. Quanto à prudência das Ciências Sociais, que respeito, não podemos deixar de lembrar que o seu objectivo é romper a opacidade dos processos sociais, e esse exercício sempre naturalmente se repercute no nosso entendimento não apenas do passado e do presente, como do futuro.

Gostaria, ainda a este propósito, de reiterar o voto de confiança nas Ciências Sociais portuguesas que em diversas ocasiões testemunhei aos seus cultores. Os problemas postos pela modernização exigem um crescente rigor e aperfeiçoamento dos critérios e instrumentos intelectuais de percepção dos fenómenos da mudança.

Os esforços de inteligibilidade realizados pelos cientistas sociais portugueses são indispensáveis para que possamos compreender os processos de transformação social que surgem à nossa volta com contornos de autêntica ruptura civilizacional. Tais questões não podem ser enfrentadas, repito, nem com ideias feitas, nem com esquemas simplificadores que ignorem a pluralidade e a controvérsia das análises. Precisamos pois da lucidez crítica das Ciências Sociais.

Aceitei o amável e condescendente repto da organização para que nesta nota de abertura fosse um pouco além dos votos e saudações protocolares. Do ponto onde me situo, algumas limitações terei é certo de interiorizar no discurso. De um Presidente espera-se que se ocupe mais das aspirações colectivas que necessitam de voz que dos enunciados de alternativas. Pede-se-lhe que assuma o protagonismo da representação em detrimento das idiossincrasias pessoais, em suma, que assuma a valorização da síntese em prejuízo da análise.

Não me furtarei contudo ao repto que me lançaram o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o Pavilhão Português da Expo 98. Devo aliás referir, a este propósito, que a Expo 98 constituirá um grande momento de síntese e de projecção de Portugal e da sua universalidade no século XXI.

Começarei por destacar alguns dos traços que julgo mais marcantes do património que a geração política em que me in-

tegro transporta até ao próximo século, ou se quisermos, à geração dos nossos concidadãos que, nascidos no ano 2000, terão atingido a maioridade política no ano de 2018.

Abordarei em seguida alguns dos grandes problemas (por outras palavras, as grandes oportunidades) que temos na nossa frente, para referir, por fim, condições indispensáveis para que Portugal e os portugueses da geração de 2018 possam enfrentar confiadamente o elenco dos novos problemas que nessa altura se lhes depararão.

Devo pôr em ressalva que não atribuo um saliente papel operativo à individualização das gerações. A história colectiva alimenta-se de continuidades e de rupturas, umas e outras atravessando grupos e épocas. Acontece no entanto que a minha experiência, adquirida ao longo de uma intervenção política que se iniciou na década de 60, é indissociável das percepções que o futuro me inspira.

É nesse sentido que invoco o 25 de Abril, como uma referência essencial, tanto no plano histórico, como no da minha própria trajectória, uma entre outras, uma de um conjunto que por comodidade de expressão designarei geração.

O 25 de Abril foi a fronteira entre a Liberdade e a Opressão. Para quem resistiu e combateu a Opressão, poder participar na construção da Liberdade constituiu uma experiência duma riqueza inigualável. Assim, o significado do 25 de Abril não é o resultado de uma pura observação, mas está ligado à participação vivida nas acções sociais e políticas que o precederam e que lhe sucederam. Sei que uma perspectiva determinista é empobrecedora da análise da evolução histórica, pois, neste caso, tenderá a supor que tudo aquilo que o antecedeu desembocou inexoravelmente no 25 de Abril. Mas partilho o sentimento de que o 25 de Abril de alguma forma justificou todos aqueles que tiveram a coragem de resistir e combater pela Liberdade contra a Opressão.

O contributo específico de uma geração não resulta de uma qualquer identidade preestabelecida. Os factos estão simplesmente lá, criam uma situação, interpelam-nos. Podemos escolher posições, não as situações. Despertámos para a vida política numa encruzilhada de situações novas, de que fomos a um tempo espectadores e actores. Destacarei desse três: a sobrevivência do salazarismo, a guerra colonial, a tentativa liberalizante do marcelismo.

Começarei por esta última, pois foi no fracasso desta tentativa que teve origem o 25 de Abril. Fui daqueles que não julgaram possível um processo de liberalização controlada do Estado Novo, projecto de Marcello Caetano. Não nos limitámos aliás a descrer da sua possibilidade, recusámos qualquer tipo de compromisso, e procurámos contribuir para o fortalecimento de um campo alternativo.

A recusa assentava sobretudo na convicção da viabilidade de um regime democrático e na força acumulada da luta pela liberdade. Em larga medida, essa era uma herança recebida da resistência que durante décadas se forjara na luta contra o Estado Novo e o salazarismo.

Diversas orientações político-ideológicas e fórmulas organizativas tinham convergido nesse legado de que a minha geração, tocada pelo terramoto político das eleições de 58 (Humberto Delgado) e nascida para a intervenção cívica nas movimentações académicas e populares de 1962, se propôs recolher.

Que contributo somou a minha geração a esse legado, com repercussões no pós-25 de Abril?

Em primeiro lugar uma inquietação de natureza diria teórica, assente no reconhecimento da insuficiência dos instrumentos de análise do Corporativismo Autoritário do Estado Novo. A nosso ver, tal insuficiência comprometia a eficácia da própria resistên-

cia, que se alimentara do mito, sucessivamente desmentido, de que o salazarismo tinha os dias contados. A longa permanência do regime autoritário, sobrevivente a mudanças profundas da cena internacional, como aquelas que tiveram lugar após a derrota do Eixo na II Guerra Mundial, convidava efectivamente a uma observação mais aprofundada e teoricamente fundamentada da sua natureza.

A preocupação com o aprofundamento dos instrumentos de análise política — que, julgo, estará na origem de um importante debate de ideais que percorre as revistas dos anos 60, editadas em Portugal ou nos meios da emigração política, e terá constituído uma das vertentes que conduziu ao nascimento das modernas Ciências Sociais em Portugal — tornou-se uma das características do nosso modo de abordar a própria prática política.

Terá sido esta inquietação que levou muitos de nós a romper com uma visão dicotómica, pelo menos redutora, das soluções políticas, designadamente as inspiradas pelos projectos globais de teor ideológico. O pendor libertário que culminou a década de 60 está presente desde o seu início e manifestou-se em valores e práticas como: o privilégio concedido à imaginação, a recusa do maniqueísmo, o gosto pelo trabalho em equipa, a interrogação permanente, o questionar das soluções feitas, a busca determinada de novas possibilidades, o gosto pela mudança, atenção ao mundo e às suas múltiplas e contraditórias manifestações, a preocupação com as pessoas.

Daí que o nosso entendimento da democracia se mostrasse desde logo insatisfeito com o mero exercício formal. Sendo certo que a democracia é um conjunto de procedimentos, destinados a assegurar a pluralidade de opiniões, a garantir o princípio do contraditório e a regra pública de apuramento da vontade, o

apelo a modalidades de participação cívica, complementares e revitalizadoras dos próprios procedimentos, sempre esteve presente nas nossas discussões e projectos.
Sei que esta posição, que alguns tiveram por equívoca, não era fácil na altura. Não separava águas apenas do Autoritarismo, era distinta de outras aproximações à democracia. A crise do modelo soviético, com as ondas de repercussão da invasão da Checoslováquia, introduziu também aqui uma linha de fractura sem remissão.
Coube à minha geração enfrentar a questão colonial, questão na qual se jogou o destino do Estado Novo. A questão colonial atravessou a sociedade e as instituições, derrotou o regime e obrigou a redefinições importantes na oposição. A guerra marcou de uma forma ou de outra, directa ou indirectamente, toda uma geração. A prazo, sincronizou todos os descontentamentos e mobilizou contra o colonialismo uma vastíssima coligação de forças em Portugal, em África, na Europa, no Mundo.
Na forma como abordámos a questão introduzimos um conceito que, passe a expressão, ajudou a mudar a história. Refiro-me à convicção de que a libertação colonial era uma condição indispensável não só para a democratização do País, como para o futuro estabelecimento de um relacionamento fraterno e responsável com a África e o mundo de língua portuguesa.
Foi com este empenhamento, aberto à diversidade e confiante nas possibilidades da democracia, suportado pela generosidade e sacrifício de tantos e tantos destinos pessoais, que a minha geração enfrentou a explosão de expectativas e confrontos a que o 25 de Abril abriu caminho. Acredito que sem essa generosidade, o regime democrático que construímos não teria sido capaz de dar conta, como deu, das mudanças, e chegado, como chegou, às portas do século XXI com uma implantação sólida na sociedade portuguesa.

A margem de imprevisibilidade do futuro é elevada, não o nego. Por isso, aliás, o futuro surge nas representações sociais como um misto de esperança e inquietude. Esperança numa mais ou menos mágica remoção de escolhos e inquietude perante o adensar de novas ameaças.

É verdade que o futuro é incerto, derivando a incerteza do facto de não dominarmos todas as variáveis, de não controlarmos a relação entre os desejos e a realidade. Mas sabemos que se o futuro apresenta várias possibilidades, temos o dever de tudo fazer, pela inteligência e pela acção, em favor de umas e em detrimento de outras.

Abordei por diversas vezes este tema desde o início do meu mandato. Considero-o fundamental. É de facto preciso pensar o futuro. O futuro não decorre apenas das condições previamente fixadas, económicas e sociais, ou outras. Essa é apenas uma parte da questão. A outra parte é representada pelas nossas motivações, pelas nossas aspirações, pelos nossos projectos.

Este factor não pode ser subestimado. Sem projecto, desiludidos e pessimistas, ficaremos à mercê da inércia, da renúncia, prontos para todas as derrotas. Ora, enfrentar o futuro convocando as capacidades e vantagens postula que estejamos prontos a correr riscos, que saibamos antecipar as mudanças e lidar com elas.

É nesta perspectiva que avanço para o enunciado de alguns grandes desafios que estão no nosso horizonte de país, e de Estado integrante activo de uma comunidade mais vasta.

Em primeiro lugar o desafio da cidadania.

Conquistámos a democracia a pulso, e fizemos dela não apenas a fonte de legitimidade das instituições, como o penhor de dignidade do regime. O êxito obtido nessa aquisição, após uma longa experiência autoritária, não nos deve fazer esquecer as suas debi-

lidades, ou ignorar alguns dos constrangimentos que a limitam, ou negligenciar as suas possibilidades insuficientemente exploradas.

A adopção de mecanismos de aproximação entre representantes e representados, as garantias de visibilidade e transparência dos processos de decisão, bem como a extensão e multiplicação das modalidades de participação política são vias apontadas para o aprofundamento da democracia. A credibilização das instituições e dos partidos políticos, e em geral da vida política, passa por aí igualmente. Como passa o fortalecimento de uma opinião pública informada e exigente, tão pouco consolidada no nosso país.

O desenvolvimento dos direitos formalmente consagrados dos cidadãos continuará na ordem do dia. Essa é indubitavelmente uma condição indispensável ao reforço da cidadania. O objectivo, porém, de uma cidadania plena depende não apenas dos direitos consagrados como da sua efectiva utilização. A cidadania plena só se cumpre quando o diálogo se torna uma prática quotidiana de comunicação, quando a tolerância se torna a expressão normal da relação entre indivíduos e grupos. Quando, em suma, as diferenças não impedem o estabelecimento da solidariedade.

O tema da cidadania apresenta articulações necessárias com a reforma do Estado. A adopção de novos mecanismos de regulação do Estado democrático deverá supor e contribuir para a autonomia dos cidadãos. As administrações centrais, pesadas, burocráticas, «iluminadas», não poderão continuar a deter em monopólio a acção pública e a invadir a esfera da sociedade civil.

Não partilho no entanto da tese de que a eficácia e racionalização do Estado se obterão com o aligeiramento das suas responsabilidades no sistema de bem-estar. As políticas sociais de impulso à justiça social não serão no meu entender subsumíveis numa lógica de Estado mínimo. Se é desejável que se caminhe

para uma dinamização autónoma do conjunto de recursos da sociedade, tanto culturais como organizacionais, os défices de participação acumulados e as situações de exclusão não poderão ser colmatados sem protecção e, porventura, sem discriminação positiva assegurada pelo Estado.

Por isso aos que apostam na redução do Estado contraponho a reforma do Estado, com incidência articulada, tanto no domínio institucional da solidariedade como no da administração, justiça, e em geral da regulação de conflitos.

A coesão social não é um modelo estável e as fragilidades que a ameaçam são múltiplas. As desigualdades sociais e de género, a pobreza e a exclusão, os fenómenos do racismo e da xenofobia e da intolerância religiosa, a toxicodependência impõem uma lógica de prevenção e não apenas de intervenção em face das dificuldades ou até das ameaças de ruptura.

Não julgo aceitável, como se depreende das palavras anteriores, que a globalização da economia dispense a função reguladora do Estado, como não posso concordar que a inovação e a competitividade empresariais só possam ser asseguradas com desemprego e precariedade.

Estas teses, que fizeram curso nos anos 80 e 90, conduzem a dilemas insustentáveis, como o dilema entre a criação de emprego com incremento das disparidades sociais e da disseminação da pobreza, por um lado, e , por outro, a defesa de níveis elevados de protecção social com manutenção ou crescimento do desemprego de massa.

Ao invés, considero que a competitividade empresarial não é incompatível com a protecção social e que a inovação tecnológica não é necessariamente equivalente a desemprego. A expansão económica tem que se repercutir no emprego, o crescimento tem que se reconduzir ao homem e a economia à sociedade.

A democracia portuguesa ligou o seu destino à Europa, entendida como um espaço identitário, marcado por valores fortes: a liberdade, a igualdade de oportunidades, a promoção económica e cultural das sociedades, a igualdade entre Estados. É este um outro desafio, o da Europa, um conceito e uma prática que também não podemos deixar de querer aprofundar.

O inegável sucesso alcançado no objectivo da união monetária, com o qual se franqueará o século XXI, constitui um elemento poderoso de crédito para os passos seguintes: a redefinição das relações económicas com o resto do Mundo, o alargamento da União, a elaboração de uma arquitectura institucional nova para a Europa. Mas, e desde já, a Europa tem de reequacionar o seu modelo social.

Essa é porventura a dimensão em que a Europa deste fim de milénio tem registado avanços menos satisfatórios. O tema tem óbvias e fundas repercussões políticas. Ninguém negará que é numa objectiva limitação da cidadania que desemboca o desemprego e a precariedade de emprego, e que a segmentação e desigualdade social, para já não falar da exclusão, se traduzem em restrições da participação política e da própria governabilidade.

A reforma do modelo social europeu não é contornável. O pacto social que permitiu o crescimento do pós-Guerra tem que ser profundamente revisto, e o processo de acumulação de desemprego e precariedade na Europa interrompido.

Mas a reformulação do pacto social europeu não é concretizável na base exclusiva do voluntarismo e da generosidade. Depende seguramente de novos passos na construção política da Europa, o que implica que se repensem as fronteiras das competências e das responsabilidades das instituições europeias, e da solidariedade entre os Estados da União.

Pelo seu turno, Portugal tem aí um desafio crucial.

Não é um desafio novo, pois ao longo da história não foram raros nem irrelevantes os momentos em que partilhamos sem complexos a abertura de novos espaços de relação civilizacional. Não creio possível que os Estados possam aceitar o crescimento de um espaço público comum, à custa de uma desagregação das sociedades respectivas. A Europa depende tanto dos instrumentos de política comum, como da coesão social lograda em cada uma das comunidades territoriais que a integra.

É nesse sentido que os elementos culturais identitários, baseados na tradição, na história e no património são decisivos. Certamente que podem ser factores de resistência, mas a consciência de si, o orgulho das raízes que transmitem podem igualmente ser um factor positivo no estabelecimento de uma confiança mútua. Creio, por outro lado, que a solidez do diálogo entre comunidades, assente no respeito mútuo, depende do interesse e da atenção que cada uma saiba despertar nas outras, a partir exactamente das respectivas manifestações culturais, e do desejo de partilha desses valores que consiga inspirar.

A sociedade do 3.º milénio exigirá dos portugueses, para nela participarem de parte inteira, um grande investimento na aprendizagem. A sociedade do 3.º milénio será certamente uma sociedade de comunicação. A participação de parte inteira nessa comunidade implica que se dominem as linguagens comuns, mais ou menos especializadas, e que se seja um interlocutor válido.

Abrir um caminho mais largo e mais exigente para a sociedade da informação e do conhecimento é pois crucial. A educação ocupa um lugar estratégico não apenas por representar um instrumento imprescindível da igualdade de oportunidades, mas também porque a escola é um espaço de partilha de saberes e de valores, um espaço onde se aprende a conviver, onde se aprende

a respeitar e a dialogar com o outro. Assim, a escola terá de ser cada vez mais um espaço de criação, onde os jovens adquiram confiança nas próprias conjecturas, ensaiem a construção de novos edifícios intelectuais sobre a herança das gerações que os precederam.

Dessas capacidades depende a nossa estabilidade e a coesão das nossas relações enquanto sociedade, no futuro. Delas depende tanto a democracia como a sustentabilidade. As ditaduras sempre se alimentaram do obscurantismo e da ignorância. O saber é uma arma decisiva contra a destruição dos recursos e da diversidade cultural e biológica. Por isso é preciso apoiar uma atitude favorável à ciência e interessada na inovação.

Tenho insistido convictamente neste ponto: a atitude com que defrontamos o futuro e a sua incerteza é essencial. O nosso contributo é tão importante como o dos outros nossos parceiros. O futuro só acolhe os que não abdicam de participar, com a sua própria esperança e a sua própria racionalidade num mundo global.

Invocamos por vezes uma retórica do passado para iludir as dificuldades do futuro. De facto a nossa experiência histórica, não resolvendo por si só os problemas, é certamente uma poderosa vantagem e uma estimulante condição para olharmos o presente e o futuro com confiança.

A construção de um colectivo nacional implicou a criação de múltiplos instrumentos políticos e culturais para sedimentar a união e foi o resultado do esforço continuado de gerações e gerações de portugueses.

A percepção da identidade histórica como uma aquisição permanente é uma garantia para as escolhas a que devemos proceder. Podemos e devemos acreditar num projecto de longo prazo, num desígnio que oriente o caminho.

Mensagem ao País na Véspera das Eleições Autárquicas

(Transmitida pela Televisão e Rádio)
13 de Dezembro de 1997

Realizam-se amanhã as eleições para as autarquias locais. Como me cumpre, quero sublinhar, em breves palavras, a importância desse acto eleitoral e dirigir a todos os Portugueses um apelo a que votem cumprindo um dever cívico fundamental num regime democrático.

A campanha eleitoral decorreu com normalidade. Os poucos incidentes foram excepção à regra e em número que não ultrapassa o de anteriores actos eleitorais. Não devo, apesar disso, deixar de os lamentar e de esperar que, em caso nenhum, se repitam em posteriores consultas populares.

Aliás, importa que a visibilidade dessas excepções, não fique aos olhos dos cidadãos como a dominante do acto eleitoral. De Norte a Sul, no Continente, e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, nas centenas de autarquias, o período de esclarecimento eleitoral decorreu com civismo e democraticidade.

Os órgãos de comunicação social procuraram dar uma cobertura, quer noticiosa quer através da promoção de debates, tão ampla quanto possível a umas eleições que apresentam, do ponto de vista da informação nacional a prestar ao cidadão, a dificuldade de envolverem, em si, 305 campanhas eleitorais distintas para Câmaras e Assembleias Municipais e 4240 juntas de freguesia.

Apesar desse esforço de cobertura da campanha eleitoral, que atingiu naturalmente apenas um conjunto de candidaturas, o

essencial da decisão do cidadão acaba por depender, como sempre, do conhecimento local e da avaliação dos méritos dos candidatos.
Portugal mudou muito nos últimos vinte anos. Dessas mudanças, resultaram aspectos muito positivos, mas também um conjunto de realidades que se constituem como problemas de forte impacto no dia a dia dos cidadãos e que cumpre às autarquias locais resolver.
Se é certo que do debate político se tornou muitas vezes mais evidente o acessório do que o essencial não é menos verdade que no momento da opção de voto o que deve ser decisivo é a reflexão feita sobre as propostas para a solução dos problemas dos concelhos e freguesias do País.
Estas são eleições autárquicas. Cada eleitor tem a responsabilidade de contribuir, com o seu voto, para uma escolha que vai afectar toda a comunidade em que vive. Só participando no acto eleitoral se pode reforçar o poder local.
Às autarquias estão hoje conferidas competências crescentes que afectam a vida das comunidades. Essa evolução que amplia e reforça uma profunda tradição municipalista, exige, naturalmente, que seja também crescente o envolvimento dos munícipes na vida do seu concelho e freguesia.
A participação começa no processo de candidaturas autárquicas que envolve dezenas de milhares de portugueses, dando assim um primeiro sinal de interesse e empenhamento dos cidadãos. Ela prolonga-se no acto eleitoral ao legitimar as escolhas pelo voto. Mas é desejável que se prolongue depois numa participação na vida municipal que garanta a constante responsabilização dos eleitos locais.
Só quem vota escolhe. Quem se abstém deixa que os outros escolham por si.

O Poder local é um pilar fundamental da organização democrática do Estado. O trabalho dos eleitos locais é aquele que é feito em maior proximidade com os cidadãos. O desenvolvimento, a modernização do país e a qualidade de vida dos cidadãos, dependem, numa importante medida, da qualidade do trabalho realizado a nível concelhio. Por isso estas eleições são tão importantes.

Retomo as minhas palavras iniciais. Apelo-vos à participação no acto eleitoral de amanhã. Cumpram o vosso dever cívico. Façam-no de forma consciente e livre tendo em mente a procura do melhor para o vosso concelho e freguesia. Com a vossa participação nas urnas reforça-se o Poder Local e o regime democrático.

O vosso voto é uma forma de participar no futuro de Portugal.

Mensagem de Ano Novo

(Transmitida pela Televisão e Rádio)
1 de Janeiro de 1998

O ano que hoje começa é particularmente importante para Portugal. Quer no plano interno, quer no externo o nosso país tem a possibilidade de alcançar um conjunto de objectivos que o projectarão como Nação moderna e desenvolvida.

Em primeiro lugar, destaco o facto de Portugal estar em condições de poder participar no núcleo inicial dos países que integrarão a moeda única. Não foi fácil chegar aqui. Mas Portugal tem vindo a seguir um caminho claro e determinado. Esse percurso iniciou-se com a conquista da Liberdade e da Democracia, consolidou-se com o processo de adesão às Comunidades Europeias e tem vindo a ser coerentemente seguido. O País modernizou a sua estrutura produtiva, melhorou o nível médio de vida da população e refez grande parte das suas infra-estruturas.

Mas há ainda muito a fazer para consolidar o nosso desenvolvimento. Há em muitos domínios debilidades a vencer. As tragédias que assolaram o Continente e os Açores em 1997, e que não posso deixar de recordar, demonstraram algumas fragilidades com que nos temos de preocupar no futuro. Por isso, a continuidade do esforço de modernização já efectuado depende, em grande medida, de uma mudança de atitudes, de uma nova cultura de exigência e rigor.

Hoje, o que importa é estimular uma nova atitude cultural perante a vida, vencer um certo comodismo, a passividade, a falta de iniciativa e de concretização apoiados muitas vezes numa

cultura de facilidade. Esse tempo acabou. É preciso ter consciência disso. Muito do progresso alcançado dependeu de apoios exteriores. Cada vez mais o futuro terá a ver com as nossas próprias capacidades.

As condições, cada dia mais rigorosas, da globalização exigem de nós uma sólida formação, grande profissionalismo, capacidade de iniciativa e de concretização, tal como aconselham a ruptura com uma certa lógica corporativa que só prejudica os interesses globais da sociedade e da economia.

Portugal está a seguir um rumo claro e a modernizar-se. Mas o essencial do nosso esforço futuro resultará da aposta feita na formação das novas gerações e do investimento que a geração hoje com responsabilidades tiver nessa formação.

Esta é a prioridade do País. Creio que todos temos consciência de que é possível cumprir essa prioridade. Mas também devemos ter consciência de que o tempo urge. A tarefa é difícil, mas nunca, como hoje, Portugal esteve em condições de garantir um tão importante salto qualitativo no seu desenvolvimento. Olho por isso com optimismo para o caminho que Portugal está a trilhar. Permito-me, todavia, destacar alguns aspectos a que dedico a maior atenção porque creio que deles depende, em grande medida o sucesso desse trabalho.

Em primeiro lugar a questão da educação. A marca essencial das sociedades do século XXI será o conhecimento, a criatividade e a inteligência. É esta a matéria-prima que definirá a riqueza dos povos e das nações. Ora é necessário reconhecer que o nosso país termina o século XX com défices muito importantes no sector educativo, malgrado os esforços já efectuados. Procurarei contribuir, na medida do possível, para ajudar a transformar este estado de coisas. Os Portugueses necessitam de uma escola de qualidade. Precisam de uma escola que os habilite, cada um à sua maneira, para

o exercício de uma cidadania responsável e para a inserção no mercado de trabalho. A educação não é apenas um problema do governo. É um problema nacional, de enorme dimensão, é uma responsabilidade de todos: pais, professores, alunos, autarcas, empresários. Mas também é verdade que não se pode apelar à responsabilidade de todos sem que o sistema possua rigorosos métodos de avaliação. Também aqui é necessária uma cultura de exigência. Só assim se alcança uma escola de qualidade. O futuro dos Portugueses depende da seriedade e da urgência com que se enfrente este problema.

Estou certo que neste novo ano todos os agentes políticos, económicos e sociais procurarão contribuir com o melhor do seu esforço para que os Portugueses possam atingir patamares mais elevados de desenvolvimento.

Aos partidos cumpre apresentar alternativas claras aos Portugueses. A natural alternância democrática é baseada na escolha entre programas diversos. É essa a essência da democracia. Mas Portugal necessita da disponibilidade de todos para garantir alguns compromissos essenciais ao desenvolvimento. A estabilidade não resulta apenas da ausência de actos eleitorais extemporâneos, mas da capacidade de desenvolver consistentemente as políticas de longo prazo que assegurem as condições de modernização sustentada do País. Julgo ser esta a estabilidade que os Portugueses hoje desejam. Este ano não deixará de exigir de todos um esforço acrescido de afirmação e de compromisso quanto às questões decisivas para o futuro dos Portugueses. Temos de nos concentrar no que é essencial.

Gostava de sublinhar também que 1998 é o ano da realização da Exposição Mundial dedicada à temática científica e ambiental dos Oceanos. Durante meses a Expo 98 fará de Portugal o palco onde se concentrarão muitas atenções. O nosso país desfrutará

de uma oportunidade extraordinária para melhor se dar a conhecer, receberá a visita de delegações de todo o mundo e de um número significativo de Chefes de Estado e de Governo.
Este é um momento importante de contacto e diálogo da língua portuguesa e das culturas que nela se exprimem com o resto do mundo. Mas este é igualmente o ano da realização, no Porto, da Cimeira Ibero-Americana o que fará de 1998 um ano de grande projecção internacional para Portugal. É a oportunidade para prolongar o trabalho e o esforço desenvolvidos, nomeadamente com a participação portuguesa nos contingentes de paz na Bósnia e em Angola e a eleição para o Conselho de Segurança da ONU, factos que reforçaram a nossa afirmação e credibilidade internacionais.
Esta posição permite-nos também trabalhar de forma reforçada na questão de Timor-Leste. Quero, neste início de ano enviar uma mensagem muito especial a todos os timorenses. Quero que saibam que no vosso sofrimento têm a solidariedade de todos os portugueses e que no vosso esforço para poderem escolher livremente o vosso destino têm o nosso apoio persistente e empenhado. Portugal não vos esquece.
Quero dirigir uma palavra especial a todos aqueles a quem, por uma ou outra razão, a vida não tem corrido melhor e que enfrentam difíceis problemas para assegurar o bem-estar mínimo das suas famílias. Para mim é importante olhar com a maior das atenções para os problemas do emprego e para as desigualdades sociais do País. Não é possível aceitar que a modernização de Portugal se faça a par de uma crescente exclusão social. Só o reconhecimento da solidariedade como valor orientador das políticas pode assegurar a diminuição da exclusão social.
Entramos neste ano sem se terem alcançado ganhos significativos no combate ao problema da Droga. Esta é uma situação que

acompanho com profunda preocupação. É um gravíssimo problema nacional que se encontra espalhado por todo o lado, das cidades ao mundo rural e que destrói anualmente centenas de famílias de todos os grupos sociais. É preciso coragem para o afrontar. É necessário uma repressão rigorosa e constante no combate ao tráfico organizado e um debate aberto e franco sobre as diversas alternativas que, no campo clínico, jurídico e social se colocam. Neste ano Portugal tem de caminhar decididamente no combate a este flagelo.

Faço votos para que o ano que agora se inicia fique também marcado por uma visão mais tolerante da vida. O ano que terminou registou alguns manifestações de intolerância, conflitualidade e de discriminação racial. É importante conter a tempo estes fenómenos. A tolerância é um valor humanista que sempre caracterizou o nosso olhar sobre o Mundo. Só com tolerância se constrói uma sociedade aberta e plural, uma sociedade onde todos contam.

Portugal precisa de todos. Hoje há uma sociedade civil cada vez mais desperta e dinâmica. Este é um aspecto positivo que espero ver reforçado este ano. O País precisa de uma opinião pública forte e exigente. Precisa de cidadãos capazes de dar um contributo solidário à sociedade em que se inserem.

Portugal tem razões fundadas para encarar com segurança o futuro. A minha preocupação como Presidente será sempre a de contribuir para que não se perca de vista o rumo essencial do País e que, para o assegurar, se reúnam os esforços e garantam os compromissos necessários entre todos os agentes políticos económicos e sociais.

Quero dirigir uma palavra especial aos portugueses residentes em Macau que o ano passado fiz questão de visitar. Este é um ano importante para o território. A menos de dois anos da pas-

sagem para a administração chinesa quero deixar-vos o testemunho da minha confiança na estabilidade do processo de transição.
Desejo Bom Ano a todos: aos portugueses que vivem no país, às comunidades residentes no estrangeiro e no território de Macau, mas também àqueles que procuraram Portugal para entre nós viver e trabalhar. A todos os meus votos de felicidades pessoais. Feliz Ano Novo.

CAPÍTULO II

DEMOCRACIA, ESTADO E SOCIEDADE

«A democracia moderna tem de implicar o compromisso com um novo conjunto de direitos e deveres que, sem se substituírem aos anteriores, os reforçam, ampliam e fortalecem, dando uma resposta fácil à progressiva ruptura da relação entre o cidadão e o Estado.»

Sessão de Abertura da Mesa-Redonda
«Os Direitos do Homem em Portugal»
Fundação Engenheiro António de Almeida, Porto
19 de Abril de 1997

Tive muito prazer em aceitar o honroso convite dos presidentes da Secção Portuguesa da Amnistia Internacional e da Associação Política Regional e de Intervenção Local para participar na mesa-redonda sobre «Os Direitos Humanos em Portugal».

O tema dos direitos, liberdades e garantias é sempre, por definição, um tema oportuno. Dito isto, tem um significado especial tratar esse tema em Portugal, no mês de Abril, que, para nós, será sempre sinónimo de liberdade. Em Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas derrubou o regime autoritário; em Abril de 1975, realizaram-se as eleições gerais que determinaram a orientação democrática do processo de transição; e, em Abril de 1976, passámos a ter uma Constituição democrática.

Vinte e um anos depois, com a maioridade cívica da democracia portuguesa, a cultura dos direitos, liberdades e garantias tornou-se parte integrante da nossa identidade nacional. É uma dimensão indiscutível da comunidade política portuguesa, cujas raízes partem dos municípios e cujo futuro se projecta na unificação de uma Europa democrática.

Essa democracia exige uma participação efectiva dos cidadãos na vida pública, no exercício de uma cidadania activa, para realizar o bem comum e o interesse geral.

Uma democracia moderna é um Estado de direito, que resulta de um contrato de igualdade jurídica entre todos os cidadãos,

assente em duas traves mestras: a institucionalização dos direitos do homem e a separação de poderes.
Uma democracia moderna é também uma construção permanente. E, se o Estado nacional continua a ser o quadro essencial de garantia dos direitos e de formação da vontade democrática, o desenvolvimento de uma «ordem constitucional europeia» acrescenta uma nova dimensão à nossa procura de um direito comum, de vocação universal, para a defesa dos direitos do homem.
O cimento essencial da uma união europeia só pode ser o «património comum» dos direitos do homem, dos direitos cívicos e sociais que distinguem a tradição liberal da nossa civilização. Esses «direitos históricos» nasceram nas encruzilhadas dos conflitos, por vezes em circunstâncias caracterizadas por lutas em defesa das novas liberdades contra velhos poderes, «muitas vezes de modo gradual, não todos de uma vez e, seguramente, nem de uma vez por todas», como nos ensina Norberto Bobbio.
É disso exemplo, entre nós, a explosão da liberdade, com o fim do regime autoritário, e a consagração dos direitos na Constituição da República, com o advento da democracia.
A construção europeia, na sua próxima etapa, com a revisão do tratado da União Europeia, tem no respeito pela articulação entre os direitos cívicos e os direitos sociais um desafio crucial. Uma Europa «ao serviço da justiça e da dignidade das pessoas», no pleno respeito pelos direitos cívicos e políticos fundamentais, onde se possa circular e viver em segurança, garantidas as condições de estabilidade social e de progresso económico, é um objectivo inerente à própria existência institucional da União Europeia. Para realizar a ideia de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, a União Europeia tem de assentar na salvaguarda dos direitos civis e políticos, económicos e sociais, tal como estes

resultam da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, bem como das tradições constitucionais dos Estados membros e dos princípios gerais do direito comunitário.

O reforço da cidadania e da democracia na União Europeia pressupõe uma articulação dos direitos civis e sociais e a interdição de discriminações baseadas na diferença de «raça, cor, sexo, língua, religião, origem nacional ou social, pertença a uma minoria nacional, fortuna, nascimento, deficiência, ou qualquer outra circunstância». E apela à «necessidade e emergência» de uma nova geração de direitos, tendo em conta, nomeadamente, as mudanças científicas e técnicas, os progressos do conhecimento em matéria de ambiente e as alterações demográficas.

O percurso da construção europeia dos direitos do homem aponta, assim, para um «direito dos direitos», para um direito comum de referência, que complemente e fortaleça os direitos internos dos Estados, e em que o Estado de direito assente na combinação de dois princípios interligados: o da legalidade e o da garantia judiciária. Esses princípios de legalidade e de justiça servem de referência a uma ordem jurídica pluralista, capaz de integrar as culturas e as tradições jurídicas nacionais e de dar um contributo efectivo à elaboração de um direito comum europeu.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Constituição da República portuguesa é o referente maior de uma carta de direitos, liberdades e garantias, que antecipou as liberdades de todos, mas ficou, por vezes, à espera de se corresponder com a garantia de direitos para todos.

Nesse sentido, pode dizer-se que a proclamação dos direitos nem sempre tem correspondido à sua efectiva protecção e garantia. A Constituição da República assinalou, em 1976, a fundação da democracia moderna, cujas novas fronteiras provocaram a conju-

gação simultânea de várias gerações de direitos que, noutros casos, foram evoluindo, diversamente, numa sucessão histórica própria. Assim, ao lado dos «direitos da liberdade» — os direitos cívicos e políticos fundamentais, que correspondem a uma garantia da liberdade dos cidadãos perante o Estado — temos os direitos sociais de segunda geração, assentes na ideia de igualdade, a que se segue uma terceira categoria heterogénea de direitos colectivos, que exprimem o valor da solidariedade. E está em formação uma quarta geração de direitos, como os «direitos bioéticos», que incidem nas aplicações da biologia e da medicina.

A emergência de uma ampla consagração de direitos dos cidadãos correspondeu, naturalmente, a uma definição de deveres individuais e do Estado, num processo complexo, que está longe da sua efectividade garantística.

O Estado democrático garante o essencial dos direitos civis e políticos. Todavia, há dimensões da sua concretização que ainda exigem aperfeiçoamento, menos por razões normativas do que na regulação dos procedimentos necessários para assegurar a sua efectividade e garantia judiciária. Tenho insistido nesse tema, ao chamar a atenção para uma certa insatisfação geral quanto à justiça e ao funcionamento das instituições judiciárias, que prejudicam a indispensável confiança na autoridade da lei.

De pouco valerá ter direitos proclamados e receber da sua correspondência judiciária um labirinto penoso de procedimentos obscuros, dilações injustificáveis e escapatórias frustrantes, que fazem da justiça um processo adiado e tardio.

As mudanças económicas, os problemas do desemprego e da exclusão social, o flagelo da droga, as novas condicionantes da vida urbana desencadearam uma crescente procura judicial, tanto ao nível criminal como civil, fazendo dos tribunais, em grande medida, instâncias de cobrança de dívidas.

Os ajustamentos da organização judiciária que têm vindo a ser propostos esperam, ainda, a prova da sua eficácia na resposta às novas complexidades e aos novos fenómenos sociais.

Ora, o funcionamento da administração judiciária é tanto mais preocupante quanto os tribunais são um pilar do Estado de direito, uma última razão na resolução pacífica das conflitualidades, uma instância legitimadora dos equilíbrios sociais e das regras autoconsentidas. Tem que ser firmemente combatida a tendência perigosa para a «justiça popular», que constitui um exercício ilegítimo e condenável da violência, e exprime reflexos de racismo, xenofobia e intolerância, inaceitáveis na nossa democracia.

O direito à segurança como condição da liberdade não deve diminuir o valor primeiro da liberdade, sem prejuízo da necessária intervenção dos poderes públicos na garantia das condições do exercício dos «direitos da liberdade».

Os novos fenómenos da «criminalidade de rua», tantas vezes originados pela tragédia da droga, com traços cada vez mais preocupantes de envolvimento de jovens, exigem não só acções repressivas, mas também outras respostas, que devemos equacionar com abertura. Como tenho referido, o combate necessário contra o tráfico de droga e a dura punição dos traficantes não resolverá, por si só, o problema. É preciso, sobretudo, evitar que a nossa luta contra a droga se transforme numa guerra fácil aos consumidores, que são as suas maiores e mais vulneráveis vítimas.

Num momento em que crimes brutais, cuja violência mórbida é revelada pelos meios de comunicação social, acentuam os sinais de insegurança na sociedade portuguesa, creio indispensável que as forças de segurança se afirmem, cada vez mais, como garantes legítimos da protecção das pessoas e fortaleçam a sua credibilidade cívica.

O rigor no recurso aos meios de coacção, quando necessário e sempre que necessário, deve estar enquadrado nas exigências legais do cumprimento da missão das forças de segurança, que é exercida em nome da tranquilidade e da ordem públicas, da segurança de pessoas e bens, e da defesa dos direitos dos cidadãos. Não há autoridade sem lei, nem lei sem autoridade.

Face à crescente sofisticação dos meios da alta criminalidade, perante a extensão do tráfico de droga, dos delitos financeiros e da criminalidade organizada é urgente criar as condições para um aumento de confiança nas forças de segurança, melhorar os seus meios preventivos e repressivos, e consolidar o seu espírito cívico e de responsabilidade.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Estamos a viver um período de desenvolvimento de novos direitos, cuja emergência recebe um consenso cada vez mais alargado na sociedade portuguesa, empenhada no fortalecimento das condições do exercício da cidadania.

É o caso, designadamente, da evolução dos direitos de defesa e do aperfeiçoamento do processo criminal, do quadro jurídico de protecção dos dados pessoais e da utilização informática, das regras do exercício da liberdade de informação, e do vasto campo da investigação bioética e médica, incluindo a defesa da integridade, identidade e dignidade da pessoa humana.

Por sua vez, a integração europeia apela para novas regras, decorrentes da liberdade de circulação, e para a necessidade de reunir, no espaço judiciário europeu, os meios indispensáveis para o combate ao terrorismo e à criminalidade organizada.

Sem deixar de considerar que os direitos cívicos e políticos são a essência da liberdade, creio que, cada vez mais, esses direitos fundamentais formam um todo com os direitos económicos e sociais.

É nessa perspectiva que devemos reflectir sobre as reformas necessárias do Estado-Providência, de modo a garantir que a resposta aos imperativos da competitividade, da produtividade e do emprego se possa realizar sem ruptura do contrato social e com o fortalecimento das condições essenciais de uma vida digna e do respeito que são direitos dos cidadãos numa sociedade moderna.

Nesse quadro, o direito à educação e à qualificação profissional é cada vez mais importante numa sociedade avançada, tal como a consolidação de um modelo de protecção social e de saúde pública se tornou ainda mais urgente para limitar os piores efeitos da exclusão, da pobreza ou da marginalidade. Sem uma garantia mínima efectiva da dignidade humana nunca será possível fazer recuar os fenómenos de violência e de desintegração que ameaçam a coesão das sociedades modernas contemporâneas. Tenho plena consciência do custo material desses direitos de solidariedade, mas creio que esse valor é o preço irrecusável de uma sociedade civilizada, que é a raiz da liberdade e o outro nome da democracia e do Estado de direito.

A democracia portuguesa foi fundada em nome dessa liberdade, e deve realizar-se na concretização dessa ambição de justiça.

Muito obrigado.

Sessão de Abertura do Colóquio Internacional «Liberdades, Direitos e Garantias Fundamentais do Constitucionalismo Português de 1822 a 1997»
Ateneu Comercial do Porto
3 de Outubro de 1997

Saúdo nos promotores e participantes deste Colóquio a feliz iniciativa de celebração do aniversário da Constituição de 1822 através da abordagem de um tema que, apelando à memória das origens e desenvolvimento do constitucionalismo português, estimula simultaneamente a reflexão sobre o balanço, perspectivas e responsabilidades do tempo presente.

É comum a tendência para, em cada momento histórico, se julgarem os contributos de cada época precedente à luz dos padrões contemporâneos, bem como para se considerarem as soluções entretanto encontradas como sínteses definitivas e os progressos realizados como o fim da história.

Com a reserva que esta tentação nos deve inspirar, é não apenas possível, como da maior oportunidade e interesse avaliar o alcance, a natureza e os limites que a consagração dos direitos, liberdades e garantias obteve nas sucessivas Constituições portuguesas.

Seguramente que as várias exposições apresentadas neste Colóquio permitirão uma apreciação mais rigorosa do legado histórico do nosso constitucionalismo e do sentido e importância da inspiração que nele recolheram os constituintes de 1976. Uma tal análise permitirá, além do mais, destacar a influência dessa tradição na conformação política e jurídica do nosso actual regime constitucional.

Nos dias de hoje, a legitimidade do exercício do poder político é decisivamente aferida, internamente e no plano da comunida-

de internacional, em função da forma como em cada Estado se acolhem, praticam ou reconhecem os direitos fundamentais do homem, do cidadão e dos povos.

Nessa medida, é também em razão desse critério que o nosso Estado democrático poderá hoje assumir-se ou não como legítimo herdeiro, continuador e depositário dos ideais de liberdade e justiça que, proclamados nas revoluções americana e francesa dos finais do século XVIII, encontraram, entre nós, uma primeira expressão global política e jurídica na Revolução de 1820 e na Constituição de 1822.

Nesse domínio, não deixará, por certo, de se reconhecer a Constituição de 1822 como expressão do ideal de separação de poderes e garantia das liberdades individuais que inspirava os movimentos revolucionários que, na altura, atravessavam a Europa. O que aí se apresentava era, essencialmente, um projecto de racionalização e de subordinação do Estado ao Direito visando, como se diria na fórmula que resultava da filtragem desse ideal pela mundividência liberal da época, a garantia da trilogia liberdade-segurança-propriedade.

Quando hoje se lança o olhar sobre a nossa experiência constitucional é relativamente fácil e pacífico elencar as deficiências, compressões ou entorses que as circunstâncias da época impuseram ao reconhecimento e vivência dos direitos, liberdades e garantias.

Nesse sentido, surge a tendência para conceber o actual Estado democrático como um sistema, não apenas distante, como materialmente desvinculado das origens do nosso constitucionalismo. É que, não especialmente entre nós, mas em todas as latitudes em que o Estado de Direito iniciava o seu caminho, inúmeros factores condicionavam negativamente a assunção plena, na época, daquele ideal de liberdade, fraternidade e justiça.

Era o caso do sufrágio, restrito, masculino, censitário e capacitário que, tal como na democracia ateniense, excluía dos limites da *polis* a esmagadora maioria da população. Era a prevalência absoluta do direito de propriedade, considerado como direito de usar e abusar, como verdadeira fonte e critério de atribuição e limitação dos restantes direitos. Era a desigualdade jurídica e prática entre sexos, raças, religiões e ideologias, a recusa dos direitos laborais e associativos e a intolerância religiosa. Era, também, o incipiente reconhecimento dos direitos sociais.

Estes factores não impediam apenas o pleno desenvolvimento de um sistema político que, em teoria, se fundava na dignidade da pessoa humana e na garantia das liberdades individuais perante o Estado, como constituíam causas significativas da grave crise mundial que viria a abalar o século XX.

Porém, como as trágicas experiências do nosso século demonstraram à saciedade, a saída não estava na ruptura radical com os princípios globais orientadores do novo modelo de Estado e do seu relacionamento com os cidadãos, mas tão-só na superação renovada e sempre problematizável daqueles quadros bloqueadores.

Também entre nós, e mais uma vez acompanhando outras experiências que na época faziam o seu curso na Europa, aí está a experiência autocrática do regime de 1933, com o esvaziamento jurídico e a destruição prática das liberdades e a desvirtuação do sentido da própria existência de uma Constituição, a ilustrá-lo negativamente.

Ao longo dos últimos 175 anos mudou substancialmente o entendimento da separação de poderes e não menos se alterou a concepção do que deve entender-se por direitos e liberdades fundamentais. Porém, num mundo radicalmente distinto do da sociedade burguesa do século XIX, o Estado de Direito dos nos-

sos dias continua, essencialmente, a ser a expressão actualizada do mesmo ideal de limitação jurídica do Estado e de funcionalização do exercício do poder político à salvaguarda, promoção e realização dos direitos fundamentais.
O facto de as nossa sociedades terem sabido superar as deficiências assinaladas e terem sido capazes de integrar a aspiração democrática e as preocupações de igualdade e justiça material no mesmo quadro estrutural de Estado de Direito não nos pode remeter, todavia, e precisamente no domínio que aqui conjuntamente reflectimos, para um qualquer comprazimento contemplativo.
As profundas mutações tecnológicas, convivenciais e geracionais a que assistimos, colocam-nos perante novos problemas e novas responsabilidades que exigem seguramente novas respostas.
No domínio dos direitos, liberdades e garantias é, como vimos, relativamente fácil diagnosticar *a posteriori* os males de que padecia o mundo liberal do século XIX, tal como será evidente, para as gerações vindouras, saber onde nós próprios falhámos e onde não acompanhámos as necessidades do desenvolvimento.
Mas, as responsabilidades de hoje exigem-nos uma reflexão e uma resposta imediata, precisamente no momento em que as pequenas tricas do quotidiano da luta política e a névoa mediática que delas emerge nos tende a obstruir a visão da linha do horizonte.
Tanto quanto é possível ver claro a um observador simultaneamente empenhado, poderemos dizer que no plano da consagração jurídico-constitucional dos direitos fundamentais o essencial está, entre nós, de há muito realizado.
Numa Constituição nascida num processo de ruptura com um regime ditatorial e um Estado estranho ao controlo democrático dos cidadãos compreende-se que o articulado corresponda a uma ampla ambição garantística.

Porém, para que a Constituição não corra o risco da transformação da sua natureza em Constituição meramente nominal, não se pode aceitar, designadamente no domínio dos direitos fundamentais dos cidadãos, a possibilidade de verificação de um desfasamento significativo entre texto e realidade constitucional. Quando, por exemplo, a nossa Constituição consagra um extraordinário elenco de direitos sociais — mais generoso que o acolhido em qualquer Constituição dos países mais desenvolvidos — e depois nos confrontamos com a incipiência de realização do nosso Estado social, é precisamente aquele risco que nos confronta a todos.

É certo que a generosidade do texto constitucional não se reflecte, por si só, na perda da força normativa da Constituição e que, em todo o caso, não deixaria de apresentar sempre a vantagem de apontar um caminho. Mas, isso só será assim se, em primeiro lugar, dessa indicação os titulares do poder político e as instituições responsáveis colherem algum sentido de orientação vinculativa e actuação sindicável.

Em segundo lugar, só será assim se não se confundirem consagração jurídica e realização prática dos direitos e não tendermos, consequentemente, a importar as soluções que os Estados mais desenvolvidos procuram para a crise do seu Estado social, esquecendo que há, entre nós, e não obstante as necessárias reformas, ainda um significativo caminho de prestações a garantir.

Por último, se a desvinculação e desresponsabilização que tendem a germinar num domínio que, por natureza, está intrinsecamente dependente das disponibilidades financeiras, não induzirem idêntica atitude no domínio das imposições constitucionais de realização não diferida no tempo como é o dos direitos, liberdades e garantias.

Ora, também aí a principal preocupação deve ser, sobretudo, a da concretização, conformação e efectivação dos direitos, a da superação do desfasamento entre uma consagração jurídico-constitucional exaustiva e uma realização prática muitas vezes difícil ou até impossível.

De nada valerá, por exemplo, consagrar, como se fez na recente revisão constitucional, um novo direito a uma decisão judicial em prazo razoável e a um processo equitativo — direito de que os cidadãos portugueses já usufruíam por força da vinculação convencional do Estado e por cuja violação, de resto, temos sido repetidamente condenados nas instâncias internacionais de tutela —, de nada valerá tal iniciativa constitucional, dizia, quando, na prática, persistem na organização judiciária bloqueios e dificuldades de diferente natureza.

Por outro lado, muitas das vezes a protecção dos direitos resulta prejudicada, e, paradoxalmente, tanto por força de um défice cada vez menos justificável de procedimentos de garantia, quer por facto de um anacrónico excesso de garantismo e burocratismo paralisantes do funcionamento do sistema judicial e, consequentemente, da tutela dos direitos.

Há que ter a consciência que por estas insuficiências e pela respectiva superação somos todos responsáveis, titulares do poder político e associações de cidadãos, intelectuais, políticos e membros da comunidade jurídica e judiciária.

Há, por último, nestas tarefas, que encontrar um equilíbrio entre os diferentes poderes, com a consciência de que não há, no edifício do Estado de Direito, guardiões exclusivos do templo investidos de uma qualquer verdade absoluta. Os limites funcionais de uns carecem de ser compensados pela legitimidade democrática dos outros, de forma a que a separação dos poderes vá de par com a respectiva interdependência, num processo em

que a defesa legítima do estatuto profissional de cada corpo se subordina à prossecução última dos direitos de uma cidadania plena.

Os objectivos são conhecidos e eles só podem ser, em Estado de Direito democrático, os da garantia da plenitude da tutela judicial para qualquer lesão dos direitos e liberdades fundamentais e os da garantia do acesso efectivo da população aos bens por eles protegidos.

O desejo que aqui expresso e a certeza que me conforta são os de que o brilho e a riqueza intelectual dos participantes neste Colóquio seguramente contribuirão para iluminar um caminho que terá que ser feito por todos.

Sessão de Abertura do Fórum Mundial da Criança 97

Faro
7 de Outubro de 1997

Quero dirigir as minhas primeiras palavras — palavras de muito apreço que gostaria pudessem constituir estímulo para o futuro — às pessoas e instituições que promoveram e organizaram o Encontro que agora se inicia.

Permitam-me, para não cometer a injustiça de qualquer omissão grave, que não individualize as pessoas, mas que, quanto às instituições, refira expressamente duas das que mais contribuíram para esta realização: por um lado o International Forum for Child Welfare, Organização Não-Governamental que faz questão de pautar a sua actuação pelos princípios consagrados na Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança; e, por outro lado, o Refúgio Aboim Ascensão, instituição que pugna por melhores condições de vida para as crianças desfavorecidas desta região, com todas as dificuldades que marcam o dia-a-dia do combate contra a exclusão social.

Todos os que, como eu próprio, consideram que o exercício da actividade política perde sentido, sempre que, por esta ou aquela razão, se alheia do sofrimento humano causado por injustos desequilíbrios sociais, não poderão deixar de render homenagem a quem concebeu e assumiu a responsabilidade de concretizar este Fórum Mundial sobre problemas da Criança.

Estou certo de que o debate de ideias e o intercâmbio de experiências que aqui serão levados a cabo vão fornecer indicações

preciosas para intervenções adequadas neste delicado domínio da vida social.
Como é sabido, o acervo de Direitos da Criança internacionalmente consagrados tem vindo a expandir-se.
Infelizmente, porém, muitas são as indicações que nos chegam dando conta, ora de violações graves e por vezes massivas desses direitos, ora de uma dramática ausência de condições sociais e de medidas políticas que permitam encarar a própria possibilidade da sua aplicação. Neste, como noutros domínios congéneres, falar em Cartas *Universais* de Direitos constitui uma força de expressão, se não mesmo amargo eufemismo.
Perante a dureza dos factos, faz todo o sentido interrogarmo-nos, como é intenção expressa dos organizadores e participantes deste Fórum, sobre as estratégias mais eficazes para defender as crianças de riscos, ameaças e ofensas reais à sua integridade física, psíquica e moral.
O enunciado de alguns factores que hoje tornam vulnerável a condição infantil não pode deixar de nos trazer as mais profundas preocupações.
De facto, apontando tais factores para aspectos centrais do funcionamento, à escala nacional e internacional, das sociedades contemporâneas, todas as dúvidas sobre a capacidade para enfrentarmos com sucesso os problemas da Criança são legítimas e justificadas.
Não são esses problemas, tantas vezes, a manifestação de conflitos de interesses políticos ou de ambições mercantis de grupos ou minorias corruptas que a ordem internacional tolera ou finge ignorar?
Não são os problemas das crianças, noutros casos, o resultado final de sinistras intenções de limpeza étnica que, embora mil vezes anunciadas, teimam em ser ignoradas pelos Estados e por tantos milhões de cidadãos desatentos?

Não são ainda os problemas das crianças apenas um dos lados negros de políticas económicas mais sensíveis à conquista de quotas de mercado do que às desigualdades de rendimentos e à amputação de direitos sociais dos cidadãos?

Não são as ameaças e ofensas às crianças na família o eco de fracturas que sobre esta se abatem quando o emprego escasseia, quando os salários ficam aquém dos limiares da decência, quando a justiça dos tribunais não actua, quando as políticas de habitação se desumanizam, quando a pressão consumista se exerce sem restrições, levando a confundir desejos com a realidade?

E que dizer do abuso sexual de menores ou da prostituição infantil? Serão eles problemas das crianças ou, antes de mais, problemas da própria estruturação global de sociedades que, encerradas em tabus e falsos moralismos, foram perdendo capacidade para formar e deixar expandir equilibradamente os afectos?

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Os meios de comunicação social não param de nos pôr perante imagens de crianças em sofrimento.

A frequência e fugacidade de tais imagens tendem a promover efeitos contraditórios. Se, por um lado, nos permitem aceder a informação preciosa sobre o que se passa no mundo, provocam, por outro, fenómenos de banalização e neutralização de sentido, levando-nos, ao limite, a descrer da existência de qualquer realidade para além da virtual.

Não vou alongar-me sobre as consequências negativas desta forma peculiar de evasão cívica. Para traduzir as minhas preocupações a este respeito, prefiro recorrer a palavras simples, mas nem por isso menos depuradas, de um poeta de Timor, Fernando Sylvan.

Eis o que nos diz:

Todos já vimos
nos livros, nos jornais, no cinema e na televisão
retratos de meninas e meninos
a defender a liberdade de armas na mão.

Todos já vimos
nos livros, nos jornais, no cinema e na televisão
retratos de cadáveres de meninos e meninas
que morreram a defender a liberdade de armas na mão.
Todos já vimos!
E então?

A interpelação do poeta não pode ficar sem resposta.
E não se trata apenas de olhar com olhos as imagens do sofrimento infantil: trata-se ainda de utilizar todos os instrumentos intelectuais ao nosso alcance para estudar em profundidade as causas que o sustentam e propor medidas políticas que o atenuem significativamente, pelos menos nas suas formas mais brutais.
Quero voltar a dirigir-me — e com isto termino — aos organizadores deste Fórum.
Sei avaliar o empenhamento que é necessário para concretizar uma iniciativa deste alcance. Mas também posso presumir que a qualidade dos participantes permitirá que os objectivos por vós almejados acabem por ter plena concretização nas conclusões do Encontro.
Sendo esse, por certo, o melhor estímulo para a continuação do vosso trabalho, nem por isso prescindo de a ele me associar, saudando-vos pela oportunidade que foi dada ao nosso país de aqui discutirmos os direitos da Criança.

É com iniciativas destas que se promove e consolida a vocação universalista de uma cultura. É assim também que as acções e as parcerias dos testemunhos se ampliam. Não vejo outro caminho. Bem hajam!

Sessão de Abertura
do XXXV Congresso Internacional
da Associação de Jornalistas Europeus
Fundação Calouste Gulbenkian
20 de Outubro de 1997

Saúdo, na pessoa do Presidente da Associação de Jornalistas Europeus, todos os profissionais de Comunicação Social, e faço votos para que este XXXV Congresso atinja plenamente os seus objectivos e, assim, contribua, a seu modo, para o importantíssimo papel que os jornalistas desempenham nas sociedades modernas. Permitam, todavia, ao Presidente da República uma menção individualizada. Quero saudar, na pessoa da Dr.ª Maria Elisa Domingues, todos os jornalistas portugueses. Para quem, como eu, iniciou a sua vida política no combate à ditadura, a liberdade de expressão era uma das liberdades mais ansiadas. A censura prévia e a repressão, de que eram alvo tantos jornalistas, marcaram toda uma geração. Posso dar testemunho do que foi esse difícil caminho e presto a minha homenagem àqueles que nunca temeram o preço que tiveram de pagar. É a eles, em particular, que dedico esta minha saudação, e faço votos para que ela possa representar, para as novas gerações de jornalistas, um exemplo: o exemplo de que a luta pelo rigor informativo e pluralismo noticioso não têm preço e que nem os regimes, nem a lógica dos interesses económicos se podem sobrepor ao rigor deontológico. Quero, também, felicitar os organizadores pela escolha do tema deste Congresso: «Uma Nova Cidadania para a Europa». A questão da cidadania é um grande tema de civilização e também o grande debate que marcará a futura evolução da União Europeia e também da Europa no seu sentido mais amplo.

É, aliás, impossível separar este debate de uma reflexão mais profunda sobre o problema da cidadania nas sociedades contemporâneas.
Não podendo acompanhar mais de perto o desenrolar dos vossos debates, em virtude de compromissos inadiáveis, permitam-me, porém, que vos deixe aqui, uma ou duas reflexões, sem nenhuma preocupação de sistematização. Exprimem elas certos temas que tenho procurado colocar no centro das minhas preocupações políticas e que correspondem, afinal, à leitura que faço de algumas das grandes questões que marcarão a passagem para o século XXI. Para mim a cidadania é uma das questões prioritárias. Ela estará, sem dúvida, no centro do debate político dos próximos anos.
Duas notas simples, portanto.
Hoje, é impossível não reconhecer que o Estado-Nação vê a sua autonomia reduzida quer pela globalização das decisões económicas e pela descentralização da organização industrial, quer pelo aprofundamento dos processos de integração regional. O nível nacional parece ser, assim, demasiado pequeno para os grandes problemas e demasiado grande para os pequenos problemas: os do desenvolvimento local e regional, os da prestação de serviços públicos e profícua. É por aqui que passa uma das linhas de reflexão sobre o moderno papel do Estado e o debate sobre a moderna questão da cidadania. Não surpreende, por isso, e a título de exemplo, que tenham plena actualidade os desenvolvimentos teóricos e práticos em torno de conceitos como os de proximidade e subsidiariedade.
Por outro lado, hoje é impossível não reconhecer que há uma grande distância entre a perspectiva de curto prazo da política centrada nos calendários eleitorais e a natureza de longo prazo de muitos problemas económicos e sociais. Ou ainda, noutra

perspectiva, entre as instituições políticas e as novas exigências para a descentralização progressiva do poder, articulando, em novos moldes, participação democrática e decisão. Estas são, em minha opinião, outras das questões que é impossível evitar no debate mais amplo sobre esta problemática.

É com alguns destes problemas que nos vamos confrontar nos próximos anos. É preciso trazê-los, com coragem, para o centro da agenda política. Numa perspectiva política imediatista, pode não o parecer, mas, no fundo, é o futuro da natureza do regime democrático, da concepção do Estado, e da relação entre o indivíduo e a Nação que está em causa. É, por isso, minha obrigação como Presidente da República, não deixar que as circunstâncias se sobreponham ao essencial. É indispensável que os grandes temas que marcarão a passagem de Portugal ao século XXI sejam efectivamente debatidos.

No centro do debate mais vasto sobre a cidadania está também, naturalmente, a questão das assimetrias — as oportunidades de vida dos cidadãos — e a autonomia individual. Hoje, o aumento da independência pessoal é acompanhado por um aumento de interdependência social e, por isso, autonomia individual não se pode nunca confundir com autarcia pessoal. O que está verdadeiramente em causa é, por um lado, o relacionamento entre indivíduo e sociedade, e, por outro, as bases de uma nova relação entre liberdade e igualdade.

O aprofundamento da cidadania depende da criação de oportunidades iguais de participação. O aperfeiçoamento dos direitos políticos, civis, sociais e económicos é condição de possibilidade para a maior participação política. Mas, e este é um dos grandes desafios que quero sublinhar, o cidadão preocupa-se, felizmente cada vez mais, não apenas com o resultado — isto é, com a decisão —, mas também com os procedimentos de tomada da decisão política.

Creio que o Estado tem perante si a necessidade de ampliar as metodologias inclusivas da participação dos cidadãos na tomada de decisões. Longe de enfraquecer o papel do Estado, cuja crise é impossível não reconhecer, mas que não está aqui em debate, só esses mecanismos podem assegurar uma condição essencial a uma sociedade política democrática: o reconhecimento, individualmente assumido, de que, embora os cidadãos nem sempre consigam o que querem da decisão política, acreditam que a participação é possível, é justa e vale a pena.

A democracia implicou sempre a existência de direitos civis e políticos — da liberdade de expressão e de imprensa ao direito de votar, à formação de partidos políticos, entre outros — e estes direitos são necessários para que os cidadãos possam governar-se a si mesmos.

Mas hoje o desafio é outro: uma cidadania livre e igual requer não apenas direitos e deveres formais no domínio da política e da sociedade civil mas também acesso a recursos e a oportunidades de participação mais ampla. Talvez só com a ampliação dessas novas formas descentralizadas de participação — e de oportunidades participativas iguais — se possa refundar uma nova relação substantiva entre liberdade e igualdade.

A democracia moderna tem de implicar o compromisso com um novo conjunto de direitos e deveres que, sem se substituírem aos anteriores os reforçam, ampliam e fortalecem, dando uma resposta ágil — mas que implicará sem dúvida uma transformação profunda no entendimento tradicional entre o cidadão e a política — à progressiva ruptura da relação entre o cidadão e o Estado.

Só o desenvolvimento de um conjunto de metodologias que incluam e promovam a participação do cidadão pode suster esta crise. Esta é a minha convicção há muito tempo, até porque

acredito que negar essa nova geração de direitos políticos é negar a identidade do sistema político como um sistema verdadeiramente democrático, no quadro das novas condições civilizacionais. É por todas estas e muitas outras razões que aguardo com o maior interesse o relato dos debates e as conclusões do vosso Congresso.

Sessão de Abertura
do 1.º Encontro Internacional
«A Mediação, Uma Cultura de Paz»
Fundação Calouste Gulbenkian
22 de Outubro de 1997

Ao iniciar esta breve intervenção, quero dar conta da minha grande satisfação por aqui estar convosco.
Satisfação, como jurista, por poder associar-me a uma iniciativa de três prestigiadas instituições ligadas às problemáticas do Direito, da Justiça e da Defesa da Cidadania.
Satisfação, nessa qualidade ainda, por poder contactar de perto neste Encontro com análises teórica e tecnicamente fundamentadas sobre a natureza e alcance de formas inovadoras de mediação e resolução de conflitos.
Finalmente, satisfação, agora na qualidade de Presidente da República, por poder contribuir, com a minha presença, para dar maior visibilidade a metodologias de regulação negociada de conflitos que, sem pretenderem substituir-se às instituições judiciárias formalmente organizadas, revelam potencialidades para libertar estas últimas de algumas ineficiências e cargas inúteis, estimulando ao mesmo tempo o exercício activo da cidadania — ingrediente sem o qual as democracias perdem autenticidade e dificilmente serão capazes de se aperfeiçoar.
Conhecem V. Ex.as as minhas preocupações com a situação da Justiça em Portugal. Tive oportunidade de a elas me referir com pormenor na Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial de 1997, destacando entre muitos outros problemas, o da morosidade da Justiça que tanto penaliza os cidadãos, nomeadamente aqueles que acumulam maiores fragilidades nos planos económico, cultural e social.

Disse então, e repito convictamente nesta circunstância, que «a insatisfação geral que o funcionamento das instituições judiciárias vem gerando, aqui como por toda a Europa, num quadro de novos conflitos, de acelerado crescimento de litígios e de preocupantes fenómenos de ruptura social e mesmo civilizacional, já não é questão que respeite tão-só a Parlamentos, a Governos e a Tribunais, ou que só por eles possa ser resolvida».
Noutro passo dessa intervenção, e quando aludia ao excesso de garantismo que caracteriza o nosso Sistema de Justiça, fiz questão de assinalar o risco que as instituições judiciárias correm de «entrar em desregulação, impotentes para dar resposta eficiente e rápida a uma explosão de litígios, vertida em procedimentos burocratizados e propícios a todos os expedientes dilatórios». Nesta perspectiva, fica claro que o tema que aqui vos reúne — nos reúne — se apresenta deveras aliciante.
Sabe-se que as sociedades sempre encontraram modos de controlo e regulação social não enquadrados nem enquadráveis pelo formalismo dos normativos jurídicos e dos procedimentos judiciais. E se é verdade que os Códigos e Tratados de Direito foram registando e depurando ao longo de séculos princípios, fundamentos e regras de actuação destinados a regular e conter dentro de limites aceitáveis as margens de conflitualidade que o funcionamento das sociedades sempre implica, também é certo que os compêndios de Sociologia não se coibiram de ir assinalando a importância de instâncias como a família, as redes de parentesco, os grupos de pares, os espaços de vizinhança enquanto lugares mais ou menos informais, mas nem por isso ineficazes, de controlo e resolução de conflitos.
Seria absurdo tentar medir, num eventual balanço sobre o movimento de emancipação de homens e mulheres face às formas mais arbitrárias da violência e da dominação, qual a importância

relativa dos dois grandes modos de regulação social que acabei de enunciar. Não tendo sido capazes, um e outro, de enfrentar com sucesso, em todas as circunstâncias históricas, disfuncionamentos, injustiças e mesmo iniquidades sociais graves, é inegável que ambos contribuíram para consolidar aquisições civilizacionais estimáveis. O processo de construção e aperfeiçoamento constante dos Estados de Direito constitui, sem dúvida, o sinal mais claro e estimulante do que foi e pode continuar a ser a coexistência equilibrada de modos de regulação social diferenciados.

Esta coexistência está, contudo, nas nossas sociedades, francamente ameaçada.

De um lado, e como já vimos, pela pretensão de tudo regulamentar, conduzindo em algumas áreas a um excesso de leis e à expansão de uma litigiosidade inconsequente e irresolúvel; e de outro lado, pela multiplicação de fracturas nos mecanismos extrajudiciais de integração social.

Nunca será de mais salientar, a este último respeito, o conjunto de mudanças que, nas últimas décadas, tem atravessado a sociedade portuguesa e perturbado alguns dos seus equilíbrios tradicionais.

Êxodo rural persistente, a que recentemente se associaram fluxos imigratórios significativos e os correspondentes problemas da coexistência interétnica, envelhecimento e empobrecimento da população quer em zonas do interior quer em áreas decadentes das grandes cidades do País, concentração de populações em subúrbios inóspitos e geradores de violência, deslocações para o trabalho longas e penosas para muitos homens e cada vez mais mulheres, precarização dos empregos e dos orçamentos domésticos — eis alguns dos factores responsáveis pela crise dos mecanismos de integração social associados à organização familiar, às redes de parentesco e às solidariedades de vizinhança.

A escola, que nos dava a esperança de poder combater com êxito as desigualdades sociais e os riscos de exclusão, atravessa, também ela, dificuldades sérias, vindo ao de cima, com evidente dramatismo, até que ponto é penalizador, para os mais desfavorecidos, o desfasamento entre os seus quadros culturais e os que a escola tende a privilegiar.

Acresce que, para muitos dos que, com grande sacrifício, atingiram níveis de escolarização relativamente elevados, acaba por se deparar um mercado de emprego saturado ou reduzido a uns poucos postos de trabalho desqualificados e desqualificantes.

E aqui estamos perante outro espaço social de integração fortemente abalado pelas mudanças económico-sociais em curso: o do trabalho.

Perturbados, nestes termos, alguns factores cruciais de estabilização existencial — e o enunciado proposto está muito longe de ser exaustivo —, percebe-se que aumente a probabilidade de se desenharem, nas nossas sociedades, trajectórias que vão da vulnerabilização à pura marginalização e quadros de vida que propiciam a multiplicação de conflitos não absorvíveis pelo tecido social existente.

É, julgo eu, neste contexto de fragilização dos laços de coesão (afinal, o alicerce mais sólido das sociedades), que se joga toda a importância da mediação e negociação de conflitos. É que estes deixaram de ser um factor de dinamização da vida social, para se transformarem em forças preponderantemente nefastas, por desagregadoras.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os trabalhos deste Congresso vão percorrer com minúcia e, seguramente, grande competência os problemas que se deparam aos dinamizadores da mediação social nas múltiplas esferas da

sua actuação: relações familiares, espaços de vizinhança, instituições educativas, estabelecimentos prisionais e outros domínios onde a pequena litigiosidade pode emergir.

A reflexão e debate eminentemente teóricos vão cruzar-se aqui com a análise de experiências práticas e com a equacionação de questões ético-deontológicas que as actividades em causa necessariamente suscitam.

Estou convencido que as conclusões do Encontro apontarão caminhos de intervenção originais e suficientemente balizados. Permitam, mesmo assim, que equacione alguns dilemas que poderão interferir na afirmação no terreno deste modo de praticar a mediação.

Parece-me indispensável, em primeiro lugar, não perder de vista que já existe, no âmbito de instituições que dão corpo às políticas sociais e à própria administração da justiça, uma prática efectiva de mediação, ainda que muitas vezes pouco reflectida e insuficientemente perspectivada para a participação dos cidadãos com menores recursos.

Não será a acção de muitos dos profissionais dessas instituições — escolas, creches, ATL's, internatos, casas de juventude, centros de dia, lares de terceira idade — uma forma precursora ou mesmo exemplar das novas modalidades de mediação que se pretende incentivar?

Como garantir que as formações dos protagonistas destas últimas são mais adequadas do que as dos primeiros à compreensão e resolução dos problemas sociais do nosso tempo?

Importará, além disso, que a tentativa de mediar localizadamente os conflitos nunca seja pretexto para desviar a atenção das suas causas estruturais, contribuindo para desactivar as energias e vontades de transformação dos agentes envolvidos. Se assim acontecesse, ficaríamos perante uma via perversa de, em nome do

reforço da cidadania, anular de facto a sua força emancipadora. Finalmente, interrogo-me sobre se a proliferação de redes de mediação social não poderá, de algum modo, contribuir para legitimar a retracção do Estado no financiamento e reforma das instituições ligadas às políticas de Bem-Estar.

Num país que enfrenta problemas sociais gravosos, sem ter desenvolvido os instrumentos de um Estado-Providência consistente, esta observação adquire, creio eu, plena pertinência.

É claro, por tudo o que disse ao longo da exposição, que, apesar das observações que acabo de formular, não tenho uma visão pessimista sobre as potencialidades das novas formas de mediação e sobre a sua capacidade para ajudar a construir um Estado de Bem-Estar mais próximo dos cidadãos.

Mais próximo, mas também mais exigente quanto às responsabilidades e envolvimento desses mesmos cidadãos nas acções que visam satisfazer necessidades básicas, minorar o sofrimento dos mais frágeis, elevar o grau de consciência crítica sobre os problemas que marcam o seu quotidiano — enfim, um Estado de Bem-Estar que não esmague, antes faça florescer, a cultura da solidariedade.

Para os organizadores e participantes deste Encontro quero deixar uma palavra de sincera homenagem pela oportunidade e alcance da iniciativa. Espero que os resultados obtidos fiquem à altura das vossas legítimas expectativas — que, como é óbvio, também partilho.

Sessão Solene de Abertura
da Conferência sobre «Prevenção do Racismo no Local de Trabalho — da Teoria à Prática»
Lisboa
24 de Novembro de 1997

Foi com o maior prazer que aceitei o convite para presidir à sessão de abertura deste Seminário, promovido pela Fundação Dublin com o apoio do Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Prazer, antes do mais, porque o tema dos vossos trabalhos se inclui entre os que justificaram a minha candidatura e têm estruturado o meu mandato presidencial: prestar especial atenção, ser uma voz de alerta sobre os problemas das minorias desfavorecidas, discriminadas, marginalizadas, sejam quais forem as causas da situação de dificuldade em que se encontram.

Mas prazer também por poder partilhar alguns pontos de vista sobre os problemas que aqui se debaterão com os representantes e os especialistas das administrações públicas e dos actores sociais europeus, isto é, com um grupo de pessoas com importantes papéis a desempenhar na configuração do futuro colectivo das mulheres e dos homens europeus.

Nasci num país cuja história o fez contactar com outros povos e outras culturas e cresci a ver partir, durante décadas, milhares dos meus compatriotas para a emigração, tantas vezes ilegalmente.

Portugal é hoje um país democrático, que pôs fim a um império colonial e que participa, por mérito próprio, do núcleo central da construção europeia.

Este mesmo país, que continua a ver partir como emigrantes uma parte dos seus concidadãos, recebe hoje imigrantes que aqui

procuram a protecção e as condições de vida que não conseguem ter nas suas terras e aqui desenvolvem a sua actividade profissional. Portugal é, pois, um país que conhece os dois lados dos problemas que se põem aos trabalhadores que procuram, longe das suas pátrias, integrar-se em sociedades onde não nasceram, cujas línguas conhecem mal ou não conhecem de todo, cujas instituições, públicas e privadas, lhes são estranhas e, quantas vezes, compreendem mal os modos de ser e de estar dos imigrantes que as procuram.

Julgo, portanto, que Portugal e os Portugueses têm especiais razões para enfrentar com lucidez as causas do racismo e da xenofobia e para combater com coragem os seus efeitos.

Até por isso me regozijo com o facto do parlamento do meu país ter aprovado, nesta legislatura e por unanimidade, a lei da regularização dos imigrantes em situação irregular, a lei que, na base da reciprocidade, regulamenta o direito de eleger e ser eleito nas eleições locais e a lei que reconhece às associações de imigrantes, às associações anti-racistas e às associações defensoras dos direitos humanos a possibilidade de se constituírem assistentes nos processos originados por crimes racistas.

Considero estas medidas legislativas, bem como a decisão de tornar aplicável o rendimento mínimo garantido, também recentemente criado, a todos que residem legalmente no nosso país, como passos importantes do aperfeiçoamento do regime democrático em que vivemos há vinte e três anos.

Sei que Portugal não está sozinho neste caminho que visa adequar as instituições e o quadro legal à necessidade de enfrentar as demonstrações de racismo e de xenofobia que, aqui e ali, perturbam a paz e a tranquilidade dos europeus.

Naturalmente, congratulo-me com o facto de muitos outros Estados membros da União Europeia dedicarem igual atenção a

este problema e atribuo a maior importância ao facto de todas as instâncias europeias terem concordado quanto à necessidade de juntar à tradicional condenação ética e política do racismo e da xenofobia a decisão de desenvolver acções concretas ao nível europeu contra estes flagelos.

Esta atenção renovada à marginalização e à exclusão social de base étnica e a concertação dos esforços dos Estados membros da União Europeia criam melhores condições para uma compreensão aprofundada destes fenómenos e constituem motivos de uma acção mais eficaz em prol dos direitos de cidadania de todos os que vivem na União Europeia.

Não é, porém, tarefa fácil combater o racismo e xenofobia.

Antes do mais, porque o racismo e a xenofobia são formas de discriminação que assentam em características étnicas dos indivíduos, sem que, em regra, essas razões sejam publicamente assumidas como o motivo das decisões que os desfavorecem.

A primeira dificuldade está, portanto, na frequente opacidade das práticas racistas e xenófobas que ocultam decisões efectivamente discriminatórias sem que sejam apresentadas como tal.

O combate ao racismo e à xenofobia exige, portanto, uma compreensão aprofundada das formas e dos meios das discriminações de base étnica mas também das motivações dessa aversão, frequentemente irracional, sempre carecida de fundamento científico, ao ser, ao estar e ao ter dos estrangeiros.

Trata-se de um combate que incumbe, em primeiro lugar, àqueles a quem o sufrágio eleitoral atribuiu a legitimidade e a responsabilidade das decisões políticas, isto é, da moldagem do futuro dos povos que os escolheram.

Mas, como todas as decisões com impactos sociais relevantes, tal tarefa não pode ser levada a bom porto se partir apenas das instituições políticas de topo.

Bem pelo contrário, o combate ao racismo e à xenofobia é um exemplo do relevante papel que cabe aos parceiros sociais e a outras organizações não governamentais na mudança social.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Tenho sustentado que a reforma do modelo social europeu é um dos maiores desafios políticos deste fim de milénio.
É um desafio político porque, como tenho dito, há que decidir sobre uma nova arbitragem entre a melhoria da competitividade económica e os direitos sociais dos cidadãos.
Trata-se de uma arbitragem nova entre valores, quer porque o pacto social tradicional não permite responder com eficiência suficiente aos problemas do desemprego estrutural, da desigualdade de oportunidades, do alargamento e aprofundamento da pobreza e da exclusão sociais, quer porque é preciso enfrentar o problema da crise financeira do Estado-Providência, que, em parte, deriva das próprias ineficiências do sistema de protecção social.
Sem melhorar a competitividade empresarial nalguns sectores fundamentais, os países europeus não podem responder com sucesso à crise estrutural do emprego e do bem-estar social.
Mas, ao mesmo tempo, a degradação dos direitos sociais ou o desrespeito de direitos humanos fundamentais tem vindo a excluir da participação política uma parte dos cidadãos, o que diminui a governabilidade das nossas sociedades.
Problemas como a persistente desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, como a diferenciação social de oportunidades de acesso à formação e ao emprego ou como exclusão social baseada na raça, na etnia, na religião são exemplos de que é necessário reconstruir a coesão social a partir dos problemas concretos do quotidiano.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Sei bem que as sociedades em que vivemos são estruturalmente desiguais e tenho bem presente que, como já Platão sabia, a república ideal só existe nos discursos dos que por ela se interessam. Mas, exactamente por isso, a gestão da desigualdade constitui um dos critérios de demarcação entre políticas e entre políticos. Quer como cidadão, quer como Presidente da República, tenho-me batido sempre pela remoção dos obstáculos que forçam os homens e as mulheres a serem menos iguais.
Para os que fazem seus os valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, para os que entendem que a liberdade se constrói e se promove pelo império da lei e pela defesa das liberdades concretas, o racismo e a xenofobia integram o conjunto das causas ilegítimas de desigualdade.
A Declaração Comum aprovada em Florença pelos parceiros sociais europeus, há pouco mais de dois anos, mostra que as organizações que a subscreveram atribuem a maior importância à prevenção da discriminação racial no seu campo específico de acção, o local de trabalho.
Não poderia estar mais de acordo com a forma como a discriminação racial é aí abordada: como um desperdício de capacidades, como uma forma inaceitável de desigualdade entre trabalhadores, que é necessário erradicar dos mercados de trabalho com acções baseadas no conhecimento aprofundado e com políticas específicas.
Estou certo que as pessoas aqui reunidas e as organizações a que pertencem têm a capacidade e a motivação necessárias para dar um contributo relevante para os vossos trabalhos neste seminário e a vossa acção em prol de uma Europa mais solidária atinjam o bom êxito que merecem. Duma e doutra dependem alguns aspectos do nosso futuro colectivo.

Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial
Supremo Tribunal de Justiça
Lisboa
14 de Janeiro de 1998

A abertura do ano judicial é um acto — solene embora — de renovação. E, por isso, renovo hoje a saudação que, há um ano, aqui enderecei — aos Senhores Magistrados Judiciais e do Ministério Público, aos Senhores Advogados e Solicitadores, aos Senhores Funcionários Judiciais, que todos, sem excepção, são a face visível da Justiça, que nos inquieta e nos interpela.

E inquieta-nos porque a crise, a crise da justiça, perdura apesar do novo ritmo que foi introduzido nalgumas das reformas necessárias. E perdura na complexidade crescente dos conflitos que é chamada a resolver; na «colonização» — para usar uma linguagem já quase consagrada — de muitos tribunais, sobretudo nos grandes centros urbanos, pelo emaranhado infindável das pequenas cobranças; perdura, também, na morosidade da prática judiciária, no excesso de garantismo ou do seu abuso; ou, ainda, no atraso no processo de modernização das formas de trabalho dos tribunais.

Mas se pelo estado das coisas a Justiça nos inquieta, é também por esse facto que mais vivamente nos interpela. E é aqui que importa estar atento. E estar atento significa, antes de mais, ser fiel ao apelo que toda a interpelação traz consigo.

A fidelidade, cabe aqui lembrá-lo, tem, no entanto, duas exigências fundamentais — serenidade e espírito de serviço.

É neste espírito que gostaria de fazer perante V. Ex.as uma breve reflexão sobre quatro pontos: relações entre o mundo político e

o mundo judicial, nova criminalidade, situação prisional e necessidade de mais ampla participação de todos no acompanhamento da política da justiça.
Excelências,
A crise da Justiça, dando lugar a alguma desregulação das instituições, tem, de certo modo, influenciado as relações entre o mundo político e o mundo judicial.
É que com a desregulação das instituições, surgem, amiúde, perplexidades e crispações dos seus agentes, que nada trazem de bom para a melhoria do sistema, antes potenciam e degradam o estado de coisas existente, com reflexos muito diversificados.
Importa, por isso, que os agentes da Justiça tenham clara e permanente consciência destas perplexidades e crispações; e se mantenham atentos, para não inquinarem, com umas e outras, procedimentos e soluções.
Temos um poder judicial independente — na sua origem e no seu exercício. E dispomos de um sistema de autogestão mitigado das magistraturas, que nos privilegia no mundo ocidental.
Há, assim, condições de partida para uma adequada e desejável cooperação entre o poder político e o poder judicial. É certo que a partir da década de oitenta, razões de natureza muito complexa deslocaram para os tribunais, com um novo surto de conflitualidade social, uma parte da conflitualidade política.
Para essa deslocação, que tem sido própria dos regimes democráticos, contribuiu, de modo decisivo, a mediatização de toda a vida social. Tal mediatização constitui um elemento crucial para a transparência da vida pública e um factor essencial na formação da consciência democrática dos cidadãos. É, por isso, de saudar que qualquer facto político tenha passado a revelar-se, tantas vezes em tempo real, sob a forma de notícia.

E não se pense que esqueço a necessidade premente de serem encontrados e postos em prática mecanismos, de preferência autoreguladores, que ponham a comunicação social ao abrigo de abusos indesejáveis. Mas não é disso que agora se trata.

Ora na era dos *media*, os tribunais não são excepção. E se a força mediática é factor de maior democracia, exige-se que aqui, mais do que em nenhuma outra área, se rodeie de todas as cautelas para não perturbar ou impedir uma serena administração da Justiça. Em particular os casos de corrupção, de branqueamento de capitais ou de delitos económicos dos «colarinhos brancos», em si mesmos, e, sobretudo, quando responsabilizam agentes políticos, ou com eles aparecem, directa ou indirectamente relacionados, suscitam a atenção dos *media* e dão lugar a que os tribunais, aqui e ali, sejam utilizados, de fora, como elementos da luta político-partidária ou de facções contrapostas.

Esta situação comporta um risco apreciável de politização do aparelho judiciário.

Mas é justo deixar aqui registado que os nossos tribunais têm sempre esconjurado tal perigo. E existem todas as razões para pensar que assim se manterão.

A comunicação social continuará a noticiar; os tribunais continuarão a julgar. Com riscos? É óbvio. Mas o risco é normal em democracia. Ela própria é um risco. E a nossa, também aqui, tem funcionado.

A atenção que os *media* vêm dando aos tribunais, desempenhou um papel importante nas relações entre o mundo político e o mundo judicial.

Tais relações têm decorrido num quadro de relativa ambiguidade, que se impõe ultrapassar.

Para isso é importante que os agentes políticos entendam que os juízes, à semelhança, aliás, do que ocorre com os magistrados do

Ministério Público, não são mais simples funcionários públicos, embora *sui generis* pela função e pelo estatuto, mas titulares dos órgãos em que reside o poder judicial; e que, progressivamente, se assumem como tais.
O sistema de governo das magistraturas e as associações profissionais instituídos após o 25 de Abril abriram caminho para esta nova atitude que, no entanto, só ganhou verdadeira expressão social quando, por via dos tribunais criminais, juízes e magistrados do Ministério Público depararam com destacadas figuras da classe política e empresarial sentadas, diante de si, no banco dos Réus.
Tudo isto é, obviamente, notícia. E os magistrados deixaram, então, o limbo em que apenas havia espaço para dizer o direito, nos estritos limites de um processo e com efeitos a ele confinados, para, logo a seguir, e com a difusão que os *media* naturalmente dão aos seus actos, tomarem alargada consciência da dimensão social e política da sua intervenção, que o mesmo é dizer, do seu poder.
Esta tomada de consciência e o posicionamento que comporta exigem de todos, sejam magistrados, sejam agentes do poder político, um esforço acrescido de compreensão da interdependência e dos limites dos vários poderes do Estado, como já tive ocasião de referir perante V. Ex.as Só assim se poderá estabelecer uma relação saudável e de mútua confiança entre o mundo político e o mundo judicial.
Mas não chega.
Os casos de corrupção judicialmente reconhecidos e o tráfico de influências a que o sistema político nem sempre se mostrou totalmente imune têm levado a um clima de desconfiança para com a classe política, numa indiscriminada generalização que é gravemente injusta.

Ora, se o Ministério Público, quando acusa, cumpre a sua função; e o Juiz, quando condena, exerce um poder que o Povo, através da Constituição, lhe atribui, é importante que todos tenhamos porēcerto que nenhuma classe tem o monopólio da virtude e que a democracia é avessa a justiceiros. Basta-lhe os tribunais.

Se isto for claro para todos, não apenas nos actos — que esses não oferecem dúvidas, mas também nas palavras, muito se contribuirá para um adequado relacionamento entre o mundo político e o mundo judicial. E, em acréscimo, será mais verdadeira a percepção que cada um tem da sociedade em que vive. O que só por si já é um bem.

Como é importante que todos tenhamos por claro que a separação de poderes, com a interdependência que a caracteriza, traz consigo naturais limitações. E que se não é desejável que os titulares do poder político, enquanto tais, critiquem as decisões do poder judicial, também os titulares dos órgãos do poder judicial, enquanto tais, devem abster-se de criticar as decisões do poder político.

Não nego que este código de convivência, imposto pelos tempos de hoje, tenha complexidade, mas só assim fica aberto o caminho para que todos, agora enquanto cidadãos, não deixem que o país se transforme num deserto crítico.

Ora se a tendência actual vai no sentido de revelar o poder judicial, não como uma função, mas como um poder verdadeiro e próprio, é importante que a floresta das palavras não faça perder de vista a indesmentível independência e isenção dos juízes ou a autonomia e isenção que sempre têm caracterizado a actuação do Ministério Público.

É decisivo que se preserve a longa tradição de independência e isenção dos nossos magistrados, que assenta, sobretudo, no esta-

tuto e prerrogativas de que dispõem, e que têm sido condição para poderem actuar apenas com obediência à sua consciência e ao seu entendimento da lei.

É óbvio que para tudo isto não é indiferente quem gere os magistrados e o modo como o faz. Mas porque o direito comparado dos regimes democráticos oferece aqui as mais variadas soluções, sem que, por isso, fique diminuída a independência do poder judicial, devemos reflectir com serenidade sobre a nossa experiência histórica.

Certo é que a serenidade e eficácia de tal reflexão exigem que se continue a resistir à tentação de transformar questões de aperfeiçoamento institucional em questões de sobrevivência do sistema, tantas vezes difíceis de distinguir de reflexos defensivos, que todos repudiamos.

É esta consideração serena das coisas que deixará os espíritos libertos para aquilo que verdadeiramente importa — a Justiça como serviço público.

E isto importa tanto mais quanto a administração da Justiça continua a viver uma prolongada crise de eficácia que, a breve trecho, deu lugar a uma crise de confiança de proporções generalizadas, a que hoje já nenhum país está imune.

Ora não há serviço público de Justiça digno de tal designação quando os seus utentes, que, no caso, são todos os cidadãos, tendem a desesperar de uma justiça pronta, eficaz e equitativa. E o mal estar instalou-se por tanto tempo, que melhorias, evidenciadas pela estatística dos tribunais, ainda não entraram na percepção de todos. O perigo começa aqui. É que as crises de confiança exprimem-se sempre, e entre nós também, por uma generalizada e natural inquietação quanto ao futuro. E tal inquietação é pasto fértil para todos os populismos, que acabam sempre por degenerar em perversões mais ou menos alargadas da democracia. Esses

populismos vão desde «um polícia em cada esquina, ao agravamento acelerado das penas de prisão; e não raro, acabam na exigência de certas medidas punitivas, que há muito repudiámos. Todos entendemos que a complexidade das sociedades modernas e a nova criminalidade daí emergente, ou a ela associada, não tem correspondência no aparelho policial e judiciário, instituído para as realidades do passado. E que as malhas da lei chegam facilmente à criminalidade tradicional e facilmente apanham o carteirista ou o brigão. Mas quando se chega ao tráfico de droga, à corrupção e ao branqueamento de capitais, ou quando estão em causa os poderosos, a malha revela-se, ora inadequada, ora ineficaz, com um perturbador sentimento de impunidade. É aqui que todos os agentes de Justiça, mais do que privilegiarem questões de estatuto interno, devem voltar-se para o exterior; e procurar, em permanente cooperação com o poder político, soluções novas para os novos problemas com que nos deparamos. As leis, os tribunais, as polícias, as prisões, perante esta nova e bem mais complexa realidade, já não respondem eficazmente, pesem embora os esforços que têm sido feitos, sobretudo no plano legislativo, de que registo as reformas em curso do Código Penal e do Código de Processo Penal e o novo regime penal do cheque. Mas não podemos perder de vista situações gritantes como a da sobrelotação das cadeias, agravada pelo facto de cerca de 20 % da população prisional ser seropositiva, e cerca de 60 % toxicodependente.

Ou de Portugal se apresentar na União Europeia como o país com mais elevado número de presos por habitante e a maior duração média de prisão efectiva; a que acresce, ainda, uma das maiores taxas de presos preventivos por habitante.

Trata-se de uma situação inaceitável, de um verdadeiro escândalo nacional, que não tem qualquer correspondência nem no

tipo de criminalidade existente no nosso país, nem nas nossas taxas de criminalidade.
E apesar disso, a opinião pública continua a ver-se confrontada com diversas declarações exigindo, ao sabor deste ou daquele crime de especial crueldade, ou com mais alargada difusão, mais, e mais pesadas penas, como se a singularidade desses casos fosse a regra.
E tudo isto num país maioritariamente cristão! Ou a doutrina anda esquecida, ou a caridade arredia.
É que mal iriam as coisas, se os valores morais da nossa civilização, por todos nós partilhados de há muito, pudessem andar ao sabor de meras preocupações de conjuntura.
Ora a sobrelotação das prisões, com o rosário de males que a acompanha, resulta, principalmente, de um uso excessivo da prisão preventiva e da aparante incapacidade para conceber e aplicar medidas alternativas à prisão.
Não tenho, é sabido, uma perspectiva pessimista do homem. Mas também não penso que a reinserção social seja o remédio universal para todas as situações criminais.
Se a prisão pode significar, em casos de crimes de extrema gravidade e em que dificilmente se pode prever uma regeneração razoável, um modo necessário de incapacitação, isto é, por um período longo, retirar alguém do convívio social a cujas condições se mostra avesso, isso não tem de ser, assim, e sempre, para a maioria das situações.
O caso mais exemplar é o da toxicodependência, na modalidade traficante-consumidor; ou o da criminalidade a ela associada, designadamente o furto.
Tenho suscitado a questão da droga, em várias sedes e com registos diferenciados. E não me cansarei de o fazer, tal o flagelo que representa.

Todos sabemos que a insegurança urbana — e não só — está, sobretudo, ligada ao fenómeno da droga e à criminalidade de rua que vem gerando.

Hoje todos aceitam que não é possível resolver tão grave problema com recurso quase exclusivo à prisão — seja ela preventiva, seja punitiva. E a questão assume entre nós tanto maior gravidade, quanto mais de metade da população prisional, como acabei de lembrar, é constituída por toxicodependentes.

Têm, por isso, de ser rapidamente concebidas e rapidamente postas em prática novas medidas alternativas à prisão tradicional e aplicadas as já existentes, como é o caso do trabalho a favor da comunidade, ou o regime prisional aberto.

Medidas que, por exemplo, combinem formas de tutela sobre o delinquente toxicodependente e acções terapêuticas. Tais medidas poderiam ser aplicadas sob a égide de entidades judiciais instituídas para o efeito, e com acompanhamento de especialistas, em grupo multidisciplinar, que possam avaliar e orientar todas as vertentes relevantes do que acaba, afinal, por constituir a protecção do delinquente toxicodependente contra si mesmo.

É que, se no limite, ele terá de ser visto como delinquente, não podemos esquecer que ele é também uma vítima de si próprio.

E o que vale para a criminalidade associada à toxicodependência, vale, em geral, para o modo como hoje terão de ser tratadas as questões relativas ao sistema prisional.

A prisão e os estabelecimentos em que é cumprida já não pode ser apenas tarefa do Ministério da Justiça. As valências a que tem de dar resposta tornam, efectivamente, inadiável que também as áreas da Saúde, da Educação, do Trabalho, da Formação Profissional, sejam chamadas a cooperar na prestação integrada de serviços que a vida nas prisões e a reinserção social claramente exigem.

Tudo isto vai, naturalmente, ao arrepio dos que pensam que a marginalidade comporta uma diminuição de cidadania. E comporta, mas não por esta via.
A manutenção de periferias degradadas, os ghettos que circundam as principais cidades, incluindo os de minorias étnicas, o desemprego de longa duração ou a insuficiência de empregos para jovens, geram, efectivamente, marginalidade e inaceitáveis condições de exclusão social — o que constitui injusta discriminação de cidadania. E o grosso da criminalidade é daí que surge e é ali que vive.
E é por isso que hoje não é possível tratar da criminalidade sem ter em conta a política urbana, desde a organização das cidades, à implantação de espaços verdes, passando pela promoção integrada de lazeres e centros de interesse; e uma política urbana sem ter em conta a criminalidade arrisca-se a ser exercício teórico de inesperadas consequências práticas.
Como é desejável que, a nível local, sejam generalizadas experiências já existentes no domínio dos conselhos consultivos para a segurança. Tais conselhos, reunindo autarcas, psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, e membros das forças de segurança entre outros, acompanham as medidas de prevenção e repressão da criminalidade local e as suas relações com a política urbana. E além disso, poderão constituir não só pólo indispensável de uma cultura de prevenção criminal, como ainda um órgão de consulta que, com insubstituível informação, possa auxiliar os agentes políticos na definição e implantação de medidas nos seus domínios próprios.
Se as condições de vida a que estas medidas poderiam dar alguma resposta trazem consigo efectiva diminuição da cidadania, fique bem claro que essa diminuição de cidadania acaba aí.

Quando a marginalidade não significa apenas exclusão social, mas também crime, tantas vezes grave, a cidadania mantem todos os seus direitos, *maxime*, o direito à instituição de condições que, *pari passu,* com a irrecusável defesa social contra o delinquente, propiciem, sempre que possível, que o cidadão infractor possa reencontrar os caminhos da integridade pessoal e do convívio em sociedade.

E é por isso que, agora a esta luz, o uso excessivo da prisão preventiva e o tratamento do fenómeno da droga numa perspectiva predominantemente repressiva, tendem a transformar os nossos estabelecimentos prisionais em *asilos de exclusão* — agora para jovens.

Se fosse esta a única resposta que conseguíssemos encontrar para tão largos extractos da juventude, mergulhada na marginalidade, então, sim, a cidadania estaria em perigo.

É que se a protecção das minorias políticas é uma das pedras de toque da democracia — as maiorias políticas estão protegidas só pelo facto de o serem — o respeito pela pessoa e pelos direitos dos arguidos e dos delinquentes é uma das pedras de toque da cidadania.

Mas a resposta eficaz a tudo isto - leis, tribunais, polícias, prisões — se é, em última instância, da iniciativa e da responsabilidade do poder político, tem de ser rapidamente construída com a cooperação entre si dos agentes da Justiça, ou seja, magistrados, advogados, solicitadores, e outros agentes da administração judiciária e das forças de segurança, e de todos estes com o poder político.

A esta luz, não vejo qualquer obstáculo para que, de imediato — as associações profissionais de todos estes agentes, se constituam, sem qualquer preocupação corporativa, em forum permanente de reflexão e discussão sobre os problemas existentes e soluções

possíveis, num trabalho interprofissional e interdisciplinar que permita a construção de um denominador comum de análise e de propostas.

Este forum poderia ser alargado às universidades, aos deputados à Assembleia da República, às autarquias, e funcionar mesmo como centro de reflexão e de acompanhamento das realidades complexas que mencionamos, uma espécie de forum alargado donde adviriam, estou seguro, elementos de interesse para os decisores e para o próprio trabalho de legislar.

É que a consulta a várias entidades, tantas vezes prevista no processo legislativo, acaba sempre por ser parcelar, e não raro eivada de preocupações meramente corporativas. E, além disso, não colhe o benefício do confronto directo de ideias e de soluções, num forum multidisciplinar, em que o resultado final sempre poderá constituir uma síntese obtida a partir da consideração conjunta de todas as vertentes relevantes de cada questão.

Será o resultado desse trabalho que poderá dar substância e eficácia ao inadiável estreitamento de cooperação entre todos os que actuam no âmbito do poder judicial e os que detêm a responsabilidade do poder político.

Tenha-se, todavia, em conta que este forum alargado nem deve ser sucedâneo de qualquer órgão, nem um quadro de uma espécie de concertação negocial para a Justiça, em desajustada imitação do processo de concertação social instituído noutras áreas. Forum de ideias e soluções, e não mais; será no respeito dessa disciplina que, sem atropelos, nem intromissões, se pode revelar de grande utilidade.

Ninguém duvidará de que o Presidente da República estará atento aos sinais e não faltará com o seu estímulo a esta ou a análogas iniciativas.

É que se trata de questão tão inadiável e tão inequivocamente decisiva para o futuro dos portugueses e do pleno exercício da sua cidadania, que se impõe a intervenção eficaz de todos os que têm uma palavra a dizer. No respeito das competências inalienáveis do poder político — decerto. Mas com apelo a todos os que, pela sua experiência e saber, são condição insubstituível para que aquelas competências se exerçam — bem e depressa.

Tenho confiança nos portugueses e nas instituições; e sinto que todos estão despertos para os problemas instantes que a crise da Justiça nos coloca.

É o caminho para vencermos.

Sessão de Abertura do III Congresso dos Jornalistas Portugueses
«Jornalismo Real, Jornalismo Virtual»
Culturgest, Lisboa
26 de Fevereiro de 1998

Quero começar por saudar todos os que estão neste auditório e agradecer o amável convite que me foi feito para a abertura do III Congresso dos Jornalistas Portugueses. Como já aqui ficou dito, há quase doze anos que os jornalistas não se reuniam, num Congresso, para debater matérias relativas à sua profissão. Esta é portanto uma oportunidade ímpar para a discussão e a reflexão sobre as vossas questões profissionais e as responsabilidades sociais inerentes ao jornalismo. Este é o momento certo para afrontarem os problemas.

Nas democracias modernas os *media* têm, cada vez mais, um papel determinante, a ponto de terem alterado o funcionamento clássico de ligação entre os governantes e os cidadãos. São os jornais, a rádio e a televisão que divulgam as iniciativas, as medidas, as actividades dos políticos. É, sobretudo com a ajuda da informação transmitida pelos *media,* que os cidadãos tentam compreender e descodificar algumas das complexidades do mundo em que vivemos, é através deles que se forma a opinião pública. Mas alguns factores podem perturbar esta relação. Se olharmos para a concorrência e a guerra das audiências entre os *media* e para o desejo de notoriedade e as tentações dos políticos em agir em função deles, é necessário repensar este novo cenário porque se trata de um equilíbrio essencial à democracia.

Assistimos, neste final de século, a descobertas surpreendentes no campo das ciências e da tecnologia, aos avanços na interpre-

tação e conhecimento do Espaço mas também àquilo que os historiadores chamam os «nossos medos de final de milénio» vemos o crescimento dos fundamentalismos religiosos, o aparecimento de novas epidemias, a insegurança nos centros urbanos, as mais variadas formas de exclusão social. O que é seguro hoje pode não o ser amanhã. E tudo é vivido à velocidade do minuto, da hora, do dia-a-dia. Portugal não foge a esta voragem e à velocidade dos acontecimentos. Com o acesso generalizado e imediato à informação, uma das conquistas fundamentais deste século, tudo é mais próximo mas também mais efémero. Apesar de tudo, há desafios que valem a pena…

Não posso deixar de salientar aqui a enorme mudança ocorrida no panorama dos meios de comunicação portugueses, desde o último Congresso dos Jornalistas, em Novembro de 86. Desapareceram alguns jornais nacionais e regionais de referência, no período pós-25 de Abril, aliás objecto da exposição que vão inaugurar já a seguir, mas apareceram também novos títulos na imprensa. Consolidaram-se projectos radiofónicos diversificados por todo o país, apareceram os canais privados de televisão e por cabo. Ao mesmo tempo, a informação via internet chega a um número cada vez maior de utilizadores.

Faço um parêntese para saudar com apreço a iniciativa, com pouco mais de um ano, da criação da figura do provedor do leitor, por parte do *Diário de Notícias* e do *Público*. Qualquer uma delas ajudou a dignificar o jornalismo e enriqueceu a participação social dos cidadãos.

Mas voltando a esta última década entre o 2.º e o 3.º congressos constato que ao crescimento dos *media* correspondeu um autêntico *boom* de novos profissionais da comunicação, quase todos saídos das universidades, e o consequente rejuvenescimento

das redacções (como fica claro pelos dados do segundo inquérito nacional aos jornalistas que vão apresentar esta manhã). Ao longo destes anos observei também os efeitos dessa mudança na vida política portuguesa. A presença constante dos *media* em todos os acontecimentos, o directo radiofónico e televisivo, a concorrência pela primeira declaração, criaram novas relações entre os meios de comunicação e os políticos. Mas ao mesmo tempo que cabe ao político divulgar as suas acções e ao jornalista investigar e tornar claras as iniciativas, há um espaço de decisão e concertação próprios da negociação política que podem colidir com essa visibilidade. Como gerir as duas vertentes nas democracias mediatizadas, é uma das grandes interrogações dos nossos dias.

Na última década, o comportamento e a actuação dos *media* tem sido fruto das mais variadas interrogações e críticas. Cito um exemplo recente da ficção cinematográfica: no último 007, o herói Bond lança-se na cruzada contra o patrão da comunicação social, com um império em que a televisão surge comparada a uma poderosa arma destruidora, semelhante à força dos exércitos napoleónicos. E os jornalistas são apresentados como os manipuladores da verdade em função do público e do mercado que querem ganhar. Esta é, claro, uma visão próxima da caricatura. Mas ao citar o exemplo queria deixar a interrogação face ao que vi como resultado do vosso inquérito nacional. Noventa por cento dos jornalistas inquiridos afirmam ter sofrido pressões e quase metade fala de pressões internas, no órgão de comunicação social em que trabalha. Há ou não uma ameaça séria à liberdade de imprensa, que a democracia possibilitou, quando existem ameaças ao dever de informar e ao direito a ser informado? Que equilíbrio pode o jornalista encontrar entre a necessidade de vender o produto jornalístico, as regras da informação e o

órgão de comunicação para o qual trabalha? Julgo por isso que o tema deste Congresso — Jornalismo Real, Jornalismo Virtual — não podia ser mais pertinente.

Ao olhar para o programa destes quatro dias vejo que as questões técnico-profissionais bem como a ética e a deontologia vão ser motivo de debate. Sem entrar no campo da reflexão que vos cabe fazer no Congresso, gostaria de vos deixar duas ou três interrogações.

Sei que o Congresso não tem apenas jornalistas como participantes. Estão aqui também estudantes e professores de comunicação social. Nesta última década, o jornalismo tornou-se uma profissão apetecível, e também aí não fugimos à regra dos outros países. Centenas de jovens jornalistas iniciaram a sua vida profissional no meio deste autêntico *boom,* quantas vezes pressionados pela concorrência e sem tempo para a necessária formação específica (noutros tempos associada à tarimba). Mas à euforia inicial do aparecimento de novos órgãos de comunicação sucedeu-se um certo fechamento do mercado, a ponto de existirem empresas a negociarem rescisões de contrato com os seus profissionais. O mesmo se passa fora de Lisboa e Porto, onde o aparecimento das rádios locais veio criar expectativas que por dificuldades várias, sobretudo económicas, não se concretizaram. As condições sócio-profissionais dignas para o exercício da profissão são, por isso, essenciais. É do interesse dos profissionais de comunicação, mas também dos cidadãos que recebem informação, que os jornalistas não saiam diminuídos na sua credibilidade e consequente isenção. À dignificação e ao prestígio liga-se a responsabilidade individual e a preparação profissional. Só bem preparados e em condições profissionais dignas podem exercer, com competência, a profissão que escolheram.

Dirijo-me agora à Diana Andringa, ilustre Presidente do Sindicato dos Jornalistas. Ao longo deste mandato à frente do sindicato, tenho-a ouvido falar muitas vezes de deontologia e da desregulação da actividade jornalística. Penso que muitos de vós são sensíveis a esta questão e não deixarão de a debater no congresso.

Sendo a formação e a natureza do jornalismo diferente das profissões de médico, advogado ou engenheiro poder-se-á, em nome da disciplina fechar os jornalistas num grupo identificado e encartado ao qual se aplicam sanções, através de uma entidade exterior? Sendo o jornalismo uma profissão por natureza *aberta* e por isso, cada vez mais, com fronteiras pouco definidas como criar os instrumentos para responder aos desvios? Pergunto ainda se é garantia de independência para os jornalistas deixar ao mercado a função reguladora? Sempre afirmei que, pelas características da profissão, devem ser os jornalistas a estabelecer as regras. Só que, e usando uma comparação futebolística, o jogo pode ser ganho por desistência de uma das equipas. Esta complexa reflexão precisa de jornalistas atentos e exigentes, bem preparados, participativos e disponíveis para discutirem a sua responsabilidade social. Este é o local certo e o momento para o demonstrarem. Estou certo que o vão fazer.

Hoje foi a minha vez de vos deixar perguntas. É importante que para além da discussão das questões profissionais que aos jornalistas dizem respeito, uma porta fique aberta para a discussão, mais alargada, do papel dos *media* entre nós. Retomo o que disse no início desta intervenção, as alterações introduzidas pelos meios de comunicação na nossa democracia necessitam de reflexão e debate, tal como está a acontecer noutros países. Espero que este também possa ser um primeiro passo. Bom trabalho!

Jantar Oferecido às Mulheres Eleitas para a Presidência das Câmaras Municipais

Palácio da Bolsa, Porto
7 de Março de 1998

Creiam que é com muito gosto que aqui me reúno com este grupo de Mulheres Autarcas.
Sabem o respeito que nutro pelo trabalho dos eleitos locais.
E isso não apenas por ter sido um deles e por, nessa condição, ter conhecido de perto as dificuldades e incompreensões que, no quotidiano do trabalho autárquico, é preciso ultrapassar para resolver os problemas das populações.
A minha admiração resulta ainda de, recentemente, já como Presidente da República, ter tido o privilégio de contactar de perto as mais variadas e estimulantes manifestações do espírito de iniciativa, clarividência e sentido de serviço à Comunidade que, um pouco por todo o país, vão surgindo ao nível da acção autárquica.
A Democracia Portuguesa deve muito ao Poder Local, e só um grande desconhecimento das realidades concretas da sociedade portuguesa pode conduzir a juízos globalmente negativos a seu respeito.
O facto de hoje ter querido reunir o conjunto das mulheres portuguesas que ascenderam ao topo da hierarquia nas autarquias não pode desligar-se, como é obvio, da comemoração do Dia Mundial da Mulher que amanhã ocorre.
Dir-se-á que o gesto era desnecessário. Afinal, sendo cada vez mais inequívoco que o estatuto social das mulheres em Portugal tem vindo a sofrer mutações rápidas e profundas, não ha-

veria nada de estranho ou particularmente relevante neste protagonismo político feminino.
Infelizmente, as coisas não são bem assim. Na verdade, apesar de as mulheres portuguesas terem alcançado metas tão importantes como a entrada nos mais variados sectores do mercado de trabalho e o acesso à escolarização básica média e superior — a ponto de terem hoje os mais elevados índices de participação e de conclusão com sucesso na maioria dos cursos universitários —, apesar de todos estes trunfos, dizia, continuam as mulheres a ser preteridas ou, pelo menos, objectivamente desincentivadas em domínios significativos da vida social.
Esta última afirmação ganha validade acrescida quando pensamos precisamente em sectores relacionados com a actividade política ou mesmo, tão-só, com o exercício de funções de direcção na generalidade das organizações. Aí a intervenção das mulheres tem sido mais discreta, para não dizer francamente dificultada ou até discriminada, e a alteração de atitudes e práticas processa-se com manifesta lentidão.
São V. Ex.as notável excepção no panorama que acabo de descrever. Tenho a certeza de que teve de ser grande o empenhamento pessoal, grandes também os sacrifícios familiares e muita a ousadia necessários à ascensão e ao desempenho dos cargos políticos que ocupam.
O País aprendeu muito com o vosso exemplo, em certa medida pioneiro.
A vossa experiência na condução da vida local enriquece-nos como cidadãos. E as autarquias que vos elegeram não deixarão de vos prestar, dia a dia, a merecida homenagem. Valorizarão a vossa capacidade de realização, mas também certamente a vossa capacidade de diálogo e a prioridade que saberão reconhecer aos temas sociais e cívicos mais delicados.

Também eu, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, que amanhã se celebra, vos presto homenagem, esperando sinceramente que a obra por vós realizada em prol da democracia participativa e do bem-estar das populações frutifique plenamente e venha a desenvolver-se no futuro em novas e sempre criativas formas de fazer política.

Sessão Comemorativa
do Dia Internacional da Mulher
Braga
8 de Março de 1998

Desejo em primeiro lugar agradecer a vossa presença, minhas Senhoras, sabendo que, para muitas de vós, corresponder ao apelo para nos reunirmos aqui em Braga representou um esforço acrescido. Faço-o em meu nome e no da Maria José. Aproveito para dirigir uma saudação a esta cidade de Braga, que aceitou com entusiasmo esta proposta de aqui realizar, este ano pela primeira vez descentralizadamente, esta cerimónia, e agradecer às diversas entidades locais, nomeadamente à sua Câmara Municipal, a gratificante colaboração prestada.

Trouxe-nos aqui um apelo à partilha de preocupações e de solidariedade em face de problemas. Mas um apelo também à partilha do reconhecimento da intervenção cívica feita com inteligência e generosidade.

Com esta iniciativa quero sublinhar o papel da mulher no desenvolvimento da sociedade portuguesa. Destacando de forma especial algumas mulheres que se têm empenhado na promoção da cidadania, em sentido amplo, quero prestar homenagem à participação feminina na vida nacional, designadamente na vida democrática. E quero igualmente afirmar, a este propósito, a importância que atribuo à igualdade efectiva de direitos e à definição de políticas visando a sua consagração.

Em cada ano prestarei uma atenção mais forte a um conjunto específico de temas relacionado com a participação da mulher. Este ano escolhi o voluntariado e a política.

Iniciarei esta reflexão com uma referência a realizações que visitei. São realizações lideradas por mulheres e com uma dinâmica impulsionada por mulheres.
Tem sido meu objectivo valorizar e dar a palavra a pessoas que, não se deixando paralisar por obstáculos e contrariedades, põem em marcha modalidades de intervenção social de grande valor e de grande criatividade.
Nos contactos efectuados deparei-me com iniciativas de elevadíssima qualidade, tanto no domínio do desenvolvimento local, como no do combate à exclusão social, ou da humanização dos hospitais. Esses projectos são marcados pela presença de mulheres, que neles se integram num plano estritamente profissional ou voluntário.
Tem pouca visibilidade pública este trabalho. Pouco se fala e escreve sobre estas mulheres. São as notáveis desconhecidas, graças às quais muitos dos problemas deste país se resolvem de forma tão discreta quanto exemplar.
Ontem tive a oportunidade de visitar uma secção da Liga Portuguesa contra o Cancro, e o Espaço Pessoa, no Porto, e o Centro Social e o Centro de Artes Tradicionais de Covide, em Terras do Bouro. São locais onde se cultiva o saber, se pratica a solidariedade de gerações e de grupos sociais, se combate com dedicação e entusiasmo pela dignidade, pelo conforto, pelo desenvolvimento, pela qualidade. Locais onde se enfrentam as dificuldades de forma abnegada e voluntária.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Quis neste 8 de Março prestar uma homenagem especial ao trabalho de voluntariado em que muitas mulheres se têm distinguido, contribuindo para o reconhecimento público do seu papel cívico e social.

Estamos a falar de modalidades de participação na vida social com custos pessoais agravados. O voluntariado foi no passado essencialmente suportado por pessoas que não tinham uma actividade profissional fora de casa — o que não retira de modo algum o mérito — mas hoje muitas voluntárias (e voluntários) dividem o seu tempo entre uma actividade profissional, as tarefas familiares e o voluntariado. Esta complexa situação traçou contudo um perfil de voluntariado marcado por uma grande diversidade de qualificações, de competências e grupos etários. Penso que o voluntariado deve ser incentivado e protegido. Procurarei contribuir para esse objectivo, com a colaboração e iniciativa da minha própria mulher, que tem acolhido directamente essa preocupação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Julgo meu dever avaliar a situação do País em matéria de igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A Democracia abriu às mulheres portuguesas novas oportunidades nos planos jurídico, profissional, educativo e cultural, tendo-lhes sido abertas novas carreiras de que destacarei por exemplo a magistratura e a diplomacia. Na educação é notável a evolução do acesso a todos os níveis de ensino bem como os resultados escolares obtidos. As mulheres constituem a maioria dos alunos do ensino superior, constituindo cerca de 60 % dos diplomados com menos de 30 anos.

Apesar destas transformações claramente favoráveis, persistem situações de desigualdade. As mulheres são penalizadas pelo desemprego e pela necessidade de acumulação de tarefas familiares com a vida profissional. Persistem também desigualdades no acesso a funções de direcção, designadamente em organizações económicas, ou nos *media,* apesar de, neste caso, o número de mulheres jornalistas ter aumentado de forma exponencial.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,
O acesso das mulheres a cargos políticos é todavia um dos domínios em que a situação das mulheres ainda não sofreu alterações significativas.
Elegi este tema como uma das preocupações deste dia 8 de Março. Procurei ontem assinalar, de forma simbólica, a presença de mulheres à frente de autarquias. Quero hoje homenagear todas as mulheres que se dedicam à vida pública, que têm uma carreira política, exercendo responsabilidades em instâncias locais, nacionais ou internacionais para que foram eleitas.
Não tenho dúvidas de que a sociedade portuguesa necessita de um maior contributo feminino na vida política, nas autarquias, no parlamento e nos governos. Esse contributo poderia permitir, a meu ver, a aceitação de novos temas e prioridades nas agendas políticas, e introduziria alterações no modo como se faz política e inovações no desenho das políticas públicas. Acredito que tais mudanças teriam efeitos numa aproximação às problemáticas sociais e culturais e que tornariam a política mais permeável ao concreto e ao quotidiano.
A atribuição de maiores responsabilidades políticas a mulheres contribuiria seguramente para o enriquecimento do modo como se faz política. Espero que as reformas do sistema político, actualmente em discussão, e que as consultas eleitorais, a efectuar no próximo ano, integrem novas oportunidades e incentivos à participação feminina na vida política.
A recente revisão da Constituição da República veio consagrar como «tarefa fundamental do Estado» a promoção da «igualdade entre homens e mulheres».
No plano da participação política dos cidadãos, homens e mulheres, a Constituição passou a determinar que a lei deve «pro-

mover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos».

Trata-se de comandos constitucionais novos, aos quais importa naturalmente dar uma sequência prática. Todos reconhecem que a evolução no sentido daquilo que se convencionou chamar de «democracia paritária» tem sido, no nosso país, significativamente mais lenta do que noutras democracias europeias.

Reconheço a pertinência da discussão sobre as propostas que visam garantir condições mais favoráveis de acesso das mulheres às listas de candidatura. Acompanhá-lo-ei com particular interesse. Decorrendo da revisão constitucional, permitirá certamente encontrar novas soluções, nomeadamente no âmbito da reforma do sistema eleitoral.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A encerrar esta intervenção, gostaria de enunciar três preocupações: com o lugar a atribuir à educação ao longo da vida na promoção da cidadania, com as condições em que se processará a próxima consulta referendária, numa matéria que não pode deixar de envolver de forma intensa as mulheres portuguesas, e o próprio sentido desta celebração do Dia da Mulher.

Quanto à primeira:

Alguns dos ritmos e rituais da política são muitas vezes considerados obstáculos a uma maior participação feminina na vida cívica. Esta tem de ser uma preocupação de todas as organizações e agentes de mediação, incluindo os partidos políticos. Há que remover esses obstáculos, com o que só se ganhará em aproximação da política à sociedade e seus movimentos.

Este tema desemboca na educação escolar e na educação ao longo da vida. Os conhecimentos e competências para o exercício da cidadania aprendem-se. A escola não pode estar à

margem das problemáticas do mundo em que vivemos. Deve sim, a meu ver, preparar as pessoas para a compreensão e organização crítica da informação a que tem acesso. Deve igualmente desenvolver capacidades para a pesquisa, debate e intervenção. Mas, a democratização da sociedade depende também profundamente da capacidade de organização de processos de educação ao longo da vida. Os países do Norte da Europa foram pioneiros no desenvolvimento destas formas de educação tendo sindicatos, partidos, escolas, associações promovido com eficácia espaços de educação para a cidadania.

Entendo que também em Portugal a educação ao longo da vida deve surgir como um grande ensejo para o desenvolvimento de novas capacidades de intervenção cívica e política.

Quanto à segunda:

Cabe aqui uma referência do Presidente da República à próxima consulta popular que, dando expressão a uma modalidade nova de participação cívica e política da democracia portuguesa, encerra um forte apelo ao envolvimento das mulheres.

Quero afirmar que, apesar da óbvia dificuldade do tema, julgo indispensável que o debate decorra com a serenidade própria dos grandes debates democráticos e o espírito de tolerância exigido pelo respeito da integridade das consciências que são chamadas a decidir.

Cabe-me velar pelas garantias de que a decisão que o eleitorado é chamado a tomar se exerce sobre alternativas claras, de que está na posse das indicações necessárias para uma avaliação completa das implicações da sua decisão. Não permitirei que entre o eleitor e o seu voto se interponham dúvidas processuais seja de que tipo for. O quadro constitucional será respeitado escrupulosamente e a participação popular dignificada.

Quanto à terceira:
A causa das mulheres na sociedade portuguesa não pode ser reduzida a uma cerimónia nem o dia 8 de Março um mero rito comemorativo. O Dia da Mulher não deve deixar de ser um momento de consagração de realizações e de homenagem a protagonistas, mas sobretudo tem de constituir um momento de balanço.
Promoverei essa avaliação, cooperando com outros organismos e entidades que nesse processo têm igualmente responsabilidade.
Tenho consciência de que uma parte dos obstáculos que se colocam na promoção da participação cívica e política das mulheres são muito resistentes. A alteração de atitudes e práticas é aqui particularmente lenta e difícil.
Há que reconhecer a evolução positiva já realizada. Mas há que lembrar permanentemente que precisamos de políticas ousadas e consistentes, que não nos damos por satisfeitos.
Estamos perante uma questão de direitos humanos e de democracia. Uma questão essencial, portanto.

CAPÍTULO III

DEFESA NACIONAL E FORÇAS ARMADAS

«Na qualidade de Chefe de Estado
e de Comandante Supremo das Forças Armadas,
tem-me merecido a maior atenção
o acompanhamento dos assuntos relativos
à Defesa Nacional e à Instituição Militar,
e é nessa linha de actuação que continuarei a pugnar
pelo reforço do prestígio,
da dignificação e da coesão das Forças Armadas.»

Cerimónia de Posse
do Chefe de Estado-Maior da Armada
Almirante Vieira Matias
Palácio de Belém
2 de Abril de 1997

Ao empossar Vossa Excelência, Senhor Almirante Matias, no alto cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada, quero começar por felicitá-lo pela importância da missão que lhe é cometida e pela confiança que deste modo lhe é testemunhada pelos responsáveis máximos da Defesa Nacional.

Sei que Vossa Excelência é um Oficial com provas dadas, gozando de um elevado prestígio no seio da Instituição Militar, e de reconhecidas qualidades humanas e profissionais, reveladas quer no exercício de funções de comando em terra quer no mar. Tais atributos estão patentes na sua brilhante folha de serviços, prestados à Marinha e a Portugal, e creditam Vossa Excelência como particularmente indicado para o desempenho desta alta função.

A actual conjuntura internacional é marcada pela mudança e por um quadro de novas exigências no plano estratégico-militar, que justificam o processo evolutivo da política de defesa nacional e a reorganização estrutural e funcional das Forças Armadas Portuguesas.

No quadro geral da reorganização das Forças Armadas, também a Marinha Portuguesa atravessa um momento particularmente significativo e importante da sua reestruturação e modernização.

Vossa Excelência, Senhor Almirante, tem um profundo conhecimento das realidades do seu Ramo, sendo, por isso, legítimo contar com a sua capacidade e competência para encontrar as soluções mais adequadas, de molde a aproveitar da melhor for-

ma os recursos postos à disposição da Marinha para cumprir as suas importantes e nobres missões, no quadro das opções tomadas pela democracia portuguesa nos órgãos próprios.
Na qualidade de Chefe de Estado e de Comandante Supremo das Forças Armadas, tem-me merecido a maior atenção o acompanhamento dos assuntos relativos à Defesa Nacional e à Instituição Militar, e é nessa linha de actuação que continuarei a pugnar pelo reforço do prestígio, da dignificação e da coesão das Forças Armadas.
Nunca é demais realçar o carácter nacional da Instituição Militar, a sua identificação com a Nação e os cidadãos e a importância da preservação dos princípios e valores que dão sentido e continuidade à sua existência. Como também não é de mais salientar, que a existência das Forças Armadas está intimamente ligada à essência do próprio Estado e ao conceito de soberania e de independência nacional.
Parece-me, assim, legítimo afirmar que as grandes questões relacionadas com a Defesa Nacional e a Instituição Militar, pelos superiores objectivos em causa — nomeadamente a defesa dos objectivos nacionais permanentes, a preservação dos interesses nacionais e o reforço do prestígio externo do País — deverão inserir-se num amplo espaço de consenso nacional e constituírem factores congregadores da vontade e determinação dos Portugueses.
É minha convicção que esta é a única via para reforçar a coesão nacional e a unidade do Estado, valores que determinam, igualmente, que a abordagem dos assuntos atinentes à Defesa Nacional e às Forças Armadas seja feita, em permanência, com elevado sentido de Estado.
Estou certo que as Forças Armadas continuarão a cumprir as suas nobres e importantes missões com a determinação e a efi-

ciência que são seu apanágio e de acordo com os superiores interesses nacionais, fazendo juz à sua prestigiosa história.
O País reconhece o esforço que as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a desenvolver e a dignificação e o prestígio que nele têm sido introduzidas através da sua acção, e sabe que a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo passa hoje, também, pela visibilidade das suas Forças Armadas e pela sua capacidade de cumprir novas missões e dar resposta ao quadro de novas exigências.
Aproveito para deixar aqui uma palavra de louvor e apreço ao Senhor Almirante Ribeiro Pacheco, seu antecessor, Oficial de grande craveira e determinado na defesa dos superiores interesses da Marinha e dos seus subordinados, e com o qual sempre mantive relações de grande cordialidade pessoal e de estreita cooperação institucional.
Senhor Almirante, reitero-lhe as minhas sinceras felicitações e desejo-he o maior sucesso no desempenho das altas funções em que acaba de ser investido.
Quero, igualmente, assegurar-lhe, que poderá contar com o meu apoio institucional e pessoal no exercício da sua importante missão.

Cerimónia de Posse
do Chefe de Estado-Maior do Exército
General Gabriel Espírito Santo
Palácio de Belém
17 de Abril de 1997

Acaba Vossa Excelência, Senhor General Espírito Santo, de tomar posse do alto cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, sucedendo ao Senhor General Cerqueira Rocha, de quem, aliás, Vossa Excelência foi Vice-Chefe.

Vossa Excelência é um Oficial com uma brilhante carreira ao serviço do Exército, das Forças Armadas e do País, detentor de elevadas qualidades profissionais, reveladas no exercício de funções de comando e estado-maior a nível nacional e internacional e grande conhecedor das realidades do seu Ramo e da profunda reestruturação que nele tem vindo a ser empreendida. Está, pois, creditado para o desempenho da alta função em que foi investido e, por isso, lhe desejo os melhores votos de sucesso no cumprimento da sua missão.

Senhor General,

A necessidade de adaptação ao novo ambiente de segurança surgido com o fim da Guerra Fria determinou uma revisão global dos conceitos de segurança colectiva, com implicações directas no papel das Organizações Internacionais a ela associadas que tem conduzido à reformulação e progressiva adequação dos respectivos conceitos político-estratégicos. Do mesmo modo, determinou às Nações a necessidade e a urgência da redefinição das suas concepções e prioridades em matéria de segurança e defesa, com incidências ao nível da componente militar e seus sistemas de forças.

As Forças Armadas são hoje chamadas a cumprir um quadro muito diversificado de missões que vão desde as tradicionais, relacionadas com a defesa da soberania, às novas missões em prol da Paz. Num contexto de acrescidas exigências, o vector militar revalorizou-se como elemento de afirmação externa dos Estados e os sistemas de forças têm vindo a adequar-se progressivamente aos novos desafios.

O sentido desta evolução foi oportunamente percebido a nível interno, empreendendo-se uma profunda reestruturação das Forças Armadas Portuguesas que, embora ainda em curso, consubstanciou já uma melhoria significativa do seu produto operacional, bem patente na crescente disponibilização de Forças e meios para emprego em missões externas e na forma eficiente como elas têm vindo a ser cumpridas.

A contribuição das Forças Armadas em tão importantes missões, como sejam as acções em favor da Paz e humanitárias ou as de cooperação técnico-militar com os países africanos de expressão portuguesa, afigura-se como insubstituível na óptica da valorização do papel de Portugal no plano internacional e da defesa dos ideais da Paz, da democracia e da cooperação internacional.

Mas a tipologia destas novas missões e a diversidade dos cenários onde podem ser realizadas, exigem também a progressiva adequação e modernização do Sistema de Forças, dentro dos condicionalismos financeiros globais da acção do Estado.

Para a prossecução deste objectivo, assumem especial relevância as Leis de Programação Militar, cuja institucionalização e execução representaram já um significativo passo no caminho da modernização das Forças Armadas.

Daí a importância do seu prosseguimento e da discussão, nos órgãos próprios, das grandes opções e prioridades a considerar no âmbito da futura Lei, e que marcará, inquestionavelmente, a

capacidade operacional das Forças Armadas no próximo século. Não desconheço a complexidade desta tarefa de tão grande alcance nacional, tanto mais que ela decorrerá, em simultâneo, com acções de reestruturação e redimensionamento ainda em desenvolvimento. No tocante ao Exército, estou certo que Vossa Excelência, Senhor General, saberá encontrar as soluções mais adequadas por forma a aproveitar da melhor forma os recursos postos à disposição do Ramo para cumprir as importantes missões que lhe estão confiadas.

Reitero-lhe, Senhor General, as minhas sinceras felicitações e quero que saiba que no desempenho das suas funções, poderá sempre contar com o meu apoio institucional e pessoal.

Não quero porém terminar sem deixar uma palavra de apreço ao seu ilustre antecessor, o Senhor General Cerqueira Rocha, oficial dotado de grande capacidade de decisão e espírito de missão e cuja acção de comando fica ligada, de forma indelével, ao acréscimo da capacidade operacional do seu Ramo e ao notável desempenho das suas unidades em missões externas que muito prestigiaram Portugal e os Portugueses.

Desejo, nesta ocasião, expressar o reconhecimento que lhe é devido pelos elevados serviços prestados ao Exército, às Forças Armadas e ao País.

Jantar Oferecido pelo Comandante Supremo Aliado na Europa por ocasião da Conferência «SHAPEX 97»
Mons
24 de Abril de 1997

Foi com um grande prazer que aceitei o convite do General Joulwan para participar este ano no SHAPEX, e poder estar hoje convosco.
Desde logo, pela importância desta reunião anual, que permite uma reflexão e um confronto de ideias entre os principais decisores políticos e militares da Aliança Atlântica.
Depois, por 1997 ser um ano decisivo para a construção da nova Organização do Tratado do Atlântico Norte — tema, aliás, escolhido para o SHAPEX — e para a construção europeia.
Se me permitem, antes de procurar dar o meu contributo para o seminário deste ano, gostaria de recordar aqui as mulheres e os homens da nossa Aliança que, na Bósnia-Herzegovina, estão empenhados na maior operação de paz jamais realizada, e que demonstra a importância, a força e a vitalidade da Organização do Tratado do Atlântico Norte.
Os dezasseis aliados, juntamente com a Rússia, os parceiros da cooperação, países da margem sul do Mediterrâneo e outras nações, encontram-se na Bósnia-Herzegovina para garantir a paz e a segurança, o respeito pelos direitos humanos e pelas minorias, a reconstrução económica e a reabilitação social.
Estão na Bósnia-Herzegovina para defender os valores democráticos — traço essencial da nossa união — e fazer com que se calem as armas e prevaleçam o diálogo e a tolerância nas relações entre as três comunidades daquele país.

As forças da missão de paz da Organização do Tratado do Atlântico Norte — entre as quais um importante contingente das Forças Armadas portuguesas — e dos nossos parceiros são o exemplo da nova Aliança. A IFOR, em 1996, e a SFOR, até meados do próximo ano, representam a resposta da comunidade internacional aos perigos da fragmentação, à escalada da violência e da intolerância.

Em nome de Portugal, e em meu nome pessoal, presto a minha homenagem às dezenas de milhares de mulheres e de homens que estiveram, e continuam neste momento, na Bósnia-Herzegovina, integrados na força da Aliança Atlântica, e são credores do nosso reconhecimento.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Pela terceira vez, neste século, temos de enfrentar, em condições de profunda incerteza, a necessidade imperativa de reestruturar os equilíbrios estratégicos indispensáveis pare garantir um quadro estável e duradouro para a segurança europeia.

Pela minha parte, creio que o traço mais notável do período do pós-guerra fria é a continuidade essencial das instituições multilaterais de cooperação estratégica, política e económica, designadamente a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a União Europeia, cujo contributo foi decisivo para que os países da Europa Central e Oriental se reencontrassem com a liberdade e a democracia.

Essa continuidade marca uma distinção crucial entre o período actual e os casos prévios de 1918 e 1945, quando foi necessário começar por constituir uma nova arquitectura institucional para enquadrar os equilíbrios regionais.

Quando, em 1947, Ernest Bevin referiu, pela primeira vez, a George Marshall a necessidade de formar «some form of union in Western Europe, backed by the United States», a sue priori-

dade era, naturalmente, fazer face à ameaça soviética. Essa prioridade persistiu até ao fim da guerra fria.

Porém, cinquenta anos de cooperação política e militar efectiva entre os aliados serviram também para institucionalizar uma comunidade de segurança transatlântica, assente numa herança civilizacional comum, na partilha dos valores da liberdade, da democracia e do direito, bem como numa homogeneidade crescente dos regimes políticos e dos modelos económicos.

Para lá da ameaça que determinou a sua fundação, a aliança tornou-se sinónimo da segurança regional e parte integrante das políticas de defesa de todos os Estados membros. O Presidente Kennedy resumiu essa evolução, já em 1963, quando referiu a sua visão de «a united Europe in an Atlantic partnership — an entity of interdependent parts».

Creio que essa visão de uma Europa unida numa comunidade transatlântica solidária é o bom ponto de partida para responder aos novos desafios.

Depois de ter desaparecido a ameaça externa que justificou a criação do Pacto do Atlântico, era preciso, de certa maneira, «reinventar» a OTAN, consolidando os valores comuns e confirmando a sua natureza como uma aliança defensiva. Era necessário, desde logo, redefinir o seu propósito central, para a estabelecer como a âncora da estabilidade regional, reforçando a velha aliança entre a Europa e os Estados Unidos.

Nesse sentido, a nova Organização do Tratado do Atlântico Norte tem, obrigatoriamente, e teve, desde a primeira hora, uma função decisiva na reestruturação dos equilibrios do pós-guerra fria. Essa qualidade manifestou-se logo no processo de unificação da Alemanha, assim como na adaptação da Organização aos novos problemas de segurança, demonstrando a eficiência e a flexibilidade das suas estruturas militares operacionais.

Qual é hoje o nosso objectivo principal?
Creio que, depois das profundas transformações verificadas a partir do final da última década, o problema principal da segurança europeia passe por se encontrar uma fórmula de estabilidade para o novo mapa político, que garanta à Europa e às novas gerações de europeus as condições que lhes permitirão aprofundar a democracia em todo o continente, construir sociedades mais desenvolvidas e mais justas, prevenir crises e conflitos não apenas na própria Europa mas também em áreas que geográfica, histórica e politicamente lhe estão mais próximas.
Para tal, é indispensável, por um lado, assegurar o acesso das novas democracias às instituições europeias e ocidentais e, por outro lado, definir um modo de inserção da Rússia e da Ucrânia no quadro dos equilíbrios regionais, que respeite os seus interesses legítimos de segurança.
Naturalmente, a realização desse duplo objectivo não é fácil. Nas palavras de um dos diplomatas veteranos da fundação do Pacto do Atlântico Norte, Richard Lovett, «if domestic policies were the art of the possible, international politics might be called the art of the almost impossible». Não obstante, esta dificuldade tinha de poder ser ultrapassada.
Pela minha parte, sempre defendi essa estratégia, mesmo quando a sua viabilidade parecia prejudicada pela veemência dos seus opositores, ou pela rigidez dos obstáculos previsíveis.
Os argumentos correntes contra o alargamento da Aliança Atlântica às novas democracias europeias, ou contra os acordos da Organização do Tratado do Atlântico Norte com a Rússia e a Ucrânia nunca me pareceram pertinentes.
O alargamento da comunidade de defesa e segurança transatlântica não representa uma nova linha de divisão na Europa. A mudança no mapa político resultou do fim da guerra fria, e é

inteiramente legítimo querer responder, positivamente, à vontade expressa das novas democracias. Por outro lado, nesta fase, o alargamento previsível será restrito e limitado. Enfim, tal como no passado, se existe uma divisão europeia, a linha de demarcação é definida pelas fronteiras da democracia, mais do que pela engenharia institucional.

A finalidade do alargamento não é isolar a Rússia ou a Ucrânia. Pelo contrário, este deve ser articulado e paralelo à sua inserção num novo quadro de segurança regional, e a melhor forma de realizar esse objectivo continua a ser a definição de relações especiais entre essas duas potências e a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Esse entendimento é possível e necessário. A Rússia é uma grande potência regional e internacional, e contamos com a sua importante contribuição para a cooperação estratégica na Europa. A Ucrânia é uma grande nação europeia, sem a qual será impossível assegurar a estabilidade regional.

Quero, aliás, salientar o elevado espírito de responsabilidade de todas as partes envolvidas no complexo processo do alargamento da Aliança Atlântica e nas negociações para a conclusão dos acordos estratégicos com a Rússia e a Ucrânia; quero, em particular, salientar os importantes esforços e o talento do Secretário-Geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Javier Solana, para a realização destes objectivos comuns.

Não há, de facto, alternativa realista a essa fórmula, embora não negue as dificuldades da sua concretização.

Mas, se me permitem que cite Dean Acheson — outro dos «pais fundadores» da Aliança — «People who have really great constructive ideas don't really know what they mean». Como sabemos, Acheson comentava o Plano Schumann e esta óptima ideia construtiva produziu todos os notáveis resultados que conhecemos.

Neste sentido, essa frase talvez se possa também aplicar à estruturação de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que é indispensável levar avante, tal como à evolução das relações entre a Aliança Atlântica, a União da Europa Ocidental e a União Europeia, que considero essenciais para o reforço da aliança entre os Estados Unidos e a Europa.

A Aliança Atlântica é um instrumento demasiado importante para a segurança europeia para poder ser tida como definitivamente adquirida. A sua consolidação implica um trabalho permanente, empenhando os responsáveis políticos e militares, bem como as nossas instituições democráticas e a opinião pública em cada um dos Estados membros.

Pela minha parte, creio, por um lado, que todos os aliados europeus têm uma consciência clara das suas responsabilidades acrescidas na segurança regional e, por outro lado, que os Estados Unidos valorizam a importância de uma maior autonomia dos seus aliados na resposta a situações de crise nas fronteiras da Europa, sem prejuízo da coesão da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Estou, assim, convencido de que existe o quadro necessário para a edificação da Identidade Europeia de Segurança e Defesa no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte, criando as condições efectivas que tornem possível o acesso da União da Europa Ocidental às estruturas militares, aos meios e às capacidades indispensáveis para a condução de operações de manutenção da paz.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Pais atlântico e europeu, fundador da Aliança Atlântica e membro da União Europeia, acolhendo no seu território um dos comandos regionais atlânticos da OTAN, Portugal está profun-

damente empenhado na definição do quadro da segurança do pós-guerra fria e na consolidação da nova Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Conscientes da importância da solidariedade europeia e atlântica para a formação da democracia portuguesa, somos defensores, desde a primeira hora, do alargamento da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte às novas democracias. Estou certo que ambos os processos se completam e reforçam entre si, bem como contribuem para um quadro de estabilidade regional, a que a Rússia e a Ucrânia estejam plenamente associadas.

Temos mostrado a nossa firme intenção de tomar parte activa na formulação do pilar europeu da Organização do Tratado do Atlântico Norte, e apoiamos os esforços da sua adaptação interna, nomeadamente para organizar uma nova estrutura de comandos militares, que possa, simultaneamente, fortalecer a nossa capacidade para garantir a defesa comum e assegurar as novas missões. Nesse contexto, Portugal está a contribuir positivamente para a procura de um consenso sólido, que lhe permita assumir as suas responsabilidades na nova estrutura de comando e exercer a sua vocação atlântica no quadro europeu.

É necessário compatibilizar os diferentes interesses dos Estados membros, e igualmente indispensável respeitar a lógica da Aliança, que deve permanecer indivisível, para continuar a ser um instrumento único para a defesa colectiva. Temos de saber evitar a renacionalização das políticas de defesa, e gerir em conjunto, com uma relação aceitável entre os custos e a eficácia, os recursos comuns. Também por isso se impõe uma nova estrutura de comandos, compatível com os objectivos da nova Organização do Tratado do Atlântico Norte.

As decisões estão diante de nós. Exigem sentido de responsabilidade, coragem política e visão estratégica, perante uma oportunidade irrepetível para definir um espaço euro-atlântico de paz e segurança, assente nos valores da liberdade e do direito, da democracia, do respeito pela diferença, dos direitos humanos e do progresso económico e social.

A reinvenção e a consolidação da comunidade transatlântica é crucial tanto para garantir as condições do nosso futuro, como para projectar a sua estabilidade na política internacional, num período onde prevalecem a incerteza e a crise.

Nunca será de mais salientar a importância dos próximos meses, que irão permitir, designadamente em Sintra e na cimeira de Madrid, concretizar as iniciativas lançadas pela Organização do Tratado do Atlântico Norte. O alargamento, a par dos acordos com a Rússia e com a Ucrânia, constituirão um momento histórico para a Aliança Atlântica, com o qual só nos podemos congratular.

General George Joulwan,

Considero uma honra para Portugal e para os Portugueses o convite feito ao seu Presidente da República para estar presente no SHAPEX.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte é, hoje em dia, uma instituição que sabe o que quer e como o quer; uma instituição insubstituível na definição das novas condições de segurança no vasto espaço euro-atlântico; uma instituição capaz de mostrar o caminho para futuras missões de paz, tal como soube criar as condições necessárias pare a restauração da paz na Bósnia-Herzegovina.

São muitos os que trabalharam para isso nas capitais, em Bruxelas, em Norfolk, e aqui em Mons. Todos são merecedores do nosso reconhecimento pela forma empenhada como estão a contribuir para a nova Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Permitam-me que hoje, como Presidente de um dos Estados fundadores da Aliança Atlântica, e convicto de que o faço em nome de todos, exprima, desde já, o nosso reconhecimento ao Comandante Supremo Aliado Europa.

O General Joulwan, que nos vai deixar já no próximo mês de Julho, teve um papel muito importante na nova Organização do Tratado do Atlântico Norte. Soube conduzir com sucesso as forças aliadas e dos parceiros para a Bósnia-Herzegovina, no que constitui a operação militar mais complexa na Europa desde o fim da II Guerra Mundial.

Em nome dos responsáveis políticos da Aliança, quero aqui deixar o meu agradecimento ao General George Joulwan.

Almoço Oferecido aos participantes nas Reuniões Ministeriais do Conselho do Atlântico Norte e do Conselho Euro-Atlântico da Parceria

Palácio Nacional de Queluz
30 de Maio de 1997

Ao desejar-vos as boas vindas, em nome de Portugal e no meu próprio, gostaria de salientar, antes de mais, o significado e a honra que representa para o meu país acolher as reuniões do Conselho do Atlântico Norte e do Conselho Euro-Atlântico de Parceria, que hoje mesmo foi institucionalizado.

Não posso deixar de sublinhar o particular alcance de que se reveste a criação deste novo fórum e as possibilidades acrescidas que oferece a uma cooperação política e militar cada vez mais estreita entre todos os parceiros da área euro-atlântica.

Com a Cimeira da OSCE de Lisboa — e o importante impulso que foi então dado à revisão do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa — iniciou-se um ciclo de importantes reuniões destinadas a definir aquilo a que chamaria uma fórmula de estabilidade e de segurança para o novo mapa político da Europa resultante do reencontro pleno de todos os seus Estados com a democracia e com os valores essenciais da nossa civilização.

Nunca, como até agora, existiram condições tão propícias para consolidar o espírito de confiança e de cooperação entre todos os países europeus e de reforçar decididamente as condições da paz e da segurança na Europa.

Mas é também necessário reconhecer que a indispensável reestruturação dos equilíbrios estratégicos se processa em condições de incerteza e de crise.

Temos como obrigação garantir às novas gerações de europeus as condições que lhes permitirão aprofundar a democracia em toda a Europa, construir sociedades mais desenvolvidas e mais justas, prevenir crises e conflitos, garantir a paz.
Hoje em Sintra, amanhã em Madrid, no Conselho Europeu de Amsterdão, na Cimeira do Conselho da Europa em Outubro, as organizações europeias e ocidentais são chamadas a concretizar essa esperança de paz, de liberdade e de progresso.
Neste sentido, que me seja permitido salientar, pelo seu alcance e significado histórico, o acordo que acaba de ser assinado em Paris entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Federação da Rússia.
Trata-se, sem dúvida, de um bom acordo, assente em princípios sólidos, que reiteram o nosso comum empenho na defesa dos valores da liberdade, do direito e da democracia pluralista, da indivisibilidade da segurança euro-atlântica e da renúncia ao recurso à força e à própria ameaça do uso da força nas relações entre a comunidade transatlântica e a Rússia.
Desde logo, o «acto fundador» que passou a reger as nossas relações, representa um marco no caminho da reconciliação entre antigos adversários, estabelecendo os princípios e os quadros institucionais apropriados para a reinserção da Rússia num espaço comum, reconhecendo os seus legítimos interesses de segurança.
Neste sentido, o acordo de Paris traduz a nossa determinação de não criar novas divisões, prejudiciais à paz e à democracia na Europa.
Por outro lado, cria as melhores condições para prosseguir o processo de alargamento da OTAN e a inclusão das novas democracias europeias na nossa comunidade de defesa colectiva.

Por último, o acordo alcançado preserva a autonomia e os pressupostos essenciais que asseguram a continuidade da Organização como o garante insubstituível da defesa colectiva dos Aliados.

Senhor Secretário-Geral,

Senhores Ministros,

Creio ser esta uma boa altura para reflectir sobre o longo caminho percorrido desde a fundação da Aliança Atlântica, tanto mais quando se pressente, nas opiniões públicas, algumas interrogações sobre a sua importância no momento presente.

Ironicamente, a mesma atitude era corrente quando se concluiu o Pacto do Atlântico Norte. Poucos — muito poucos — anteciparam o papel fundamental que a Aliança Atlântica viria a ter nas décadas seguintes, e ainda menos a sua excepcional duração.

Não foi por acaso, certamente, que Dean Acheson chamava a atenção para os dois temas de Gershwin tocados aquando da assinatura do Tratado de Washington: *I've got plenty of nothin'* e *It ain't necessarily so.* Não se tratava, de facto, do melhor augúrio para uma aliança que estava a dar o seu primeiro passo, depois de uma longa e difícil negociação.

E, todavia, a Aliança Atlântica foi bem mais além do que admitiam as previsões dos mais optimistas de entre os seus fundadores.

Tal foi possível não apenas pela capacidade constante e efectiva que demonstrou, durante quarenta anos, para fazer face à ameaça que justificara a sua criação, garantindo a liberdade dos Estados da Europa Ocidental; mas também porque as décadas de cooperação política e militar efectiva serviram igualmente para institucionalizar uma comunidade de segurança transatlântica, assente numa herança civilizacional comum e na partilha dos valores da liberdade, da democracia e do direito, bem como numa afinidade crescente dos regimes políticos e dos modelos económicos.

Por esta via, a Aliança tornou-se sinónimo de segurança regional e parte integrante das políticas de defesa de todos os seus Estados membros.
E foi também por esta via que, uma vez desaparecida a União Soviética, reunificada a Alemanha e consolidadas as novas democracias europeias, uma nova Aliança se encontrava pronta para exercer o seu papel decisivo na reestruturação dos equilíbrios europeus.
Mas não podemos esquecer que o triunfo da democracia pluralista na Europa não foi linear nem que a segurança europeia pode ser considerada como um dado adquirido.
O regresso da guerra e as trágicas consequências da dissolução da antiga Jugoslávia — perante as quais nos revelámos, em larga medida, impreparados — constituem avisos sérios, tal como devemos ponderar os riscos e as ameaças decorrentes da persistência de tensões no nosso continente.
Permitam-me que recorde as mulheres e os homens da nossa Aliança que, juntamente com militares da Rússia, dos nossos parceiros de cooperação, de países da margem sul do Mediterrâneo, se encontram na Bósnia-Herzegovina para garantir a paz e a segurança, o respeito pelos direitos humanos e pelas minorias, a reconstrução económica e a reabilitação social.
A todos, sem excepção, presto aqui uma sentida homenagem e expresso o nosso sincero reconhecimento.
Permitam-me igualmente que faça um apelo solene, em nome de todos os nossos Estados, a que os responsáveis políticos das repúblicas oriundas da ex-Jugoslávia — alguns dos quais me honram hoje com a sua presença — se empenhem decididamente para que prevaleça o diálogo e a tolerância entre todos os povos da região, para que se calem definitivamente as armas, para que vença finalmente a paz, a estabilidade, a democracia e o progresso nesta tão martirizada parcela da Europa.

Estou certo que o seu empenho será correspondido pela Comunidade Internacional, como o atestam a determinação e os esforços do seu Alto Representante, assim como o comprometimento directo da União Europeia e da Aliança Atlântica.

Senhores Ministros,

Excelências,

Os passos seguintes estão claramente traçados. Em Julho, em Madrid, terá início a primeira fase do alargamento da Aliança Atlântica, será concluído o acordo entre a OTAN e a Ucrânia, que reputo da maior importância para a estabilidade política da Europa, e ficará completa a reforma das estruturas internas.

Por outro lado, espero que a Conferência Intergovernamental possa dar um contributo importante para a definição das relações entre a União Europeia e a União da Europa Ocidental, que se avance rapidamente no sentido de dar corpo à Identidade Europeia de Defesa e de Segurança, para consolidar as relações entre as principais instituições multilaterais e euro-atlânticas.

Estou certo que todos os Aliados europeus têm uma consciência clara das suas responsabilidades acrescidas na segurança regional e, por outro lado, que os Estados Unidos valorizam a importância de uma maior autonomia dos seus Aliados na resposta a situações de crise, designadamente nas fronteiras da Europa, sem prejuízo da indispensável coesão da OTAN.

Enfim, o termo da Conferência Intergovernamental marcará o início do processo de alargamento da União Europeia ao conjunto das democracias europeias, indispensável para realizar o velho ideal da unidade da Europa. E, logo a seguir, a passagem à terceira fase da União Económica e Monetária dará, com a moeda única, um impulso decisivo ao processo de integração europeia.

Os próximos meses vão pôr à prova a capacidade de orientação dos responsáveis políticos e a qualidade das instituições europeias e euro-atlânticas. Pela minha parte estou confiante.
Portugal, país fundador da Aliança Atlântica, membro da União Europeia e da União da Europa Ocidental, está profundamente empenhado na definição do quadro de segurança do pós-guerra fria e na consolidação da nova Organização do Tratado do Atlântico Norte.
Continuaremos, como até aqui, a dar a nossa colaboração activa para a prossecução deste desígnio.
Um século de guerra e de destruições, que pôs em causa a própria sobrevivência da Europa, ensinou-nos a reconhecer o valor da paz, da estabilidade e da democracia.
Essa memória, inscrita na fundação da Aliança Atlântica e da União Europeia, continua a ser a linha certa que traça o bom caminho nas encruzilhadas do nosso futuro comum.
Peço a todos que me acompanhem num brinde pela prosperidade de todos os povos aqui representados, pela Aliança Atlântica e pela Parceria Euro-Atlântica.

CAPÍTULO IV

REGIÕES AUTÓNOMAS E PODER LOCAL

«A vida política democrática joga-se na articulação entre as instituições e as preocupações e ansiedades do quotidiano. O poder autárquico é actor fundamental, não um espectador ou um mero beneficiário, deste processo de revigoramento democrático, através da aproximação entre o Estado e os cidadãos.»

Sessão de Encerramento do I Congresso do Vale do Lima

(Intervenção de improviso)
Viana do Castelo
15 de Março de 1997

O que acabo de ouvir aos oradores precedentes, somado às intervenções a que ao longo da manhã tenho assistido, constitui motivo de optimismo, optimismo realista, mas optimismo. Começo por referir essa circunstância, afastando-me assim um pouco do discurso escrito, porventura demasiado formal.

Abri o dia presidindo aqui, em Viana, à sessão inaugural do Congresso da Confederação das Associações de Pais. Centenas de associações de pais, de todo o país, estão presentes nesta cidade. A seguir, tive o privilégio de participar, igualmente nesta cidade, na Sessão de Encerramento do Congresso das Regiões de Turismo de Portugal, encontrando-me agora no I Congresso da Associação de Municípios do Vale do Lima. Não creio que, há uma década atrás, fosse possível, numa só manhã, em Viana do Castelo, constatar esta vitalidade das organizações da sociedade portuguesa. Quer isto dizer que, por uma forma ou por outra, a sociedade, tanto a sociedade civil como a sociedade política, se vão entrecruzando. Articulando as várias dinâmicas de cada uma delas, estamos assim a enfrentar os desafios do futuro, de forma responsável, empenhada, o que é certamente muito positivo. Assinalo igualmente o facto, que em diversas regiões já vai sendo rotina, da presença do Secretário-Geral da Cooperação da Junta da Galiza. Tornou-se natural esta presença hoje, impensável há uma dúzia de anos, na sequência aliás de um estreitamento de relações entre a Galiza e Portugal. O que significa que a coope-

ração transfronteiriça aparece hoje como algo profundamente radicado nas nossas regiões de fronteira. Não tenho a menor dúvida de que esta nova atitude tem contribuído pare o desenvolvimento dessas regiões, felizmente ultrapassadas as relações de desconfiança, reflexo de sentimentos passadistas e que decididamente não têm razão de ser.

Aproveito a ocasião para saudar, na pessoa do Senhor Secretário-Geral, o Senhor Presidente da Junta da Galiza, D. Manuel Fraga Iribarne, e todos os Galegos, desejando-lhes as maiores felicidades nos seus esforços pelo progresso. Asseguro-lhes que há aqui, neste Norte de Portugal, compatibilidades que podem e devem ser salvaguardadas, e até aprofundadas. O Norte de Portugal tem uma perspectiva positiva das relações com a Galiza, que não vê como um ensejo de competição, mas como uma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento, dum lado e do outro das nossas fronteiras políticas e geográficas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Com a minha presença neste encontro pretendi pôr em destaque o mérito que atribuo à fórmula da associação de municípios e à iniciativa que a VALIMA lançou. Neste caso trata-se de uma associação que dirige um repto às outras organizações da sociedade, às empresariais, às laborais, às culturais e às educativas, apenas para dar alguns exemplos. É um repto construtivo, obviamente portador de uma ambição, a de pôr meios e projectos em comum.

Nunca deixo de realçar também, tal como o referiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que é positivo que as instituições funcionem e funcionem na sua diversidade: diversidade política, como sucede com as Câmaras que compõem esta Associação, diversidade de interesses e pontos de vista sociais e económicos. Essa diversidade, ao conjugar vonta-

des e esforços numa associação de municípios, quer tirar partido de novas sinergias para o desenvolvimento das suas populações. Penso que estas Câmaras estão, se me permitem a conclusão do observador que sou, no caminho certo. Desta capacidade de cooperação depende, em larga medida, o sucesso nas batalhas difíceis e complexas do desenvolvimento.

E por isso, quis expressar a todos a minha solidariedade e o meu estímulo ao vosso trabalho, um tipo de trabalho que muitas vezes é ignorado. A sociedade portuguesa é atravessada por picos de debates, voláteis e de fraca pertinência muitas vezes, que obtêm a primeira página em detrimento deste trabalho paciente e quotidiano. Sei quanto é difícil montar um sistema para uma central de resíduos sólidos, desde a sua localização até à adjudicação e realização da obra; sei o que significa estabelecer relacionamentos entre o sector empresarial privado e o sector público da Administração; sei como este persistente dia a dia não é fácil de contar, recebe raramente hossanas quando tudo corre bem, sei como é muito importante que alguém diga em determinado momento que há coisas que correm bem, que há ligações que frutificam, que há património que está a ser recuperado, que há novas perspectivas de desenvolvimento que se encaram, sem perder de vista que também há reivindicações que se postulam e que são obviamente cruciais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É certo que não podemos conceber o desenvolvimento sem crescimento económico. Mas o desenvolvimento é, como não me canso de repetir, um fenómeno pluridimensional. A modernização e expansão das estruturas produtivas nacionais têm de ponderar imensos factores em simultâneo: o acesso das populações aos cuidados de saúde, à informação, à instrução, à quantidade e qualidade do emprego disponíveis, à qualidade e aos modos de

utilização dos recursos naturais, à protecção ambiental ou mesmo até às orientações dominantes, reformistas ou não, em matéria de política social. Acredito que as associações de municípios estão na vanguarda deste modo de encarar o desenvolvimento nos nossos dias. E por isso, também, aqui, o meu reconhecimento e o meu estímulo.

Há, por outro lado, um papel novo, um papel de crescente importância na figura das associações de municípios (e que eu penso, que para as grandes cidades devia ser estendida à própria associação de freguesias). As associações de municípios proporcionam uma coordenação das políticas e dos meios. Na base de uma cooperação intermunicipal, abre-se um espaço de discussão de problemas comuns, de procura de soluções harmónicas, de potenciação de sinergias. Quando nos inserimos num espaço mais amplo e exigente, como é o europeu, eu tenho a profunda convicção de que a batalha na frente externa obriga, na frente interna, a cada vez mais união de esforços, a cada vez menos individualismo, a cada vez mais associativismo, condições para enfrentar o desafio de produzir melhores resultados com possivelmente menos meios.

A preparação desta batalha faz-se precisamente pela adopção de uma atitude de não querermos ser todos protagonistas ao mesmo tempo, e que a questão fundamental do nosso tempo não deve ser atingirmos todos os dias a primeira página, não é lograr o favor da opinião pública todos os dias, mas é sabermos gerir os meios, tendo em atenção os destinatários dessa gestão. É isto que constitui a base do sistema público, cujo vigor depende que se possa sentir que a política tem um significado, produz um resultado, tem uma intenção, um programa.

O reforço do associativismo municipal representa também uma responsabilidade para a Administração. É necessário encontrar

soluções partilhadas nas diversas instâncias da Administração, pois delas dependem aspectos tão decisivos como a revalorização do território, a criação de condições para um desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma partilha de responsabilidades, uma forma eminentemente cooperativa, não no sentido jurídico mas no sentido político.

A adopção deste entendimento implica uma reforma da administração e aponta para uma recusa da excessiva polarização do sistema administrativo na sua forma actual. A modernização do Estado não dispensa a perspectiva de unidade do Estado, mas a ponderação de novos patamares de decisão pode funcionar como elemento de reforço da coesão nacional, por um lado, e do desenvolvimento económico por outro.

Entendo a modernização do Estado como um processo que vai no sentido de uma presença mais activa da cidadania, quer dos valores, quer das práticas que lhe estão associadas. Valorizo por isso o lugar e a função das associações de municípios, demonstrando afinal no seu esforço conjugado que o desenvolvimento não se faz por um decreto-lei, por um enunciado de um programa, por uma conferência de imprensa. Ele joga-se todos os dias na mistura sadia de planeamento, concertação, mobilização dos diversos agentes, associação entre o público e o privado. Em suma, entre tudo aquilo que pode mover-se e mobilizar-se num sentido dinâmico e de futuro.

As condições do desenvolvimento têm na aprendizagem um ponto crucial de apoio, porque temos hoje que aprender permanentemente, estamos sempre em desactualização em relação à velocidade do conhecimento. Requer-se, portanto, de todos nós uma modéstia, um desejo de formação permanente, um espírito aberto ao novo e ao desconhecido. Requer-se uma sociedade que mobilize as energias que estão dispersas, que sacuda as «teias de

aranha», que tenha um espírito inovador, e que, consciente dos meios disponíveis, saiba promover uma vocação de concertação e da austeridade, entendida sobretudo como uma prioridade com vista a eficácia posta ao serviço das populações.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O dia de hoje, quero crer, que é um dia marcante para Viana do Castelo e para o Alto Minho, porque vários acontecimentos de futuro convergiram nesta cidade. Sinto-me particularmente agradado com a possibilidade de ter dedicado os passos desta manhã aos elementos e aos actores do progresso, do diálogo solidário e do desenvolvimento.

Os meus parabéns e os votos de muitas felicidades para a vossa associação.

Sessão Solene Comemorativa
dos 20 Anos do Poder Local
Coimbra
7 de Abril de 1997

A afirmação do poder local é essencial à vida política portuguesa. Quero, com a minha presença, sublinhar esta condição, resultado de uma história que hoje celebramos.

Em duas décadas, um longo caminho foi percorrido. A autonomia local, tornada possível pela democracia, tornou-se ela própria elemento vital da democracia. Não foi certamente um caminho linear, de antemão traçado, não foi também um caminho fácil.

Pelo contrário. O poder local destes vinte anos é uma construção, produto do empenhamento de praticamente duas gerações de portugueses, de milhares e milhares de autarcas, de múltiplas formações políticas e até ideológicas. Uma construção feita de apostas, de avanços, de voluntarismo, de imaginação, de iniciativa, que venceram o cepticismo, a inércia, o desânimo, o pessimismo, de muitos. Afinal, uma experiência onde se foram acumulando patamares de elaboração legislativa, de exercício de direitos e de faculdades, de interacção entre comunidade, lei e poder, onde se foi igualmente erguendo e fortalecendo a cidadania.

Em nome da República, o sinal de reconhecimento às autarquias quis testemunhá-lo hoje uma vez mais. Efectuei neste meu mandato múltiplas referências ao poder local, a que me liga uma particular relação, como é sabido. Conheço bem a actividade dos autarcas portugueses e os condiciona-

lismos em que ela se exerce. Não lhes tenho regateado a minha compreensão e solidariedade. Mas esta presença, é-me especialmente grata, por ocorrer na sede da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e por isso lhe quis conferir um particular simbolismo.

A Associação Nacional dos Municípios é uma organização prestigiada. Representa na sua diversidade e pluralidade os autarcas portugueses, do Continente e das Regiões Autónomas, e tem sabido gerar os consensos necessários para consolidar o seu espaço na sociedade e na política. Na sua acção tem demonstrado que os autarcas portugueses não se ocupam exclusivamente, como aliás lhes compete, dos interesses locais. São capazes de interpretar e formular uma perspectiva global, onde se joga o interesse de todos, num quadro de solidariedade nacional. No futuro, aliás, não haverá outro caminho.

Quero pois saudar neste dia a Associação Nacional de Municípios, os seus órgãos dirigentes. E cumprimentar o seu Presidente, Eng.º Mário de Almeida, um obreiro sereno e persistente da dignificação dos autarcas portugueses.

Senhoras e Senhores Autarcas,

No balanço destes vinte anos de democracia local, o espaço privilegiado de intervenção dos autarcas tem sido o atraso, as carências básicas do desenvolvimento.

Não creio, a esse propósito, que restem dúvidas. Foi graças ao empenhamento e dinamismo dos eleitos locais que se tornou possível atenuar, em poucos anos, os enormes atrasos com que o País se debatia em matéria de infra-estruturas e equipamentos sociais básicos.

Persistem, já se sabe, problemas deste âmbito por resolver. Mas o conjunto de realizações averbadas constitui uma excelente ilustração de que os eleitos locais não cruzaram os braços, e se dis-

puseram a lutar, em diálogo com a Administração Pública, pela criação de condições materiais adequadas à satisfação das necessidades básicas das populações.
É certo igualmente que o poder local se não tem ocupado exclusivamente, como referiu o Senhor Eng.º Mário de Almeida, desse lado, em certo momento prioritário, do desenvolvimento.
Subsistem carências e inadequações em infra-estruturas, e atrasos na cobertura de serviços básicos, que não podem ser ignorados. Mas a área de incidência do poder local tem-se ampliado, em resultado de um processo em que o aumento e a diversificação das competências tem correspondido a um alargamento do leque de expectativas sociais face à capacidade de intervenção das autarquias.
E é assim que vemos na agenda dos órgãos locais questões de ambiente e segurança, problemas de preservação e valorização do património histórico, projectos que articulam educação e cultura, preocupações com o emprego e a integração social e até com a cooperação internacional. A escola, a saúde, a velhice, a família, a toxicodependência, por exemplo, são temas com os quais as autarquias se acham envolvidas.
Está hoje também consagrado um elevado protagonismo dos eleitos locais, não apenas no diagnóstico dos problemas das populações, como no alerta para a necessidade de serem concebidos e postos em prática planos regional e sectorialmente integrados.
Em muitos casos, têm eles próprios dado o exemplo da coordenação de esforços, racionalizando a utilização de recursos sempre escassos, dirigidos ao desenvolvimento local e regional.
As autarquias constituem hoje uma preciosa plataforma de entendimento e coordenação entre diversas instâncias públicas e privadas.

Entrámos pois numa segunda fase da trajectória do poder local democrático, que será certamente caracterizada pela adopção de uma definição estratégica de objectivos, pela priorização de políticas do qualitativo, pela prática de negociação com os diversos níveis da Administração, e pelo estímulo à concertação de esforços com a sociedade civil.

Senhoras e Senhores Autarcas,

Os órgãos eleitos locais não podem ficar indiferentes ou à margem dos grande desafios civilizacionais com que estamos confrontados. O desenvolvimento não se resume à componente do crescimento, tem que ser visto numa perspectiva pluridimensional, de desenvolvimento sustentável. Existe hoje um sentimento generalizado de que o sentido para a intervenção política só pode ser o de proporcionar um reencontro das criações da sociedade com o homem e as suas faculdades.

Humanizar a escola, humanizar a saúde, humanizar a cidade, humanizar o território, constituem os caminhos para a reconquista de um novo equilíbrio entre o Homem e a Natureza, entre a sociedade, a técnica e a ciência, entre o indivíduo e a comunidade, entre o poder e a cidadania.

O contributo do poder local não é de forma alguma dispensável na resposta a este crucial desafio. E há que valorizar, desde já, por limitado e restrito que pareça, o capital de experiência já acumulado pela administração local em domínios tão diversos como o combate ao desemprego, à pobreza, à exclusão social; a luta contra a desertificação e o envelhecimento dos núcleos históricos, a promoção da educação e da formação, da segurança e da integração. Há igualmente que incentivar o espírito de cooperação interinstitucional assumido por autarcas, que está na origem de autênticas redes de solidariedade que envolvem, além da Administração central e local, entidades públicas e privadas.

Temos de reconhecer o papel das autarquias no campo da cooperação internacional: as geminações, as redes de cooperação internacional descentralizada baseadas nas relações entre cidades são decisivas para a consolidação da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa e contribuem para a visibilidade da nossa política à escala internacional.

Embora perante novas áreas e novas metodologias de intervenção do poder local, exigindo definição de políticas orientadoras globalmente fundamentadas, prioridade à valorização dos recursos humanos, concertação estratégica entre Administração Local e Administração Central.

Certamente que a consolidação desta nova fase do poder local exigirá uma reforma dos instrumentos jurídicos, técnicos e financeiros colocados ao seu dispor. Permitir maior agilidade e flexibilidade na gestão autárquica, facilitar o acesso do poder municipal aos meios e produtos disponíveis na sociedade e na economia modernas constitui decerto finalidade primeira dessa reforma.

É uma reforma suscitada pelas exigências do combate à desigualdade de oportunidades, às assimetrias de desenvolvimento. As competências e responsabilidades dos autarcas nesse combate não se compadecem com a persistência de um enquadramento excessivamente burocratizante, pesado, moroso, arcaico. Atendendo aos passos que a antecipam, o debate e conjunto de propostas adiantadas pelos municípios, através da sua Associação, e aos propósitos e compromissos enunciados pelo Governo, acredito que essa reforma comece em breve a ser concretizada.

Senhoras e Senhores Autarcas,

A autonomia local dá expressão ao regime de descentralização previsto na Constituição democrática, cujo 20.º aniversário também passou em 1996.

Este modelo surgiu em clara oposição ao centralismo histórico do Estado, que o autoritarismo tinha aliás agravado.
A experiência destes vinte anos do combate pelo desenvolvimento travado pelos eleitos locais, forjou, em confronto com o passado, um amplo consenso sobre as virtualidades do modelo de administração descentralizada.
A participação dos interessados, a proximidade do processo de decisão, a vitalidade e o reconhecimento dos interlocutores locais são condições decisivas para o desenvolvimento. A qualidade de vida das populações está hoje tão dependente dos investimentos, como da modalidade que eles assumem, das prioridades que em cada região ou localidade são elencadas, e, sobretudo, das soluções concretas que, para cada caso, são encontradas. O insucesso de muitas das fórmulas adoptadas para a correcção de assimetrias do desenvolvimento resultou precisamente de se ter partido do pressuposto de que o desenvolvimento podia ser concretizado através da imposição, pelos órgãos da Administração Central, de planos e investimentos, sem qualquer participação, a não ser decorativa, das populações interessadas. Foi o que se verificou precisamente no nosso país.
Acredito que o reforço e o aprofundamento da via descentralizadora fará mais pela harmonização e pela solidariedade do que o centralismo. Tenho afirmado a convicção de que um sistema administrativamente descentralizado é um sistema politicamente mais justo e administrativamente mais eficaz.
Senhoras e Senhores Autarcas,
O poder local não é apenas um resultado feliz da Democracia. Constitui em si próprio uma mais-valia, reforçando a proximidade entre representantes e representados.
O apreciável impacte da autonomia local na vida política não pode ser menosprezado. Além da proximidade, o sistema local

apela à participação das populações e nesse aspecto não pode deixar de constituir um factor de revigoramento da cidadania. A autonomia local, regida pelos procedimentos da democracia legitimados pelo voto, permite a formação de uma opinião pública mais esclarecida, credibiliza os interlocutores locais no processo de composição de interesses entre o Estado e as comunidades. Apesar do catastrofismo de algumas análises e atitudes perante o poder local, multiplicam-se os sinais de que os cidadãos se sentem melhor representados por aqueles que lhes estão mais próximos, que estão mais disponíveis para os ouvir e para procurar respostas para as suas necessidades. Eu direi mesmo que as pessoas sentem que essa relação de maior proximidade com os eleitos torna mais eficaz a sua crítica a aspectos concretos da actuação política local.

Esta percepção representa um capital de confiança essencial para a democracia, que deve ser aprofundado e não desbaratado ou descredibilizado.

Por isso me parece injusto e despropositado o lançamento de suspeições generalizadas sobre os autarcas, que inquestionavelmente desempenham as mais relevantes funções políticas num quadro de serviço público particularmente exigente e de, por vezes, bem desconfortável visibilidade.

Reconheço certamente que é possível criar condições para uma intensificação da confiança dos cidadãos no poder autárquico. Mostrei-me favorável, num tempo em que tal não se tinha ainda tornado corrente, a uma reponderação do modelo de organização do poder local, no sentido de adoptar formas mais directas de avaliação e de fiscalização do seu exercício.

A expectativa das populações relativamente às suas autarquias e aos seus autarcas é muito elevada. Mérito sem dúvida do sistema de autonomia local e dos seus protagonistas. Este reconhecimento

é exigente. Afinal os cidadãos sabem que a sua qualidade de vida depende em múltiplos aspectos da actuação do poder local. A vida política democrática joga-se na articulação entre as instituições e as preocupações e ansiedades do quotidiano. O poder autárquico é actor fundamental, não um espectador ou um mero beneficiário, deste processo de revigoramento democrático, através da aproximação entre o Estado e os cidadãos.

Por isso o saudamos, por isso confiamos na sua capacidade de desenvolver a proximidade, a abertura, a participação democráticas.

Cerimónia de Inauguração da Exposição Nacional de Municípios

Santa Maria da Feira
20 de Maio de 1997

As comemorações dos 20 anos de poder local democrático permitiram amadurecer uma vasta reflexão sobre o percurso percorrido ao longo das duas últimas décadas.
Não querendo, naturalmente, revisitar nem sumariar essa interessantíssima reflexão, permito-me, todavia, sublinhar hoje, aqui, um aspecto que me parece merecer particular destaque.
As eleições autárquicas de 1976 marcaram um momento importante de consolidação do regime democrático por três ordens de razões. Porque representaram o primeiro momento de descentralização administrativa democrática do Estado. Porque permitiram a participação directa das populações, não apenas na eleição mas na gestão dos órgãos autárquicos, envolvendo dezenas de milhares de cidadãos, assegurando assim um precioso instrumento de exercício dos princípios democráticos. Porque a lei eleitoral autárquica ao permitir a participação das minorias nos executivos forneceu, numa fase decisiva do processo, um valioso instrumento integrador das diversas correntes de opinião na participação e gestão autárquicas.
Proximidade dos eleitores, participação dos cidadãos e representação de minorias foram três instrumentos decisivos para o arranque da descentralização do Estado, para a vitalidade permanente da actuação da administração local ao longo de duas décadas e para a consolidação do novo regime democrático.

Do longo percurso já percorrido sobraram importantes lições. Aliás, o essencial da reflexão produzida tem sido justamente feita em torno das reformas que importa introduzir para aprofundar o caminho já desenvolvido. Mas essas reformas prendem-se, todavia, com o problema central da relação entre o cidadão e o Estado.

Foi o exercício do sufrágio universal — sem fraude — e o poder local democrático que alteraram substancialmente em Portugal, após a Revolução, a relação tradicional entre o cidadão e o Estado. É certo que a ditadura tinha feito perdurar um modelo de Estado — refiro-me agora apenas à natureza das suas funções e não, claro está, à legitimidade do seu poder — que nos anos 70 estava já a passar por uma reforma na restante Europa, com a introdução de experiências descentralizadoras. Esse processo acentuou-se na década de 80, com o debate sobre a extensão das funções sociais do Estado. A década de 90 veio acentuar a necessidade de reformas e tornar evidente a insatisfação dos cidadãos quanto ao desempenho de muitas das suas funções tradicionais. É indiscutível que a imagem, e mesmo as funções do Estado estão em profunda mudança. As pessoas sentem-no e inquietam-se, dominados pela incerteza quanto ao futuro modelo que, no meio de um debate cerrado, por toda a parte, se vai progressivamente desenvolvendo. Os governos procuram novas opções, reformulando funções e competências, trilhando o estreito caminho entre o desenvolvimento de novos limiares de subsidiariedades — quer em relação às instâncias comunitárias quer em relação às administrações locais ou regionais — e o debate, aliás tenso, sobre o desinvestimento do Estado em funções sociais que lhe estavam confiadas.

A questão do Estado é uma das questões centrais das democracias europeias. Elas levarão ainda muito tempo até formularem

um novo modelo que, tal como o anterior, seja capaz de assegurar consensualmente a mediação efectiva, e não puramente simbólica, entre o cidadão e a Nação.

O Estado liberal e republicano, de que o nosso é directamente herdeiro, é um modelo estatal que exprime uma concepção unitária da nação, construída por afirmação contra a prevalência de um sistema de privilégios, contra a desigualdade perante a lei, contra os poderes periféricos e a insuficiência de representação nacional.

O modelo de Estado sobre o qual impendem hoje tantas críticas e que gera uma tão ampla — e reconheço que absolutamente necessária — reflexão é, também, o Estado que encarna, como valores, a defesa do interesse geral dos cidadãos e não a soma dos interesses corporativos e, portanto, particulares, que defende o carácter geral e abstracto das leis, a igualdade de direitos e deveres, a solidariedade nacional, e que garante também a protecção na necessidade e o exercício da autoridade e da Lei por oposição às justiças privadas. O fundamental das suas características e valores, que hoje ainda consideramos fundadores e essenciais foi, todavia, construído, historicamente, através de um exercício progressivo de centralização de poderes e competências.

A progressiva centralização política e administrativa foi condição necessária à construção dos Estados-Nação modernos baseados no princípio da igualdade do indivíduo perante a lei. Mas a sua consolidação — e legitimidade — ficou a dever-se ao desenvolvimento do sufrágio universal. Reforma do Estado e modelo de representação nacional são, por isso, elementos indissociáveis.

Consolidado o Estado moderno na suas funções garantísticas da Igualdade perante a lei, das liberdades fundamentais e da solidariedade nacional, a tendência das últimas duas décadas, na Eu-

ropa, tem sido descentralizadora. Os cidadãos exigem hoje, cada vez mais, maior proximidade e maior participação no controlo do processo de decisão executiva. Onde antes participar na escolha do governo era uma proximidade — e um poder — inovador, hoje esse poder é claramente insuficiente e a proximidade considerada distância inaceitável.

Mas na ânsia de dar justa e justificada resposta à necessidade de descentralização administrativa, e como tal proceder à reforma das funções do Estado, exigidas, aliás, com igual vigor pela demografia, que coloca novos desafios ao princípio da Solidariedade e da economia, que estimula críticos ao princípio da Igualdade, é ainda importante não perder de vista que muitas das características do Estado são essenciais, que elas mantêm a sua validade e não devem ser postas em causa. Algumas carecem mesmo de ser reforçadas.

A desconcentração e a descentralização administrativa não são a reforma do Estado. É uma das reformas possíveis e necessárias. E é apenas como tal que devem ser consideradas. A reflexão e a problemática em que se insere é mais vasta, mais profunda e resulta das grandes transformações civilizacionais das últimas duas décadas.

Permitam-me, aliás, neste momento de balanço de 20 anos de poder local, que sublinhe a importância das recentes propostas, ainda em debate, no sentido da transferência de maiores competências e recursos do poder central para as autarquias. O ambiente positivo ou consensual com que essas propostas me parecem ter sido recebidas demonstra, em minha opinião, que o desenvolvimento do processo de descentralização deve ser gradualista, baseado na consolidação de experiências que provaram a sua validade. E demonstra também que esse processo deve ser contratualizado, de modo a garantir o consenso

quanto ao equilíbrio das competências e recursos a transferir e aqueles que se devem manter, e mesmo reforçar, porque naturalmente há casos em que isso não deixará de ser necessário, no poder central.

Se a desconcentração e a descentralização me parecem necessárias, por razões que me dispenso de referir, por sobejamente debatidas, igualmente me parece necessário garantir o exercício de um Estado forte, capaz de assegurar a coesão nacional e de definir as grandes prioridades de desenvolvimento do País. Este é o equilíbrio por onde passará uma das vertentes da reforma do Estado moderno. Qualquer um dos extremos, centralização excessiva ou descentralização desnecessária, me parecem inconvenientes para o País. Gradualismo e concertação parecem ser a chave para uma reforma equilibrada dos poderes.

É, aliás, importante que as populações se revejam na progressiva evolução do modelo, que o consolidem, garantindo a sua constante e necessária participação democrática. É aconselhável, portanto, que todas as reformas mantenham sistemas de representação que consolidem e se possível ampliem os actuais mecanismos de integração dos cidadãos no processo democrático.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No conjunto destas comemorações dos 20 anos de poder local foi feito o balanço da obra realizada e iniciado o debate sobre as reformas a introduzir. Ao longo destas últimas décadas muito do que foi conseguido foi-o em confronto, ou pelo menos em tensão, entre o poder local e o poder central. Hoje, o caminho que importa continuar a percorrer tem, necessariamente, de assentar na importância do diálogo institucional entre as autarquias e o Governo. Diálogo e concertação são os dois pilares em que assentará o desenvolvimento do esforço de descentralização administrativa.

Conheço a disponibilidade, quer do Governo, quer da Associação Nacional de Municípios para continuar esse diálogo. Por isso é com uma nota de optimismo e confiança em relação a este importante aspecto da reforma do Estado que termino estas palavras.

É do diálogo institucional que poderá nascer a solidez das reformas e o consenso das populações em torno delas. Populações que, no fundo, olham para esse diálogo como garantia de estabilidade e clareza quanto ao sentido das reformas a levar a cabo. A confiança dos cidadãos no poder local, construída ao longo de anos, é um dos factores de estabilidade do regime político. A manutenção dessa confiança na evolução da repartição de competências administrativas é por isso essencial.

Portugal conta com o reforço do poder local como um factor de desenvolvimento e de aprofundamento da Democracia. Tal como espera o exercício de um Estado forte como factor de Coesão Nacional.

Comemorações dos 20 Anos do Poder Local, em Portalegre

Auditório Municipal de Portalegre
23 de Maio de 1997

Quero saudar vivamente todos os portalegrenses, neste dia festivo, e manifestar a minha satisfação por me ter podido associar às cerimónias com que o município o pretendeu assinalar. Há uma tradição popular da festa de Primavera, com tão fundas raízes nesta região, como aliás um pouco por todo o país, que se celebra e revigora. Há igualmente, aqui, uma clara manifestação da atenção com que os órgãos municipais encaram o exercício do poder autárquico, reconhecem o seu mérito, e gratificam as pessoas que se lhe dedicam e que o servem. Foi naturalmente com todo o gosto que aceitei o convite para participar, tanto na festa como na sessão de homenagem aos autarcas.

Para que hoje me sentisse tão portalegrense como vós, não seriam pois necessárias as palavras do Senhor Presidente da Câmara — que me sensibilizaram — nem as distinções que o município deliberou conferir-me — que igualmente me sensibilizaram. Palavras e distinções que agradeço e de cuja intenção estou consciente: aproximar a instância política central, que represento, da vida local. Essa é igualmente uma preocupação minha: incentivar uma permanente comunicação e interacção entre os vários níveis da decisão política, e entre estes e a sociedade, na sua diversidade de grupos e de anseios. A democracia não é apenas um conjunto de procedimentos: é uma corrente que passa entre representantes e representados, entre instituições e comunidades, entre interesses e órgãos de decisão.

Tenho exaltado com veemência, sobretudo nesta ocasião em que se comemoram duas décadas de poder local reconhecido pela Constituição, a obra das autarquias e dos autarcas portugueses. É uma obra com várias facetas — a das infra-estruturas básicas, a da educação e cultura, a da solidariedade social, por exemplo — que agora enfrenta os novos e complexos desafios do desenvolvimento planeado e integrado.

Mas gostaria de sublinhar hoje particularmente o contributo que o poder local deu e deve continuar a dar para a democracia. Por um lado, o poder local tem constituído o eixo principal do processo de descentralização administrativa, uma das grandes mudanças do Estado com origem no 25 de Abril. Por outro, o poder local inclui na sua matriz de funcionamento a participação cívica e a proximidade dos mecanismos, e até dos actos, de decisão. É importante que essa mudança do Estado prossiga, sem dramatismos nem saltos bruscos, com o gradualismo que as reformas profundas por vezes requerem e que a procura do consenso aconselha. Como tenho afirmado, um sistema administrativo descentralizado não é apenas mais justo, é também mais eficaz. Como fica aliás amplamente demonstrado com a experiência destes 20 anos de poder autárquico.

Mas não é menos importante que o poder local continue a assegurar, e a reforçar, os referenciais de proximidade e de participação que se tornaram justamente seu apanágio. É possível que algumas modificações devam ser introduzidas por via legislativa. A Assembleia da República está a trabalhar sobre o tema, no quadro da revisão constitucional. Não me pronunciarei em concreto sobre tais alterações, neste momento, por motivos óbvios. Posso no entanto dirigir-me aos autarcas, certo do seu empenhamento na credibilização das instituições a que dão rosto. Tudo o que significar aprofundamento dos direitos dos cidadãos pe-

rante a administração local é positivo. Como é positivo tudo o que significar aperfeiçoamento dos meios de avaliação cívicos do exercício do poder autárquico.

O poder não se legitima a si próprio. O poder local só pode sair valorizado, e por isso reforçado, quanto mais protegidos estiverem os cidadãos nos seus direitos e quanto mais garantias forem oferecidas à comunidade de fiscalização da actividade autárquica.

A responsabilização política dos autarcas pode ser redefinida e vejo nesse processo um elemento mais da construção da autonomia local.

Senhores Autarcas de Portalegre, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero felicitar o Município pela forma escolhida para assinalar os 20 anos de poder local: distinguindo com uma condecoração máxima os Presidentes da Câmara posteriores ao 25 de Abril. Exalta o reconhecimento devido aos que se dedicaram à causa pública, numa situação, como se sabe, de grande exigência.

Não esqueceu a Câmara o seu pessoal, e ainda bem, pois os trabalhadores duma autarquia são colaboradores decisivos da obra municipal.

Quero igualmente felicitar o Município pelo conjunto de geminações cujos protocolos vai hoje assinar. Atribuo, como é conhecido, um alto valor às formas de cooperação internacional descentralizada que as autarquias vêm desenvolvendo. Vejo nelas um vasto campo de possibilidades, incompletamente exploradas, de concretizar aspectos da nossa política de cooperação externa.

Senhor Presidente da Câmara,

As preocupações que aqui expressou relativamente aos problemas da sua região não me são desconhecidas nem me deixam indiferente. Numa recente iniciativa que organizei dedicada ao tema da «Competitividade e Inovação das Empresas» tive opor-

tunidade de visitar diversas unidades produtivas e de investigação científica no Alentejo. Afirmei nessa altura a convicção de que o desenvolvimento do Alentejo é necessário e possível.
Esta convicção não resulta de um mero acto de voluntarismo. A modernização do País já obtida acumulou um conjunto de competências e práticas e difundiu valores que constituem instrumentos cruciais para prosseguir o combate pelo desenvolvimento. Refiro-me à elevação do nível da instrução e à difusão dos instrumentos de formação profissional. Refiro-me à associação dos temas da preservação do património e da política cultural à afirmação das capacidades de atracção das regiões. Refiro-me às experiências de viabilização da produção artesanal e, em geral, à ponderação do espaço rural como espaço da pluriactividade. Refiro-me à aquisição de conhecimentos técnicos e científicos sobre o território e as comunidades que o habitam, e, genericamente, a uma clima mais favorável à inovação baseada em saberes de tipo disciplinar e interdisciplinar. Refiro-me à incorporação de dinâmicas criativas na actividade tanto de organismos públicos como nas organizações da sociedade civil, incluindo associações voluntárias e empresas. Refiro-me ainda à ampliação da própria cidadania, consequência não só do reconhecimento de direitos como da participação directa das populações na identificação e resolução dos seus problemas colectivos.
Recuso-me a aceitar as dificuldades — sei que as há, e que não podem ser nem ocultadas nem desvalorizadas — como uma fatalidade intransponível. Certamente que não me conformo com os dualismos instalados na sociedade portuguesa. Entendo que a unidade nacional exige coesão social, medidas que contrariem as assimetrias regionais. Acredito porém que os problemas podem mobilizar o que os portugueses têm de melhor, e que cada oportunidade aceite é um exercício de cidadania.

Por isso estou e estarei com todos os que lutam, generosa e inteligentemente, pelo desenvolvimento integrado e solidário do espaço nacional.
Repetirei, convosco, Portalegrenses: o Alentejo tem futuro; o Alentejo tem que ter futuro!

Sessão Solene de Boas-Vindas
na Câmara Municipal de Chaves
Chaves
9 de Junho de 1997

Visito Chaves num circunstância singular. Estamos a dar início a uma Jornada pelo Interior do País, que se prolongará até ao próximo dia 15. Estamos na véspera de um Dez de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que será celebrado precisamente aqui em Chaves.

Não foram pois motivos fortuitos que presidiram a esta escolha. A evocação da nossa história no 10 de Junho, uma história geradora de um profundo sentimento de pertença e de partilha, quis fazê-la este ano em Chaves, uma cidade do interior, onde por isso alguns dos temas da equidade territorial e da solidariedade nacional se colocam com particular incidência.

Não são temas novos, num país onde as assimetrias regionais sempre tiveram expressão preocupante. Não me conformo porém com tais «fatalidades», como bem sabem todos os portugueses.

O combate ao desenvolvimento desigual do território é provavelmente tão antigo como o próprio processo de unificação territorial. As sucessivas gerações de portugueses que se empenharam na construção da unidade de uma pátria, feita de diversidades culturais e de distintas expressões regionais, também se empenharam em proporcionar a todas elas uma igualdade de oportunidades.

A coesão nacional é o resultado de um combate pela composição de interesses e projectos, mas é também o resultado de um com-

bate contra a discriminação e a exclusão de grupos e sectores. O primeiro combate trava-se em simultâneo com o segundo. O êxito de um depende do êxito do outro.

Quero prestar homenagem aos flavienses que, em condições por vezes bem duras, partilharam a construção do futuro colectivo, e ajudaram a cimentar uma consciência de pertença que reanima a esperança nesse futuro. A cidade que graças ao vosso empenhamento aqui surgiu, uma bela cidade que ostenta com legítimo orgulho um património construído de altíssimo valor, é bem o símbolo da capacidade dos Flavienses de enfrentar dificuldades, de valorizar a herança do passado e de criar novos recursos, de vitalizar o meio circundante e de recuperar das desvantagens da distância. Foram as cidades como Chaves que estancaram a deserção humana do interior do país, que absorveram parte da mão-de-obra que se tornara excedentária nos campos. Foram as cidades como Chaves que criaram oportunidades de investimento às poupanças acumuladas com a emigração, que receberam e sustentaram equipamentos de formação e qualificação dos recursos humanos. Foram as cidades como Chaves que requereram e justificaram a atenção às acessibilidades e comunicações, que cuidaram do património e garantiram a criação cultural. Sem cidades como Chaves, reagindo deste modo às condições menos favoráveis da geografia, não teria sido possível evitar uma fragilização irreversível de múltiplas franjas regionais do interior do País.

Há problemas, aqui, evidentemente, e o ordenamento territorial e demográfico não foi tão longe quanto podia e nalguns casos é mesmo insuficiente. Temos que ampliar a contratualização de programas e políticas entre as diversas instâncias da Administração e entre o sector público e o privado. Em suma, temos que nos preparar para uma cada vez mais efectiva concertação não apenas social como territorial.

As competências e energias acumuladas por estas cidades do interior, como Chaves, devem ser objecto de avaliação, mas não poderão deixar de merecer igualmente incentivo e aprofundamento. Abrangem as novas formas de turismo e a adopção de inovações tecnológica e de gestão das pequenas e médias empresas. Contemplam a modernização do comércio e serviços e a recuperação e viabilização económica do artesanato. Assentam numa nova dimensão da educação e formação escolar incluindo níveis avançados, num associativismo empresarial mais activo, e na dinamização da cooperação transfronteiriça.

Peço licença, a este propósito, numa cidade que tem vindo a reforçar as suas ligações com o outro lado da fronteira, e tendo como pano de fundo as cerimónias em que participei ontem e anteontem com Sua Majestade o Rei de Espanha, que ponha em destaque o papel dessa cooperação. De tudo quanto vi e ouvi, de ambos os lados da fronteira, saiu mais reforçada a minha convicção de que este é um percurso inevitável, aliás desejado pelas populações, e onde se acumulam já importantíssimos contributos.

De qualquer sorte, referia-me a factores que permitiram a muitas cidades, como Chaves, fortalecer de modo impressivo a sua imagem. Por uma elevação significativa da qualidade dos produtos e serviços que oferecem, pela qualidade do ambiente urbano, articulado com o património histórico, que proporcionam. Sempre pela qualidade que garantem.

Acredito que o objectivo do desenvolvimento solidário está ao nosso alcance. Sei que os constrangimentos são pesados e que não há varinhas de condão que transformem magicamente os nossos desejos em realidade. Mas também sei que mesmo lá onde se registaram as condições mais adversas se manifestou uma capacidade de resposta, se contrariou o conformismo, e a comunidade se abriu à inovação, à cooperação, eventualmente até a um

legítimo protesto. Afinal os problemas não conduzem necessariamente à paralisia, e podem mobilizar o que os Portugueses têm de melhor.

O combate pelo desenvolvimento exige convicção e generosidade, e exige também inteligência e coragem. Na primeira linha desse combate têm estado muitas vezes os autarcas portugueses. Também neste aspecto, Chaves não é excepção.

O poder local surge-nos hoje como um protagonista essencial do combate pelo desenvolvimento, beneficiando de um grande capital de confiança que nele é depositado pelas populações. Tem enfrentado com êxito a chegada de novos desafios e correspondido às procuras mais exigentes das comunidades locais. Orgulhamo-nos dele, como uma das criações mais vivas da democracia, e queremos reforçar a descentralização que ele exemplifica.

O Estado descentralizado respeita a autonomia local. Respeitar a autonomia local não implica alienação de competências financeiras ou políticas por parte do Estado central. A visão global, a preocupação prospectiva, a perequação dos recursos financeiros são e serão sempre tarefas essenciais do Estado, e sê-lo-á tanto mais, quanto mais se aprofunde o desígnio descentralizador.

Quis compartilhar convosco dois momentos, o da evocação da projecção universal da nossa história e o do património de criações solidárias que representa o desenvolvimento do País. O carinho com que tenho sido recebido mostra que o meu intuito foi compreendido pelos Flavienses.

Estamos no limiar duma nova era. Esta não é apenas uma afirmação retórica ou de circunstância. A vontade de transformação e mudança está presente na sociedade portuguesa. Precisamos de rejuvenescer, não apenas o tecido social, mas também as práticas

e os valores da cidadania. Ampliar a participação e a corresponsabilização colectivas. Repor a todo o momento a igualdade de oportunidades e a equidade. Assegurar uma efectiva liberdade de escolha. Exprimir o inconformismo, sem deixar de confiar nas nossas competências e aperfeiçoá-las. Fortalecer, enfim, a nossa ousadia.

CAPÍTULO V

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

«O que nos faz falta é um novo pensamento educativo,
é um espírito de dinamismo
que seja libertador de energias sociais e pessoais.
Trata-se de devolver a Escola à sociedade,
responsabilizando a sociedade pela Escola.»

Sessão de Abertura do XXII Encontro Nacional das Associações de Pais

Viana do Castelo
15 de Março de 1997

A minha presença neste Encontro Nacional da CONFAP tem um significado muito especial. Quero testemunhar-vos a importância que concedo às associações de pais, que cumprem uma função social e educativa de grande relevo. A educação é uma responsabilidade social, que exige a participação de todos, e não apenas dos técnicos e dos profissionais do ensino. Frequentemente, os pais foram chamados à escola apenas para ouvirem críticas relacionadas com o insucesso e a indisciplina dos seus filhos ou mesmo para serem censurados por certos hábitos e comportamentos familiares. A escola pretendia-se moralizadora da sociedade e encarava os pais mais como um problema do que como parceiros da acção educativa.

Esta perspectiva é, hoje em dia, absolutamente inaceitável. Não só os pais têm o direito — e o dever — de participarem na educação dos seus filhos, como esta participação é mesmo uma condição essencial para o sucesso educativo e para a qualidade do ensino.

As escolas devem trabalhar em ligação estreita com as famílias, integrando-se nas comunidades locais e mobilizando uma rede de instituições sociais e económicas, em particular as autarquias. Simultaneamente, têm de aprender a respeitar o direito das crianças e dos jovens para tomarem decisões sobre os seus próprios percursos escolares, na linha do que está consagrado na Carta Universal dos Direitos das Crianças.

Tenho esperança nas mudanças em curso no nosso tempo, tanto no que diz respeito à formulação das políticas, como no plano concreto da acção que se realiza quotidianamente nas escolas. A ideia de um espaço local de educação, que dê sentido a projectos educativos integrados, é um dos aspectos fulcrais desta mudança. Mas para que ela aconteça, é preciso que cada um dos parceiros possua direitos próprios e detenha um poder efectivo de decisão. Sem pôr em causa as competências profissionais dos professores, torna-se cada vez mais evidente que o governo das escolas deve pautar-se por princípios de democracia social e de participação cívica.

Neste sentido, há dois aspectos que gostaria de abordar nesta mensagem: o primeiro diz respeito à necessidade de assegurar que as comunidades locais constituam espaços estimulantes do ponto de vista cultural e educativo; o segundo prende-se com a urgência de organizar as escolas como lugares propícios à aprendizagem e à formação dos alunos.

Em relação ao primeiro aspecto, parece-me importante lembrar que as aprendizagens começam nos primeiros dias de vida, período decisivo para o desenvolvimento das crianças. Inicia-se aqui a acção educativa das famílias, que se prolonga pela infância, pela adolescência e pela juventude. Seria absurdo imaginar que o tempo passado na escola constitui uma espécie de interrupção, de parênteses, neste processo de acompanhamento educativo.

Bem pelo contrário. A escola é um dos espaços essenciais deste processo e, por isso mesmo, deve ser reconhecido aos pais um direito próprio de decisão e de intervenção. Não basta apenas consagrar a necessidade de uma melhor informação, de uma consulta mais frequente, de um apoio ao estudo ou de uma participação na orientação profissional dos jovens. Trata-se de ir

mais longe; trata-se de um direito de escolha dos pais em matéria educativa e de intervenção regular na organização e no funcionamento das escolas.

Infelizmente, nem todas as comunidades constituem ambientes educativos agradáveis e estimulantes. No nosso país, a miséria, a degradação moral, a droga e a violência são ainda o dia-a-dia de muitas famílias. Para estas crianças, as oportunidades educativas estão drasticamente reduzidas e, se nada fizermos, espera-as um destino de insucesso e de marginalização. É uma ilusão pensar que a escola pode substituir as condições que não existem na sociedade, e que pode ser, ao mesmo tempo, instituição de acolhimento familiar e de serviço social, centro hospitalar e de prevenção da droga, organização de combate à violência e de luta contra a miséria, etc., etc. Mas se formos capazes de articular o conjunto das instituições sociais, promovendo uma efectiva solidariedade e responsabilidade social, então o destino destas crianças não será uma fatalidade.

As situações podem ser mudadas e têm-no sido, em muitas zonas difíceis, graças a uma coordenação de esforços entre professores, pais, autarcas, empresários e associações diversas. Como Presidente da República, quero transmitir a estes homens e a estas mulheres uma palavra de profundo reconhecimento e de enorme gratidão. Desejo que estas experiências sejam conhecidas e que se tornem uma referência para todos os educadores.

Mas, deixem-me que vos diga que, ao atingir a maioridade, um jovem não passou mais do que 15 % do seu tempo na escola. Com esta observação, quero chamar a atenção para os outros 85 %, passados em casa, na rua, em frente à televisão ou com os amigos. É aqui que se decide grande parte do futuro dos nossos filhos. A escola não pode tudo. E é por isso que me parece tão importante que sejamos capazes de construir comunidades estimulan-

tes do ponto de vista educativo. É preciso criar espaços sociais onde as aprendizagens possam ter lugar, seja na aldeia isolada do interior, que necessita de investimentos no domínio da informação e da comunicação, seja nos subúrbios das grandes metrópoles, que têm de ser transformados em cidades educativas.

A mensagem que vos quero transmitir é simples: não podemos alhear-nos do que se passa à nossa volta e não basta que cada um resolva, o melhor possível, o seu problema. Pensar a educação hoje é ser capaz de ir muito para além dos muros da escola e projectar comunidades abertas e motivadoras que dêem um suporte social ao desenvolvimento das crianças e à formação dos jovens.

Quero com isto dizer que o que se passa dentro da escola não é relevante? De modo nenhum. E esta é, justamente, a segunda reflexão que gostaria de partilhar convosco: acredito nas escolas como lugares onde dê gosto ensinar e aprender.

Infelizmente, durante várias décadas, não se investiu na recuperação e na melhoria das instalações e dos equipamentos, de modo a que as escolas sejam espaços em que as pessoas se sintam bem. O problema, aliás, não diz apenas respeito às condições físicas dos edifícios. Tem também a ver com a forma como eles são ocupados, o mesmo é dizer, com a forma como está organizada a acção escolar.

Um conhecido autor francês escreveu há tempos um ensaio muito interessante no qual explica a transformação das escolas de lugares de estudo — nos quais os alunos tinham aulas, mas também tempos de trabalho, normalmente na companhia de um tutor — num lugar onde se dão aulas. No meu contacto com os jovens, tenho sentido que há uma carga lectiva excessiva e, simultaneamente, uma ausência de momentos de estudo, de trabalho e de convívio cultural.

É uma mudança essencial, que pode contribuir para evitar algumas das novas formas de discriminação social, trazidas pela sociedade tecnológica e de comunicação. As crianças — sobretudo as crianças dos meios mais desfavorecidos — devem ter acesso aos livros, às vivências culturais, aos computadores e à internet dentro da própria escola, pois, caso contrário, não terão qualquer outra possibilidade de usufruírem destes recursos. É por isso que a reorganização dos tempos e dos espaços escolares é tão importante. O que passa, em muitos casos, por escolas com uma dimensão mais humana.

O conceito de humanização da escola é, aliás, aquele que melhor traduz o meu pensamento sobre esta matéria. Quero com isto significar a necessidade de conceber a escola como um lugar de cidadania e de trabalho.

Tal como António Sérgio, defendo a necessidade de instaurar práticas e vivências democráticas, pois a educação cívica meramente teórica é um absurdo: é como um ensino de esgrima em que não se empunhasse a arma ou uma aprendizagem de piano em que os dedos não se mexessem.

Também eu advogo uma escola do trabalho, porque se conseguirmos deslocar a pedagogia do «enciclopedismo para a criação», então o aluno terá «moldado o seu espírito à iniciativa produtora e virá a ser para a sociedade uma fonte de progresso». Mas hoje isto não é suficiente. É preciso considerar as escolas como um espaço por excelência para o exercício da cidadania. De uma cidadania que se alargue, também, aos pais e às comunidades.

O ano passado, no Porto, sugeri que se estimulassem práticas de voluntariado dos professores aposentados. A mesma sugestão é válida para as famílias: há um sem-número de tarefas e de actividades escolares que podem ser realizadas por voluntários, a

exemplo do que acontece numa grande parte de países estrangeiros. Não se trata de atribuir aos pais uma mera função de apoio ou de ajuda, mas antes de lhes conceder um poder efectivo de intervenção e de decisão, nomeadamente no governo das escolas. Consolidar-se-iam, assim, laços de compromisso e de responsabilidade social, unindo diversos parceiros em torno de um mesmo projecto educativo.

Estudos recentes confirmam, justamente, que uma das consequências mais positivas das políticas de descentralização do ensino é a melhoria dos espaços escolares, nomeadamente no que diz respeito à resolução de problemas de segurança, de violência e de droga.

E confirmam igualmente que o esforço de partilha e de cooperação no quadro das escolas tem contribuído para melhorar a imagem social dos professores e para valorizar as suas competências profissionais.

São estas as duas mensagens que vos quis transmitir:

Não há educação sem comunidades que facilitem e estimulem as aprendizagens.

Não há educação sem uma participação activa e alargada de todos os parceiros sociais.

Estas mensagens relacionam-se directamente com a problemática dos valores, que está em debate neste Encontro.

Por um lado, é impossível afirmar um conjunto de valores dentro da escola, se eles forem diariamente postos em causa no seu exterior. Veja-se, por exemplo, o caso da violência: de que serve ter um discurso pacifista se a realidade quotidiana das crianças é a violência doméstica ou até se os filmes e os jogos de computador com que se entretêm são uma exaltação da violência? E o mesmo se poderia dizer sobre as questões ambientais, sobre o racismo e a xenofobia e… sobre tantas outras matérias.

Por outro lado, é inútil ter uma retórica de civismo, de democracia e de liberdade se a forma de organização das escolas contradisser, na prática, estas intenções. É por isso que é tão importante que as escolas sejam ambientes sociais onde se pratica a tolerância e o pluralismo, onde se respira uma cultura de solidariedade e de participação cívica.

Estes aspectos têm directamente a ver com um debate que é preciso lançar na sociedade portuguesa sobre a qualidade do ensino, uma vez que esta não pode basear-se em modelos elitistas, que reforcem ainda mais os dispositivos de exclusão e de discriminação. O grande desafio para o século XXI é conseguir uma educação de qualidade para todos, uma escola que responda aos anseios do conjunto dos alunos e aos seus diferentes projectos escolares e profissionais.

É um desafio difícil, que exige a responsabilização e a participação de todos. Na convicção de que o esforço no sentido de uma igualdade de oportunidades e o funcionamento democrático e participado das escolas não só não impedem a eficácia e a qualidade do ensino, como são mesmo uma das suas principais condições.

Este é um dos desafios que não se podem perder. O futuro do país decide-se, em grande parte, na educação e na formação dos jovens. A sociedade educativa que queremos construir não se cumprirá sem a vossa participação activa. Aos pais e às suas associações compete um papel central no processo educativo, na consolidação de uma cidadania democrática e participativa nas escolas. Porque é aqui que o futuro se começa a imaginar, isto é, se começa a viver.

Cerimónia de Entrega do Prémio BIAL
Porto
4 de Abril de 1997

Tenho-me referido frequentemente aos grandes problemas que se colocam a Portugal e não tenho escondido alguma preocupação perante situações complexas como a integração europeia, o emprego, o desenvolvimento equilibrado do espaço nacional, mas reafirmo, também, a minha enorme confiança na determinação dos Portugueses em desenvolver mecanismos e potencialidades que permitirão dar resposta a esses e a tantos outros problemas.

Disse-vos há cerca de um ano, na sessão de abertura do 1.º Simpósio da Fundação BIAL dedicado ao tema «Aquém e Além do Cérebro» que o grande desafio que hoje se coloca às sociedades é o da sua capacidade para investirem na educação, na ciência e na cultura. É isso que distingue as sociedades que querem e podem desenvolver-se daquelas que ficarão presas, como uma fatalidade, a um atraso crescentemente irrecuperável.

Nos últimos vinte anos conseguiram-se importantes resultados na saúde dos Portugueses e indicadores significativos como a taxa de mortalidade infantil e a taxa de mortalidade materna apresentam hoje valores semelhantes aos dos países da Europa mais desenvolvida.

O País alcançou estes resultados através de um conjunto de medidas, política e tecnicamente sustentadas, de planeamento familiar, de assistência pré-natal, de protecção à maternidade e infância, de vacinações, de universalização do parto hospitalar,

que honra quem as decidiu, enquanto legislador mas, em especial, permitam-me sublinhar, os médicos e outros profissionais de saúde que as praticaram no dia-a-dia com inexcedível competência, empenhamento e determinação.
Devemos, portanto, ter orgulho nos resultados do Serviço Nacional de Saúde, mas também constatar que o modelo desenhado no final da década de 70 já não responde de uma forma eficiente e equitativa às expectativas dos Portugueses.
Persistem problemas com a equidade e a qualidade do Serviço Nacional de Saúde, de que são preocupante exemplo as listas de espera em muitos hospitais públicos para consultas, intervenções cirúrgicas, meios complementares de diagnóstico.
Estou certo de que o debate, já iniciado, sobre o Sistema de Saúde Português será centrado no cidadão, começando por saber quais são os problemas de saúde dos Portugueses, qual é a sua dimensão, qual a prioridade nacional que lhes é atribuída, quais os métodos mais efectivos para os resolver.
Por isso, a investigação em Medicina é desde logo necessária para a elaboração de inventários criteriosos e de modelos explicativos para os problemas que afectam a comunidade.
É por isso que me associo com muito gosto a esta cerimónia de atribuição do Grande Prémio BIAL de Medicina e do Prémio BIAL de Medicina Clínica.
Estamos aqui perante exemplos marcantes da compreensão desse problema. Compreensão, desde logo, por parte do Grupo BIAL que, há mais de uma década, atribui prémios a obras relevantes de investigação nesta área.
Aliás, a criação da Fundação BIAL, em conjugação com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, constitui, também, um sinal importante e positivo no relacionamento necessário, na concertação estratégica, entre a Universidade e a Indústria.

Mas é aos investigadores, e em especial aos que hoje premiamos, que quero expressar um agradecimento e um apelo.
Um agradecimento pela sua dedicação em favor da investigação científica, que permite ultrapassar uma visão exclusiva do imediato, absorvida por problemas de natureza económica, em favor de uma visão mais ampla de desenvolvimento social sustentado.
Um apelo para que os resultados da sua investigação possam contribuir para assegurar à generalidade dos portugueses maior qualidade de vida e para que as usas capacidades possam ser utilizadas para dar resposta às exigências do presente e do futuro que se adivinha.

Conferência «Política Educativa: Construção da Europa e Identidade Nacional»
Lisboa
15 de Maio de 1997

É com muito agrado que participo nesta Conferência sobre «Política Educativa: Construção da Europa e Identidade Nacional», promovida pelo Conselho Nacional de Educação. Com a minha presença, quero dar, uma vez mais, testemunho da importância que concedo às questões da Europa e da Educação, sob os auspícios, também da Assembleia da República e do Senhor Primeiro-Ministro. Se há desígnios que devem unir todos os portugueses, estes são, sem dúvida, dois dos mais decisivos.

A construção europeia é um dos projectos políticos mais apaixonantes deste final de século. Era tempo de as nações se aproximarem e se juntarem na proposta de um futuro mais justo e igualitário.

Cinquenta anos de paz — imperfeita, é certo — são hoje motivo bastante para acreditar num novo entendimento entre os povos europeus. Sei que não é fácil. Conheço a *outra face* da Europa: o racismo, a xenofobia, a intolerância, a miséria… E sei que as palavras não chegam para evitar as novas formas de exclusão social e para combater os riscos de uma sociedade que tende a resvalar para um perigoso dualismo. Na Europa, a *liberdade* tem de definir-se como *responsabilidade* social, a *igualdade* só pode ser sinónimo de *diversidade.*

Ao consagrar o princípio da cidadania europeia, o Tratado de Maastricht abriu um debate essencial para o futuro da Europa e

da Educação. A escola desempenhou um papel fundamental na consolidação de uma identidade nacional. Agora, é chamada a trabalhar na construção de uma cidadania europeia. Há quem defenda que estas duas missões são contraditórias. Não é esta a minha opinião.

As questões da cidadania não devem ser pensadas através de um raciocínio geométrico, dividindo o espaço entre diferentes filiações: ser *mais europeu* significaria ser *menos nacional* (e vice-versa).

Estou mesmo convencido do contrário: quanto mais forte for a ligação às nossas comunidades de origem, mais forte é a nossa identidade como cidadãos europeus. Só quando cada um de nós sentir que o compromisso nacional reforça a sua identidade europeia, é que a questão da cidadania pode ser encarada sem receios. Como escreve Eduardo Lourenço: *«O sonho é imaginar que o cidadão da Europa pode reconhecer no património dos outros um elemento importante da sua própria identidade.»*

Proponho mesmo que falemos em *cidadanias,* no plural, para marcar a diversidade de filiações, desde o *local* ao *global.* O conceito não deve, porém, limitar-se a uma definição retórica. Deve antes prolongar-se no combate contra todas as formas de exclusão económica e social, na criação de condições culturais para uma ampla participação cívica.

Hoje em dia, o princípio de cidadania é portador de uma concepção *multicultural* dos direitos humanos — dos direitos cívicos globais —, que não se esgota no interior das fronteiras nacionais. É um problema de *todos,* que exige novas práticas de acção socioeconómica e de intervenção política.

A cidadania que defendo permitirá uma união europeia que não se organiza contra o resto do mundo, mas que se renova como espaço de cultura, de democracia e de justiça social.

Quando olhamos para um mapa do mundo, estamos habituados a ver a Europa situada no centro, com a Ásia de um lado e a América do outro. Mas hoje esta visão está ultrapassada e a Europa já não se posiciona como «centro do mundo»… e é mesmo nesta *condição* que ela pode encontrar um novo sentido para o seu futuro. Como país medianeiro de povos e de culturas, Portugal possui excelentes condições para participar nesta aventura. Não é possível prescindir da nossa experiência de ligação e de errância. A fronteira e a descoberta são metáforas fortes da nossa cultura, que podem ajudar à construção de uma cidadania europeia que se afirme pela pluralidade das experiências no respeito da universalidade dos direitos cívicos. A diversidade tem de ser, outra vez, o trunfo maior deste continente singular.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me que abra a segunda parte desta intervenção, fazendo minhas as palavras de Jean Monnet: *«Se tivesse de recomeçar, construiria a Europa pela educação e pela cultura.»* Os artigos 126.º e 127.º do Tratado de Maastricht, sobre Educação e sobre Formação profissional, são um passo importante neste debate.

«Respeitando integralmente a responsabilidade dos Estados membros pelo conteúdo do ensino», estes artigos estabelecem que a Comunidade contribuirá para o desenvolvimento de uma *educação de qualidade* e de uma *política de formação profissional.*

A sua articulação com o princípio da *subsidiariedade* permite imaginar uma organização do sistema educativo que não toma como referência única o todo nacional, mas que estabelece responsabilidades nos planos local, regional, nacional e europeu. Esta mudança não afecta apenas as relações entre Portugal e a Europa, mas também as próprias formas de decisão no interior do país, incentivando os processos de descentralização e a participação das comunidades locais nas escolas.

A realidade europeia tem trazido importantes contributos no domínio da educação, em particular no que diz respeito a iniciativas de cooperação e de intercâmbio. Mas a abertura à Europa depende ainda, em grande medida, da classe social e cultural a que se pertence.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que a referência ao princípio da *competência exclusiva* dos Estados membros em matéria de educação tem justificado, por vezes, uma certa ausência de debate e de reflexão partilhada. É importante sublinhar o princípio anterior, desde que ele não dê origem, no plano europeu, a processos de decisão menos transparentes, baseados ora numa lógica de mercado, ora numa ideologia tecnocrática.

Nos últimos anos, houve a tendência para valorizar um olhar economicista, esquecendo outras dimensões importantes da educação. Creio que é preciso ir mais além, e inscrever a educação como uma prioridade europeia, atendendo desde já a três aspectos:

Primeiro — O reforço das práticas de cooperação e de mobilidade, assegurando, porém, que elas não privilegiam os grupos sociais e os países mais favorecidos.

Segundo — A criação de dispositivos de partilha da informação e de incentivo à inovação e à qualidade do ensino, procurando, no entanto, que as lógicas da eficácia e da rentabilidade não se sobreponham aos princípios da igualdade e da equidade.

Terceiro — O desenvolvimento de programas de ensino que valorizem as línguas, a história, a geografia e o debate sobre os países europeus e o mundo actual, respeitando, todavia, a diversidade das culturas e das regiões.

O que vos proponho não é muito distinto do que tem aparecido em inúmeros *livros verdes e brancos* produzidos nos últimos anos. Agora, é preciso criar as condições políticas para que estes documentos sejam apropriados pelas diversas comunidades educa-

tivas e não fiquem apenas como resultado do «trabalho de especialistas». Só esta apropriação permitirá passar de uma cidadania retórica para uma cidadania que se concretiza no dia-a-dia da acção educativa dos alunos e dos professores, dos pais e dos governantes, dos autarcas e dos empresários.

A este propósito, permitam-me que me interrogue sobre o estado da educação em Portugal e manifeste alguma preocupação quanto às suas incidências no processo de integração europeia. Tenho acompanhado de perto os esforços desenvolvidos recentemente nesta área, e sei que o problema não se resolve em dois ou três anos, havendo ainda um longo caminho a percorrer. Nesta área, as evoluções são sempre muito lentas, mas temos de encontrar os meios mais adequados para mobilizar a sociedade portuguesa em torno do progresso da educação. No passado, encarámos os nossos atrasos como uma espécie de *fatalidade histórica*. Chegou o momento de rompermos com esta tradição e de conseguirmos que a nossa população adquira níveis de formação idênticos aos dos países mais desenvolvidos.

No que diz respeito às qualificações escolares, a população portuguesa apresenta os índices mais baixos de entre os países da OCDE, continuando a ser o país com as taxas mais reduzidas de escolarização. Seja qual for o indicador escolhido, a nossa situação revela-se sempre difícil.

Chegamos ao limiar do ano 2000 com o mesmo sentimento de atraso em relação à Europa do que aquele que marcou a geração do final do século XIX.

Hoje, ao analisarmos as estatísticas europeias, reencontramos o dilema do século passado:

- 80% da população adulta possui um máximo de seis anos de escolaridade.

- 80% dos Portugueses não ultrapassam o *2.º nível de literacia,* o que quer dizer que se revelam incapazes de organizar informação, de relacionar ideias contidas num texto ou de fundamentar uma conclusão.

Quer isto dizer que 4/5 da população portuguesa apresenta níveis de alfabetização e de escolarização extremamente baixos, que não respondem às necessidades de desenvolvimento económico, nem permitem uma participação cívica permanente na vida social e cultural.
Não o digo em jeito de lamentação, mas sim de chamada de atenção para um problema que não será resolvido sem a mobilização de todos os portugueses, do Governo e das oposições. É urgente pôr fim a um «excesso de experimentalismo» e criar dinâmicas estáveis e sustentadas de desenvolvimento da educação.
Vários documentos europeus já aludiram a estes aspectos, referindo a necessidade de uma *recuperação* de Portugal para que não haja «dificuldades» no processo de integração europeia.
É preciso investir na expansão da rede escolar e na qualidade do ensino. Apesar de actualmente a percentagem do PIB consagrada à educação se situar em valores bastante aceitáveis, a verdade é que houve décadas de desinvestimento na área da educação e que as mudanças neste sector situam-se sempre num tempo longo. Em comparação com a Europa, são preocupantes os *índices de qualidade* do sistema de ensino português, desde o insucesso e o abandono escolar até aos resultados dos alunos em disciplinas como Ciências ou Matemática.
Tenho esperança no futuro e de, graças a uma acção conjugada, podermos modificar este estado de coisas. Mas o problema não é apenas do Governo — que tem tido uma acção importante

neste sector —, mas sim de todos os portugueses. Nada de significativo será alterado, se não considerarmos a educação como uma questão nacional.

Os Portugueses estão cansados de experimentações e ensaios sucessivos, sem os meios que uma mudança duradoura e consistente exige.

Creio, por isso, que o investimento em educação deve ser acompanhado por uma melhoria dos dispositivos de avaliação, numa óptica que não seja «proteccionista» e que conduza as instituições a confrontarem-se com as suas próprias qualidades e deficiências. *As cátedras não são um passaporte para a vida.* Num país como o nosso, sobretudo num sector com uma tão forte tradição burocrática, é preciso criar uma *cultura de avaliação,* sistemática e rigorosa: dos alunos e dos professores, das escolas e das políticas educativas. É a coragem política para tomar esta decisão que legitima uma mobilização nacional em torno da educação. Não faz sentido apelar à *responsabilidade de todos* se não se desenvolverem, simultaneamente, os meios para um controlo democrático e participado dos resultados da acção empreendida.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A construção da Europa e a identidade nacional não se definem pela grandiloquência dos discursos, mas antes pela coerência das atitudes e das práticas concretas de exercício da cidadania. Em momentos de crise, a Europa repetiu sempre:

Não há tarefa mais urgente do que a educação.

Porque é neste espaço que se podem criar as condições para uma participação de todos na vida económica, política, cultural e social.

A documentação produzida nas instâncias europeias tem procurado responder à pergunta clássica, formulada em primeira mão por Herbert Spencer: Qual é o conhecimento mais valioso? O que é mais importante ser ensinado nas escolas?

A questão não é fácil, e enganam-se os que se limitam a reproduzir os padrões culturais de 1920 ou de 1960…
Na verdade, não há uma resposta única sobre quais são os conhecimentos, as capacidades e as competências que devem ser aprendidos pelos alunos. E a *cultura escolar* tem de acompanhar as próprias mudanças em curso na sociedade, sob pena de se transformar num saber anacrónico.
Uma coisa é certa. Tal como se escreve no *Livro Branco sobre a Educação e a Formação,* é decisiva a posição de cada um no espaço do saber e da competência e existe o risco de a sociedade europeia se cindir entre os que interpretam e os que apenas utilizam, isto é, entre os que sabem e os que não sabem.
É fundamental que esta *cisão* não se verifique no caso português. Para que tal não aconteça, parece-me essencial abrir um debate sobre o futuro da educação.
Nesta perspectiva, saúdo a realização desta Conferência e desejo que o Conselho Nacional de Educação se afirme como um espaço de reflexão e de diálogo, de procura de consensos e de vias de inovação, tão necessário na situação presente do nosso país.
À Senhora Professora Teresa Ambrósio, bem como aos restantes conselheiros, quero dizer que podem contar com a colaboração do Presidente da República.
Permitam-me que assinale — de forma breve — três preocupações principais.
Começo pelo princípio, isto é, pela necessidade de assegurar uma formação básica de qualidade ao conjunto dos cidadãos portugueses. Actualmente, há ainda cerca de 30 % dos jovens portugueses que não cumprem a escolaridade obrigatória. Os níveis de insucesso e de abandono escolar são elevadíssimos, dando origem a uma situação insustentável do ponto de vista individual e colectivo.

O Governo tem tomado importantes medidas neste sector, mas nada se resolverá sem o compromisso de toda a sociedade. É aqui que se inicia o combate à exclusão social, sendo urgente reforçar os apoios educativos e as estratégias de discriminação positiva dos alunos com mais dificuldades. Contrariamente a uma ideia feita, o nosso sistema educativo é altamente *selectivo,* mas na pior acepção do termo. Gostaria que se desenvolvesse uma cultura de avaliação mais rigorosa, baseada num acompanhamento e numa orientação dos alunos e não numa lógica de exclusão.
O segundo aspecto prende-se com a necessidade de uma nova relação entre educação e trabalho.
Refiro-me, por um lado, à preparação dos jovens para serem activos num mundo marcado pela imprevisibilidade. Não se trata de aprender um ofício, mas antes de formar para um conjunto alargado de possibilidades profissionais. Não basta decorar a realidade; é preciso aprender a captá-la e a intervir sobre ela. Não posso aceitar que os jovens saiam da escola — seja por abandono precoce, seja porque não querem continuar os seus estudos — sem que tenham um mínimo de preparação para a vida activa e para o desempenho de uma actividade profissional.
Refiro-me, por outro lado, à ideia da educação e da formação ao longo da vida. A escola tende a prolongar-se por todo o tempo de vida, através de um novo entendimento das relações entre os espaços da formação e do trabalho.
Para tal é preciso repensar as ideias educativas, mas também as formas de organização e o sentido social do trabalho. Sem esta mudança, é a própria possibilidade de uma cidadania participada que se encontra posta em causa.
O último aspecto diz respeito à necessidade de conceder uma maior autonomia às escolas, a partir de formas inovadoras de gestão escolar que consolidem a sua implantação local.

Trata-se de criar as condições para uma participação efectiva das comunidades na vida educativa, mas também de organizar a escola de forma mais humanizada, como um lugar propício à aprendizagem e à formação dos alunos. É aqui que se dão os primeiros passos na vivência de uma cidadania democrática. E, por isso, estou de acordo com Jacques Delors quando ele defende que uma instituição como a escola cumpre tanto melhor o seu papel no reforço da coesão social quanto mais implantada estiver no espaço local. E o mesmo se poderia dizer do papel da escola na consolidação da identidade nacional ou na abertura às realidades europeias.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Esta intervenção já vai longa, e é tempo de acabar. Quis deixar-vos uma ideia de cidadania marcada pela preocupação com a igualdade de direitos, com o exercício concreto da democracia, com uma nova perspectiva das relações entre a formação e o trabalho. Não há cidadania se os nossos jovens não tiverem as qualificações, as competências e os saberes, que lhes permitam usufruir das mesmas oportunidades que os jovens dos outros países. Não há cidadania se as desigualdades dentro da Europa — e dentro do nosso próprio país — aumentarem em vez de diminuírem.

Na Europa a utopia sempre exerceu uma função social insubstituível. Como país de fronteira e de comunicação, Portugal aventurou-se pelo mundo e aí descobriu-se como povo europeu. Comemoramos este ano uma efeméride de grande significado simbólico: o 3.º centenário da morte do Padre António Vieira. «Imperador da língua portuguesa» — assim lhe chamou Fernando Pessoa, convidando-nos a pensar sobre a língua como elemento de identidade cultural.

Não posso terminar esta intervenção sem uma referência à importância das línguas e da sua aprendizagem para a consolidação das cidadanias europeias.

Como Presidente da República é meu dever *cuidar* da língua portuguesa, zelando para que ela seja «a língua viva de um país vivo» e para que possa cumprir a sua função cultural de ligação e de diálogo.

O Padre António Vieira imaginou a *pedra* como o elemento simbólico do Quinto Império. Na sua *História do Futuro,* não contou as coisas passadas, mas aquelas que estavam ainda para acontecer. A imagem da *pedra* faz lembrar a metáfora da *construção* da Europa. O cuidado com a língua portuguesa recorda-nos a identidade nacional.

Reencontramos os dois temas desta Conferência.

Sob o fundo comum de um passado que se prolonga numa ideia de futuro. O que fizermos *agora* só valerá a pena se formos capazes, uma vez mais, de ir para além dos «horizontes do tempo presente».

Sessão de Abertura das Comemorações do 40.º aniversário do Edifício da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Lisboa
4 de Novembro de 1997

É com muito prazer que me associo a esta cerimónia, que marca o início das Comemorações do 40.º Aniversário do Edifício da Faculdade de Letras. Todos conhecem os laços que me ligam a esta Universidade. E a importância que ela teve no meu percurso de vida. É sempre com emoção que regresso a esta «cidade universitária» na qual vivi alguns dos melhores anos da minha juventude.

Foram anos muito importantes para mim. E para a minha geração. Mas os tempos são outros. Irremediavelmente outros. E entre a «minha» Universidade e a Universidade de hoje há mais diferenças do que parecenças. Em menos de quatro décadas — e muito em especial nas duas últimas — a dimensão das mudanças foi muito para além do que podíamos imaginar.

Quando penso na Universidade do meu tempo, em que quase todos nos conhecíamos, constituindo um grupo à parte no seio da sociedade portuguesa; quando penso que naquela altura havia cerca de 20 000 alunos em todo o ensino superior e que hoje este número ronda os 350 000 (quase vinte vezes mais!), percebo que hoje tudo é bem diferente. E que precisamos de novos olhares para compreender um fenómeno que adquiriu uma enorme complexidade.

A expansão e a democratização do ensino superior respondem a grandes desígnios históricos e a processos sociais que têm vindo a aproximar Portugal dos restantes países europeus. Muito se fez

no sentido de uma maior abertura social no acesso ao ensino superior, de uma redução das desigualdades regionais ou de uma presença mais significativa das mulheres no espaço universitário. São movimentos que é preciso continuar.

Mas, apesar das transformações recentes, Portugal possui ainda taxas relativamente baixas de escolarização no ensino superior. Não tem fundamento, pois, a ideia tantas vezes divulgada de que haveria «doutores a mais» no nosso país. Inscrita no imaginário português desde o século XIX, é uma ideia que não tem razão de ser. Bem pelo contrário.

Portugal continua a ter «doutores a menos». Ou, dito de outro modo, continua a ter um défice grave de qualificação académica da população trabalhadora. Mesmo que consideremos unicamente os jovens, por exemplo na faixa etária dos 30 anos, constatamos que há apenas 13 % dos portugueses que obtiveram um diploma do ensino superior, ao passo que a média europeia é quase o dobro, isto é, 22 %.

Importa, por isso, prolongar um esforço nacional de investimento e de expansão do ensino superior, politécnico e universitário. Assim sendo, seria muito prejudicial adoptar em Portugal políticas neoliberais, que contribuíssem, de algum modo, para uma menor responsabilização do Estado em matéria de ensino superior.

Mas a referência à existência de «doutores a mais» pode ter uma outra leitura, que não é meramente estatística. Pode querer dizer que as formações oferecidas não correspondem às necessidades económicas e sociais do país. Neste plano, o debate é mais difícil.

A pressão da mudança tem sido tão forte que nem sempre existe a tranquilidade necessária a uma reflexão desta envergadura. Há sinais preocupantes sobre a forma como tem evoluído a relação

entre as instituições públicas e privadas. Há situações difíceis na definição das redes do ensino politécnico e do ensino universitário. Há uma pulverização de cursos (cerca de 2000), o que acarreta problemas complicados aos estudantes e aos empregadores. Há aspectos graves no exercício da docência universitária, nomeadamente no que diz respeito à acumulação de funções em várias instituições.

Algumas destas evoluções têm facilitado uma expansão da rede do ensino superior sem critérios claros e pertinentes. E têm contribuído para uma menor identidade de muitas instituições, nomeadamente por via de uma diluição dos compromissos académicos dos seus docentes. A Universidade não é, apenas, um lugar onde se dão e onde se recebem aulas. É uma comunidade de trabalho e de pensamento. O que implica um tempo de presença, de diálogo e de convívio, de pesquisa e de investigação, que não se compadece com o modo como muitas instituições e muitos docentes organizam o seu dia-a-dia.

Não é este o momento azado para um diagnóstico do ensino superior e universitário. Conheço e aprecio os esforços que têm sido feitos pelo Governo e pelas Universidades.

Mas não posso deixar de vos confessar a minha preocupação e de vos convidar a uma reflexão de fundo sobre o sentido do trabalho universitário:

- Como é que hoje, ultrapassada a tendência para perfis escolares demasiado especializados, se assegura uma formação global, de alto nível cultural e científico, aos jovens que frequentam a Universidade?
- Como é que se concretiza o princípio da Universidade como espaço de cidadania, de pluralismo, de cooperação e de partilha de saberes?

- Como é que se reforçam as dimensões de investigação e de produção de conhecimento, numa altura em que o quotidiano universitário está invadido por um frenesim de tarefas e de actividades?
- Como é que se reforçam as lógicas de estudo individual, de trabalho colectivo, de acompanhamento pedagógico, de acesso e de transformação do conhecimento dentro do espaço universitário?
- Como é que se pode conceber de forma inovadora o funcionamento da instituição universitária e os seus modos de trabalho pedagógico, adaptando-os ao aumento do número de alunos e às características das novas populações estudantis?
- Como é que se harmonizam as relações entre a Universidade e o mundo do trabalho, sem cair num puro «economicismo», o que obriga a mudanças no plano universitário mas também a alterações de fundo na organização das empresas e da vida económica?

Eis apenas enunciadas algumas questões, entre tantas outras que é urgente lançar para o debate.
Eu sei que o aviso de Miller Guerra está na memória de todos. Disse ele que as Universidades não se auto-reformam. O aviso ganha maior acuidade a partir do momento em que a autonomia universitária foi decretada. Tratou-se de uma decisão histórica, que tem permitido importantes evoluções nos últimos dez anos. Mas, agora, chegou um tempo de balanço. E não podemos deixar que o aviso de Miller Guerra se transforme numa profecia. É um debate que deve ser travado com frontalidade. Sem desculpas. Uma das mais frequentes procura assacar as culpas aos níveis de ensino precedentes: «Quando aqui chegam os estudantes não sabem nada!», diz-se frequentemente.

É verdade que há muitos problemas no ensino básico e secundário. E que, também estes, devem ser encarados de frente. Mas que tal não impeça cada um de assumir as suas responsabilidades próprias.

A este propósito, permitam-me que vos lembre um pequeno episódio. Episódio que é, aliás, cíclico na Universidade portuguesa. Ao fazer o relatório das cadeiras que regeu no primeiro triénio da Faculdade de Letras (1911 a 1914), um dos mais notáveis professores desta casa, José Leite de Vasconcelos afirma que não foi possível fazer mais devido à «falta de preparação liceal dos estudantes», à incapacidade que eles revelam no domínio das línguas e da gramática, à falta de hábitos de trabalho e de leitura, etc., etc., tudo imputado às deficiências do ensino secundário. E sempre assim se foram desculpando as insuficiências próprias da acção universitária.

Ao afirmar o princípio da responsabilidade, quero também chamar a atenção para a necessidade de consolidar práticas de avaliação das Universidades. Todos sabemos que em Portugal não há uma cultura de avaliação solidamente firmada.

Tradicionalmente, o controlo era exercido de forma administrativa ou burocrática por um poder estatal centralizado. No nosso país, sempre foram frágeis as regulações sociais, institucionais ou económicas. Hoje em dia, com a emergência da autonomia universitária, é urgente criar dispositivos de avaliação e de regulação que substituam os tradicionais controlos administrativos. E que criem condições para uma avaliação participada, interna e externa, das Universidades.

Sob pena de o desenvolvimento da rede do ensino superior se fazer ao sabor de interesses corporativos, locais ou económicos sem qualquer relação directa com estratégias de desenvolvimento económico, cultural e social do País.

Não basta dizer que o futuro de Portugal e da Europa passa pela produção de conhecimento, que a sociedade do século XXI terá como referências principais a informação e a inteligência. É preciso criar dinâmicas que concretizem, na prática, estas intenções. Que dêem um sentido novo à aposta nas Humanidades e na formação cultural dos estudantes universitários.

Que promovam o ensino e a investigação em torno da Língua Portuguesa, enquanto espaço de identidade, de cooperação e de afirmação plural da nossa cultura. Disse-o na recente Feira de Frankfurt e repito-o agora:

«Portugal é um país antigo, com uma história e uma cultura abertas ao Mundo, com uma língua que é falada por povos de vários países e continentes. É uma Nação — talvez a única — que fez de um poeta, Camões, o seu símbolo.

A literatura portuguesa é um meio único e insubstituível de nos conhecermos e de os outros nos conhecerem.

O próximo século terá de ser o século do encontro, da comunicação — não apenas técnica, mas humana — do diálogo universal. A língua e a cultura portuguesas são lugares de encontro, de comunicação e de diálogo. E são também a medida da nossa liberdade.»

Como Presidente da República é meu dever cuidar da Língua Portuguesa, zelando para que ela seja «a língua viva de um país vivo». Sei que posso contar com a vossa colaboração. Como bem se demonstra com o acto que se agora se realiza e com o projecto da nova Biblioteca.

Para além da insígnia latina, *Ad Lucem* («até à luz»), a medalha da vossa Universidade contém o galeão da cidade de Lisboa com os seus dois corvos, suspenso no espaço cósmico do saber, delimitado por duas colunas que sugerem a obra construtiva e a acção civilizadora das universidades. Temos aqui representada a

cidade e o saber, isto é, o sentido social do trabalho universitário e a importância da cultura e da ciência. Cidade e Saber que se encontram ao serviço do desenvolvimento do país e de uma «sociedade do conhecimento».

Eis os dois pólos em torno dos quais gira uma nova ideia de Universidade. Que mergulhada nas raízes do seu passado saiba encontrar respostas novas para o tempo presente. O futuro de Portugal depende, em grande parte, da «sua» Universidade.

E permitam-me que termine citando Adolfo Coelho, um dos primeiros professores desta Faculdade:

«Aqui é o vosso posto, até que todas as esperanças estejam perdidas; não para ficar na resignação quieta dos que se crêem perseguidos por um destino inexorável, mas para lutar até ao último momento.

Lutar com as armas da ciência e da consciência — eis o que devemos fazer.»

Sessão Solene de Encerramento
das Comemorações do Cinquentenário
do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Lisboa
19 de Novembro de 1997

É com o maior prazer que me associo às comemorações do cinquentenário do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Sem dúvida, estes cinquenta anos que decorreram desde a sua fundação, foram anos de afirmação de inequívoca capacidade técnica e científica dos Portugueses, e de Portugal, no domínio da engenharia civil e do apoio ao desenvolvimento das indústrias de construção.

Cabe aqui registar, grata e devidamente, o papel desempenhado pelo LNEC desde o início da sua actividade, e sem o qual não teria o País atingido neste domínio os níveis de competência, qualidade e visibilidade internacionais de que hoje desfruta.

A notável actividade de criação, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e técnicos nas áreas das obras públicas, da habitação, da urbanização, dos recursos hídricos e do ambiente, não teria sido possível sem a dedicação e o esforço empenhado de uma instituição que assumiu, interpretou e executou todo este programa, em articulação estreita com outros organismos das esferas pública e privada.

Devemos pois reconhecer o Laboratório como uma das instituições pioneiras de rede de ciência e tecnologia em Portugal, pelo modo como se soube responsabilizar como centro de excelência num sector específico do conhecimento, com vista à sua aplicação, extensão e operacionalização na prática da sociedade. E, também, pelo mérito com que soube tirar partido das coope-

rações com instituições do ensino superior e com outros laboratórios, muito em especial com o Instituto Superior Técnico, bem como do diálogo mantido com os utilizadores, com associações profissionais e com autoridades civis, em Portugal e no estrangeiro.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A diversidade de instituições ligadas à actividade científica, tecnológica e técnica alargou-se enormemente no decurso do nosso século. A criação de organismos coordenadores e fomentadores da investigação, a fundação de grandes laboratórios nacionais destinados a lançar e a apoiar a investigação de carácter mais aplicado e os serviços e actividades científicas em sectores estratégicos, o surgimento de poderosas comissões destinadas a coordenar e gerir conjuntamente sectores de actividade com decisiva intervenção da ciência, o aparecimento de sociedades científicas disciplinares e de associações para a difusão da cultura científica, a criação de grandes organismos e programas científicos internacionais, todo este largo espectro de iniciativas tornou a prática da ciência uma actividade societal de grande relevância.

A ciência faz-se, isto é, cria-se, aplica-se, utiliza-se, todos os dias. Muitas centenas de milhares de trabalhadores em todo o mundo laboram quotidianamente no avanço do empreendimento da ciência, investigando, aplicando, ensinado, comunicando, tentando no seu conjunto contribuir para assegurar a continuação da aventura do conhecimento humano no futuro.

Das necessidades criadas em Portugal pela definição de sectores estratégicos, do crescimento económico no sector industrial, dos impactos resultantes do crescimento e massificação do ensino superior na década de 60, bem como das necessidades de reestruturação que emergiram com o 25 de Abril, resultaram

grandes instituições de ciência e tecnologia do Estado português, que hoje em dia totalizam cerca de duas dezenas, abrangendo vastas áreas, desde a Defesa ao Ambiente.

É o conjunto global formado pelo todo das actividades de investigação e desenvolvimento e das outras actividades científicas e técnicas tais como a consultoria técnica, o controlo e certificação de qualidade e os ensaios e testes de normalização, que suporta a produção, a promoção, a difusão e a aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos, nos vários domínios da ciência e tecnologia. O funcionamento eficaz do sistema de ciência e tecnologia implica a execução equilibrada de ambos os tipos de actividade.

Não é possível suportar constantes incrementos de actividades de investigação sem o concomitante aumento das outras actividades de ciência e tecnologia, desenvolvendo-as em complemento, adição ou extensão daquelas. E vice-versa.

Torna-se, pois, claro que precisamos de estimular articuladamente quer os projectos e as actividades de investigação, quer os serviços científicos e técnicos como chave para tornar verdadeiramente modernas a sociedade, a economia e as suas instituições.

Aos Laboratórios Nacionais cabe certamente desempenhar um papel fulcral a este respeito, criando novos conhecimentos científicos e tecnológicos, assegurando e motivando as transferências desses conhecimentos e a sua difusão, bem como reforçando as atitudes culturais e as práticas de elevado cunho científico e técnico.

A importância da existência de uma rede de laboratórios nacionais é insofismável. A recente avaliação a que foram sujeitos mais não fez que confirmar este ponto.

A relevância da implantação no nosso país de uma «cultura da avaliação» também não deve ser passada em claro. Os problemas

do desenvolvimento não se resolvem linearmente, mas antes devem ser geridos na sua complexidade, pois as metas a atingir transformam-se continuamente, por virtude das próprias acções empreendidas para as alcançar.
A actividade de avaliação é essencial para a verificação da adequação das prioridades definidas e para legitimar as escolhas efectuadas. A necessidade de assegurar que os fundos públicos são gastos de uma maneira vantajosa para a sociedade implica a prática regular de acções de avaliação, mediação e acompanhamento, tornando mais racional a tomada de decisões e a sua implementação.
A modernização do país depende fortemente da percepção de que o papel social das instituições se alterou significativamente. A capacidade de adaptação à mudança é uma condição decisiva da modernização. Ninguém pode ignorar esta realidade. Nem o sistema político. Nem as instituições.
Os Laboratórios Nacionais desempenham, neste sentido, um papel insubstituível.
A ideia que baliza o nosso esforço colectivo com vista ao próximo século não se compadece com um Portugal acientífico e acrítico, com uma sociedade ignorante quanto às questões da ciência; deste modo, reforçar a componente científica e tecnológica na cultura portuguesa contemporânea constitui uma tarefa essencial do presente. Os Laboratórios Nacionais têm aqui uma missão cujo alcance é fundamental realçar.
O contributo do LNEC para a modernização de Portugal e para a afirmação internacional da qualidade dos conhecimentos que neste país se produzem tem sido notável, quer em termos do número e importância dos serviços que tem prestado por todo o mundo, bem como dos métodos inovadores que têm sido gerados nos seus departamentos. Gerações e gerações de técnicos

competentes, de especialistas reconhecidos internacionalmente e de investigadores de grande mérito têm sido formadas nos seus departamentos e centros, conseguindo atingir a fronteira dos conhecimentos e o estado-da-arte de bem fazer nos respectivos domínios.

A capacidade do quadro do seu pessoal e a formação altamente especializada que o LNEC tem sabido proporcionar a tantos que o procuram, bem como a constelação de instituições criadas à sombra da sua pujança técnica e científica e os sucessos da participação dos seus investigadores em programas de investigação de âmbito nacional e internacional dão disso provas bem evidentes.

Ao pensarmos no nível de cultura científica e técnica, bem como na capacidade de inovação tecnológica em Portugal, não podemos de deixar de salientar o contributo e o esforço desenvolvido pelo Laboratório.

Mas é igualmente de referir que esta trajectória do LNEC muito deveu ao espírito esclarecido da plêiade de Directores que o dirigiu ao longo destes cinquenta anos: homens como o Engenheiro Arantes e Oliveira, seu primeiro director; como o Engenheiro Manuel Rocha, figura cimeira da Engenharia Portuguesa; como o Engenheiro Ferry Borges, muito justamente homenageado faz hoje um ano através da inauguração do edifício que ostenta o seu nome; como o Engenheiro Artur Ravara, anterior director do Laboratório; ou como o Professor Eduardo Arantes e Oliveira, seu presente director, a quem saúdo pelo mérito do seu brilhante desempenho.

Permitam-me que evoque, ainda que momentaneamente, mas com sentida emoção e enorme respeito, o homem de excepcional envergadura, o engenheiro e o cientista que foi Manuel Rocha — o cidadão consciente, sereno e empenhado com que

tive o privilégio de privar durante o período das negociações da transição de poderes em Moçambique, e cuja imagem me perdura, clara, na memória. Porque o Laboratório Nacional de Engenharia Civil foi, é, e sempre será, um trunfo essencial e um excelente instrumento da cooperação externa portuguesa. Uma parte substancial das suas actividades é desenvolvida à sombra de convénios e protocolos à escala internacional.

É neste âmbito que todos esperemos e desejamos o contributo pleno do Laboratório. O equacionamento dos problemas que hoje em dia afectam as grandes cidades e o entendimento dos fenómenos da mudança global, bem como dos seus efeitos sobre o clima e a vida quotidiana, só é viável num referencial global, que acolha soluções partilhadas, solidárias. Soluções que sejam informadas por conhecimento científico de excelência; soluções que usem técnicas que correspondam à melhor prática conhecida na comunidade internacional. Soluções, finalmente, imponham uma definição de políticas e uma tomada de decisões com base científica.

Quero, por tudo isto, simbolizar e expressar com a minha presença nesta sessão o reconhecimento por um trabalho de extraordinário mérito que se desenvolveu nestas últimas cinco décadas. Quero deixar a todos uma palavra de incentivo para o importante contributo que Portugal espera do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, como instituição geradora de novos conhecimentos e estimuladora de novas vocações entre os mais novos, mas também como transmissora dos valores e da cultura essencial a uma sobrevivência mais humana e consentânea com a amplitude das questões que certamente nos confrontarão no futuro.

Muito haverá certamente a fazer. Acções que prometam um futuro melhor para todos. Iniciativas que favoreçam um mundo

mais justo e mais tolerante. Mas nem todo o vento soprará de feição. Perigos surgirão que não poderão ser evitados. Muitos males afligirão ainda as nossas populações. Porém, é crucial perceber que nem todas as maleitas serão fatais. O futuro é uma construção e, como em qualquer construção, é preciso conhecerem-se as leis da sua estrutura, os princípios do seu funcionamento.

Neste esforço de racionalização do futuro não há cidadãos nem instituições dispensáveis. Não há conhecimento aplicável que não deva ser bem aplicado. Nem gerações ociosas desesperando na busca de uma terra prometida. Certamente que todo o conhecimento especializado deve ser partilhado com os mais novos. Só um processo de formação contínuo levará por seu turno a novos percursos de reflexão colectiva.

Sessão Solene Comemorativa
do 25.º Aniversário da Faculdade de Ciências
e Tecnologia da Universidade de Coimbra
Coimbra
26 de Novembro de 1997

Este é certamente um momento singular da vida de uma escola, em que se celebra um quarto de século de existência. Honrado pelo convite para presidir a esta cerimónia, quero felicitar a Faculdade de Ciências e Tecnologia na pessoa do seu Presidente do Conselho Directivo, e a Universidade de Coimbra, na pessoa do seu Reitor. Mas também de todos os professores, estudantes e funcionários que fazem a Faculdade todos os dias.

Sei, e sinto também, o vosso contentamento pela concretização de projectos mobilizadores, pelos resultados de um esforço persistente. Saúdo todos os contributos individuais e institucionais que tornaram possível a construção desta grande escola e associo-me à homenagem prestada aos seus colaboradores. Estou igualmente ciente do entusiasmo com que todos encaram as oportunidades científicas e pedagógicas que a Faculdade de Ciências e Tecnologia representa.

Articulando a herança da organização pombalina dos estudos universitários e a reforma republicana do ensino das ciências, com os conceitos modernos do ensino e investigação, a Faculdade de Ciências e Tecnologia ganhou rapidamente um lugar entre as mais prestigiadas instituições do domínio científico e tecnológico em Portugal.

Quero congratular-me com esse facto, amplamente reconhecido. Não deixarei nunca de aplaudir e incentivar as iniciativas e as

organizações que contribuem para integrar o nosso país no que tenho chamado o grande empreendimento da ciência e da tecnologia.

Trata-se aliás de um empreendimento nacional, de uma exigência tanto maior quanto avolumadas são as carências e atrasos acumulados. Não concebemos o futuro, com uma presença portuguesa de parte inteira, sem que se dominem as linguagens comuns, especializadas, do conhecimento científico.

Algumas das dificuldades a vencer radicam na própria configuração dos quadros culturais dominantes. Sabe-se que são débeis os níveis de cultura científica difundidos entre nós. A própria atitude experimental, tão importante para o despertar do gosto pela ciência, pelas tecnologias e, em última análise, pela inovação, não tem tido a necessária expressão no sistema de ensino, sendo além disso pouco estimulada pelos meios de comunicação com maior impacto.

Inverter esta situação é sem dúvida um dos grandes desígnios nacionais nesta viragem para o terceiro milénio. Dar mais expressão à componente científica e tecnológica na cultura portuguesa constitui uma tarefa essencial do nosso presente. A mobilização de conhecimentos avançados nos vários domínios do saber deve fazer parte integrante do esforço colectivo para atenuar as nossas vulnerabilidades e dependências.

As instituições de ensino e investigação enfrentam aqui desafios irrecusáveis. Sei que a Faculdade de Ciências e Tecnologia tem estado atenta a esta questão e dado um relevante contributo para um maior entrosamento entre a ciência e a sociedade, para que uma cultura da ciência obtenha uma difusão alargada.

Sei ainda que a Faculdade tem tido um empenhamento igualmente intenso no entrosamento entre ciência e economia, entre as actividades de investigação e o mundo empresarial.

Também neste campo o caminho não tem sido fácil, pois há que remover obstáculos múltiplos, feitos de distância e incompreensão. Acredito que uma mais forte e diversificada ligação entre as empresas e a investigação pode traduzir-se em ganhos para ambas as partes. O estímulo constituído pelos problemas que o mundo empresarial tem a colocar ao sistema de ciência e tecnologia é sem dúvida enriquecedor. O desenvolvimento da base tecnológica e a mudança organizacional das empresas podem receber um impulso decisivo da investigação científica. Uma aproximação criativa e realista entre os dois mundos está em curso e importa aprofundá-la.

Quero por isso sublinhar a importância do esforço realizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia a tal respeito.

A expansão que tem caracterizado a evolução do ensino superior nas últimas décadas em Portugal, sendo um processo recente, não pode considerar-se um processo encerrado. A ampliação da oferta do ensino superior é uma condição necessária para a democratização do acesso, que está ainda distante, no nosso país, dos patamares desejáveis. O esforço no sentido de uma maior abertura social e de uma redução das desigualdades regionais no ensino superior, bem como de uma presença mais significativa das mulheres, deve continuar.

O acesso ao ensino superior condiciona a qualificação global duma sociedade e julgo não existirem dúvidas de que Portugal tem de continuar a melhorar os índices de preparação técnica e científica dos seus recursos humanos e em especial dos seus quadros superiores. Uma simples observação, por outro lado, permite constatar o papel de revitalização do tecido social e produtivo regional que o ensino superior descentralizado tem desempenhado.

O ensino superior continuará pois seguramente a solicitar uma grande atenção e a merecer um grande esforço de investimento.

A ideia — por vezes ecoada com ligeireza — de que Portugal tem diplomados em excesso não faz o menor sentido. O que há em Portugal, para utilizar a expressão corrente, é «doutores a menos».

As estatísticas infelizmente falam claro. Mesmo que consideremos unicamente os jovens, por exemplo na faixa etária dos 30 anos, há apenas 13% dos portugueses que obtiveram um diploma do ensino superior, ao passo que a média europeia é 22 %, quase o dobro.

Admito porém que a expansão e diversificação da oferta do ensino superior se tenha feito por vezes de forma desordenada. As observações críticas quanto à falta de correspondência entre áreas de formação e necessidades económicas e sociais do País merecem outra atenção. A expansão da rede nem sempre obedeceu a critérios claros e consistentes.

Se bem que este tema não possa ser discutido de forma simplificadora, estou de acordo que nem sempre ao crescimento do ensino superior correspondeu qualidade. Seguramente este é hoje, para quem se ocupa e participa no sistema do ensino superior em Portugal, o grande desafio e a grande exigência, a da qualidade.

Sabemos que a qualidade não se obtém por decreto e que o controlo administrativo, ainda que rigoroso e expedito, tem limites que decorrem da natureza da actividade das instituições e do respeito pela esfera própria de competências, e respectiva autonomia.

Acompanho com muito interesse o debate em torno do tema da avaliação do ensino superior e creio que todo o sistema, reflectindo sobre a experiência própria e alheia, terá de aprofundar esse caminho. Sem uma cultura de avaliação, o ensino superior português terá muitas dificuldades em garantir os padrões de qualidade adequados ao desenvolvimento e modernização do País.

Pelos 25 anos desta escola perpassam vários séculos de reflexão e experiência de ensino e investigação científicas, em áreas cuja prioridade foi e continua a ser justamente reclamada pela sociedade portuguesa. Responsabilidade acrescida pois para quem tem a tarefa de actualizar e projectar no futuro essa mesma reflexão e experiência.

Daí os votos das maiores felicidades para professores, alunos, funcionários, todos aqueles que afinal fazem desta escola um corpo vivo.

Sessão Solene Comemorativa
do 22.º Aniversário da Universidade dos Açores
Ponta Delgada
9 de Janeiro de 1998

É com muito prazer que me associo ao 22.º aniversário da Universidade dos Açores. Com a minha presença, pretendo manifestar o apreço que tenho por esta instituição e pela acção que tem realizado em prol do desenvolvimento cultural e científico desta Região Autónoma.

Creio, também, que a autonomia se reforça, num quadro de forte unidade nacional, quanto mais normais e correntes forem as presenças entre vós dos responsáveis políticos nacionais. Agirei de acordo com este princípio. É também por isso que aquilo que o Presidente da República afirma deve ter sempre uma perspectiva nacional, sem esquecer as evidentes particularidades regionais ou locais.

A Universidade dos Açores, consciente da importância estratégica de que se reveste o seu trabalho, tem apostado, de forma persistente e com qualidade reconhecida, em ēáreas essenciais à valorização da Região tais como as Ciências do Mar, a Conservação da Natureza, a Vulcanologia, a Agro-Pecuária.

É com interesse que tenho seguido a conjugação da diversidade de interesses científicos com o desenvolvimento dos diferentes pólos desta Universidade. Aprecio igualmente o trabalho realizado no plano da História e da Literatura, onde se produziram interessantes contributos para o conhecimento dos Açores.

O ensino superior tem um papel decisivo na democratização da sociedade, no desenvolvimento económico e na valorização

da identidade cultural. Ao contribuir para o reforço da autonomia regional, a Universidade consolida-se ela própria no espaço do ensino e da ciência.

Vários pensadores têm referido que todo o conhecimento é local e global. Ou, dito de outro modo, que o mais específico é, simultaneamente, o mais universal. Eis o que dá um sentido novo à ideia de uma Universidade que, sem cair em particularismos, afirma o seu direito às raízes e se reconhece como parte de um espaço regional, comprometendo-se no seu desenvolvimento.

A criação em 1976 da Universidade dos Açores faz parte do processo de democratização do ensino superior que teve lugar nas últimas décadas. Quando penso no meu tempo como estudante, em que quase todos nos conhecíamos, constituindo um grupo à parte no seio da sociedade portuguesa; quando penso que naquela altura havia cerca de 20 000 alunos em todo o ensino superior e que hoje este número ronda os 350 000 (quase vinte vezes mais!)… percebo que tudo é tão diferente. E que precisamos de novos olhares para compreender um fenómeno que é de uma enorme complexidade.

A expansão e a democratização do ensino superior respondem a grandes desígnios históricos e a processos sociais que têm vindo a aproximar Portugal dos restantes países europeus. Muito se fez no sentido de uma maior abertura social no acesso ao ensino superior, de uma redução das desigualdades regionais ou de uma presença mais significativa das mulheres no espaço universitário. São movimentos que é preciso continuar, tomando medidas que tenham em atenção a mudança do perfil sócio-económico dos estudantes.

A Acção Social Escolar, que tem sido objecto de uma intervenção importante do Governo, é uma ēárea particularmente importante para a criação de condições para que todos os jovens possam fre-

quentar o ensino superior. Não podemos esquecer que hoje frequentam este nível de ensino um número crescente de alunos de meios sociais desfavorecidos. Trata-se de uma tendência positiva que é preciso consolidar, com os necessários apoios sociais.

Apesar das transformações recentes, Portugal possui ainda taxas relativamente baixas de escolarização no ensino superior. Não tem fundamento, pois, a ideia tantas vezes divulgada de que haveria «doutores a mais» no nosso país. Inscrita no imaginário português desde o século XIX, é uma ideia que não tem razão de ser. Bem pelo contrário.

Portugal continua a ter «doutores a menos». Continuamos a ter um défice grave de qualificação académica da população trabalhadora. Mesmo que consideremos unicamente os jovens, por exemplo na faixa etária dos 30 anos, constatamos que há apenas 13% dos portugueses que obtiveram um diploma do ensino superior, ao passo que a média europeia é de 22 %.

Importa, por isso, prolongar um esforço nacional de investimento e de expansão neste sector.

Mas a referência à existência de «doutores a mais» pode ter uma outra leitura, que não é meramente estatística. Pode querer dizer que as formações oferecidas pela Universidade não correspondem às necessidades económicas e sociais do país. Neste plano, o debate é mais difícil.

Há sinais preocupantes sobre a forma como tem evoluído a relação entre as instituições públicas e privadas. Há situações difíceis na definição das redes do ensino politécnico e do ensino universitário. Há uma pulverização de cursos (cerca de 2000), o que acarreta problemas complicados aos estudantes e aos empregadores. Há aspectos graves no exercício da docência universitária, nomeadamente no que diz respeito à acumulação de funções em várias instituições.

Algumas destas evoluções têm facilitado uma expansão da rede do ensino superior sem critérios claros e pertinentes. E têm contribuído para uma menor identidade de muitas instituições, nomeadamente por via de uma diluição dos compromissos académicos dos seus docentes.

A Universidade não é, apenas, um lugar onde se dão e onde se recebem aulas. É uma comunidade de trabalho e de pensamento. O que implica um tempo de presença, de diálogo e de convívio, de pesquisa e de investigação, que não se compadece com o modo como muitas instituições e muitos docentes organizam o seu dia-a-dia.

Não é este o momento azado para um diagnóstico exaustivo. Conheço e aprecio os esforços que têm sido feitos pelo Governo e pelas Universidades. Mas não posso deixar de vos confessar a minha preocupação e de vos convidar a uma reflexão de fundo sobre o sentido do trabalho universitário:

- Como é que hoje, ultrapassadas as perspectivas de perfis de formação demasiado especializados, se assegura uma formação global, de alto nível cultural e científico, aos jovens que frequentam a Universidade?
- Como é que se podem abrir as portas do ensino superior, de modo a dar uma «segunda oportunidade» a muitos adultos, melhorando assim os níveis de escolaridade dos Portugueses?
- Como é que se reforçam as dimensões de investigação e de produção do conhecimento, numa altura em que o quotidiano universitário estáē invadido por um frenesim de tarefas e de actividades?
- Como é que se reforçam as lógicas de estudo individual, de partilha do saber, de acesso à informação e de acompanhamento pedagógico, de forma a dar respostas adequadas às novas populações estudantis?

- Como é que se harmonizam as relações entre a Universidade e o mundo do trabalho, sem cair num puro «economicismo», o que obriga a mudanças no plano universitário mas também a alterações de fundo na organização das empresas e da vida económica?
- Eis apenas enunciadas algumas questões, entre tantas outras, que é urgente lançar para o debate.

Hoje o regime vigente é o da autonomia universitária. Tratou-se de uma decisão histórica, que tem permitido importantes evoluções nos últimos dez anos. Mas, agora, chegou um tempo de balanço.

Ao afirmar o princípio da responsabilidade, quero chamar a atenção para a necessidade de consolidar práticas de avaliação das Universidades. Todos sabemos que em Portugal não há uma cultura de avaliação solidamente firmada. Tradicionalmente, o controlo era exercido de forma administrativa ou burocrática por um poder estatal centralizado. Sempre foram frágeis as regulações sociais, institucionais ou económicas. Hoje em dia, com a emergência da autonomia universitária, é urgente criar dispositivos de avaliação e de regulação que substituam os tradicionais controlos administrativos. E que criem condições para uma avaliação participada, interna e externa, das Universidades. Sob pena de o desenvolvimento da rede do ensino superior se fazer ao sabor de interesses corporativos, locais ou económicos, sem qualquer relação directa com estratégias de desenvolvimento do País.

Termino com uma palavra especial de apreço para com esta Universidade. Sei que continuarão a cumprir a vossa missão e a participar na construção da autonomia e no desenvolvimento desta Região. Em nome do País, quero exprimir-vos o meu reconhecimento. E manifestar-vos o meu apoio e a minha solidariedade.

Semana da Educação
Apresentação da Semana
Palácio de Belém
19 de Janeiro de 1998

A minha decisão de realizar a Semana da Educação foi tomada há vários meses. Senti a necessidade de contactar mais de perto com a educação pré-escolar, básica e secundária. Esta deve ser a grande prioridade do País. E é um investimento que se repercute de modo muito positivo na formação profissional e no ensino superior.

Como Presidente da República não posso nem quero esconder os problemas. Mas tenciono, sobretudo, compreender a acção que está a ser levada a cabo, contribuindo para identificar soluções e para apoiar o esforço de muitos alunos, professores e comunidades na construção de uma Escola melhor.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A educação não é apenas um assunto do Governo, dos professores ou dos especialistas. É um problema nacional, que interessa a todos. Três são os sentidos da sua importância: a liberdade, a democracia e o desenvolvimento.

A educação é condição da liberdade. O património mais necessário de um país é a possibilidade de os cidadãos avaliarem os caminhos que perante si se abrem. Cada geração deve criar as condições para que as novas gerações tenham um acesso mais facilitado ao conhecimento. Neste processo, joga-se a margem de liberdade que transmitimos aos que nos sucedem. Porque a liberdade não depende apenas de uma consagração de direitos; depende da capacidade de interpretar o mundo e de fazer escolhas.

Mas a educação é também condição da democracia. Só uma formação mais sólida permitirá que os cidadãos se organizem e participem na tomada de decisão. A democracia formal já não nos satisfaz. Queremos vivências democráticas baseadas no respeito pela diferença e na prática da solidariedade. A Escola é um dos lugares de referência para a criação de uma sociedade democrática.

E a educação é ainda condição do desenvolvimento. A qualidade da formação escolar, bem como a alternância entre estudo e trabalho, são aspectos decisivos numa sociedade marcada por lógicas de mudança e de adaptação a novas situações profissionais. A aquisição de uma forte cultura de base dá mais autonomia e segurança perante opções de vida ou de carreira. E cria condições para que as pessoas possam responder às exigências do desenvolvimento económico e tecnológico.

É impossível ignorar o trabalho realizado nas últimas décadas na expansão da rede escolar e na democratização do ensino. Percorremos um longo caminho num curto tempo. Mas não podemos dar-nos por satisfeitos, nem abrandar os nossos esforços. A situação da educação em Portugal continua a ser muito preocupante.

Os problemas não são de hoje e têm raízes fundas no passado. São consequência da falta de investimento económico, da fragilidade das políticas do Estado e da ausência de compromissos sociais claros. O Estado nunca investiu seriamente no sector educativo, mesmo quando as retóricas reformadoras foram mais enérgicas. As elites não dedicaram à formação escolar dos seus filhos a mesma atenção que nos outros países europeus. As empresas e os grupos económicos mantiveram-se alheados do esforço de educação e de formação. De um modo geral, a sociedade portuguesa olhou sempre para a escola com reserva e mesmo

desconfiança. Ainda hoje se ouvem vozes contra a obrigatoriedade escolar de nove anos ou contra o excesso de estudantes, de licenciados e de doutores.

E, no entanto, somos o país europeu com as taxas mais baixas de escolarização. 80 % da população adulta possui, no máximo, a escolaridade básica. E, a continuarmos ao mesmo ritmo, a nossa posição relativa não melhorará nos próximos anos. Os Portugueses não devem esquecer os resultados dos estudos internacionais em Matemática e Ciências que nos colocam nos últimos lugares da lista. E, pior ainda, continuamos com taxas elevadas de abandono e de insucesso escolar. São dados inquietantes, que me recuso a aceitar como uma fatalidade. É esta a primeira razão que me leva a promover a Semana da Educação.

Curiosamente, quando comparamos os indicadores de recursos — por exemplo, os níveis de financiamento, o rácio professor/alunos ou a dimensão média das escolas — verificamos que Portugal se encontra numa posição intermédia. Quer isto dizer que há desperdícios no funcionamento do sistema de ensino e que são necessárias medidas que assegurem uma maior racionalidade e eficiência. É preciso fazer alguma coisa. Mas nada será alcançado se os Portugueses não tiverem uma consciência mais nítida da importância social da educação. É esta a segunda razão que me leva a organizar a Semana da Educação.

O Governo definiu esta área como prioridade política e tem avançado propostas meritórias. Mas não basta que o Governo actue de forma correcta e coerente. É fundamental que cada um se responsabilize e, na sua esfera própria, seja responsabilizado pela concretização deste desígnio. Existem hoje condições para ultrapassar o ciclo do subdesenvolvimento educativo. É uma oportunidade única, que não temos o direito de desperdiçar.

Não é possível restabelecer vínculos e solidariedades entre os cidadãos e a escola se esta não tiver uma melhor imagem pública. Ninguém pode viver sob permanente suspeita, descrédito e censura. Consciente dos problemas, quero dar visibilidade ao trabalho sério e competente. Não basta estar do «lado dos problemas»; é preciso, também, estar do «lado das soluções». A razão principal da minha iniciativa é apelar à responsabilidade social, fazendo emergir o sector da educação como a preocupação primeira dos Portugueses.

Não se trata de um apelo vago, mas antes da celebração de compromissos concretos.

O primeiro compromisso é social. Somos um país com grandes tradições, e é inquestionável a riqueza da nossa história. Mas a sociedade portuguesa sempre manifestou alguma indiferença face à cultura escolar (letrada), como se comprova pelos níveis de analfabetismo, pela falta de hábitos de leitura ou pela fraca participação em manifestações artísticas e culturais. Sem comunidades que dêem mais valor à educação e à cultura é difícil a Escola cumprir a sua missão.

O segundo compromisso é profissional. Somos um país com fortes tendências burocráticas, sem hábitos de avaliação. O facilitismo e o corporativismo não servem os interesses dos alunos e conduzem à desmotivação dos profissionais competentes. A única forma de legitimar um esforço nacional nesta área é consolidar práticas rigorosas de avaliação dos alunos, dos professores, das escolas e das políticas.

O terceiro compromisso é local. Somos um país marcado por rotinas de centralização. Mas, a pouco e pouco, fomos adquirindo consciência de que os acordos e as colaborações se definem no espaço local, em torno de projectos educativos comuns. É aqui que os princípios da autonomia e da participação ga-

nham todo o seu sentido e pertinência. Uma instituição como a escola desempenha tanto melhor o seu papel quanto mais implantada estiver localmente.

Estes compromissos sociais, profissionais e locais implicam a definição de responsabilidades e a prestação de contas, implicam uma nova cultura de exigência e de rigor. Não alimento qualquer nostalgia pela «escola do passado», nem advogo políticas que conduzam à diminuição do papel do Estado na educação. O mais importante é «somar presenças» e não «dividir encargos».

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No decurso desta Semana pretendo ver escolas e ouvir pessoas. Ver e ouvir para compreender melhor a realidade educativa. Sei que não há respostas simples. Mas sei, também, que há escolas e professores notáveis, que exercem uma acção de grande profissionalismo em condições de extrema dificuldade. É urgente mostrar estas práticas, recuperando um sentido positivo de escola e resgatando o prestígio social dos professores.

Vários são os aspectos que terei a oportunidade de referir durante a Semana. Permitam-me que enuncie, brevemente, três grandes preocupações.

Em primeiro lugar, a necessidade de assegurar uma escola básica de qualidade para todos os alunos. Nas últimas décadas democratizou-se o acesso à educação. Mas nem todos os alunos obtêm ainda uma formação de qualidade. Acusa-se muitas vezes a escola portuguesa de ser pouco selectiva e exigente, quando, na verdade, continua a existir tanto abandono e insucesso. Mas há muitas escolas que são capazes de associar um ensino de qualidade a modelos de aprendizagem que contribuem para uma maior igualdade de oportunidades. São escolas normais, habitadas por professores responsáveis, que contam com o apoio da comunidade local. São lugares humanizados, que se ocupam dos que têm

dificuldades e que estimulam cada um a ir o mais longe possível, não confundindo rigor com exclusão. Se estas escolas existem, porque é que as escolas não são todas assim?

A minha segunda preocupação diz respeito à definição de novas relações entre educação e trabalho. Uma das críticas feitas à escola é a sua incapacidade de preparar para a vida profissional. A crítica é justificada. Todos os anos há milhares de alunos que se apresentam à entrada do mercado do trabalho sem diploma e sem qualificações. No grupo etário após os 15 anos vivem-se situações de grande vulnerabilidade. Muitos jovens não concluíram a escolaridade obrigatória. Muitos outros não trabalham, nem estudam. O processo de marginalização inicia-se na escola, continuando depois na vida social e na procura do primeiro emprego. É um dos mais graves problemas sociais do nosso país. Mas a solução não está em voltar aos modelos do passado. É preciso alargar o leque de escolhas dos jovens e assegurar-lhes a possibilidade de novas oportunidades de formação.

Finalmente, não podemos ignorar a importância da educação e da formação ao longo da vida. É esta a minha terceira preocupação. Nas sociedades do futuro aumentarão os riscos de fractura social entre os que sabem e os que não sabem. A situação é particularmente grave num país como Portugal, cuja população possui percentagens elevadas de analfabetismo e baixos níveis de qualificação. É preciso romper o ciclo da ignorância que gera mais ignorância. E instaurar práticas de cultura que criem mais necessidades de cultura. Tenciono olhar de perto a Educação de Adultos e ver como se podem conceber «segundas oportunidades» de formação, que abram novas perspectivas de desenvolvimento pessoal e profissional. É uma questão decisiva, uma vez que a incerteza e a imprevisibilidade das sociedades actuais obrigam a uma adaptação permanente e à aquisição de novos conhecimentos.

Eis os temas em torno dos quais vai girar a Semana da Educação. Critica-se a escola pelas mais diversas razões, quantas vezes contraditórias. Mas, ao mesmo tempo, exige-se-lhe a resolução de todos os problemas sociais. Pretende-se que restaure os valores e que imponha aos jovens as regras da vida social. E, na hora da verdade, são-lhe exigidas contas pelos conhecimentos que os alunos adquiriram ou não adquiriram. A escola pode muito. Mas não pode tudo. E não pode, com certeza, substituir o Estado, a sociedade e as famílias.

O que a escola sabe melhor é transmitir os conhecimentos e a cultura e ensinar as crianças a comunicarem e a viverem em conjunto. Concentremo-nos, pois, no essencial. Naquilo que a escola faz melhor. Com a coragem de encontrar novas formas de pensar a educação e o futuro. Há vontades e energias que é possível mobilizar. Há pessoas e experiências que são portadoras de novas culturas educativas. O debate que quero suscitar é eminentemente político, no sentido mais amplo da palavra. Não é meu desejo, nem competência, discutir opções técnicas, pedagógicas ou científicas. As questões de fundo são escolhas de sociedade, são maneiras de ver e de sentir o Portugal do século XXI.

Quis assinalar, simbolicamente, este momento com a apresentação pública de obras, que revelam a importância da cultura. À Fundação Calouste Gulbenkian, na pessoa do seu Presidente, e meu ilustre amigo, Prof. Ferrer Correia, agradeço encarecidamente a edição do livro *A escola na literatura,* que divulga contos e poemas de escritores portugueses.

Aos artistas Luís Camacho e José Aurélio manifesto o meu apreço pela criação do painel de azulejos que terei o gosto de oferecer às escolas e pela concepção da medalha da Presidência da República. Através da referência simbólica à literatura e à arte fica a marca da cultura e da criatividade dos Portugueses.

Na preparação desta Semana sentimos, em todo o País, uma abertura e uma vontade de colaboração que faço questão de assinalar. Aos professores, aos alunos, aos pais, às entidades públicas e privadas que têm participado, ou vão participar nesta iniciativa quero dirigir palavras de agradecimento muito sincero. São gestos que calam fundo.

Ninguém pode iludir os problemas. Ninguém pode esconder as dificuldades. Mas muitos são os progressos já feitos. Esta Semana é o contributo que o Presidente da República deseja dar para que cada um tome consciência da importância social da educação. O meu objectivo é mobilizar esforços e apelar à responsabilidade social, promovendo a dedicação e a competência, de forma a que os Portugueses tenham mais confiança na sua Escola.

Semana da Educação
Acto de Constituição do Conselho Nacional de Educação de Vila Nova de Famalicão
Vila Nova de Famalicão
19 de Janeiro de 1998

É com muito prazer que me associo a esta cerimónia que tem como objectivo constituir o Conselho Local de Educação de Vila Nova de Famalicão. Neste primeiro dia do meu programa, tenho sublinhado o princípio da educação como responsabilidade social. Nada melhor do que participar, neste fim de tarde, numa sessão que define compromissos e acordos entre pessoas, instituições e entidades tão diversas.

O debate sobre educação interessa ao conjunto da sociedade portuguesa. Não é uma questão meramente técnica, reservada aos especialistas. Todos têm uma palavra a dizer e é útil que ela seja ouvida. Nem sempre assim foi no passado. É fundamental que assim seja no presente e no futuro.

Apesar dos esforços realizados nas últimas décadas, Portugal termina o século XX com défices importantes no sector educativo. É verdade que, durante muito tempo, o Estado português não investiu seriamente nesta área, criando uma situação grave de subdesenvolvimento educativo. Mas é preciso reconhecer que o problema é mais fundo e toca nos próprios modos de organização da vida social e económica no nosso país.

É este o primeiro sentido do meu apelo à responsabilidade social. Peço a todos para colaborarem num projecto nacional que vise promover a educação como um valor insubstituível para o desenvolvimento de Portugal. Porque se a ignorância gera ignorância, a cultura gera cultura. E esta é uma condição necessária

à democracia e à liberdade, ao exercício consciente da cidadania. É preciso inscrever os hábitos culturais no nosso quotidiano e transportá-los para as novas gerações de forma a aumentar a sua capacidade de conhecer e de intervir na realidade. Às vezes basta um pequeno gesto familiar (dedicar mais tempo à leitura com os filhos ou com os netos); outras vezes o que conta é a acção na comunidade em que estamos inseridos.

É por isso que me parece tão interessante a iniciativa de criar um Conselho Local de Educação. Ninguém pode ficar indiferente ao destino da Escola. Mas para que este apelo não seja meramente retórico, é necessário que se traduza em modalidades concretas de colaboração. É no plano local que os princípios da autonomia e da participação adquirem um verdadeiro significado.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não se trata de diluir responsabilidades ou de criar novas estruturas que tornem ainda mais complicados os processos de decisão e a vida nas escolas. Trata-se, bem pelo contrário, de apelar a uma maior responsabilização de todos, marcando claramente as fronteiras de intervenção de cada um. Neste aspecto, é importante reforçar as competências profissionais dos professores e a capacidade de intervenção das autarquias. O trabalho conjunto só tem sucesso se cada parceiro se sentir seguro e confiante.

É este o segundo sentido do meu apelo à responsabilidade social. Peço a todos para participarem na definição de um espaço educativo que dê coerência à acção integrada no plano local. Para que este apelo seja efectivo, sei que é urgente possuir melhores condições de trabalho, fomentar práticas de cooperação interinstitucional e consolidar dispositivos rigorosos de avaliação. As mudanças em curso exigem que cada um assuma as suas responsabilidades próprias. Caso contrário, a ideia da «participação de todos» fica numa referência vaga, sem grande significado.

O acordo que se celebra neste momento é parte integrante de um processo de reorganização do sistema de ensino, que tem vindo a pôr em causa lógicas burocráticas, corporativas e centralizadoras e a construir novos compromissos sociais em torno da educação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É no espaço educativo local que a responsabilidade social ganha toda a pertinência.

Há problemas gravíssimos nas periferias metropolitanas e no mundo rural. A incapacidade de lidar com as diferenças e com a diversidade conduz, muitas vezes, à desigualdade e à exclusão. Temos mais tendência para sublinhar as «dificuldades de aprendizagem» dos alunos do que as «dificuldades de ensino» dos professores!

Acredito que as instâncias locais podem ter um papel decisivo na criação de ambientes sociais, que impeçam a exclusão e que ajudem cada um a ir o mais longe possível no seu processo de desenvolvimento. Muitas comunidades não cuidam dos seus jovens como deviam. Consideram que os problemas devem ser resolvidos pela família, pela escola ou, em última análise, pela justiça. Hoje em dia, o conceito de cidade educativa procura, justamente, sublinhar a importância de olhar mais atentamente para estes jovens, promovendo novos estilos de vida.

Parece-me urgente uma melhor articulação de recursos humanos e materiais no plano local para facilitar o acesso à cultura e promover a educação ao longo da vida. Tenho observado a disponibilidade dos Portugueses para um reforço das práticas de voluntariado. Os sectores da educação e da cultura, da defesa do ambiente e do património, devem merecer uma atenção especial. Como Presidente da República, gostaria de apoiar este movimento, nomeadamente no contexto dos projectos educativos locais.

É este o terceiro sentido do meu apelo à responsabilidade social Peço-vos que cooperem localmente para que se criem as condições propícias à aprendizagem dos alunos e à sua formação cívica e cultural.

Ao chamar a atenção para a necessidade de restabelecer laços e solidariedades, revelo a razão essencial que me levou a promover a Semana da Educação. É inútil falar de cidadania, de democracia e de liberdade, se o modo como as escolas e a vida local estão organizadas contradisser estas intenções. É imperioso construir ambientes sociais que fomentem a tolerância e o pluralismo, que estimulem hábitos de trabalho e de convívio, que valorizem a aprendizagem da palavra e a aprendizagem do mundo.

Nada será feito sem o contributo da «sociedade toda». Quis estar aqui convosco porque os Conselhos Locais de Educação podem contribuir para a emergência de verdadeiras comunidades educativas. Como Presidente da República quero agradecer-vos esta iniciativa e desejar-vos os maiores sucessos no caminho de colaboração e de partilha que escolheram.

Semana da Educação
Jantar com Associações de Pais
Porto
19 de Janeiro de 1998

Neste dia tenho chamado a atenção para o facto de a educação ser uma das mais importantes responsabilidades sociais do nosso tempo. Visitei jardins de infância e escolas do ensino básico. Contactei com actividades associativas de formação de jovens que abandonaram a escolaridade obrigatória. Participei na assembleia constituinte de um conselho local de educação. Ao terminar com este jantar com as associações de pais, quero pôr em evidência a função educativa que lhes compete.

A ideia de escola tem vindo a transformar-se. Num passado recente, o tempo escolar começava aos 6-7 anos e, regra geral, não ia além dos 11-12 anos. Hoje, a educação tende a ser concebida ao longo de toda a vida, começando com as aprendizagens iniciais do bebé. A escola não pode constituir uma «interrupção» neste acompanhamento pelos pais dos percursos educativos dos seus filhos. O apelo à responsabilidade social não teria sentido se não contemplasse o direito de as famílias participarem na definição das políticas de educação e no governo das escolas.

Há três aspectos para os quais gostaria de chamar a vossa atenção.

Em primeiro lugar, quero referir-me ao papel dos pais na criação de ambientes sociais e familiares que valorizem a educação e a cultura. Não tenhamos ilusões. A escola não pode substituir as condições que não existem na sociedade. Nenhum esforço educativo terá êxito se não puder contar com a colaboração de

comunidades que facilitem e estimulem as aprendizagens. É impossível afirmar um conjunto de intenções na escola, se elas forem diariamente postas em causa no seu exterior: seja em relação à cultura ou à violência, à ecologia ou ao racismo, aos valores morais ou às regras de vida em sociedade…

Em segundo lugar, permitam-me que chame a atenção para a importância da presença dos pais na escola. O vosso movimento associativo já percorreu um longo caminho. Mas há ainda muito a fazer para encontrar os modelos mais adequados à nossa tradição e às novas necessidades educativas. É útil que a intervenção dos pais não tenha como motivação única a defesa dos interesses dos seus filhos. Cada pai tem o direito — e o dever — de seguir de perto o trabalho escolar. Mas parece-me particularmente importante realçar o papel que os pais podem desempenhar na transformação das escolas em espaços de trabalho e de vivência democrática, em espaços onde dê gosto ensinar e aprender. Para tal, é necessário que assumam tarefas significativas, no quadro de uma partilha de responsabilidades pela acção educativa. As escolas portuguesas devem ser um dos lugares privilegiados de participação social e de exercício da cidadania, o que obriga a criar condições efectivas para uma maior presença dos pais.

Em terceiro lugar, gostaria de sublinhar que uma associação de pais é um grupo de cidadãos que tem uma determinada visão da escola. O seu papel não é apenas a protecção dos interesses individuais, mas sobretudo a participação na construção de uma verdadeira comunidade educativa. É nesta perspectiva que eles devem ter voz activa no governo das escolas, promovendo o valor social e cultural da educação. Estamos perante uma acção claramente política, uma vez que na busca do sentido da Escola se confrontam, inevitavelmente, diferentes projectos de sociedade. Eis três pontos que me parecem muito importantes. Mas nunca

devemos esquecer um aspecto fundamental, que é o respeito pelo processo de desenvolvimento de cada aluno. Num certo sentido, ninguém forma ninguém. Cada um forma-se a si próprio, segundo ritmos e opções pessoais. Compete-nos apoiar, estimular e acompanhar este processo. Sem pôr em causa a individualidade dos jovens, as suas escolhas e decisões.

Vivemos um tempo marcado por grandes mudanças na administração do ensino e na organização das escolas. Tradicionalmente, os pais eram chamados apenas para tomarem conhecimento do insucesso ou da indisciplina dos seus filhos. Constituíam, para todos os efeitos, um «corpo estranho» ao funcionamento do sistema. Hoje, ninguém lhes nega os seus direitos próprios e um poder de decisão em matéria educativa. São parceiros insubstituíveis, solidários no esforço de melhoria da imagem da escola e da qualidade do ensino.

Mas é bom lembrar que o êxito de qualquer dinâmica de colaboração passa pelo respeito de todos os intervenientes. A maior presença dos pais no espaço escolar deve contribuir para um reforço do prestígio, das competências e da autonomia profissional dos professores. Uma parceria eficaz implica que cada um saiba exactamente qual é a sua missão e esteja disposto a prestar contas do seu trabalho. Então, as vantagens da partilha e da cooperação tornar-se-ão evidentes. E cada parceiro aprenderá a tirar partido da acção do outro.

Não basta que cada um resolva, o melhor possível, os seus problemas. O apelo que vos faço é mais amplo. É um apelo à vossa consciência como cidadãos. Peço-vos que apoiem as comunidades locais a darem mais valor à educação e à cultura. Peço-vos que colaborem com as escolas para que cumpram melhor a sua missão. O futuro depende dos compromissos sociais que formos capazes de estabelecer em torno da formação das novas gerações.

Agradeço-vos a dedicação e a energia que têm posto nesta causa. Sabem, como eu, que o nosso destino se joga todos os dias no esforço de educar as nossas crianças e os nossos jovens.

Semana da Educação
Sessão de Abertura do Debate sobre Educação, Formação e Trabalho
Torredeita, Viseu
21 de Janeiro de 1998

Já tive ocasião de dizer que decidi promover esta «Semana da Educação» para poder ver escolas e ouvir pessoas, para compreender melhor a nossa realidade educativa, tudo com o objectivo último de ficar em melhores condições de sugerir medidas, de recomendar iniciativas e de renovar compromissos com o futuro da educação, especialmente a que possa garantir uma formação de base a todos os portugueses.

Ao longo das visitas, encontros e outros contactos realizados nos primeiros dias da Semana, já se abordaram os temas da educação como responsabilidade social e do modo como a escolaridade obrigatória, de nove anos, é cumprida entre nós (ninguém poderá esquecer as imagens que ontem vivemos).

Não admira que, a este propósito, tenham sido afloradas algumas questões que hoje, aqui, gostaria de ver debatidas com maior profundidade.

Assim, foi possível confirmar que o insucesso continuado e o abandono precoce da escola criam grandes dificuldades de integração no sistema de emprego. O contacto com a vida activa acaba então por se fazer pela via perversa do trabalho infantil e clandestino ou, mais tarde, através de carreiras profissionais descontínuas, precarizadas e socialmente desvalorizadas.

Sabe-se que o problema é especialmente preocupante em espaços marcados pela pobreza, pela privação cultural e, por vezes, pela

exclusão, mas, infelizmente, há boas razões para pensar que os seus efeitos se repercutem num espectro social bem mais vasto. Os primeiros dias desta «Semana da Educação» também permitiram verificar que parte das dificuldades de aprendizagem nos diferentes ciclos do ensino básico resultarão de algum desconhecimento e desencanto com que alunos e famílias manifestam relativamente aos futuros profissionais e às oportunidades reais que o sistema de ensino e formação lhes facultam na caminhada em direcção à vida activa.

Saber que perspectivas podem estar ao alcance destes jovens para garantir que eles não são excluídos do triângulo educação-formação-trabalho, eis outro ponto que, espero, suscitará a atenção dos presentes.

A verdade é que, em torno deste triângulo, giram muitos outros problemas.

Um deles diz respeito à arquitectura geral do sistema de ensino regular e traduz-se por interrogações tais como:

Qual é o nível de educação e a estrutura curricular que permite a aquisição dos saberes e das competências mínimos inerentes à cidadania e a boas expectativas de emprego, no presente e no futuro?

Que avaliação é possível fazer quanto à empregabilidade dos alunos formados nas diferentes vias de ensino tecnológico e profissionalizante?

Até que ponto têm as escolas sabido mostrar-se ao exterior, promovendo os respectivos projectos educativos?

Que iniciativas podem tomar as pessoas e as famílias, os empregadores, as organizações profissionais e sindicais para aprofundar a informação e o conhecimento de que dispõem sobre os conteúdos e os métodos de aprendizagem dos diferentes cursos e programas de formação?

E que podem fazer as escolas para se darem a conhecer junto dos agentes relevantes das comunidades e dos mercados de trabalho e para integrarem melhor as expectativas legítimas destes na sua actividade?

Que podem fazer os diferentes actores para garantir o acesso efectivo da generalidade dos jovens a programas de formação inicial que assegurem uma qualificação profissional prévia à entrada no mercado de trabalho?

Estou certo que as intervenções e o debate que se seguem contribuirão para trazer alguma luz adicional ao debate destas questões.

E passo de imediato a outro grupo de preocupações, estas relacionadas com as debilidades do nosso país em matéria de educação básica e de qualificações profissionais da nossa população activa.

Se é verdade que, por referência aos padrões médios europeus, é grande o atraso em termos educacionais da população portuguesa tomada como um todo, mais notório é ainda o défice que se verifica nos mercados de trabalho.

Mercê de circunstâncias históricas bem conhecidas — de que destaco o arranque tardio da extensão da escolarização às camadas menos favorecidas da população e as crónicas deficiências do sistema de formação profissional — continua a ser muito baixo o nível médio de formação escolar de uma elevada proporção dos trabalhadores portugueses.

A afirmação, sugerida pelas estatísticas disponíveis, de que três quartos da população empregada portuguesa se situa no nível inferior de habilitações escolares é assaz preocupante.

Para além de problemas muito sérios que colocam em matéria de produtividade e competitividade das empresas portuguesas, o que acontece é que patamares tão baixos de qualificação consti-

tuem um factor de vulnerabilização social para muitos indivíduos e famílias portuguesas, já que dão lugar a grandes propensões ao desemprego e, sobretudo, ao desemprego de longa duração.
Parece-me indispensável que o debate não perca de vista este problema.
Por mim, estou certo que Portugal está perante o grande desafio de oferecer uma segunda oportunidade de educação e de formação aos seus cidadãos e, em particular aos que, tendo sido vítimas de formas de organização social e de orientações políticas anquilosadas e antidemocráticas, correm hoje o risco de ser colocados à margem do sistema social, por falta da qualificação profissional e, por isso, de emprego.
Estão aqui em causa, já se vê, todos os problemas relacionados com a concepção, o financiamento e a operacionalização do ensino recorrente e do sistema de formação profissional e, em particular, da formação contínua, que muito gostaria de ver abordados por VV. Ex.as
Tem-se falado muito de desperdícios na gestão dos fundos nacionais e comunitários para a formação profissional.
Sem afastar essa questão, importa, creio eu, ter a lucidez de diagnosticar outro tipo de desperdícios, especialmente os que decorrem de modelos de formação mal informados das necessidades dos que os procuram, pouco ajustados às características sócio-culturais dos destinatários e que nem sempre valorizam devidamente os saberes e até os potenciais de inovação que a experiência profissional sempre mobiliza e dinamiza.
Julgo, por isso, que ganharíamos em debater o que está feito e o que falta fazer para melhorar a educação e a formação de adultos, empregados ou não.
A responsabilidade social das empresas — que considero plenamente compatível com as suas legítimas ambições de moderniza-

ção e de sucesso económico — deve incluir, entre as suas componentes centrais, a promoção de condições para fazer crescer e enriquecer o leque de saberes utilizados, recriados e partilhados no trabalho.

Espero que seja possível abordar neste debate as exigências de desenvolvimento de oportunidades de acesso dos cidadãos à educação e à formação ao longo de toda a vida.

É sabido que um número crescente de empresários, de sindicalistas e de especialistas nestes domínios se têm pronunciado a favor da melhoria do acesso dos cidadãos a sistemas de educação e de formação que articulem melhor as necessidades e os interesses crescentes das empresas com os interesses de todos os que nelas trabalham a níveis de qualificação mais elevados.

Por mim, estou certo de que a presença, nos locais de produção, de indivíduos cada vez mais escolarizados vai facilitar o crescimento económico e a competitividade das empresas, ao mesmo tempo que há-de reforçar a empregabilidade e reduzir os riscos do desemprego.

Se, paralelamente, não se descurar a formação dos menos escolarizados talvez se venha a encontrar na troca permanente de experiências e saberes utilizados no trabalho um embrião muito promissor de cidadania empresarial e profissional, isto é, em última análise, um revigoramento da democracia.

Sei que a educação e a formação conheceram, sobretudo na última década, profundas modificações que nem sempre são devidamente conhecidas.

Sei também que estes problemas têm merecido a melhor atenção e o empenho pessoal de VV. Ex.as, que têm sido tomado medidas e que delas tem resultado algum progresso nestes domínios, cuja dificuldade ninguém aqui ignora.

Também por isso agradeço a presença de VV. Ex.as e aguardo com tanto interesse as intervenções e o debate que se seguem.

Semana da Educação
Jantar com Associações de Professores
e Representantes das Instituições
de Formação de Professores
Palmela
23 de Janeiro de 1998

Estou na fase final de uma semana intensa dedicada à educação. Falei com centenas de professores e apercebi-me das suas inquietações e do trabalho que realizam muitas vezes em situações de extrema dificuldade. Como é evidente, não poderia terminar esta iniciativa sem receber as associações e as instituições de formação. Os meus últimos gestos são para os professores (hoje) e para os alunos (amanhã).

Permitam-me que retome duas ideias do discurso de abertura da Semana: a necessidade de celebrar compromissos concretos, nomeadamente no plano profissional; e a urgência de resgatar o prestígio social dos professores.

Gostaria de explicar, em primeiro lugar, o meu entendimento de compromisso profissional. Os professores construíram a sua identidade num tempo marcado por muitas certezas e por uma crença total nas potencialidades da Escola. Foram a referência principal de uma ideia de sociedade que prometia a educação, a cultura e o bem-estar social para todos os cidadãos. Às escolas de formação e às associações de professores coube a tarefa de consolidar um espírito de corpo e de promover o valor social da educação. Os mestres do princípio do século não enjeitaram as responsabilidades e os compromissos com os seus alunos. É verdade que nunca foram devidamente recompensados do ponto de vista económico, mas em contrapartida era altamente prestigiada a sua imagem social. Os tempos mudaram e os professores tam-

bém. Mas os novos compromissos profissionais devem honrar este património. Nos últimos dias, ouvi professores falarem dos seus alunos com a consciência de quem sabe que a Escola tem de cuidar do seu presente e do seu futuro. Senti que a expansão do ensino e as novas formas de exclusão social voltam a conceder aos professores um papel crucial no destino de muitas crianças. É por isso que se torna necessário desenvolver uma cultura de exigência e de rigor. Não é justo que professores dedicados e competentes fiquem «reféns» de colegas menos conscientes e menos capazes. Mas esta cultura deve nascer no seio do próprio professorado, dando origem a modalidades de avaliação e de controlo, mas também a estratégias de apoio e de diversificação das carreiras docentes.

A segunda observação prende-se com a necessidade de resgatar o prestígio social dos professores. No decurso desta Semana visitei colegas vossos que trabalham em condições que provavelmente nenhum outro profissional aceitaria. Em escolas num estado deplorável, situadas em bairros difíceis ou em zonas isoladas, senti um entusiasmo que me tocou. E, no entanto, este trabalho é pouco reconhecido pela sociedade. Os professores são o receptáculo de todos os males sociais, mas a sua imagem degrada-se à medida que se lhes exige cada vez mais. Tive a preocupação de dar visibilidade a tarefas que ficam frequentemente no esquecimento: a luta contra a exclusão, o apoio a alunos com dificuldades, a prevenção da toxicodependência, a promoção da saúde, a integração de crianças deficientes. Neste esforço encontrei frequentemente mulheres (educadoras e professoras), que marcam com a sua presença os lugares onde a intervenção pedagógica, social e comunitária é mais difícil. O reforço do prestígio dos professores passa, em grande medida, pela nova cultura profissional de que falei e por uma maior ligação às comunidades locais.

A terceira reflexão diz respeito à importância de compreender a nova missão dos professores. A homogeneização da cultura e a consolidação de uma cidadania nacional foram a razão de ser da profissão docente. Hoje, a ideia de que a escola deve ser devolvida à sociedade, responsabilizando a sociedade pela escola, provoca mudanças de grande significado. É um projecto do maior alcance político e cultural. Mas é bom lembrar que o êxito de qualquer dinâmica de colaboração passa pelo respeito de todos os intervenientes. A maior presença dos pais e das comunidades no espaço escolar deve contribuir para um reforço do prestígio, das competências e da autonomia profissional dos professores. Uma parceria eficaz implica que cada um saiba exactamente qual é a sua função e esteja disposto a prestar contas do trabalho realizado. Então, as vantagens da partilha e da cooperação tornar-se-ão evidentes. E cada parceiro aprenderá a tirar partido da acção do outro.

Os comentários anteriores têm incidências directas na formação de professores. Esta é uma área da maior importância, tanto pela aquisição dos conhecimentos e das competências que permitem uma adaptação constante às realidades da profissão, como pela apropriação dos valores que configuram uma nova atitude deontológica. As exigências que se fazem, hoje, aos professores implicam o desenvolvimento de modelos de formação que tenham em conta as missões que serão chamados a desempenhar na sociedade do futuro.

O associativismo docente e a formação de professores constituem aspectos essenciais para uma nova compreensão do trabalho docente. Compete-nos fundar uma cultura pedagógica humanista e uma cultura profissional responsável. São elas que legitimam um maior reconhecimento social da profissão docente.

Os professores são, dentro da Escola, as figuras de referência da actividade escolar e tudo depende, em larga medida, das suas competências e dos seus compromissos. Porque, como disse ontem em Abrantes, é da vossa felicidade e da vossa capacidade que os alunos aprendem. Pela minha parte, desejo que o País conceda aos professores a importância que merecem. Tudo farei para que assim seja.

Semana da Educação
Sessão de Encerramento da Semana
Palácio Nacional da Ajuda
24 de Janeiro de 1998

Com esta cerimónia, termino uma das jornadas mais importantes do meu mandato. Percorri o país visitando escolas e instituições, promovendo debates, falando com crianças, jovens e adultos. Vi situações difíceis e experiências de grande mérito. Quis aproximar-me das pessoas e das suas dificuldades, envolvendo todos os parceiros sociais num debate que é decisivo. Ouvi o descontentamento, mas raramente me deparei com o desencanto. Não evitei nenhum problema. Bem pelo contrário. Contactei de perto com as mais graves situações sociais: escolas urbanas rodeadas pela droga e pela delinquência; crianças rurais isoladas pela pobreza; jovens marcados pela ausência de futuro devido a uma deficiente formação escolar; adultos que não possuem os instrumentos mínimos de cultura. Se não são estes os problemas do país, então quais são os problemas do país?

Não quis criticar nem elogiar o Governo. O meu dever como Presidente da República é alertar para os problemas concretos dos Portugueses. Mas entendo que é meu dever fazê-lo, sinalizando experiências e iniciativas. Desloquei-me a «escolas difíceis», habitadas por pessoas que procuram as melhores soluções. Entendo que esta é a maneira certa de mostrar os problemas, sem cair na lamúria.

É preciso ter a coragem de reconhecer que as nossas prioridades estão, muitas vezes, invertidas. Entretemo-nos com o espectáculo do acessório e não olhamos para o essencial. Damos voz aos

que mais falam e empurramos os esquecidos para um silêncio cada vez maior. Sinto que é necessário salientar a importância da educação pré-escolar, básica e secundária. O que está em causa é o futuro individual de cada um e o destino colectivo do País.
No final desta Semana estou mais preocupado e mais confiante. Estou mais preocupado, porque tenho uma percepção mais exacta da forma como os problemas sociais se reflectem na Escola e do modo como nela se produzem fenómenos de exclusão. No Porto, li a redacção de uma criança que vê drogados a injectarem-se quando vai para as aulas. Em Baião, observei as consequências do trabalho infantil e as resistências que algumas famílias levantam à escola. Apercebi-me que há ainda quem considere que basta legislar para que os assuntos se resolvam. Quando, na verdade, tudo fica na mesma. Apesar dos avanços, há ainda muito a fazer.
Mas também estou mais confiante, porque visitei iniciativas de grande mérito, dinamizadas por profissionais responsáveis e competentes. Muitas das soluções de que carecemos já existem nas nossas escolas. É importante dar-lhes visibilidade e apoiá-las. E criar as condições para que cada instituição encontre as suas próprias respostas.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Ao anunciar a realização da Semana, mencionei três preocupações principais. É chegado o momento de vos dar a minha opinião sobre o que vi e ouvi.
Em primeiro lugar, quero dizer-vos que adquiri um conhecimento mais nítido das dificuldades em assegurar uma educação básica de qualidade para todos.
É difícil realizar uma acção educativa em comunidades que não valorizam este esforço. É difícil agir junto de alunos que perderam a confiança na Escola. É difícil ensinar populações tão heterogéneas.

Mas, sejam quais forem os obstáculos, recuso-me a aceitar que os jovens saiam da escola sem terem adquirido um mínimo de competências. A nossa primeira tarefa é assumir a responsabilidade por estes jovens, respeitando os seus próprios percursos educativos. Dizer que a escola deve ser uma «oficina de humanidade» significa, antes de mais, cuidar destes alunos. Não compreendo, nem aceito, quaisquer tendências para o facilitismo ou para a desculpabilização.

Se muitas crianças podem contar com a ajuda familiar, outras estão totalmente dependentes do que aprendem na escola. Visitei «clubes» e «salas de apoio» que procuram enquadrar estes alunos, aumentando o tempo de presença no espaço escolar e organizando momentos de estudo, de trabalho e de convívio cultural.

É preciso declarar o direito das crianças a uma escola que cultive a democracia e a tolerância, que defina responsabilidades, que ensine com rigor e promova o gosto de aprender.

A minha segunda preocupação diz respeito à definição de novas relações entre educação e trabalho.

É necessário que as pessoas e as comunidades compreendam a importância da formação escolar. E que a escola compreenda a diversidade de culturas que existem na sociedade.

Para além de um reforço das vias profissionalizantes no ensino secundário, parece-me indispensável incluir na formação de base uma sólida cultura técnica e tecnológica, bem como experiências concretas de trabalho.

Mas as habilitações dos jovens nem sempre são reconhecidas nas organizações de trabalho. A fraca oferta de emprego qualificado é uma das razões que conduzem a um desinteresse pela formação. Sem uma mudança das escolas e das políticas de recrutamento das empresas, é difícil encontrar novos equilíbrios nas relações entre educação e mundo do trabalho.

O que está em causa é a possibilidade de os jovens decidirem o seu futuro. Não há nada pior do que querer ter uma profissão e não o poder concretizar. Devemos criar condições para que a ninguém seja negado o direito de alcançar amanhã uma situação diferente da que possui hoje. O que só será conseguido se dermos a atenção devida à educação de base, à formação profissional, à transição para a vida activa e à formação contínua.

Permitam-me, por último, que partilhe convosco algumas reflexões sobre a educação e a formação ao longo da vida.

As estatísticas são conhecidas, mas durante muito tempo foram olhadas com algum «cinismo»: o problema resolver-se-ia à medida que as novas gerações escolarizadas fossem substituindo as mais antigas. Hoje os números viram-se contra nós. Para além dos 300 000 jovens com menos de 25 anos que não cumpriram a escolaridade obrigatória, há situações de grande debilidade na faixa etária dos 30 e dos 40 anos.

Não basta esperar. É preciso agir. Infelizmente, não tem havido iniciativas políticas nesta área. Vi o entusiasmo com que homens e mulheres, de idade avançada, se dedicam à aquisição dos instrumentos básicos de cultura. Vi o esforço que fazem para valorizar as suas vidas. Mas hoje não são só os «velhos», são também os «jovens», que necessitam de novos processos de educação de adultos.

É preciso tomar medidas urgentes para que acabem as manchas de analfabetismo e de ignorância que ainda existem em Portugal. O Estado tem de fazer mais. Mas é essencial, também, incentivar e apoiar práticas associativas e cooperativas, bem como alargar o esforço das empresas neste domínio.

Eis alguns aspectos que foquei ao longo da Semana. Muitos outros ficam por sublinhar, nomeadamente o estímulo aos hábitos de leitura e à criação de bibliotecas escolares, o incremento das

práticas de experimentação e a construção de laboratórios ou o desenvolvimento do ensino artístico e da educação para as novas tecnologias. Mas as realidades são tão vastas e complexas que é impossível tudo abarcar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Tenho repetido nos últimos dias que não basta apelar à «responsabilidade de todos» e que é urgente celebrar compromissos concretos no plano social, profissional e local.

Apelo à necessidade de compromissos sociais. Nada será alterado se a sociedade não compreender o significado da educação e da cultura. É uma perigosa ilusão pensar que as dificuldades estão, sobretudo, nos edifícios, nos programas ou nos regulamentos. Temos de ter a coragem de ir ao fundo dos problemas. Portugal mantém défices importantes no sector educativo. Em espaços marcados pela ignorância não é possível uma acção coerente e eficaz.

Cada um tem de assumir as suas obrigações. A começar pelo Estado, que deve reforçar o seu compromisso com a escola pública, afastando quaisquer tendências neoliberais. A continuar pelas famílias que devem valorizar a ideia de educação e incentivar o estudo dos seus filhos. A acabar nos profissionais da educação que devem contribuir para uma aproximação da escola às comunidades locais.

Nos lugares que visitei senti a presença forte das autarquias e o papel importante que já desempenham no esforço educativo. Mas constatei uma certa ausência dos agentes económicos. Parece-me essencial que exista uma maior ligação entre as empresas e as escolas, porque não no quadro de um programa de mecenato escolar. Uma medida deste tipo permitiria fortalecer as solidariedades locais, criando melhores condições de trabalho para professores e alunos.

Quero agora referir-me aos compromissos profissionais.
As referências à dimensão social das escolas não podem conduzir à desresponsabilização dos professores. Bem pelo contrário. É no plano concreto do trabalho escolar quotidiano, no acto de ensinar e aprender, que se devem concentrar os nossos esforços.
O papel dos professores é cada vez mais decisivo. O que obriga a construir uma nova cultura profissional, que conceda grande importância à formação e à avaliação, sem nunca esquecer o compromisso responsável com os alunos.
As escolas não são apenas lugares onde se dão aulas. São espaços de estudo e de trabalho, de vivência democrática e de formação cívica. Não vale a pena cairmos na ilusão dos regulamentos. É na concepção da escola como espaço participado de reconstrução da cultura e de promoção da cidadania que podemos encontrar as respostas para os problemas da indisciplina, da violência e dos códigos de conduta.
Os professores devem ser apoiados, nesta multiplicidade de tarefas, pelas comunidades locais. Na situação actual de mobilidade permanente do corpo docente, é impossível consolidar e avaliar o que se vai fazendo. Prolonga-se, assim, a instabilidade que tem caracterizado muitas experiências nos últimos anos. A cooperação só terá êxito se for possível garantir uma maior continuidade dos projectos educativos.
Finalmente quero assinalar a importância dos compromissos locais.
O objectivo é tornar a Escola mais independente de lógicas centralizadas e burocráticas, mas mais dependente dos processos e das decisões locais. A autonomia não deve conduzir a Escola pelos caminhos da lógica empresarial, mas antes acentuar o seu significado como realidade comunitária e como projecto cívico.

O que nos faz falta é um novo pensamento educativo, é um espírito de dinamismo e de adaptação local, que seja libertador de energias sociais e pessoais.
Trata-se de devolver a Escola à sociedade, responsabilizando a sociedade pela Escola. É essencial que esta «restituição» se realize no curto prazo e, para isso, as medidas previstas no diploma de autonomia e gestão das escolas constituem um importante contributo. As comunidades locais não podem enjeitar as responsabilidades que lhes pertencem na formação das crianças e dos jovens.
É também neste contexto que quero fazer um apelo ao voluntariado de todos os que desejam participar nas tarefas de apoio aos alunos e na sua formação escolar e cívica. A responsabilidade individual e colectiva pode mudar a face da escola, e melhorar a sua imagem, tornando-a mais próxima das comunidades.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Foi uma semana apaixonante, marcada pela existência de problemas gravíssimos, mas também por encontros com gente notável, quase sempre desconhecida. As condecorações que atribuí no início desta cerimónia pretenderam, justamente, distinguir estes educadores, que lamentavelmente tantas vezes deixamos no esquecimento.
Mas o dia de hoje foi também voltado para o futuro. Recebi em Lisboa 500 dirigentes associativos do ensino secundário. Pediram-se que apoiasse a realização de um Encontro Nacional das associações de todo o país, o que faço com o maior gosto. Apelar à participação de todos — e também dos estudantes — é a intenção principal da minha iniciativa.
Quero agradecer, muito sinceramente, a todas as pessoas e instituições que colaboraram na sua realização. Não posso deixar de fazer uma referência especial ao trabalho dos jornalistas. Duran-

te estes dias contribuíram para chamar a atenção do País para a educação. O programa tinha como pano de fundo dar visibilidade a um sector tantas vezes ignorado ou apenas lembrado pelas más razões. Como Presidente da República, quero agradecer-vos, porque sem o vosso trabalho tudo teria sido mais difícil.

Estou certo que estas jornadas pela educação permitiram mostrar ao País a Escola que temos. Com as suas dificuldades e carências, mas também com os seus aspectos positivos. Não podemos ser apenas «testemunhas» críticas do que se vai passando. Num desígnio nacional como a educação ninguém tem o direito de ser mero espectador, nem de olhar apenas para os problemas. É do contributo de cada um que surgirão as soluções que nos faltam.

Termino dirigindo-me aos alunos, os verdadeiros destinatários da nossa acção. Quero que saibam que o Presidente da República não os esquece, que se preocupa com as condições de que cada um dispõe para construir o seu próprio futuro. Quero que percebam que o País conta convosco. E que o vosso primeiro contributo é dado na Escola. Eu tenho confiança em vós. Eu tenho confiança em Portugal.

Sessão de Encerramento do II Congresso do Ensino Superior Politécnico
Lisboa
20 de Fevereiro de 1998

É com muito prazer que participo na sessão de encerramento deste Congresso, manifestando assim a importância que atribuo ao ensino superior politécnico.

No momento em que ele foi lançado, a realidade universitária encontrava-se largamente dominada pelas cidades de Coimbra, Lisboa e Porto. O número de estudantes não ultrapassava os 80 000, ficando muito aquém das necessidades de desenvolvimento do país e das suas regiões. Os cursos existentes não davam respostas adequadas à preparação de profissionais qualificados em vários domínios do conhecimento.

Era urgente uma mudança que teve lugar, de facto, nestes últimos 20 anos. É verdade que muitas promessas ficaram por cumprir e que a situação geral do ensino superior é difícil e complexa. Mas o país dispõe, hoje em dia, de uma rede diversificada de instituições universitárias e politécnicas, públicas e privadas, frequentadas por quase 350 000 estudantes. Percorreu-se um longo caminho num tempo, talvez, demasiado curto.

A consolidação do «politécnico» é parte integrante deste processo, sendo justo destacar a articulação com o mundo do trabalho, a definição de uma rede abrangendo todas as regiões do país e a criação de um corpo docente próprio e estável.

Gostaria de sublinhar igualmente o contributo do ensino politécnico para a organização do ensino das artes, das tecnologias, da gestão, da agricultura e da formação de professores. A existên-

cia de uma rede de âmbito nacional de formação superior, investigação e prestação de serviços nestes domínios pode constituir um importante meio para o desenvolvimento regional.
É importante salientar, no plano dos recursos humanos, a atenção concedida à formação avançada dos vossos professores e, no plano das estruturas físicas, o cuidado posto nas novas construções e na recuperação de edifícios antigos. Os espaços em que nos encontramos ilustram bem a minha afirmação.
Apesar de todas as dificuldades, o balanço não pode deixar de ser globalmente positivo, em particular devido ao papel desempenhado na democratização do acesso ao ensino superior e na diminuição das assimetrias regionais.
Está em vias de terminar uma fase da vida do «politécnico», marcada pelo esforço de expansão da rede e pelo processo de autonomia e democratização dos institutos e das escolas. Hoje, este sector alberga cerca de 1/3 dos alunos do ensino superior público. É um crescimento que traduz a abertura a grupos de estudantes com um novo perfil sócio-económico, o que implica importantes mudanças pedagógicas e culturais, bem como a definição de maiores apoios sociais e económicos.
As escolas superiores não têm apenas como missão a transmissão do saber. São uma comunidade de pensamento e de trabalho, um espaço de estudo e de aprendizagem, um lugar de pesquisa e de produção do conhecimento. Por isso, é essencial incentivar dinâmicas de investigação científica, directamente associadas com o ensino e com a prestação de serviços à comunidade, em particular no quadro de colaborações com as empresas e com as entidades regionais.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Estou seriamente preocupado com a desvalorização de muitos diplomas do ensino superior e com as dificuldades que daí sur-

girão. É necessário parar para reflectir. Nesta hora de balanço, permitam-me que lance três ideias para o debate.

Em primeiro lugar, parece-me útil pensar a diferença entre o ensino politécnico e o ensino universitário, clarificando bem as respectivas identidades. O modo como evoluíram estes dois tipos de ensino nos últimos anos, bem como as alterações recentes à Lei de Bases do Sistema Educativo, tornam esta reflexão necessária.

Trata-se de uma condição essencial para a afirmação do ensino superior politécnico como projecto alternativo e para a aquisição de um prestígio social baseado em razões próprias e não em comparações com o ensino universitário. O reforço do vosso papel na valorização da cultura técnica e tecnológica bem como no apoio ao desenvolvimento regional poderá constituir elemento marcante da vossa identidade.

Em segundo lugar, julgo que não é desejável que se continuem a criar cursos e mais cursos sem uma preparação cuidada.

A tendência para uma especialização excessiva é, frequentemente, fruto de voluntarismos pessoais ou de situações conjunturais, não sendo resultado de um investimento académico que permita uma formação adequada num determinado campo do conhecimento. Todos sabemos que é relativamente fácil, recorrendo a apoios diversos e a docentes convidados, pôr de pé um curso sobre determinada matéria.

Mas muito mais difícil é desenvolver uma comunidade científica num ramo do saber, concebendo a formação como um aspecto central do trabalho a realizar sem perder de vista as necessidades decorrentes da evolução da sociedade.

Em terceiro lugar, não posso deixar de manifestar a minha preocupação pelo modo como se foram definindo as redes do ensino superior público e privado, muitas vezes sem critérios claros e pertinentes. É um problema que temos de enfrentar com cora-

gem, não abdicando de tomar medidas que introduzam uma maior racionalidade e coerência em todo o processo. Não é novidade para ninguém a minha apreensão pela realidade actual. É necessário um compromisso de todos no sentido de uma dignificação do ensino público e privado, pondo fim a situações que servem interesses particulares mas que não respondem às necessidades de desenvolvimento do país nem a critérios de exigência científica e de qualidade pedagógica.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O tempo é de balanço, mas é também de mudança. É um tempo de transição para o ensino superior politécnico.

A primeira transição prende-se com a abertura das escolas a novas populações estudantis, no quadro de programas flexíveis de formação destinados a adultos que procuram uma valorização social, cultural ou profissional. No mundo actual esta é uma das funções mais importantes do ensino superior, implicando a definição de políticas de recrutamento, de processos pedagógicos e de modos de funcionamento inovadores. É essencial adaptar as nossas instituições, até agora vocacionadas para acolher quase exclusivamente estudantes jovens e sem experiência profissional, às novas realidades da educação e formação ao longo da vida. Esta adaptação implica o alargamento das possibilidades de acesso bem como a capacidade de reconhecimento, por parte das instituições, das competências adquiridas ao longo da vida. A gravidade dos problemas de desemprego exige profundas mudanças neste domínio. O ensino superior politécnico pode desempenhar aqui um papel muito importante.

A segunda transição refere-se ao aprofundamento da autonomia das instituições. Nenhuma mudança significativa terá lugar sem uma nova cultura académica e sem novos compromissos claros no plano institucional.

As escolas têm de ser espaços de cultura e de ciência, de participação e de democracia. A autonomia não é uma maneira de descartar responsabilidades. Bem pelo contrário. Já disse várias vezes que seria prejudicial adoptar em Portugal políticas neoliberais, que contribuíssem para uma menor responsabilização do Estado em matéria de ensino superior. Mas, ao mesmo tempo, tenho afirmado a necessidade de assegurar um contributo efectivo das instituições e dos estudantes no financiamento do ensino superior. As propinas não são a questão central.

Pela minha parte, creio que chegou o momento de nos concentrarmos no que é decisivo: conseguir que todos os jovens, independentemente das suas origens sociais, possam ter acesso a uma formação de nível superior, estimulante, qualificada e rigorosa. Para tal — e esta é a última transição que gostaria de assinalar — é fundamental instaurar processos de avaliação das instituições e das comunidades académicas. Refiro-me à avaliação interna e externa das escolas, conduzida de forma participada e independente, de modo a que seja possível introduzir dispositivos de selecção e de regulação.

O ensino superior não pode ficar paralizado por uma teia de interesses locais ou corporativos, que impedem a valorização das instituições e dos grupos científicos mais qualificados. Por isso, parece-me também essencial proceder à avaliação das diversas áreas de formação, obrigando a uma prestação de contas do trabalho realizado. Sem esta nova cultura de avaliação é difícil premiar o mérito e a competência, criando as condições para um reconhecimento social do ensino superior.

Aqui ficam algumas reflexões. As alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo abrem novas oportunidades de desenvolvimento do ensino politécnico e podem contribuir para a valorização dos seus diplomas. Mas criam também novas responsabilidades.

É necessário produzir estudos e avaliações, dar a conhecer a acção em curso, mostrar o caminho que já se percorreu, assumindo as críticas e estimulando uma atitude de exigência e de rigor.
A educação continuará a ser, nos próximos anos, a tarefa mais importante da nossa sociedade portuguesa. O País fez um esforço muito significativo no lançamento e consolidação da rede do ensino superior politécnico.
Estou certo de que saberão estar à altura da missão que vos compete na formação académica e profissional dos jovens e dos adultos e no apoio ao desenvolvimento das regiões.

CAPÍTULO VI

CULTURA E HISTÓRIA

«Portugal, que, com o 25 de Abril,
se abriu e transformou radicalmente,
tem hoje uma cultura
que quer estar nos caminhos do mundo,
participando nesta exaltante aventura
de todos os seres humanos
que é a imaginação do futuro.»

Sessão de Encerramento das Comemorações dos 150 Anos do Grémio Literário
Lisboa
13 de Março de 1997

É com imenso gosto e interesse que estou presente nesta sessão que encerra as comemorações dos 150 anos do Grémio Literário, instituição antiga e prestigiada, de ilustres tradições liberais e que é depositária de um riquíssimo património cultural e cívico.

Agradeço as palavras tão amáveis que o seu Presidente e meu Amigo, Dr. Sales Lane, teve a gentileza de me dirigir. Manifesto também o meu caloroso reconhecimento pela distinção que me quiseram conceder ao fazer-me sócio honorário desta Casa, na companhia de tão notáveis personalidades, que quero saudar vivamente. Tomo esta honra como uma responsabilidade maior na defesa dos valores da tolerância, do pluralismo e da convivência que o Grémio, desde sempre, assumiu como seus e que se traduzem na abertura ao espírito e à cultura, numa arte de viver e de conviver, numa elegância moral que o nosso tempo precisa de cultivar.

A história desta Casa é, em larga medida, a história dessa arte de convívio e de tolerância. Ao Grémio Literário têm estado ligados os maiores vultos do último século e meio. Mas não apenas figuras reais.

Também personagens inesquecíveis da nossa literatura que aqui tomaram chá, conversaram, receberam notícias tristes e alegres, graças ao génio dos que as criaram. Para todos, o Grémio foi um lugar de referência e uma marca de identidade cultural e social.

Aqui, se aprendeu e ensinou, se concordou e se descordou, se leu e escreveu, se marcaram duelos e desforras, se tomaram iniciativas altruístas, se passou tempo à espera de aventuras e negócios do coração ou da fazenda. Aqui, se repousou das fadigas e das desilusões, se sonhou e se conspirou. Aqui, fizeram-se e desfizeram-se governos e reputações, planearam-se revoluções, glorificaram-se e destruíram-se livros e autores, seguiram-se e influenciaram-se acontecimentos, públicos e privados. O Grémio foi e é tudo isto.

Cenário tradicional da nossa vida cultural e política, situado nesta geografia única e mágica do Chiado que, embora sujeito a vicissitudes e desastres, renasce das suas próprias cinzas para voltar a ser o Chiado de sempre, o Grémio Literário quer enfrentar os novos tempos com confiança e sentido de renovação. As alterações dos gostos e dos hábitos quotidianos, a aceleração do tempo, as mudanças da vida exigem capacidade de inventar novas formas de relação. Se for preciso, devemos mesmo fazer uma pedagogia do convívio, do debate, da troca de opiniões, da paixão das ideias, da preocupação pelos destinos do País.

As comemorações destes 150 anos, feitas num momento de viragem, tiveram, penso eu, o tom justo: assumiram com orgulho a herança recebida, mas não se cumpriram ou esgotaram numa visão passadista ou nostálgica. Olharam o futuro com espírito de inovação e abertura à juventude e às novas correntes da arte e da cultura, aos movimentos da sociedade. Felicito, por isso, o seu dedicado Presidente e os restantes órgãos de direcção e saúdo todos os seus sócios. Esperamos muito do Grémio.

Renovo, a terminar, o meu agradecimento pela distinção que me foi conferida e desejo ao nosso Grémio Literário — julgo poder dizer assim — as maiores felicidades. Estou certo de que a Casa de Garrett, de Herculano, de Eça, de Almada, entre tantos ou-

tros, estará à altura da sua notável história, a qual será acrescentada e enriquecida com imaginação e ousadia, na fidelidade aos ideais de liberdade que, como sabemos, é sempre dinâmica, criadora e capaz de inventar novas respostas para as interrogações e os desafios de cada tempo.

Inauguração do Conservatório de Leiria

Leiria
18 de Abril de 1997

O Orfeão de Leiria honra-se de, na passagem do seu meio século, inaugurar instalações novas do Conservatório. É com muita satisfação que tomo parte nesta celebração, cujo alto significado quero sublinhar. Os 50 anos de vida de uma associação cultural não são um acontecimento vulgar, preenchidos como são por realizações de mérito artístico amplamente reconhecido, nos domínios da música coral e instrumental, do teatro e do bailado. Merece igualmente destaque a vitalidade demonstrada no plano regional pela escola de música de Leiria.

Nesta saudação, que fiz questão em de viva voz dirigir ao Orfeão, está pois um sinal da importância que atribuo ao papel deste tipo de instituições culturais na vida colectiva, e um gesto de incentivo ao ensino da música como elemento altamente qualificador dos Portugueses, sobretudo dos jovens portugueses.

O espaço preenchido pelo associativismo cultural é insubstituível, tanto pelo lado dos serviços que presta às comunidades, como pelo lado dos valores que exercita e difunde na sociedade. Refiro-me quer aos valores da cooperação e da solidariedade, próprios do associativismo, quer aos valores que se prendem com a colocação da criatividade, da expressão e educação artísticas, como eixo fundamental do desenvolvimento das faculdades humanas.

Projectos associativos como o do Orfeão de Leiria respondem ainda às necessidades de jovens e estudantes em domínios para

que o sistema formal de aprendizagem e formação não está suficientemente habilitado. Constituem assim verdadeiros centros de recursos à disposição da comunidade educativa.
Gostaria de enfatizar esta articulação, peça essencial de uma gestão moderna dos equipamentos nestes domínios. Refiro-me à articulação dos recursos educativos e culturais, nas diversas actividades de formação, criação e comunicação. É um percurso que deve ser encorajado. Há carências de equipamentos culturais e educativos nalgumas muitas zonas do País, mas também se verifica a situação de equipamentos parcialmente desaproveitados.
Durante muito tempo, o associativismo cultural parece ter-se ocupado sobretudo da preservação de algumas componentes da identidade, frequentemente equiparada a um modelo conservador de folclore. Mas hoje, cada vez mais, o associativismo cultural participa e promove a mudança social. De alguma forma disponibiliza recursos para práticas culturais inovadoras, acrescentando novas competências, e suprindo falhas e contrariando mecanismos de exclusão do sistema global de adaptação à mudança.
Ora a inovação intelectual, seja ela de cariz científico ou artístico, amplia o património cultural disponível, e constitui-se como vector de democratização cultural, tanto no sentido da garantia duma pluralidade de formas e práticas culturais, como no sentido da atenuação do fosso discriminatório entre grupos e camadas sociais, ou entre regiões do País.
É neste sentido que julgo que a educação musical facultada por Conservatórios como o que acabamos de inaugurar pode ser encarada. Partilho da convicção de que a educação musical não é uma parte menor ou dispensável da formação dos jovens, e atribuo uma grande importância a esta área de formação como factor de valorização do quotidiano escolar, como factor de liga-

ção entre a escola e a vida, e igualmente como factor estratégico no processo de aprendizagem e aquisição de competências. Sou dos que entendem que a educação musical pode ter efeitos virtuosos no processo cognitivo em geral. Em qualquer dos casos, valorizo a educação musical no quadro de um esforço que é crucial para que a nossa população adquira níveis de formação equiparáveis aos dos países mais desenvolvidos.

Uma outra organização voluntária de natureza cultural leiriense, o Ateneu Desportivo, celebrou há pouco tempo o seu cinquentenário, num acto a que aliás também me associei. Há cerca de um ano, visitei nesta cidade uma exposição intitulada «Leiria, Identidade e Desígnio», onde, além da trajectória de produtos manufacturados regionais, eram exibidos os resultados de um concurso de ideias para o mobiliário do centro histórico. Mais recentemente, presidi nas Cortes à cerimónia da inauguração do Centro Cultural João Soares. Acabo de visitar os trabalhos de recuperação e restauro da Igreja de S. Francisco, que, tudo indica, com os seus frescos notáveis, se poderá tornar mais um dos ex-líbris da cidade.

Desejo felicitar Leiria pela forma como tem procurado valorizar a sua história e o seu espaço humano. À vitalidade de pólo económico, desejam os leirienses que corresponda a vitalidade de um pólo cultural. Creio que a perspectiva pluridisciplinar com que encaramos hoje o desenvolvimento legitima amplamente esse desejo.

O desenvolvimento é um processo em que se preenchem necessidades e se concebem e realizam projectos. Além de condições estruturais, não dispensa um grande investimento dos domínios da formação e da comunicação.

Verifico que, como sucede com o Orfeão, o mecenato privado tem estado presente, ao lado do Estado e da autarquia, no apoio

às iniciativas locais. Apraz-me registar essa manifestação oportuna de uma solidariedade que não só viabiliza financeiramente os projectos, como faculta a quem neles participa uma garantia do envolvimento da comunidade e da Administração nesse combate que mobiliza tanto de generosidade quanto de critério.

Miguel Torga sentiu em Leiria uma respiração, uma alma, digna de uma pátria de poetas. «Do alto do Castelo de Leiria» — escreveu — «o espectador atento pode ver como os campos são ao mesmo tempo sossegados e vivos, e se evola deles um perfume que não é entontecedor nem agressivo. A sua bucólica serenidade irradia uma sugestão penetrante e subtil, que vai direita àquele lugar onde a emoção estética principia.»

Desta envolvência rural dos anos 50 de que nos falava Torga pouco restará hoje. Mas quero crer que a emoção estética essa continua a ser vivível, como certamente comprovaremos, quando a seguir ouvirmos os coros do vosso/nosso Orfeão.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Assinalando a passagem do cinquentenário do Orfeão de Leiria e atendendo ao seu valioso currículo, decidi atribuir-lhe o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

Jornada «Memórias Árabe-Islâmicas»
Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Lisboa
15 de Maio de 1997

Agradeço o amável convite que me dirigiram para participar nesta Jornada «Memórias Árabe-Islâmicas em Portugal». Sabem que estou aqui com muito gosto e interesse pessoal. Como Presidente da República, entendo também ser meu dever apoiar todas as manifestações que se ligam à identidade cultural e histórica portuguesa, propiciando o conhecimento e o diálogo entre os povos, os países, os continentes e contribuindo, nessa medida, para o reforço da tolerância e da convivência pacífica nas relações entre os Estados.

É esse um dos sentidos da viagem que fiz ao Egipto e das visitas que fiz ao Presidente H. Mubarak, a Yasser Arafat e à Liga Árabe. É esse também o caso desta Jornada e, por isso, felicito vivamente os que a promoveram, organizaram e apoiaram. Quero saudar calorosamente os convidados presentes, entre os quais se contam personalidades muito ilustres, provenientes de diversos países árabes. Digo-vos que são bem-vindos a Portugal, país democrático e aberto, cuja vocação universalista queremos renovar nestes tempos de tantos desafios e incertezas.

As memórias árabe-islâmicas em Portugal são muitas, preciosas e marcam a nossa identidade. Essa marca é, aliás, recíproca, pois testemunhos portugueses também estão presentes em muitos países árabes.

Na língua, na toponímia, nos hábitos e costumes sociais, na arquitectura, nas artes, na literatura, no imaginário popular, na

gastronomia, na agricultura, no comércio, somos devedores da riquíssima herança árabe-peninsular e disso temos, hoje, orgulho e uma nova consciência. Não ignoramos, porém, que esta nova atitude se ganhou, vencendo medos, desconfianças, preconceitos e incompreensões seculares.

Pelas circunstâncias históricas da formação de Portugal, ligadas à consolidação do poder e influência cristã, o «mouro» foi, durante séculos, identificado como o grande inimigo espiritual e temporal. Por isso mesmo, em períodos de intolerância e fanatismo mais acentuados, como aconteceu no século XVI, os árabes foram perseguidos e expulsos de Portugal, que era a sua terra, esquecendo-se o contributo que deram para o enriquecimento da nossa cultura e até para a empresa dos grandes descobrimentos portugueses.

Antero de Quental aponta também a expulsão dos árabes, cujas escolas tinham renovado o pensamento e a filosofia, como uma das causas da decadência dos povos peninsulares.

A história de uma Nação assume-se nos seus períodos de glória e nos seus tempos de sombra. Não há histórias isentas de graves erros e faltas. Há, sim, que aprender com a lição meditada das suas causas. O Portugal democrático assume a sua história integralmente, com espírito crítico. Os historiadores portugueses, na pluralidade dos seus interesses, critérios e concepções, têm realizado um notável trabalho científico e cultural. Também a história da influência árabe em Portugal e o estudo das suas marcas em tão variados domínios têm merecido a atenção dos investigadores, permitindo que tenhamos, actualmente, sobre o assunto uma visão mais esclarecida, informada e livre de preconceitos. Julgo ser esse o caminho que devemos prosseguir, tendo como únicas regras as que decorrem da liberdade de investigação e da probidade científica.

Ligado pela história e pela cultura, Portugal quer hoje revalorizar a sua proximidade aos países árabes, desenvolvendo-a nos planos da cooperação económica e cultural.
Num mundo de dramáticos conflitos e rivalidades, marcado por desequilíbrios e antagonismos, em que a intolerância, a exclusão, o fanatismo, a ignorância, o subdesenvolvimento são realidades diariamente presentes, só o diálogo entre culturas, países, povos, religiões, civilizações pode preparar e abrir um futuro de esperança à Humanidade.
Este diálogo respeita a identidade própria de cada uma e de todas as culturas e tem consciência de que a diversidade e a pluralidade são a riqueza da nossa condição. Tal diálogo permite ainda pôr em evidência aquele conjunto de valores, expressos em direitos fundamentais, que são universais e invioláveis, por inerentes à dignidade humana.
O próximo século será o século do diálogo, da tolerância, do respeito pelo diferente, do universal ou será o século do confronto e da agressão. Como sempre, tudo está em aberto e a escolha está nas nossas mãos.
Portugal, país europeu, mas com uma situação geográfica e geoestratégica ímpar que lhe permitiu ser um lugar de encontro de culturas e de influências, que o abriu ao Mundo, vê a Europa não como uma fortaleza fechada sobre si mesma, mas como um espaço de solidariedade e abertura às outras regiões do planeta.
A esta luz, e por todas as razões, o aprofundamento do diálogo euro-árabe é um objectivo primordial. Esse diálogo é uma condição na luta pelo desenvolvimento, pela democracia, pela solidariedade, pela dignidade de todos os povos, pela paz!
O isolamento, o agravamento das assimetrias e dos desequilíbrios, o aumento da pobreza, da injustiça e da discriminação, entre os países ou no interior das sociedades, são os grandes aliados dos

movimentos e grupos extremistas que defendem a intolerância étnica, religiosa, chauvinista e são adeptos de uma sociedade assente em valores inaceitáveis que não respeitam a liberdade e a dignidade dos seres humanos. A tolerância, o conhecimento, o diálogo são, assim, causa e consequência da paz, da justiça, do desenvolvimento solidário.

Nós acreditamos na capacidade humana de aprender com os erros cometidos, de corrigir o que está mal, de aperfeiçoar. Sabemos que este é sempre um caminho difícil, gradual, não isento de obstáculos e de contradições. Mas é o único que leva a resultados que, embora precários e insuficientes, constituem o progresso e estão à altura daqueles grandes ideais que os melhores homens de todas as culturas e raças sonharam, desde a antiguidade dos tempos, para o género humano.

Alguns desses homens eram ou são árabe; outros, europeus. Alguns eram ou são cristãos; outros, muçulmanos; uns professaram e professam religiões diversas; outros, nenhuma religião. Têm, porém, em comum, todos eles, a qualidade suprema de seres humanos preocupados com os outros seres humanos, com a humanidade, com a dignidade de todos os homens e mulheres. É em nome dessa dignidade, que se fundamenta na liberdade, na tolerância, na solidariedade, no encontro, que esta Jornada se realiza.

Desejo-vos, por isso, as maiores felicidades e renovo as minhas saudações afectuosas.

Inauguração do Sintra Museu de Arte Moderna

Sintra
17 de Maio de 1997

Assinalamos um momento de particular significado na vida cultural portuguesa, como certamente sentem todos os que participam nesta abertura do Sintra Museu de Arte Moderna. Um conjunto valorosíssimo de arte contemporânea, representativo da produção internacional, está a partir de agora acessível num centro cultural do nosso país. Associando-me honrosamente a esta inauguração, quero em primeiro lugar expressar o reconhecimento devido ao coleccionador, Senhor José Berardo, e à Câmara Municipal de Sintra, depositária da colecção.

Da curiosidade que animou o Senhor José Berardo, como ele próprio explica na nota prévia que escreveu para o catálogo da sua colecção, somos devedores, pois dela resultou uma recolha que percorre alguns dos momentos cruciais da modernidade artística posterior à Segunda Guerra Mundial. Mas somos também devedores da disponibilidade do Senhor José Berardo, empresário que, ao desígnio cultural de coleccionador, aliou a intenção, que desejamos perene, de proporcionar o acesso público ao património de excepcional qualidade que reuniu.

A Câmara de Sintra soube interessar o coleccionador e criar as condições para receber a colecção. Não é pequeno mérito esse, a que se soma o sentido da oportunidade posto na recuperação deste edifício e o rigor da sua adaptação técnica e urbanística.

Felicito por isso vivamente a Câmara Municipal de Sintra, na pessoa da sua Presidente, a Dr.ª Edite Estrela, que sei pessoalmente se empenhou nesta solução feliz.
Com este Museu, Sintra enriquece a sua vocação de centro artístico e museológico e com a exposição desta colecção de arte acrescenta um novo elemento ao painel de qualificações que tinham justificado a sua inclusão na categoria de Património da Humanidade. Motivos justamente de orgulho para os sintrenses, entre os quais permitam-me que também me inclua por direito natural.
Garante o êxito do projecto a experiência e a competência comprovadas da Dr.ª Maria Nobre Franco, a quem desejo as maiores felicidades nas suas novas tarefas.
O Museu de Sintra promove, com esta exposição, uma novidade, salientada por alguns observadores, e que convirá reter. Apresenta-nos uma selecção de peças artísticas da nossa contemporaneidade próxima. Mais: todos os testemunhos autorizados são concordantes em sublinhar que se trata de uma selecção pertinente, qualificada e ambiciosa. Poderá assim este Museu constituir um ensejo para aprofundar qualitativamente a abertura do nosso país aos grandes temas e expressões da modernidade cultural internacional.
Os Portugueses têm na sua história épocas marcadas por um intenso intercâmbio cultural — artístico e científico — com outros povos. Encontraram-se por vezes na linha da frente do diálogo civilizacional que permitiu ao mundo deslocar as fronteiras do conhecimento. Ao arrepio desta tendência, outras épocas, entre as quais algumas décadas deste século, ficaram marcadas por uma tentativa de encerrar Portugal e os *ortugueses em si próprios, num isolacionismo absurdo que nos afastou dos novos horizontes do saber e da criação.

A democracia permitiu reencontrar o caminho que o autoritarismo tinha condicionado fortemente, mas não lograra por completo impedir. Esse é o caminho que integra a metodologia do trabalho com os outros, a aprendizagem sem preconceitos, a curiosidade, afinal. É o caminho que valoriza igualmente o nosso próprio contributo para a construção do universo humano na sua diversidade.

Quero saudar todos os artistas, críticos, historiadores e sociólogos da arte, directores de museus, galeristas e coleccionadores que nos acompanham nesta inauguração. E distinguir com as boas-vindas todos os que se deslocaram do estrangeiro.

A vossa presença também motiva estas minhas palavras de confiança nas virtualidades de um clima favorável à livre criação e circulação de projectos e linguagens culturais. Este Museu será um poderoso estímulo à consolidação desse clima.

Para muitos portugueses, a aventura da descoberta da arte contemporânea pode começar aqui, com uma proximidade de que anteriores gerações não beneficiaram. O nosso ensino artístico, necessitado de novas oportunidades, receberá um poderoso incentivo da presença desta estrutura museológica.

Estamos perante um precioso instrumento de alcance pedagógico, que é também um projecto que continua aberto e é possuidor de um invulgar dinamismo. De facto, a curiosidade do coleccionador não está saciada, nem o seu desejo de a satisfazer. E vai decerto receber o impulso dos inúmeros visitantes e estudiosos portugueses e não portugueses.

O Sintra Museu de Arte Moderna ficará doravante a assinalar o lugar de Portugal no roteiro das importantes colecções de arte da segunda metade do século XX e da transição para o século XXI.

Sessão Solene Evocativa do 3.º Centenário da Morte do Padre António Vieira
Assembleia da República
18 de Julho de 1997

Honrar a memória do Padre António Vieira é um dever nacional e constitui manifestação de reconhecimento e louvor a quem fez do engrandecimento de Portugal independente a razão fundamental da sua acção incansável, o tema principal da sua palavra arrebatada.

Com a distância que a passagem do tempo e a acumulação de uma herança riquíssima de investigações, estudos e interpretações permitem, lembrar Vieira, no terceiro centenário da sua morte, deve ser conhecer melhor e divulgar mais a sua obra, a sua personalidade, o seu destino, pois nele vida e verbo se fundem e mutuamente se sustentam. É, sobretudo ler e reler os seus textos, de uma beleza irrepetível, essa linguagem alta, rápida e sonora, que tem o dom impressionante de transportar até hoje, e até nós, o gesto vigoroso, o fôlego da inspiração, o timbre da voz, a majestade da visão. Lemos Vieira como se ele se tornasse presente, como se o ouvíssemos e víssemos, torrencial e justiceiro, acompanhando-o nos raciocínios, nos argumentos, nos silogismos, nas diatribes, no clamor.

Agradeço à Assembleia da República o convite que me dirigiu para estar presente nesta Sessão Evocativa e felicito-a por esta ideia, que continua e dá realce a uma tradição que tem valor cívico, utilidade pedagógica e significado cultural. Essa tradição é a de homenagear, na sede da representação nacional e em acto para o efeito convocado, grandes figuras que deram e dão substância à nossa identidade de Nação, povo, cultura e história.

Homenageemos, pois, António Vieira, a quem Portugal tanto deve. Como falar, porém, com palavras pobres, daquele que fez da palavra um ouro puríssimo, que resiste ao tempo e com o tempo ainda mais se enobrece e valoriza? A resposta a esta pergunta é a natural: falemos com humildade, escutando mais do que dizendo, com a consciência clara de que estamos perante uma daquelas figuras que desafiam a lógica fechada dos sistemas e a estabilidade das definições. Vieira é grande e desmedido, até nas suas contradições, como se projectasse sobre nós o reflexo de um fogo grandioso e inextinguível.

Quer isto dizer que tudo, no que fez e no que disse, no que realizou e no que deixou por acabar, tem a mesma medida? Não! Quer apenas dizer que havia nele uma imaginação, uma vontade, um fervor, uma força, uma fantasia, um poder de acreditar, de persuadir, de realizar, que davam ao que tocava o sopro da desmesura, do excesso, da audácia.

Margarida Vieira Mendes, já hoje aqui justamente mencionada, e cujo nome permanecerá ligado aos estudos sobre Vieira, pois lhe devemos uma das últimas grandes interpretações da sua obra, contou que, ao iniciar o seu trabalho monumental, fora conversar com um dos grandes mestres da investigação sobre Vieira, António José Saraiva, e que este lhe disse: «Vieira exige uma vida inteira!» Assim é, com efeito, tais as complexidades da obra imensa e as aventuras da vida tão longa. Assim é, de facto, como o atestam as múltiplas obras sobre a obra de Vieira e a diversidade de pontos de vista de leitura, de ângulos de abordagem, de perspectivas de exegese, que nelas têm sido ensaiadas.

Disso, dá exemplo evidente o grande António José Saraiva, cuja hermenêutica do discurso engenhoso do autor da *História do Futuro* é riquíssima. Como o são os trabalhos tão importantes de André de Barros, logo no século XVIII, de João Lúcio de Azevedo,

na primeira metade deste século, e mais próximo de nós, de Hernâni Cidade, António Sérgio, Vasco Pulido Valente, entre outros. Dos estrangeiros, não podemos esquecer os de Van Den Bessellaar, Raymond Cantel e Charles Boxer, que ainda recentemente confessou a sua mágoa por não ter podido dedicar mais tempo da vida de mais de noventa anos ao estudo do grande orador barroco.

«Político, missionário, clássico, moralista, orador, defensor dos fracos e dos oprimidos, sempre patriota» — assim dele proclama a lápide que, há um século exacto, foi posta no átrio da Sé de Lisboa, para assinalar o sítio onde fora baptizado. Esta enumeração, muito ao gosto da época, dá as faces essenciais da sua vida, do seu carácter, da sua acção. Mas não revela os acontecimentos, os lances, as glórias, as desgraças. Nem os perigos, os combates, os sucessos, as injustiças, os fracassos, as penas.

Nascido em Lisboa e morto na Baía, António Vieira é património dos dois países irmãos. Mas é mais: é uma figura daquela comunidade de povos e países que se funda na língua e de que ele foi um profeta, como pressentiu Fernando Pessoa, chamando-lhe «imperador da língua portuguesa» e dizendo que ela era a verdadeira Pátria.

Homem que quis ver para além do tempo, mas que não deixou de invectivar os vícios do seu tempo, foi, por isso, ameaçado, vilipendiado, perseguido, encarcerado. A sua atitude para com os judeus e os cristãos-novos demonstra que ele teve a agudíssima percepção de um estado de coisas que se arrastava e que, dois séculos mais tarde, Antero de Quental apontaria como uma das causas da decadência dos povos peninsulares.

A sua corajosa defesa, para a época, dos índios do Brasil, não podia deixar de incomodar, de escandalizar, de aparecer como suspeito. O recado tinha destinatários claros, que perceberam a

mensagem e retribuíram com represálias. Mas Vieira nunca depôs as armas do combate, mesmo quando a Inquisição o tentou silenciar e anular ou a Corte o quis ostracizar. Defendeu-se e atacou. Portugal não lhe deve apenas o seu génio de orador e de escritor, deve-lhe importantes serviços diplomáticos e políticos. Deve-lhe um patriotismo arrebatado. Deve-lhe a visão larga, mas também a advertência concreta. Há páginas de Vieira que parecem escritas hoje, sobre questões de hoje.

Vieira era, ao mesmo tempo, prático e visionário, homem do tempo por vir mas também homem do seu tempo, pós-renascentista e barroco. Agiu e falou como membro da Companhia de Jesus, padre da Contra-Reforma, militante inaciano, não o esqueçamos. E como português do Portugal restaurado. A sua longa vida cumpriu-se nessas duas pátrias. No púlpito uniu-as com o seu verbo e com o sentido universalista que o percorria. Interpelava Portugal em nome de Deus e Deus em nome de Portugal: «Não hei-de pedir pedindo, senão protestando e argumentando; pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor, senão justiça. Se a causa fora só nossa e eu viera a rogar só por nosso remédio, pedira favor e misericórdia. Mas como a causa, Senhor, é mais vossa que nossa, e como venho a requerer por parte de vossa honra e glória, e pelo crédito de vosso nome […], razão é que peça só razão, justo é que peça só justiça. Sobre este pressuposto vos hei-de arguir, vos hei-de argumentar; e confio tanto da vossa razão e da vossa benignidade, que também vos hei-de convencer. Se chegar a me queixar de vós e a acusar as dilações de vossa justiça, ou as desatenções de vossa misericórdia […], não será esta vez a primeira em que sofreste semelhantes excessos a quem advoga por vossa causa». Em Vieira estão Cícero e S. Paulo, Santo Agostinho e Séneca, Santo Inácio de Loyola e Bartolomeu de las Casas, João das Regras

e Bandarra. A sua obra pôde atrair e fascinar espíritos tão diferentes e com ideias tão diversas de Portugal como Fernando Pessoa e António Sérgio. Vieira encarnou, como nunca tinha acontecido nem mais viria a contecer, o tipo heróico do pregador, do arauto e do áugure que dá voz, na mesma voz, ao temporal e ao espiritual, ao real e ao profético, ao sagrado e ao profano, transformando a sua personalidade histórica em autor literário, em artista e em símbolo. Nesse sentido, António Vieira é uma genial criação do seu próprio discurso.

O autor dos *Sermões* é irredutível a qualquer leitura parcial ou uso dirigido que dele se queira fazer. Génio da acção e da enunciação, que transformou a acção em enunciação e a enunciação em acção, é no verbo que ele se encontra íntegro e total. É por isso que o regresso à sua obra permite sempre novas e inesperadas indagações, leituras, interpretações.

Em Vieira, no princípio era o verbo e no fim será ainda o verbo. Ele habitará sempre entre esse povo de palavras com as quais confundiu a vida e fez a obra. É nelas — e não na ordem do político como erroneamente alguns pensaram — que as suas profecias se cumprem. Esse império discursivo, essa catedral verbal, esse teatro de eloquência, esse prodígio de «engenharia sintáctica», essa «grande certeza sinfónica», como disse Fernando Pessoa/Bernardo Soares, permanecerá como um monumento de palavras que desafiará o tempo e a passagem dos homens. A obra de António Vieira é — será sempre —, por isso, a confirmação fulgurante da grandeza de Portugal.

Sessão Comemorativa do Dia 24 de Junho
Dia Um de Portugal
Guimarães
24 de Junho de 1997

Quero agradecer, Senhor Presidente, o convite que a Câmara Municipal me endereçou para tomar parte nas celebrações do dia de Guimarães, necessária e justamente sobre a égide de D. Afonso Henriques. Não escondo o grato prazer que sempre me causa o regresso a uma cidade que, assinalada por raízes da nossa grande pátria, preenche igualmente alguns trechos do meu pequeno mundo.

Acredito que será recebida com benevolência, minhas Senhoras e meus Senhores, esta breve nota sentimental, que não devendo sobrevalorizar também não seria justo reprimir. Aqui me deparo com fragmentos de um passado que me honra. Os homens, como as sociedades, encontram como se sabe nessa experiência da herança, do legado transmitido e aceite, os fundamentos de uma identidade feita de partilha e de continuidade, feita de sentimento de pertença e de desejo de acrescentar.

Tenho acompanhado o esforço e a determinação dos vimaranenses em enfrentar a reconversão e modernização do aparelho produtivo, tanto agrícola como industrial, e em qualificar as suas estruturas urbanas. É de registar a forma como Guimarães tem procurado constituir nas últimas décadas um sector terciário dinâmico, e fixar, através do ensino superior — universitário e politécnico — um conjunto de valências estratégicas no sistema de formação de quadros. Em anterior visita ao concelho, integrada numas Jornadas dedicadas ao tema da Inovação e Competitividade nas Empre-

sas, pude mesmo observar directamente, em unidades produtivas e de ensino de Guimarães, alguns projectos e realizações exemplares.
É um feixe de caminhos que certamente será aprofundado, onde se combinam capacidades endógenas com atracção de recursos exteriores, permitindo a Guimarães desenvolver complementaridades num espaço económico alargado.
Na reformulação dos termos do debate acerca das vias do desenvolvimento regional — a que tenho, como é conhecido, dedicado particular atenção — a experiência vivida neste território tem merecido a análise e reflexão dos especialistas. O principal destaque é atribuído à forma como Guimarães vem explorando as sinergias propiciadas pela sua integração numa área cuja vitalidade económica, social e cultural sempre foi notável.
São mais exigentes hoje os desafios do desenvolvimento regional a que as cidades como Guimarães são chamadas a responder. Mas também são mais estimulantes os contextos globais em que se podem movimentar as aglomerações urbanas deste tipo.
Refiro-me a aglomerações urbanas dotadas de uma certa densidade e especialização, pouco hierarquizadas, funcionando em rede. Podem ambicionar uma projecção que não se confine exclusivamente à fronteira nacional, e creio que esse caminho da internacionalização também estará nos horizontes de Guimarães.
Decisivo, absolutamente decisivo, para que se possa prosseguir com segurança nesse sentido, é atribuir uma nova prioridade, tanto no plano técnico como no plano político, à coordenação das instâncias de intervenção no território.
É esse o nosso défice. Temos políticas de desenvolvimento regional, temos estratégias, equipamentos e recursos, mas deparamo-nos com uma teia por vezes inextricável de lógicas administrativas operando isoladamente. Articulá-las entre si é, sem dúvida,

uma das grandes tarefas nacionais: aproximar os serviços dos utilizadores, fazer fluir a informação entre público e o privado, harmonizar os níveis local, regional e nacional da Administração Pública, reforçar o plano interdepartamental da Administração do Estado e estabelecer o relacionamento efectivo entre esta e a Administração autárquica.

Resolver o problema da ausência de instâncias de coordenação adequadas é remover poderosos obstáculos ao desenvolvimento regional. A competitividade dos nossos centros urbanos receberá novos impulsos com a solução desse problema. Das soluções de coordenação que formos capazes de criar depende a eficácia de factores cruciais como a difusão da informação e da tecnologia, a capacidade de inovação e de adaptação à mudança.

A qualificação das estruturas urbanas tem sido em Guimarães compatibilizada com a preservação do seu excepcional património histórico. Quero associar-me ao reconhecimento desse mérito, que necessariamente recai em primeiro lugar nos seus órgãos autárquicos. Aproveito ainda a ocasião — porque o não fiz na altura — para felicitar a cidade pelo prémio recentemente atribuído ao seu centro histórico pela Real Fundação de Toledo.

Dispomos de um generalizado consenso sobre a necessidade de integrar harmonicamente as zonas históricas das cidades no processo de crescimento urbano, e de garantir o respectivo lugar no equilíbrio das funções urbanas. Um sem número de problemas concretos espera no entanto quem tem a responsabilidade de planear e decidir a intervenção. Conheço de experiência própria muitos desses problemas — dos regulamentares aos financeiros, dos técnicos aos políticos — e considero-me por isso em boa posição para pôr em destaque o trabalho realizado em Guimarães.

Importa também que se diga que a preservação e a valorização patrimonial não constitui apenas um serviço prestado aos vimaranenses.

Guimarães não poderia enjeitar, como não enjeitou, uma percepção aberta dos seus monumentos, eles que a vários títulos documentam diversos passos da nossa história colectiva, os que se projectaram (como lembrou o Senhor Presidente da Câmara, na construção da nossa autonomia política), alguns bem mais modernos e outros que remontam aos tempos das comunidades castrejas e da romanização.

Alexandre Herculano, pioneiro nas questões de defesa do património sob responsabilidade autárquica (ele que como sabem também foi Presidente da Câmara e precisamente da de Belém…), escreveu com inteira oportunidade que «nenhum monumento histórico pertence propriamente ao município em cujo âmbito jaze, mas à nação toda», advertindo que «a história que transforma o monumento em documento» não é apenas «a história de uma vila ou cidade, mas sim a de um povo inteiro».

Questão diversa, que não me parece avisado sobrepor à do significado dos factos e vestígios históricos de uma cidade ou de uma região, é a dos símbolos e datas. A esse respeito não gostaria que subsistissem dúvidas. Não posso concordar com uma tentativa de revisão desses símbolos, por melhores que aparentem ser os argumentos intelectuais invocados. Não vejo qualquer oportunidade no facto, tanto mais que o carácter simbólico dessas referências nacionais resulta precisamente de uma sedimentação histórica. A estabilidade dos símbolos deve ser respeitada, porquanto é dessa estabilidade que eles retiram a sua expressão.

A preservação da memória é uma tarefa especializada. Em Guimarães devemos lembrar os homens que com paciência e rigor,

têm estudado e tornado conhecido a história e o património da cidade e da região.
Só defendemos capazmente aquilo que conhecemos. Guimarães pode orgulhar-se de contar, ao lado das suas pedras notáveis, outras não menos ilustres pedras vivas — a quem coube precisamente desenterrar e limpar as primeiras, fazê-las falar, comunicar connosco. O Senhor Presidente da Câmara lembrou figuras mais recentes, e eu gostaria de recordar pioneiros, como Martins Sarmento, Alberto Sampaio, Alfredo Pimenta, entre tantos outros. Homens de cultura que acumularam erudição e difundiram o saber, mas que também ajudaram a formar uma opinião mais esclarecida sobre o património.
Trata-se de um valor inestimável. A opinião pública é submetida a pressões contraditórias a respeito destes temas do património: aos efeitos identitários do passado são contrapostos muitas vezes a absolutização dos valores do presente e a recusa da diversidade cultural exemplificada pela história.
Guimarães mostra como o património pode ser encarado como uma oportunidade. Uma oportunidade que se cumpre no respeito pelo passado. Mas um respeito criador, não um respeito «paralisante, reaccionário», como diz o historiador Jacques Le Goff, pois o património «é qualquer coisa que vive, que evolui». Ora foi exactamente por essa capacidade criadora, testemunhada aqui em Guimarães, que iniciei a minha intervenção. Com um apelo a esse empenhamento dos vimaranenses quero também encerrá-la.

Sessão de Encerramento do Simpósio das Cidades Património Mundial
Évora
20 de Setembro de 1997

Durante os últimos quatro dias Évora, um dos mais importantes e celebrados centros de história e cultura, foi também capital do Património Mundial. Quero pôr em destaque esse facto, ao qual me associo com a maior satisfação, e felicitar todas as entidades envolvidas na organização do Simpósio Internacional da Organização das Cidades Património Mundial: a Câmara Municipal de Évora, a Universidade de Évora, o Governo da República. Cumprimento igualmente todos os participantes, e de forma muito especial as delegações estrangeiras que nos visitaram, designadamente as das cidades que fazem parte da lista do património mundial. Espero que tenham encontrado em Évora as condições propícias à troca de experiências, à reflexão, à elaboração de novas propostas.

Desejo saudar de forma especial os representantes das organizações internacionais que promoveram e patrocinaram esta Conferência: a Organização das Cidades Património Mundial, o Instituto de Conservação Getti, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (ICCROM), o Banco Mundial, além da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), responsável primeira pela generosa missão de colocar sob protecção da humanidade bens culturais e naturais de excepcional valor.

Portugal orgulha-se justificadamente dos seus elementos e conjuntos patrimoniais já reconhecidos pela UNESCO como Património Mundial. Muitos outros serão merecedores dessa distinção e há diversos projectos de candidatura em fase avançada de preparação.

A inscrição de um bem na lista do património mundial cria especiais responsabilidades do País, não só em relação a esse bem, mas em relação ao restante património nacional. Importa, por outro lado, ter em conta que a consagração do valor de uma peça do legado cultural pressupõe um sistemático trabalho de inventariação, de estudo e de preservação de todo o património disponível.

Esse trabalho, que aliás é uma tarefa em permanente actualização, foi durante muito tempo menosprezado ou orientado para um sector localizado do nosso património.

Permitam-me pois aqui uma palavra de aplauso e incentivo à orientação que privilegia o levantamento criterioso, não discriminatório, técnica e cientificamente apoiado, das manifestações significativas legadas pelas gerações anteriores. Trata-se de uma condição indispensável à execução das políticas de defesa e valorização do nosso património.

Orgulhamo-nos do nosso passado. Orgulhemo-nos igualmente do rigor e persistência com que o estudamos, preservamos e damos a conhecer.

A defesa e promoção do património mobiliza hoje um vasto conjunto de atenções e interesses de natureza não apenas intelectual. Essa mobilização é desejada pelos poderes públicos, que se preocupam com o desenvolvimento e procuram integrar o tema do património em estratégias de desenvolvimento. Era inevitável que assim sucedesse, e não creio que existam objecções pertinentes a esta integração.

Mas tal situação tem que ser acautelada. O património é mais escasso e frágil do que alguns pressupõem. Há que evitar tanto uma banalização do conceito, quando de tudo o que é antigo se faz património e se inventam qualificações onde há apenas motivos de curiosidade, como uma utilização intensiva de patrimónios que não estão preparados para tal ou são descaracterizáveis por essa forma.

O Simpósio que se efectuou aqui em Évora reflectiu estas preocupações, objectivadas no turismo. Reconhece-se que há pressões contraditórias sobre o património. Gostaria de a esse propósito sublinhar dois ou três pontos mais.

Além do espaço dos estudiosos e técnicos, que é sem dúvida necessário continuar a ampliar, novas oportunidades e desafios se deparam hoje sobre aos gestores políticos, nomeadamente aos autarcas.

Eles têm sob sua alçada uma parte importantíssima do património nacional e a compatibilização de expectativas, que é o cerne da decisão política, não pode ignorar que, do lado do património estão o longo prazo e considerações de tipo não material.

A segunda nota diz respeito à integração das zonas históricas no processo de crescimento urbano, um fenómeno planetário. Também aqui os gestores políticos se deparam com oportunidades e desafios complexos e exigentes. Não creio que por isso as suas funções sejam menos disputadas. Acredito porém que uma opinião pública mais informada, e portanto crítica, produza a selecção de capacidades e vocações mais adequadas. Entendo ainda que aos gestores políticos das cidades cabe também suscitar na comunidade um sentimento de orgulho pelas suas raízes e o envolvimento cívico na preservação do legado histórico-cultural recebido.

A valorização do património não pode ser vista como uma actividade de excepção. A herança histórico-cultural é pertença das

pessoas, dá corpo aos seus laços com os sítios, dá sentido às suas memórias, identifica-as enquanto membros de uma comunidade. Cuidar da herança das paisagens e das pedras, é cuidar das pessoas e das suas ligações aos sítios, sabendo como é penoso, começar tudo de novo, criar novas raízes.

A última referência é para a questão do reconhecimento do lugar do moderno, na construção do futuro. Uma política cultural consistente não pode deixar de se preocupar com a criação de novos patrimónios. Temos que estar preparados para aceitar o diferente e o novo e oferecer espaço às diversas formas de diálogo — mesmo o diálogo menos fluido — entre o moderno e o antigo.

Nas cidades, corpos vivos em crescimento e mutação constante, sei que esta é uma arte complexa e difícil. Mas sei também que esse é dos desafios e oportunidades mais estimulantes que nos cumpre enfrentar.

O futuro, que nos compete ajudar a nascer, vive tanto das criações do passado como das inovações que cada geração ouse propor e realizar.

Esta esperança ressoa certamente aqui, por entre estas pedras antiquíssimas de Évora.

Acto Solene de Inauguração da Feira do Livro de Frankfurt

Alemanha
14 de Outubro de 1997

Nesta cidade que é a pátria de Goethe, todos os anos se marca encontro por causa e em nome do livro. Ao virmos ao encontro dos livros, é, afinal, ao encontro de nós próprios que vamos, pois o livro identifica-nos como condição, como história, como civilização.

O destino do livro não se dissocia do destino humano. Tudo o que ao livro respeita, respeita ao mais profundo do homem como ser capaz de dar sentido ao Mundo e de criar mundos rivais do Mundo. Como disse Eça de Queiroz, «só um livro é capaz de fazer a eternidade de um povo».

Temos a consciência de que tudo mudou nos últimos anos e de que a sociedade de informação em que vivemos tem outros paradigmas, outros conceitos, outros saberes, outros ritmos. Temos também a consciência de que o livro, que tem estado no centro da nossa cultura e é o seu símbolo mais duradouro, está a sofrer uma profunda transformação do seu estatuto. Sabemos que estamos no limiar de novos tempos, de novos espaços e ciberespaços da aventura humana. Mas também sabemos que, dos papiros aos CD-Roms, o livro tem sido o lugar da nossa indagação fundamental e foi nele que sempre se deu a aliança ou o confronto entre os homens e o tempo em que vivem. A obra de Fernando Pessoa é disso, no nosso século, um grandioso testemunho.

Estamos aqui para inaugurar oficialmente a Feira do Livro de Frankfurt, o maior acontecimento mundial da indústria edito-

rial, uma espécie de olimpíadas do livro. Portugal é o país-tema deste ano de 1997. Honra-nos muito a escolha e gostaríamos que aceitassem a nossa gratidão, não como uma fórmula de cortesia, mas como um sentimento que retribui o interesse, a atenção e a amizade que nos dedicam.
Ich begrüsse unsere Gastgeber, den Herrn Bundespräsident Dr. Roman Herzog, dem ich unsere Bewunderung und Hochatung aussprechen möchte die Oberbürgermeisterin von Frankfurt, Frau Petra Roth und den Vorsteher des Börsenvereins des Deutschen Buchhandels, Dr. Gerhard Kurtze.
Heute und hier erneuert Portugal nochamals seine alten, fruchtbaren Beziehungen zu Deutschland.
Como é sabido, já se assinalam presenças de cruzados alemães na conquista de Lisboa, em 1147. Em todos os planos — político, religioso, cultural, económico, científico, universitário, militar — houve intercâmbio entre os nossos países.
Para se ter a ideia da relevância deste intercâmbio, basta citar, de entre tantos alemães ilustres que viveram em Portugal, os nomes de Johan Friedrich Ludwig (ou Ludovice), Conde de Lippe, Fernando de Saxe-Coburgo, Carolina Michaelis, Josef Maria Piel, Georg Rudolf Lind, Curt Mayer Clasen.
Se tivéssemos, porém que eleger um símbolo material dessas relações, talvez pudéssemos escolher o belo retrato do humanista português Damião de Góis, feito pelo pintor Albrecht Durer, que sela o encontro de dois grandes europeus.
Saúdo o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, cuja presença tem tanto significado, pois reafirma que a cultura é o fundamento primeiro do projecto europeu.
Saúdo, em nome de Portugal, todos os convidados presentes nesta sessão inaugural. Para o ano, esperamos por todos vós, em Lisboa, para a Expo-98.

Portugal é um país antigo, com uma história e uma cultura abertas ao Mundo, com uma língua que é falada por povos de vários países e continentes, no número de 200 milhões de seres humanos. É uma Nação — talvez a única — que fez de um poeta, Camões, o seu símbolo e do dia em que ele se celebra o seu Dia Nacional. Tendo-se reencontrado com a liberdade com a Revolução dos Cravos, é hoje membro da União Europeia e também da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. É um país moderno que luta pelas grandes causas do nosso tempo — a democracia e os direitos humanos, o respeito pelas culturas e pela diversidade, a defesa do património e da memória histórica, a solidariedade, a paz.

Portugal, que com o 25 de Abril, se abriu e transformou radicalmente, tem hoje uma cultura que quer estar nos caminhos do Mundo, participando nesta exaltante aventura de todos os seres humanos que é a imaginação do futuro.

A literatura portuguesa é um meio único e insubstituível de nos conhecermos e dos outros nos conhecerem. Herdeira de uma riquíssima tradição de muitos séculos, essa literatura, que nos dá uma identidade tão marcante, tem-se aberto a novas dimensões e a novas direcções, tem-se renovado e afirmado, gozando de um prestígio e suscitando um interesse que são, para nós, motivos de orgulho e de estímulo. Muitos dos que têm contribuído para isso estão presentes nesta Feira.

Mas não só a literatura se tem renovado e afirmado. Também a pintura, a escultura, o cinema, a fotografia, o teatro, a música, o bailado, a arquitectura vivem um período forte, como decerto se poderá reconhecer pelo que aqui está a ser mostrado.

Portugal está na Europa porque acredita no projecto de civilização, cultura e cidadania, que se consubstancia numa União Europeia alargada e aberta, espaço de criação cultural e científi-

ca, de inovação e transformação. Estamos na Europa para lhe darmos o nosso contributo original de país moderno e de povo que levou a Europa ao Mundo e o Mundo à Europa. A universalidade, não o esqueçamos, é e será sempre uma condição insubstituível da pujança cultural da Europa.
Ao longo de séculos Portugal esteve nos caminhos do Mundo. Abriu rotas e alargou horizontes, descobriu «novos mares, novas terras, novos céus, novas estrelas», como disse Pedro Nunes. E novos povos, novas culturas, novos costumes. A cultura portuguesa é portadora das marcas desse encontro de civilizações. Portugal fez sempre do passaporte o seu bilhete de identidade. Eduardo Lourenço, que a seguir nos falará, tem dedicado a sua reflexão à identidade portuguesa e à identidade europeia, pensadas como interpelações activas.
No tempo da planetarização, da comunicação, da globalização, esta experiência dos caminhos do Mundo não é apenas um motivo de orgulho mas de responsabilidade.
Hoje, aqui, neste país, nesta cidade, nesta feira, Portugal está num centro onde se cruzam caminhos, livros e pessoas vindos de todo o lado. É também o impulso da descoberta, em que nos reconhecemos, que as traz cá.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Nesta ocasião em que celebramos o livro e os livros, sentimos presentes, especialmente, todos aqueles que os escrevem e os editam.
Lembramos que há ainda escritores sujeitos, por escreverem, à censura, à prisão, ao exílio, à tortura, à morte, à penúria. E mesmo assim têm a coragem de continuar a escrever.
Sabemos que há editores e livreiros que são ameaçados e vêem os seus livros apreendidos, destruídos, confiscados. E mesmo assim têm a coragem de continuar a editar.

Esses exemplos fazem-nos pensar que o livro é também a medida da nossa liberdade.
Lembramos ainda que temos o dever de defender os direitos da propriedade intelectual, que encontraram num grande alemão, Kant, o seu primeiro arauto.
Sabemos também que há gente sem livros, porque os quer e não os pode ter, e, pior ainda, outros que os não têm nem têm a necessidade de os ter.
Lutar pela solidariedade, pela liberdade, pela tolerância e pela paz, contra o subdesenvolvimento, a ignorância, o fanatismo, a violência, é ainda defender o livro.
O próximo século terá de ser o século do encontro, da comunicação — não apenas técnica, mas humana —, do diálogo universal. O livro é sempre um lugar de encontro, de comunicação, de diálogo. O livro é, por isso, o símbolo da nossa esperança renovada num tempo mais justo, mais humano e mais universal, em que a poesia não precise de ser, como diz o poeta Herberto Helder, «uma clandestinidade na ditadura do Mundo».

Sessão Solene de Inauguração da Fundação Eça de Queiroz — Casa de Tormes
Baião
25 de Novembro de 1997

Há exactamente um ano, estivemos em Paris para homenagear Eça de Queiroz em dois actos de grande significado que encerraram as comemorações dos 150 anos do seu nascimento.

Com a presença das autoridades francesas, inscrevemos uma marca em sua memória na casa da Rua Charles Lafitte, em Neully, onde o escritor viveu, escreveu, recebeu amigos e figuras da cultura e da qual guardou uma recordação muito agradável.

Assinalando o lançamento da nova edição francesa de *Os Maias,* evocou-se Eça na sede da Unesco, lembrando a sua visão aberta ao futuro, a preocupação com as questões do seu tempo, a denúncia da injustiça e da opressão, o seu espírito cosmopolita.

Reunimo-nos hoje, de novo, alguns dos que estivemos em Paris e muitos outros, estudiosos e admiradores do grande romancista, para inaugurar oficialmente a Fundação Eça de Queiroz. Fazêmo-lo nesta casa e nesta terra tão belas, a que ele esteve ligado pela vida e pela obra. Tal ligação constituiu-se mesmo como um símbolo do seu amor à terra portuguesa.

Esta é uma inauguração invulgarmente feliz. De facto, ao contrário do que tantas vezes é costume, a Fundação já tem obra feita e provas dadas. O prestígio e o número de professores e especialistas envolvidos na sua acção garantem, desde logo, a sua elevada qualidade científica e cultural.

Projectos como este precisam, para se concretizarem e crescerem, de energia quotidiana, determinação inquebrantável, trabalho, devoção e entrega entusiástica.
Estes atributos tem-nos a ilustre Presidente Vitalícia do Conselho de Administração, Senhora D. Maria da Graça Almeida Salema de Castro, que é a responsável pela existência da Fundação e a sua incansável dinamizadora. O seu exemplo de dedicação merece ser apontado e enaltecido. Com ele, dá, aliás, seguimento à vontade de seu marido e de sua sogra a filha do escritor.
A minha presença aqui, para além da homenagem renovada a Eça, representa também a expressão de reconhecimento à Senhora D. Maria da Graça e a todos — pessoas e instituições — que com ela têm colaborado para levar esta obra por diante. Quero que constitua ainda um testemunho empenhado de apoio e estímulo.
O que já foi feito e o muito que se quer fazer, os princípios orientadores e os objectivos a alcançar demonstram bem que a Fundação foi pensada em termos modernos e inovadores, como um projecto dinâmico, aberto, ligado às pessoas e à terra, interdisciplinar e interactivo que a si próprio se renova e acerta de acordo com as necessidades e as exigências. Os seus responsáveis estão conscientes de que a melhor maneira de defender e valorizar o extraordinário património queirosiano é pôr em evidência a sua extraordinária riqueza e actualidade.
Divulgar, estudar, editar, dar a conhecer a obra de Eça de Queiroz é falar para — é, às vezes, do — nosso tempo. Disso é sinal o interesse renovado das sucessivas gerações de jovens que descobrem os romances de Eça com um fascínio ímpar.
Neste dia e nesta casa, lembremos o genial escritor que deu à língua portuguesa uma nova vitalidade, o romancista que criou

tipos e personagens inesquecíveis, o cidadão do Mundo preocupado com a sorte da humanidade e com o seu progresso material e moral.

Tenhamos presente o seu amor a Portugal, mesmo ou sobretudo quando denunciava, pela ironia, os vícios, os erros, os atrasos, as inércias, fazendo-o com sentido crítico lucidíssimo e impulso reformador. A obra de Eça de Queiroz representa, a essa luz, a expressão de uma grande ambição para Portugal.

A Fundação Eça de Queiroz é um exemplo de iniciativa da sociedade civil e de descentralização cultural. Estou certo de que contribuirá, com a sua acção, para que, como queria Eça, Portugal seja, com o esforço de todos, um país de maior modernidade e cultura.

Cerimónia Comemorativa do 1.º de Dezembro
Palácio da Independência
Lisboa
1 de Dezembro de 1997

Quando o liberalismo se lançou na empresa de construção política do Estado territorial, os dias nacionais, a par de outros símbolos, funcionaram como grandes unificadores da nação. Sobrepondo-se à diversidade cultural das comunidades locais e à frágil integração geográfica e económica, as referências nacionais tiveram um papel agregador insubstituível. A comemoração de grandes acontecimentos históricos, a evocação de grandes figuras, a bandeira, o hino deram corpo ao desejo e à necessidade de composição de uma identidade nacional.

Assim, os símbolos nacionais valem, não pelo personagem ou acontecimento histórico a que se reportam, mas pela referência que constituem e pela estabilidade que como tal adquiriram.

O Dia da Independência, com que se pretendeu consagrar a garantia de integridade do território e a autonomia do Estado português, foi assimilado ao 1.º de Dezembro de 1640. Este dia assinala basicamente a viabilidade de Portugal. É neste sentido que o devemos historicamente encarar.

Será redutor e parcial limitar tal viabilidade a um contexto puramente peninsular. Do mesmo modo, também será redutor limitar essa viabilidade ao contexto de um confronto político e militar do século XVII.

A experiência histórica da viabilidade de Portugal como país soberano foi um processo — insisto neste ponto — que, como todos sabemos, se desenvolveu ao longo de vários séculos, con-

vocando condições internacionais multilaterais e articulando aspectos não apenas políticos e militares como de ordem económica e cultural.
A autonomia portuguesa não se decidiu apenas, nem sequer fundamentalmente, no século XVII, e os factores que a tornaram possível tiveram expressões diversas ao longo da nossa história. Poderíamos mesmo, com igual propriedade, ter escolhido outras datas para celebrar a independência de Portugal.
Não se trata de propor uma qualquer revisão deste tema — estejam descansados! — pois como é sabido, sou favorável à estabilidade das referências nacionais. Se abordo aqui esta questão, é sobretudo para vincar que o que celebramos hoje, em meu entender, não será tanto um acontecimento preciso, mas antes uma grande experiência que atravessa séculos e é obra de múltiplas gerações, e da qual resultou uma identidade feita de um sentimento de pertença e de partilha.
Os portugueses construíram uma identidade num espaço físico caracterizadamente aberto, tanto do lado marítimo como terrestre. Também o espaço social e político se caracterizou desde cedo pela abertura ao exterior, com a colaboração de diversas proveniências na colonização e na própria negociação autonómica.
Por isso nos orgulhamos justamente de contar na nossa história com diversas épocas marcadas por um intenso intercâmbio cultural e económico com outros povos.
Mais: encontrámos muitas vezes na linha da frente do diálogo civilizacional que permitiu ao mundo, como sucedeu na época das Descobertas, deslocar as fronteiras do conhecimento.
É certo que, ao arrepio desta tendência, também assistimos noutras épocas (recentemente até) a tentativas de encerrar Portugal e os portugueses em si próprios, num isolacionismo absurdo que

nos afastou da convivência com outros povos, e consequentemente dos novos horizontes do saber e da criação.
A democracia permitiu-nos reencontrar o caminho do diálogo e do entendimento, ou seja, o que privilegia a aprendizagem sem preconceitos, a curiosidade, o trabalho em conjunto, o caminho afinal que valoriza igualmente o nosso próprio contributo para a construção do universo humano na sua diversidade.
A democracia portuguesa ligou-nos de novo à Europa, entendida como um espaço identitário, marcado por valores fortes: a liberdade, a igualdade de oportunidades, a promoção económica e cultural das sociedades, a igualdade entre Estados.
Passa pela Europa — hoje — a experiência histórica secular da viabilidade portuguesa. Por isso esse é um conceito e uma prática que não podemos deixar de querer aprofundar — a Europa.
Acredito que o inevitável crescimento de um espaço público comum europeu se não fará à custa de uma desagregação das sociedades que o integram. A Europa depende tanto dos instrumentos de política comum, como da coesão nacional lograda em cada uma das comunidades territoriais que estabeleceram a União.
É nesse sentido que os elementos culturais identitários, baseados na tradição, na história e no património são decisivos. Certamente que poderão, numa ou noutra ocasião, constituir factores de resistência, mas a consciência de si, o orgulho das raízes, o sedimento histórico podem igualmente ser factores positivos no estabelecimento de uma confiança recíproca entre comunidades nacionais.
A solidez do diálogo entre comunidades, assente no respeito mútuo, depende do interesse e da atenção que cada uma saiba despertar nas outras, a partir exactamente das respectivas manifestações culturais, e do desejo de partilha desses valores que consiga inspirar.
Nesse diálogo Portugal jamais deixará de justificar a sua soberania e os portugueses de garantir a sua segurança enquanto cidadãos.

CAPÍTULO VII

ECONOMIA, DESENVOLVIMENTO E SOLIDARIEDADE

«A crise do sistema de representações de interesses e o modelo de relações profissionais existentes contam-se entre as causas relevantes das dificuldades persistentes que o nosso país tem enfrentado em concretizar reformas. Reformas de que depende, quer a melhoria da eficiência económica, quer a limitação das desigualdades induzidas pelo mercado.»

Sessão de Encerramento do II Congresso Nacional das Regiões de Turismo

Viana do Castelo
15 de Março de 1997

Permitam-me em primeiro lugar que manifeste a minha satisfação por presidir ao encerramento deste II Congresso Nacional das Regiões de Turismo que, segundo depreendo das conclusões que acabámos de ouvir, constitui uma importante contribuição para o debate das condicionantes e tendências da actividade turística.

O sector do turismo assume hoje, efectivamente, uma importância crucial para o nosso país. Reúnem-se características que o tornam especialmente apto a desempenhar no futuro um papel ainda mais relevante no nosso processo de crescimento, pese embora toda a importância que até agora tem adquirido.

É, naturalmente, uma actividade para a qual todo o nosso território possui condições naturais excepcionais.

Mas o que torna o turismo uma actividade quase singular nos dias de hoje é o facto de, ao contrário da maior parte dos restantes sectores produtivos — seja na agricultura, indústria ou serviços —, a modernização não implicar redução de postos de trabalho. Bem pelo contrário, turismo mais moderno pode significar mais postos de trabalho, embora, necessariamente, implique também mais qualificação de quem trabalha no sector.

Não são muitos infelizmente os sectores para os quais se pode perspectivar, sem excesso de optimismo um crescimento simultâneo do número de postos de trabalho e da qualificação destes.

Uma segunda característica de grande importância decorre do facto de a localização ser um factor determinante da actividade turística.
Também aqui, e ao contrário de muitos outros sectores, o produto turístico tem características diferentes de acordo com o local onde é produzido.
Por isso, o turismo é um sector onde os aspectos locais e regionais estão necessariamente no centro da respectiva actividade produtiva.
Não é, pois, de estranhar que quando se estuda e debate esta actividade, as questões regionais surgem em primeiro plano, como aliás o próprio tema deste Congresso muito claramente exprime.
O turismo, pela sua própria natureza, pode ter em muitos casos um papel determinante no desenvolvimento regional e constituir-se numa alternativa de progresso para as regiões ou áreas que não tenham possibilidade de desenvolver outro tipo de actividades produtivas.
A diversidade regional do nosso país que de forma alguma põe em causa a forte coesão nacional de que, felizmente beneficiamos, permite a oferta de produtos turísticos também eles diversificados que evitam a monotonia desencentivadora do regresso dos que nos visitam ou mesmo da deslocação dos que cá vivem.
A consideração do nível regional é, assim, um imperativo quando abordamos a actividade turística e sê-lo-á cada vez mais à medida que o produto turístico se torna mais sofisticado, incluindo uma maior componente cultural e de património artístico e histórico.
Não gostaria também de deixar de abordar um terceiro aspecto que considero da maior importância.
Todos sabemos como, no passado, não tem sido fácil compatibilizar a actividade turística com as exigências ambientais.

E não faltam, infelizmente, exemplos de verdadeiros atentados ao ambiente, em nome de um desenvolvimento mal compreendido do turismo.

Hoje, no entanto, torna-se cada vez mais nítido que a preservação ambiental não só não é inimiga do turismo como, pelo contrário, é condição do seu desenvolvimento sustentado.

Também aqui uma abordagem regional poderá em muitos casos facilitar a necessária compatibilização.

Resta-me felicitar a Associação Nacional das Regiões de Turismo pela realização deste significativo Congresso e desejar que desta reflexão surjam ideias de acção que contribuam para o desenvolvimento e qualidade deste sector de tão largo futuro.

Encerramento da **OVIBEJA**

Beja
23 de Março de 1997

Faço esta intervenção no quadro de duas situações recentes de manifesta importância e acuidade para a Região Centro-Sul do nosso país e, em particular, para o Alentejo.

Por um lado, foi com grande júbilo pessoal e institucional e profunda alegria que recebi a notícia do provável desbloqueamento da questão mais importante que, a curto prazo, poderia dificultar a comparticipação da União Europeia para a barragem do Alqueva, tratava-se da quantidade e qualidade de água. Há que continuar concertadamente a trabalhar para que definitivamente essa comparticipação se consolide.

Estou seguro que todos se empenharão a fundo no estabelecimento rápido do «plano ambiental» e do «plano de desenvolvimento para o Alentejo», a fim de se concretizarem estas primeiras ajudas.

Por outro lado, a apresentação em Lisboa do Relatório de Coesão Económica e Social vem acentuar que o Alentejo piora na sua situação de pobreza relativa em relação seja à Europa, seja à Península Ibérica, seja a Portugal — com uma capitação do rendimento que não chega a metade da de Lisboa e com elevada taxa de desemprego — a maior do País.

Mas é nesta zona que uma associação regional de agricultores — a dos Criadores de Ovinos do Sul — consegue erguer aquela que é a maior iniciativa como feira de serviços comerciais no Sudoeste da Península.

Sinal que o subdesenvolvimento não é uma fatalidade e que dele se pode recuperar.
Nos últimos anos (1993 a 1996) tem havido alguma recuperação da situação económica do sector agrícola nacional, a nível global. Os índices de produtividade da terra, do trabalho e das explorações agrícolas têm subido.
A estrutura da propriedade, a dimensão das explorações e a população agrícola têm caminhado no sentido dos índices europeus.
O enorme esforço de modernização e ajustamento estrutural desenvolvido pelos agricultores, por vezes tão mal avaliado, é um facto.
Os empresários e trabalhadores agrícolas responderam pela positiva aos que continuam com uma desconfiança generalizada sobre a vossa capacidade profissional e empresarial, isto no meio das enormes dificuldades que afligem a agricultura e o mundo rural português, em cuja presença futura que é essencial, todos temos de acreditar.
Mas a situação é frágil. Aí está a demonstrá-la esta seca persistente desde há dois meses na principal área de cereais e pecuária extensiva do nosso país.
É já lugar comum referir que a agricultura portuguesa atravessa graves dificuldades no quadro da integração na PAC e na globalização. Durante a discussão da entrada do nosso país na então Comunidade Económica Europeia argumentou-se muito com as vantagens específicas da agricultura portuguesa. E apontavam-se subsectores, como o dos frutos e hortaliças que tirariam partido das condições climáticas priveligiadas do chamado Sul. Mas a breve trecho se percebia que mais importante que a especificidade seria a competitividade, onde muito mais pesam outros factores: gestão financeira, trans-

portes, qualidade, conhecimento e oportunidade de mercados, e por aí fora.
Não deixa também de ser verdade que a integração na Europa agrícola, tal como está a ser feita, cria dificuldades acrescidas às empresas portuguesas que de facto se reduzem a pequenas PME.
A Política Agrícola Comum foi naturalmente ditada pelos interesses dos grandes países agrícolas e pelas principais produções arvenses, as mais ameaçadas pela globalização.
Portugal sofreu-lhes as consequências e as compensações de rendimento são para estas produções que mais viram baixar os preços e não outras até nova negociação.
Há que fazer, no virar do século, a mudança desta PAC para a Política Comum da Agricultura e de Desenvolvimento Rural. O que significa uma voz forte e unida na retaguarda das discussões de Bruxelas.
Assim em toda esta área de actividade há grande necessidade de coesão, unidade e participação, para que também neste caso os agricultores sintam que a democracia serve para resolver os seus problemas e não para protagonismos institucionais vãos.
A agricultura portuguesa não suportará estes gérmenes de divisão, enfraquecida como está, seja ao nível dos rendimentos dos seus activos (os mais baixos entre os profissionais deste país), seja pelo seu muito pequeno contributo para o PAB europeu.
Nas vertentes nacionais da futura reforma da PAC, estarão o lugar para o regadio do Alqueva bem como a ajuda co-financiada aos cereais, de termo previsto para acerto no início do próximo século e negociado a partir da especificidade portuguesa. Como já antes afirmei «sem ajudas, o Alentejo, o actual ou o do Alqueva, serão desertos futuros».
Ora programas de grande empenhamento e esforço nacionais, como o Alqueva, não podem deixar de ter um quadro de reali-

zação que permita que sejam um êxito e deles se retirem as mais valias económicas e sociais (empresas, emprego, amortizações e rendas, regime jurídico e contratual da terra, etc.) de que o País e a região tanto necessitam.

Jornada da Interioridade
Abertura do Colóquio «Perspectivas de Desenvolvimento do Interior»
Idanha-a-Nova
13 de Junho de 1997

Não surpreenderei, por certo, a grande maioria dos presentes se disser que, na base da iniciativa que durante os últimos dias me levou a multiplicar contactos no Interior do País, está uma preocupação séria com as questões da equidade territorial, da concretização do princípio da igualdade de oportunidades e, portanto, também, da própria coesão nacional.

Preocupação séria e antiga, já que, quer na qualidade de cidadão desde há muito atento aos problemas sociais do País, quer como responsável autárquico, quer como dirigente político nacional, sempre fiz questão de observar de perto e de reflectir o mais informadamente possível sobre as consequências de um processo de desenvolvimento marcado por desigualdades regionais acentuadas, por bloqueamentos nas estruturas produtivas que afectam extensas parcelas do todo nacional e por injustos dualismos sociais deles decorrentes.

Compreendam que, enquanto Presidente da República, tenha querido voltar a interrogar-me, com os cidadãos do meu País, sobre os problemas do desenvolvimento e sobre as perspectivas que, nesse âmbito, se encontram ao alcance das regiões do Interior.

O Colóquio que tenho o gosto de agora iniciar é uma oportunidade, para mim altamente gratificante, de aprofundar pontos de vista nesta matéria. Por isso, e desde já, agradeço a todos os que quiseram estar presentes, e em particular aos oradores prin-

cipais, a sua disponibilidade para participar activamente nestas Jornadas sobre a Interioridade.
A emigração de muitas centenas de milhares de portugueses foi, na década de 60 e início da de 70, o afloramento mais doloroso das assimetrias e injustiças sociais motivadas pelo atraso económico e pelo isolamento de Portugal.
Embora convenha estarmos atentos às novas modalidades de emigração envolvendo compatriotas nossos, sabe-se que o fenómeno deixou de ter o dramatismo de outrora. Tal não justifica que apaguemos da memória as marcas do que foi esse esforço colectivo de reacção à adversidade e às injustiças sociais. Aos nossos emigrantes devemos uma dupla homenagem: homenagem pelos sacrifícios que fizeram para garantir a dignidade, quando não a própria sobrevivência, das suas famílias; homenagem ainda pelo contributo que, longe das suas terras ou a elas regressados, nunca deixaram de dar à revitalização das comunidades de origem e ao progresso económico de Portugal.
O despovoamento e envelhecimento das populações de muitas zonas do interior, bem como a escassez de postos de trabalho ao alcance dos mais jovens são, entretanto, indícios preocupantes dos desequilíbrios de desenvolvimento que permanecem.
Contra eles têm-se erguido a energia e o sentido de responsabilidades de muitos autarcas, ora no diagnóstico realista dos problemas, ora na reivindicação, junto do poder central, de medidas correctoras adequadas, ora no estabelecimento de soluções de tipo associativo que começam a transcender os limites territoriais dos Municípios e a demonstrar na prática novas virtualidades da descentralização administrativa. A diversidade e qualidade dos equipamentos e serviços postos à disposição das populações são, em muitos casos, o emblema mais notável da obra realizada no Portugal Democrático pelo Poder Local.

Creio encontrar, por outro lado, em políticas económicas e sociais recentes, maior abertura do Governo, quer no sentido de alargar o âmbito de medidas de criação de empregos especialmente dirigidas aos mais jovens, quer no de melhorar a protecção às famílias e aos idosos pobres. O incentivo à criação de microempresas parece-me ser outro indício de mudanças positivas em curso.

Se se continuar a avançar nesta direcção, e se se aperfeiçoar em permanência a articulação entre políticas comunitárias, políticas sectoriais e políticas de âmbito regional e local, sem deixar de apostar ainda na descentralização de decisões e na participação dos agentes económicos locais, estaremos em condições, julgo eu, de dar passos seguros no combate contra algumas assimetrias de desenvolvimento francamente injustas.

Neste combate têm estado presentes também muitas associações de desenvolvimento que, sob formas organizacionais inovadoras, privilegiam filosofias de actuação em que o incentivo ao auto-reconhecimento dos problemas, à cooperação e ao aproveitamento de sinergias entre entidades com forte enraizamento local constitui pedra de toque. Convém não desperdiçar as potencialidades deste movimento semi-institucionalizado, mas por vezes muito activo, de animação sócio-cultural em prol do desenvolvimento, até porque, de modo geral, tem revelado grande sensibilidade à valorização dos recursos endógenos e à necessidade de contrariar os efeitos da desertificação humana e ecológica.

Um dos grandes objectivos da Jornada sobre a Interioridade que decidi promover consiste, aliás, precisamente, em tentar demonstrar que as dificuldades de desenvolvimento destas regiões não são uma fatalidade intransponível.

E, a meu ver, não o são, por duas ordens de razões fundamentais:

— porque existem nas regiões competências, vontades, recursos e projectos capazes de viabilizar de forma sustentável processos de desenvolvimento; e porque, por outro lado,
— é possível prosseguir e aperfeiçoar políticas de âmbito nacional inspiradas por desígnios de solidariedade com as regiões mais desfavorecidas.

Pois bem: ao procurar aproximar-me, no terreno, das dificuldades concretas dos cidadãos (mas também da sua vontade de participação na resolução dos problemas), ao procurar dar visibilidade aos esforços conjuntos da Administração Pública Central, Local e Regional na definição de projectos de desenvolvimento exemplares, ao revelar as potencialidades da iniciativa empresarial na criação de condições para a fixação das populações — em todas estas circunstâncias a minha intenção tem sido ainda a de dar ao País um sinal inequívoco de que o reforço da identidade e da coesão nacionais é, num quadro de integração da Europa, uma condição necessária do próprio desenvolvimento.
Nem sempre se dá o devido relevo a esta exigência de harmonização e integração no plano nacional dos anseios e condições de vida das populações de todas as regiões do País.
A verdade é que, quando somos confrontados com indicadores que nos revelam crescentes atrasos de regiões inteiras, não apenas em relação aos padrões comunitários, mas mesmo em relação aos níveis médios nacionais, temos de aceitar que aí se possam gerar alguns sentimentos de desmobilização colectiva face aos desafios de modernização e desenvolvimento que o País tem pela frente. Ora, sem uma identificação forte com grandes desíg-

nios nacionais não chegará a haver partilha autêntica de esforços nem corresponsabilização séria na concretização dos projectos que os consubstanciam. E pode abrir-se a porta a regionalismos tão agressivos quão estéreis.

Temos a obrigação estrita de os evitar, não propriamente em nome de um nacionalismo ultrapassado que teime em ver nas fronteiras do País o términus de todas as virtudes, mas em nome da solidariedade entre cidadãos e regiões identificados com uma longa história feita em comum e com uma herança cultural aberta ao Mundo, mas singular.

Acredito que o aprofundamento de algumas mudanças de orientação em matéria de desenvolvimento regional, a que já me referi, contribua para reforçar os laços de natureza cultural, económica e afectiva que ligam as várias parcelas do todo nacional.

Há que contar, por outro lado, no plano das políticas europeias, com estratégias de integração que não subordinem, para além do razoável, o princípio democrático da igualdade de oportunidades às exigências da modernização e da competitividade.

Não é aceitável que o agravamento de assimetrias regionais seja um dos preços a pagar, em espaços nacionais globalmente frágeis como o nosso, pelo rigoroso cumprimento dos critérios de Maastricht.

Como muito bem sabem, começa a estar definitivamente ultrapassado o tempo em que dominavam concepções de desenvolvimento (e, em particular, de desenvolvimento regional) estritamente limitadas à componente do crescimento económico.

Felizmente, aceita-se, hoje, com alguma facilidade, que o desenvolvimento não é mera questão aritmética ou contabilística e que, entre os recursos disponíveis para o promover, se incluem elementos tão diversos como o património artístico e arquitectó-

nico herdado, as técnicas produtivas tradicionais (eventualmente recriadas pelas novas tecnologias), a autenticidade da paisagem agro-rural, a qualidade ambiental e das riquezas naturais, a originalidade das culturas locais, as solidariedades comunitárias remanescentes, a qualidade de vida de centros urbanos de pequena e média dimensão — e tantos outros aspectos outrora subvalorizados pelos técnicos desta área.

A par de uma tal mutação na forma de entender o conteúdo do desenvolvimento, mudanças importantes foram também operadas, como se sabe, em termos das próprias metodologias de intervenção utilizadas.

Assim, de políticas de desenvolvimento concebidas e executadas por instâncias de decisão centrais, centralizadas e centralizadoras, foi-se caminhando para formas de actuação sintonizadas com as aspirações das populações (elas próprias previamente auscultadas) e que, além disso, apelam ao envolvimento e participação criativa de uma multiplicidade de actores locais.

Tenho procurado, ao longo destes dias de contacto próximo com as realidades sócio-económicas do Interior, chamar a atenção dos portugueses para algumas dificuldades, mas também para efectivas oportunidades de desenvolvimento que estão ao nosso alcance, sobretudo se levarmos a sério esta visão não economicista nem tecnocrática do problema.

Não estou a falar de qualquer utopia sem materialização à vista. Estou a falar de realizações efectivas, de esforços e resultados concretos da acção conjunta de governantes, autarcas, empresários, associações empresariais, instituições de ensino e formação, agências de desenvolvimento, instituições de solidariedade social, professores, artistas, técnicos e intelectuais e muitos outros cidadãos anónimos que militam em prol do bem-estar das populações.

Escusado será dizer que, como Presidente da República, encaro com orgulho todos os exemplos de mobilização bem sucedida de energias e competências dos actores locais do desenvolvimento e, por isso, não deixarei de lhes dar o maior apoio possível ao longo do mandato para que fui eleito.

Não sinto igualmente a obrigação de me interrogar — e esta é uma ocasião para o fazer em excelente companhia — sobre algumas questões de âmbito mais geral, que presumo terem influência decisiva na definição das oportunidades e margens de manobra que lhes são propiciadas.

A primeira questão diz respeito à situação e perspectivas da agricultura portuguesa.

A importância económica e social do sector agrícola não pode ser ignorada. De facto, quer o encaremos na perspectiva da sua função estratégica de produção de alimentos, quer na da preservação do ambiente, do espaço físico e dos recursos naturais, é óbvio que temos de lhe atribuir um lugar cimeiro entre as prioridades das políticas de desenvolvimento. Se tivermos em conta, por outro lado, as enormes capacidades da agricultura e dos sistemas sociais adjacentes para acolherem e integrarem populações em situação crítica (lembro o caso do retorno de portugueses residentes nas ex-colónias e, mais recentemente, a absorção de desemprego gerado nos sectores em crise), forçoso é concluir que ao mundo agro-rural cabe um papel de grande relevância em sociedades tão marcadas como as nossas por fenómenos de instabilidade e precarização.

A década de integração económica que agora termina deixa o sector agrícola português, não obstante melhorias parcelares conhecidas, numa situação globalmente mais vulnerável. É um facto que nos obriga a repensar seriamente aos orientações da Política Agrícola Comum e a preparar com cautela extrema a participa-

ção portuguesa em futuras negociações. Estou certo de que os nossos agricultores não deixarão de se mobilizar, através das suas Associações, para esta importante tarefa. Alguns resultados positivos alcançados pela agricultura portuguesa em certos domínios dão a entender que essa mobilização é indispensável e dará frutos.

Outro tipo de reflexão que, ao abordar os problemas da interioridade, me parece incontornável reporta-se ao papel do sistema urbano nas políticas de desenvolvimento regional.

Sabe-se que as tendências de urbanização em Portugal não têm contribuído, como seria desejável, para o reforço da equidade territorial e da coesão nacional.

Limito-me a assinalar, a tal respeito, a excessiva litoralização do sistema urbano nacional (ela própria polarizada em torno de duas áreas metropolitanas), a escassez de centros intermédios entre, de um lado, as duas grandes aglomerações e, do outro, os centros com dimensão próxima dos cem mil habitantes e ainda uma articulação deficiente entre rede urbana e sistema de acessibilidades.

Relativamente aos centros de média dimensão, sublinham os especialistas que tem aumentado o respectivo efeito polarizador, admitindo, porém, ainda, quanto aos que se situam no interior do País, que o seu crescimento tende a operar-se com despovoamento e desvitalização dos espaços rurais circundantes.

Está colocado aqui um desafio aos responsáveis pelas políticas de cidades, ordenamento do território e desenvolvimento regional, mas suspeito que se trate de um daqueles domínios em que não há soluções predeterminadas nem, muito menos, boas soluções concebidas ao arrepio de uma efectiva concertação entre instâncias de decisão de base local, regional e nacional.

Impondo-se, sem dúvida, partir de uma orientação estratégica de referência para o conjunto do território nacional (em que, aliás,

não poderão perder-se de vista os condicionalismos da integração em espaços mais vastos), não vejo que se possa avançar neste terreno sem uma auscultação e participação autênticas das instituições locais, públicas e privadas e sem uma coordenação eficaz de políticas sectoriais.

Não me parece utópico admitir que deste esforço de articulação entre uma perspectiva global para os problemas do espaço e os interesses, aspirações e projectos de nível local e regional possam resultar — como já tem sido proposto — autênticos pactos territoriais para o desenvolvimento regional sustentado. É de esperar que, construídos estes mais numa perspectiva de cooperação e de complementação de meios do que numa óptica de pura competitividade entre regiões, deles venham a resultar, a breve prazo, espaços urbanos equilibrados, revitalizados e atractivos, quer em termos de qualidade de vida, quer mesmo em termos estritamente económicos. As próprias políticas de Conservação da Natureza ganhariam, a esta luz, alcance adicional.

Acentuar a importância de factores não estritamente económicos (ou seja, culturais, simbólicos, ambientais, institucionais) nas estratégias de desenvolvimento não pode fazer-nos esquecer que este não emerge nem se consolida sem empresas e sem empresários. Os próprios pactos territoriais a que ainda agora me referi esvaziar-se-ão de conteúdo útil se não envolverem estes últimos como parceiros interessados e actuantes.

As pequenas empresas, concentrando grande parte dos postos de trabalho da indústria e comércio das zonas rurais constituem um segmento especialmente influente nas dinâmicas de desenvolvimento local. Mas sabe-se que, sobretudo em fase de arranque, são muito grandes as dificuldades que elas têm de enfrentar nos planos técnico, financeiro e comercial — o que conduz a elevados riscos de insucesso.

A organização de estruturas locais e regionais de formação, assistência técnica e de assessoria às empresas, sobretudo neste momento inicial do seu ciclo de vida, reveste-se, assim, de importância crucial. Penso que ao associativismo empresarial cabe dar uma parte da resposta para o problema. Mas também julgo ser indispensável implicar nessas tarefas os órgãos da administração pública (autarquias, escolas, centros de emprego…), ainda que, para tanto, se exija criatividade e algum sentido inovador no desenho das fórmulas organizativas mais adequadas.

A expansão da escolarização — que, hoje, é já um facto indesmentível no mundo rural — pode contribuir para dar um impulso importante à criação e dinamização de pequenas empresas nestas regiões. É que, se, por um lado, este aumento do nível de instrução das populações tende a incrementar a procura de bens e serviços cuja produção se ajusta bem às especificidades daquele tipo de empresas, ele não pode deixar de influenciar também, positivamente, a formação dos trabalhadores e dirigentes e, portanto, indirectamente, os patamares de produtividade e qualidade alcançáveis. Espero que daí decorram igualmente progressos efectivos nas condições de trabalho e garantias de emprego dos trabalhadores.

Compreende-se que os efeitos da mundialização da economia e, em particular, da concorrência no mercado comum europeu coloquem as pequenas empresas das regiões interiores perante desafios para que não é fácil encontrar respostas prontas e eficazes. Talvez eles não sejam, apesar de tudo, mais complexos ou mesmo inteiramente diferentes de outros que os países e regiões menos desenvolvidos sempre tiveram de enfrentar. Não vamos por isso ficar paralisados, rendendo-nos à fatalidade de umas tantas tendências dos processos económico-sociais contemporâneos.

Acabei de enunciar, sem qualquer preocupação de exaustividade, algumas questões de índole geral que me parece indispensável aprofundar a propósito das perspectivas de desenvolvimento do Interior.

Estou certo de que no debate que vai seguir-se outras dimensões serão abordadas, porventura mais relevantes do que as que eu próprio sugeri. Ficaremos todos a ganhar com esse alargamento de horizontes e com o confronto de pontos de vista que necessariamente dele decorrerá.

Devo confessar que, preparando-me para vos ouvir com atenção, faço questão de manter bem presentes no meu espírito as imagens dos homens e mulheres do Interior com que tenho contactado, não só durante os últimos dias, como em muitas outras viagens pelo País. São rostos que, aparentando resignação, trazem muitas vezes as marcas da solidão, de aspirações eternamente adiadas, de saudade pelos que saíram, de expectativas profissionais frustradas, de desejos de participação recalcados. Muitos rostos, muitos silêncios.

Rostos que exigem um desenvolvimento com rosto.

Jornada da Interioridade
Encerramento da Conferência
«PME e Artesanato»
Serpa
14 de Junho de 1997

Tenho vindo a efectuar nos últimos dias uma série de contactos no Interior do País, com a intenção de reafirmar a importância que atribuo à problemática das assimetrias de desenvolvimento e todo o meu inconformismo perante os bloqueamentos das estruturas produtivas que afectam extensas parcelas do território nacional e os dualismos sociais deles decorrentes.

As questões da equidade territorial, da concretização do princípio da igualdade de oportunidades e, portanto, também, da própria coesão nacional preocupam-me desde há muito.

Mas essa preocupação não pode deixar de ser renovada à luz dos actuais condicionalismos da integração da economia portuguesa no espaço europeu.

É que, muito embora não me pareça justo endossar para instâncias de decisão da União a responsabilidade de debilidades estruturais que, afinal, encontram as suas raízes fundamentais nas vicissitudes da história nacional, não posso deixar de me interrogar sobre as consequências de alguns dos rumos traçados pela Europa em direcção à Moeda Única.

Tenho vindo a insistir na necessidade imperiosa de o projecto europeu não dissociar as exigências da convergência nominal das da coesão social, sob pena de se poderem vir a instalar nas nossas sociedades profundas desigualdades e marginalizações injustas.

O agravamento de assimetrias de desenvolvimento entre regiões é, seguramente, uma das consequências possíveis de uma estratégia de integração que subordine, para além do razoável, o princípio democrático da igualdade de oportunidades às exigências da modernização e da competitividade.
Ora, se, enquanto europeus, quisermos ser fiéis a um modelo social que encontrou na conquista e defesa de um núcleo duro de direitos sociais um emblema civilizacional próprio, compete-nos não transigir com aquele tipo de evoluções.
A emigração de muitas centenas de milhares de portugueses foi, na década de 60 e início da de 70, o afloramento mais doloroso das assimetrias e injustiças sociais motivadas pelo atraso económico e pelo isolamento de Portugal.
O fenómeno está, em boa medida, ultrapassado. Importa, todavia, não apagar da memória as marcas do que foi esse esforço colectivo de reacção à adversidade e às injustiças sociais e reconhecer o papel dos emigrantes na dinamização das actividades económicas e na revitalização de muitas colectividades do interior. Esperemos que o continuem a ter, na sequência de um merecido retorno às suas terras de origem.
O principal problema que o espaço rural do Interior tem hoje de enfrentar continua a ser o da dificuldade de fixação da população, mas agora conjugado com a necessidade do seu rejuvenescimento. Nalgumas áreas registam-se das mais baixas densidades demográficas, elevadíssimas taxas de envelhecimento e, portanto, índices de vitalidade demográfica muito desfavoráveis.
Uma tal rarefacção populacional — que nalguns casos se aproxima de uma autêntica desertificação humana —, tem de ser contrariada, não só através de incentivos e de políticas sectoriais concertadas que dinamizem as actividades produtivas, como ain-

da por intermédio de um reordenamento das formas de ocupação do território que permita às cidades do interior absorver os fluxos migratórios oriundos dos espaços rurais contíguos e, eventualmente, enquadrar o retorno de antigos migrantes. Escusado será acrescentar que as políticas de educação e de formação profissional constituirão outro pilar fundamental de qualquer projecto de desenvolvimento do Interior.

A revitalização económica destas regiões não pode deixar de passar pela agricultura. Sabe-se que a última década não se revelou globalmente favorável ao fortalecimento das estruturas produtivas do sector, o que nos obrigará a reflectir com realismo e conhecimento de causa sobre as orientações da Política Agrícola Comum e a preparar criteriosamente a nossa participação em futuras negociações sobre a matéria.

Aproveito entretanto para homenagear todos aqueles que têm participado com êxito no esforço de modernização da agricultura portuguesa, no difícil contexto concorrencial em que nos encontramos. Quer através de melhorias tecnológicas e de gestão, quer através da criação e certificação de produtos de grande qualidade, quer ainda através de fórmulas de comercialização inovadoras, eles têm sabido demonstrar que há um lugar para a afirmação da economia portuguesa neste domínio.

Neste breve inventário de caminhos a percorrer para ultrapassar as debilidades económico-demográficas do Interior, outro ponto a relevar prende-se com o papel dos centros urbanos nas políticas de desenvolvimento regional.

Sublinham os especialistas que, no conjunto do País, tem aumentado o efeito polarizador dos centros de média dimensão; admitem, porém, quanto aos que se situam no interior, que o seu crescimento se esteja a fazer à custa do despovoamento e desvitalização económica dos espaços rurais circundantes.

Está colocado aqui um desafio muito importante aos responsáveis pelas políticas de ordenamento do território, sendo certo que este constitui um domínio em que se impõe a articulação de uma estratégia de referência para o conjunto do território nacional com os interesses, aspirações e projectos de nível local e regional.

A ideia de fazer emergir desse esforço de concertação verdadeiros pactos territoriais para o desenvolvimento regional sustentado parece-me particularmente fecunda. Se esses pactos forem construídos mais numa perspectiva de cooperação e de complementação de meios do que numa óptica de competitividade interregional, é de esperar que deles venham a resultar espaços urbanos equilibrados (bem mais equilibrados que as manchas suburbanas das áreas metropolitanas do Litoral) e bastante atractivos em termos de qualidade de vida e mesmo no plano estritamente económico. As próprias políticas de Conservação da Natureza, tão necessárias mas tão incompreendidas, ganhariam, a esta luz, creio eu, um alcance adicional.

Estou a aproximar-me, já se vê, de um terceiro grande núcleo de questões suscitadas pelo desenvolvimento do Interior.

Refiro-me ao papel do sistema empresarial na dinamização sócio-económica das regiões. E, com isso, entro mais directamente na temática deste Encontro.

Vai-se aceitando hoje, com alguma facilidade, que o desenvolvimento não é uma questão meramente quantitativa e que, no conjunto de recursos disponíveis para o incentivar, se integram elementos tão diversos como o património cultural herdado, as técnicas produtivas e saberes-fazer tradicionais, a autenticidade da paisagem agro-rural, a qualidade ambiental, a originalidade dos modos de vida e das solidariedades comunitárias que per-

sistem — e tantos outros aspectos outrora completamente ignorados por muitos técnicos desta área.
A verdade é que esta preocupação em acentuar a importância de factores não estritamente económicos nas estratégias de desenvolvimento não deve fazer-nos esquecer que este só emerge e se consolida com empresas e com empresários.
Cabe, em particular, às pequenas empresas um papel assaz influente nas dinâmicas de desenvolvimento local. Elas concentram grande parte dos postos de trabalho da indústria e comércio das zonas rurais e têm-se expandido em sectores favoráveis à preservação da qualidade de vida e dos equilíbrios ambientais, tais como o turismo cultural e ecológico, a recuperação do artesanato tradicional, a requalificação e comercialização de produtos agrícolas, etc.
Sabe-se, contudo, que especialmente na primeira fase do seu ciclo de vida, as pequenas empresas enfrentam grandes dificuldades nos planos técnico, financeiro e comercial — o que conduz a taxas de insucesso elevadas. Impõe-se, por isso, com a participação do associativismo empresarial e de múltiplas instâncias da administração pública (escolas, autarquias, centros de emprego…), criar estruturas regionais e locais de assistência técnica, formação e assessoria às empresas, sobretudo na sua fase de arranque e afirmação no mercado.
Compreende-se que os efeitos da globalização e, em particular, da concorrência no mercado comum europeu coloque as pequenas empresas das regiões interiores perante desafios para que não é fácil encontrar respostas eficazes.
Olhando para o conjunto de temas discutidos neste Encontro e para o leque de personalidades que reuniu, fico com a convicção de que os problemas e oportunidades ao alcance das PME estão a ser devidamente ponderados pelos interessados e acompanhados pelos responsáveis governamentais.

É um bom prenúncio.
Bom prenúncio quanto à possibilidade de combater as desigualdades de desenvolvimento é também a existência no terreno de actores locais com conhecimento e grande empenhamento na resolução dos problemas.
Devo referir, em primeiro lugar, o papel dos autarcas.
Além de serem eles, normalmente, os primeiros a diagnosticar com realismo os problemas, têm tomado a iniciativa de reivindicar, junto do poder central, medidas correctoras adequadas, não hesitando, por outro lado, em avançar para soluções de tipo associativo que começam a transcender os limites territoriais dos Municípios, cabe-lhes o mérito de demonstrar na prática novas virtualidades da descentralização administrativa. A diversidade e qualidade dos equipamentos e serviços postos à disposição das populações são, em muitos casos, o emblema mais notável da obra realizada no Portugal Democrático pelo Poder Local. Mas importa não ignorar, além disso, o contributo que os eleitos locais deram, discreta mas eficazmente, para o reforço da participação das populações na defesa dos seus legítimos interesses, isto é, para a própria revitalização, no dia-a-dia, de alguns dos mais nobres desígnios da própria democracia.
Chamo a atenção, em segundo lugar, para a acção de associações de desenvolvimento local, cujas filosofias de actuação assentam no incentivo à cooperação e ao aproveitamento de sinergias entre entidades com forte enraizamento local. Optando quase sempre por fórmulas organizacionais inovadoras, este movimento semi-institucionalizado de animação sócio-cultural tem potencialidades que não podem ser desperdiçadas, até porque revela sensibilidade à valorização de recursos endógenos e à necessidade de, num mesmo combate, contrariar as tendências de desertificação humana e ecológica.

Um dos objectivos da Jornada sobre a Interioridade que promovi consiste em demonstrar que as dificuldades de desenvolvimento destas regiões não são uma fatalidade. Desde logo porque, como acabámos de ver, há vontades, recursos e projectos capazes de viabilizar processos de desenvolvimento sustentável. E, por outro lado, porque me parece possível prosseguir e aperfeiçoar políticas de âmbito nacional inspiradas por desígnios de solidariedade com as regiões mais desfavorecidas.

Creio encontrar bons indícios destas últimas em decisões económicas e sociais recentes visando quer o alargamento do âmbito de medidas de criação de empregos especialmente dirigidas aos mais jovens, quer a protecção às famílias e aos idosos pobres, quer ainda o incentivo à criação de microempresas.

Se for possível continuar a avançar segundo esta orientação, e se aperfeiçoar em permanência a articulação entre políticas comunitárias, políticas sectoriais e políticas de âmbito regional e local, sem deixar de apostar ainda na descentralização de decisões e na participação dos agentes económicos locais, estou certo de que poderão ser dados passos seguros no combate contra algumas assimetrias de desenvolvimento francamente injustas.

Sabem, de resto, VV. Ex.as que o meu modo de olhar Portugal raramente concede espaço ao pessimismo.

É que, para mim, não há destino colectivo que se não possa contrariar, pelo menos em parte, com as armas do inconformismo, da perseverança e da solidariedade.

Gostaria, por isso, de terminar esta intervenção, trazendo-vos palavras de Miguel Torga, esse profundo conhecedor das coisas, bichos e gentes do Interior.

Escreveu ele no *Diário,* algures no Gerês, a 8 de Setembro de 1954, um brevíssimo poema que intitulou, precisamente, «Des-

tino». Eis o que nos diz, num daqueles milagres de concisão e de explosão de sentidos só possíveis na linguagem dos grandes poetas:

Destino
Começa um rio numa gota de água
O sonho é que avoluma o corpo da nascente

Fonte:
Tão delicada, e hás-de ser torrente
a saltar fragas e a rasgar o monte.

Sessão Solene de Abertura do II Fórum de Cooperação e Solidariedade
Feira Internacional de Lisboa
26 de Junho de 1997

Cooperação e solidariedade são expressões que, nos últimos anos, pelo menos em termos da eficácia dos resultados, têm sido remetidas para lugar secundário no léxico do discurso político à escala internacional.

Em nome das exigências, reais ou fictícias, de uma crescente globalização da economia, tem-se instalado a tendência para reduzir as opções políticas a um leque limitado pelos objectivos da modernização, da competitividade e da conquista de mercados.

O primeiro sinal de que a mundialização hipercompetitiva da economia podia conduzir a alguns becos sem saída terá sido dado por aqueles movimentos que, nos países desenvolvidos, foram alertando para os riscos de rupturas ambientais irreversíveis à escala planetária, nacional ou local.

Hoje, os alertas que nos chegam traduzem-se por imagens de fome, de epidemias incontroláveis, de migrações sem destino certo, de homicídios e genocídios, de traumatismos físicos e psicológicos irreversíveis nas gerações mais jovens.

Vamos percebendo, dia a dia, com imagens que chegam ao conforto de nossas casas graças a tecnologias de informação e meios de difusão eles próprios globalizados, que, para extensas regiões do mundo e suas populações, a globalização da economia não tem qualquer sentido emancipador — se é que não constitui, mesmo, uma das causas fundamentais da sua pobreza extrema.

Quanto aos Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano que as instituições internacionais especializadas mais credíveis vão publicando, o diagnóstico que nos apresentam é implacável: o fosso entre países mais ricos e países mais pobres, em vez de se atenuar, como há alguns anos se esperava, tem-se agravado.

As nações europeias, muitas delas com um passado colonial que antecipou alguns dos relacionamentos desiguais que caracterizam a actual ordem económica internacional, têm responsabilidades especiais numa chamada de atenção para os problemas das populações mais pobres e abandonadas do mundo.

Se é compreensível que a Europa pretenda salvaguardar os seus interesses e trunfos específicos no jogo competitivo que integra os outros grandes blocos económicos internacionais, cabe-lhe um papel de grande relevância na batalha para colocar de novo o subdesenvolvimento e a miséria do terceiro mundo, na agenda internacional.

Afinal, defender os grandes valores universalistas que achamos próprios do modelo social e civilizacional europeu passa, em primeira mão, por nos solidarizarmos com os homens, mulheres e crianças que mais sofrem, independentemente das latitudes em que se situem.

É indispensável que os governos dos nossos países se empenhem, por palavras, mas sobretudo por actos consequentes, na concretização de medidas capazes de repor alguma harmonia e generosidade nas relações entre os povos e entre grupos sociais.

Compreenderão, perante o que acabo de dizer, que tenha sido com todo o gosto que aceitei o convite para estar presente neste II Fórum da Cooperação e Solidariedade, organizado pela AMI — Fundação Assistência Médica Internacional.

Não creio que os avanços mais institucionalizados das grandes instâncias internacionais no combate contra a fome, a doença e outras formas de sofrimento possam prescindir da acção de Organizações Governamentais e Não-Governamentais com a experiência das que estão representadas neste Encontro.
Admito que algum desconhecimento recíproco sobre os objectivos e âmbitos de acção dos organismos que em Portugal se preocupam com a cooperação e solidariedade nas suas vertentes interna e externa seja motivo para alguma timidez em termos de afirmação pública e coordenação efectiva de esforços.
Nesse sentido, a realização deste Fórum é já, por si mesma, um passo muito importante para dar vida a um espaço de intervenção cívica que nem sempre tem tido entre nós o dinamismo que se desejaria.
Os meios de comunicação social darão conta, como se espera, do desenrolar dos trabalhos e das conclusões a que, seguramente, vão chegar.
Cabe-lhes um papel muito importante na mobilização da opinião pública para o envolvimento nas grandes causas sociais e na resolução de problemas humanitários de alcance nacional e internacional.
Não é aceitável que, perante a complexidade e o dramatismo dos problemas sociais contemporâneos, as bandeiras da fraternidade permaneçam, timidamente, por desfraldar.
É preciso unir forças, despertar energias e usar as infinitas potencialidades da criatividade humana para repor alguma harmonia e generosidade nas relações entre os povos e levar aos mais deserdados dos deserdados um mínimo de esperança na dignificação das suas vidas.
Políticos, organizações governamentais e não-governamentais ligadas à acção humanitária, meios de comunicação social, associa-

ções juvenis, sindicatos, intelectuais, artistas, professores, empresários — estamos todos convocados para dar corpo a esta cooperação fraternal.

E não deixemos de nos inclinar respeitosamente perante a memória e o exemplo dos que, sem nada exigirem em troca (nem mesmo a notoriedade), se arriscam a dar a vida pelos outros. Façamos tudo para que a cooperação e solidariedade façam parte da nossa prática diária, para dar vazão às energias e para dar combate ao esquecimento e a alguma hipocrisia.

Assumamos as causas justas e incontornáveis do nosso tempo.

Sessão Comemorativa
do 10.º Aniversário do CITEFORMA
Uma Homenagem a António Janeiro
Lisboa
19 de Novembro de 1997

O homem que aqui nos junta era uma personalidade invulgar, que se afirmou como um sindicalista de excepção num período particularmente intenso da nossa história contemporânea. Não me deterei no elogio do António Janeiro, já aqui feito por um dos amigos que ele mais prezou.

Mas quero frisar que a personalidade que aqui nos reúne morreu, mais jovem do que muitos dos aqui estão, podendo dizer, como Neruda, «confesso que vivi».

E viveu, como sabemos, alguns dos momentos essenciais da construção do sindicalismo moderno português, contribuindo de modo decisivo para a institucionalização da democracia portuguesa.

Ao homem de acção que soube afirmar-se nesse terreno, sempre difícil, que é o das relações entre o sindicalismo e a política, ao dirigente de uma organização sindical representativa e moderna, ao sindicalista que soube conciliar a defesa da liberdade sindical e a acção reivindicativa em conjunto com sindicatos de diferentes orientações, a esse homem que preferia a negociação mas organizou algumas das mais duras greves que o nosso país conheceu na década de 80, quero prestar a minha homenagem. E decidi fazê-lo partilhando convosco algumas reflexões quanto ao que considero ser um dos principais desafios ao sindicalismo e à política neste final de século: o de reconstruir as condições e os instrumentos da solidariedade social.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,
As sociedades inigualitárias em que vivemos conhecem, desde há mais de duas décadas, uma crise persistente do modelo social que se foi construindo a partir do «New Deal» norte-americano e do desenvolvimento do modelo social europeu.
Hoje, a competição empresarial exacerbada questiona a lógica do compromisso laboral que se baseou na partilha dos ganhos de produtividade das empresas, o desemprego deixou de ser ocasional e de curta duração, instalaram-se a exclusão social e as novas formas de pobreza.
Se há três décadas atrás a eficácia e a representatividade dos sindicatos se media, antes de mais, pela capacidade que revelassem de mobilizar os trabalhadores para os desafios da partilha dos ganhos da produtividade, as décadas de 80 e de 90 têm confrontado os sistemas de relações industriais com os desafios da diferenciação de interesses dos vários grupos de trabalhadores, da desregulamentação e do desemprego.
À dualização e à segmentação sociais, decorrentes deste conjunto de modificações, vieram juntar-se a crescente integração regional dos espaços económicos e as alterações geoestratégicas simbolizadas pela queda do muro de Berlim.
Conhecem-se os resultados: os sacrifícios pedidos nas conjunturas económicas difíceis deixaram de ter assegurada a compensação esperada nas conjunturas favoráveis da vida das empresas, tornou-se mais difícil a negociação de compromissos entre assalariados e empresas e menos espontânea a solidariedade entre trabalhadores.
Em consequência, o equilíbrio entre os poderes económicos e sociais, o conteúdo e as prioridades da agenda política são hoje profundamente diferentes em toda a Europa democrática, pondo em causa os termos tradicionais do pacto social.

A crise de identidade e as dificuldades estratégicas que atravessam todos os actores sociais e políticos europeus têm-se traduzido, também entre nós, numa grande dificuldade em reformar o compromisso produtivo típico dos anos 70.

E, no entanto, estou certo que é indispensável fazê-lo.

Primeiro, porque o pacto social tradicional não responde com eficiência suficiente aos problemas do desemprego estrutural, da desigualdade de oportunidades e do alargamento e aprofundamento da pobreza e da exclusão sociais.

Segundo, porque é preciso adaptar os sistemas de regulação do mercado de trabalho às crescentes exigências de qualificação dos trabalhadores e de eficiência das empresas e ajustar os sistemas de protecção social quer à necessidade de inserção social dos grupos desfavorecidos, quer à crise financeira do Estado Providência.

É verdade que Portugal, tal como a generalidade das sociedades europeias, está confrontado com um problema de competitividade e, portanto, de emprego e de bem-estar social.

Mas é igualmente certo que o desrespeito e a degradação dos direitos sociais estabelecidos tem vindo a excluir do emprego e da participação política uma parte dos cidadãos, o que diminui a coesão e a governabilidade das nossas sociedades.

Julgo, por isso, que se equivocam os que opõem a defesa estrita dos interesses que representam à sua participação na reforma do modelo social, optando por uma em detrimento da outra.

Primeiro, porque a experiência das décadas de 80 e de 90 mostra que o diálogo social permite obter, com muito menores custos sociais, resultados em termos de emprego e de competitividade empresarial idênticos aos que o radicalismo neoliberal realizou.

Depois porque, a meu ver, a defesa dos interesses empresariais e laborais não pode deixar de enfrentar, nos tempos que correm, os dilemas da flexibilidade e da precariedade.

Creio que o desafio está em enfrentar os problemas dos nossos dias e, a partir dos problemas concretos, reconstruir os instrumentos da solidariedade social que a situação exige.
A necessidade de aumentar a produtividade com que as empresas estão confrontadas depende, em boa parte, das possibilidades que os trabalhadores tiverem de melhorar a sua qualificação e a sua eficiência.
Existe um vasto campo de negociação que vai do acesso à formação ao reconhecimento das qualificações obtidas e de ambas às decisões sobre competitividade e partilha dos ganhos assim obtidos.
Há, pois, razões objectivas para que todos se sintam perdedores quando não for possível chegar a acordo sobre algumas das reformas do mercado de trabalho ou quando as dificuldades de aplicação dos acordos obtidos limitarem o alcance das decisões tomadas.
A meu ver, quer os actores económicos e sociais, quer os detentores da responsabilidade política decorrente do sufrágio eleitoral estão confrontados com a necessidade de repensar a articulação entre a representatividade, a capacidade de negociar compromissos e os modelos de relacionamento das associações patronais e sindicais entre si e destas com os poderes públicos.
A meu ver, deveríamos reconhecer abertamente que a crise do sistema de representação de interesses e o modelo de relações profissionais existentes se contam entre as causas relevantes das dificuldades persistentes que o nosso país tem enfrentado em concretizar reformas.
Reformas de que depende, quer a melhoria da eficiência económica, quer a limitação das desigualdades induzidas pelo mercado.
Quero também reafirmar aqui que, no meu entender, a questão social não é resolúvel sem que se definam novas fronteiras entre

o espaço público e o espaço privado, entre a legitimidade eleitoral e o reforço da participação das organizações de interesses na preparação e na execução das políticas públicas.

Em meu entender, aqueles a quem o sufrágio eleitoral conferiu a legitimidade e a responsabilidade de decidir e sem que percam, ou possam sequer ver afectadas, as suas competências e atribuições têm muito a ganhar com um conhecimento aprofundado das opiniões dos agentes económicos e sociais e, em muitos casos, com a associação destes à aplicação das políticas públicas.

Esta partilha de responsabilidades exige, pois, um debate aberto, transparente e aprofundado sobre a representatividade, a legitimidade, a função e os meios de que dispõem as organizações patronais e sindicais, um debate sobre o modo como se relacionam entre si e com os poderes públicos.

Refiro-me a um debate público que não exclua à partida nenhuma perspectiva e propicie a ocasião para ouvir, fazer dialogar e registar as contribuições dos especialistas, dos representantes dos interesses e dos responsáveis políticos.

Creio que um tal debate é essencial para que se possam tomar as decisões de que dependem a realização de algumas das reformas de que Portugal precisa para responder com mais sucesso às exigências que o desenvolvimento da cidadania e a reconstrução da solidariedade nos colocam neste final de século.

Muito obrigado.

Sessão Solene de Abertura
do XXIII Congresso Nacional
da Associação Portuguesa
das Agências de Turismo
Funchal
29 de Novembro de 1997

Permitam-me, antes do mais, que exprima o meu sentido reconhecimento pelas palavras que S. Ex.ª o Sr. Presidente do Governo Regional da Madeira, quis ter a amabilidade de me dirigir. Quero, aliás, aproveitar a oportunidade que esta cerimónia pública me confere, para assegurar a V. Ex.ª e a toda a população da Madeira que em 1998 farei uma visita oficial a esta Região Autónoma. Dedicarei a essa visita o melhor da minha atenção. Fui sempre um defensor das Autonomias Políticas Insulares. Entendo que elas foram o melhor caminho para alcançar dois objectivos que me pareceram sempre essenciais: assegurar o desenvolvimento e garantir a coesão nacional. Nem sempre esse percurso terá sido fácil. Mas tenho uma convicção profunda: ele teria sido muito mais complexo, talvez mesmo inviável, se a solução constitucional não tivesse sido a da autonomia política. Teria sido mais difícil assegurar o desenvolvimento de regiões ultraperiféricas como a Madeira e os Açores e teria sido mais difícil o relacionamento político com o Continente.

Como V. Ex.ª bem referiu, não é a autonomia política da Madeira — ou dos Açores — que põe em causa a unidade e a solidariedade nacionais.

A minha visita oficial a esta Região Autónoma, independentemente de deslocações pontuais como esta, será um momento privilegiado para estudar o balanço do que foi feito e de incentivar a solução dos problemas que importe resolver. É essa a missão

do Presidente da República, ajudar a olhar em frente, incentivar o desenvolvimento, estimular a coragem para ultrapassar problemas e fomentar o diálogo porque ele é aconselhável ao relacionamento institucional.
Mas, para além disso, essa visita será a oportunidade porque anseio para estreitar o contacto com a população da Madeira. Por isso aqui fica o meu compromisso de visita oficial, em data a combinar, no ano de 1998.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Quero felicitar a Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo pela realização deste XXIII Congresso Nacional, que constitui uma ocasião privilegiada de discussão das potencialidades e problemas do sector.
O sector do turismo assume hoje no nosso país uma importância excepcional, que resulta em primeiro lugar de a procura de serviços de turismo ser uma das mais dinâmicas das sociedade contemporâneas.
Efectivamente, ao contrário de muitos produtos industriais ou agrícolas cuja procura tem tendência à estagnação ou mesmo ao retrocesso quando o nível de vida aumenta, o turismo vê crescer a sua procura quando as sociedades se tornam mais ricas. A sua contribuição para a riqueza nacional tem assim tendência a assumir um peso crescente dentro do conjunto das nossas actividades produtivas. Por outro lado, o turismo é um sector criador de empregos e este é um aspecto que me não canso de salientar. Hoje, não é fácil encontrar actividades geradoras de novos postos de trabalho e que, simultaneamente, tenham mais necessidade de trabalho qualificado. Em muitos outros sectores, mais mão-de-obra qualificada significa menos postos de trabalho. Não é assim no turismo onde há lugar para uma expansão quantitativa associada à necessidade de melhorias qualitativas.

Um outro ponto que gostaria de salientar porque a ele sou particularmente sensível, são as potencialidades do turismo enquanto sector promotor do desenvolvimento regional. Não é preciso, aliás, ir mais longe na procura de um bom exemplo do papel do turismo no desenvolvimento regional. Basta olhar à nossa volta, aqui, na Madeira, para constatarmos essa importância e a dimensão não só económica mas também social, cultural e internacional que deu a esta Região Autónoma.

A redução das disparidades económicas, sociais e culturais entre as diversas zonas do território nacional é um objectivo a que devemos votar o melhor dos nossos esforços. O Turismo apresenta, visto nesta perspectiva, enormes potencialidades.

Quero ainda deixar uma nota sobre as relações entre o ambiente e o turismo que têm sido relações complexas e nem sempre fáceis de arbitrar. Muitas vezes a mira dos lucros imediatos leva a destruir ou a danificar irremediavelmente zonas de grande valor paisagístico e ambiental. É verdade que continuamos a possuir um invejável património paisagístico, mas também é verdade, infelizmente, que se cometeram agressões ambientais irreversíveis. Hoje os parâmetros de ordenamento devem ser rigorosamente respeitados, independentemente da dimensão económica do investimento a realizar. Sem respeito integral por regras de ordenamento do território não é possível garantir o salto qualitativo que o sector do turismo tem hoje de enfrentar para vencer os desafios colocados por consumidores com critérios cada vez mais exigentes de qualidade e de preservação do ambiente.

Entre ambiente e turismo não deve haver conflito, pelo contrário, pode e deve haver complementaridade de esforços. Na verdade, à medida que o mercado se torna mais exigente a qualidade ambiental passa a ser um imposição do próprio consumidor e o desenvolvimento da actividade começa a exigir mais qualidade.

O mesmo se pode afirmar em relação ao património e à cultura em geral. Uma parte da nossa herança cultural encontra hoje maiores possibilidades de continuidade e de divulgação na sua aliança com a actividade turística, que por sua vez dela tira também benefícios importantes.
A consciencialização dos agentes económicos e das autoridades de todos os níveis para estas questões é cada vez mais nítida e demonstra que entrámos numa fase de maturidade na forma de olhar para o turismo em Portugal.
Por todas estas razões encaro com confiança o futuro das actividades turísticas, com a mesma confiança, aliás com que encaro o futuro de toda a nossa economia no momento em que nos preparamos para entrar na moeda única.
A nossa próxima entrada no grupo de países que adoptarão o euro cria para todas as nossas actividades económicas novas oportunidades de desenvolvimento mas obriga também a adaptações que devem ser realizadas de forma consciente e em tempo útil. Tanto quanto sei, o estudo desta questão, tal como ela se põe ao vosso sector, tem sido uma preocupação consistente da APAVT e esse é, sem dúvida, um motivo adicional de congratulação para o Presidente da República.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
As agências de viagens estão, como sabemos na primeira linha da actividade turística e do seu dinamismo depende em grande parte o progresso desta actividade. Não podia, por consequência o Presidente da República deixar de estar presente num acontecimento que se refere a uma actividade tão significativa para o nosso país. Desejo por isso à APVT e a todas VV. Ex.as um pleno sucesso nos trabalhos do Congresso e formulo votos do maior êxito para as vossas actividades empresariais.

Sessão de Encerramento do 70.º Aniversário da Junta Autónoma de Estradas
Sede da JAE
Almada
4 de Março de 1998

Gostaria em primeiro lugar de manifestar a minha satisfação por poder estar presente nesta sessão comemorativa do aniversário da Junta Autónoma de Estradas.
Não é, com efeito muito comum um serviço público comemorar 70 anos em plena actividade, mantendo ao mesmo tempo a sua importância na resposta às necessidades essenciais do País.
E se olharmos para o caminho até agora percorrido podemos sem dúvida constatar que a JAE tem cumprido a sua missão de construir, conservar e explorar as estradas do País.
Por ser tema sobejamente conhecido, não vale a pena dissertar longamente sobre a importância das acessibilidades para o desenvolvimento económico do todo nacional e para o equilíbrio e sustentabilidade desse mesmo desenvolvimento a nível regional e local.
Não será mesmo, exagero, afirmar que os países da Europa que mais cedo se industrializaram foram também aqueles que mais cedo criaram uma rede de comunicações internas suficientemente desenvolvida para, através da redução dos custos de transporte, possibilitar a formação de um verdadeiro mercado interno.
Portugal, porém, neste como em outros domínios atrasou-se. E só passada a metade do século passado, na concepção do chamado fontismo se começou a encarar com seriedade e determinação as comunicações terrestres no país levando a um novo impulso na construção de estradas concomitante com o desenvolvimento do nascente caminho de ferro.

Foi um esforço notável ainda que nem sempre adequado as nossa possibilidades financeiras, causando por vezes desequilíbrios e crises de alguma gravidade. Mas se é legítimo dizer que em certos casos há razão para não ser excessivamente ortodoxo no equilíbrio financeiro, o esforço de realização de vias de comunicação do final do século passado merece sem dúvida ser considerado um desses casos.

Como sabemos, as dificuldades políticas e sociais que a I República atravessou não foram propícias aos novos investimentos em estradas e nem sequer à sua própria conservação.

Circunstância tanto mais infeliz quanto é certo que correspondia cronologicamente ao nascimento do transporte motorizado que em todo o mundo estava a criar novas necessidades e novos desafios à construção de estradas.

Não será despropositado dizer que a falta e a má qualidade das estradas terá sido um factor importante no descrédito do regime da I República, como aliás se confirmava ainda, muitos anos depois, na persistência da associação no imaginário popular dessa falta com aquele regime.

Talvez por isso a situação ditatorial saída do 28 de Maio se apressou, logo em 1927 a criar a Junta Autónoma de Estradas com a intenção de avançar na dotação de estradas do País.

Passados 70 anos podemos dizer que foi um decisão plenamente acertada. Criou-se um organismo competente, dinâmico, e se se pode dizer assim, com personalidade.

E embora durante o regime ditatorial — e ao contrário do que sucedeu no final do século passado — as exigências de equilíbrio financeiro tenham sido excessivas, quase obsessivas, com prejuízo do investimento público e do desenvolvimento económico, a verdade é que isso não impediu a JAE de exercer um papel de primeira importância no desenvolvimento da nossa rede viária.

A nossa adesão em 1986 à então Comunidade Económica Europeia introduziu como é sabido uma alteração qualitativa e quantitativa muito significativa no nosso investimento público.

Com efeito, o acesso aos fundos estruturais e em particular ao FEDER tornou possível a canalização para o investimento em acessibilidades de verbas vultosas que permitiram um salto qualitativo fundamental na nossa rede viária.

A JAE soube adaptar-se a esta nova dinâmica e esse esforço continua felizmente hoje sem desfalecimentos nem quebras de ritmo.

É um esforço que tem tido e vai continuar a ter efeitos de grande vulto na melhoria do bem-estar dos Portugueses — principalmente dos do interior do País — mas também nos ganhos de competitividade das nossas empresas nesta época em que o tempo e o custo dos acessos aos mercados é tantas vezes determinante na viabilidade económica dos empreendimentos.

O papel da JAE hoje, como desde há sete décadas continua, pois a ser de enorme relevância.

E não quero deixar de chamar a atenção para um aspecto que reputo muito significativo. Enquanto em relação a muitos serviços públicos é questionada a sua eficiência e muitas vezes — haverá que reconhecer — com alguma justificação não encontro, qualquer tipo de desconfiança em relação à capacidade de realização da JAE.

Muito pelo contrário, é um organismo em que as populações confiam na resolução dos seus problemas de acessibilidades.

Transmito pois à JAE os meus parabéns por este aniversário e faço votos para que continue a desempenhar o seu papel em diálogo permanente com as populações e os seus representantes autárquicos na certeza que a sua acção contribui de forma muito significativa para o progresso do País.

CAPÍTULO VIII

QUALIDADE DE VIDA, COMBATE À DROGA E PREVENÇÃO DA TOXICO-DEPENDÊNCIA

«O problema da droga deixou de ser apenas de cumprimento da lei e da criminalidade induzida pela pressão do consumo para pôr em jogo interesses vitais dos Estados e das Sociedades, como o desenvolvimento económico, a estabilidade política e a própria democracia.»

Sessão de Abertura
do III Congresso Internacional
sobre Toxicodependência
«X Encontro das Taipas»
Feira Internacional de Lisboa
3 de Abril de 1997

Desejo, em primeiro lugar, saudar todos os participantes neste Congresso e felicitar a Comissão organizadora pela sua realização. Saudar também os estrangeiros e a cooperação existente.

A minha presença nesta importante reunião científica pretende marcar a importância que o Presidente da República dá à questão da Toxicodependência e o apreço que sente por todos os técnicos que diariamente lutam contra este problema. Aos profissionais no terreno uma palavra de solidariedade — trabalhar com a exclusão e o sofrimento requer tudo de nós.

Na abertura do ano judicial, em 22 de Janeiro último, tive ocasião de me referir ao problema da droga e manifestar toda a minha disponibilidade para continuar a promover o debate sobre este assunto.

Não se trata de uma preocupação recente: pouco depois de ter sido pela primeira vez eleito Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 17 de Dezembro de 1989, iniciei um Programa de Prevenção da Toxicodependência na maioria das freguesias de Lisboa, que mobilizou milhares de jovens. Em diversas reuniões nacionais e internacionais fui-me apercebendo das diversas vertentes do problema e das estratégias para o combater.

Sei, por tudo isto, que se trata de uma questão muito complexa e de difícil solução. Para além dos efeitos nocivos sobre o indivíduo provocados pela acção das substâncias, as drogas aparecem

hoje claramente ligadas a comportamentos desviantes e são responsáveis por uma criminalidade secundária que atinge sobretudo os mais desfavorecidos.
Apesar de todos os esforços de informação e tratamento, o problema não parece diminuir. Embora se saiba que o consumo de substâncias vem de há muito, a sociedade actual perdeu em parte o controlo do processo e todos os estudos de opinião indicam que, em Portugal e noutros países, este é o problema que mais preocupa as famílias.
Referi no início o meu empenhamento na prevenção. Considero que ela deve ser incentivada a todos os níveis, na família, na escola e na comunidade em geral. Verifico pelo Programa deste Congresso, que este tema vai ser debatido com profundidade e espero que possam ser mais esclarecidas algumas dúvidas que persistem e que tenho observado. Por exemplo, e da minha experiência anterior em cargo político traz-me à memória, aos programas de prevenção acorrem os jovens verdadeiramente em risco, ou aqueles que são mais participativos?
Realizar indiscriminadamente actividades para adolescentes, na esperança que deste modo eles satisfaçam as suas necessidades afectivas, será suficiente? Como promover outros estilos de vida ou melhorar as competências sociais dos jovens em risco? Estas questões, bem como muitas outras não podem deixar de ser mencionadas.
Não esqueço a importância do tratamento. As disponibilidades para o tratamento ambulatório e para o internamento não são ainda suficientes em Portugal, apesar dos esforços empreendidos. Quem quiser obter um tratamento com credibilidade num certo espaço de tempo encontra dificuldades. Por isso deveremos ambicionar por melhores condições de atendimento e pela avaliação rigorosa dos resultados terapêuticos. Parece-me que na

terapêutica das toxicodependências ninguém deve exibir a medalha de ouro.
Todos os sistemas terapêuticos têm êxitos e fracassos e só um tratamento individualizado e diferenciado pode ter resultados duradouros.
Já tive ocasião de referir a minha disponibilidade para apoiar em Portugal um debate sério sobre as diferentes abordagens no combate à droga. Devo preocupar-me com todos os cidadãos e os seus problemas, e isso compreende os utilizadores de drogas. Estou convicto que sem lesarmos directamente o narcotráfico, na sua dimensão económica, não conseguiremos avançar. Por isso, estou aberto à discussão de todas as perspectivas, incluindo as não proibicionistas e ao aprofundamento de experiências praticadas noutros países, às vezes condenadas sem uma análise detalhada. Interessa saber, por exemplo, se há verdadeiramente dados científicos e sociais suficientes que permitam encarar a sério uma política de redução de risco.
Temos à nossa frente um trabalho gigantesco quanto ao não isolamento, à reinserção, ao tratamento, ao companheirismo, à reconquista da auto-estima. É no mínimo uma perspectiva europeia que será cada vez mais necessária.
Continuar a estudar as dificuldades e definir novas estratégias nunca é uma política de desistência. Continuar sem nos determos e sem reflectirmos é que nos pode levar à derrota.
Aos políticos não compete a definição das prioridades técnicas na luta contra as drogas, mas é nossa missão, face aos avanços obtidos com a investigação e a prática clínica, promover as tomadas de posição que se mostram mais encorajadoras, no panorama nacional e internacional.
Nesse sentido, o Presidente da República decidiu promover a discussão desta questão num Seminário Internacional, a realizar

em Lisboa a 19 de Junho, com a presença de vários especialistas portugueses e estrangeiros no campo da Toxicodependência. Será o meu contributo pessoal, como organizador do Seminário, para este problema.

A terminar, verifico com satisfação que os últimos meses têm mostrado uma muito maior discussão pública do problema da Toxicodependência.

Considero que isso é sinal do empenhamento dos Portugueses na procura de soluções. Em conjunto, encontraremos formas de deter a marcha deste processo de perturbação social e ajudaremos os nossos jovens a encontrar estilos de vida saudáveis.

A todos os participantes, um bom trabalho.

Sessão de Abertura do Seminário Promovido pelo Presidente da República «Droga — Situações e Novas Estratégias»
Centro Cultural de Belém
19 de Junho de 1997

Começo por agradecer a participação de V. Ex.as neste Seminário que promovo e, em especial, dos conferencistas, nacionais e estrangeiros, que aceitaram debater connosco o problema da droga.

Os Portugueses conhecem a minha concepção sobre a função presidencial como exercício de uma magistratura que defenda, garanta e reforce a coesão nacional.

Não tenho dúvidas em afirmar que a droga é um dos mais importantes problemas com que, hoje em dia, as famílias portuguesas são confrontadas e que provoca fenómenos dramáticos de exclusão e de marginalização sociais, insegurança, conflitualidade, intolerância, em áreas urbanas e rurais do nosso país.

A minha preocupação com o problema da droga não é recente e levou-me, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a criar um Plano Municipal de Prevenção da Toxicodependência, que dinamizou milhares de jovens, da quase totalidade das freguesias de Lisboa, em programas de prevenção inteiramente imaginados por eles e devidamente enquadrados.

A organização deste Seminário significa exactamente a medida da importância que o Presidente da República confere a este problema. Não tenho a ilusão de que encontraremos neste dia a solução para o problema da droga. Mas espero que as variadas contribuições que aqui iremos ouvir nos possibilitem conhecer melhor os caminhos que teremos de percorrer.

Sabe-se que a toxicodependência — como, aliás, acontece com outros fenómenos de exclusão social — é o produto de uma conjugação, sempre singular, de acidentes biográficos. Isso não impede que possamos e devamos tentar identificar os principais factores de vulnerabilização presentes nas nossas sociedades, já que a acentuação da sua incidência em certos grupos sociais promove maior tendência ao consumo de drogas.

Concentrando a atenção no universo juvenil, impõe-se começar por sublinhar alguns aspectos relacionados com a crise dos mecanismos de integração social associados à família e às redes de solidariedade de vizinhança. O seu papel protector e socializador não pode deixar de ser, por isso, abalado.

São cada vez em maior número os agregados familiares em que por força de ritmos profissionais acelerados, o tempo de partilha de experiências e de vivências intergeracionais está reduzido ao mínimo ou mesmo virtualmente anulado.

Muitas outras famílias vêem-se afectadas, nos equilíbrios económicos e nas dinâmicas relacionais e afectivas quotidianas, pelas consequências do desemprego, da precarização do emprego, do endividamento ou da pobreza — o que, em contextos sociais que apelam insistentemente, junto dos mais jovens, à intensificação dos consumos e ao alargamento da esfera do lazer não pode deixar de criar tensões e conflitos de alguma intensidade.

As redes de solidariedade e as sociabilidades de vizinhança actuaram muitas vezes, no passado, como amortecedor de dificuldades pessoais geradas noutros contextos, e em particular na família.

A verdade é que, quer os fenómenos de suburbanização massiva incidindo, sobretudo, nas grandes áreas metropolitanas, quer a heterogeneidade cultural não integrada de concentrações habitacionais destituídas de equipamentos sociais e de enquadramentos

urbanísticos humanizados — tudo isto tem contribuído para esvaziar as unidades de vizinhança do seu papel equilibrador em termos de socialização das gerações mais novas.

Certos estilos de vida que, como é normal, emergem neste quadro, tendem então a desligar-se, porventura de modo irreversível, do contacto com outras experiências, valores e padrões normativos, enquistando-se em grupos que, quanto mais se automarginalizam, mais são marginalizados.

Os disfuncionamentos e contradições relativos ao par escolarização-sistema de emprego estão na base de outros processos de vulnerabilização social com repercussão na propensão à toxicodependência.

Abandono e insucesso escolares são, como é bem sabido, sanções que se abatem principalmente sobre crianças e jovens provenientes de meios sociais desfavorecidos, embora o fenómeno possa verificar-se, sobretudo em fases mais avançadas do percurso escolar, noutros segmentos da população.

Para além das dificuldades específicas que existem em termos de acesso ao mercado de emprego e, portanto, aos mecanismos de integração social propiciados pelo trabalho, tanto o abandono precoce do sistema de ensino, como o insucesso escolar acumulado conduzem a estigmatizações muito dolorosas para os mais jovens. Em sociedades que colocam a valorização dos recursos humanos como um dos pólos centrais da realização e sucesso pessoais, a exclusão do sistema de ensino e formação não pode, então, deixar de ser vivido com sentimentos de mal-estar mais ou menos assumido.

Acontece ainda que a passagem pela escola, quer pelo alargamento de perspectivas culturais que sempre permite, quer pelo contacto com diversos grupos sociais, contribui para ampliar significativamente o leque de aspirações e expectativas de largas

camadas de jovens. Ora, não existindo, em muito casos, oportunidades de inserção no sistema de emprego e de efectiva promoção social, estão à vista os potenciais de frustração que deste modo poderão emergir.
A ausência de participação social mobilizadora, por vezes emergente das sociedades actuais, também merece referência.
Nada mais favorável a uma aproximação conformista aos falsos valores de «redenção» pela droga do que a perda de confiança na resolução individual, mas sobretudo colectiva, dos problemas e das causas sociais do sofrimento.
Uma referência à cultura mediática dominante parece-me ser, nesta matéria, inteiramente pertinente.
Pertence-lhe, como é sabido, um papel importante na indução de necessidades e de aspirações consumistas, contribuindo à sua maneira, por razões que atrás já sugeri, para fomentar margens de frustração social de alguma envergadura.
Mas, ao participarem também, como é inegável, na construção das imagens sociais da toxicodependência, aos meios de comunicação social cabe ainda uma significativa responsabilidade no evoluir dos próprios meios utilizados para a prevenir e combater.
A última década, como sabemos, caracterizou-se por um dramático aumento do problema da droga que não poupa, praticamente, país nenhum do mundo. Se o número de países produtores de drogas ilícitas é relativamente pequeno, o tráfico e o consumo constituem hoje um problema mundial.
A produção e o tráfico de droga transformaram-se de um âmbito restrito numa poderosa indústria e comércio transnacionais envolvendo dinheiros em montantes incalculáveis, nas mãos de organizações criminosas, que utilizam todas as armas, incluindo a corrupção.
Nenhum Estado está imune aos seus efeitos, pelo que a cooperação intergovernamental é determinante e deve envolver toda a

sociedade, nomeadamente, as organizações não-governamentais. O problema deixou, assim, de ser apenas de cumprimento da lei e da criminalidade induzida pela pressão do consumo e dos danos físicos e psíquicos associados ao consumo de drogas para pôr em jogo interesses vitais dos Estados e das Sociedades, como o desenvolvimento económico, a estabilidade política e a própria democracia.

Mas as forças em presença são tão poderosas que as nossas expectativas devem ser realistas: não vamos poder acabar no curto prazo com o problema das drogas, mas devemos tudo fazer para reduzir os efeitos mais dramáticos que elas provocam nos indivíduos e nas sociedades.

Neste caminho passos importantes foram já dados pela Comunidade Internacional e pelos Governos:

O trabalho desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde, que recolhe e analisa os dados sobre a saúde nos Estados membros, utilizando um sistema de recolha de informação próprio em matéria de drogas; pelo Grupo Pompidou, a que Portugal actualmente preside, no âmbito do Conselho da Europa, que apoia a definição de políticas nacionais em matéria de consumo de droga; pela Unidade Droga da Europol, no âmbito da União Europeia, que visa uma intervenção comum em matéria de acção policial; pela Interpol que, na década de 70, criou uma Subdivisão para a Droga e publica relatórios regulares sobre o tráfico de droga.

Na década de 90 foi dado corpo a duas importantes intervenções:

O Programa das Nações Unidas de Controlo Internacional da Droga que tem permitido identificar novos princípios, novas estratégias, para reduzir a procura e a oferta de drogas ilícitas. Desde os objectivos a curto prazo de ganhar cada vez mais par-

ceiros na sociedade civil — comunidades locais, empresas, famílias, sindicatos — até aos objectivos de médio e longo prazo que passam por uma mais estreita cooperação Norte-Sul, compreendendo os problemas de cada país e contribuindo para as alterações sociais que permitam reduzir a produção de drogas.
Por isso aguardo com expectativa a sessão especial, em 1998, da Assembleia Geral das Nações Unidas, para a qual Portugal foi eleito presidente do grupo preparatório, dedicada ao problema da droga, que espero vir a constituir uma ocasião para um debate plural sobre diferentes modelos, experiências e estratégias que visem o mesmo objectivo.
E como agência de informação europeia, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, com sede em Lisboa, que recolhe e analisa dados, promove a melhoria dos métodos de comparação de dados, difunde essa informação e coopera com outros organismos internacionais e com outros países.
Registo com muita satisfação e orgulho o relevante papel que Portugal tem sido chamado a representar nestas várias instâncias internacionais, que nos prestigia e nos confere especiais responsabilidades.
Nesta matéria de tão forte complexidade não pode haver uma boa decisão política assente em dados incompletos ou grosseiros. Os dados epidemiológicos recolhidos sobre a procura de drogas, nomeadamente a prevalência do consumo, as formas de consumo, a caracterização sociológica dos indivíduos e dos grupos, as circunstâncias temporais e geográficas, devem ser de grande rigor. As políticas que foram desenhadas e aplicadas para conter os efeitos do problema das drogas têm conduzido a resultados insatisfatórios, por vezes até perversos, que levam a supor não existir uma rigorosa compreensão das características multisectoriais do problema.

A proibição é o princípio fundamental que tem inspirado as políticas em relação às drogas, mas as dúvidas sobre a sua eficácia reflectem-se, antes de mais, nos resultados.

A política proibicionista não conseguiu deter o consumo de drogas, existe uma criminalidade que é sua consequência, existe mortalidade associada, muitas vezes, à impureza das substâncias, a SIDA e outras doenças transmissíveis aumentaram, também, na sua relação com a droga.

Mesmo os Estados mais acerrimamente proibicionistas desenvolvem hoje políticas de redução dos riscos, como as campanhas de trocas de seringas ou os tratamentos de substituição com metadona.

O debate na comunidade científica e na sociedade portuguesa, em geral, deve procurar o modelo que possibilite a redução da nocividade do consumo de drogas, nos indivíduos e na sociedade.

O debate deve reconhecer a dimensão ética e multidisciplinar do problema não redutível a posições tecnocráticas nem a saberes únicos.

Deve reconhecer que a marginalização e crítica sistemática dos cidadãos dependentes de substâncias só contribui para o agravamento do problema e que, pelo contrário, uma política de droga deve também ter como preocupação a audição organizada das experiências pessoais dos utilizadores de drogas.

Como já afirmei anteriormente não posso aceitar que a guerra à droga se transforme na guerra aos utilizadores de drogas.

O debate deve ter ainda em conta a história de sucessos e insucessos das políticas desenvolvidas nas últimas décadas, as experiências ocorridas em certas comunidades locais, aqui e em outros países, e a procura de consensos nacionais numa matéria que é reconhecidamente melindrosa.

O equilíbrio entre as diversas perspectivas sérias sobre esta matéria é difícil de determinar. Tenho consciência que os dados actualmente disponíveis não nos permitem antecipar, com rigor, as consequências de uma política alternativa. O que significa, minhas senhoras e meus senhores, que há seguramente, um défice na investigação e no estudo multidisciplinar, como já acentuei. Que este Seminário permita debater e, também, incentivar, ainda mais, a investigação, são os meus propósitos.

Penso que a experiência nos mostra já que a prevenção primária é e será um dos pontos chave de uma estratégia de redução do consumo das drogas.

E se pretendermos tornar mais efectiva a prevenção primária ela deve ter lugar nos primeiros anos do ensino obrigatório.

A inclusão de informação sobre a droga no currículo escolar será uma forma de as crianças e os adolescentes adquirirem gradualmente conhecimentos e atitudes na relação com a droga. Acções preventivas nas comunidades locais e em grupos específicos da população, a formação dos pais e a sensibilização de agentes sociais determinantes, deverão também ser considerados.

Nas políticas de redução do risco conseguimos já alguns progressos, desde o programa de troca de seringas até às experiências com drogas de substituição, que devem ser permanentemente monitorizadas e avaliadas na sua eficácia clínica, social e económica. O crescimento do número de unidades oferecendo um conjunto de programas — tratamento, terapia familiar, programas de redução de risco — constitui, provavelmente, o eixo da estratégia da intervenção dos cuidados de saúde, mas a avaliação das variadas intervenções deve também ser permanente: os gastos tiveram um crescimento tão acentuado que se exige uma especial atenção à utilidade, à eficiência e à equidade na utilização dos recursos.

Os problemas relacionados com o consumo de drogas devem ser estudados e tratados por uma variedade de profissionais: professores, médicos, psicólogos, técnicos de serviço social, juristas, epidemiologistas, economistas, sociólogos, jornalistas, que necessitam de uma formação acrescida nesta área visando uma compreensão multidisciplinar.

Uma nota final para todos aqueles que diariamente lutam contra este problema. Têm à vossa frente um trabalho gigantesco na prevenção junto das famílias, na escola, na comunidade em geral, no tratamento ambulatório e no internamento, na reinserção, no incentivo à reconquista da auto-estima.

O êxito ou inêxito de uma qualquer política depende do vosso estudo, do vosso empenhamento e da vossa confiança na resolução colectiva deste problema.

Desejo-vos um bom trabalho.

Cerimónia de Apresentação do Relatório Anual sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia
Palácio Fronteira
Lisboa
4 de Novembro de 1997

Desejo, em primeiro lugar, saudar os responsáveis do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, e transmitir-lhes a minha satisfação por Lisboa ter sido escolhida como sede deste centro de informação da União Europeia, o que muito honra, também, o meu País.

Quero, ainda, deixar uma saudação a todos os participantes na elaboração do Relatório Anual sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia, membros dos pontos focais nacionais dos 15 Estados membros e da Comissão Europeia e, também, de outras organizações internacionais que colaboram com o Observatório.

Este Relatório vai constituir, seguramente, um importante instrumento técnico e político para que as autoridades nacionais e as comunitárias, os profissionais e os investigadores contribuam, cada vez mais, para a protecção da população e, em especial, das crianças, dos riscos do uso das drogas, o que, aliás, constitui o mandato explícito conferido no acto de criação do Observatório.

Como é sabido, a minha preocupação com o problema da droga não é recente e a organização, em Junho deste ano, de um Seminário sobre este tema ilustra bem a importância que lhe atribuo. Afirmei, nessa altura, que não tinha por objectivo encontrar, num dia, a solução para o problema da droga, mas esperava poder dar uma outra visibilidade ao debate e que as variadas contribuições nos permitissem conhecer melhor os caminhos a percorrer.

Verifico com satisfação que nos últimos meses se assistiu a uma empenhada discussão, na comunidade científica e na sociedade portuguesa, em geral. O debate visa a procura de um modelo que possibilite a redução dos efeitos negativos do consumo de drogas quer nos indivíduos quer na sociedade. É isso que é importante.

Em Portugal, como em toda a Europa, temos, desde logo, que conhecer, com rigor, a dimensão do problema. Parece-me necessário, como se propõe neste relatório, que se realize em toda a União Europeia um inquérito sobre a extensão e a natureza do consumo de drogas.

Este é um problema manifestamente transnacional e que exige um grande esforço de cooperação, coordenação e harmonização. Será que é possível caminhar em direcção a uma política europeia no domínio da droga? Creio que este caminho não poderá deixar de ser seguido, um dia, se se quiser dar uma resposta eficaz a esta realidade.

A informação de que já se dispõe em Portugal permite concluir que a droga e os dramáticos problemas a ela associados, já não se circunscrevem apenas às grandes áreas urbanas. Eu próprio que percorro regularmente o País de Norte a Sul, posso dar-vos o testemunho pessoal do que me contam as populações e as autoridades no interior do país, onde tanta coisa falta, mas onde a droga cresce. Eu conheço a angústia em que vivem as populações onde a conjugação de taxas elevadas de insucesso escolar, de desemprego e consumo de droga constitui um quotidiano dramático para quem tem de assegurar o futuro dos seus filhos. Eu não ficarei indiferente a esta realidade.

Para muitos portugueses, aliás, a questão da droga constitui hoje a sua principal preocupação. Esta situação não pode continuar. É preciso dar segurança e confiança às populações, diminuir-lhes

a dimensão da ameaça em que se encontram. O problema é de enorme complexidade. O esforço a fazer exige o empenhamento de todos e o recurso a todos os meios possíveis. As sociedades e os poderes políticos que não encararem este problema como uma prioridade nunca poderão verdadeiramente afrontá-lo e nunca restituirão às populações a esperança na diminuição dos seus efeitos. A mera análise estatística do problema aponta para o agravamento da situação, não obstante ser visível — quero sublinhá-lo bem — o esforço, cada vez maior, do governo e da sociedade civil quer nas políticas preventivas quer nas políticas repressivas. A toxicodependência é o produto de uma conjugação de factores de vulnerabilização presentes nas nossas sociedades. Por isso, é importante compreender que uma parte do sucesso do combate a este problema radica na diminuição das condições sociais adversas que favorecem a sua expansão. Quero com isto dizer que nem as políticas preventivas, nem as políticas repressivas, por si só, resolvem o problema se não forem acompanhadas de fortes políticas de combate à exclusão social.

O saudável debate que atravessa hoje a sociedade portuguesa deve reconhecer a dimensão ética e multidisciplinar deste grave problema de civilização, não redutível a posições tecnocráticas ou a saberes únicos. É preciso abertura de espírito, coragem e a percepção de que experiências ocorridas em certas comunidades locais, aqui e em outros países, exigem uma cuidada avaliação para que as decisões estratégicas sejam tomadas com base nos resultados da experimentação e da investigação e não em preconceitos.

Mas deve reconhecer-se, também, quero sublinhá-lo, que há limites éticos e legais que a sociedade estabelece para a transgressão e que uma maior tolerância não poderá nunca significar uma menor responsabilização.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Na última década assistimos a um dramático aumento do problema da droga que não exclui, praticamente, país nenhum do mundo.
A produção e o tráfico de droga constituem, hoje, uma poderosa indústria e comércio transnacionais e os seus efeitos são múltiplos e perversos: os danos físicos e psíquicos produzidos nos consumidores; a criminalidade associada ao consumo de droga; as elevadíssimas despesas nas estratégias de redução da procura e redução da oferta; e, inclusive, a ameaça a interesses vitais dos Estados e das Sociedades, como o desenvolvimento económico, a estabilidade política e a própria democracia.
Sigo, assim, com muita atenção os passos que têm sido dados para reduzir os efeitos mais dramáticos que as drogas provocam nos indivíduos e nas sociedades.
Aliás, registo com muita satisfação e orgulho o relevante papel que Portugal tem sido chamado a representar em algumas destas instâncias internacionais. Julgo tratar-se de um indicador importante que traduz o trabalho, o entusiasmo, e a competência, dos nossos peritos.
Nesta matéria de tão forte complexidade não pode haver uma boa decisão política assente em dados incompletos ou grosseiros. Os resultados do trabalho efectuado por este Observatório Europeu vão influenciar as políticas que forem desenhadas e aplicadas para conter os efeitos dos problemas das drogas. Por isso desejo-vos a continuação de um bom trabalho.

Sessão de Abertura
do II Congresso do Desporto
(Intervenção de Improviso)
Hotel Penta
Lisboa
15 de Novembro de 1997

Em primeiro lugar, saúdo a Confederação do Desporto de Portugal, entidade com a qual tenho mantido contactos diversos, concluindo que se trata de um ponto de encontro das diversas áreas do desporto nacional.
Exactamente por se tratar de um ponto de encontro, pode desempenhar, e julgo que o tem conseguido, um papel significativo: numa perspectiva realista, mas também optimista, a Confederação solidifica um conjunto de princípios importantes para a estabilidade do fenómeno desportivo em Portugal. Para que o desporto se dirija àquilo que importa e não, como muitas vezes acontece, a aspectos laterais que ocupam as atenções, mas que desfocam as mais importantes e essenciais.
Portanto, uma saudação muito sincera ao Congresso, pelo forum de discussão do tema da Alta Competição que propõe.
Não poderia deixar de me associar à circunstância de a Confederação do Desporto de Portugal e o Projecto Vida terem assinado um protocolo relativo à prevenção da toxicodependência. Felicito vivamente os signatários deste protocolo.
Com esta atitude, a Confederação do Desporto deu-se, primeiramente, conta da dimensão do problema da toxicodependência. De facto o problema está aí, e as Associações, as Federações, a Confederação, os desportistas em geral, têm um papel muito significativo na batalha da prevenção, da pedagogia, do esclarecimento, na criação de possibilidades para que, através da sua actividade, os

mais jovens obtenham, desde as primeiras idades, uma estima especial por si próprios. É essa auto-estima que se revela um dos mais importantes antídotos para evitar a propagação do flagelo. Se tivessem tido, como eu tive, por razões oficiais, a possibilidade de escutar todos os Presidentes da América Latina, verificariam quão corrosivo é este fenómeno da toxicodependência. A tal ponto que já não é muito possível estabelecer, em algumas circunstâncias, as fronteiras da legalidade e da corrupção, quais as fronteiras entre países estabilizados do ponto de vista democrático e outros que, porventura, já não conseguem deter este flagelo, que acaba por condicionar decisivamente a vida das instituições. Reside pois, nesta intenção, razão de sobra para saudar efusivamente os subscritores do protocolo, acreditando que ele constitua mais uma pista para que o problema da toxicodependência seja assumido como um problema com o qual estamos a viver todos os dias e que não está, pura e simplesmente, ao largo. Pelo contrário, ele está aí, requer uma atenção especial, necessita de todos os esforços, sejam eles modestos, complicados, mais científicos, menos científicos, organizados e avaliados. Sem dúvida que todos os desportistas, todas as instituições de desporto, vão dar, com certeza, um contributo muito importante nesse sentido. A verdade, senhor Ministro Adjunto, senhor Secretário de Estado do Desporto e senhores congressistas, é que o desporto tem ocupado um lugar crescente na vida social dos portugueses, por variadíssimas razões. Não será estranho que algumas delas tenham a ver com a democracia e a consequente descentralização do fenómeno desportivo, realizado e suportado pelas várias associações e autarquias locais, que, de Norte a Sul do País, têm dedicado a esta tarefa, ao nível das infra-estruturas, significativos apoios e também, obviamente, por parte dos Governos, que consideram esta área de grande importância formativa.

Por isso, associados à crescente motivação que os órgãos de comunicação social, da especialidade e não só, têm dedicado ao tema, podemos perceber que o fenómeno desportivo, hoje, cruza a sociedade portuguesa em todas as direcções. A Confederação certamente se aplicará ao desenvolvimento das melhores razões, porque, quanto mais fortes elas forem, menos espaço haverá para as menos boas que, às vezes, como dizia, nos têm também preocupado.

Mas o essencial é a articulação entre o Desporto e a Escola, com programas permanentes, com descentralização assumida em cada momento. Isto permitirá que se formem atletas destinados à Alta Competição, e que isso, como dizia o senhor Ministro, funcione como um estímulo que dê força a todos aqueles que, às vezes, em condições também difíceis, procuram dedicar-se à sua modalidade preferida.

Queria, também, sublinhar uma referência anterior ao tema do mecenato. Estamos na altura de estudar formas de mecenato para a actividade desportiva. Embora o país se debate com a questão da justiça fiscal, o mecenato desportivo pode ter incidências positivas que cumpre estabelecer e desenvolver.

No que respeita ao tema do vosso Congresso, não vou, obviamente, abordá-lo, pois isso compete aos senhores congressistas e aos especialistas. A verdade é que a Alta Competição produz um orgulho nacional, é um difusor da prática desportiva é, nos seus exactos limites, e sem particulares exageros, uma forma de nos sentirmos profundamente felizes, quando as vitórias ocorrem. Mas também devemos sentir-nos felizes mesmo quando elas não ocorrem, como sempre tenho afirmado, porque a simples ideia do que representa de esforço, de determinação, de paciência, de luta contra tantas adversidades, que um atleta de Alta Competição precisa de percorrer, também merecem, em todos os momentos,

a nossa avaliação criteriosa e não demagógica. Tudo quanto contribua para a clarificação e aprofundamento do regime da Alta Competição é bem vindo.

Senhores Congressistas,

Há meses, no Estádio Universitário de Lisboa, durante a inauguração das Jornadas Europeias da Juventude Olímpica, estive ao lado do presidente do Comité Internacional Olímpico, senhor Juan António Samaranch, e tive ocasião de abordar esse tema centralíssimo da Alta Competição que é o «doping». Julgo que não é possível discutir o assunto sem afrontarmos, claramente, a credibilização da prática desportiva, para que não restem dúvidas permanentes sobre o que está a acontecer quanto aos resultados desportivos. Certamente que este Congresso se debruçará sobre este tema, transformando-o num movimento generalizado. A ruptura a favor da credibilidade do desporto, é absolutamente indispensável.

Meus caros congressistas, desejo a todos um bom trabalho, que será, certamente, sereno e irá produzir frutos para todos aqueles que estão interessados no desporto em Portugal. Por isso, em boa hora o Congresso do Desporto se realiza.

CAPÍTULO IX | TIMOR

«A questão de Timor-Leste passou a ser uma causa internacional, e essa mudança é irreversível. A opinião pública internacional, os parlamentos democráticos, as organizações de solidariedade não-governamentais tomaram nas suas mãos a causa timorense.»

Cerimónia de Lançamento do Livro
Timor-Leste Nobel da Paz
Assembleia da República
14 de Março de 1997

Quero começar por agradecer o convite para estar presente no lançamento da edição portuguesa dos discursos da cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz ao Bispo D. Carlos Ximenes Belo e ao Dr. José Ramos Horta.

Desejo também cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia da República que, em boa hora, abriu as portas desta Casa para a apresentação deste volume.

É um gesto revelador da importância nacional da causa de Timor-Leste, que merece um consenso claro e constante do conjunto das forças políticas portuguesas representadas na Assembleia da República.

E, naturalmente, estão de parabéns os editores portugueses, que tão prontamente se empenharam na publicação destes discursos, para a qual tive o privilégio de poder contribuir, sem pretensões, com um breve prefácio, por sugestão dos editores e com a concordância dos laureados, que muito me honrou. Estou certo de que a sua iniciativa merecerá a melhor resposta do público português.

É impossível exagerar a importância da atribuição do Prémio Nobel da Paz para a consagração da causa timorense como uma grande causa internacional, que mobiliza, cada vez mais, a opinião pública e os movimentos democráticos, por toda a parte. A atribuição do Nobel da Paz é uma homenagem à causa de Timor-Leste, na pessoa do Bispo de Díli, que se tornou o seu

símbolo universal, e de José Ramos Horta, dirigente, desde a primeira hora, da resistência timorense.
A escolha do Comité Nobel da Paz foi exemplar, bem com os seus termos de referência, que referem o empenho na procura de uma solução diplomática justa da questão timorense, assente no reconhecimento do direito de autodeterminação, como um direito inalienável do povo de Timor-Leste.
A atribuição do Prémio Nobel da Paz a D. Carlos Ximenes Belo e a José Ramos Horta é também uma lição. Desde logo, uma lição de confiança na resistência extraordinária do povo heróico de Timor-Leste, que nunca desistiu de lutar contra a opressão e a usurpação dos seus direitos. É ainda uma lição de firmeza dos princípios, nomeadamente em relação à defesa do direito da autodeterminação. Finalmente, espero que seja uma lição para os pessimistas, que nunca desistiram de qualificar a questão de Timor-Leste como uma causa perdida.
Tive a honra de ser convidado por ambos os laureados para assistir à cerimónia de Oslo. Foi um momento inesquecível, e não escondo que me emocionou profundamente. Os três discursos — do Presidente do Comité Nobel da Paz, do Bispo de Díli e do Dr. Ramos Horta — foram, todos, intervenções notáveis, de grande elevação e da maior importância política.
Essas intervenções confirmam, no essencial, a justeza da posição portuguesa em relação à causa timorense. Portugal não tem quaisquer interesses em Timor-Leste: o seu único propósito é garantir o respeito pelo direito internacional e contribuir para resolver a questão timorense, designadamente num quadro de cooperação com o Secretário-Geral das Nações Unidas. O nosso objectivo resume-se a assegurar uma fórmula pacifica e democrática para a resolução dessa questão, através do livre exercício do direito de autodeterminação do povo de Timor-Leste, e a defen-

der os direitos humanos da comunidade timorense, constantemente violados pelo brutal regime de ocupação militar indonésio. A nossa firmeza nas questões de principio é reconhecida e valorizada por todas as partes. Mas, sobretudo, é importante constatar esse reconhecimento por parte da própria comunidade timorense, na pluralidade das suas forças e correntes políticas. Pela minha parte, tudo farei para continuarmos a merecer a confiança da comunidade timorense, à qual nos unem obrigações imprescritíveis e vínculos históricos inquebráveis.

Sessão de Encerramento
da «Acção de Formação
para a Democracia em Timor-Leste»
Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa
Lisboa
18 de Maio de 1997

Aceitei com muito gosto o convite do Professor Barbedo de Magalhães para estar presente nesta sessão de encerramento da Acção de Formação para a Democracia em Timor--Leste, que considero uma iniciativa muito importante e de grande oportunidade.

Creio ser devido, desde logo, um agradecimento especial ao Professor Barbedo Magalhães, não só pelo sucesso desta iniciativa, como pelo seu empenho permanente, e inteiramente desinteressado, na defesa da causa timorense, que muito deve ao responsável pelas Jornadas de Timor-Leste. A sua devoção e persistência, mesmo nos momentos mais difíceis, são um exemplo para todos nós.

Espero que este curso de formação democrática para os jovens timorenses em Portugal seja apenas o primeiro, e que possa ter sequência, como está previsto pelos organizadores, já a partir de Outubro deste ano.

A questão de Timor-Leste não se pode separar do tema da democracia. Desde logo, porque está em causa o livre exercício do direito de autodeterminação, um direito imprescritível que a comunidade internacional reconhece, solenemente, aos Timorenses. Para ser válido, e aceite como tal pela comunidade internacional, um acto de autodeterminação deve ser democrático, e praticado em condições de efectiva liberdade, sob supervisão das Nações Unidas.

Como todos sabem, é esse o objectivo último de Portugal. Não temos nenhum interesse material ou egoísta em relação a Timor-Leste. O sentido da nossa política, determinado pelo estatuto de Portugal como potência administrante de jure, corresponde à obrigação de completar o processo de descolonização, brutalmente interrompido pela invasão indonésia, e de defender os direitos humanos em Timor-Leste, constantemente violados pelo regime de ocupação militar.

O nosso dever só estará cumprido quando os Timorenses puderem decidir, livremente, sobre o seu destino colectivo. Estamos, como sempre, empenhados em colaborar com o Secretário-Geral das Nações Unidas para o apoiar, com lealdade e firmeza, no cumprimento do seu mandato, para garantir uma resolução realmente justa, pacífica e democrática da questão de Timor-Leste. Não obstante a parte indonésia continuar presa de um imobilismo paralisante, queremos reconhecer, nas iniciativas do novo Secretário-Geral das Nações Unidas, um sinal de esperança.

O tema da democracia está ligado à questão da democracia também pela vontade, cada vez mais evidente, da comunidade timorense querer construir o seu futuro colectivo num regime de liberdade e num quadro de efectivo pluralismo político.

Essa vontade, que nos chega de tantos testemunhos directos sobre a situação em Timor-Leste, nasceu e fortaleceu-se na extraordinária resistência da comunidade timorense contra a violência da ocupação indonésia e na luta pelo direito à autodeterminação.

Na sua maturidade, feita do longo sacrifício de um povo mártir e indomável, a comunidade timorense adquiriu uma consciência clara da sua identidade própria e dos valores do direito, da democracia e da liberdade, que passaram a orientar a sua luta. Em Timor-Leste, como em tantos outros casos, a resistência à usurpação e à opressão tornou-se a melhor escola da democracia.

Nesse contexto, creio ser particularmente importante o processo político iniciado com o diálogo intratimorense, no quadro do mandato e sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas. De certo modo, o diálogo intratimorense representa um primeiro passo no sentido da reconciliação entre todas as principais correntes da comunidade timorense e, sobretudo, pode constituir o esboço inicial de um processo pluralista de formação da vontade política dos Timorenses, decisiva para a resolução pacífica e democrática da questão de Timor-Leste.

Portugal sempre apoiou o diálogo intratimorense, que corresponde a uma forma de intervenção da comunidade timorense no processo de conversações que se realiza sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, e no qual devem participar todas as partes interessadas. Pela nossa parte, continuaremos a seguir, com a maior atenção e grande expectativa, a evolução do diálogo intratimorense.

Penso que estas breves referências servem para justificar a importância que atribuo à iniciativa do Professor Barbedo Magalhães. A sua acção de formação para a democracia é um instrumento precioso para a preparação política dos jovens timorenses e, ao mesmo tempo, um acto de confiança num futuro de democracia e liberdade para Timor-Leste.

Jantar de Homenagem
ao Prémio Nobel da Paz 96
D. Ximenes Belo
Palácio Nacional de Queluz
Lisboa
21 de Maio de 1997

É para mim uma honra e um privilégio receber Vossa Excelência Reverendíssima, para prestar ao Bispo de Díli a homenagem que lhe é devida por Portugal e pelos Portugueses.
Todos os Portugueses conhecem o Bispo D. Carlos Ximenes Belo. A sua coragem e o seu heroísmo, expressos na voz clara do pastor de Díli, que se levanta sozinha contra a opressão e a violência, tornaram-no, desde há muito, o símbolo da liberdade e da paz para todos nós.
Figura exemplar da Igreja Católica, D. Ximenes Belo dá-nos, todos os dias, uma lição de fé e de tolerância. Chefe espiritual de uma comunidade mártir, o exemplo da sua força tranquila desenvolveu a cada um dos Timorenses o sentimento profundo da dignidade individual e a determinação de lutar pelos seus legítimos direitos, constantemente violados por um regime de ocupação brutal.
Incansável na defesa do seu povo, o Bispo de Díli é uma referência da consciência universal, uma referência obrigatória para todos os que lutam pela liberdade, pela democracia e pelos direitos do Homem. Em boa hora, o Comité Nobel da Paz quis consagrar o reconhecimento internacional desse estatuto, com a atribuição do Prémio Nobel da Paz: não podia ter feito uma melhor escolha.
A atribuição do Prémio Nobel da Paz a duas insignes personalidades timorenses, feita em nome da paz e do respeito pelo di-

reito de autodeterminação, representa uma viragem decisiva na história de Timor-Leste. É, sem dúvida, um marco de esperança na longa e trágica luta de uma pequena comunidade, sem outra defesa perante a usurpação indonésia além da sua vontade indómita de resistir.

Desde logo, para todos os Timorenses, o Prémio Nobel significa o fim de um terrível isolamento. A questão de Timor-Leste passou a ser uma causa internacional, e essa mudança é irreversível. A opinião pública internacional, os parlamentos democráticos, as organizações de solidariedade não-governamentais tomaram nas suas mãos a causa timorense.

A questão de Timor-Leste deixou de ser um problema remoto e ignorado, para estar presente, em permanência, na agenda internacional. O interesse crescente dos principais meios de comunicação pela situação em Timor, a condenação da Indonésia na resolução da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, o empenho do novo Secretário-Geral das Nações Unidas na procura de uma resolução justa, pacifica e democrática da questão timorense são apenas os exemplos mais recentes da mudança.

Mais tarde ou mais cedo, o regime autoritário indonésio terá de tirar as consequências políticas da viragem internacional. Nesse sentido, a resposta indonésia à atribuição do Prémio Nobel de Paz, com a recrudescência da violência e das perseguições em Timor-Leste, de que Vossa Excelência Reverendíssima é testemunha quotidiana, parece-me ser, sobretudo, um sinal de fraqueza e de impotência perante a vontade dos Timorenses para afirmar a sua identidade própria e conquistar a sua liberdade.

Senhor Bispo de Díli,

As minhas palavras de pouco valem perante o sofrimento da comunidade mártir de Timor-Leste, que tenho sempre presente.

Quero reiterar-lhe, solenemente, o compromisso de Portugal e dos Portugueses de tudo fazer para garantir o exercício livre e democrático do direito inalienável de autodeterminação, que a comunidade internacional reconhece ao povo de Timor-Leste, e para defender, em todas as instâncias, a pacificação do Território e os direitos dos Timorenses.

Nesse sentido, continuamos prontos para colaborar com o Secretário-Geral das Nações Unidas, com lealdade e firmeza, e para apoiar os seus renovados esforços para institucionalizar o diálogo intratimorense, onde a participação de Vossa Excelência Reverendíssima e a sua autoridade única será decisiva para consolidar um processo que considero indispensável para a reconciliação, a paz e a democracia em Timor-Leste.

Por último, creio ser pertinente referir a necessidade de multiplicar os actos concretos de solidariedade dos Portugueses e da comunidade internacional em relação a Timor-Leste e, designadamente, para com a Igreja timorense.

Em Portugal, a causa timorense é uma causa nacional, que despertou os sentimentos mais generosos e o espírito de solidariedade da juventude: as suas iniciativas e o seu apoio são preciosos para os Timorenses, tal como a sua confiança num futuro de liberdade, paz e de democracia para Timor-Leste que, estou certo, todos nós saberemos partilhar.

Peço a todos que me acompanhem num brinde ao Senhor Bispo de Díli, D. Carlos Ximenes Belo, Nobel da Paz, a quem exprimo o meu profundo reconhecimento e desejo os maiores sucessos pessoais.

Sessão de Encerramento
das «VII Jornadas de Timor-Leste»
Reitoria da Universidade do Porto
Porto
20 de Julho de 1997

Tive muito prazer em aceitar o amável convite do Professor Barbedo de Magalhães para participar na sessão de encerramento das VII Jornadas de Timor-Leste da Universidade do Porto.

As Jornadas de Timor da Universidade do Porto representam um marco pioneiro na história dos movimentos de solidariedade para com a causa timorense.

Desde as primeiras Jornadas, em 1989, nos bons e, sobretudo, nos maus momentos, ficou demonstrada a sua qualidade essencial, como forum livre e aberto, onde se podiam reunir todas as correntes políticas da resistência timorense.

Como cidadão e como responsável político, pude acompanhar de perto a evolução das Jornadas, a sua gradual internacionalização e a crescente atenção aos problemas da unidade e da democracia.

E sou testemunha, como todos os presentes, da admirável persistência do Coordenador das Jornadas, o professor Barbedo de Magalhães, a quem devo prestar uma reiterada homenagem. Mas homenagem mais vasta, naturalmente, e com profundo respeito, para os participantes e sobretudo para aqueles que da Indonésia e de Timor, sobretudo, aqui estiveram presentes.

A questão de Timor-Leste entrou numa nova fase, com a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo D. Carlos Ximenes Belo e ao Dr. José Ramos Horta. Como referi na altura, no próprio dia do anúncio da decisão do Comité do Nobel da Paz,

esse gesto extraordinário consagrou a causa timorense como uma grande causa internacional. Ninguém, nem os mais cépticos, pode negar essa realidade. Ninguém, nem os mais obstinados opositores da liberdade timorense, pode deixar de tirar as consequências políticas dessa viragem decisiva.

Os factos essenciais dos últimos meses indicam uma tendência clara. A comunidade internacional quis exprimir o seu reconhecimento da gravidade da situação em Timor-Leste com a condenação da Indonésia na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

A União Europeia aprovou uma posição comum que demonstra a crescente solidariedade dos nossos parceiros para com as posições portuguesas de defesa do direito em Timor-Leste.

O Congresso dos Estados Unidos voltou a tomar posição, em termos enérgicos, contra as constantes e brutais violações dos direitos cívicos e políticos em Timor-Leste, e o Presidente Clinton encontrou-se, pela primeira vez, com o Bispo Belo.

A nomeação do Bispo de Baucau, D. Basílio de Nascimento, constituiu um passo crucial para fortalecer a Igreja Católica em Timor-Leste, na defesa de uma comunidade cristã mártir.

Por outro lado, a questão de Timor-Leste tornou-se um tema permanente na grande imprensa internacional, e designadamente nos canais internacionais de televisão. Todos os acontecimentos relevantes da vida timorense passaram a merecer uma atenção sem precedentes, quebrando, definitivamente, o isolamento extremo do povo heróico de Timor-Leste.

Enfim, o novo Secretário-Geral das Nações Unidas mostrou o seu empenho na procura de uma resolução diplomática, pacifica e democrática da questão de Timor-Leste, com a nomeação de um representante pessoal. No último encontro interministerial de Nova Iorque, as propostas do Secretário-Geral, que merece-

ram todo o apoio das autoridades portuguesas, deram um impulso sério às conversações, e tornaram possível avançar para a institucionalização do processo de diálogo intratimorense.

É difícil avaliar a posição indonésia. Os reflexos violentos do regime militar de ocupação persistem intactos em Timor-Leste. As manifestações de apoio ao Prémio Nobel da Paz em Timor foram reprimidas, as perseguições, as prisões e a tortura continuam: a morte trágica do Comandante David Alex veio, mais uma vez, lembrar-nos, com crueza, a realidade brutal da ocupação indonésia. Porém, ninguém duvida que, pela força das coisas, existe uma profunda revisão interna da política indonésia.

Estas circunstâncias exigem de todos nós um esforço acrescido tanto de firmeza nos princípios essenciais, como de flexibilidade na procura de modalidades concretas que abram caminho a uma evolução positiva da questão timorense.

Portugal tem uma posição constante e clara: o nosso único interesse em Timor-Leste é garantir o exercício livre e democrático do direito de autodeterminação que a comunidade internacional reconhece aos Timorenses orientais. É esse o novo dever perante a comunidade internacional, como potência administrante de jure, é essa a nossa obrigação moral perante o povo de Timor.

Defendemos também a institucionalização do processo de diálogo intratimorense, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas, no cumprimento do seu mandato para a resolução da questão de Timor-Leste. Esse processo é fundamental para a construção de uma vontade política timorense, para a expressão livre e plural das orientações da comunidade política timorense.

Se me permitem, gostaria, por último, de me dirigir pessoalmente aos Timorenses, sobretudo aos representantes das várias correntes da resistência aqui presentes. Por certo, todos sentem profundamente, neste momento, o peso das suas responsabilidades.

Pela minha parte, tenho a esperança de que esse sentimento se traduza num espirito de unidade e numa plataforma politica onde se possam aliar ao princípio da autodeterminação a defesa dos valores do pluralismo e da democracia.
Estou certo de que essa via tornará mais próximo o fim de uma longa jornada, no dia da liberdade em Timor-Leste.

Cerimónia de Apresentação
da Fundação Paz e Democracia
Monsenhor Martinho da Costa Lopes
Assembleia da República
Lisboa
19 de Dezembro de 1997

Quero, em primeiro lugar, agradecer o convite que me foi dirigido pelo Dr. José Ramos Horta, em nome da Fundação Paz e Democracia — Monsenhor Martinho da Costa, para participar nesta cerimónia, que aceitei com muito prazer.

Quero também cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia da República, bem como o senhor Presidente da Comissão Eventual de acompanhamento da questão de Timor-Leste, por terem querido associar o parlamento à apresentação pública da Fundação Monsenhor Martinho da Costa Lopes. É um sinal inequívoco da importância nacional da causa timorense, que reúne o consenso e a solidariedade de todos os partidos parlamentares.

Faz hoje um ano, tive a honra de estar presente, a convite do Bispo D. Ximenes Belo e de José Ramos Horta, na cerimónia de atribuição do Prémio Nobel da Paz, que distinguiu duas personalidades eminentes, símbolos da comunidade mártir de Timor-Leste.

Esse momento inesquecível marcou uma viragem decisiva. A luta heróica dos timorenses pela sua autodeterminação tornou-se uma grande causa internacional, que mobiliza todos os que defendem os princípios do direito e da liberdade, e passou a merecer, por parte dos meios de comunicação, uma atenção permanente, que reflecte bem o interesse e o apoio crescente da opinião pública internacional ao povo de Timor-Leste.

Essa mudança irreversível criou novas responsabilidades para todos nós e, de um modo particular, para os dirigentes da comunidade e da resistência timorense.
Timor deixou de ser uma questão ignorada sobre um território remoto, perdido nos limites da Ásia Oriental, para ocupar, finalmente, um lugar de relevo na agenda internacional, que foi conquistado pela resistência indómita dos Timorenses contra a brutal ocupação indonésia.
Nesse contexto, tornou-se imperativa uma adaptação das próprias formas de organização da comunidade timorense. A recente criação da Fundação D. Carlos Ximenes Belo, em Díli e, agora, da Fundação Paz e Democracia — Monsenhor Martinho da Costa Lopes, em Lisboa, são passos decisivos nesse processo, que surgem, de resto, na sequência do Prémio Nobel da Paz.
A Fundação Monsenhor Martinho da Costa Lopes, cujo nome comemora o primeiro bispo católico da resistência timorense, está assente num sólido princípio de pluralismo político, que se exprime pela participação nos seus corpos dirigentes de personalidades relevantes de múltiplos quadrantes da comunidade timorense em diáspora. É um sinal de maturidade e de abertura, que considero muito importante para um futuro de liberdade, paz e democracia em Timor-Leste, e espero que esse espírito de unidade e de concertação se possa consolidar, para tornar possível uma plataforma democrática da resistência timorense.
Por outro lado, quero igualmente sublinhar a presença de personalidades portugueses de grande prestígio nos órgãos da Fundação, que realça o estatuto da causa timorense como uma questão nacional.
É um penhor incontestável do empenho dos Portugueses na defesa dos direitos imprescritíveis do povo irmão de Timor-Leste.

Portugal tem responsabilidades políticas e morais inalienáveis perante os Timorenses. Desde logo, tem a obrigação de garantir a restauração do direito em Timor-Leste. Tal só será possível no dia em que a comunidade timorense puder exercer, livre e democraticamente, o seu direito de autodeterminação, que lhe é reconhecido, solenemente, pelas Nações Unidas.

Até esse dia, nada nos fará desistir de defesa dos direitos dos Timorenses. É nosso dever continuar a tudo fazer para os proteger da repressão e da violência impostas pelo regime militar de ocupação indonésio.O sofrimento do povo de Timor-Leste é, ao mesmo tempo, uma tragédia e uma lição de coragem, que nos impõem não só uma solidariedade sem falhas, como rigor e firmeza nos princípios essenciais. Do mesmo modo, temos de nos empenhar, cada vez mais, na procura dos meios indispensáveis para assistir os Timorenses na consolidação da sua identidade própria e no seu desenvolvimento político, económico e social.

Pela minha parte, creio que a Fundação Monsenhor Martinho da Costa Lopes será um instrumento da maior importância na defesa dos Timorenses, incluindo a projecção da sua cultura e da sua identidade, a investigação da longa história de Timor-Leste, a formação de quadros de alto nível, ou a procura das estratégias de desenvolvimento do território.

Estou certo de que a sua acção, designadamente nesses domínios, merecerá o melhor apoio dos Portugueses, e quero felicitar o Dr. Ramos Horta pela sua iniciativa de constituir a Fundação Monsenhor Martinho da Costa Lopes, à qual desejo os maiores sucessos.

CAPÍTULO X | EUROPA

*«A União Europeia precisa de critérios
e de processos de convergência social que evitem
que os cidadãos atribuam à ideia europeia
a responsabilidade pelo incremento da desigualdade,
do desemprego, da pobreza e da exclusão social,
aumentando o número dos que se pronunciam
a favor das teses do isolamento nacinalista,
do racismo e da xenofobia.»*

*«Considero os objectivos do calendário europeu
com o um autêntico programa de refundação da Europa
no qual Portugal tem o direito e o dever
de participar activamente.»*

Sessão de Abertura
da X Conferência Anual
do *Semanário Económico*
Hotel Ritz
Lisboa
17 de Abril de 1997

Permitam-me, antes de mais, que cumprimente o *Semanário Económico* e os seus responsáveis pelo décimo aniversário desta Conferência Anual. É um caso saudável de qualidade e persistência, num País em que estas iniciativas são normalmente efémeras, por falta de interesse ou de vontade.

O tema deste ano tem, como em muitas das edições anteriores, uma preocupação essencialmente prospectiva, procurando desenhar os futuros possíveis e os problemas que eles suscitam. Sem pretender antecipar o debate, gostaria de deixar nesta breve mensagem introdutória algumas ideias simples sobre o presente, sobre os desafios do próximo futuro e, principalmente, sobre o que esses desafios exigem de todos nós.

Em relação ao presente, começo por sublinhar o crescente consenso que se vai desenhando quanto à possibilidade de Portugal cumprir os chamados critérios de convergência nominal inscritos no Tratado de Maastricht. Trata-se de um resultado importante a vários títulos:

- Em primeiro lugar, porque é um objectivo difícil, que não estava de modo nenhum adquirido à partida e que muitos julgavam mesmo inacessível; o facto de o termos agora ao nosso alcance representa um inequívoco êxito nacional, um exemplo de perseverança e concertação de esforços, um sinal de maturidade do sistema político-institucional e de capacidade de ajustamento do sistema económico e social;

- Em segundo lugar, porque esse resultado criou condições para conduzir, num contexto razoavelmente sustentado, o indispensável processo de desinflação da economia portuguesa, adaptando a gestão do enquadramento macroeconómico às novas condições de fronteira aberta que, mais tarde ou mais cedo, teríamos de enfrentar no âmbito da União Europeia; e, apesar de ser evidente, convém recordar, em defesa da importância deste ponto, que o momento da entrada na União Económica e Monetária é apenas uma etapa de um longo processo: no próximo futuro as regras serão estas, e aí reside uma das grandes mudanças que nos espera, para citar o título desta Conferência.
- Em terceiro lugar, porque cumprir os critérios de convergência permite a Portugal chegar ao crucial período de negociações intra-europeias que agora se aproxima com um mais amplo espectro de opções e, portanto, com um grau acrescido de autonomia estratégica.

A relevância destes três aspectos para o futuro do País e os sacrifícios pedidos aos Portugueses para que a estratégia de convergência nominal pudesse ter êxito reforçam-nos a obrigação de evidenciar este resultado e contrariar o culto da derrota e do conformismo em que tantos de nós tantas vezes se comprazem. Tenho encontrado esse mesmo espírito positivo, de adaptação e resposta, nos contactos com a realidade do País ao longo deste primeiro ano de mandato. É verdade que são iniludíveis os sinais negativos que o choque europeu, conjugado com o acelerado desaparecimento da antiga sociedade rural, deixou em muitas regiões e sectores produtivos; mas há exemplos modelares de empresas e empresários competitivos, de centros de investigação e inovação que funcionam, de escolas que contra-

riam a imagem geral de um sistema de ensino deficiente, de autarquias que conseguem ser factores de modernização e desenvolvimento.

Há, em suma, um Portugal que se adapta, que se moderniza, que se prepara para conquistar um lugar no processo de competição global que a integração europeia pressupõe. Chamar a atenção para esse Portugal, estimulá-lo, dá-lo a conhecer, é tão importante como enfrentar os problemas da sociedade que é posta em causa, que não pode ajustar-se e exige, por isso, políticas específicas de solidariedade. Os casos de ajustamento positivo mostram-nos um caminho, que não é pura e simplesmente defensivo ou baseado na esperança de mais um adiamento dos grandes compromissos.

Como é sabido, esses compromissos são sobretudo externos e relacionam-se com o previsível calendário do processo de integração europeia, que representa a principal condicionante exógena do nosso próximo futuro.

Com a segunda unificação da Alemanha, a construção da Europa fechou um ciclo. Prepara-se, agora, uma fase nova, marcada pela substancial alteração de alguns dos pressupostos que presidiram ao lançamento do movimento de construção europeia, há cerca de 50 anos. A conclusão da Conferência Intergovernamental sobre a revisão do Tratado de Maastricht, o Alargamento, a concretização da União Económica e Monetária, a concepção e aprovação das Perspectivas Financeiras pós-1999, as reforma das políticas comuns e a definição da nova estrutura institucional no âmbito da defesa e segurança são alguns dos grandes *dossiers* que nos próximos dois a três anos marcarão a exigente agenda da União Europeia.

Nenhum deles é politicamente dissociável dos restantes e, em conjunto, representam um autêntico programa de refundação da Europa comunitária. A organização desta negociação global é,

provavelmente, a mais importante questão estratégica que se coloca de imediato aos Portugueses, certamente no plano externo, mas também no âmbito da nossa vida doméstica, porque o que está em causa contribuirá para fixar, em larga medida, as condições de desenvolvimento do País a longo prazo.

Para todos os Estados membros, mas sobretudo para os de menor dimensão, os próximos anos representam um momento verdadeiramente decisivo, em que o poder relativo herdado do passado é um recurso ainda disponível para negociar as condições de integração futura e o ritmo de ajustamento do conjunto. Um momento como este não se repetirá tão cedo. E o equilíbrio que vier a ser encontrado estabelecerá, por muitos anos, os termos essenciais da relação de Portugal com a União Europeia. Cabe-nos pensar, organizar e realizar esta negociação com a visão estratégica e o sentido nacional que as circunstâncias indiscutivelmente impõem. E isso implica, entre outras coisas, criar na nossa vida pública o espaço necessário para a análise prospectiva dos principais problemas do País, utilizando melhor apenas um pouco das energias consumidas nas acessórias querelas paroquiais a que alguns parecem reduzir o debate político.

Este comentário conduz-nos à última das reflexões sobre o nosso próximo futuro que quero hoje deixar-vos. Trata-se da inseparável relação entre a mudança externa, consubstanciada simplificadamente no chamado desafio europeu, e a mudança interna que esse desafio exige. Tenho chamado várias vezes a atenção para este ponto, nomeadamente na última edição desta Conferência. A modernização e a integração europeia não se esgotam na negociação externa e no ajustamento do normativo interno, por muito importantes que sejam.

Traduzem-se — ou devem traduzir-se — num projecto político de mudança, envolvendo estratégias concretas, com objectivos

claros e calendários credíveis. É preciso pôr ao serviço desse projecto a mesma firmeza e determinação com que soubemos conduzir o processo de convergência nominal.

Um olhar global sobre a nossa realidade recente mostra-nos que as maiores dificuldades de adaptação estão centradas no Estado e nos seus grandes sistemas administrativos, entendidos num sentido lato: o sistema educativo, o sistema judicial, o sistema de saúde, o sistema de segurança social, o sistema fiscal, para referir apenas os mais representativos.

A sociedade mudou profundamente, nos últimos 20 anos, mas o Estado, excluindo o importante reajustamento da sua função empresarial directa, não se adaptou suficientemente à nova realidade do País.

Essa realidade exige do Estado, interna e externamente, novas funções e, sobretudo, uma forma nova de conceber e organizar as suas funções de sempre. É injusto não reconhecer os esforços de modernização que em muitos sectores da Administração se têm vindo a fazer, mas é sobretudo pouco lúcido ignorar que é preciso fazer mais, melhor e mais depressa.

O programa de mudança inscrito na agenda europeia, incluindo, obviamente, as obrigações decorrentes da União Económica e Monetária, é difícil e exigente, não apenas para a sociedade, mas sobretudo para o Estado. Os seus efeitos projectam-se a longo prazo e a longo prazo tem de ser pensada, por isso, a sua sustentação, para evitar rupturas perigosas, que o improviso ou o ajustamento espontâneo facilmente poderão gerar. Porque — permita-me a ironia, senhor Presidente — estas mudanças não nos esperam, como sugere o título desta Conferência. Acontecerão mesmo sem nós ou apesar de nós. E não aceitarão desculpas se chegarmos atrasados.

Desejo-vos um bom dia de trabalho.

«A Questão Social e a Solidariedade»
Conferência proferida
no Seminário Internacional «Europa Social»
Fundação Calouste Gulbenkian
Lisboa
7 de Maio de 1997

Desejo começar esta intervenção com dois agradecimentos, ambos dirigidos à Fundação Calouste Gulbenkian e aos organizadores desta Conferência sobre a Europa Social.
O primeiro é-lhes devido por terem concebido e realizado esta iniciativa de reunir em Lisboa um conjunto tão significativo de especialistas e de responsáveis políticos de alto nível para debater a questão social europeia.
O segundo agradecimento deriva da oportunidade que me é dada de discutir com os participantes o que entendo serem duas grandes exigências políticas dos nossos dias:
A de reformar o modelo social europeu, isto é, a de encontrar uma nova articulação entre eficiência económica, emprego e igualdade de oportunidades;
A de desenvolver a dimensão social europeia, isto é, a de definir objectivos comuns e de, a essa luz, se estabelecer uma nova partilha de responsabilidades e de meios entre a União Europeia e os Estados membros.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Portugal acaba de comemorar o vigésimo terceiro aniversário do fim da ditadura.
Depois de os militares porem termo a décadas de autoritarismo conservador e de a institucionalização da democracia ter reaberto o nosso futuro, a integração europeia passou a constituir uma opção estratégica para o desenvolvimento de Portugal.

A Europa aparecia, então, como um espaço de liberdade que soubera encontrar, nas três décadas que vão do fim da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 70, uma lógica de afirmação da sua identidade que articulava, de forma virtuosa, a liberdade política, a democracia representativa, o desenvolvimento económico e o progresso social.
Esse progresso social assentou, então, no pleno emprego, pelo menos tendencial, no crescimento regular do nível de vida da maioria das famílias, na edificação do Estado Providência.
A decisão de ligar o desenvolvimento de Portugal ao da Europa foi e permanece uma decisão de grande alcance, agora e no futuro.
Porém, quer a Comunidade Económica Europeia a que Portugal aderiu, quer o contexto global em que a construção europeia se realiza são, passado pouco mais de uma década, bastante diferentes.
Por um lado, não se podem ignorar os efeitos com que a globalização dos mercados financeiros, o reforço da competição empresarial à escala mundial, a mudança tecnológica e organizativa confrontam as sociedades europeias.
Por outro, a aceleração da integração europeia decorrente do Acto Único Europeu e do Tratado da União Europeia, conduzir-nos-à à revisão dos Tratados, à criação da moeda única europeia, à decisão sobre os critérios do alargamento, sobre as perspectivas financeiras pós-1999, à reforma das políticas comuns e à redefinição das estruturas institucionais da defesa e da segurança europeias.
Portugal tem realizado um reconhecido esforço de adaptação a estes novos cenários, ciente de que está perante desafios complexos, ligados a batalhas exigentes que temos de saber travar e vencer no plano nacional para podermos contribuir com sucesso para o êxito da construção europeia.

A generalidade dos indicadores de opinião mostra, aliás, que a larga maioria dos portugueses está consciente de que esses desafios e essas batalhas se travam em várias frentes e não podem ser ganhas se evitarmos enfrentar os problemas e nos remetermos a simplismos demagógicos ou a tacticismos inconsequentes.
A questão social é um desses campos, e constitui, como tenho tido ocasião de afirmar, um dos principais pontos da agenda política contemporânea.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Reconheço a incerteza como um dos traços definidores dos nossos dias e de toda a acção humana.
Conto-me, porém, entre os que entendem que a responsabilidade dos homens políticos exige o rigor da análise e a avaliação dos resultados à luz dos valores definidores da nossa identidade.
Mas, se sei bem que os valores predominantes não ficam imunes ao correr dos tempos e se reconheço a dimensão das mudanças ocorridas nas últimas décadas, permaneço fiel a uma concepção da cidadania que se quer activa e plena e é, por isso, indissociável da liberdade e da solidariedade.
É nesse quadro, creio, que se devem buscar novas soluções para algumas tendências contemporâneas do desenvolvimento económico que, reduzindo ou sacrificando a solidariedade, acabam por limitar o exercício da liberdade e dos direitos políticos a muitos dos nossos concidadãos e diminuem a governabilidade das sociedades em que vivemos.
O pacto social que, de diferentes modos e com base em especificidades próprias de cada país, regulou as relações entre o económico e o social nas sociedades democráticas e desenvolvidas da Europa, atravessa hoje uma profunda crise.
Convivemos agora com grandes dificuldades de acesso juvenil ao emprego, com maiores e mais vincadas exigências de qualifica-

ção e de reconversão profissional, com uma maior diferenciação dos usos do tempo de trabalho e de lazer, com uma diferente repartição do trabalho remunerado entre os sexos, com maiores percentagens de emprego precário, com a segmentação dos mercados de trabalho, com mais desemprego de longa duração, com novas formas de pobreza.

Tais problemas ilustram bem, no meu entender, a crise do pacto social tradicional, a que já me referi.

Todavia, durante as décadas de 80 e de 90 afirmou-se crescentemente uma concepção que tende a reduzir os problemas económicos à questão da competitividade empresarial e a conceber o campo das políticas sociais como um espaço residual limitado pela mudança induzida pelas tecnologias da informação, pelos efeitos da globalização dos mercados financeiros, pelas mudanças geoestratégicas decorrentes do fim da guerra fria e pela crítica às ineficiências das administrações públicas.

Estas tendências têm sido apresentadas como inelutáveis e universais. Para os que assim pensam, não haveria escolha porque não haveria alternativa possível: as sociedades europeias teriam de encarar o facto de que a globalização mataria as específicidades nacionais e regionais e exigiria menor intervenção pública na regulação do desenvolvimento económico.

Assim sendo, os valores sociais e os objectivos políticos que contrariam as tendências globais que referi estariam condenados a um papel marginal.

Colocada nestes termos, a questão social deste final de século aparece formulada como um dilema que obrigaria a optar entre, por um lado, a criação de emprego com um incremento das disparidades sociais e da disseminação da pobreza ou, por outro lado, a defesa de níveis elevados de protecção social com manutenção ou crescimento do desemprego de massa.

Face aos níveis elevados de desemprego que caracterizam as economias europeias, ganhou importância crescente um conjunto de teses que responsabilizam a intervenção das políticas públicas de protecção dos direitos sociais pelos altos níveis de desemprego. Para os que partilham destas teses, a aceitação da desregulamentação dos mercados de trabalho e a redução dos níveis de protecção social seriam, no contexto da globalização e da transição para a era da informação que as sociedades europeias vivem, os preços a pagar pela necessidade de reduzir o desemprego.

Os resultados do trabalho dos especialistas e os indicadores disponíveis mostram, porém, que a realidade é mais complexa.

Em primeiro lugar, a noção de que as tecnologias da informação induziriam, por si sós, mudanças sociais inevitáveis parece muito longe de reunir o consenso dos especialistas.

Tem-se visto que prossegue o debate entre os que postulam um determinismo tecnológico e os que, reconhecendo embora as possibilidades associadas às tecnologias da informação, sustentam que a difusão destas como doutras tecnologias terá impactos variáveis no emprego, nas relações de poder e nos padrões de cultura consoante as decisões tomadas a vários níveis.

Em segundo lugar, alguns estudos sugerem que a relação entre desregulamentação dos mercados de trabalho e crescimento do emprego está longe de ser unívoca.

É que, se comparamos apenas o que é efectivamente comparável, a estimativa do nível de desemprego dos EUA aproxima-se significativamente do da União Europeia e verifica-se que, dentro desta, a capacidade de criar emprego varia bastante consoante os Estados membros considerados.

Em terceiro lugar, a conflitualidade social tem mostrado que há limites para a chamada «americanização» dos modelos sociais europeus, o que sugere que opor o social ao económico e optar

por este em detrimento daquele é uma estratégia tão equivocada como a que supunha que haveria uma relação directa e necessária entre o grau de desregulamentação do mercado de trabalho e a capacidade das economias para criar emprego.
Ao contrário do que sustentam os adeptos dos modelos teóricos com pretensões universalistas, mostrou-se que, mesmo no interior da União Europeia, existem diferenças significativas entre os sistemas educativos e formativos, entre os sistemas de emprego, entre o nível de informação e de participação dos trabalhadores nas decisões empresariais, entre o grau e as modalidades de protecção social, entre os sistemas de relacionamento das organizações de interesses com os poderes públicos.
Por outro lado, os investigadores têm mostrado que coexistem na Europa também diferenças significativas na estrutura familiar, na repartição das responsabilidades entre os sexos e entre a família e a sociedade.
Em consequência de todas estas especificidades, também o nível de participação feminina no trabalho remunerado, a duração e a gestão do tempo de trabalho, o acesso à formação e os níveis de qualificação, o nível e a estrutura dos rendimentos, o grau e os padrões de precariedade do emprego e os níveis e a composição do desemprego têm tido evoluções diferentes segundo os Estados membros considerados.
Se estas diferenças coexistem e, por vezes, se acentuam mesmo no quadro da Europa comunitária, não teremos, então, de reconhecer que o desenvolvimento da dimensão social europeia constitui apenas uma forma de voluntarismo que, embora generoso, é irrealizável senão mesmo pernicioso?
Não será preferível resumir a Europa a um grande mercado em que a moeda única facilitará o desenvolvimento das economias nacionais, adaptando-as melhor à era da globalização?

Por mim, respondo negativamente a ambas as questões e, por isso, entendo que a reforma do modelo social europeu assume, como referi de entrada, uma importância política decisiva.
A concepção de Europa que eu perfilho é inseparável dos valores que nela nasceram, que integram a própria identidade europeia e que têm sido uma fonte de debate permanente entre os cidadãos dos diferentes países, dentro e fora da Europa.
Não creio que esses valores — os da liberdade, da igualdade de oportunidades, da solidariedade, da qualidade de vida, em suma, os da democracia — possam ou devam ser sacrificados a lógicas competitivistas de curto prazo que acentuam a desigualdade económica ao ponto de limitarem o exercício da cidadania a muitos europeus.
É verdade que as sociedades europeias em geral e a portuguesa em particular estão confrontadas com um problema de competitividade e, portanto, de emprego e de bem-estar social.
É igualmente certo que a integração económica e monetária da Europa democrática constitui, neste mundo de competição económica crescentemente planetarizada, um passo essencial da construção europeia.
Portugal constitui, aliás, um bom exemplo quer da necessidade de aumentar a eficiência económica nacional e a competitividade empresarial, quer da possibilidade acrescida de o fazer no quadro da Europa comunitária.
Mas, no meu entender, esses desenvolvimentos necessários da integração europeia obrigam-nos a repensar o modelo social em que assenta o desenvolvimento económico.
As propostas de saída do dilema social que, a partir dos anos 80, têm prevalecido nas sociedades europeias consistem em enfrentar o problema da competitividade das empresas pela moderação salarial, pela flexibilização das relações de trabalho, pelo

reforço da qualificação e pela redução dos custos indirectos do trabalho.

Do mesmo passo, na maioria dos casos propôs-se enfrentar a crise financeira da segurança social pela redução das políticas passivas a favor das políticas activas, pela introdução de mecanismos de selectividade do acesso às prestações da segurança social e pela transferência para os indivíduos e para as famílias de parte das responsabilidades que cabiam ao Estado.

Em Portugal, como na generalidade dos países ditos «da coesão», progrediu-se nesta via através de acordos tripartidos em que as confederações patronais e sindicais se associam aos poderes públicos na procura de novas articulações entre a eficiência económica e a coesão social.

Trata-se, a meu ver, de esforços importantes de adaptação da regulamentação do mercado de trabalho e dos sistemas de protecção social que é necessário prosseguir e desenvolver.

Julgo, todavia, que teremos de reconhecer que tais esforços não têm permitido progressos suficientes no combate ao desemprego e à exclusão social.

No meu entender, é necessário que se reconheçam dois tipos de limitações ao modo como, frequentemente, se tem tendido a enfrentar a questão social e a solidariedade.

O primeiro prende-se com os constrangimentos decorrentes do programa de convergência nominal que visa a criação da moeda única europeia.

Esse programa reduz o espaço de manobra dos Estados membros ao mesmo tempo que, no plano europeu, não se tem verificado um desenvolvimento satisfatório da dimensão social.

Também por isso me parece indispensável, como disse no início, que a reforma do modelo social assente numa nova partilha de responsabilidades e de meios entre os Estados membros e a própria União Europeia.

A segunda limitação, ligada aliás à primeira, é de natureza conceptual.
Argumentando com a garantia formal dos direitos cívicos e políticos, alguns remetem os direitos sociais para um plano residual, a desenvolver na medida em que a eficiência económica tenha garantido excedentes que os tornem possíveis e o funcionamento das relações entre os interlocutores sociais os consagre. Estar-se-ia, não no domínio em que é legítima a intervenção dos poderes públicos, mas no campo do direito privado.
Discordo deste entendimento porque, a meu ver, é inaceitável que se limite a cidadania à sua dimensão política e porque tais teses ignoram que a degradação das condições sociais cria frequentemente, para significativos grupos de cidadãos, limitações ao exercício dos direitos cívicos e políticos que lhes estão formalmente assegurados e pode levar a rupturas sociais graves.
Se não há nunca determinismos económicos e tecnológicos ou automatismos sociais, os problemas da regulação do mercado de trabalho e da protecção social constituem, numa época de mudança profunda como a que vivemos, desafios políticos essenciais. Um e outro exigem reformas, que têm tudo a ganhar com a participação e o consenso dos parceiros sociais, mas que só podem ser decididas por quem dispõe da legitimidade política e institucional que, nas sociedades democráticas, apenas o sufrágio eleitoral confere.
A reforma do mercado de trabalho exige, para que se não exacerbem alguns dos ciclos viciosos que temos vindo a ver desenvolverem-se nas sociedades europeias, que se enfrentem lucidamente quer a necessidade da flexibilidade, quer os efeitos perversos da precariedade.
É que, sendo inegável a necessidade de os cidadãos e das empresas disporem de maiores possibilidades de adaptação às

exigências da mudança acelerada dos mercados, das tecnologias, das organizações e das profissões, parece inegável que a última década mostrou bem a dimensão de problemas como o do acesso dos jovens ao mercado de trabalho ou a condenação de grupos significativos de adultos ao desemprego de longa duração.

Do mesmo modo importa que a gestão do tempo de trabalho tenha em conta o problema fundamental do emprego e a necessidade de conciliar os interesses das empresas com os dos diferentes grupos de cidadãos que nelas trabalham.

A questão do acesso à educação e à formação ao longo da vida, incluindo a redução do insucesso e do abandono escolar, constituem, no dealbar da sociedade da informação, aspectos essenciais da igualdade de oportunidades perante o mercado de trabalho.

Mas não só. Do desenvolvimento de oportunidades de formação adequadas às necessidades dos cidadãos e das empresas depende muito do nosso futuro colectivo, quer no campo económico, quer no domínio social, quer, ainda, no plano político.

Ora, como parece inegável que as oportunidades oferecidas pelos mercados de trabalho são, cada vez mais, socialmente diferenciadas, para que as lógicas da segmentação e da exclusão não se tornem predominantes, julgo que precisamos de dispor de mais e de melhores «pontes» entre os mercados de emprego que mantém bons níveis de protecção, o mercado de emprego precário e o desemprego ou a inactividade.

Porque contribuem para limitar as situações de desvantagem, conjuntural ou não, de alguns grupos de cidadãos, tais «vias de passagem» constituirão, penso, bons instrumentos de superação dos riscos de segmentação social que se desenvolvem nas nossas sociedades.

Por isso me parecem merecedoras de apoio as propostas de reformulação do contrato social que, reconhecendo embora a importância do acesso ao emprego como vector de integração social, sustentam a necessidade de ligar os direitos sociais aos direitos cívicos e políticos e ao trabalho, mas não necessariamente ao emprego.

A reforma da segurança social exige, pelo seu lado, que se enfrente com lucidez e coragem os factores da crise financeira do Estado-Providência e se adoptem medidas que garantam a solvibilidade de um sistema capaz de assegurar níveis adequados de equidade e de protecção social aos reformados do presente e do futuro.

Mas, pelo menos no caso português, essa reforma não pode ser separada da necessidade de desenvolver, em termos sustentáveis, o próprio Estado-Providência, inclusive no domínio das chamadas políticas passivas.

Precisamos certamente de dispor de sistemas de protecção social mais adaptados à dificuldade de acesso dos jovens ao emprego, à persistência do desemprego de longa duração e às consequências sociais das reconversões económicas e profissionais.

Mas se precisamos de conceber a reforma do Estado Providência como um instrumento activo de facilitação da mudança social e económica, devemos, a meu ver, realizar essa reforma de modo que ela constitua também um instrumento de limitação das desigualdades induzidas pelo mercado.

Não se trata de opor os valores da cidadania social ao funcionamento do mercado, mas de procurar e de concretizar soluções articuladas que nos permitam sair do ciclo vicioso actual, em que deixou de ser verdade que «os lucros de hoje são os investimentos de amanhã e os empregos de depois de amanhã».

O presente e o futuro do mercado de trabalho e da protecção social em Portugal dependem, antes de mais, das reformas que formos capazes de realizar.
Mas, essas reformas não são independentes do desenvolvimento da dimensão social europeia.
Creio, aliás — e com isso chego ao segundo dos dois pontos com que iniciei esta intervenção — que o mesmo problema se porá noutros países da Europa comunitária.
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
O quadro europeu é já o principal quadro de referência para a economia portuguesa. Sê-lo-á ainda mais com a criação da moeda única europeia.
Com esse novo passo da integração comunitária, os termos em que se colocam os problemas do emprego, do nível e da qualidade de vida dos portugueses, tal como o dos cidadãos de outros Estados membros, ficam ainda mais estreitamente ligados ao futuro da Europa.
Estou convicto, como afirmei, que a construção europeia pode ser levada a mau porto se persistir o actual ciclo vicioso que, em nome da convergência nominal, limita as possibilidades de convergência real das economias nacionais e diminui as possibilidades de os Estados membros realizarem as reformas que o novo contrato social exige.
O processo de integração monetária carece de medidas de acompanhamento que, para serem eficientes, têm de ser adoptadas tanto no plano europeu como no plano nacional.
Haverá domínios em que é ao nível nacional que terão de ser encontradas as capacidades e as vontades para conceber as reformas e criar os meios indispensáveis à efectivação dessas políticas.
Como já disse, há, no interior da União Europeia, diversidades que individualizam cada país e determinam objectivos próprios,

constrangimentos e potencialidades específicas, métodos e modos próprios que assentam na singularidade da espessura cultural de cada nação.

Mas, por outro lado, nalguns domínios da questão social haverá que definir — ou que redefinir — novos direitos sociais, grandes objectivos comuns, metodologias partilhadas e medidas concretas que, no seu conjunto, configuram um avanço para a definição de algumas políticas sociais ao nível europeu.

O que não é aceitável é que a integração monetária europeia não seja acompanhada de sistemas de apoio ao desenvolvimento económico e social dos Estados membros que possam ser adaptados às suas necessidades específicas, à sua cultura e às suas instituições.

Há pouco mais de uma década, Portugal ligou o seu futuro ao da União Europeia.

A construção europeia conheceu, entretanto, um processo de integração crescente, mas, em muitos casos, desigual.

Desigual entre dimensões da integração, desigual entre Estados membros, desigual entre regiões de um mesmo Estado membro, desigual ainda entre sexos, grupos sociais e étnicos.

É verdade que, mesmo no plano social, se deram passos significativos, de que a reforma dos fundos estruturais, a aprovação da Carta Comunitária dos Direitos Sociais e do Protocolo Social anexo ao Tratado da União Europeia constituem exemplos relevantes.

Mas não creio que nos possamos dispensar de ultrapassar algumas ambiguidades ou de explicitar as dimensões nacional e europeia da solidariedade social e da igualdade de oportunidades.

Penso que a questão social não é resolúvel sem que se definam novas fronteiras entre o espaço público e o espaço privado, entre a legitimidade eleitoral e o reforço da participação das organiza-

ções de interesses na preparação e na execução das políticas públicas, tudo isto no quadro de uma nova partilha de responsabilidades e de meios entre os Estados membros e a própria União Europeia.

Dito de outro modo, é necessário que um edifício legal renovado ligue os direitos sociais às condições de efectivo exercício da cidadania, tal como é preciso revigorar os sistemas participativos e de regulação contratual.

Finalmente, é imprescindível que as lógicas de intervenção comunitária permitam e estimulem a renovação do estado de bem-estar tanto no conjunto da União, como à escala nacional e no plano local.

A União Europeia precisa pois, no meu entender, de critérios e de processos de convergência social que evitem que os cidadãos atribuam à ideia europeia a responsabilidade pelo incremento da desigualdade, do desemprego, da pobreza e da exclusão social, aumentando o número dos que se pronunciam a favor das teses do isolacionismo nacionalista, do racismo e da xenofobia.

Julgo, pois, que as duas exigências políticas que enunciei no início estão profundamente ligadas: a procura de novas articulações entre eficiência económica, emprego e igualdade de oportunidades exige um desenvolvimento do espaço público e uma nova partilha de responsabilidades e de meios entre a União Europeia e os Estados membros que a constituem.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero aqui reafirmar que considero os objectivos do calendário europeu que se nos depara como um autêntico programa de refundação da Europa no qual Portugal tem o direito e o dever de participar activamente.

É uma oportunidade rara de se procurarem respostas adequadas para os desafios económicos, sociais e políticos que a União

Europeia tem de enfrentar para garantir que o nosso futuro comum se constrói em paz e em liberdade.
Creio que esses desafios não poderão ser ganhos sem que saibamos, em cada país e no plano comunitário, responder com êxito aos dois problemas políticos que suscitei no início.
Disso depende, no meu entender, a possibilidade de a identidade europeia conjugar, agora e no futuro, liberdade política, cidadania social e eficiência económica.

Comemorações do 700.º Aniversário do Tratado de Alcanizes
Alcanizes
Espanha
8 de Junho de 1997

É com profunda satisfação que me encontro nesta bela cidade, indelevelmente associada ao histórico Tratado que entre os nossos dois países aqui foi selado há setecentos anos.
Agradeço-lhe, Senhor Alcaide, o acolhimento caloroso que nos dispensou, assim como a V. Ex.ª, Senhor Presidente da Junta de Castela-Leão, a forma tão simpática como sempre me recebe.
Majestade,
No Rei de Espanha têm os Portugueses um Amigo sincero que conhece, como poucos, a nossa realidade humana, cultural e política, um Amigo constantemente empenhado no reforço do entendimento fraterno e solidário entre Espanhóis e Portugueses.
A presença de Vossa Majestade, nesta cerimónia singela, é mais uma prova dessa amizade, de que tanto nos orgulhamos, e um gesto que sensibiliza e muito honra os Portugueses.
Agradeço-lhe muito penhorado.
Existe por parte de Espanhóis e Portugueses a firme determinação de continuarmos a trabalhar em conjunto, procurando convergências, coordenado políticas e identificando áreas de cooperação em sectores estratégicos para o nosso desenvolvimento.
Muito me apraz registar que partilhamos uma visão covergente na gestão equilibrada dos recursos comuns que a nossa vizinhança inevitavelmente convoca.
A minha visita a esta região fronteiriça confirma, mais uma vez, esta identidade de propósitos.

Quero aproveitar esta ocasião para publicamente manifestar o meu maior apreço pelo precioso trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por um conjunto de associações espanholas e portuguesas em prol do aprofundamento da cooperação transfronteiriça e do desenvolvimento regional.

Após esta cerimónia, terei, de resto, oportunidade de contactar directamente aqueles que dedicam o melhor do seu esforço a essa nobre tarefa de ampliar o nosso conhecimento mútuo, cimentando amizades, fortalecendo o desenvolvimento comum, reforçando permanentemente os nossos intercâmbios, estabelecendo, em suma, uma estreita e indispensável cumplicidade entre os nossos povos.

Hoje, a vasta fronteira que partilhamos já não sublinha uma desastrada política de costas voltadas, antes constitui um eloquente exemplo da solidariedade que une Espanhóis e Portugueses.

Ao invés do que aconteceu num passado ainda recente, quando neste tipo de cerimónias sobressaía uma desgastada retórica sobre as relações luso-espanholas, que não raro escondia a suspeição, a desconfiança e até o desinteresse mútuo, temos hoje clara consciência de que essas barreiras psicológicas foram definitivamente superadas.

Espanha e Portugal devem à institucionalização da democracia pluralista, pela qual tantos se bateram, a recuperação do seu lugar natural na Europa e um impulso consistente às suas relações bilaterais.

Ao aprofundamento constante do diálogo entre governantes de um e outro país e à concertação progressiva de políticas, correspondeu a sociedade civil com um dinamismo notável.

Nunca como hoje foi tão intenso o diálogo e a interacção entre agentes culturais, empresários, investigadores, cientistas ou jornalistas.

No plano político, partilhamos uma visão idêntica do ideal europeu, assente no progresso económico e social, na estabilidade, mas também na coesão e na solidariedade entre os países que compõem a União Europeia.

É essa mesma visão solidária que aqui venho testemunhar e incentivar, animado pela certeza de que juntos estamos no bom caminho.

Majestade,

Senhor Alcaide,

Comemoramos, este ano, a conclusão, há 700 anos, do Tratado de Alcanizes.

Estas comemorações, às quais tenho a honra de me associar, não podem ser encaradas como uma mera evocação histórica que em si mesma se esgota, antes as vejo como um acto que vem simbolizar a excelência das relações entre os nossos dois países, assentes num sólido entendimento sobre questões essenciais para o futuro de ambos.

Alcanizes evoca a delimitação de uma fronteira, certamente crucial para a edificação da autonomia política de Portugal.

Acredito que essa estabilização se repercutiu de forma significativa na evolução do quadro histórico peninsular.

Naquele tempo, tiveram os responsáveis políticos a lucidez de reconhecer as vantagens recíprocas da eliminação de uma querela de fronteira, concluindo um Tratado de considerável incidência, que é um exemplo de rara longevidade na história das relações internacionais.

Hoje, da parte espanhola e portuguesa, existe a clara consciência de que a nossa vasta fronteira comum significa cooperação e aproveitamento solidário dos recursos e possibilidades de desenvolvimento que se nos oferecem.

É esta a mensagem que aqui venho transmitir, comungando convosco da confiança num futuro feito de uma identidade de

interesses e do sentimento de partilha de um projecto capaz de mobilizar as pessoas concretas, que são afinal a razão de ser de qualquer política.
A data de 1297 representou, como sublinharam com acerto os historiadores portugueses, uma viragem que marcou o início de um dos períodos de maior pujança da Idade Média em Portugal.
A composição política do nosso território, tão cedo alcançada, foi certamente um factor determinante na viabilização histórica de Portugal, cuja fronteira se manteve praticamente inalterada desde o final do século XIII.
Alcanizes mostra-nos, afinal, que ao longo da história, os sinais da conjuntura política de um país se repercutem quase sempre no outro.
É por isso que hoje venho deixar uma palavra de estímulo e de confiança no futuro das relações transfronteiriças, que é, ao mesmo tempo, uma mensagem de confiança na solidez e rigor que caracterizam no presente as relações entre Espanha e Portugal.
Não significa isto que em tudo tenhamos de concordar, simulando falsas convergências de circunstância.
Significa, sim, que atingimos uma nova era nas nossas relações que corresponde a uma nova geração de espanhóis e portugueses, formada na democracia, liberta de preconceitos e, sobretudo, confiante na nossa capacidade para enfrentar em conjunto os desafios que a modernidade suscita.
São esses os primeiros a exigirem uma relação franca e aberta entre os nossos dois países, em que a defesa dos interesses recíprocos se realize num quadro de cooperação e de entendimento estreito, alheio a inúteis preconceitos, hoje definitivamente superados.
Majestade,
Os nossos dois países criaram já as condições para um desenvolvimento sereno e natural das suas relações.

Tenho a certeza que Espanha e Portugal saberão encontrar, no futuro, formas ainda mais concretas de expressarem este estreito entendimento, continuando a dar, em conjunto, um contributo significativo para a construção de uma Europa mais coesa e mais solidária.

Jantar de Honra do Presidente da Polónia
Aleksander Kwasniewski
(Visita de Estado a Portugal)
Palácio Nacional de Queluz
Lisboa
2 de Setembro de 1997

É com especial prazer que desejo a Vossa Excelência, a sua Mulher, e à comitiva que o acompanha, as mais cordiais boas-vindas em nome do povo português.

Acompanhámos, em Portugal, as duras provações a que o povo polaco foi recentemente sujeito, devidas às catastróficas inundações que assolaram vastas regiões da Polónia. Quero reiterar ao povo polaco a solidariedade do povo português nestes momentos tão difíceis, e assegurar a Vossa Excelência de que tudo faremos, na medida das nossas possibilidades, para tentar minorar as consequências trágicas destes acontecimentos.

A visita de Vossa Excelência, que muito nos honra, constitui um marco importante no reforço das relações bilaterais entre a Polónia e Portugal, reforço este que se insere, necessariamente, no quadro do projecto, que partilhamos, de construção de uma Europa democrática mais coesa e solidária.

Não esquecemos, em Portugal, o papel relevante que a Polónia assumiu no reencontro da Europa Central e Oriental com a liberdade e a democracia. Acompanhámos, solidariamente, as dificuldades inevitáveis do seu processo de transição democrática, já que, por razões da nossa própria História recente, compreendíamos bem a sua inerente complexidade. Admirámos a grande maturidade política, a firmeza, a coragem manifestada pelo povo polaco nessa transição tanto mais difícil quanto se processava num quadro internacional particularmente constrangente.

Que me seja permitido, na pessoa de Vossa Excelência, prestar uma sentida homenagem à nação polaca, herdeira de uma tão rica tradição histórica e cultural, defensora sempre ciosa, ao longo dos séculos e das maiores vicissitudes, da sua independência e liberdade.

Desaparecidas as barreiras que obstaram, durante quase meio século, à prossecução do projecto de unificação europeia, a construção de uma Europa unida, assente numa comum partilha dos valores da democracia, da paz, da justiça, do progresso económico e social, assume, para todos nós, uma importância crucial. É indispensável garantir às novas gerações de europeus as condições que lhes permitirão aprofundar a democracia em todo o continente, construir sociedades mais desenvolvidas e mais justas, prevenir crises e conflitos, garantir, em suma, o seu futuro num quadro de estabilidade e de segurança.

É neste projecto, estou certo, que a Polónia está decididamente empenhada, e é porque acreditamos no contributo que a Polónia poderá conceder à prossecução dos ideais europeus e democráticos que Portugal tem manifestado uma disponibilidade permanente para a prossecução deste desígnio.

Não nos move uma concepção abstracta da Europa ou um qualquer determinismo fatalista, mas a consciência clara do papel que a Polónia tem necessariamente de assumir na construção europeia, assim como das complementaridades e identidades de pontos de vista, das «pontes», chamemos-lhes assim, que se podem estabelecer entre os nossos dois países para o aprofundamento do projecto europeu.

Os nossos dois países, embora por razões diferentes, conheceram os efeitos da marginalização, que reforçava a nossa situação periférica relativamente às grandes transformações atravessadas pelo continente no pós-guerra. Um e outro conhecemos longos pe-

ríodos ditatoriais e a perversidade dos regimes autoritários. Historicamente, a Polónia e Portugal foram ponto de encontro de civilizações, de modos de sentir e de pensar diferentes, países abertos para o exterior, e as nossas culturas são portadoras dessas marcas enriquecedoras.

Tudo isto nos une, tudo isto nos permitirá, em conjunto, e apesar da distância geográfica, enriquecer o projecto europeu, reforçar o seu sentido político, a sua dimensão solidária, responder com maior eficácia às aspirações legítimas de progresso, de estabilidade e de segurança democrática.

O contributo importante da Polónia para a prossecução destes objectivos espelha-se já na sua acção no seio da OSCE — cuja presidência assumirá no próximo ano — assim como na sua participação tão activa no Conselho da Europa, duas organizações essenciais para estruturar o ideal europeu, para congregar as vontades indispensáveis, para o estabelecimento dos quadros de diálogo e de cooperação entre todos os Estados europeus

Acompanhamos, neste contexto, e com o maior interesse, as iniciativas polacas destinadas a reforçar a cooperação e a comprensão mútuas entre os países da Europa Central e Oriental.

Permita-me que saliente, Senhor Presidente, o encontro que terá lugar em Vilnius, logo após a sua visita a Portugal, co-presidido por Vossa Excelência e pelo Presidente da Lituânia, e que contará com a participação dos Chefes de Estado da Finlândia, da Ucrânia, da Bielorússia, da Letónia e da Estónia, assim como com o Primeiro-Ministro da Federação Russa. Trata-se de uma iniciativa de grande alcance e que contribuirá, estou certo, para a prossecução dos objectivos que acabei de mencionar.

Por todas estas razões, Senhor Presidente, encaramos com confiança e grande expectativa o papel positivo que a Polónia desempenhará, em breve, na União Europeia e na Aliança Atlân-

tica. Como até agora, Portugal está disponível para partilhar experiências e conhecimentos, reforçando, em todas as áreas, a nossa cooperação bilateral e uma concertação mutuamente vantajosa nos quadros multilaterais.

O nosso relacionamento bilateral tem-se desenvolvido significativamente nos últimos anos. O diálogo político entre os responsáveis de um e outro país assumiu uma regularidade e uma intensidade crescentes. Tive a honra e o prazer de receber Vossa Excelência, em Lisboa, aquando da Cimeira da OSCE. O Senhor Primeiro-Ministro efectuou, no ano passado, uma visita de grande significado e alcance à Polónia. Já este ano, visitaram Portugal os Senhores Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa da Polónia. É esta regularidade de contactos, esta normalidade do relacionamento entre os nossos dois países, que queremos prosseguir e ampliar.

Se, a nível económico e comercial, as possibilidades recíprocas que se nos oferecem não atingiram ainda o nível de tradução que ambicionamos, as nossas trocas têm aumentado e os indícios disponíveis apontam para uma sua maior expansão.

Esta visita de Vossa Excelência, e os contactos que lhe permitirá, assim como à comitiva e aos empresários polacos que o acompanham, proporcionará, estou certo, novas oportunidades para os agentes económicos de um e outro país, que nos caberá fomentar e apoiar.

A Polónia e Portugal são duas velhas nações europeias, portadoras, uma e outra, de História e de Cultura singulares. Apraz-me registar o desenvolvimento que têm conhecido as nossas relações culturais, fomentando um crescente interesse recíproco pela História, a língua e a cultura dos nossos países.

O programa de cooperação cultural e científica recentemente assinado, e que vigorará até ao final do século, assim como o

empenho crescente de fundações e outras instituições privadas, constituem uma indicação segura de um ainda maior desenvolvimento das nossas relações numa área da maior importância para a consolidação do nosso entendimento mútuo.

Senhor Presidente,

Na construção europeia, na participação activa nas diversas estruturas multilaterais que enformam o nosso continente, na nossa presença conjunta no Conselho de Segurança, no aumento constante das nossas trocas culturais e económicas, no reforço do diálogo entre os nossos responsáveis políticos, a Polónia e Portugal encontram um vasto campo para consolidarem uma amizade e um entendimento profícuo.

Sabe Vossa Excelência que existe, por parte de Portugal, um claro empenho neste sentido, tal como esta visita de Vossa Excelência ilustra, de forma particularmente eloquente, os idênticos propósitos que animam as autoridades polacas.

Gostaria, antes de terminar, de agradecer o apoio constante que a Polónia tem concedido à causa do povo timorense, em coerência, aliás, com a intransigente defesa que tem assumido em matéria de direitos humanos. Pela nossa parte, continuaremos a apoiar os esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas e não poupar esforços para que o povo de Timor-Leste possa exercer, livre e democraticamente, o seu direito à autodeterminação, através de uma consulta sob supervisão internacional. Só assim se poderá avançar na procura de uma solução política justa e internacionalmente reconhecida para esta questão, que ponha fim a tantos anos de violações sistemáticas dos direitos humanos naquele território

Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas prosperidades pessoais do Presidente da Polónia e da Senhora Kwasniewska, pelo progresso crescente do povo polaco, e pela amizade entre a Polónia e Portugal.

Abertura do Ciclo de Conferências
«O Desafio Europeu:
Passado, Presente e Futuro»
Fundação de Serralves
Porto
27 de Setembro de 1997

Quero agradecer à Fundação de Serralves, na pessoa do seu Presidente, o amável convite para abrir este ciclo de conferências sobre «O Desafio Europeu», que aceitei com o maior gosto.

O prestígio da Fundação, a alta qualidade dos participantes e a pertinência do tema asseguram, desde já, o sucesso desta iniciativa, que considero muito oportuna.

Estamos a atravessar um período crucial para a definição das grandes linhas políticas e institucionais que irão marcar o futuro de Portugal e da Europa. Esta circunstância exige de todos nós uma reflexão profunda e aberta para preparar e formar, em liberdade, as decisões de que depende, numa larga medida, a evolução da nossa comunidade política.

Não é, pois, de estranhar que as interrogações sobre o futuro da Europa ganhem uma importância acrescida à medida que a integração europeia se desenvolve. É natural e desejável que esse debate se intensifique, estando, como estamos, muito próximo da data prevista para as decisões que nos levarão à moeda única, um passo fundamental da construção europeia.

O passado da Europa, sobretudo a sua história durante o último século, constitui o ponto de partida natural para a definição do seu futuro.

O século XX foi, para citar a fórmula de um grande historiador, uma «era de extremos», dominado na Europa por uma sucessão

de guerras e de revoluções que mudaram radicalmente a sua posição internacional, bem como as relações entre os estados europeus.
No fim da «guerra civil europeia» que dominou a primeira metade do século, a Europa ficou em ruínas: moralmente, pela devastação provocada pelo genocídio totalitário; politicamente, pela divisão imposta pela emergência de duas grandes potências; economicamente, pela destruição de estruturas e recursos essenciais.
Essa situação sem precedentes levou muitos a pensar que a Europa tinha chegado ao fim e desistido de continuar a desempenhar a sua função na história.
Porém, contra todas as expectativas, os europeus puderam encontrar nas ruínas da guerra as sementes do presente. Nesse sentido, o fim da Europa foi o princípio de uma outra Europa. A forma rápida e dinâmica como se processou a reconstrução económica da Europa bem como o desenvolvimento do chamado modelo social europeu revelaram-se decisivos para superar gradualmente as divisões impostas pela guerra fria. Foi de resto, em nome do «regresso à Europa» — a uma Europa que se tornara sinónimo da democracia pluralista, do estado de direito e da economia de mercado — que a Europa de Leste se libertou para tornar enfim possível unificar a Europa no seu todo.
Põe-se, portanto, com premência a questão do alargamento da União Europeia, que surge hoje como uma responsabilidade histórica indeclinável. Mas não é menos necessário garantir a solidez do projecto europeu através do aprofundamento da solidariedade entre os estados que o integram, atribuindo a indispensável espessura política às instituições que o orientam.
É, afinal, todo o futuro constitucional da Europa que está em questão.

A meu ver, a opção sobre o futuro constitucional da Europa depende do modo como se esclarecer a natureza de uma entidade internacional que desenvolve actividades, toma decisões e produz normativos que se impõem aos Estados nação que a constituem, influenciando, de modo cada vez mais intenso, a governação destes.

É nesta perspectiva que julgo que se devem avaliar as respostas à questão de saber em que medida é necessário e possível superar alguns dos impasses actuais da União Europeia.

A Europa encontra-se hoje perante uma situação inédita e de grande complexidade. É uma situação que obriga a tomar opções delicadas e em que o adiamento destas introduz necessariamente algumas dificuldades acrescidas.

Esta situação não é uma surpresa e decorre naturalmente do processo de integração europeia. Enquanto se tratou de criar uma simples união aduaneira a integração avançou, embora ainda assim de forma irregular, com avanços intercalados com fases de estagnação.

Não devemos subestimar o imenso progresso que constituiu para a Europa, do ponto de vista da paz e do desenvolvimento económico, a criação daquilo que chamei, de forma porventura demasiadamente simplista, uma «simples união aduaneira». Mas não devemos também esquecer o enorme salto qualitativo que representa, para a Europa, o objectivo da criação da União Económica e Monetária

Julgo que, perante esta alteração qualitativa, temos o dever de nos questionarmos sobre a necessidade de aumentar a integração política capaz de garantir a manutenção de condições de coesão económica e social no conjunto da União Europeia.

Surgem assim as interrogações e perplexidades que explicam em grande parte as dificuldades de decisão.

Em primeiro lugar, porque um processo de integração económica e monetária pode conduzir, se não existirem políticas compensatórias adequadas, a uma maior visibilidade das disparidades económicas e de nível de vida entre as regiões que compõem o espaço em integração.
É, portanto, o princípio do respeito da igualdade entre os Estados membros e todo o grande objectivo do reforço da coesão económica e social que deve continuar a enformar as políticas estruturais comunitárias, sem o que todo o modelo social europeu será posto em causa.
Mas são também a profunda interrogação sobre o e, porventura, a crise do, pacto social tradicional que, em Portugal como nos outros Estados membros da União Europeia, hoje vivemos, a levantar o problema de saber como se poderá assegurar a arbitragem política entre a eficiência económica e os direitos sociais.
Durante as décadas de 80 e de 90 afirmou-se crescentemente uma concepção que tende a reduzir os problemas económicos à questão da competitividade empresarial e a conceber o campo das políticas sociais como um espaço residual limitado pela mudança induzida pelas tecnologias da informação, pelos efeitos da globalização dos mercados financeiros, pela mudanças geoestratégicas decorrentes do fim da guerra fria e pela crítica às ineficiências das administrações públicas.
Para os adeptos destas concepções, não haveria escolha porque não haveria alternativa possível, isto é, as sociedades europeias teriam de encarar o facto de que a globalização mataria as especificidades nacionais e regionais e exigiria menor intervenção pública na regulação do desenvolvimento económico.
Colocada nestes termos, a questão social europeia deste final de século aparece formulada como um dilema que obrigaria a optar entre, por um lado, a criação de emprego com um incremento

das disparidades sociais e da disseminação da pobreza ou, por outro lado, a defesa de níveis elevados de protecção social com manutenção ou crescimento do desemprego de massa.

Está bem claro que será muito difícil levar a bom porto a moeda única europeia se as opções dos Estados membros quanto à política de regulação do mercado de trabalho e de protecção social divergirem ao ponto de transformarem os respectivos custos num factor adicional de tensão interna dos Estados membros e, por consequência, da União Europeia.

Por outro lado, os resultados dos trabalhos dos especialistas mostram que nem há relações unívocas entre inovação tecnológica e mudança organizacional, nem entre desregulamentação dos mercados de trabalho e criação de emprego. A experiência recente dos vários Estados membros da União Europeia mostra igualmente que é possível obter níveis idênticos de sucesso em termos de emprego com métodos políticos que vão do tatcherismo ao consenso social holandês da última década.

Esta arbitragem é, portanto, queira-se ou não, um problema político.

E é um problema político que, no quadro de um mercado interno europeu completado com a moeda única, os Estados membros da União Europeia não podem resolver com total independência de uns em relação aos outros.

Ao contrário do que sustentam adeptos dos modelos teóricos universalistas, tem-se vindo a mostrar que, mesmo no interior da União Europeia, existem diferenças significativas entre os sistemas educativos e formativos, entre os sistemas de emprego, entre o nível de informação e de participação dos trabalhadores nas decisões empresariais, entre o grau e as modalidades de protecção social, entre os sistemas de relacionamento das organizações de interesses com os poderes públicos.

E também há diferenças entre o nível de participação feminina no trabalho remunerado, na duração e na gestão do tempo de trabalho, no acesso à formação e nos níveis de qualificação, no nível e na estrutura dos rendimentos, no grau e nos padrões de precariedade do emprego e nos níveis e na composição do desemprego. Tudo isto tem tido evoluções diferentes segundo os Estados membros considerados.

Se estas diferenças coexistem e, por vezes, se acentuam mesmo no quadro da Europa comunitária, não teremos, então, de reconhecer que o desenvolvimento da dimensão social europeia constitui apenas uma forma de voluntarismo que, embora generoso, é irrealizável senão mesmo pernicioso?

Não será preferível resumir a Europa a um grande mercado em que a moeda única facilitará o desenvolvimento das economias nacionais, adaptando-as melhor à era da globalização?

Conto-me entre os que, sabendo que se está em terreno difícil, respondem negativamente a esta questão e, por isso, entendem que há que enfrentar as dificuldades com que estamos confrontados.

Em que medida é possível conjugar a indispensabilidade, a prazo, de instituições políticas supranacionais com o reforço da sua legitimidade democrática, quando é certo que esta tem estado ligada, até agora, basicamente às instituições do estado nação?

De que forma será possível encontrar uma arquitectura política para a Europa que garanta a necessária representatividade num espaço onde se encontra uma enorme diversidade cultural e linguística?

Em que medida será possível dotar a Europa de uma verdadeira política externa comum, sem a qual a união económica e monetária terá grandes dificuldades em funcionar de forma estável?

Será suficiente garantir uma cidadania europeia aos cidadãos dos nossos países para que eles sintam a Europa enquanto espaço de realização pessoal?

Estas interrogações não têm, como sabemos, respostas simples. Mas julgo que a construção europeia nos obriga a buscar novas soluções para os problemas decorrentes da reconfiguração geo-estratégica com que a Europa e os Estados-Nação que a constituem estão confrontados neste mundo do pós-guerra fria.

Do mesmo modo, entendo que estamos confrontados com a necessidade de nos posicionarmos perante algumas tendências contemporâneas do desenvolvimento económico que, reduzindo ou sacrificando a solidariedade, acabam por limitar o exercício da liberdade e dos direitos políticos a muitos dos nossos concidadãos e diminuem a governabilidade das sociedades em que vivemos.

A concepção de Europa que eu perfilho é inseparável de uma identidade europeia em que os valores da liberdade, da igualdade de oportunidades, da solidariedade, da qualidade de vida são inseparáveis da noção de cidadania e do princípio da igualdade entre Estados.

Não se trata de opor esses valores à eficiência económica, sendo, como é, verdade que as sociedades europeias em geral e a portuguesa em particular estão confrontadas com um problema de competitividade e, portanto, de emprego e de bem-estar social.

E é verdade que se, neste mundo de competição económica crescentemente planetarizada, o mercado interno europeu não poderá ser construído sem esse passo essencial que é a criação da moeda única, no meu entender, é igualmente certo que esse mercado, porque se trata de sociedades democráticas, é e deve ser condicionado pela soberania do voto.

Por mim, entendo que deveríamos reconhecer que tais esforços de reformulação do modelo social europeu não permitiram ainda progressos suficientes no combate ao desemprego e à exclusão social.
Julgo igualmente que deveríamos assumir que, até agora, se tem tentado enfrentar a questão social e o problema da solidariedade de um modo duplamente limitado.
Em primeiro lugar, porque os constrangimentos decorrentes do programa de convergência nominal que visa a criação da moeda única europeia reduzem o espaço de manobra dos Estados membros.
Em segundo lugar, não se tem verificado no plano europeu, um desenvolvimento satisfatório da dimensão social.
Em terceiro lugar, argumentando com a garantia formal dos direitos cívicos e políticos, alguns remetem os direitos sociais para um plano residual, a desenvolver se e na medida em que a eficiência económica tenha gerado excedentes que o tornem possível e o funcionamento das relações entre os interlocutores sociais os consagre.
Não creio que se possa continuar a negar essas evidências que são, para mim, a limitação da cidadania política de todos os que são vítimas do desemprego e da exclusão social e a diferenciação social de oportunidades induzida pela segmentação social.
Conto-me entre os que pensam que a reforma dos mercados de trabalho e dos sistemas de protecção social europeus constituem exigências estratégicas deste fim de século.
Mas também penso que essas não poderão ser satisfatoriamente resolvidas sem que se repensem as fronteiras das competências, das responsabilidades e dos meios entre o espaço público e o espaço privado, entre a legitimidade eleitoral e o reforço dos sistemas de participação, tanto no plano nacional como no plano comunitário.

Se esta linha de raciocínio nos leva a responder positivamente à necessidade de organizar a solidariedade entre diferentes estados nação, entre cidadãos de línguas e tradições culturais diferentes, a resposta só pode ser, a meu ver, a de desenvolver o espaço público europeu, o que exige que se enfrente a questão do reforço da legitimação democrática desse mesmo espaço público alargado.

Sei bem que isso implica também o desenvolvimento de movimentos cívicos, de organizações não governamentais, de organizações de interesses, capazes de se afirmarem e de se relacionarem entre si e com os poderes públicos democraticamente legitimados de modo a que a vontade colectiva possa espelhar adequadamente o relacionamento, certamente complexo e difícil, entre diferentes que se reconhecem como agentes participantes dum futuro colectivo.

Dir-se-á que, ainda assim, identificar necessidades não é o mesmo que demonstrar a possibilidade de lhes dar resposta positiva e podem-se mesmo invocar alguns exemplos históricos que ilustram bem essa dificuldade.

Reconheço, naturalmente, que estamos num domínio em que as certezas são poucas e o voluntarismo político um instrumento insuficiente.

Mas não quero deixar de lembrar que a identidade nacional não é sempre um produto espontâneo, nem preexistiu todas as vezes aos estados nação.

Pelo contrário, em muitos casos, ela resultou de decisões políticas que, mesmo em contextos históricos em que a escolarização dos povos europeus, as possibilidades de comunicação e os factores de constrangimento colectivo eram bem menores do que hoje, moldaram a solidariedade entre diferentes e definiram os contornos de novas identidades colectivas.

Acresce que, do meu ponto de vista, se equivocam os que entendem a cidadania e a identidade europeia como alternativas à cidadania e à identidade nacionais.
Do que se trata, a meu ver, é de acrescentar uma nova referência identitária ao complexo de pontos de ancoragem em que se estrutura o nosso ser e o nosso agir.
Deixem-me terminar com uma nota de esperança.
Perante necessidades como aquelas que enfrentamos, creio que teremos tantas mais razões para recusar o pessimismo quanto mais lúcidos formos na abordagem das dificuldades e mais nos empenharmos na sua superação.
Portugal é um Estado antigo, uma velha nação e uma democracia nova.
Estou certo que nessas três qualidades encontraremos a sabedoria, a prudência e a vontade para fazer a nossa parte do futuro da Europa.

Jantar em Honra
do Príncipe Filipe da Bélgica
(Visita Oficial a Portugal)
Palácio Nacional de Queluz
Lisboa
8 de Outubro de 1997

É com especial prazer que lhe desejo as boas-vindas a Portugal.

Sentimo-nos honrados com o interesse de Vossa Alteza por Portugal, pelas suas gentes e cultura, pelas profundas transformações ocorridas no nosso país a partir do momento em que nos reencontrámos com a democracia e a liberdade e assumimos, por inteiro, o papel que nos cabe na Europa.

Fazemos votos para que esta primeira estada de Vossa Alteza entre nós corresponda aos seus desejos de conhecer mais directamente a realidade portuguesa, as formas pelas quais procuramos responder aos desafios que se nos colocam neste final de século, os progressos económicos, a vivacidade criativa dos nossos jovens, as nossas maneiras de ser e de pensar.

A Bélgica e Portugal cimentaram, ao longo de séculos, uma amizade sólida, baseada em intercâmbios da mais variada natureza e na compreensão mútua que naturalmente se estabeleceu entre os nossos povos.

Esta amizade e cooperação estreita encontram, no projecto europeu que partilhamos, novas formas de aprofundamento e novas convergências de interesses, perspectivas e objectivos.

Estamos, Belgas e Portugueses, animados por um mesmo ideal: construir uma Europa mais solidária, mais próspera e mais coesa; aprofundar a dimensão da cidadania, reforçar a participação dos homens e mulheres do nosso continente na construção eu-

ropeia, combater a exclusão e a marginalização que ameaçam extractos significativos das nossas sociedades, garantir o desenvolvimento económico e social, manter a Europa aberta ao Mundo e às expectativas legítimas de quantos anseiam pelo progresso, pela segurança e pela paz.

A Europa vive um momento particularmente importante no qual se joga, de algum modo, o seu próprio futuro. A par da tarefa do alargamento, imperativo iniludível, a União Europeia tem de prosseguir o aprofundamento do seu processo de integração, mobilizando esforços e capacidades, reforçando os mecanismos indispensáveis para fazer face aos desafios económicos, fazendo progredir a coesão económica e social e a solidariedade entre os seus membros.

A Europa do futuro será certamente diferente, mas não se poderá construir contra parte dela própria.

Alteza,

Falava há pouco na amizade secular entre a Bélgica e Portugal. As relações políticas estabelecidas com a Borgonha constituíram um elemento particularmente importante na afirmação da nossa identidade nacional. Na Flandres encontrámos um parceiro comercial indispensável no período dos descobrimentos e beneficiámos, em termos culturais e artísticos, das relações estabelecidas então entre os nossos filósofos, pintores e escritores, num intercâmbio mutuamente enriquecedor.

Soldados belgas batalharam, em Portugal, pela causa da liberdade no segundo quartel do século XIX, tal como portugueses tombaram no Lys para defender a integridade da Bélgica. Uma comunidade portuguesa significativa estabeleceu-se na Bélgica a partir da segunda metade deste século e Vossa Alteza encontra nesta sala alguns representantes de uma comunidade belga particularmente empreendedora radicada de há muito em Portugal.

Sessão de Boas-Vindas
na Cidade de Haia
(Visita Oficial à Holanda)
Nieuwe Kerk
Haia
28 de Outubro de 1997

Agradeço-lhe as suas palavras e a forma tão cordial como nos acolheu nesta bela cidade e desejo transmitir, por intermédio de Vossa Excelência, uma calorosa saudação à população da Haia.

Da antiga «Casa de Caça do Conde» que esteve na sua origem, Haia tornou-se numa cidade cosmopolita, que soube preservar e conciliar um rico património histórico e cultural com as exigências dos tempos modernos.

Esta síntese bem conseguida testemunhamo-la nós aqui, neste feliz encontro entre a sobriedade desta Igreja com o arrojo arquitectónico da nova Câmara Municipal concebida por Richard Meyer.

Admiramos a obra levada a cabo na Haia com vista a uma maior humanização dos espaços urbanos, à preservação do património, à protecção do ambiente, à recuperação das zonas mais antigas, à melhoria constante do quotidiano dos seus habitantes.

E orgulhamo-nos que um português, aqui presente, Álvaro Siza Vieira, tenha dado o seu contributo para o grande esforço aqui realizado.

Senhor Burgomestre,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nesta cidade, em cujo quotidiano estão presentes alguns dos mais altos ideais humanos — a paz e a concórdia, a justiça e o direito, a defesa do planeta —, quis homenagear a figura, entre todas admirável, de Baruch de Espinosa, que aqui viveu alguns anos da sua vida, trabalhou, morreu e está sepultado neste recinto.

Esta homenagem que, em nome de Portugal, presto a Espinosa não se esgota na intenção de lembrar o descendente ilustre de portugueses judeus, cuja memória é merecedora do nosso reconhecimento e do nosso louvor. De facto, a vida e a filosofia do autor da *Ética* contêm uma mensagem tão actual que, penso, merecem ser apontadas como exemplo, ensinamento e fonte de reflexão às gerações do presente e do futuro.

Num tempo em que tudo parece começar e acabar no lucro e na satisfação dos interesses mais egoístas e imediatos, é bom termos presente uma vida dedicada ao saber e ao aperfeiçoamento dos homens e da sociedade humana, no sentido da justiça e do progresso. Os testemunhos que nos chegam dizem-nos que ele era simples, generoso e humilde, vivendo de muito pouco, e que, apesar da sua saúde frágil, amava a vida e era feliz.

Num Mundo em que, tantas vezes, tudo parece ser submetido ao pensamento único, à massificação, à conveniência prática e utilitária, é bom realçar a actualidade de uma filosofia que fez da liberdade de consciência e do risco de pensar de forma diferente o seu principal fundamento.

Num Mundo em que têm aparecido sinais inquietantes de chauvinismo, violência, racismo, exclusão, formas novas ou antigas dos vários irracionalismos, é bom lembrar o seu pensamento. Esse pensamento constitui-se na defesa de que a política deve encarnar a exigência racional própria da natureza humana e de que a razão, a liberdade e a tolerância são antídotos contra a superstição e o fanatismo.

Isto sobretudo nas épocas adversas em que, como ele disse, os homens fabricam «inumeráveis ficções», tomam «os delírios da imaginação e as pueris necessidades por respostas divinas», declaram que «a razão é cega» e tratam «a sabedoria humana como vaidade».

É bom também recordar o valor que Espinosa atribuiu à cooperação e à solidariedade, enquanto elementos essenciais à vida em sociedade, harmoniosa e geradora de paz.
Num tempo em que os medos e o pessimismo abrem as portas ao «vale-tudo», ou ao seu reverso que é o «nada vale a pena», é bom pensarmos na coragem de Espinosa, no seu amor pela humanidade, pela vida, pela natureza, pela liberdade. É bom conhecermos a sua fidelidade sem quebras a princípios, ideais, valores e convicções, a perseverança que pôs na procura do conhecimento, da justiça e da felicidade, a alegria serena que nele prevalecia sobre qualquer desconfiança ou ressentimento.
Este modesto polidor de lentes fez da sua vida um exemplo de independência de espírito e de autonomia pessoal. Era, como já foi dito, um dos homens mais dignos da história humana. Heterodoxo ameaçado por todas as ortodoxias, perseguido por todos os fanatismos, soube fazer da sua obra uma extraordinária meditação sobre o universo e o lugar nele do homem como ser livre. Espinosa não se cansou de pensar as condições da liberdade humana. Por isso, a sua filosofia é uma das mais modernas e influentes.
Aquele que tem sido louvado pelos maiores filósofos e cantado pelos maiores poetas tem nesta terra onde morreu um lugar de evocação e de memória. Aquele que queremos seja símbolo da amizade entre os nosso países, é por nós, hoje, homenageado, lembrando a sua mensagem de universalismo, tolerância e paz. Como dele disse o poeta português Jorge de Sena:

Judeu sem sinagoga e sem península
ibérica de avós, moral geómetra
os ângulos mediu aos teoremas
da vida humana […]

E sem de deus teólogo traçou
as linhas da cidade construída
segundo as leis dos anjos da razão
E Bento se chamava este coitado
da suma gentileza de existir-se
e de pensar-se em glória a paciência triste
de polir lentes sem ter deus nem pátria.
Mas só assim é que os cristais flamejam
em pura transparência apavorada.

Banquete Oferecido pela Rainha Beatriz
(Visita Oficial à Holanda)
Palácio de Noordeinde
Haia
28 de Outubro de 1997

Agradeço-lhe, antes de mais, a tão cordial hospitalidade que Vossa Majestade e Sua Alteza Real o Príncipe Claus nos dispensaram, a minha Mulher, à comitiva que me acompanha e a mim próprio, desde que chegámos aos Países Baixos. Holandeses e Portugueses conhecem-se de há muito; partilhamos uma idêntica vocação marítima, um mesmo espírito de aventura, uma abertura ao Mundo e a outras maneiras de ser e de pensar.

Encontrámo-nos frequentemente nas encruzilhadas da História, umas vezes separados por crenças e interesses divergentes, até por antagonismos profundos, outras vezes unidos na defesa da liberdade e da afirmação da nossa identidade enquanto nações soberanas. Soubemos, nestes períodos difíceis, em que as nossas independências perigavam, estabelecer alianças e conjugar esforços, lançando as bases de relações sólidas e mutuamente enriquecedoras, tal como já tínhamos sabido, mesmo nas fases mais conturbadas do nosso relacionamento, manter os intercâmbios culturais e comerciais, as vias do reencontro ulterior.

A Holanda foi para muitos portugueses, em diferentes períodos, terra de acolhimento e de tolerância, terra onde deixaram marcas no comércio, nas letras e no pensamento. Tive hoje a grata ocasião de prestar uma sentida homenagem a Espinosa, vulto cimeiro da cultura europeia, descendente de portugueses e que nesta

cidade viveu, trabalhou e morreu. Mas foram muitos os que aqui se acolheram e refizeram as suas vidas, perseguidos pela intolerância religiosa no século XV, ou forçados a exilarem-se pelo regime ditatorial deposto em Abril de 1974.

Esta memória e este reconhecimento permanecem perenes na memória dos Portugueses. Não esquecemos também a forma empenhada como os holandeses acolheram o restabelecimento da liberdade em Portugal, o seu apoio moral e material à consolidação da nossa democracia, a solidariedade política nunca negada, o contributo importante que os Países Baixos deram para a nossa plena integração na Europa.

Somos hoje dois países parceiros e aliados, animados por um mesmo ideal: construir uma Europa mais solidária, mais próspera e mais coesa; uma Europa que aprofunde constantemente o seu processo de integração, que faça progredir a sua coesão económica e social, a solidariedade entre os seus Estados membros, o projecto político que lhe é inerente; uma Europa atenta e eficaz na luta contra a exclusão e a marginalização; uma Europa de cidadãos e não apenas de consumidores; uma Europa que se enriquece permanentemente na sua diversidade cultural e humana; uma Europa aberta ao Mundo e às expectativas legítimas de quantos anseiam por segurança e por progresso; uma Europa cujas fronteiras são as fronteiras da democracia e da liberdade; enfim, uma Europa de paz e geradora de paz.

O Portugal democrático e moderno que aqui represento está firmemente cometido à prossecução deste ideal. A Europa vive um momento particularmente importante em que se joga, de algum modo, o seu próprio futuro; esse futuro será certamente diferente, mas não se poderá construir fora da solidariedade política, económica e social que constitui a própria essência do projecto europeu, a sua razão de ser.

Majestade,
As relações bilaterais entre os Países Baixos e Portugal têm-se desenvolvido de forma crescente, propiciadas por um quadro europeu comum.
A significativa comitiva que me acompanha — que inclui vários membros do Governo, representantes de todos os partidos com assento parlamentar, empresários, criadores artísticos e representantes de importantes *media* — é sinal do nosso empenho no constante reforço dessas relações, a todos os níveis e em todos os domínios.
Os Países Baixos são, neste momento, o nosso 5.º parceiro comercial. O investimento holandês em Portugal tem igualmente aumentado e tem-se diversificado. As ligações entre empresas de um e outro país têm-se reforçado. Acorrem anualmente a Portugal centenas de milhares de turistas holandeses. A Holanda constitui, crescentemente, um destino para turistas portugueses.
Terei amanhã a oportunidade, com os empresários portugueses que convidei a acompanharem-me nesta visita, de me encontrar com um significativo conjunto de representantes da vida económica holandesa, o que constituirá, não duvido, uma ocasião para aprofundar ainda mais o relacionamento económico entre os nossos dois países.
Não lhe escondo, Majestade, que a forma pela qual os Países Baixos têm sabido fazer face, de modo eficaz, aos desafios económicos e sociais que se colocam à Europa neste final de século, constitui, para nós, um estímulo e uma fonte de inspiração. Temos, tal como os Países Baixos, atribuído uma importância significativa à procura dos consensos em torno do nosso desenvolvimento económico, por forma a preservar as condições indispensáveis da coesão social. Trata-se, Majestade, de uma dimensão do progresso a que as Autoridades dos nossos dois países têm dedicado uma particular atenção.

Portugal é hoje um país moderno, que soube, em larga medida, ultrapassar um atraso estrutural herdado de uma economia fechada. O esforço de modernização da economia portuguesa está a ser prosseguido, com seriedade e rigor. Beneficiámos, sem dúvida, das políticas estruturais comunitárias, mas também é verdade que a nossa modernização não teria sido possível sem um esforço sério e um empenhamento substancial das capacidades nacionais.

Não atingimos ainda, é certo, os níveis de progresso económico que desejamos, comparáveis aos dos países mais desenvolvidos da Europa. A abertura da nossa economia, os efeitos da globalização têm tido, naturalmente, custos e consequências sociais importantes.

Mas prosseguindo nesta via, apoiados no largo consenso nacional que existe em Portugal em torno da construção europeia, e, com a solidariedade dos nossos parceiros, estou certo que saberemos encontrar as soluções necessárias para os problemas com que nos defrontamos.

O reforço nas nossas relações económicas e comerciais tem de se acompanhar de um desenvolvimento paralelo do nosso conhecimento mútuo, em termos humanos e culturais. Autores holandeses são traduzidos em português, tal como um número crescente de obras portuguesas estão acessíveis ao público holandês. Mas muito mais haverá que fazer, no domínio da música, das artes plásticas, da língua, da ciência, da literatura.

A EXPO 98, em que os Países Baixos estarão tão bem representados, será, nesta perspectiva, uma ocasião particularmente importante para reforçarmos esse conhecimento mútuo, para partilharmos a vivacidade criativa dos nossos artistas, a pujança das nossas culturas, em suma, para nos conhecermos melhor.

Estou em crer que Vossa Majestade e a Família Real holandesa nos darão a honra e o prazer de os acolhermos, em Lisboa, por ocasião deste extraordinário evento.

Majestade,

A Europa e o Mundo conheceram, nos últimos dez anos, desenvolvimentos dificilmente previsíveis para quem se tinha resignado à perenidade de uma lógica internacional bipolar e ao fatalismo da divisão do nosso continente. Tal como anteriormente em Portugal e em Espanha, os povos da Europa Central e Oriental souberam reencontrar-se com a liberdade.

Esta evolução positiva não nos pode fazer esquecer, no entanto, todos quanto sofrem ainda a opressão, a injustiça, a negação dos seus mais elementares direitos. Os seus apelos, o seu sofrimento, a sua tragédia quotidiana surgem-nos, com particular brutalidade, nos *media,* dia após dia. Para com todos eles temos um dever de solidariedade.

A atribuição do Prémio Nobel da Paz a Monsenhor Belo, Bispo de Dili, e a José Ramos Horta, veio sublinhar, de modo particularmente eloquente, a luta de um povo pela sua autodeterminação.

Portugal tem, para com os Timorenses, uma responsabilidade histórica particular e um papel específico no quadro das negociações que decorrem sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas. Aos nossos parceiros e aliados, aos membros da comunidade internacional, pedimos apenas que utilizem a sua influência junto da Indonésia para que o povo de Timor-Leste possa exercer, livremente, os seus direitos.

Majestade,

Os Países Baixos e Portugal são dois países europeus, orgulhosos da sua História, ciosos da sua liberdade e conscientes do contributo original que dão à cultura e à identidade europeias e à

construção de uma Europa assente nos valores da Liberdade e da Justiça, no progresso económico e social, na solidariedade e na paz.
Estou certo que os nossos dois países continuarão a encontrar, no futuro, constantes ocasiões para reforçarem a sua cooperação e o seu entendimento mútuo.
Peço a todos que me acompanhem num brinde pelas felicidades pessoais de Sua Majestade a Rainha Beatriz e de Sua Alteza Real o Príncipe Claus, à prosperidade crescente do povo holandês, e ao reforço da cooperação entre os Países Baixos e Portugal.

Sessão Solene no Parlamento Holandês
(Visita Oficial à Holanda)
Haia
29 de Outubro de 1997

Agradeço-lhe as suas palavras. Constitui para mim uma honra poder dirigir-me a Vossas Excelências, Presidentes das duas Câmaras dos Estados Gerais, e aos deputados membros das Comissões Permanentes das Relações Exteriores e dos Assuntos Europeus das duas Câmaras. Trata-se de uma alto privilégio concedido ao Presidente da República Portuguesa, que espelha o nosso estreito entendimento, o nosso comum empenho no fortalecimento constante da democracia participativa, o nosso compromisso na construção de uma Europa mais solidária e mais coesa, uma Europa de cidadãos baseada nos valores supremos da Democracia, da Justiça e da Paz.

Senhores Deputados,

Não posso deixar de exprimir aqui um voto muito sincero de pesar pelo recente falecimento do Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara Baixa, Senhor Van Traa, membro ilustre desta Assembleia, destacada personalidade política dos Países Baixos e um verdadeiro amigo de Portugal. Em nome de todos quantos me acompanham desejo transmitir aos Estados Gerais a expressão da nossa solidariedade.

Para mim, antigo parlamentar, esta reunião assume uma especial importância e simbolismo. E é com particular emoção que me dirijo, nesta Casa, aos representantes da grande nação holandesa. Neste período marcado por tantas incertezas, em que ressurgem tendências antidemocráticas e a violência que sempre lhes está

associada, há que constantemente valorizar o Parlamento enquanto sede intransponível da legitimidade democrática e do pluralismo político, instância indispensável e privilegiada para o debate das ideias e dos projectos que moldarão o futuro colectivo, em suma, única assembleia legítima para a expressão da vontade nacional.

Ao Parlamento holandês, depositário de uma tradição e de uma cultura democráticas multissecular, expressão livre de homens livres que livremente se conjugaram na edificação de um Estado, quero, neste momento, prestar uma sentida homenagem.

E que melhor maneira haverá de prestar esta homenagem do que associar-lhe os representantes de todos os partidos com assento no Parlamento português, que me acompanham no quadro desta visita que visa, antes de mais, reforçar os laços que nos unem, Holandeses e Portugueses, e o nosso comum empenhamento na construção europeia.

Estou certo que o convívio que vão manter, membros dos parlamentos holandês e português, contribuirá para este propósito e que, do vosso diálogo, da vossa troca de impressões e de ideias, sairemos todos enriquecidos, já que melhor será o conhecimento mútuo das nossas preocupações e dos nosso objectivos.

Senhores Parlamentares,

Vivemos, como dizia, tempos de incerteza, de dúvida, uma encruzilhada em que, de algum modo, se joga o futuro da Europa.

O aprofundamento da democracia representativa constitui a melhor resposta aos profetas da desgraça, a via segura para ir ao encontro das aspirações legítimas das populações, a forma eficaz de fazer face aos arautos do autoritarismo e aos que exploram, em proveito próprio, os fenómenos de exclusão e de marginalização, a intolerância e o racismo.

Na aventura europeia em que nos encontramos comummente empenhados, os Parlamentos assumem um papel insubstituível, enquanto sedes da representação nacional. O grande desígnio europeu só será efectivamente possível se souber captar a imaginação e o idealismo das populações, mobilizar esforços e vontades, garantir a efectiva participação das instituições políticas e sociais.

Mas, para que assim seja, devemos entender-nos sobre que Europa desejamos, sabendo de antemão que não existe uma alternativa melhor, fora de um processo de integração que continue a garantir um espaço de liberdade, de progresso e de paz.

Queremos certamente uma Europa que seja uma associação livremente aceite de Estados soberanos, uma comunidade de iguais, baseada na solidariedade e na coesão económica e social, um projecto político participado, assente nos valores democráticos e humanistas que partilhamos.

Queremos uma Europa cujas fronteiras coincidam com as fronteiras da democracia, aberta ao exterior, com condições efectivas de acção internacional, intransigente na defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, atenta às aspirações de quantos anseiam pela paz, pela justiça e pelo progresso.

Queremos uma Europa que continue a ser um espaço de paz e de progresso, visando a convergência efectiva das suas diversas economias, um projecto solidário, uma comunidade de cidadãos livres e iguais, uma comunidade de Direito e de direitos.

É este projecto, é esta Europa que queremos e que nos empenhamos em construir.

Nas encruzilhadas da História, Portugueses e Holandeses encontraram-se frequentemente; por vezes com propósitos antagónicos, radicados em divergências de interesses, por vezes unindo

esforços na defesa de objectivos comuns, sobretudo quando se tratava de garantir a liberdade e a sobrevivência das nossas identidades nacionais respectivas.
Entre as cidades comerciantes das Províncias Unidas e Lisboa, estabeleceu-se um intercâmbio mutuamente profícuo que soube resistir às contingências; nas letras, no pensamento, nas artes, o fluxo das trocas constantes impôs-se aos desígnios políticos circunstanciais. Partilhamos, sobretudo, a aventura marítima, o desejo de conhecer outras gentes e outras terras, a atitude universalista, o enriquecimento humano resultante do contacto com outras civilizações e culturas.
Os Países Baixos foram sempre, para os portugueses, terra de tolerância e de liberdade, de debate de ideias, de assunção livre de responsabilidades, terra de refúgio face à injustiça e à iniquidade. Assim aconteceu durante a Inquisição, assim aconteceu durante o regime ditatorial imposto aos portugueses neste século. Trata-se de uma memória e de um reconhecimento que perduram entre nós.
O País que aqui represento é uma nação livre, que se reencontrou com a democracia, um Estado de Direito moderno, aberto ao progresso, membro por inteiro da União Europeia e da Aliança Atlântica, integralmente empenhado na construção de uma Europa mais forte e mais coesa, defensor intransigente da liberdade e do respeito pelos direitos inalienáveis da pesssoa humana.
É um país que soube, com coragem e determinação, romper o determinismo de uma economia fechada sobre si própria, abrir-se ao progresso e à modernidade.
Neste processo contamos, é certo, com a solidariedade dos nossos parceiros.
Mas a modernização da nossa economia não teria sido possível sem a congregação dos esforços e das criatividades dos Portugue-

ses, sem o seu empenho colectivo e sem os sacrifícios que lhes são inerentes.

A forma como os Países Baixos têm sabido fazer face aos desafios que a todos se nos colocam neste final de século, conciliando o desenvolvimento económico com a preservação dos aspectos essenciais de um modelo que garanta o bem-estar social, é para nós uma fonte de inspiração e de confiança. Admiramos igualmente os esforços aqui desenvolvidos para combater os flagelos com que se debatem as nossas sociedades, a droga, o crime organizado, a marginalização e a exclusão sociais, o racismo e a xenofobia.

Por todas estas razões, estou certo que as trocas de informações e de experiências entre parlamentares holandeses e portugueses se revestem do maior interesse, contribuindo para aprofundar a sólida amizade que entre os nossos dois países existe, para abrir novos caminhos a uma estreita cooperação entre os nossos dois Parlamentos, explorando ideias e apontando pistas.

Terra de liberdade, terra de tolerância, dizia há pouco, os Países Baixos continuam a assumir um papel importante na defesa dos Direitos Humanos à escala mundial.

De facto, não podemos esquecer quantos — e infelizmente são muitos — sofrem a injustiça e a opressão. Para com todos eles temos um inegável dever de solidariedade. Não posso deixar de expressar aqui o reconhecimento dos Portugueses pelo apoio humanitário concedido pelos Países Baixos ao povo de Timor-Leste.

Os Países Baixos mantêm relações muito particulares com a Indonésia, fruto de um passado histórico comum e de um conjunto de interesses recíprocos. Apreciámos devidamente a objectividade e o empenho com que o Governo holandês tratou esta questão durante a sua recente Presidência do Conselho da União Europeia.

Sabeis, Senhores Parlamentares, que as negociações que têm lugar, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Timor-Leste, atravessam uma fase particularmente importante. É necessário que todos conjuguem esforços no sentido de levar tais negociações a bom porto. É isso, apenas, o que pedimos à Comunidade Internacional e particularmente aos nossos parceiros e amigos: que utilizam a sua influência junto da Indonésia para que o Povo de Timor-Leste possa exercer, livremente, os seus direitos.

Senhores Parlamentares,

Nunca será por demais insistir na necessidade de aprofundamento de uma verdadeira cultura democrática, indissociável da cidadania, da aproximação dos governantes aos governados, da articulação eficaz entre os movimentos cívicos e das organizações de direitos e interesses com os poderes públicos democraticamente legitimados, do envolvimento activo das nossas mulheres e homens no projecto de sociedade moderna que defendemos, em suma, de uma democracia mais participada.

Nesta tarefa, os Parlamentos têm uma responsabilidade específica e indeclinável.

Agradeço-vos, muito sensibilizado, a vossa hospitalidade e o vosso interesse.

Sessão de Encerramento do Colóquio
«A Moeda Única na Reinvenção da Europa»
Universidade de Coimbra
Coimbra
10 de Janeiro de 1998

A minha intervenção não vai evidentemente centrar-se nos aspectos económicos ou financeiros da União Económica e Monetária. Compete aos economistas discutir essa matéria, avaliar os respectivos custos e benefícios para o nosso país e propor as medidas mais adequadas para aproveitarmos da melhor forma as oportunidades que a nossa entrada no grupo do Euro nos vai certamente oferecer.

Mas a criação da União Económica e Monetária é muito mais do que a criação de uma zona de moeda única. É um passo fundamental no caminho da união da Europa, em todas as suas componentes, caminho que, embora necessário, está longe de ser um caminho fácil ou isento de obstáculos.

Todos conhecemos, com efeito, as grandes dificuldades que tem defrontado o avanço da integração política. São dificuldades que, evidentemente, não são em si mesmas surpreendentes.

Em primeiro lugar, porque são muitos séculos de cristalização de estados nacionais, dotados de soberania própria e prosseguindo interesses específicos que não são fáceis de compatibilizar neste mundo de novas interdependências. Num mundo em que, inevitavelmente as funções do estado nação têm de ser encaradas de outra forma que não aquela com que eram concebidos no século passado ou mesmo em grande parte do actual.

Mas em segundo lugar, porque não é possível fazer tábua rasa da História e construir uma nova arquitectura política da Europa a

regra e esquadro. É hoje quase consensual afirmar-se que o caminho da integração política da Europa passa por algo de novo que não será uma federação nos moldes clássicos mas que terá um mínimo de coerência política que harmonizando os poderes dos Estados membros dará aos cidadãos europeus as garantias de um espaço político livre e solidário. Inevitavelmente, o nascimento de uma forma política nova arrasta consigo perplexidades e até por vezes alguma crispação.

Em terceiro o próprio processo de alargamento da União — que, aliás apoiamos — trará também ele novos dados que não facilitarão, no imediato, o funcionamento do sistema de decisão política a nível comunitário.

São conhecidos também os problemas com que a Europa se defronta a nível social. O desemprego e exclusão social continuam a manchar as sociedades europeias e não se vê no horizonte previsível uma solução rápida destas dificuldades.

Também é certo que, no combate ao desemprego e à exclusão se perdeu muito tempo, a nível dos órgãos comunitários de decisão, em declarações de intenção, sem dúvida de grande pertinência mas com um quase nulo conteúdo operacional. A cimeira do Luxemburgo abriu, no entanto, nesta matéria novas perspectivas que nos fazem encarar com mais confiança as possibilidades dos estados europeus avançarem efectivamente no combate ao desemprego e à exclusão social.

Conhecendo, pois as dificuldades que a Europa enfrenta sou dos que consideram que a realização da União Económica e Monetária será um poderoso estímulo e até talvez uma condição necessária para a resolução dessas dificuldades. É, por isso, essencial que a União Económica e Monetária se construa de forma estável e tranquila.

Mas para que isso suceda a Europa não pode abandonar um dos seus princípios essenciais que é o do reforço da coesão econó-

mica e social. Princípio que, ao apontar para a aproximação dos níveis de vida entre as diversas regiões comunitárias deverá estar sempre presente em todas as políticas comunitárias.

Porque não tenhamos ilusões. Se a Europa não for capaz de ser solidária e se assistir impávida ao agravamento das desigualdades entre as suas regiões é todo o processo de integração europeia que está em causa e não seria a União Económica e Monetária que o iria salvar até porque nesse cenário esta união seria, ela própria, altamente instável.

É por isso que as discussões actualmente em curso sobre a Agenda 2000 se revestem de uma crucial importância para o nosso país porque nelas se joga, além de outros aspectos, de grande relevância, o futuro da coesão económica e social na Europa. As negociações da Agenda 2000 são vitais para o nosso país e é por isso desejável que se forme um consenso tão amplo quanto possível sobre essa matéria.

Portugal não poderia pois ficar arredado desta grande movimentação europeia. E é isso que em primeiro lugar justifica que entremos no primeiro grupo de países da moeda única, depois de termos realizado um esforço de ajustamento que, embora com elevados custos, pôs à prova, com êxito, a nossa capacidade de adaptação ao espaço europeu.

Mas a entrada neste grupo constituirá um novo desafio, diferente, mas não menos complexo que aquele que defrontámos na aproximação à moeda única.

Todos conhecemos, com efeito, as nossas insuficiências e em especial as relativas ao ensino e à formação. São deficiências e atrasos que vêm de há muito e que só desde há um tempo relativamente recente têm começado a ser corrigidos. Mas vai levar ainda muito tempo e exigir ainda muito esforço sustentado a aproximação neste domínio aos nossos parceiros comunitários.

Por isso este esforço tem de constituir uma prioridade nacional que ultrapasse as mudanças políticas conjunturais, embora em cada caso as soluções concretas devam naturalmente depender da alternância dos governos. Antes da moeda única o investimento em capital humano era factor do crescimento a longo prazo. Hoje, no limiar de uma nova era europeia é mais do que isso: é condição essencial para que o nosso país tenha futuro.
Temos igualmente de reformar com coragem o Estado a todos os seus níveis. Este é um domínio onde estamos também muito afastados da Europa e que constitui na actualidade um sério bloqueio ao nosso desenvolvimento e à competitividade da nossa economia. E não apenas isso. As formas de actuação do Estado são muitas vezes indutoras de atitudes e acções que aumentam as injustiças, limitam o exercício da cidadania e agravam o atraso cultural.
A reforma do Estado deve, pois, ser considerada objectivo nacional, a par do ensino e da formação. Reforma que, desejavelmente deveria ser objecto, também ela, de um consenso alargado, que evitasse a tentação de a utilizar, num sentido ou outro, como arma política conjuntural.
Temos assim uma agenda pesada de reformas a realizar apesar do muito que se tem feito e se está presentemente a fazer nestes domínios. São atrasos de décadas que estamos a começar a recuperar. Mas mais do que nunca é a altura de falar claro: a nossa entrada na moeda única não se compadece com perdas de tempo na realização dessas reformas.
É o interesse nacional que aqui está directamente em causa. E face ao interesse nacional, os interesses corporativos ou de grupo, por respeitáveis que sejam ou possam parecer não devem prevalecer, principalmente quando se tentam opor às reformas necessárias. É bom que todos nós, tenhamos ou não responsabilidades políticas disso, assumamos clara consciência.

Não ignoro, como se vê as dificuldades do caminho que trilhamos. Mas quem, como eu percorre incessantemente o País e contacta diariamente com muitos e muitos portugueses sente que Portugal mudou e que muitas coisas se realizam já hoje num clima de inovação e de são optimismo.

Por isso com todas as nossas deficiências e todos os nossos atrasos não tenho dúvidas que iremos vencer o desafio da moeda única e, pela primeira vez desde há séculos, participar activamente na reinvenção da Europa.

Sessão Solene na Reunião Plenária do Parlamento Europeu
Estrasburgo
18 de Fevereiro de 1998

É para mim um privilégio poder dirigir-me ao Parlamento Europeu, instituição exemplar que representa, de modo único, a natureza essencial da União Europeia como comunidade democrática.

Agradeço-vos, pois, esta oportunidade que me honra e que honra o país que aqui represento, e desejo, antes de mais, saudar todos os membros desta Assembleia, legítimos representantes de uma comunidade de nações empenhadas na prossecução de um projecto único e original.

A esta saudação associam-se naturalmente os membros do Governo Português e os representantes de todos os partidos com assento no Parlamento português que me acompanham nesta visita.

Permitam-me que dirija uma palavra especial aos deputados europeus meus compatriotas e a todos os funcionários portugueses que trabalham neste Parlamento, e que lhes expresse o meu reconhecimento pelo importante trabalho que desenvolvem, nestas instâncias, em prol dos ideais europeus.

Como europeísta convicto que sou, e também como antigo parlamentar, este encontro com todos vós, Senhor Presidente e Senhores Deputados, reveste-se, para mim, de um significado muito particular.

Senhoras e Senhores Deputados,

Face aos desafios que se colocam à construção europeia, este Parlamento continuará a ter um papel central no debate das

ideias e na definição das propostas que moldarão o nosso futuro colectivo.
Creio, pois, ser este o lugar mais apropriado para proceder a um balanço sobre o estado da União Europeia, nas vésperas do início de um novo ciclo no processo de integração e para vos dar conta das nossas perspectivas quanto à evolução deste processo.
Neste momento, na iminência da passagem à terceira fase da União Económica e Monetária e da criação da moeda única europeia, podemos constatar que conseguimos completar essa etapa crucial, não obstante o cepticismo dos profetas do declínio europeu e das resistências políticas e institucionais à mudança.
Esse resultado é um sucesso de que todos nos podemos congratular e para o qual o Parlamento Europeu e os seus deputados deram, a cada passo, um contributo decisivo.
Portugal é hoje um país que conseguiu, em boa medida, ultrapassar um atraso estrutural herdado de uma economia fechada.
Não atingimos ainda, é certo, os níveis de progresso económico que desejamos, comparáveis aos dos países mais desenvolvidos da Europa. A abertura da nossa economia, a reconversão económica sob a pressão da globalização, têm tido, naturalmente, os seus custos.
Mas, contra as perspectivas dos mais pessimistas, soubemos cumprir escrupulosamente, dentro dos prazos estipulados, todas as condições para garantir a participação plena na terceira fase da União Económica e Monetária.
A continuidade desta estratégia, definida em coerência com o Tratado de Maastricht e os interesses nacionais, só pôde ser assegurada graças a um sólido consenso entre os principais partidos políticos portugueses, ao apoio das diversas correntes de opinião pública — algumas delas certamente críticas, mas todas compreendendo o alcance dos objectivos prosseguidos —, à abertura

dos agentes económicos, dos empresários e dos sindicatos, dispostos a compreender os sacrifícios indispensáveis para responder aos desafios da modernização e da nova etapa da integração europeia.

Portugal estará, assim, entre os fundadores da moeda única, decidido a assegurar, com idêntico rigor, o sucesso de uma moeda europeia forte, instrumento essencial do progresso das nossas economias e de uma crescente afirmação europeia na cena mundial.

Estaremos na primeira linha deste novo ciclo da construção europeia com um natural orgulho, mas também com um espírito de responsabilidade acrescida quanto à nossa intervenção própria na edificação da Europa do próximo século.

Para os Portugueses, este passo tem um significado histórico particular, que culmina a decisão esclarecida dos que quiseram associar o destino da nossa democracia à integração europeia de Portugal.

Derrubada a ditadura, reencontramo-nos plenamente com a nossa vocação multissecular. Não regressámos à Europa pois sempre dela fizemos parte. Mas assumimos por inteiro, com a liberdade e a democracia, a nossa identidade europeia, tal como retomámos a nossa genuína tradição humanista e universalista.

É esse o espírito com que celebramos, este ano, a nossa aventura marítima, no 5.º centenário da viagem de Vasco da Gama. É este o espírito presente na Exposição Mundial de Lisboa, Expo 98: o do encontro sempre enriquecedor entre povos e culturas, da paz e do progresso que desejamos ao alcance de todos, da solidariedade entre as nações.

Cremos que a importância de que se revestem os Oceanos, enquanto património da Humanidade, justifica a criação de uma Agência especialmente vocacionada para a sua defesa.

Estamos emprenhados em que esta Agência se instale em Lisboa e conceder-lhe-emos todo o nosso apoio e experiência multissecular nesta temática.

Senhoras e Senhores Deputados,

Chegados a um momento de viragem, é nossa obrigação identificar os principais desafios do processo europeu, para podermos traçar o caminho seguro do nosso destino comum.

Para mim, são eles os seguintes: o alargamento da União; o modelo da construção europeia; e a necessidade de fazer face aos sinais de crise que se multiplicam nas nossas sociedades democráticas.

O alargamento da União, por forma a incluir as novas democracias da Europa Central e Oriental dentro das suas fronteiras políticas e institucionais, é, sem dúvida, o passo seguinte da construção europeia e do qual depende a sua própria credibilidade política.

Na medida em que estão subordinados a uma finalidade única, o aprofundamento e o alargamento da União Europeia são inseparáveis.

Portugal apoiou sempre, sem hesitações, as legítimas aspirações dos países europeus que, após o seu reencontro com a democracia, desejam partilhar o mesmo espaço de progresso, de liberdade, de paz e de segurança.

Congratulamo-nos com a fórmula encontrada que permite evitar um sentimento de exclusão nos países que, porventura, não adiram na primeira fase do alargamento da União.

Trata-se, para nós, Portugueses, de um tema particularmente sensível, desde logo pela nossa própria experiência, onde a adesão à Comunidade Europeia foi um factor insubstituível de convergência entre a estabilização do regime democrático e o nosso «regresso à Europa» após a descolonização.

É, pois, para nós evidente que os países candidatos deverão beneficiar da mesma solidariedade que nos foi manifestada após o restabelecimento da democracia em Portugal.
Bem entendido, não quero nem poderia minimizar a complexidade do próximo alargamento; não podemos ignorar o estado das estruturas económicas dos países candidatos nem as previsões dos efeitos sociais da sua adesão.
Não podemos sobretudo aceitar que o alargamento se transforme num elemento de dissolução do projecto europeu, nem de fragilização do nível de integração ou do grau de coesão económica e social entre os Estados da União.
O alargamento não se faz, não se pode fazer, contra a coesão nem contra o grau de integração já conseguido.
De igual modo, o alargamento constitui um esforço comum para a União, um esforço de todos, e como tal terá de ser encarado.
Serão estes os objectivos por que nos pautaremos, com firmeza, mas nem por isso deixaremos de defender, responsavelmente, a necessidade do alargamento.
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
A segunda questão que desejo abordar convosco diz respeito aos modelos da construção europeia, que vão voltar a estar no centro dos nossos debates.
Não é minha intenção, nem tal seria apropriado, intervir como proponente de um modelo específico.
Mas gostaria de vos dizer que, na minha opinião, a especificidade e a força da União Europeia residem no facto de ser uma aliança de países democráticos e uma associação de entidades soberanas, de Estados antigos e velhas nações, justificadamente vinculados à sua individualidade e à sua identidade.

O processo de integração europeia tem avançado na medida em que tem sido possível, em cada etapa, encontrar formas de articular os interesses comuns com os interesses nacionais, fortalecendo reciprocamente os Estado e as instituições comunitárias. A criação da moeda única representa, porém, um enorme salto qualitativo em relação ao passado.

Temos, pois, o dever de nos interrogar sobre a necessidade de aumentar a nossa integração política por forma a garantir a manutenção de condições de coesão no conjunto da União Europeia, o reforço da transparência democrática e uma melhor projecção da nossa identidade própria na cena internacional.

Creio que estamos todos de acordo quanto ao facto de o processo de integração económica e monetária poder conduzir, se não existirem políticas compensatórias adequadas, ao aprofundamento de disparidades económicas e do nível de vida entre as diversas regiões que compõem o espaço europeu.

O que me parece essencial é que a União preserve a sua natureza fundamental de uma associação de Estados soberanos, vinculados por interesses comuns, uma comunidade de iguais, onde se mantenha a posição relativa de cada Estado membro, assente nos princípios da solidariedade e da coesão, indispensáveis para garantir a perspectiva de uma convergência económica real.

O campo das possibilidades está aberto à nossa capacidade de iniciativa, nomeadamente na expansão de uma comunidade de direito e de direitos, bem como no terreno da política externa e de segurança comum da União.

O desenvolvimento do Estado de direito representa um dos mais sólidos e antigos sinais de identidade da civilização europeia. As nossas afinidades nesse domínio constituem um fundamento sólido, sobre o qual podemos multiplicar as iniciativas concre-

tas, quer no sentido da convergência entre os modelos jurídicos nacionais, quer para construir os alicerces de uma cidadania europeia.

Esta via, para a construção gradual de uma identidade política europeia, assente na cultura dos direitos, parece-me ser mais produtiva do que as tentativas de impor, de cima para baixo, uma constituição europeia acabada e definitiva, sem contar com a participação dos cidadãos da Europa.

O domínio da política externa terá, pela força das coisas, um desenvolvimento lento. Por isso mesmo, é especialmente importante um empenho persistente para a fazer avançar, nomeadamente, na resposta a situações de crise.

A Europa deve assumir responsabilidades acrescidas na defesa dos seus interesses comuns próprios, designadamente nas relações com a Rússia e a Ucrânia, bem como no processo de paz no Médio Oriente, nas relações com os nossos parceiros mediterrânicos, em relação à África e à América Latina.

Permitam-me que, mesmo resumidamente, refira alguns aspectos que reputo particularmente importantes neste contexto.

A Aliança Atlântica desempenha uma função decisiva como garante da estabilidade regional, e pôde confirmar a sua posição central na arquitectura de segurança europeia.

Mas é indispensável desenvolver, com a UEO, a Identidade Europeia de Defesa e de Segurança, factor indispensável e acrescido de estabilidade, de reforço da cooperação europeia, e de institucionalização dos novos equilíbrios da nossa relação com os aliados norte-americanos.

É necessário prosseguir, na Bósnia, o esforço que permita, não apenas a continuada cessação das hostilidades, mas garantir efectivas condições de paz.

Temos também responsabilidades particulares relativamente aos nossos parceiros mediterrânicos, de cujo progresso e estabilidade dependem, em larga medida, a nossa própria segurança.
O processo de Barcelona tem de avançar de forma decidida, evitando a acumulação de frustrações e ressentimentos bem compreensíveis, que se repercutem tão negativamente sobre a nossa própria credibilidade internacional.
No que toca à Turquia, a sua vocação europeia não está em causa, desde que respeitados os padrões que a mesma pressupõe. Creio que as conclusões do Conselho Europeu do Luxemburgo propõem, sem preconceitos, um quadro realista para o aprofundamento das nossas relações mútuas.
Quanto a África, Portugal propôs, como sabem, a realização de uma cimeira União Europeia-África, que estamos dispostos a acolher durante a nossa Presidência da União.
Tratar-se-á, estou certo, de um passo importante para ultrapassar um certo «afro-pessimismo» e para avançar, de forma decidida, no reforço da nossa cooperação com todo um continente a que estamos ligados por tantos laços.
De igual modo devemos continuar a prestar a maior atenção ao estreitamento das relações entre a Europa e a América Latina. Como membro da Comunidade Ibero-Americana, acolheremos este ano a sua 8.ª Cimeira, justamente subordinada ao tema da integração inter-regional.
Enfim, penso ser particularmente importante valorizar a defesa do direito internacional e dos direitos humanos na construção da política externa comum, que é um marco na definição da identidade internacional da União Europeia.
Neste contexto, queria referir-me à questão de Timor-Leste, cuja relevância crescente na política externa europeia ficou bem expressa na adopção de uma posição comum dos Estados mem-

bros e pelas resoluções aprovadas por este Parlamento no ano transacto.

Uma e outras reflectem o empenho activo da União na defesa dos direitos de uma comunidade mártir, submetida a um regime de ocupação ilegal e brutal.

Portugal tem um único interesse na questão de Timor-Leste, a defesa dos direitos dos Timorenses, incluindo o exercício livre e democrático do seu direito à autodeterminação.

No respeito integral por esses princípios, continuamos empenhados, com um espírito construtivo, na procura de uma solução pacífica e democrática da questão timorense, no quadro das conversações que decorrem sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Mas independentemente dessa solução que terá de ser encontrada, impõem-se progressos imediatos no Território relativamente ao respeito dos Direitos Humanos, nomeadamente quanto à libertação dos presos políticos e à redução significativa da presença militar, medidas estas indispensáveis à criação de um clima propício ao estabelecimento de um verdadeiro diálogo entre todas as partes envolvidas.

A presente crise que se vive na Indonésia se pode, como espero, abrir novas perspectivas, deixa-nos também apreensivos quanto aos riscos de uma escalada de violência descontrolada em Timor-Leste.

Quero apelar à solidariedade do Parlamento Europeu, cujas iniciativas têm demonstrado um apoio constante à causa timorense, tanto mais necessário neste período de incerteza e de forte turbulência.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O meu último tema diz respeito à necessidade de fazer face aos sinais de crise que se multiplicam nas nossas sociedades, resul-

tantes, nomeadamente, das tensões entre a modernização económica e a coesão social.
As disfunções da economia de mercado, com o desemprego de massa e a reprodução de fenómenos de exclusão, o crescimento da desigualdade e da pobreza, estão a pôr à prova os limites de tolerância dos nossos regimes democráticos.
O modelo social europeu, todos o reconhecem, está a atravessar uma crise de mutação que, pela primeira vez, atinge simultaneamente, embora em fases diferentes, todos os Estados da União Europeia. Nesse contexto sem precedentes, a crise do modelo social é uma crise europeia que exige, cada vez com maior urgência, não só estratégias específicas de reforma em cada um dos Estados membros, como, e sobretudo, respostas comuns europeias.
Uma resposta concertada para reinventar o contrato social que caracteriza e fundamenta as nossas democracias.
Tenho para mim que será impossível fazer face, de forma eficaz, aos novos desafios, se as opções dos Estados membros em matéria de protecção social e de regulação do mercado de trabalho se acentuarem, tornando-se num factor adicional de tensão no seio dos nossos Estados e, consequentemente, na própria União.
Mas a crise constitui, em si mesma, uma oportunidade única para completar o processo da unificação monetária com o desenvolvimento de uma política económica conjunta, capaz de transformar a moeda única não só num instrumento indispensável de competição económica internacional, como numa alavanca de modernização e de coesão social na Europa, sem o qual não pode existir nem crescimento sustentado, nem estabilidade democrática.
Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Do papel consultivo e de controlo que inicialmente lhe foi atribuído, este Parlamento soube conquistar competências e poderes

de intervenção no processo de decisão mais em sintonia com a sua legitimidade democrática, que se revelam essenciais para o desenvolvimento e o aprofundamento da integração europeia. Só nos podemos regozijar com esta evolução.

É profunda a minha convicção quanto à necessidade de valorizar constantemente os Parlamentos.

Convicção esta tanto mais arreigada quanto ressurgem tendências antidemocráticas, manifestações intoleráveis de racismo e xenofobia, e a violência que sempre lhes está associada.

O progresso económico e social da Europa faz-se necessariamente no respeito pelos valores da convivência, da liberdade e da justiça.

Após Amesterdão, temos de continuar a caminhar, em conjunto, para o estabelecimento de uma ampla cultura europeia de liberdades, assente num modelo de segurança interna consensualizado e que avance para um espaço judicial europeu.

Na nossa concepção comum, a sede de todo o poder reside no cidadão, nas Mulheres e Homens que pensam, que se expressam e que escolhem livremente. O processo de integração europeia terá sempre de visar o reforço das condições do exercício da cidadania, ser crescentemente mais participado, mais mobilizador dos cidadãos, das imaginações e das criatividades.

É indispensável reforçar a adesão dos cidadãos à construção europeia, valorizando a solidariedade que a todos deve beneficiar.

É indispensável encontrar uma arquitectura política europeia que garanta a representatividade necessária num espaço marcado por uma enorme diversidade linguística e cultural. Sem tal garantia, a cidadania europeia não passará de uma intenção bondosa, já que os cidadãos dos nossos países não sentirão a Europa enquanto espaço de realização pessoal.

De facto, os cidadãos perceberão melhor a Europa e estarão tanto mais abertos aos avanços no processo de integração quanto mais se sentirem representados nas instituições e as sentirem próximas, reflectindo as suas preocupações.
Não nego a dificuldade da tarefa; mas temos de crescentemente nos empenhar todos na projecção do Parlamento Europeu nas nossas sociedades.
Prestigiar o Parlamento Europeu é prestigiar a democracia europeia.
O projecto europeu terá de ser sempre um projecto político, baseado em valores e em princípios, um projecto que visa garantir a estabilidade e uma maior prosperidade económica e social.
A evolução da construção europeia terá de ser feita preservando e salvaguardando o já adquirido em termos de integração, prosseguindo um esforço comum e solidário.
O reforço da Europa não se faz pela sua dissolução.
Enquanto representante legítimo dos povos dos Estados que compõem a União Europeia, cabe ao Parlamento Europeu um papel essencial e insubstituível neste processo, na promoção da coesão e na sua manutenção enquanto prioridade central no contexto das políticas comunitárias.
Para tal, o Parlamento continuará a ser, estou certo, o intérprete atento das ambições legítimas desses mesmos povos no seu conjunto, o guardião do projecto e dos ideais europeus, o defensor — acima dos interesses conjunturais e das motivações individuais — dos valores que nos são comuns.
Só assim poderemos fazer face, de forma eficaz, aos falsos profetas, ao pessimismo e à descrença, aos interesses e às ambições mesquinhas.
Só assim poderemos iniciar, com confiança, este novo ciclo da construção europeia. Um ciclo marcado pelo alargamento da

União ao conjunto das democracias europeias e pela intensificação das relações entre os Estados membros. Um ciclo marcado pela necessidade do reforço da coesão e da solidariedade entre todos.

Trata-se de um desígnio fundamental para o próximo milénio, que a todos interpela e que a todos mobiliza. Não devemos, nem na verdade podemos, desperdiçar esta grande oportunidade.

CAPÍTULO XI

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

«A CPLP é um projecto de acção
que terá o alcance que lhe der a nossa vontade
e a nossa ambição conjunta.
É um projecto político, económico, cultural e linguístico,
assente em valores, meios e objectivos partilhados.
Pressupõe a definição de propósitos
e a realização de iniciativas,
entre as quais se conta uma política de língua,
concertada e consequente.»

Visita à Companhia de Transmissões do Exército Português Integrada na Missão das Nações Unidas em Angola

Luanda
10 de Abril de 1997

É com particular emoção que me dirigo a todos vós, militares que prestam serviço em Angola ao serviço da Paz.
Quero aqui testemunhar o reconhecimento da nação pelo alto profissionalismo e pela forma valorosa como todos os soldados portugueses estão a cumprir as suas missões, quer no quadro de operações internacionais de paz, no Quartel General ou em unidades constituídas da UNAVEM III, quer na cooperação técnico militar com as Forças Armadas Angolanas.
O modo exemplar como têm desempenhado a vossa actividade, tantas vezes em situação de risco, honra Portugal e os Portugueses.
Sois todos representantes de Portugal, dos valores essenciais da paz, da liberdade e da solidariedade que definem a nossa identidade e a nossa maneira de estar no mundo.
Estou hoje aqui para sublinhar a importância da nossa presença nos esforços para consolidar a paz e garantir, com os nossos outros parceiros, a segurança nesta terra martirizada.
A vossa presença em Angola assinala a nossa determinação em cumprir, solidariamente, os deveres inalienavéis de Portugal como membro responsável da comunidade internacional.
Somos uma velha Nação e um Estado antigo para quem o cumprimento das obrigações internacionais é um dever de honra indiscutível.
Mas, para além destas obrigações, existe um dever moral importante: a defesa dos ideais de justiça, de liberdade e de convivên-

cia pacífica entre homens e culturas, valores que constituem, afinal, a base do projecto que defendemos e que são a condição para a paz e o progresso.
O relacionamento cada vez mais profundo com os Países Africanos Lusófanos é um desígnio nacional, constituído uma consensual prioridade da política externa portuguesa.
No cumprimento das suas missões em apoio à política externa do Estado e de acordo com os objectivos da política nacional de cooperação, as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a desenvolver, com assinaláveis resultados, acções de cooperação técnico-militar com os países lusófanos, abrindo portas a outras formas de cooperação a nível do estado e da sociedade civil.
Importa, por isso, manter e se possível, ampliar esta vertente militar de cooperação.
Militares,
Portugal e os Portugueses têm os olhos postos em vós.
Sei que podemos contar convosco pois tenho a certeza que continuarão a cumprir esta difícil missão com o profissionalismo, a dedicação, o sentido do dever e a coragem que sempre têm manifestado.
A todos um grande e reconhecido abraço.

Cerimónia de Posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional da República de Angola

Assembleia Nacional de Angola
Luanda
11 de Abril de 1997

É com grande satisfação e legítimo orgulho que uso da palavra nesta cerimónia de tão alto significado para Angola, para os Angolanos, para a África e para o Mundo. Faço-o, associando-me aos sentimentos dos outros países parceiros de Portugal na observação do processo de paz — os Estados Unidos da América e a Federação da Rússia — cujo empenho sistemático e substancial numa solução de paz para Angola deve ser enaltecido e cujos distintos representantes nesta cerimónia aproveito para saudar cordialmente.

Julgo que a posse do Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional da República de Angola não deve ser tomada com o mero sentimento de alívio de quem verifica ter-se ultrapassado uma qualquer etapa de um processo político complexo. Bem antes pelo contrário, deve ser assumida como a evidência, que queremos sincera e irreversível, do triunfo da paz sobre a guerra, do êxito da vida sobre a morte, da vitória da reconciliação sobre a animosidade, do sucesso da esperança sobre os abismos da angústia que, por demasiado tempo, se abateram sobre o martirizado povo angolano.

Esta vitória não foi fácil nem o seu preço foi razoável. Custou vidas, sofrimentos, destruições e horrores que nenhum valor, nenhuma querela, nenhum objectivo político, económico ou social poderiam justificar.

E se assim foi, e se a memória dos povos é algo que se não pode apagar, dirijo-me neste momento ao Povo angolano, a este Povo

que Portugal tem no coração, a quem exorto a compreender que, doravante, o único caminho que importa é o da ultrapassagem de divisões, de animosidades e de malquerenças, a única direcção que vale a pena é a da concórdia e da esperança, da coesão e unidade nacionais.

Recordem-se os mortos, mas cuide-se, sobretudo, da Vida e dos vivos; criem-se e estimulem-se as condições de existência livre e democrática e de tranquilidade pública propiciadoras de paz, de justiça e de desenvolvimento.

O Povo de Angola resistiu e não se deixou abater por acontecimentos prolongados que pareciam querer pôr um fim à sua vida colectiva. O Povo de Angola tem um irrecusável direito ao Futuro.

Senhor Presidente,

Excelências,

A posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional representa, de uma outra perspectiva, um passo decisivo de um longo e acidentado Processo de Paz iniciado em Portugal, formalizado pela 1.ª vez em Bicesse e completado em Lusaka.

Pelas veredas da sua execução e entre as contingências do seu arrastamento ficaram negociações como as do Namibe, de Adis-Abeba e de Abidjan; foi ficando o esforço de alguns, demasiadas vezes vencido pelo que se configurava ser o êxito incontornável de uma lógica de guerra; ficaram também as energias e os meios que a Comunidade Internacional desviou de outras questões talvez de resolução mais fácil.

Mas se tudo isto espelha a complexidade e a delicadeza do Processo, mais se evidencia este momento como o oportuno para prestar uma justa homenagem aos dirigentes da Nação Angolana que souberam discernir as mutações da História e interpretar as profundas aspirações do seu Povo, por essa forma ultrapassando os períodos de desânimo que, infelizmente, marcaram o passado recente deste País.

Ocasião igualmente adequada para dirigir palavras de merecido apreço à Organização das Nações Unidas e, em particular, ao Representante Especial do seu Secretário-Geral, Maître Beye, cuja acção esclarecida, incansável e isenta foi determinante para o sucesso que hoje testemunhamos.

Senhor Presidente,

Excelências,

Conjuntamente com o dos outros países observadores, o papel de Portugal na execução do Processo de Paz sempre se norteou pela preocupação da procura das melhores soluções para o Povo angolano, mantendo sempre presente que Angola é pertença exclusiva dos seus filhos e que só a estes compete escolher o seu destino e o seu futuro colectivos.

Nesse espírito, definimos e mantivemos o propósito de apoiar a acção do Mediador, pela imparcialidade e objectividade na apreciação e análise dos factos e pelo encorajamento às Partes — sujeitos exclusivos do Processo — na superação dos seus diferendos. Mas também sempre nos pautámos pela indefectível e firme defesa da aplicação do que entre elas fora livremente negociado e acordado. Outra atitude seria inconciliável com a nossa missão de observadores isentos e imparciais.

Não ativemos, todavia, a nossa colaboração no Processo a uma vertente político-diplomática, antes a alargámos às vertentes militar e policial. Olhando o que neste último domínio fomos capazes de realizar, orgulho-me dos aplausos generalizados que a acção dos meus compatriotas que integraram as UNAVEM II e III suscitou e continua a suscitar e anoto com prazer a falta de razão de quantos — temerosos de um passado que não volta — prognosticavam dificuldades e inêxitos para o cumprimento da missão de paz que militares e polícias portugueses foram chamados aqui a cumprir.

A este propósito seja-me permitido reafirmar desta tribuna a disponibilidade desinteressada de Portugal para continuar a participar activamente — se isso for tido por útil por Angola e pela Organização das Nações Unidas — nesta nova fase do processo de pacificação da família angolana que neste momento se inicia.
Senhor Presidente,
Excelências,
A posse do Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional constituindo, como constitui, um passo decisivo em direcção à paz em Angola, não deve ser tido, porém, como o fim consolidado da caminhada. Falta, na verdade, virar algumas páginas decisivas para que a obra fique completa e o desfecho da história seja conhecido. Páginas que consubstanciam tarefas cujo cumprimento será fundamental para que a sociedade angolana se possa desenvolver plena e harmoniosamente, por essa forma constituindo exemplo para África, aqui e ali dilacerada, mas que quer tão arduamente reencontrar-se com o seu destino.
Estou confiante de que o Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional, congregando as mais importantes sensibilidades políticas, partidárias e sociais com que o Povo angolano se identifica, saberá ser um factor de coesão e unidade nacionais, à altura das enormes e desafiantes funções em que, a partir de agora, fica investido.
Senhor Presidente da República,
Excelências,
A Comunidade Internacional olha o dia de hoje em Angola com uma enorme esperança e com vontade de que a realização dessa esperança lhe venha a permitir novas e reforçadas fórmulas de cooperação com vista à paz e ao desenvolvimento económico e social a que este país tem direito.

Portugal estará sempre ao lado de Angola e dos angolanos, de todos os angolanos, nos seus anseios pela democracia, pela liberdade, pela justiça e pelo desenvolvimento.
Que o dia 11 de Abril de 1997 possa ficar assinalado na História de Angola, de África e da cooperação para a paz e o desenvolvimento como um dia feliz, como uma data redentora. O futuro será então, merecidamente, das mulheres e dos homens angolanos.

Sessão de Encerramento do «Colóquio de Direito Internacional — Comunidade dos Países de Língua Portuguesa»
Reitoria da Universidade de Coimbra
Coimbra
25 de Abril de 1997

Tive muito gosto em aceitar o convite para participar neste colóquio de Direito Internacional sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que, em boa hora, foi organizado pela Universidade de Coimbra.

Se necessário fosse, esta iniciativa, num quadro tão prestigioso, e a alta qualidade dos participantes, serviriam para demonstrar que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa está viva, e bem viva, e que o seu projecto já foi, com toda a naturalidade, apropriado pela sociedade civil e, designadamente, pelas instituições universitárias, pelos académicos e pelos intelectuais.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em cuja construção estão permanentemente empenhados, ao mais alto nível, os sete Estados membros, é não só um projecto empolgante, como uma instituição necessária e actual.

À partida, a língua e a história são as dimensões mais fortes da nossa união. Transportam consigo vínculos culturais e humanos que transcendem qualquer conjuntura. A sua tradução, tanto tempo adiada, numa instituição comum, fundada por um acto livre e de vontade soberana de cada um dos Estados de língua portuguesa, representa, para todos, um reencontro com a história, um acto de responsabilidade perante os imperativos do presente e uma atitude de confiança no futuro.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é uma instituição particularmente adaptada às circunstâncias actuais da política internacional.

Com efeito, o fim da guerra fria e a transição para um mundo multipolar caracterizam-se pela emergência de espaços de crescente interdependência regional, que definem o novo mapa das relações internacionais. Os sete Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa estão todos plenamente inseridos nessa dinâmica de regionalização. O Brasil é o motor e o centro natural da integração regional na América do Sul, que se exprime no desenvolvimento do Mercosul.

Os cinco Estados africanos pertencem à Organização de Unidade Africana, e Angola e Moçambique constituem pilares essenciais da comunidade de cooperação e desenvolvimento da África Austral. Portugal pertence à União Europeia e está firmemente empenhado no processo de construção europeia.

Esses processos de regionalização criaram uma necessidade urgente e acrescida para a formação de instituições multilaterais de cooperação inter-regional, um domínio em que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é pioneira.

A vocação dessas instituições de cooperação inter-regional deve ser ultrapassar as descontinuidades, os obstáculos e as divisões geográficas com a afirmação dos valores comuns da paz, do direito e da solidariedade.

Esses valores são essenciais para completar os processos de regionalização e, também, para impedir o agravamento das clivagens internacionais, para contrariar a tendência para uma maior desigualdade entre regiões com diferentes níveis de desenvolvimento económico e social, e para consolidar o diálogo e a cooperação entre espaços com culturas e identidades próprias.

Creio que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é, nesse contexto, uma instituição exemplar. Desde logo, por recusar a lógica do egoísmo sem regras na competição inter-regional.

Por outro lado, por se fundar na defesa dos grandes princípios da paz e do direito, da democracia e dos direitos do Homem, do desenvolvimento e da cooperação. São esses os valores seguros que nos unem num propósito comum de caminhar para uma sociedade internacional.

Para realizar esse desígnio, temos, naturalmente, de dar expressão a esses valores na construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nesse quadro, são particularmente importantes e promissoras as iniciativas que procuram dar corpo a uma «cidadania lusófona», incluindo o reconhecimento de direitos cívicos e políticos, num quadro de reciprocidade e dentro dos limites impostos por cada uma das comunidades regionais em que sete Estados membros estão integrados.

Do mesmo modo, devem ser apoiadas todas as formas de cooperação cujo objectivo é o reforço da democracia, do pluralismo e dos direitos do Homem — de que este colóquio é um exemplo a todos os títulos notável.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem de ser, cada vez mais, uma comunidade de direito e uma comunidade de direitos, como é próprio de uma instituição onde se reúnem democracias de três continentes.

É com essa visão e com a vontade política que lhe dá força e consistência que temos de afirmar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no mundo.

A nossa Comunidade constituirá, estou certo, um meio importante de projecção de língua comum, um factor de valorização dos nossos recursos estratégicos, de cooperação económica, de captação de interesses. Constituirá também um quadro relevante de concertação política e diplomática, num número crescente de questões onde se pode traduzir um interesse comum.

A esse propósito, quero exprimir, neste momento, o reconhecimento público de Portugal pela solidariedade dos Estados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para com Timor-Leste na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. A causa timorense é uma causa comum de defesa do direito e da democracia, que nos obriga a um dever de solidariedade para com o povo mártir de Timor-Leste, sujeito à ocupação ilegal da Indonésia e a um regime de permanente violação dos direitos humanos, que foi justamente condenado pela resolução aprovada na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Portugal não tem nenhum objectivo egoísta na sua defesa da causa timorense. O único propósito dos nossos esforços é garantir o respeito pelo direito internacional e contribuir para resolver a questão timorense, designadamente num quadro de cooperação com o Secretário-Geral das Nações Unidas.

O nosso dever, como potência administrante *de jure,* como tal reconhecida pela comunidade internacional, resume-se a assegurar uma fórmula pacífica e democrática para a resolução dessa questão, através do livre exercício do direito de autodeterminação do povo de Timor-Leste, e a lutar pela defesa dos direitos humanos dos Timorenses, constantemente violados pela brutal ocupação militar indonésia.

Sobretudo desde a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo D. Carlos Ximenes Belo e a José Ramos Horta, a causa timorense tornou-se uma causa universal — e, por maioria de razão, uma causa que mobiliza todos os que defendem os valores da paz e da liberdade nos sete países de língua portuguesa, que inscreveram esses princípios na carta fundadora da sua comunidade.

Permitam-me, para concluir, que partilhe convosco, neste dia 25 de Abril, a esperança de que o dia da paz e da liberdade chegará em breve a Timor-Leste, como chegou a cada um dos nossos países. Muito obrigado.

Encontro dos Presidentes das Repúblicas Portuguesa e de Moçambique e Respectivas Delegações
(Visita de Estado a Moçambique)
Maputo
28 de Abril de 1997

Chego a Moçambique com os olhos postos no futuro: no futuro deste país, no futuro das nossas relações bilaterais e no futuro da região onde Moçambique se insere.
Sou portador de uma palavra de confiança e de uma certeza. A confiança que Portugal deposita na determinação com que Moçambique tem trilhado os caminhos da reconciliação e da paz, da estabilidade política e do desenvolvimento económico, e cujos resultados são já hoje, para muitos, um exemplo não só a citar, como a seguir. A certeza de que os nossos países reforçarão os seus laços de amizade, alicerçando-os em novas formas de diálogo e de cooperação.
Sinto que tenho a felicidade de ser Presidente da República Portuguesa num momento de profunda transformação das relações entre os nossos Povos.
Tenho com este país uma longa relação. Esta visita, que agora início, traz-me à memória mais de 20 anos de contactos, nas diversas funções que fui desempenhando, a oportunidade de rever tantos amigos, a lembrança da diversidade de percursos vividos por nós, individualmente, ao longo dessas décadas, e a admiração que sempre tive pela riqueza e pela diversidade cultural de Moçambique. Esta é a oportunidade de renovar a expressão do meu afecto por este país e pelo seu Povo.
Mas esta visita, Senhor Presidente, para além do que poderá vir a acrescentar ao afecto e às memórias, procurará sem dúvida cumprir dois objectivos que reputo da maior importância.

Desde logo, permitirá ao Presidente Português e à sua comitiva testemunhar a extensão da serena e firme transformação por que Moçambique está a passar, abrindo caminhos seguros a um futuro de estabilidade, desenvolvimento e progresso.
Mas permitirá, também, que o Presidente e o Governo Português, possam sublinhar, a determinação de Portugal em procurar aprofundar, cada vez mais, as múltiplas bases em que assentam as nossas relações bilaterais.
Senhor Presidente,
Excelências,
O 25 de Abril em Portugal, e a independência de Moçambique permitiram encontrar novas formas de inserção nos espaços regionais em que, naturalmente, se integram ambos os países.
Através da adesão à União Europeia — em cuja construção nos temos empenhado activamente — Portugal reencontrou a Europa a que sempre pertenceu.
Moçambique, por seu lado, ao alcançar a Independência pela qual Vossa Excelência tanto lutou, encontrou o seu lugar natural, no contexto da África Austral.
Assim, ambos os países representam como que portas abertas para espaços regionais que só têm a ganhar no reforço da complementaridade do seu relacionamento.
As fecundas relações entre os nossos dois países são hoje também caminhos de encontro e contacto com espaços económicos, mercados e oportunidades mais amplos, que se afirmam no quadro multilateral em que cada país se insere.
E nada poderá consolidar mais a importância estratégica desse relacionamento do que o reforço que a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa veio trazer ao diálogo político, à concertação diplomática, à cooperação económica e à defesa de uma língua oficial comum a sete Estados

independentes, espalhados por três continentes, assim como à população de Timor-Leste, que tem recebido dos nossos dois Povos e Governos o indispensável apoio à sua justa causa — e onde me permite hoje destacar o papel pessoal de Vossa Excelência sempre desempenhou.

Esta é uma Comunidade em que nos integramos por tudo o que nos une, testemunhando as diversidades que nos distinguem no âmbito dos espaços regionais em que cada país se insere; uma Comunidade, em suma, onde, na base da unidade da língua, se valoriza e cimenta um relacionamento que, mais do que a evocação do passado, se quer sobretudo um olhar empenhado para o futuro.

É por tudo isto que chego a Moçambique com os olhos postos no futuro. E é em nome de tudo o que ele pode representar para o futuro dos nossos países que saúdo o Povo moçambicano.

Cerimónia de Troca de Condecorações entre o Presidente da República Portuguesa e Presidente da República de Moçambique
(Visita de Estado a Moçambique)
Palácio da Ponta Vermelha
Maputo
28 de Abril de 1997

Apesar da extensão e da diversidade do programa desta visita de Estado que hoje iniciei, a dimensão de Moçambique deixa sempre a quem o visita um sentimento de certo desconforto por não poder percorrer o país em toda a sua enorme extensão.

E se mais gostaria de ver e visitar, também maior gostaria que fosse a possibilidade de contactos pessoais com pintores, artistas, intelectuais, técnicos e cientistas, com a juventude que construirá o futuro e com os mais velhos que são um repositório precioso do passado e do riquíssimo património cultural deste país. Mas a um Presidente, em viagem de Estado, estão sobretudo reservados os gestos simbólicos que ficam por tudo aquilo o que comportam e transmitem.

Desejo que todo o Moçambique sinta que ao visitá-lo de Sul a Norte — embora apenas a uma parte da sua enorme diversidade — é ao seu todo que, através da minha presença, Portugal se dirige.

Pela mesma ordem de razões, creio, Senhor Presidente, que todos compreenderão que ao condecorar Vossa Excelência com o Grande Colar da Ordem de Santiago da Espada eu quero distinguir um percurso, uma história individual riquíssima, feita de um elevado sentido de Estado, de tenacidade e de coragem. Com este gesto, quero homenagear o Presidente eleito de Moçambique que — garantindo a boa vontade de todos — conduziu com

invulgar lucidez o seu país a um futuro de paz, estabilidade e desenvolvimento. E ao fazê-lo, permito-me exprimir, a par da minha vontade individual de lhe prestar esta sincera homenagem, a vontade de Portugal em sublinhar, através desta Condecoração, a sua especial e fraterna relação com todo o Povo moçambicano.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República de Moçambique
(Visita de Estado a Moçambique)
Palácio da Ponta Vermelha
Maputo
28 de Abril de 1997

Permitam-me que comece por dizer, com a simplicidade que a emoção me dita, que é bom estar de novo em Moçambique. É bom visitar uma vez mais esta terra e reencontrar tantos amigos.

É-me grato olhar para trás no tempo e poder hoje recordar o início desta velha relação. O meu primeiro cargo político, como porventura saberão, foi o de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e foi no exercício dessas funções que consolidei o meu conhecimento de Moçambique.

Portugal vivia então a euforia de uma Revolução libertadora; Moçambique a euforia da Independência. Os acontecimentos, em ambos os países, estavam intimamente ligados entre si. Para toda uma geração de portugueses e moçambicanos, era o momento em que os seus anseios de Liberdade e de Independência se tornavam finalmente realidade. Esse momento exaltante, conjuntamente vivido, não poderia deixar de gravar memórias profundas e de em nós criar relações sólidas e duradouras.

É desse primeiro momento e de tantos outros que se lhe seguiram — e que hoje me acorrem à memória convocados pela emoção deste reencontro — que sinto brotar este sentimento de satisfação e de alegria por estar de novo em Moçambique.

Ao longo dos anos cimentei uma relação afectiva com o povo moçambicano. E tenho hoje, como Presidente da República de Portugal, o privilégio de poder acrescentar, ao que pessoalmente

me liga a Moçambique, a representação institucional da solidariedade que une os nossos dois países. Nada me poderia ser mais grato.

O aprofundamento dos laços de solidariedade que ligam os Estados de língua oficial portuguesa é para Portugal uma política prioritária; uma política que se orienta numa perspectiva de futuro e que, com base no património inestimável que é a nossa língua comum, procura conjugar experiências e esforços para a ampliação do intercâmbio cultural e para o reforço da cooperação para o desenvolvimento económico e social, assim como para a nossa mútua capacidade de afirmação externa.

É neste quadro de mútuas convergências e de recíprocos interesses — económicos, culturais e diplomáticos — que se impõe consolidar o projecto da Comunidade dos Países de Língua oficial Portuguesa. Estamos todos conscientes de que o reforço das relações bilaterais e a dinamização de acções de cooperação multilateral são essenciais para conferir a necessária solidez colectiva, tendo em mira o futuro que queremos construir para as relações entre os nossos povos.

Portugal admira a determinação com que Moçambique tem sabido percorrer os caminhos da paz, procurando consolidar a estabilidade política e lançar as bases do desenvolvimento económico. Os resultados desse esforço, a que sempre demos no passado e continuaremos a dar no futuro, de forma amiga e desinteressada, o apoio solicitado, são hoje um modelo de sucesso.

Creio não poder haver prova mais cabal e evidente da forma como essa confiança foi interiorizada pela sociedade portuguesa do que o eloquente facto de Portugal ser o primeiro investidor externo neste país. Estamos pois comprovadamente disponíveis para apoiar o esforço de Moçambique na construção do seu futuro.

Para esse esforço, ao qual Moçambique tem dedicado o melhor das suas capacidades, não poderia Portugal deixar de corresponder activamente, contribuindo para a criação de condições de crescimento auto-sustentado. E deverá fazê-lo quer a nível oficial — reforçando, na medida do possível, os instrumentos de cooperação — quer a nível privado, procurando sempre observar os mais estritos padrões éticos de comportamento, nomeadamente nas relações laborais, privilegiando a formação profissional dos moçambicanos, como prioridade associada a qualquer investimento ou a qualquer acção de cooperação.

Gostaríamos de ser vistos como os facilitadores das oportunidades que o futuro irá seguramente abrir às novas gerações de moçambicanos, e não apenas encarados como meros instrumentos de um sistema de mercado.

Os processos de transição política e de ajustamento estrutural, sabemo-lo por experiência própria, fazem da sensibilidade às questões sociais, designadamente no âmbito da formação profissional, um dos aspectos centrais da relação entre os novos investidores e o tecido social em que estes se inserem.

Perfilho a opinião de que, pelo conhecimento que tem deste povo, Portugal terá de se constituir como um exemplo. Tal representa um imperativo ditado pela nossa concepção política das relações entre os povos e que se reveste de uma relevância tanto maior quanto é certo que este é o momento do início de um novo relacionamento entre os nossos dois países. É efectivamente um imperativo que deverá nortear toda a cooperação, seja ela feita por agentes públicos ou privados.

As possibilidades de cooperação bilateral são vastas: no âmbito da preservação da língua e da cultura; no estabelecimento e aprofundamento de laços entre as comunidades portuguesas residentes e as comunidades nacionais; na criação e desenvolvi-

mento de mecanismos económicos; na formação de recursos humanos; na área da investigação científica e dos estudos universitários; no domínio da comunicação social; na área do apoio social e outras.

A sua actuação deverá pautar-se num estrito respeito pela identidade própria de cada um dos nossos países, mantendo sempre presente, tanto as disponibilidades em meios e recursos, como a necessidade de se assegurarem as condições de sustentabilidade ao desenvolvimento.

Norteando-se pelo reforço das capacidades institucionais, a promoção e consolidação da Democracia e do Estado de Direito, do respeito pelos direitos do Homem e pelas Liberdades Fundamentais, a Cooperação Portuguesa saberá decerto encontrar cada vez mais alargados campos de actuação, privilegiando o apoio técnico, a assessoria e formação profissional, bem como a consolidação da cooperação empresarial, em particular do sector privado.

Neste contexto, não posso deixar de referir a importância que atribuímos ao reforço da cooperação levada a cabo pelas Organizações Não-Governamentais, que consideramos constituir um instrumento privilegiado nas relações entre os Povos dos nossos dois países.

Senhor Presidente da República,

Excelências,

Moçambique prepara-se para a realização das suas primeiras eleições autárquicas. Este será, sem dúvida, mais um factor de amadurecimento do edifício institucional do Estado moçambicano e um elemento de renovado envolvimento dos cidadãos no regime democrático. Alcançada a paz e a democracia política, começam a estar criadas as condições indispensáveis para o desenvolvimento e estabilidade social da sociedade moçambicana.

Este é, por isso, um passo importante para Moçambique. Creia, Senhor Presidente, que, hoje como ontem, a nossa disponibilidade será total, para, na medida da nossa experiência e das nossas capacidades, apoiar a implementação do Poder local em Moçambique. Digo-o como autarca eleito que fui e que portanto sabe, por experiência própria, quão importante é o poder local para garantir a resolução dos problemas concretos das populações, para manter o envolvimento do cidadão nos mecanismos da democracia política e para promover o desenvolvimento do país. Julgo poder afirmar, sem nenhum exagero, que o sucesso da estabilização da jovem democracia portuguesa dependeu, em grande medida, do sucesso da experiência autárquica democrática em todo o país.

Mas, para além do sucesso da sua transição política, Moçambique tem hoje acrescidas razões de orgulho e de esperança. Orgulho e esperança na inquebrantável vontade política de vencer as dificuldades, procurando os compromissos necessários, por forma a perspectivar adequadas políticas de ajustamento e bons desempenhos económicos.

O cumprimento das metas estabelecidas para o reajustamento estrutural da economia constitui um êxito apreciável. Os resultados do último ano traduzem já a tão desejada, quanto difícil consonância entre a política de ajustamento e o crescimento económico.

Portugal não deixará em todos os *fora* internacionais em que tem assento de incentivar o apoio da Comunidade Internacional à balança de pagamentos, como condição necessária à auto-sustentação dos índices de crescimento. Os resultados conseguidos por Moçambique, na última reunião do Clube de Paris, relativos ao serviço da dívida externa, representam um sinal claro de incentivo e de apoio.

O processo de alargamento e modernização do sistema financeiro, a criação de novos instrumentos para apoiar as actividade do sector privado e as reformas em curso na política fiscal e monetária contribuem decisivamente para o reforço da confiança da Comunidade Internacional e para a redução de desequilíbrios macroeconómicos.

Senhor Presidente da República,

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As relações entre os nossos países — tive já ocasião de o afirmar — são hoje também caminhos de encontro e contacto com espaços económicos e políticos, mercados e diplomacias mais amplas, que se afirmam no quadro multilateral em que cada país se insere. Neste contexto multilateral, não posso deixar de referir a esperança que Portugal deposita nas capacidades da Organização de Unidade Africana para contribuir para a resolução e gestão de conflitos neste Continente, em particular a crise que assola a Região dos Grandes Lagos e a situação que se vive no Zaire.

Temos, assim, desempenhado um papel activo na dinamização do diálogo entre a União Europeia e a OUA com o objectivo de conferir àquela organização uma maior capacidade na área da prevenção e gestão de conflitos no Continente.

Portugal e Moçambique são elos e ponte entre espaços político-económicos cuja importância deve ser ampliada por uma mais estreita colaboração.

O apreciável apoio da União Europeia à paz, ao desenvolvimento e à nova ordem constitucional de Moçambique é testemunho do empenho Europeu na estabilidade do quadro regional e na procura de soluções políticas para os conflitos ainda existentes. Só a paz e a estabilidade político-militar em todos os países da região permitirá desenvolver todo o potencial de progresso que

a região encerra. A paz é um pré-requesito para a cooperação regional que, por sua vez, é condição essencial para o desenvolvimento sustentado dos países que a compõem.
Mas a paz é uma necessidade urgente e inadiável para toda a África. Uma paz que, para ser duradoira e frutuosa, terá necessariamente que assentar nas bases sólidas do progresso e desenvolvimento político, económico e social.
Daí que Portugal tenha lançado aos seus parceiros da União Europeia a ideia da realização de uma cimeira euro-africana, ideia esta que está a suscitar crescente apoio e compreensão.
Daí também, ao longo dos últimos anos, ter Portugal empenhado o melhor dos seus esforços diplomáticos no processo de paz moçambicano e no difícil e complexo processo angolano. O capital de experiência acumulado, a que se junta o profundo conhecimento da região, não deixará de consolidar as nossas relações com o SADC, de que Vossa Excelência é Vice-Presidente, organização que igualmente tem marcado a sua acção pelo empenho na resolução de conflitos.
Senhor Presidente da República,
Excelência,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Quero concluir esta intervenção, que já vai longa, com uma renovada palavra de esperança e de confiança no futuro, lançando, a moçambicanos e portugueses, o repto de fazermos ainda mais e melhor, de nunca nos contentarmos com a obra já feita e de situarmos a nossa ambição no horizonte sempre mais além. Como escreveu Fernando Pessoa «navegar é preciso». Mia Couto, por seu lado, citando um velho provérbio Macua, sugeria que o barco de cada um de nós está no nosso próprio peito.
Acredito sinceramente, Senhor Presidente, que hoje vejo aqui muitos barcos a quererem navegar juntos.

Sessão Solene na Assembleia da República de Moçambique
(Visita de Estado a Moçambique)
Maputo
29 de Abril de 1997

É para mim um grato prazer e uma grande honra ser recebido nesta sessão solene da Assembleia da República de Moçambique.

Reconheço esta atenção que me é concedida como um acto da maior relevância institucional. Registo-a como um gesto fraterno que ao dirigir-se ao Chefe do Estado português se estende naturalmente a todos os Portugueses. É em nome deles, que olham para este país como para um país irmão, que sentidamente vos agradeço o convite e esta oportunidade de me dirigir aos representantes livremente eleitos do povo moçambicano.

Durante muitos anos fui também parlamentar, tendo assim juntado à concepção teórica do papel central dos parlamentos na vida democrática, a experiência enaltecedora do exercício da função de deputado. Representar o Povo é a mais nobre função política num regime democrático.

É um trabalho complexo e fascinante, feito de afirmação da identidade própria de cada grupo parlamentar, na procura de representação dos programas e propostas em torno das quais os seus deputados foram eleitos, mas também feito da procura dos compromissos necessários à estabilidade política, ao aprofundamento da democracia e à viabilização do desenvolvimento económico.

Confronto de opiniões e compromisso político tal é a matéria que enforma o complexo equilíbrio em que assenta a vida parla-

mentar democrática: equilíbrio nem sempre bem compreendido pela opinião pública, que tantas vezes considera o confronto vivo de opiniões como estéril e o difícil esforço de compromisso como concessão escusada.

Mas esta realidade apenas nos remete para uma constatação incontornável. A democracia não se consolida apenas através da periódica realização de eleições. Ela supõe também o exercício permanente de uma pedagogia política, capaz de interiorizar na população uma vivência democrática, que deverá ser constantemente aprofundada, aproximando eleitores e eleitos.

A democracia — perdoem-me repetir este lugar comum — é o menos imperfeito de todos os regimes políticos. Para onde quer que dirijamos as nossas atenções, convirjam elas em democracias consolidadas ou para regimes acabados de sair de processos de transição, são sempre as mesmas questões que se colocam: o modelo eleitoral e estatuto dos deputados, ligação entre eleito e eleitor, transparência do sistema político, direitos da Oposição, financiamento dos partidos, extensão dos direitos individuais dos cidadãos.

Esta dinâmica de debate permanente é o que permite aos regimes democráticos o seu constante aperfeiçoamento, consentindo a sua evolução, e a adaptação harmoniosa às sociedades modernas em contínua mutação; sociedades que reclamam uma constante adequação dos seus sistemas políticos sob pena de estes se desajustarem das realidades que o justificam e fundamentam.

O que verdadeiramente importa é o sentido global dessa evolução, é caminhar sempre no sentido do fortalecimento das liberdades, na consolidação dos direitos do homem e na extensão da prática democrática aos órgãos electivos dos diversos níveis de administração do Estado.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Em Moçambique, a bem sucedida implementação do processo de paz assinado em Outubro de 1992, e concluído em 1994, com a realização de eleições presidenciais e legislativas, permite agora avançar para a realização das primeiras eleições autárquicas. Trata-se de um passo decisivo para a coroação da paz, para a estabilidade política e para o desenvolvimento do país.
O processo de descentralização administrativa constitui, sem dúvida, um importante factor de democratização e de amadurecimento do edifício institucional do Estado. Como a experiência demonstra em muitos países, o referido processo fortalece o espírito de reconciliação e de unidade nacional. No caso de Moçambique representará também o culminar de um complexo processo de transição.
Portugal não pode deixar de realçar o esforço de convergência em matérias relevantes para a desejada e necessária descentralização administrativa. Em boa verdade, foi a vontade política de todos que permitiu o sucesso do processo de paz moçambicano, dele fazendo um exemplo que o mundo em geral e a África em particular só ganhará em ter sempre presente. A manutenção dessa vontade política, é prova eloquente da determinação com que Vossas Excelências têm procurado garantir a estabilidade política e social, o que não deixará de se reflectir favoravelmente no desenvolvimento económico e social do país.
Congratulo-vos pelo esforço feito e faço sinceros votos para que também se coroe de sucesso mais este passo do processo de transição política.
A partir de agora, a atenção irá centrar-se nos aspectos organizativos e logísticos para cumprir o processo eleitoral, tal como pretendido por todos os partidos políticos e pela sociedade civil moçambicana.

Portugal estará sempre disponível, quando tal lhe for solicitado, para apoiar, em coordenação com a comunidade doadora internacional, os esforços do Governo na efectivação do próximo escrutínio eleitoral, bem como no mais vasto projecto de descentralização administrativa do Estado, designadamente no que diz respeito ao fortalecimento da administração local autárquica.

Possuímos todo um património de experiência, construída também ela num período de transição política. Se o quiserem, poderemos compartilhá-la, com a disponibilidade e o desinteresse com que dois países solidariamente unidos entre si põem em comum o que melhor possa servir o outro.

A paz e a harmonia política em Moçambique criaram as condições indispensáveis para o desenvolvimento e a estabilidade social. Os resultados desse esforço, a que sempre demos no passado e continuaremos a dar no futuro, de forma amiga e desinteressada, o apoio solicitado, são hoje um modelo de sucesso. Estamos pois disponíveis para apoiar o esforço de Moçambique na construção do seu futuro.

Mas, para esse esforço, ao qual Moçambique tem dedicado o melhor das suas capacidades, não poderia Portugal deixar de corresponder activamente. E deverá faze-lo quer a nível oficial — reforçando, na medida do possível, os instrumentos de cooperação — quer a nível privado, procurando sempre observar os mais estritos padrões éticos de comportamento, nomeadamente nas relações laborais, privilegiando a formação profissional dos moçambicanos, como prioridade associada a qualquer investimento ou a qualquer acção de cooperação.

Desenvolvimento e estabilidade, tal é, com efeito, o desafio do futuro. Não posso deixar de testemunhar, perante os mais altos representantes do povo moçambicano, a minha admiração pelo

esforço que todos os agentes políticos económicos e sociais têm desenvolvido para, com grande sentido da história e da evolução do quadro regional, garantir as condições que permitam assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento económico. É que sem ele, também seriam insuficientes as condições para absorver as tensões sociais que necessariamente se lhe seguiriam, com evidentes riscos para a estabilidade do regime democrático.

É necessário persistir no caminho. Manter a vontade política para os compromissos necessários e garantir a continuidade do apoio da Comunidade Internacional a este notável esforço.

A União Europeia, com um papel activo de Portugal, tem prosseguido o apoio ao desenvolvimento do país, quer através da consolidação da nova ordem constitucional emergente do processo de paz, quer contribuindo para a reabilitação do tecido económico social.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Estou certo de que os nossos países reforçarão os seus laços de amizade, alicerçando-os em novas formas de diálogo e de cooperação. Deixo-vos aqui, em nome de Portugal, o compromisso da nossa total disponibilidade para, na medida do vosso desejo e das nossas possibilidades, continuarmos a contribuir para criar as oportunidades que as novas gerações de moçambicanos esperam do futuro. As perspectivas do reforço da cooperação entre os nossos países são vastas: no âmbito da preservação da língua e da cultura, na criação e desenvolvimento de mecanismos económicos; na formação de recursos humanos; na área da investigação científica e dos estudos universitários; no domínio da comunicação social; na área do apoio social.

Abrem-se igualmente, na área parlamentar, amplas e estimulantes perspectivas de cooperação entre os Parlamentos de Moçam-

bique e Portugal. A importância que atribuímos à cooperação entre os nossos Parlamentos está, de resto, bem patente na expressiva delegação parlamentar que me acompanha e que representa todos os partidos políticos portugueses com assento na Assembleia da República.

A Cooperação Técnico Militar constitui outra faceta importante da nossa cooperação com Moçambique.

Constituindo a Cooperação Militar apenas uma das áreas da cooperação bilateral ela tem assumido, todavia, a maior relevância no contexto deste processo, com inquestionável significado político e social. É sinal de que olhamos para o futuro e nos distanciamos do passado. É sinal de que juntos e congregando esforços e vontades poderemos ajudar a construir um clima de paz e de estabilidade nesta região de África, prestando um contributo válido para o pleno desenvolvimento das potencialidades nela existentes, que são muitas.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A paz, todos o sabemos — mas nunca será demais repeti-lo —, constitui um bem inestimável. Sem ela o almejado e necessário desenvolvimento continuará sempre uma miragem distante. Moçambique com exemplar coragem e clarividência, demonstrou ter assumido as lições amargas de uma História recente em que a luta fratricida se sobrepunha ao entendimento e ao diálogo, com trágicas consequências para a vida das populações.

Quero, por isso, aqui, neste privilegiado forum, livre e aberto, de debate de ideias, deixar uma palavra amiga de admiração e encorajamento, em nome do povo português, pelo trabalho por vós desenvolvido, por vezes bem difícil, mas absolutamente imprescindível para a consolidação do regime democrático.

O objectivo crucial de implantar e enraizar a paz e a democracia pluripartidária em Moçambique, em cujo processo Portugal se empenhou, desde a primeira hora, de forma activa e desinteressada, é hoje uma aposta ganha, constituindo legítimo motivo de orgulho para todos os moçambicanos. Esta Assembleia é disso uma demonstração palpável.

Assim, é com sincera e profunda satisfação que, em nome do povo português, vos dirijo hoje estas palavras de singela, mas emocionada confiança no futuro de Moçambique e dos Moçambicanos.

Visita à Universidade Eduardo Mondlane
(Visita de Estado a Moçambique)
Maputo
29 de Abril de 1997

Não posso deixar de iniciar estas minhas breves palavras por um agradecimento, formal e sincero, pela forma como Vossa Excelência e demais autoridades académicas hoje me receberam. É para mim um grato prazer poder participar numa cerimónia solene desta Universidade. Só lamento que a limitação do tempo restrinja este contacto, que de outro modo gostaria que fosse mais amplo, permitindo-me um maior convívio convosco, a tão breves momentos. Ficam todavia os gestos, carregados de toda a sua carga simbólica: o do meu empenho em visitar esta Universidade, testemunhando assim o interesse que atribuo a cooperação universitária entre os nossos dois países; e o da disponibilidade do seu Magnífico Reitor não só de me receber, num gesto que entendo ser dirigido na pessoa do Presidente da República a todo o povo português, mas, para além disso, de complementar esta cerimónia, já de si significativa, com a assinatura de um Protocolo académico. Sinto que acabamos de testemunhar a concretização de uma das formas mais nobres de cooperação entre dois países: aquela que cimenta e fortalece a cooperação científica e técnica entre instituições de ensino superior. São protocolos como este que foi assinado, que marcam o caminho que julgo importante aprofundar. Este é um gesto virado para o futuro. É uma aposta no Homem, e no aperfeiçoamento constante da sua cultura e formação, como o maior património de um Estado e o território mais nobre da cooperação institucional entre dois povos.

Do trabalho que se desenvolva entre instituições universitárias depende, em grande medida, o futuro das novas gerações. É a elas, por isso, que devemos dedicar a persistência dos nossos esforços e a aposta em continuar no tempo as diversas experiências que progressivamente vão desenvolvendo as relações entre as instituições universitárias portuguesas e moçambicanas e que se vão constituindo, elas próprias, num património de conhecimento recíproco que se deve preservar.

Quero, por isso, deixar-vos uma palavra de incentivo ao aprofundamento desta cooperação que agora se formaliza. Espero que esta bela cerimónia fique como o símbolo de um caminho que possa ser percorrido por outras instituições. O desenvolvimento de uma estratégia de parcerias universitárias, assente na clara identificação, por parte dos moçambicanos, das suas necessidades, encontrará, estou certo disso, eco na total disponibilidade das Universidades portuguesas para responder às solicitações que venham da parte moçambicana.

Uma estreita cooperação universitária, baseada no rigoroso respeito pelas autoridades académicas respectivas constituirá um dos pilares essenciais do relacionamento bilateral.

Sei que este é um caminho muito importante para o futuro. Mas o futuro é feito de percursos, que não só não podem ser esquecidos, mas também devem, muitas vezes, ser distinguidos e sublinhados. Vossa Excelência, Magnífico Reitor, é um desses homens cujo obra merece ser distinguida. Por isso, eu não poderia deixar, nesta cerimónia pública, de deixar de manifestar o meu reconhecimento pela qualidade e a dimensão pública do seu percurso, onde me permito destacar o decisivo trabalho realizado por Vossa Excelência à frente da Comissão Nacional de Eleições.

É com muito gosto que agracio Vossa Excelência com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Banquete de Retribuição
do Presidente da República Portuguesa
ao Presidente da República de Moçambique
(Visita de Estado a Moçambique)
Hotel Polana
Maputo
29 de Abril de 1997

Hoje estamos juntos, uma vez mais. Hoje, como tantas vezes antes e de tantas formas, que os nossos povos escreverão, um dia, a história de um passado distinto, em parte vivido em comum, e para o qual, a distância do tempo é o melhor conselheiro para o seu juízo.

Hoje estamos juntos por vontade própria, como Estados independentes, alicerçando uma relação que sabe que tem no Futuro o seu destino e a sua nova história. É a ele que nos devemos dirigir, investindo o melhor dos nosso esforços e da nossa afectividade para criar os modelos de cooperação que garantam as condições de prosperidade e desenvolvimento.

Hoje é o momento de reiterar o compromisso de Portugal com o futuro de Moçambique. Um compromisso singelo, mas verdadeiro; um compromisso que ao nível dos Estados traduzia o que de melhor dois amigos podem trocar entre si: a disponibilidade desinteressada para, sempre que necessário, sempre que preciso, responder ao apelo, estar presente, ajudar. O compromisso de nunca esquecer a palavra solidariedade. O compromisso que uma amizade forte cimenta para sempre: para a vida e para a história, para a memória colectiva dos povos.

Quero que Moçambique saiba que Portugal estará presente, amigo e solidário, sempre que necessário.

Hoje estamos a construir um novo capítulo nas nossas relações. Celebramos a igualdade de estados soberanos, o respeito pela

identidade histórica e cultural dos povos que nos elegeram para os governar. Celebramos profundas mudanças no contexto geo-estratégio internacional e nos equilíbrios regionais em que cada país se insere. Celebramos a consagração dos direitos do homem e do estado de direito como elementos essenciais do regime político em que queremos fundar as condições de prosperidade e desenvolvimento dos nossos países.

Hoje somos membros de uma Comunidade onde sete Estados, em perfeito pé de igualdade, unidos por estreitas relações económicas e culturais, partilham as responsabilidades e as oportunidades abertas pelo indelével traço de união que é a língua portuguesa.

Hoje estamos juntos porque livremente reconhecemos a importância dessa união e porque nela depositamos o melhor do nosso empenhamento político e a relação afectiva dos nossos povos.

Hoje celebramos a vontade das novas gerações de moçambicanos e portugueses de se conhecerem melhor. Está nas nossas mãos, Senhor Presidente, estreitar o abraço entre os nossos povos. Hoje tudo mudou, porque é chegado o momento do verdadeiro encontro de culturas; encontro que só pode existir quando a liberdade assegura a sobrevivência das diferenças; encontro que só pode acontecer quando a vontade se substitui à imposição da força ou às contingências da história.

É este encontro que hoje permite olhar serenamente para todos os anteriores. Agora que a liberdade, a democracia e a igualdade enformam as nossas relações, podemos começar a identificar o que ficou de encontro do que antes foi segregação, imposição e desencontro.

Permitam-me que escolha um símbolo. Um símbolo de tantos, talvez mesmo de todos os caminhos que cruzaram no passado a

relação, não só entre os nossos dois países, mas também entre o Ocidente e o Oriente; o imaginário do Atlântico e o do Índico, o Islão e a Cristandade, o Portugal de outrora e o Moçambique então adiado. Um símbolo, enfim, de todo um mundo em torno do qual o Mundo da época rodou, pérola única no Índico: a Ilha de Moçambique.

Ilha que é hoje Património Mundial. É imperioso não nos furtarmos à responsabilidade de garantirmos a sua preservação. E esta não é uma responsabilidade que caiba apenas a Moçambique ou a Portugal. Não é uma responsabilidade que decorre apenas da nossa história.

Esta é uma responsabilidade de toda a Comunidade Internacional que, ao reconhecê-la como património de todos, reconhece-a como símbolo único e insubstituível desse momento decisivo da História da Humanidade que foi o percurso da civilização europeia ocidental a caminho do Oriente — e as marcas que esse caminho nos deixou.

Permito-me, por isso, na presença de todos os convidados moçambicanos e portugueses, mas também na presença de uma significativa parte do corpo diplomático acreditado neste país, dos Representantes da Unesco e da Comissão Europeia, deixar um sentido apelo à conjugação de todos os esforços necessários à salvaguarda do Património Mundial que é a Ilha de Moçambique.

Técnicos, cientistas, artistas e intelectuais, mas também as grandes organizações Internacionais como a UNESCO devem estudar esse património precioso e apoiar as formas possíveis da sua recuperação e preservação.

Senti que hoje, ao erguer esta taça num brinde comovido ao futuro das relações entre Moçambique e Portugal devia, com este apelo, simbolizar que o futuro da relação entre dois povos

depende do reconhecimento, valorização e intercâmbio entre as culturas que formam a identidade de cada um deles, sem esquecer o percurso que a História ditou.
Brindo a um futuro que assenta nas novas bases do relacionamento entre os nossos países e num lastro histórico de uma relação que é impossível iludir em toda a sua profundidade e complexidade.
É que num mundo em que tudo parece tão fugaz, tão volátil, tão substituível pelo que no momento seguinte é o novo padrão, o novo valor, a nova moda, é importante reconhecer que a Liberdade é também a luta da memória contra o esquecimento.
Brindo ao futuro!
Brindo a Moçambique!

Visita à Escola Portuguesa de Quelimane
(Visita de Estado a Moçambique)
Quelimane
2 de Maio de 1997

Quando me contaram como surgiu e foi ganhando corpo o sonho de aqui criar uma Escola, sem outros grandes apoios além da boa vontade, do engenho e da generosidade de um punhado de portugueses, decidi imediatamente incluí-la no programa da minha visita a esta bela cidade de Quelimane.
A obra aqui desenvolvida, com o esforço e o empenho conjugados de um grupo de pessoas solidárias e de boa vontade, é um exemplo estimulante cujo potencial de emolução gostaria de ver ecoar em toda a vasta geografia por onde, pelas sete partidas do mundo, se dispersam e enraizaram comunidades portuguesas.
Não posso deixar de registar, ainda, a minha enorme satisfação pelo facto de o corpo de alunos desta Escola ser formado quer por crianças portuguesas quer por moçambicanas. É muito grato saber que, nos bancos da escola, se vão partilhando saberes, cimentando cumplicidades e forjando amizades entre a juventude de dois povos unidos por indeléveis laços de cultura, língua e afecto. A ela pertence um futuro que desejo pleno de ventura e de sucessos.
É imbuído de um sentimento de profunda emoção que quero testemunhar publicamente a admiração que me suscita a obra notável que esta Escola representa e prestar a minha homenagem, em nome do Povo Português, à Senhora D. Marlene Ferreira, que — se me permitem a expressão — é, de alguma forma, a alma deste projecto e o coração desta casa. Daí ter de-

liberado agraciá-la hoje com a Comenda da Ordem do Mérito, como manifestação do nosso apreço e reconhecimento por todos aqueles que aqui dão o contributo do seu generoso trabalho e dedicação.

Visita a Cahora Bassa
(Visita de Estado a Moçambique)
Songo
2 de Maio de 1997

Não poderia deixar passar a oportunidade, que este agradável almoço no Centro Social do Songo me proporciona, para aqui tecer algumas breves reflexões sobre a importância do magnífico empreendimento que dentro de momentos irei ter o privilégio de visitar uma vez mais.

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa encerrou sempre, pela sua magnitude e o seu elevado potencial de produção energética, enormes possibilidades de rentabilização que, agora, quando a paz neste país se consolida irreversivelmente, todos queremos possa contribuir significativamente para o desenvolvimento harmonioso de Moçambique.

É com os olhos postos no futuro que deveremos continuar a encarar este portentoso empreendimento. volvidos mais de vinte anos desde a sua construção, permanece por explorar plenamente o seu quase inexaurível potencial. Moçambicanos e portugueses, irmanados neste, como em tantos outros projectos, têm hoje perfeita consciência de que só através de uma forte solidez financeira estará assegurada a longo prazo a viabilidade de Cahora Bassa.

Esta Hidroeléctrica, mais do que um projecto, consubstância uma realidade que não poderá deixar de estar associada à redifinição em curso da rede energética da África Austral, assim como da avaliação dos seus recursos fluviais.

Importa, pois, ter a coragem de saber tomar as decisões acertadas, em todas as áreas e domínios, designadamente o financeiro.

Dever-se-á, sejam quais forem os caminhos escolhidos, enveredar por uma visão de futuro, que seja adequada a um conceito de gestão dinâmica e eficaz.
Quero terminar, dirigindo uma palavra de estímulo e de apreço aos corpos gerentes da Hidroeléctrica de Cahora Bassa aqui presentes, assim como às altas Autoridades moçambicanas que igualmente nos distinguem com a sua presença e que através dela corporizam o nosso propósito comum de continuarmos juntos esta jornada.

Declaração Feita
na Conferência de Imprensa Conjunta
dos Presidentes de Portugal e de Moçambique
(Visita de Estado a Moçambique)
Palácio da Ponta Vermelha
Maputo
3 de Maio de 1997

Parto, sentido já a nostalgia, sofrendo já a saudade. A Saudade de um país que de novo me encantou, de novos amigos que se juntam aos muitos que vim reencontrar. Saudade de um povo que me recebeu, a mim e à minha Mulher, por todo o lado, de braços abertos, de maneira inesquecível, com comovente carinho e alegre e contagiante amizade.

Mas parto, Senhor Presidente Joaquim Chissano, seguro de que os nossos dois países solidificaram, em novas bases, uma relação antiga. Cheguei a Moçambique, como afirmei desde o primeiro dia, com os olhos postos no futuro, virando uma página da história e tendo o grato prazer de consigo, e entre os nossos governos, ver escrever um novo capítulo nas nossas relações.

É nele que importa apostar todas as nossas energias e toda a nossa imaginação. Parto com a certeza de que consolidámos as bases de uma confiança mútua alicerçada no respeito pela identidade própria de cada país.

Neste momento de profunda transformação das relações entre os nossos povos, cabe a todos nós, dar continuidade a este novo relacionamento. Importa intensificar a cooperação política e diplomática, desenvolver a cooperação científica e técnica, aprofundar a cooperação empresarial, consolidar a cooperação cultural e expandir a cooperação entre as Organizações Não-Governamentais de ambos os países.

Estamos todos conscientes de que o reforço das relações bilaterais e a dinamização de acções de cooperação multilateral são essenciais para conferir solidez ao futuro que queremos construir para as relações entre os nossos povos. Essas relações são hoje também caminhos de encontro e contacto com espaços económicos, mercados e oportunidades mais amplos, que se afirmam no quadro multilateral em que cada um dos nossos países se insere.

O projecto da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa funda-se, necessariamente, também neste quadro de mútuas convergências e de recíprocos interesses — económicos, culturais e diplomáticos.

Senhor Presidente,

Estamos disponíveis para apoiar o esforço de Moçambique na construção do seu futuro. Queremos dar apoio de forma amiga e desinteressada à determinação sagaz com que Moçambique tem sabido percorrer os caminhos da Paz, procurando consolidar a estabilidade política e lançar as bases do desenvolvimento económico.

Portugal deverá fazê-lo, insisto nestes dois pontos, quer a nível oficial, reforçando, na medida do possível, os instrumentos de cooperação, quer a nível privado, procurando observar sempre os mais estritos padrões éticos de comportamento, e privilegiando a formação profissional dos moçambicanos como prioridade associada a qualquer investimento ou a qualquer acção de cooperação. Esta é uma política que deve ser seguida com firmeza e determinação porque o nosso empenho e o nosso compromisso para com Moçambique têm de assentar na disponibilidade para propiciar, na medida das nossas possibilidades, as oportunidades que o futuro irá seguramente abrir às novas gerações de moçambicanos.

A cooperação de Portugal com Moçambique, no plano institucional, deverá encontrar um campo de actuação cada vez

mais vasto, norteando-se, sempre, pelo reforço das capacidades institucionais a promoção e consolidação da democracia e do estado de direito, do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.

Moçambique prepara-se para a realização das suas primeiras eleições autárquicas. Para este processo, que conduzirá ao amadurecimento do edifício do estado moçambicano, fortalecerá o espírito de reconciliação e de unidade nacional e será um elemento de renovado envolvimento dos cidadãos no regime democrático — a disponibilidade de Portugal é total. Na medida da nossa experiência e das nossas capacidades apoiaremos a implementação do Poder Local em Moçambique, se tal for considerado útil e nos for solicitado.

O desafio do futuro é o desenvolvimento e a estabilidade. Quero testemunhar, uma vez mais na presença de Vossa Excelência, a minha admiração pelo esforço que todos os agentes políticos, económicos e sociais têm desenvolvido para, com grande sentido do quadro regional, garantir as condições que permitam assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento económico.

É necessário persistir no caminho. Portugal tudo fará para apoiar a continuidade do apoio da Comunidade Internacional a este notável esforço. Também nesta perspectiva não deixaremos de continuar a desenvolver esforços para a realização próxima da Cimeira Euro-Africana que como se sabe partiu da iniciativa portuguesa.

Quero que Moçambique saiba que Portugal estará presente, amigo e solidário, sempre que necessário.

Senhor Presidente,

É um velho amigo que, uma vez mais, se despede de si. Hoje, porém, é também o Presidente da República Portuguesa que se despede de si. Por isso, à estima e ao afecto do velho abraço

junto hoje, com enorme prazer, o abraço da admiração e do respeito do Chefe de Estado, que é, no fundo, o abraço da admiração e do respeito de Portugal com Moçambique. Conhecemo-nos há muito, Senhor Presidente, e há muito mais tempo se conhecem os nossos Povos, há tanto tempo que o passado é já uma longa história. É, todavia, através dela, em toda a sua complexidade, que chegamos aqui. E isso é o que importa. Hoje reafirmamos o abraço entre o futuro de dois Povos.

Banquete Oferecido pelo Presidente da República Federativa do Brasil
(Visita de Estado ao Brasil)
Palácio de Itamaraty
Brasília
5 de Setembro de 1997

O convite que Vossa Excelência me dirigiu, para participar nas cerimónias oficiais do Dia Nacional do Brasil, e a que se associou a minha primeira visita de Estado a este país, representa, para mim próprio, uma honra que guardarei como uma das maiores distinções que me foram conferidas e representa, para Portugal, um gesto político de extraordinário alcance que ficará como testemunho da consolidação do novo ciclo de relações entre os nossos dois países.

A história desse relacionamento, que simbolicamente evocaremos no próximo dia 7, rica de séculos, é o testemunho indelével do percurso que nos trouxe até aqui. Mas a história que nos une não é a memória de uma cronologia. A história que nos une é a que regista a vontade dos homens que quiseram, no Brasil e em Portugal, que no seu tempo existisse um futuro para a história já vivida. É nesse sentido que sei que Vossa Excelência me convidou. É com esse espírito que aqui me encontro, para consigo estreitar a firme vontade política de aprofundar, em novos moldes, o futuro do relacionamento entre os nossos Povos e Estados.

Creia, Senhor Presidente, que nada me poderia ser mais grato do que estar aqui hoje, em nome de Portugal, institucionalmente acompanhado de membros do Governo, de uma importante delegação da Assembleia da República, do Senhor Chefe da Estado Maior General das Forças Armadas e de um conjunto de

personalidades nacionais, para participar na homenagem à História do Brasil, para debater o presente das nossas relações bilaterais e, sobretudo, para rasgar horizontes para o futuro.
Senhor Presidente,
Dentro de poucos anos comemoraremos os quinhentos anos da viagem de Pedro Álvares Cabral que no caminho de um «mar sem fim» descobriu esta terra magnífica e nela os povos e as civilizações que então a habitavam.
Os dois países comemorarão empenhadamente esse feito que é, indiscutivelmente, um marco na história da civilização. Os historiadores não deixarão de sobre ele, e sobre as suas consequências, produzir as suas diversas interpretações. Mas a nós, a quem cumpre governar os países que resultaram desse encontro, cabe, acima de tudo, olhar para a frente, criar as condições para novas formas de encontro entre as nossas culturas, economias e sociedades. Cabe-nos, no fundo, uma tarefa que não podemos nem queremos recusar: a de garantir que a história desse primeiro encontro se prolonga na história a haver.
Procurarei, por isso, ao longo desta visita, que fique claro que para Portugal a história é o caminho de partida para o futuro que a nossa visão do Brasil e o nosso entendimento das relações, riquíssimas, que com ele podemos e devemos estabelecer não são apenas uma consequência da história, mas, para além dela, um acto de vontade reafirmado no presente pela relevância que esse relacionamento assume para os nossos países.
Senhor Presidente da República,
Mas celebrada a história como pilar e não como o fecho de abóbada que queremos para o presente, em que é que assenta, ao fim ao cabo, o futuro do nosso relacionamento?
Ele assenta, em primeiro lugar, na língua. Nesta riquíssima língua que nos une, numa diversidade de formas que a enriquecem

e que são, em si mesmas, veículo da identidade cultural dos povos que nela se exprimem. Mas essa mesma língua, a da mulher e do homem que aqui, como em S. Tomé ou em Timor a usam para se exprimir, essa mesma língua de tantas gerações de dramaturgos, romancistas e poetas, ganhou hoje uma dimensão política por força da vontade dos Estados que se congregaram na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Este é um projecto da maior relevância política, económica e cultural.

A circunstância feliz de coincidir com esta minha visita a entrega, por parte do governo brasileiro, do Prémio Camões, ao escritor angolano Pepetela e de poder com Vossa Excelência participar nesse acto, gesto que tanto me sensibilizou, permite sublinhar, simbolicamente, a riquíssima dimensão cultural da nossa língua comum e o poderoso elo de união que ela representa entre povos e continentes sem continuidade geográfica entre si.

Em segundo lugar, creio dever igualmente sublinhar a importância de uma nova relação económica entre os dois países. O Brasil e Portugal, integrados em espaços económicos próprios que por si só são mais-valias no relacionamento bilateral, conhecem nos últimos anos um volume crescente de investimentos em ambos os países, fruto de um novo ciclo — de um novo interesse e empenhamento — interiorizado pelos próprios agentes económicos, no contexto das estratégias de internacionalização para as suas empresas.

Portugal tem vindo a aumentar o seu volume de investimentos no Brasil — constituindo-se hoje como o sexto maior investidor estrangeiro,dando assim uma nova dimensão económica à reiterada importância que entre nós consensualmente se atribui à vertente atlântica da nossa política externa. O relacionamento económico com o Brasil, como as viagens do Senhor Primeiro-Ministro de Portugal bem testemunharam, recebe da parte do

governo português a maior atenção como forma de consolidação de uma nova fase das relações bilaterais.
Em terceiro lugar, as nossas relações dependem da firme vontade política de fundar nas razões do presente o nosso futuro. O Brasil e Portugal, são vértices de um triângulo estratégico que assenta o seu outro extremo no continente africano. Mas a importância futura desse relacionamento global depende da capacidade de reforço que se encontre no presente para as relações bilaterais, entre cada um dos seus vértices.
Portugal, quero reiterá-lo hoje aqui, tudo fará para aumentar o número de instrumentos que garantam o reforço das relações com o Brasil. Quer se trate do intercâmbio cultural e científico, quer se trate da cooperação diplomática, seja no domínio bilateral, seja no domínio bilateral, seja no domínio multilateral, quer se trate do aprofundamento do direito que rege a legislação que se aplica às comunidades emigrantes que vivem nos nossos respectivos países.
O Brasil e Portugal albergam no seu seio importantes comunidades portuguesas e brasileiras que constituem, em si mesmas, um dos elementos fundamentais da constante relação entre dois povos. É, por isso, tão importante que uma visão de futuro aponte no sentido do aperfeiçoamento constante das condições com que essas comunidades se integram nos países de acolhimento, para que aí possam usufruir dos direitos que mais plenamente exprimam o desejo de uma plena integração. Este não será, naturalmente, um caminho isento de dificuldades, que, aqui e ali, pontuarão o percurso, como sempre acontece na evolução do Direito. Mas o que importa é que a direcção em que se caminha é clara e, por reafirmação da vontade política dos dois Estados, constantes os esforços para aprofundar os direitos que crescentemente se querem ver consagrados.

Do ponto de vista político, não posso deixar de reafirmar, com particular ênfase, a dimensão de que se reveste o projecto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Hoje, no momento em que novas condições de liberdade e de democracia, no seio dos sete Estados, tornam possível aprofundar noutros moldes os padrões de relacionamento bilateral; hoje, no momento em que esses Estados reforçam todos os instrumentos de diálogo económico e político com os espaços regionais em que naturalmente se inserem; hoje, por tudo isso, e alicerçados na razão primeira da língua, é possível acrescentar á solidificação das relações bilaterais uma componente multilateral que é inovadora no plano das relações entre estes Estados e plena de virtualidades políticas, económicas, diplomáticas e culturais.

O projecto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa nasceu da consciência política da importância que representa a utilização de uma plataforma estruturada de relacionamento entre os sete Estados, mas sobretudo, da dimensão internacional que essa concertação pode adquirir.

Só o nosso empenhamento objectivo e constante, como recentemente foi sublinhado na cimeira de Ministros de Negócios Estrangeiros, na Baía, poderá dar consistência a esta nova função política que a língua portuguesa adquiriu na comunidade internacional. É importante prestar homenagem aqueles que foram os motores dessa ideia e desejar que a nós, aos sete Chefes de Estado a quem coube o privilégio de a concretizar, não nos falte nunca a determinação para garantir que ela terá os meios de que necessita para atingir a dimensão por todos ambicionada. É que pior do que o risco da ambição é o risco de perder o sentido da história. E todos nós que fomos capazes de interpretar e assumir o sentido da história, estamos por isso gostosamente condenados a assumir para este projecto o risco da ambição.

Pena é, porém, que a ele não possa estar associado, de outra forma, o povo de Timor-Leste, a quem até hoje foi negado o direito de escolher livremente o seu destino. Mas para quem, como eu e como o Senhor Presidente, conheceu intimamente o árduo caminho da luta pelos Direitos Fundamentais é fácil compreender a importância da solidariedade internacional numa causa em que revemos anos da nossa vida. Sei que o problema de Timor-Leste terá o desfecho que todos nós desejamos. Mas para além dessa certeza, o que importa é que a solidariedade internacional e a acção diplomática permitam abreviar o tempo em que ele se concretize, porque isso representa um menor sofrimento para um povo que ao longo de vinte anos apenas pede que o deixem escolher o sentido que quer dar a sua comunidade nacional.

Este é um *dossier* internacional. Os timorenses só têm, por isso, a ganhar com todas as diligências que os países possam desenvolver, no quadro vasto das suas relações bilaterais, como complemento e apoio às diligências do Secretário-Geral da ONU.

Senhor Presidente da República,

Quero, neste primeiro dia da minha visita ao Brasil, deixar expresso, de forma clara, a atenção permanente e empenhada com que em Portugal, a todos os níveis do Estado e da sociedade, se acompanham os esforços consistentes de Vossa Excelência, Senhor Presidente, das instituições e da sociedade brasileira no sentido da modernização do Brasil.

Esse esforço e a determinação com que ele tem sido conduzido, estão já a dar os seus frutos, rasgando a este grande país horizontes de uma maior prosperidade. De igual modo, no plano diplomático, o Brasil tem ganho um protagonismo reforçado consolidando na Ordem Internacional, a imagem consentânea com a sua grandeza e as suas potencialidades.

Senhor Presidente da República,
Excelências,
Minhas Senhoras e Meus Senhoras,
Ao ter o privilégio de ser convidado a participar nas cerimónias oficiais do Dia Nacional do Brasil e assim poder comungar do momento simbólico em que se celebra a identidade independente de um Estado, sinto, como nunca antes, o Brasil. Sinto a espessura da sua história, feita de culturas que numa cultura se recriaram. Sinto a complexidade de uma sociedade que tendo como território a dimensão de um continente mestiçou em si outros continentes — África e Europa — numa identidade própria. Sinto o ritmo da língua e a música da sua poesia, mas sinto também a sua pujança empresarial e a importância do espaço económico regional que progressivamente se estrutura. Sinto tão próximo o Brasil que sei que comigo, ao partir, não levarei a saudade de quem partiu, mas apenas a certeza de querer voltar.
Viva o Brasil!
Viva Portugal!

Cerimónia de Entrega do Prémio Camões
(Visita de Estado ao Brasil)
Palácio de Itamaraty
Brasília
7 de Setembro de 1997

O acto que aqui nos reúne para a entrega do Prémio Camões tem um grande significado e é uma boa ocasião para reafirmarmos a nossa vontade comum de fazermos da língua que pertence a 200 milhões de seres humanos um meio eficaz de cooperação entre os nossos povos e um instrumento de projecção dos nossos países num mundo em que é crescente a valorização dos grandes conjuntos linguísticos.

Esta cerimónia realiza-se no Dia Nacional do Brasil e na presença do seu Presidente Fernando Henrique Cardoso, intelectual ilustríssimo e homem de larga visão cultural. Fico muito feliz por ter oportunidade de a ela poder assistir e agradeço-lhe muito, Senhor Presidente, o empenhamento que nela pôs. Quero testemunhar, nesta ocasião, também o grande empenhamento de Portugal na defesa, divulgação e valorização da língua em que dizemos uns aos outros o afecto que nos une e o interesse que temos em dar-lhe um conteúdo moderno, positivo, prático, que se traduza em maior intercâmbio e cooperação.

Se, como diz o provérbio, é a falar que a gente se entende, temos muitas razões para falarmos e muitos motivos para nos entendermos. Todos temos consciência de que é preciso substituir uma atitude passiva e fatalista por uma outra dinâmica e vigorosa. Não nos entendemos apenas porque a isso estamos condenados por falarmos a mesma língua. Entendemo-nos porque falamos a

mesma língua e porque queremos esse entendimento, sabendo que ele é necessário, útil e proveitoso para todos.
A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de que o Prémio Camões é um dos símbolos, é um projecto de acção que terá o alcance que lhe der a nossa vontade e a nossa ambição conjunta. É um projecto político, económico, cultural e linguístico, assente em valores, meios e objectivos partilhados. Pressupõe a definição de propósitos e a realização de iniciativas, entre as quais se conta uma política de língua, concertada e consequente.
Num mundo e num tempo em que a comunicação universal e instantânea é a mais poderosa causa de transformação e progresso, originando uma revolução radical nos nossos quadros mentais e nos comportamentos práticos, torna-se indispensável que se reforcem os laços culturais e linguísticos, pois são eles que nos defendem da massificação indiferenciadora e tornam compatível e mesmo complementar a identidade e a comunicação, o universal e o particular, a técnica e o humanismo, a unidade e a diversidade.
O universo linguístico que constituímos — e a que, de algum modo, podemos associar ainda o vasto conjunto de língua espanhola — tem um enorme peso demográfico e uma grande relevância geopolítica. A língua portuguesa une continentes, países e povos muito distantes. É nela que esses povos de várias geografias expressam as suas culturas, as suas diversas visões do Mundo, as suas experiências plurais, enriquecendo, alargando e renovando a língua. Uma língua é o rosto com que nos apresentamos, um sistema vivo que nos permite compreender e agir sobre a realidade, que torna possível que nos aproximemos e nos distanciemos de nós mesmos. Uma língua é uma comunidade e uma comunicação de símbolos, de valores, de usos, de perguntas, de respostas, de memórias, de aspirações. Quando usamos uma língua falamos com o presente, mas também com o passado e com o futuro.

Uma língua nunca se encontra no mesmo ponto. A melhor maneira de a defendermos é recriá-la incessantemente. É o que os escritores fazem, dando individualidade à voz colectiva e tornando colectiva a voz individual. É, por isso, que os escritores são, ao mesmo tempo, anteriores e posteriores a si mesmos. Se a língua é uma Pátria, os livros são os seus caminhos, as suas rotas, as suas cidades. É deles que se avista o horizonte da língua.

O Prémio Camões, que se entrega pela nona vez e que já distinguiu escritores brasileiros, moçambicanos, portugueses, distingue, este ano, um escritor angolano. A Miguel Torga, João Cabral de Mello Neto, José Craveirinha, Vergílio Ferreira, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, José Saramago, Eduardo Lourenço, junta-se agora Pepetela que na sua obra vasta e rica transmite a sensibilidade tão intensa do seu povo e testemunha uma experiência pessoal e colectiva marcada por tempos difíceis.

Ao felicitá-lo, quero fazer votos de que Angola prossiga a busca difícil da paz e da reconciliação nacional, único caminho que lhe permite reconstruir-se como grande País, assegurando a todos os angolanos a concórdia, a solidariedade, a tolerância, a prosperidade e a liberdade.

Símbolo de uma língua e de uma Comunidade, o Prémio Camões entra assim, para o ano, na sua décima edição. É a altura talvez — e peço vénia para o dizer — de fazermos um balanço, ajustando o que se mostrou necessário ajustar, de modo a dar-lhe ainda maior visibilidade e consequência.

Nesta data de Festa Nacional do Brasil, país que dá à língua que nos é comum uma dimensão e uma renovação excepcionais, lembremos uma frase da grande escritora Clarice Lispector: «Eu penso e sinto em português e só esta língua me satisfaria.» Creio que ela diz o que, em português, pensamos e sentimos, reafirmando-o neste dia e neste acto que é de responsabilidade e de júbilo.

Almoço Oferecido
pela Comunidade Portuguesa em Brasília
(Visita de Estado ao Brasil)
Clube Português de Brasília
Brasília
Setembro de 1997

É bom estar aqui convosco. É bom poder contribuir com a minha presença para estreitar uma relação que une, indelevelmente, todos os portugueses, estejam onde estiverem, ao seu país de origem.

Quaisquer que tenham sido as razões que vos levaram a deixar o País, Portugal não vos abandona nunca. Pela lei do sangue vocês são portugueses e sei que têm nisso orgulho. Pela lei da vida são Comunidades no estrangeiro e sei que por isso têm saudade da vossa terra, das famílias e amigos que por lá ficaram. Portugal não vos esquece. A Nação Portuguesa é feita de todos vós.

A Comunidade Portuguesa no Brasil é uma Comunidade muito especial, não apenas, nem tanto, pela sua dimensão, mas, principalmente, pela antiguidade da sua presença neste lindíssimo país.

Muitos dos portugueses que aqui vivem, já não são nem a primeira, nem a segunda, nem mesmo a terceira geração que aqui nasce, vive e trabalha, que escolheu o Brasil como país adoptivo mas não esquece Portugal como raiz da sua identidade.

A todos vós, quer aos que há pouco aqui chegaram, quer aos que há décadas aqui vivem com as suas famílias, quero deixar um sinal inequívoco da importância e amor que Portugal atribui e tem pelas suas Comunidades.

Nem todos têm a mesma ligação a Portugal. Uns ainda vivem de perto a evolução do seu país e contactam com maior frequência

família e amigos. Outros, como é natural, sentem-se já mais envolvidos na vida deste país onde constituíram há muito as suas famílias.
Qualquer que seja a proximidade da ligação que têm a Portugal, não serei eu que vos discriminarei. Para mim são todos iguais na sua ligação com a Nação a que pertencem. Para mim todos fazem falta à manutenção e consolidação do sentimento nacional.
O Brasil é, aliás, um país onde é fácil a vossa integração. A barreira da língua não existe. É grande a comunidade que pode dar apoio aqueles que aqui chegam pela primeira vez e ampla a legislação que permite a integração na sociedade brasileira.
Esse é o caminho que creio que se deve seguir. Pela minha parte, não deixarei nunca de ter presente que a moldura legal de enquadramento das comunidades emigrantes, num e noutro país, deve estar em permanente evolução e aperfeiçoamento, fazendo com que sejam cada vez maiores os mecanismos de integração social, tal como nunca deixarei de ter presente a importância da reciprocidade dos desenvolvimentos legais que se venham a acordar.
Sou um defensor convicto do princípio da reciprocidade, porque também, em Portugal, é importante que os brasileiros que entre nós procuram viver recebam oportunidades acrescidas de integração na nossa sociedade e país.
O Brasil é para os portugueses um país de acolhimento fraterno. Essa tem sido uma das suas características imutáveis aos longo dos tempos e que faz com que aqui aportem gerações sucessivas de portugueses. Quer aqueles que aqui procuram uma melhor oportunidade para a sua vida, quer aqueles que ao longo dos tempos aqui se refugiaram por razões políticas, fossem elas de direita ou de esquerda. A todos, sem excepção, o Brasil recebeu de braços abertos. E vocês podem disso dar um testemunho vivo.

É, por isso, tão importante que agora que um número crescente de Brasileiros nos procura, para entre nós viver, que eles sintam a mesma disponibilidade que nós aqui sempre encontramos para ser recebidos.

Também aqui um novo ciclo se abre, em ambos os países. As Comunidades procuram já de forma clara, e incentivo-as a que o façam cada vez mais, estruturar formas modernas de organização, de articulação entre si e de inserção social. As grandes transformações sociais e tecnológicas estimularam e permitem esse trabalho. Dele nascerá uma nova realidade que ancorada no trabalho que ao longo de décadas se fez será o esteio do suporte humano das relações luso-brasileiras, onde os luso-descendentes desempenham um importante papel.

É esse, também, o sentido da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que os sete Estados fundaram no ano passado. Ou seja, uma Comunidade fundada não apenas na língua, mas principalmente na fraternidade e nas profundas relações que ao longo do tempo os povos estabeleceram entre si.

Meus Amigos,

As comunidades portuguesas são um importante elemento da Nação portuguesa. A sua presença, em tantos países do Mundo, consolida relações particulares entre Portugal e esses países e constitui-se, neste sentido, num importantíssimo elemento de presença e influência de Portugal no Mundo.

Mas do mesmo modo que, um pouco por todo o lado, se aprofundam os elementos de integração nos países que escolheram para viver, as Comunidades encontram sempre da parte de Portugal a vontade de reforçar os elementos de ligação permanente à vida do nosso país.

É esse o sentido das alterações constitucionais votadas pela Assembleia da República no quadro da revisão constitucional

que acabo de promulgar. Ao ampliar os direitos políticos das Comunidades Portuguesas, tendo em conta a existência de laços de efectiva ligação à comunidade nacional, Portugal procura dar um sinal da importância que para si continuam a ter aqueles que queiram e estejam em condições de acompanhar a vida nacional e queiram assim, através da sua presença nas urnas de voto, compartilhar com os portugueses residentes no território nacional os destinos de Portugal.

Meus Amigos,

A Comunidade Portuguesa é o elo de união entre os dois países, o elemento constante de uma secular relação que vocês, geração após geração, fazem perdurar. Portugal orgulha-se de todos vós. Eu orgulho-me de vós. Viva Portugal!

Sessão Solene do Congresso Nacional
(Visita de Estado ao Brasil)
Senado Federal
Brasília
8 de Setembro de 1997

Ligam-me a este país múltiplos laços de afecto e o prazer de partilhar a amizade de tantos brasileiros com quem tenho convivido ao longo dos anos. Mas a esses laços acrescento hoje o prazer e a Honra de ser o portador da expressão do afecto do Povo português para com o Povo brasileiro e o garante do empenho da República Portuguesa no aprofundamento da sua ligação com a República Brasileira.

Saúdo calorosamente o Povo brasileiro através dos seus representantes livremente eleitos. Faço-o em nome de Portugal que aqui hoje revê e reafirma a longa e íntima relação que há séculos nos une. Faço-o acompanhado, nesta cerimónia, por uma importante delegação de parlamentares da Assembleia da República que como representantes do povo português não quiseram deixar de me acompanhar nesta importante visita de Estado.

Saúdo vibrantemente o Brasil. Faço-o com emoção, convocando para essa saudação, como garante acrescido da sua perenidade, a vontade política de assegurar que para além dos séculos de história havida outros possam haver.

Senhor Presidente do Congresso Federal Brasileiro,

O que nos une e é garantia de que nos continuará a unir, não é um qualquer determinismo da história, mas a força, conscientemente assumida, da importância política, económica e cultural das nossas relações bilaterais.

A minha presença no Brasil, a convite do Senhor Presidente da República, para participar no Dia Nacional, ficará como emblema do empenhamento dos nossos Povos e Estados na procura dos novos fundamentos do futuro das relações luso-brasileiras.
E é a força do interesse estratégico dessa relação, nas suas diversas vertentes, que nos deve sempre aconselhar a olhar para além de qualquer circunstância adversa que não deixará de encontrar a sua superação, para focarmos a essência das coisas e concentrar os nossos esforços no fundamental. Nunca, como hoje, foi tão clara e efectiva a aposta nas relações luso-brasileiras. Nunca, como hoje, se olhou tão determinante em frente.
Portugal aposta decididamente num novo ciclo de relações com o Brasil apoiado em três vertentes essenciais.
Em primeiro lugar, o reforço da concertação política e diplomática entre os dois Estados, transformando em mais-valias recíprocas a inserção em espaços regionais e em factor de distinção a pertença a uma plataforma estruturada de articulação diplomática de sete estados: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é hoje uma realidade, de que é garante o compromisso fundador assumido pelo empenhamento político de todos os Estados. O seu destino está nas nossas mãos. É a nós que criámos a esperança que cumpre realizar a obra. É preciso avançar com determinação e meios, garantindo as condições objectivas para que o seu projecto se consolide e desenvolva.
Destaco aqui a importância que os dois países têm atribuído ao processo de reforma da Carta das Nações Unidas e, em particular, à questão da reforma do seu Conselho de Segurança, que não poderá deixar de ser feita com o espírito de preservar o papel fundamental deste Conselho na manutenção da paz e da segurança internacionais e contribuir para o reforço da sua eficácia.

No quadro desta reforma, Portugal apoia firmemente a entrada do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança. Permitam-me, aliás, ao abordar o problema das relações diplomáticas entre os dois países que refira aqui a questão de Timor-Leste, cuja problemática e contornos actuais são do conhecimento dos Senhores Congressistas.

Recordo-a aqui para deixar expresso um apelo. Ao Brasil não cabe, naturalmente, desempenhar um papel semelhante ao que compete a Portugal na condução deste *dossier*. Portugal tem para com ele uma responsabilidade histórica própria e um papel específico a desempenhar no contexto das negociações que decorrem sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas. Mas o Brasil, que não tem deixado de manifestar nos momentos próprios a sua sensibilidade a esta questão, dispõe de uma diversidade de interlocutores e de canais de intervenção diplomática de cujas diligências, respeitando os termos globais do mandato do Secretário-Geral das Nações Unidas, muito podem beneficiar os timorenses. É este o apelo que vos expresso, certo que o deixo depositado nas mãos de um país que também ele teve de lutar pela autonomia do seu destino.

O segundo desses três pilares é a aposta decisiva nas relações económicas entre os dois países, com trocas crescentes de participações em empresas e investimentos significativos, em ambos os lados do Atlântico.

Este é o novo pilar de sustentação das nossas relações que não deixará, estou certo, de desenvolver uma estratégia de parcerias que ultrapassam o domínio bilateral e encontrem interlocutores e oportunidades significativas, nomeadamente em África, como reforço de um importante relacionamento multilateral. Hoje as oportunidades nascem mais da concertação de interesses do que da concorrência de estratégias individuais.

Em terceiro lugar, o reforço do relacionamento científico e universitário e o aprofundamento do intercâmbio cultural. Hoje importa garantir a intensificação da cooperação cientifica e tecnológica. Hoje importa investir na nova dimensão política do património inestimável que representa a existência de uma língua comum em que se exprimem sete Estados e através dela culturas tão diversas.

Senhor Presidente do Congresso Federal Brasileiro,

As relações luso-brasileiras são também vividas, no dia-a-dia, por comunidades de residentes que em ambos os países procuram diferentes oportunidades para as suas vidas. Esta é uma longa tradição na nossa relação. E se historicamente as comunidades portuguesas no Brasil são mais antigas e de maior dimensão é bem verdade que hoje é crescente o número de brasileiros que procuram Portugal. Quero que saibam que Portugal os considera como estando em sua casa, do mesmo modo que ao longo de tantas décadas o Brasil considerou bem vindos os portugueses que aqui aportaram em busca de um futuro melhor.

As economias modernas, a braços com complexos problemas nos seus mercados de emprego, projectam naturalmente na sociedade ansiedades e angústias quanto à concorrência que outros, vindos de fora, possam representar. Esta é uma reacção natural. Mas para quem, como Portugal, tem espalhados pelo Mundo tantos milhões de cidadãos nacionais é fácil compreender a presença recíproca daqueles que nos procuram.

Quero que os Brasileiros, nos termos da lei portuguesa e os Portugueses nos termos da lei brasileira e da sua desejável evolução, desfrutem de um número crescente de direitos e oportunidades para se integrarem plenamente na sociedade em que livremente escolherem viver.

Creio que a legislação de enquadramento das comunidades residentes consagra já, quer no Brasil quer em Portugal, um número significativo de direitos. É desejável que essa legislação esteja em permanente evolução e aperfeiçoamento, em ambos os países, considerando, naturalmente, o já vigente princípio da reciprocidade. Essa evolução fará com que sejam cada vez maiores os mecanismos de integração social. Sei que este não é um caminho fácil. Mas o que importa, digo-o mais uma vez, é o sentido em que se caminha. E esse é o sentido em que se caminha, independentemente das vicissitudes do processo. Sei que todos, em ambos os países, com elevação e sentido de ponderação, seremos capazes de olhar para além das circunstâncias e defender sempre o interesse estratégico entre Portugal e o Brasil.

Ex.mo Senhor Presidente do Congresso Federal Brasileiro,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Agradeço-vos sentidamente a oportunidade que me deram de me dirigir ao Congresso Brasileiro e, através dele, a todo o povo deste extraordinário país. Aqui vos deixo a expressão da vontade de Portugal em estreitar, em novos moldes, as relações entre os nossos dois países. Aqui vos deixo a expressão sincera do meu fascínio por esta terra, do meu afecto pelas suas gentes, e da minha admiração pela riqueza da sua cultura.

Viva o Brasil!

Viva Portugal!

Almoço Oferecido pelo Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
(Visita de Estado ao Brasil)
Sede da Federação das Indústrias de São Paulo
São Paulo
9 de Setembro de 1997

É com muito gosto que me encontro hoje entre vós. A FIESP ao dar-me o prazer deste encontro permite-me que eu possa prestar público testemunho de apreço pelo relevante papel que esta Federação tem tido na promoção das relações económicas e empresariais entre o Brasil e Portugal e entre o Mercosul e a União Europeia.

Esse papel assume na actualidade uma importância reforçada já que as relações económicas entre os nossos dois países se desenvolvem a um ritmo cada vez mais intenso.

Na verdade, as relações económicas entre Portugal e o Brasil entraram numa nova fase. Se outros indicadores não existissem bastaria assinalar que Portugal é hoje o 6.º investidor estrangeiro no Brasil. Esta atracção pelo investimento neste país mantém-se e reforça-se, como o prova a entrada recente de capital português no Banco Boavista InterAtlântico.

Para uma economia da dimensão da portuguesa, trata-se de uma posição de grande significado, considerando que a abertura económica de Portugal em relação ao exterior é ainda relativamente recente.

Esta situação é reveladora de uma grande confiança dos meios empresariais portugueses no futuro da economia brasileira, tal como, aliás, tem também crescido a confiança do Brasil na economia portuguesa. Julgo que, em ambos os casos, essa confiança é plenamente justificada.

O Brasil tem introduzido reformas importantes na sua economia, conseguindo esse impressionante resultado que foi eliminar um processo de hiperinflação que parecia não ter solução. Embora em menores proporções, também Portugal seguiu uma política anti-inflacionista sustentada que permitiu a quase estabilidade de preços de que hoje beneficiamos.
Tal como Portugal, o Brasil tem tomado medidas para reduzir o peso excessivo do sector publico, melhorando a flexibilidade da economia, aumentando a sua eficiência e reduzindo o desperdício de recursos.
Portugal, tal como o Brasil, está activamente empenhado num processo de integração regional. Quer a União Europeia quer o Mercosul representam para os nossos dois países uma abertura e um estímulo de crescente significado que ultrapassa o mero domínio económico.
No que respeita a Portugal, este processo de integração crescente tem permitido uma convergência rápida com os restantes países europeus, de tal forma que nos últimos dez anos recuperámos cerca de 40 % da diferença que nos separava dos níveis de vida médios da Europa.
Sempre defendi que os processos de integração regional em que estamos envolvidos, longe de representarem uma dificuldade para o desenvolvimento das relações económicas entre Portugal e o Brasil, iriam, pelo contrário, constituir-se em factores de desenvolvimento dessas mesmas relações, o que se tem vindo a verificar.
Abrem-se hoje perspectivas de colaboração entre unidades empresariais dos nossos dois países que podem mesmo ultrapassar as áreas geográficas em que estamos inseridos e permitir actuações conjuntas em outras regiões do globo, como a África, onde a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá desempenhar um importante papel ou, ainda, o Extremo Oriente.

E é por isso que considero que uma cimeira ao mais alto nível entre o Mercosul e a União Europeia, destinada a fomentar um relacionamento mais estreito entre estas duas organizações regionais, seria do maior interesse, não só para os dois espaços em geral mas também para o incremento das relações entre os nossos dois países.

Defendo a ideia de uma Europa aberta ao mundo. A abertura económica mundial é um processo imparável e, desde que se respeitem as normas de comércio internacional — o que consideramos essencial —, será um processo que trará benefícios para a evolução económica geral.

Com a criação da união monetária a partir já de 1999 a União Europeia ganhará um novo papel no sistema monetário internacional adquirindo no domínio financeiro uma posição mais próxima daquela que já tem no domínio económico como maior potência comercial do Mundo.

Com o esforço de redução da inflação e de reequilíbrio das contas públicas realizado nos últimos anos, Portugal encontra-se neste momento em excelentes condições para participar no grupo de países que integrarão a moeda única europeia em 1999. Será certamente um motivo adicional para consolidar a confiança na economia portuguesa que é já hoje uma realidade face aos bons resultados nos últimos anos.

O Brasil não precisa, evidentemente, de qualquer mediador para desenvolver as suas relações com a União Europeia. Mas não quero deixar de afirmar, também aqui, que Portugal será sempre um aliado seguro com que o Brasil poderá sempre contar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A relação entre democracia e integração é um elemento essencial tanto na União Europeia como no Mercosul. Hoje, há um importante debate institucional que atravessa os dois espaços re-

gionais, apesar de eles se encontrarem em diferentes fases da sua evolução. A União Europeia procura interpretar e aperfeiçoar a sua arquitectura institucional; o Mercosul começa ainda a aprofundar este processo. O processo de estruturação institucional será seguramente gradualista, como o foi, e é, o processo da União Europeia

A União Europeia enfrenta assim o desafio da democratização do sistema institucional, de forma a assegurar a participação dos cidadãos. O Mercosul desenvolve um processo de integrarão que é uma consequência dos processos de transição democrática e uma condição para a sua consolidação.

Hoje os dois espaços regionais reconhecem-se num modelo de sociedade que valoriza a democracia, os direitos do Homem, o pluralismo e a paz internacional, um modelo de desenvolvimento em que o crescimento e a competitividade têm de coexistir com a preservação da qualidade do ambiente.

E por democracia não entendo só a estrutura formal do Estado e a sua Constituição, mas também, a sociedade civil que é um elemento fundamental da democracia. Por isso mesmo, quer nos países da União Europeia quer nos do Mercosul o reforço dos sistemas políticos e o maior diálogo entre os decisores políticos e os cidadãos sobre os respectivos processos de integração permitirão que as integrações regionais se possam desenvolver com um amplo apoio das respectivas sociedades.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As sociedades desenvolvidas continuam, por um lado, a ter significativas zonas de pobreza e, por outro, a ser espaços em que as expectativas e as reivindicações sócio-económicas crescem mais depressa do que a capacidade para as satisfazer.

Portugal tem, portanto, de continuar a gerir um conjunto de mudanças que lhe permitam enfrentar as consequências da per-

da de competitividade dos sectores tradicionais da sua economia, ao memo tempo que garante novos investimentos produtivos em sectores mais exigentes em termos de qualificação e de qualidade.

E tem de conseguir fazê-lo num quadro macroeconómico de redução da inflação e do défice público, de modo a assegurar que se manterá no centro político da construção europeia, sito é, no grupo dos Estados que participarão da moeda única.

Apesar de reconhecer que existem problemas sérios de competitividade empresarial, quero dizer-vos que não creio que o progresso económico exija a desregulamentação dos mercados de trabalho e a redução dos níveis de protecção social, sob pena de se ver crescer o desemprego de massa.

Quer em Portugal, quer na generalidade dos países da União Europeia, a abordagem predominante desta situação difícil tem consistido em enfrentar o problema da competitividade das empresas pela moderação salarial, por algum grau de flexibilidade dos mercados de trabalho e pelo reforço das políticas activas de formação e emprego. Mas creio que devemos reconhecer que tais estratégias não permitiram ainda progressos suficientes no combate ao desemprego e à exclusão social.

Como se sabe, há quem, argumentando com as exigências da competitividade e com a garantia formal dos direitos cívicos e políticos, remeta os direitos sociais para um plano residual, a desenvolver se e quando os ganhos de eficiência económica tenham produzido excedentes que os tornem possíveis.

Discordo destas teses por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, porque, como sabemos, a degradação das condições económicas e sociais implica, muitas vezes, limitações do exercício dos direitos cívicos e políticos que estão formalmente garantidos.

Em segundo lugar, as tensões e as rupturas sociais estão, elas próprias, na origem de algumas restrições fundamentais ao desenvolvimento económico.

A questão social é um dos pontos essenciais da agenda política contemporânea. Trata-se de saber como conjugar as necessidades e as possibilidades das empresas e dos trabalhadores em domínios tão importantes como o acesso à formação, à qualificação e ao emprego, a duração e a gestão do tempo de trabalho ou a repartição dos rendimentos. Trata-se de saber como combater quer à persistência da dificuldade dos jovens no acesso ao mercado de trabalho, quer o crescimento da precariedade do emprego e do desemprego de longa duração.

É, por isso, tão importante ter em conta as experiências de outros espaços regionais em integração crescente. Estou certo que Portugal ganharia em juntar à cooperação económica com o Brasil alguma troca de experiências no domínio da procura de novas articulações entre eficiência económica, emprego, equidade social e liberdade política.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ao património histórico e cultural que une os nossos dois países tem vindo a juntar-se o aprofundamento das relações económicas.

Regozijo-me por assim ser, certo como estou que há boas razões para pensar e sentir que a cooperação entre os dois países se desenvolverá e se consolidará.

Banquete Oferecido pelo Governador do Estado de São Paulo
(Visita de Estado ao Brasil)
Palácio dos Bandeirantes
São Paulo
9 de Setembro de 1997

Hoje à tarde quebrando as regras naturalmente estabelecidas pelo protocolo decidi regressar a pé da FIESP, onde tive o prazer de almoçar, ao hotel. Escassas dezenas de metros, é certo, mas o único momento que tive para, com a minha comitiva, percorrer um pouco da Avenida Paulista, sentir o vibrar desta impressionante cidade, o seu ritmo e as pessoas que ininterruptamente a cruzam.

Ao dobrar de uma esquina, uma venda de água de coco. Parei entre um tumulto de fotógrafos e durante aqueles momentos em que fiquei ali à conversa senti que a um Chefe de Estado no estrangeiro o mais difícil de realizar é talvez aquilo que mais ambiciona: o contacto directo com o povo com que quer estreitar uma relação e um afecto.

E senti, por um momento, que estando no Brasil eu tinha saudades do Brasil. Creio que todas as enormes distinções que me foram conferidas, todo o caloroso afecto com que fui sempre envolvido por todos, toda a enorme importância política de que se têm revestido os contactos feitos; creio que tudo o que me aconteceu desde então tenha estabelecido para a minha relação com o Brasil o limite desmedido da ambição.

Pois bem, Senhor Governador,

Excelências,

O Presidente de Portugal não renunciará nunca à ambição de querer que as relações entre os nossos povos e Estados sejam cada vez mais fortes, calorosas e objectivas.

Perante uma plateia de convidados tão ilustres e perante V. Ex.ª, Senhor Governador, permitam-me que deposite em vossas mãos uma mensagem sentida, que peço que recebam como um testemunho pessoal da minha gratidão, por me honrarem, a mim e à Maria José, com a vossa companhia, mas também que através de todos vós, nas vossas diversas qualidades, a transmitam a este vibrante povo do Estado de S. Paulo: o povo português, tal como eu próprio, quer conhecer melhor este Brasil moderno, quer preencher essa ambição, quer dedicar-lhe, em nome do passado, a maior atenção e em nome do futuro estabelecer um maior convívio e intercâmbio. Mas digam, por favor, aos paulistas que os Portugueses também querem que o Brasil conheça melhor Portugal e que neste cruzar de mares onde nos encontrámos a primeira vez, nos encontremos uma vez mais, nos encontremos sempre, como se o mar que nos separa tivesse apenas sido feito para nos juntar.

Brindo, por isso, Senhor Governador, à ousadia e à razão. À ousadia da descoberta, onde vinculámos o nosso destino. À ousadia onde alicerçamos a vontade de reafirmar, em moldes inovadores, a nossa relação. À razão porque é ela que nos faz sempre reconhecer, ao fim de cinco séculos, que o património dessa relação antiquíssima se constitui como uma Pátria comum. E para com a Pátria o nosso compromisso maior é o de garantir a sua continuidade. Hoje ao apostarmos de novo no futuro estamos a honrar esse compromisso maior.

Viva o Brasil.

Viva Portugal.

Cerimónia de Entrega do Laurel de Gratidão no Real Gabinete Português de Leitura
(Visita de Estado ao Brasil)
Rio de Janeiro
10 de Setembro de 1997

Recebo com muita honra o laurel de gratidão do Real Gabinete Português de Leitura. Mas a gratidão sou eu quem a expressa pelo vosso gesto tão cheio de significado.

Sei que esta distinção que me conferem é a expressão reiterada do vosso amor a Portugal, que represento, e à nossa cultura, que tem, nesta nobre instituição, um símbolo e uma sede.

Depositário de um património cultural único e herdeiro de memórias tão valiosas, o Real Gabinete tem honrado o prestígio e a tradição que recebeu, mas está consciente de que a melhor forma de tornar o passado vivo e fecundo é actualizá-lo no presente e projectá-lo no futuro.

A Casa que se orgulha, tão justamente, de possuir, entre as suas preciosidades, o manuscrito original do *Amor de Perdição* e uma edição princeps de *Os Lusíadas,* obras maiores da nossa literatura, é a mesma que agora se apetrecha com os equipamentos e os recursos da novas tecnologias, para apoiar as múltiplas actividades que desenvolvem, nomeadamente a catalogação da sua fabulosa biblioteca, que todos os dias cresce, tornando o acesso aos livros mais fácil, rápido e eficaz.

As comunidades portuguesas que vivem e trabalham no Brasil e as instituições a que estão ligadas têm sempre encontrado formas de servir o seu país, que nunca esqueceram, e o país de acolhimento, que nunca desiludiram.

Os novos tempos são, por todo o lado, de mudança rápida. Exigem capacidade de adaptação iniciativa, espírito inovador e transformador. As comunidades portuguesas têm ganho consciência disso mesmo. Saberão, neste tempo de responsabilidade, encontrar os modos mais eficazes de preservar a obra realizada, passando, com lucidez e ousadia, o testemunho aos mais novos, a quem, se forem mobilizados, não faltará energia e vontade para continuarem e aumentarem o que foi feito.

Só assim se evitam perdas, interrupções, desperdícios, rupturas entre gerações. Só assim se afastam os riscos de envelhecimento e estagnação e se assegura aquele sentido de prevenção e preparação do futuro que garante a perenidade dos empreendimentos e dos ideais. Só assim se consegue a continuidade sem quebras da ligação a Portugal e à cultura portuguesa.

Todas as iniciativas de abertura e renovação de actividade cultural desta Casa e ainda aquelas que visam a criação de melhores condições para que as gerações futuras possam continuar a acrescentar a obra feita são, assim, o que de mais útil e duradouro se pode realizar.

O Real Gabinete tem por missão fundamental a divulgação e a valorização da cultura portuguesa. É o que tem acontecido nos 160 anos da sua existência. Essa valorização é feita em diálogo com a cultura brasileira, de cuja história, aliás, faz parte, e fortalecendo os laços que historicamente nos unem: da língua, do conhecimento mútuo, do afecto.

As relações entre o Brasil e Portugal estão a viver uma nova fase — mais moderna, mais dinâmica, mais concreta. Todos aqueles que têm responsabilidades nessas relações — que não são apenas dos Estados, mas das sociedades, das comunidades, dos indivíduos — querem contribuir para que o Brasil e Portugal cooperem mais e melhor, com proveito para todos. Querem também fazer da

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa um projecto mobilizador de todos, povos e países que a constituem. É esse um dos sentidos fundamentais desta minha visita.
O Real Gabinete de Leitura tem sido um lugar de encontro e ligação de brasileiros e portugueses. Sabe pois, por experiência própria, a importância do que está em jogo e o trabalho que é preciso fazer, cujo êxito é assegurado pelo concurso de todos. O Padre António Vieira, «imperador da língua portuguesa», como lhe chamou Fernando Pessoa, escritor genial cujo centenário comemoramos este ano e que representa um traço de união entre as duas pátrias, ensina-nos, com o seu exemplo e com a sua obra, a necessidade de não descansarmos nem desistirmos quando estão em causa os grandes valores que dão consistência e durabilidade à acção humana. Quando o que está em causa já existia antes de nós e queremos que continue a assistir muito depois de nós. Agradeço ao Senhor Presidente do Real Gabinete Português de Leitura as palavras que me dirigiu e expresso o meu reconhecimento pelo acolhimento tão gentil que me quiseram dispensar e que muito me desvanece. Felicito-vos pelo esforço que tem sido feito, sempre com dedicação, amor e patriotismo. Desejo-vos as maiores felicidades na vossa acção em defesa da nossa cultura, da nossa língua e do entendimento entre o Brasil e Portugal.

CAPÍTULO XII | MUNDO

«A confiança mútua, o respeito pelo Direito,
o empenho na resolução pacífica dos diferendos,
uma correcta compreensão dos interesses recíprocos,
são seguramente os pilares sobre os quais
deverá assentar a ordem internacional.»

Cerimónia de Entrega dos Prémios Norte-Sul
Assembleia da República
16 de Maio de 1997

É com particular emoção e com a clara noção da honra que me é cometida que procedo hoje à entrega dos prémios Norte/Sul de Lisboa.

Uma emoção causada pela personalidade ímpar dos galardoados deste ano, pelo contributo inestimável que têm dado às causas da liberdade, da democracia, dos direitos humanos e da paz, pelo seu exemplo e tenacidade na prossecução destes ideais.

Uma emoção que resulta igualmente do conhecimento pessoal que tenho dos dois homenageados de hoje, do seu comprometimento excepcional na defesa e promoção dos direitos humanos. Em contextos tão diferentes, mas num combate convergente, a acção de Mary Robinson e Patricio Aylwin ilustram, de forma particularmente eloquente, os objectivos que inspiraram a criação do prémio Norte/Sul.

Não foi certamente fácil ser chileno nos anos terríveis que se seguiram a 1973; não foi certamente fácil manter a esperança e a coragem face à repressão impiedosa da ditadura militar, aos mortos e desaparecidos, à injustiça e à prepotência, à crueldade de um tempo que não parecia ter fim.

Patrício Aylwin soube manter a esperança e assumir a coragem, tornando-se, no momento-chave do reencontro do Chile com a liberdade e a democracia, o homem que liderou, com mão segura, uma transição política extremamente complexa e difícil, ao mesmo tempo que garantia a paz interna e lançava

as bases dos caminhos da concórdia entre todos os filhos da nação chilena.
Uma concórdia que tinha necessariamente de se construir na base da verdade, pois só nela podem assentar a justiça, a tolerância e o respeito pela diversidade de opiniões que caracterizam as sociedades democráticas.
Conhecemos todos o papel determinante de Patrício Aylwin na constituição da Comissão «Verdade e Justiça», encarregada de investigar as violações dos direitos humanos perpetradas pela ditadura, e o seu contributo pessoal para que esta difícil mas indispensável tarefa fosse levada a cabo.
Combatente da liberdade, defensor intransigente do respeito pelos direitos humanos, lutador incansável pelo restabelecimento da verdade dos factos, sem ressentimentos nem intuitos revanchistas, D. Patrício Aylwin, pela sua personalidade e pela sua dedicação às mais nobres causas da Humanidade, é merecedor de um inquestionável reconhecimento.
Merecedora de idêntico reconhecimento é a Presidente Mary Robinson, cujo empenhamento pessoal na defesa e promoção dos direitos humanos à escala mundial é de nós todos bem conhecido.
Jurista de justificado renome internacional, parlamentar de grande distinção, a sua eleição para a chefia do Estado irlandês não a coibiu de continuar a ter um envolvimento directo e particularmente activo nas iniciativas que, a nível internacional, visam promover e melhor defender os direitos inalienáveis da pessoa humana, a compreensão entre povos e culturas, o respeito pelas diferenças, um melhor bem-estar para todos.
Lembro, particularmente, o seu contributo como Relatora Geral da Conferência «Human Rights at the Dawn of the 21st. Century», organizada pelo Conselho da Europa com vista à

Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos que decorreu em Viena em 1993, assim como a sua recente participação na «Pan-African Conference on Peace, Gender and Development», que teve lugar no Ruanda.

Este empenhamento pessoal é para todos nós um exemplo e uma lembrança constante das nossas obrigações relativamente a todos aqueles que sofrem, que vêem os seus direitos espezinhados, que anseiam por justiça e por liberdade.

Dear President Mary Robinson,

May I add a personal note. It is indeed for me a great pleasure to bestow upon you this award which honours those that have contributed, in an outstanding way, to defend and further human rights.

I keep fond memories of the first time we met, in Strasbourg, where, albeit in different capacities, we both strove towards a common purpose: to see justice and the fundamental rights of the Human being prevail.

Twenty years have gone by and, in the meantime, we have both been invested with responsibilities which go well beyond the challenging tasks we took up in the framework of the Commission of Human Rights.

It is often so much easier, specially in our open and democratic societies of Europe, not to look beyond our cosy walls, not to see the suffering that is so often so close at hand, to shut our eyes and ears to all those who shout for freedom, that strive against injustice, that fight for a better and more decent livelihood, that cry out against abuse and intolerance.

Your example is thus an encouragement to us all, to all those concerned with the fundamental well-being of Mankind, with respect for Human rights, with freedom, democracy and the rule of Law.

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhora Presidente Mary Robinson,
Senhor Presidente Patrício Aylwin,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
A entrega dos prémios Norte/Sul não pode ser vista com um mero acto simbólico.
Para além do significado e da importância da obra daqueles que são anualmente e justamente galardoados, é a essência desse combate fundamental pelo respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana que deve ser hoje, mais uma vez, salientada. Este combate é de todos nós, já que, face à opressão e à injustiça, quando estão em jogo a liberdade e a dignidade da pessoa humana, não poderá haver nem cedência nem compromisso.

Banquete em Honra do Rei Mswati III da Suazilândia
(Visita de Estado a Portugal)
Palácio Nacional de Queluz
30 de Setembro de 1997

É com grande prazer que, em nome do Povo Português e em meu nome pessoal, exprimo a Vossa Majestade, a Sua Majestade a Rainha e à Comitiva que o acompanha, as minhas mais calorosas saudações de boas vindas.
A visita de Estado que Vossa Majestade efectua ao nosso país assume para nós um importante significado. A Suazilândia e Portugal souberam desde sempre encontrar pontos de convergência e interesse comuns que se traduziram em relações de grande compreensão e respeito mútuo. Torna-se agora imperativo o reforço dos nossos laços bilaterais, alicerçados em novas formas de diálogo que permitam passar da retórica das boas intenções ao campo pragmático das realizações concretas.
A presença na Suazilândia de muitas centenas de portugueses exige de todos nós um reforço solidário das nossas relações. Quero aqui realçar a forma hospitaleira como o Povo Suazi e as suas Autoridades acolheram os nossos concidadãos, que hoje em dia formam a segunda maior comunidade estrangeira radicada na Suazilândia e constituem um testemunho quotidiano de crença no futuro do país e um exemplo de dinamismo e de sucesso que importa registar.
O Acordo de Cooperação assinado entre os nossos dois Governos em Setembro de 1995 veio abrir estimulantes perspectivas de fortalecimento da nossa cooperação bilateral em diversos domínios, com particular ênfase para a área da comunicação

social, possibilitando a eventual extensão à Suazilândia das emissões da RTPI e a formação de recursos humanos com a realização de estágios profissionais em diversas instituições portuguesas.

Quero igualmente recordar que a participação da Suazilândia na EXPO-98 irá assumir um enorme simbolismo. Com efeito, a Exposição Mundial de Lisboa reveste-se de um significado histórico não só para Portugal como para o conjunto da Comunidade Internacional tendo em mente que a gesta dos navegadores portugueses representou o relançamento em novos moldes das relações internacionais através do desenvolvimento do comércio e da aproximação entre povos, culturas e civilizações dos diversos continentes.

A Exposição Internacional de Lisboa constituirá assim para a Suazilândia uma excelente oportunidade para o reforço internacional da sua imagem, permitindo a milhares de visitantes contactar, porventura pela primeira vez, com aquele reino africano tão rico de história e tradições. Até pelas dificuldades de acesso ao mar decorrentes da sua localização geográfica, a Suazilândia compreende de forma muito particular a relevância do tema escolhido para a EXPO-98 «Os oceanos, um património para o futuro».

Majestade,

Estas e outras iniciativas justificam plenamente a esperança de que a Suazilândia e Portugal saberão continuar a dirigir os seus esforços para o aprofundamento dos laços bilaterais, no sentido de uma franca parceria e desenvolvimento de interesses mútuos.

Como símbolo da unidade suazi e personalidade respeitada por todos os quadrantes da sociedade, Vossa Majestade soube ser o grande responsável pelas transformações políticas que nos últimos anos se têm vindo a registar na Suazilândia. Com efeito,

desde a sua subida ao trono em 1986, Vossa Majestade promoveu a realização de sufrágios e a eleição directa de parlamentares, para além de ter estabelecido uma Comissão de Revisão Constitucional com mandato para preparar um novo texto constitucional no prazo de dois anos.

Portugal acompanha com o maior interesse a evolução da situação política na Suazilândia, nomeadamente os trabalhos em curso da Comissão de Revisão Constitucional que apontam para um amplo recurso ao exercício da consulta popular e que, quando concluídos, se espera irem representar um passo importante para a democracia, estabilidade e desenvolvimento do país.

Tratando-se de um passo de vital importância para a Suazilândia com vista a alcançar, neste virar de milénio, o necessário compromisso entre a modernização e os tradicionais valores de identidade, Portugal estará disponível para, em coordenação com a Comunidade Internacional e na medida das suas capacidades, apoiar a implementação de reformas democráticas de acordo com o desejo do povo Suazi. Possuímos aliás um inestimável património de experiência no domínio dos processos pacíficos de transição política pluripartidária que, caso solicitados, gostosamente partilharemos com a Suazilândia num espírito de total abertura e desinteresse.

Majestade,

Os laços de cariz histórico e cultural, mas também políticos e económicos e sobretudo de carácter afectivo que ligam Portugal ao continente africano, fazem com que esta zona do globo, a par dos vectores europeu e transatlântico, constitua naturalmente uma das prioridades da política externa e de cooperação portuguesas. Não admira assim que Portugal, há cerca de um ano, tenha proposto aos seus parceiros europeus a realização de uma «Cimeira Euro-Africana« com o objectivo de estabelecer um diálogo

político ao mais alto nível entre ambos os continentes sobre matérias de interesse comum e de assegurar que África seja colocada no topo da agenda internacional.

Apraz-me registar que esta proposta, destinada a propiciar novas bases de uma efectiva parceria entre a África e a União Europeia, assim como a encorajar os estados africanos a comprometerem-se com o seu próprio desenvolvimento através de políticas de democracia e de boa governação, está a suscitar um crescente interesse e compreensão, sendo de assinalar que ficou acordado no último Conselho Europeu que essa Cimeira deverá ter lugar o mais tardar até ao ano dois mil.

Não admira também que, como membro não-permanente do Conselho de Segurança, Portugal venha procurando congregar a atenção da Comunidade Internacional para os problemas africanos, por essa forma correspondendo ao apoio e confiança que muitos Estados de África, entre os quais a Suazilândia, concederam à eleição de Portugal para aquele órgão, certos que encontrariam no nosso país um interlocutor atento às suas dificuldades e um intransigente defensor dos seus interesses. Ainda recentemente o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal teve uma importante intervenção no Conselho de Segurança dedicada exclusivamente a questões africanas.

Uma das expressões mais visíveis dos laços especiais que ligam Portugal a África manifesta-se na «Comunidade dos Países de Língua Portuguesa», comunidade institucionalizada há pouco mais de um ano mas plena de dinamismo e vitalidade e que, para além de Portugal e do Brasil, engloba os países africanos de expressão oficial lusófona, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Não tenho quaisquer dúvidas em afirmar que a CPLP irá seguramente beneficiar o conjunto dos países africanos, tanto mais

que assenta nos princípios compartilhados da paz, da democracia, da justiça social, do progresso económico e do respeito pelos direitos do homem. Neste contexto, não posso aqui deixar de manifestar a minha esperança de que, no âmbito das Nações Unidas, venha a ser alcançada uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste, no pleno respeito pelas legítimas aspirações do seu martirizado povo, incluindo o direito à autodeterminação.

Majestade,

No quadro do continente em que se insere, a África Austral apresenta-se hoje em dia como uma região em que a Comunidade Internacional deposita uma justificada esperança. Quero exprimir a nossa profunda satisfação pelo caminho de reformas que está a ser prosseguido pela maior parte dos países daquela sub-região e em que, pela sua importância, se destacam a transição pacífica do regime do *apartheid* na República da África do Sul para uma sociedade não racial, assim como a bem sucedida conclusão do processo de paz de Moçambique no qual Portugal esteve desde o início activamente empenhado.

A paz e a estabilidade política são factores essenciais para permitir o desenvolvimento de todo o enorme potencial de progresso que a sub-região encerra. O sucesso dessas perspectivas, porém, só poderá ser inteiramente assegurado caso todos os países da região tenham logrado encontrar os seus próprios caminhos para uma paz duradoura num espírito de genuína reconciliação nacional.

Aproveito esta oportunidade para manifestar a Vossa Majestade, como Chefe de Estado de um país membro da SADC, a minha mais viva esperança de que o complexo processo de paz angolano esteja finalmente prestes a superar as suas derradeiras dificuldades através da estrita implementação do acordado em Lusaka.

Assim o merece o imenso potencial da região em que Angola se insere e sobretudo assim merecidamente o espera o tão sacrificado Povo angolano.
Majestade,
O excelente clima de entendimento que norteia o relacionamento entre Portugal e a Suazilândia irá seguramente resultar ainda mais reforçado pela presente visita de Estado que Vossa Majestade está a efectuar ao nosso país e que tanto nos honra.
Ao desejar a Vossa Majestade os maiores sucessos, peço a todos que me acompanhem num brinde pelas suas felicidades pessoais, assim como as de Sua Majestade a Rainha, pela prosperidade do Povo Suazi e pela amizade e cooperação entre os nossos dois países.

Sessão no Tribunal Internacional de Justiça
Haia
30 de Outubro de 1997

Advogado que sou de profissão, e tendo exercido durante quase vinte e cinco anos, é com grande honra e não sem alguma emoção que tomo a palavra nesta sala, mais habituada a ouvir alegações do que discursos. Tentarei resistir à tentação de alegar — se alegação fizer, será apenas pelo direito internacional e pela jurisdição universal.

Investidos como estais da autoridade que vos é conferida pelos Estados e que, pelo menos no seu propósito, exprime o princípio da jurisdição universal, permiti-me, Senhor Vice-Presidente e Membros do Tribunal, que vos transmita, em nome de Portugal, o meu mais profundo respeito.

Senhor Vice-Presidente,

Agradeço as suas amáveis palavras.

Os Povos do Sri Lanka e de Portugal conhecem-se há séculos, numa relação nascida no contexto das viagens portuguesas através do mundo, quinhentos anos atrás. E esses laços antigos marcaram as nossas culturas recíprocas.

O estreito intercâmbio entre as nossas duas nações resistiu ao tempo e à História e apraz-me realçar que esse excelente entendimento continua a prevalecer nos dias de hoje.

Seja-me, porém, permitido, acima de tudo, saudar na pessoa de V. Ex.ª, Senhor Vice-Presidente, o juiz eminente, o brilhante pensador jurídico, o homem de conhecimentos e de princípios que dedicou a sua vida à prossecução da Justiça, à promoção dos

direitos humanos, à luta contra a discriminação, ao entendimento entre povos e nações.
É para mim uma honra estar hoje aqui e dirigir-me a este Tribunal.
Membros do Tribunal,
Portugal é um dos Estados mais antigos do mundo. Embora tivesse nascido de uma secessão, durante o século XII, tem sido, ao longo de grande parte da sua história, um país respeitador do Direito.
No decorrer da nossa grande aventura marítima, Portugal esteve na origem da concepção do mundo tal como hoje o conhecemos, não apenas no aspecto geográfico, mas também no humano. Mas Portugal encontrou-se ainda no centro da criação do direito internacional, embora mais pela prática do que pela teoria.
De regresso à Europa, após uma experiência colonial prolongada para além dos limites, e de regresso aos princípios, Portugal soube, não só fixar o seu lugar no âmago do projecto Europeu, como consolidar relações preferenciais com as suas antigas colónias, assentes no reconhecimento da independência recíproca, numa História partilhada, numa língua comum, numa convergência de interesses.
Foi esta amizade muito especial entre todos nós que permitiu que Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe instituíssem voluntariamente, em Julho de 1996, a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa. Há ainda um lugar vago nessa Comunidade, que esperamos ver brevemente preenchido: o de Timor-Leste.
É com o peso de mais de oito séculos de história, mas com os olhos postos no futuro, que Portugal saúda o Tribunal Internacional de Justiça e cada um de Vós.

Ilustres Membros do Tribunal,
Permiti-me destacar um de Vós de modo muito particular, em virtude da dívida de reconhecimento que perante si Portugal tem, pelo labor incansável, numa anterior qualidade. Estou certo de que todos compreendereis.
Dame Rosalyn Higgins: nunca poderemos agradecer suficientemente a V. Ex.ª o modo como, empenhando todas as suas capacidades, com razão e paixão, advogou a causa dos direitos do Povo de Timor-Leste. Nem Portugal, nem o Povo de Timor-Leste jamais o esquecerão. Tão-pouco o esquecerá V. Ex.ª, estou certo.
Ao preparar a minha visita a este Tribunal, imaginei duas pessoas — uma, digamos, da segunda metade do século XIX, a outra dos Anos 20 deste século — que hoje aqui se encontrassem. Ambas seriam pessoas cultas, interessadas nas relações internacionais, dedicadas à causa da dignidade humana e à resolução pacífica dos diferendos, e ambas possuíriam formação jurídica. Estou certo de que ambas se surpreenderiam com o que se lhes iria deparar, mas de formas bem diferentes.
O nosso homem dos Anos 20 surpreender-se-ia acima de tudo com o número e a identidade dos Estados subscritores do Estatuto do Tribunal, bem como com a composição deste. Quase duzentos Estados, tantos mais do que aqueles que existiam na sua época! Juízes de todos os continentes! Aperceber-se-ia de que o processo, ainda inconcluído, de autodeterminação colonial alterara a face do mundo. E de que as Nações Unidas, bem como o Tribunal Internacional de Justiça, haviam assumido uma feição substancialmente universal.
Maior seria a sua perplexidade, no sentido positivo do termo, perante a substância de algumas decisões, especialmente no domínio consultivo. Mas ao deter-se, em pormenor, sobre o modo

de funcionamento do Tribunal e, acima de tudo, sobre o modo como os casos lhe podem ser submetidos, diria que, nesse aspecto, a situação afinal não diferia tanto quanto isso do que se passava no tempo do Tribunal Permanente de Justiça Internacional.

Bem mais profunda seria a surpresa do homem do século XIX. Existiria porventura então o sonho de uma jurisdição permanente e de algum modo compulsória. Mas a verdadeira questão em jogo era, na altura, começar a generalizar meios pacíficos de resolução dos conflitos e, nomeadamente, a arbitragem.

O *Institut du Droit International* poderia ter já elaborado o seu projecto sobre processo arbitral. Simplesmente, estavam ainda por vir as Convenções de Haia de 1899 e 1907, bem como por serem instituídas uma organização internacional universal como a Sociedade das Nações e uma arbitragem internacional permanente, geral na matéria e universal no propósito. Seria, infelizmente, necessário o cortejo de horrores da I Grande Guerra para que se lançassem as bases de uma organização internacional para a paz e de uma jurisdição permanente.

O que pretendi demonstrar com esta imagem dos dois homens — ou mulheres — é que, *nalguns aspectos*, as coisas evoluíram a um ritmo bem mais acelerado entre finais do século XIX e princípios da década de 20 — digamos, desde a carta do Csar Nicolau II, de Agosto de 1898, que conduziu à Primeira Conferência de Paz de Haia, até à primeira sessão do Tribunal Permanente de Justiça Internacional —, do que a partir de então.

É característica da História mover-se a ritmos diferentes conforme as diversas áreas. E o facto de, nalguns aspectos, a evolução ser mais lenta significa, frequentemente, que foi atingida uma certa estabilização.

No entanto, de há já um tempo a esta parte as coisas têm estado a mudar no domínio da jurisdição internacional permanente. Gostaria de destacar, a este propósito, a importância do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, juntamente com o seu homólogo interamericano. Há décadas que vêm contribuindo para a promoção de uma nova e fundamental dimensão do direito internacional: a dignidade humana e a salvaguarda dos direitos do homem.

Infelizmente, a protecção internacional efectiva, por ora, encontra-se confinada a regiões munidas já de meios jurídicos internos eficazes, enquanto está ausente de outras regiões que desesperadamente necessitam de uma tal salvaguarda. Todavia, instituições como aqueles dois tribunais constituem exemplos valiosos e dinâmicos.

Fui, durante alguns anos, membro da Comissão que tinha a seu cargo a apreciação dos processos a submeter ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e recordo essa experiência como uma das mais estimulantes e gratificantes da minha vida.

Por outro lado, verifica-se uma tendência clara para uma jurisdição universal especializada, expressa tanto na instituição do Tribunal Internacional de Direito do Mar, como no projecto de um Tribunal Penal Internacional.

No respeitante ao Tribunal Internacional de Justiça, o efeito destes dois tipos de tribunal revela-se diferente. A jurisdição do Tribunal Internacional de Direito do Mar é potencialmente concorrente com a do Tribunal Internacional de Justiça. Não o é a do Tribunal Penal Internacional, uma vez que não se encontra previsto que a mesma venha a abranger Estados.

Afigura-se que caminhamos para um *pluralismo* cada vez maior no domínio da jurisdição internacional permanente e é lícito perguntarmo-nos sobre como coexistirão os diversos tribunais e

sobre qual virá a ser o lugar do Tribunal Internacional de Justiça. Por enquanto, mostra-se claro que, no domínio contencioso, o Tribunal Internacional de Justiça permanece na esfera clássica da jurisdição internacional — ou seja, os litígios entre Estados — e que é e se manterá como o único forum universal com jurisdição geral *ratione materiae.*

Não creio que possa utilizar-se um raciocínio geométrico nas relações internacionais ou no direito internacional. A jurisdição geral conferirá sempre ao Tribunal Internacional de Justiça uma posição proeminente. A jurisdição concorrente constituirá um desafio para o Tribunal.

Existem também questões em aberto relativamente ao âmbito da jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça. Não deveria a sua jurisdição contenciosa ser alargada a outras pessoas além dos Estados, como organizações internacionais ou mesmo povos e particulares? Não deveria o Secretário-Geral das Nações Unidas ser autorizado a solicitar pareceres? Não deveria ser instituído um sistema de fiscalização da legalidade dos actos dos órgãos políticos das Nações Unidas?

Trata-se de questões altamente sensíveis do ponto de vista político e o facto de algumas delas implicarem revisão do Estatuto do Tribunal torna difícil e pouco provável que as modificações referidas se concretizem num futuro próximo, mau grado estar neste momento a ser ponderada uma revisão da Carta.

Em qualquer caso, creio que o problema actual reside mais na ampliação da jurisdição subjectiva efectiva do Tribunal do que na extensão da sua jurisdição objectiva.

Antes de abordar este último ponto, permitam-me que relembre aqui o compromisso de Portugal com a jurisdição internacional. Portugal teve alguma experiência de arbitragem internacional, que remonta a 1856 e se prolongou até 1931. Algumas arbitra-

gens são bem conhecidas, do mesmo modo que conhecidos eram alguns dos árbitros, figuras públicas como o Presidente dos Estados Unidos, Ulysses Grant, ou o Presidente da República Francesa, Mac Mahon.

Portugal foi signatário das duas Convenções de Haia, a de 1899 e a de 1907, para o resolução pacífica dos conflitos internacionais. Na notável obra de Arthur Eyffinger, *The International Court of Justice, 1946-1996*, o autor regista que, decorrida uma década após a primeira Conferência de Paz, Portugal era o Estado que mais tratados concluíra com cláusula arbitral. O Artigo 73.º da Constituição de 1911 consignava que a República Portuguesa «preconiza o princípio da arbitragem como o melhor meio de dirimir as questões internacionais». Portugal foi também um dos subscritores do Estatuto do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, tendo depositado a sua declaração de aceitação de jurisdição no próprio ano de 1920.

Ao contrário, não esteve entre os signatários originais da Carta das Nações Unidas, devido à natureza não-democrática do regime político vigente na altura. Porém, logo que foi admitido na Organização, depositou a sua declaração de aceitação de jurisdição. Verdade seja que tal depósito visava um objectivo específico: Portugal pretendia accionar a Índia no caso direito de passagem. No entanto, a declaração manteve-se em vigor até ao presente, sendo uma das declarações existentes de âmbito mais vasto.

Portugal apresentou-se duas vezes perante este Tribunal, ambas na qualidade de autor, mas em contextos políticos e internacionais totalmente diferentes. Por altura da primeira acção, Portugal era ainda um império colonial e o regime ditatorial ao tempo instalado agarrava-se desesperadamente aos pedaços daquele. Da segunda vez que aqui viemos, o regime ditatorial tinha sido der-

rubado, instaurara-se a democracia e Portugal vinculara-se ao princípio da autodeterminação dos povos.
No caso de Timor-Leste, em que Portugal demandou a Austrália, o Tribunal excusou-se a exercer a jurisdição no mérito com fundamento em que os pedidos portugueses lhe exigiriam (e passo a citar) «que se pronunciasse, a título prévio necessário, sobre a legalidade da conduta da Indonésia na ausência de consentimento por parte deste Estado».
Não pretendo, naturalmente, comentar a sentença. Apenas sublinharei que a Austrália reconheceu que o Território de Timor-Leste permanece um território não autónomo e que o seu povo tem direito à autodeterminação, havendo o Tribunal registado esse facto.
O próprio Tribunal reconheceu, e volto a citar:
«Acresce que a Assembleia Geral, que se reserva o direito de determinar os territórios que deverão ser considerados não-autónomos para efeitos da aplicação do Capítulo IX da Carta, considerou Timor-Leste como um tal território. Os órgãos subsidiários competentes da Assembleia Geral assim têm continuado a tratar Timor-Leste até hoje. Além disso, o Conselho de Segurança, nas suas Resoluções 384 (1975) e 389 (1976), expressamente pediu o respeito pela 'integridade territorial de Timor-Leste bem como pelo direito inalienável do seu povo à autodeterminação, nos termos da Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral'.»
Embora seja direito absoluto de qualquer Estado não aceitar a jurisdição do Tribunal, Portugal lamenta muito particularmente que a falta de consentimento por parte da Indonésia não lhe permita submeter ao Tribunal Internacional de Justiça, e em toda a sua amplitude, a situação de Timor-Leste, na qual se encontram envolvidos dois dos princípios fundamentais do direito internacional: o princípio da autodeterminação e o da interdição do uso da força.

Permiti-me ainda uma última referência a Timor-Leste. Portugal, como Potência Administrante, tem uma responsabilidade histórica, jurídica e política especial para com o Povo do Território, bem como um papel específico no quadro das negociações conduzidas sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas. Continuaremos a envidar os nossos melhores esforços no sentido de assegurar que o Povo Maubere possa exercer, livremente, os seus inalienáveis direitos.

Mas não tentemos confundir as questões. O direito à autodeterminação, a dignidade humana e a protecção dos direitos humanos são questões que envolvem a comunidade internacional no seu todo e que constituem uma responsabilidade e uma obrigação internacional, não podendo ser restringidas a um qualquer diferendo bilateral.

Senhor Vice-Presidente,

Ilustres Juízes,

O carácter compulsório ou não da jurisdição internacional permanente é questão que remonta à primeira Convenção de Haia, mantendo-se como uma constante até aos nossos dias. O facto é que a jurisdição sobre os Estados continua a depender do seu consentimento.

Numa tentativa de superar este impasse, encontrou-se em 1920 um mecanismo extraordinário: a *cláusula facultativa de jurisdição obrigatória.*

Tal cláusula desempenhou bastante bem a sua função durante a vida do Tribunal Permanente de Justiça Internacional e, a dado momento, cerca de três quartos dos Estados signatários do Estatuto tinham em vigor uma declaração de aceitação da jurisdição. O cenário alterou-se a partir de então e, actualmente, apesar de novas declarações provindas de Estados da Europa de Leste, menos de um terço dos Estados signatários do Estatuto do Tri-

bunal Internacional de Justiça mantêm em vigor uma declaração facultativa. Além disso, de entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, apenas um aceita presentemente a jurisdição do Tribunal, nos termos do Artigo 36.º, parágrafo 2, do Estatuto.

Encaremos o problema com frontalidade. Tratar-se-á de desconfiança? Creio que a principal razão reside na unilateralidade da cláusula.

Seja como for, o que haverá que fazer para inverter essa situação? Antes de mais, importará dar exemplos. Depois, determinadas posições em organizações internacionais poderiam ser tornadas dependentes da aceitação da jurisdição do Tribunal, em termos preestabelecidos.

A este propósito, recordo o discurso proferido na actual Assembleia Geral pelo Ministro Português dos Negócios Estrangeiros, no qual se realçava que para a selecção de novos membros permanentes do Conselho de Segurança deveriam aplicar-se determinados critérios — e passo a citar: «nomeadamente, o respeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas, a plena aceitação da jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça, a capacidade e determinação em contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, juntamente com uma influência global».

Um outro passo consistiria em restaurar o movimento no sentido dos tratados multilaterais sobre a resolução pacífica dos diferendos. Um deles teve sucesso — *o Pacto de Bogotá*. Outros não obtiveram êxito semelhante e exigiriam provavelmente uma revisão.

Senhor Vice-Presidente,

Ilustres Membros do Tribunal,

Convicção, confiança recíproca, compromisso com o direito internacional e com meios pacíficos de resolução dos conflitos,

juntamente com interesse próprio bem compreendido — eis o único alicerce sobre o qual poderá construir-se a ordem internacional.

Será utopia lutar por uma jurisdição internacional com aceitação generalizada?

Neste momento, a resposta deveria porventura ser afirmativa. Tomemos, porém, consciência daquilo que é necessário para fazer prevalecer a paz e o domínio do direito e empenhemo-nos nessa causa, sem que para isso se torne necessário assistir a novos, e agora inimagináveis, horrores.

E lembremo-nos de que o progresso da Humanidade é feito de fragmentos de utopia semeados e recolhidos pela História no seu caminho.

Primeira Sessão de Trabalho
da VII Cimeira Ibero-Americana
Isla Margarita
Venezuela
8 de Novembro de 1997

Quero começar por agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, o tão amável convite que nos endereçou para participar nesta Cimeira e a calorosa hospitalidade que nos tem dispensado. Em meu nome pessoal e em nome da Delegação do meu país, quero também, através de Vossa Excelência, dirigir ao Povo Venezuelano uma saudação cordial e emocionada, assim como a expressão sincera da nossa amizade fraterna.

As Cimeiras Ibero-Americanas têm constituído, desde a sua reunião fundadora em Guadalajara, um fórum privilegiado de debate aberto de ideias, de concertação política e de congregação de vontades entre os países ibéricos e os países latino-americanos aqui representados, em muito contribuindo para enriquecer o nosso conhecimento mútuo, fortalecer as nossas relações de amizade e cooperação e projectar a nossa Comunidade na cena internacional.

Saúdo todos os presentes na certeza de que os nossos trabalhos contribuirão para um entendimento cada vez mais estreito e solidário entre os nossos povos.

Todos compreenderão que, de entre todos os Chefes de Estado e delegações dos países irmãos aqui presentes, dirija igualmente uma palavra muito especial ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e à delegação brasileira. Com Portugal e os cinco Estados africanos que falam a língua de Camões, o Brasil integra a

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; uma Comunidade que tal como a Ibero-Americana tem a vocação de rasgar caminhos no sentido de uma cooperação mutuamente frutuosa, feita da convergência de esforços, tanto no plano político e cultural, como no económico.
O tema que nos é hoje proposto assume uma importância crucial nesta nossa época de globalização económica, de mundialização dos desafios, de massificação das informações e das atitudes, de mudança cada vez mais rápida, em que os valores e os princípios surgem tantas vezes sacrificados ao «frenesim» da vida contemporânea.
Os tempos que vivemos são também tempos de descrença e de desconfiança, que impõem uma rigorosa reflexão sobre um conjunto de questões que dizem respeito à própria credibilidade dos sistemas democráticos.
Não há democracia sem igualdade, não há liberdade sem justiça, não há cidadania sem responsabilidade. São estes, sem dúvida, valores éticos permanentes da vivência democrática.
O reforço dos nossos regimes democráticos, a sua credibilidade, a confiança do cidadão nas instituições, passam necessariamente por um aprofundamento permanente dos valores em que assentam, da sua intrínseca dimensão ética.
Essa dimensão exige transparência no exercício do poder político, equidade da administração do Estado, proximidade entre governantes e governados, reforço da percepção do interesse público, resposta às necessidades cada vez mais complexas da nossa era.
Essa dimensão traduz-se na adequada e solidária utilização dos dinheiros públicos, no financiamento transparente dos partidos, numa exigência crescente em termos da eficácia do funcionamento do Estado, na celeridade na administração da Justiça, na

humanização da Administração, na valorização da noção de serviço público.

Traduz-se também nos esforços consequentes para reduzir as assimetrias económicas, na luta contra a marginalização e a exclusão sociais, no reforço da solidariedade e coesão nacionais, na mobilização das vontades, na participação de todos num projecto que é de todos.

Esta dimensão requer, em suma, o reforço constante do Estado de Direito, o fortalecimento da democracia participativa, o enriquecimento permanente de uma verdadeira cultura democrática e das condições do exercício da cidadania, a defesa intransigente dos direitos inalienáveis da pessoa humana.

Só assim poderemos evitar que cada partido e cada político se transforme numa espécie de produto de «marketing», que se instale progressivamente, em cada cidadão, a alienação face à política, que prevaleça a total despreocupação em relação ao que não seja a satisfação dos interesses individuais.

Max Weber criou a já clássica distinção entre uma ética da convicção — que atenderia sobretudo à pureza dos princípios e dos deveres — e uma ética da responsabilidade, de pendor transitivo, por procurar fundamentalmente obter consequências colectivas a partir das decisões tomadas. Hoje, mais do que nunca, importará ter ambas presentes tanto no discurso como na acção política.

Só conseguindo a plena adesão dos cidadãos e a sua participação num projecto comum mobilizador, reforçando o seu sentimento de pertença a uma sociedade mais viva, mais coesa e solidária, fortalecendo uma verdadeira cultura e prática democráticas, assente em valores e princípios, só assim, dizia, será possível abordar os desafios do futuro com serenidade e confiança.

É um esforço que a todos diz respeito e que a discussão franca e aberta num fórum privilegiado de diálogo como é este, não deixará, por certo, de favorecer.
Me gustaría terminar esta intervención con las palabras siempre iluminadas de ese gran poeta latino-americano llamado Pablo Neruda:

Os amo idealismo y realismo,
como agua y piedra
sois
partes del mundo
luz y raíz del árbol de la vida

Sessão de Encerramento
da VII Cimeira Ibero-Americana
Isla Margarita
Venezuela
9 de Novembro de 1997

É para mim extremamente gratificante ter a honra de participar no encerramento desta VII Cimeira Ibero-Americana. Ao longo dos últimos três dias, mantivemos um diálogo franco e aberto sobre importantes temas de interesse comum, reforçámos laços de amizade e cooperação, alargámos horizontes e desfrutámos de um convívio sempre fraterno e solidário.

Em meu nome pessoal, em nome da delegação do meu país e interpretando, estou certo, o sentir de todas as delegações aqui presentes, quero dirigir a Vossa Excelência, Senhor Presidente Rafael Caldera, uma viva e sincera palavra de agradecimento pela forma entusiasta e empenhada com que o seu país soube preparar e organizar a Cimeira que agora solenemente se encerra.

Quero também, através de Vossa Excelência, expressar ao Povo venezuelano um emocionado agradecimento pela calorosa hospitalidade que nos dispensou ao longo destes dias.

No próximo ano, caberá a Portugal a honra e a responsabilidade de organizar a VIII Cimeira Ibero-Americana, assumindo o seu Secretariado Pro-Tempore, a partir do próximo mês de Janeiro, altura em que a Venezuela nos passará o testemunho.

Permitam-me, desde logo, sublinhar o quanto nos distingue a confiança em nós depositada por todos os países aqui presentes. Tudo faremos para que a VIII Cimeira Ibero-Americana — tal como as que a antecederam — constitua um êxito por todos

partilhado, afirmando, uma vez mais, a capacidade de realização, a vitalidade e o dinamismo da nossa Comunidade.
1998 será, para o Povo Português, um ano carregado de significado e simbolismo, que queremos partilhar convosco. Celebraremos então o Quinto Centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia, que constitui o ponto culminante das comemorações dos Quinhentos anos dos Descobrimentos marítimos portugueses. Comemorações estas que, através da Exposição Mundial de Lisboa — Expo 98 —, que Vossas Excelências nos darão o grato prazer de visitar, terão os olhos postos no futuro, valorizando esse imenso património comum que é o mar. Comemorações que encaramos também como uma homenagem àqueles que, graças à sua tenacidade, ao seu engenho e à sua audácia, contribuíram, ao longo do período histórico que naquela altura se inaugurou, para o primeiro ensaio de um mundo global, feito do encontro entre distintos Povos e culturas que mutuamente se impregnaram e influíram.
Queremos valorizar sobretudo a exultante experiência que contribuiu para abrir os caminhos do Mundo e fazer de Portugal um Povo e uma Cultura criativos, abertos à diferença e sempre permeáveis a outras formas de pensar e de sentir.
1498 é um ano ímpar, porque de alguma forma também prefigura o nosso encontro, dois anos mais tarde, com as Terras de Vera Cruz, com este admirável e fascinante continente, a que estamos unidos por indeléveis laços históricos, afectivos, culturais e linguísticos.
Foi assim, com natural regozijo, que Portugal esteve, desde a primeira hora, nas Cimeiras Ibero-Americanas, como é também com natural empenho e espírito construtivo que, na União Europeia, tem favorecido o reforço das expressivas relações já existentes entre a Europa e as várias organizações regionais latino-americanas.

Se me permitem a ousadia de aqui citar um verso de uma canção de Chico Buarque, dir-vos-ei que não estamos na Comunidade Ibero-Americana a ver a banda passar, mas sim para estar na banda, reinventando, em conjunto, novas harmonias, novos versos, novas realidades.

A VIII Cimeira Ibero-Americana, que terá lugar na cidade do Porto em Outubro de 1998, não poderia pois deixar de significar para os portugueses uma ocasião única para reafirmar os laços de fraterna amizade e de estreita cooperação que nos unem à América Latina.

Tal como a Exposição Mundial de Lisboa, este será um acontecimento vocacionado para rasgar caminhos de futuro. Um futuro que tem já um fecundo e assegurado fermento nos sinais confiantes que o presente nos oferece.

Desde a sua reunião fundadora, em Guadalajara, as Cimeiras Ibero-Americanas têm abordado temas de interesse comum, estabelecendo uma desejável sintonia com problemas concretos que dizem respeito ao conjunto de países que formam a nossa Comunidade, embora todos eles possuam características próprias.

As frutuosas discussões aqui havidas ao longo destes dias, cujo balanço o Senhor Presidente Rafael Caldera tão bem traçou, revelaram, uma vez mais, o acerto na escolha do tema e a utilidade do debate sempre vivo e franco que sobre ele mantivemos.

Creio que todos partiremos de Ilha Margarita com a certeza de ter vivido uma experiência enriquecedora e animados por um reavivado espírito de amizade e cooperação.

Na VIII Cimeira queremos prosseguir a reflexão sobre temas directamente relacionados com preocupações comuns.

Vivemos, hoje em dia, num contexto internacional caracterizado pela globalização dos desafios e das oportunidades, por uma crescente vontade de os Estados se organizarem solidariamente, pro-

curando formas de estruturar a sua interdependência, em benefício mútuo, com o objectivo de assegurarem um desenvolvimento económico e social cada vez mais sólido e harmonioso
A consciência de que em conjunto potenciamos melhor as capacidades próprias constitui um confiante sinal de que soubemos aprender com as experiências do passado para melhor construir o futuro. Um futuro que será cada vez mais de cada um se for cada vez mais de todos.
A próxima Conferência a realizar em Kyoto sobre «Alterações Climáticas» constitui um bom exemplo da necessidade crescente de reflectirmos em conjunto sobre os grandes problemas que a todos afectam. Assim, propomo-vos debater, na nossa VIII Cimeira Ibero-Americana. Os Desafios da Globalização e a Cooperação Inter-regional, um tema actual e fascinante e que a todos nos diz respeito.
Desde 1991 em Guadalajara, já lá vão sete anos, renovámos e demos sentido mais concreto à relação de confiança que entre nós sempre existiu, apesar das diferenças, certamente saudáveis e naturais que pontualmente nos podem fazer divergir.
O caminho entretanto percorrido consolidou o espírito solidário e a relação franca e aberta que nos une. Estou certo, por isso, de que a partilha de experiências, o empenho comum em fortalecer as nossas relações de amizade e cooperação irão permitir, na próxima Cimeira, um útil e fértil debate. Um debate que assenta já em promissoras realidades.
Com efeito, tanto na Europa como na América Latina, assistimos a um reforço das dinâmicas de integração, ao mesmo tempo que damos passos firmes no sentido do aprofundamento das nossas relações de cooperação. É neste caminho que Portugal se tem empenhado na União Europeia, favorecendo o aprofundamento crescente das relações da União com as várias

organizações regionais da América Latina, numa atitude de confiante aposta nas muitas possibilidades que o futuro encerra. A América Latina tem vindo a demonstrar a sua força e a capacidade de adaptação das suas economias aos novos desafios e exigências que vão surgindo.

O desenvolvimento económico, tecnológico e financeiro dos países latino-americanos tem sido acompanhado de um esforço sério de integração consubstanciado nas várias organizações que já existem a nível regional. Estas organizações são chamadas, crescentemente, a cooperarem entre si, a alargarem o âmbito geográfico da sua cooperação, a reforçarem mecanismos de articulação e de complementaridade.

Vivemos um processo de globalização económica e financeira acelerada à escala mundial. Reforçar as condições de resposta aos desafios que a todos nós se colocam impõe também que os diversos espaços economicamente integrados, situados em diversos continentes, desenvolvam e reforcem formas de cooperação mutuamente vantajosa, projectando crescentemente as suas economias na cena internacional.

É esta, sem dúvida, uma das tarefas principais a que somos todos chamados nesta viragem de século, e a razão de ser do tema que vos propomos para o nosso próximo encontro.

É imbuídos de um fraterno espírito de solidariedade e seguros de que em conjunto poderemos melhor aproveitar as nossas respectivas experiências e potencialidades que teremos a tão grata honra de vos acolher, Senhores Chefes de Estado e de Governo, no próximo ano na cidade do Porto.

Senõres Jefes de Estado y de Gobierno,

La problemática de la drogadicción, que ataca y mina a nuestras sociedades democráticas, es una preocupación constante y una materia siempre presente en nuestros debates.

Me gustaria decirles que voy a promover, con el apoyo del Gobierno portugués, en el próximo año, después de la Sesión Especial de la Asamblea General de Naciones Unidas sobre las drogas, un encuentro sobre este tema tan lacerante, esta llaga viva que amenaza los mismos fundamentos de nuestros regímenes democráticos.

Me propongo organizar un amplio y participado debate entre expertos de nuestros países y de la Unión Europea. Un debate en el que sea posible discutir y compartir, sin prejuicios, con serenidad y humildad, nuestras experiencias y nuestros proyectos en este campo.

Estoy seguro de que podré contar con el apoyo de todos Ustedes, con el apoyo de expertos latinoamericanos, para llevar a cabo, en conjunto, una reflexión seria y rigurosa sobre este tema tan complejo y tan importante.

No dudo de que esta iniciativa constituirá una demostración más de la cooperación fructífera que se puede establecer entre América Latina y la Unión Europea.

Pero no quisiera terminar, Señor Presidente Rafael Caldera, sin una nota más personal, sin una palabra que exprese nuestra admiración emocionada por la figura de Vuestra Excelencia y el verdadero cariño que sentimos por Usted.

Hemos escuchado su defensa entusiasmada de la verdad, la verdad que es indisociable de la democracia y de la libertad. Hemos escuchado la apología que hizo de la pedagogía democrática, del primado de los valores, de la indispensable dimensión ética de la democracia. Creo que la asistencia que disfrutó del privilegio de escucharle ha expresado com particular calor esa convicción por todos compartida.

Le agradezco Señor Presidente estos dos dias pasados en esta bella tierra, le agradezco el eficaz trabalho de organización de

esta Cumbre, en la cual se han volcado las autoridades y el pueblo hermano de Venezuela.

Pero le agradezco sobretodo, en nombre de todos nosotros, la forma tan elocuente como ha sabido expresarnos la fuerza de las convicciones, la firmeza de los principios, la intransigencia frente a la facilidad y al oportunismo, en suma, la verdadera lección de ética que nos ha impartido.

Quisiera desear a Vuestras Excelencias, Señores Jefes de Estado y de Gobierno, las mayores felicidades personales y a todos los pueblos aqui representados mis sinceros votos para que sigamos en el camino de la permanente consolidación y profundización de la democracia, del desarrollo económico creciente, de la justicia social y de la solidaridad.

Muchas Gracias.

Acto de Agraciamento com o Grande Colar da Ordem do Libertador pelo Presidente da República da Venezuela
(Visita de Estado à Venezuela)
Casa Amarila
Caracas
10 de Novembro de 1997

Quero agradecer-lhe muito sensibilizado, Senhor Presidente, a alta condecoração com que me acaba de agraciar, o Grande Colar da Ordem do Libertador, insígnia que muito me honra e gratifica.

Concretizando o convite que Vossa Excelência me endereçou para efectuar uma visita oficial à Venezuela — convite que penhoradamente agradeço — encontro-me nesta terra com o sentimento de quem está num país amigo e admirado.

Amizade e admiração que é o resultado natural de relações fraternas entre os nossos povos que permitiram a dezenas de milhares de portugueses encontrar na Venezuela uma nova Pátria tão merecedora do seu carinho e dedicação como a Terra-Mãe de onde um dia partiram.

E desde logo quero aproveitar esta oportunidade para, através de Vossa Excelência, Senhor Presidente, saudar o Povo Venezuelano e reiterar-lhe de viva voz o nosso profundo agradecimento pela cordial hospitalidade e generoso acolhimento dado pela Venezuela à comunidade portuguesa neste país.

A Venezuela e Portugal encontram vastos pontos de convergência nos princípios por que se regem e que sintetizarei na defesa e aprofundamento dos valores democráticos, na garantia e efectividade dos direitos do Homem e das liberdades públicas e na prossecução dos esforços com vista a assegurar o harmonioso desenvolvimento das relações políticas e económicas internacionais.

Não admira assim que, no âmbito da União Europeia, Portugal se norteie sempre pelo favorecimento da aproximação entre a Europa e a América do Sul, reforçando as expressivas relações de cooperação já existentes.

Esta convergência de perspectivas facilitará decerto a intensificação e aprofundamento da nossa colaboração bilateral por forma a que as nossas relações nos domínios económico, comercial e cultural correspondam à excelência do nosso relacionamento político e à indefectível amizade que une os nossos dois povos.

Gostaria de finalizar reiterando os meus sinceros agradecimentos pela alta condecoração com que Vossa Excelência me acaba de distinguir, gesto este que muito me honra e gratifica e cujo profundo e simbólico significado plenamente reconheço em toda a sua dimensão política e institucional.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Sessão Conjunta no Congresso da Venezuela
(Visita de Estado à Venezuela)
Caracas
11 de Novembro de 1997

É para mim um particular prazer e uma grande honra ser hoje aqui recebido em sessão solene no Congresso da República da Venezuela. Reconheço esta atenção que me é concedida como um acto prestigiante de alto significado institucional. Registo-a emocionadamente como um gesto que, dirigindo-se ao Chefe de Estado português, se estende naturalmente a todos osPortugueses. E é em nome do Povo Português, que me confiou o mandato de assegurar e desenvolver os seus interesses e ideais mais perenes, que saúdo calorosamente o Povo Venezuelano de que este Congresso é a legítima emanação. Saudação que formulo acompanhado por uma importante delegação de parlamentares que, como representantes do Povo Português, significativamente não quiseram deixar de me acompanhar nesta importante cerimónia. Quero sublinhar que me encontro na Venezuela com o sentimento de quem reencontra um país amigo e admirado.

Sentimento de amizade que é o resultado natural das relações fraternas entre os nossos povos e países que permitiram a tantos dos meus compatriotas encontrar na Venezuela uma nova Pátria, tão merecedora do seu amor e da sua dedicação como a terra-mãe de onde partiram.

Sentimento de admiração que a simples evocação do nome ilustre de Simon Bolívar só por si plenamente justificaria, mas que a pujança e vitalidade desta terra generosa me impele a testemunhar de viva voz.

Honro-me deste encontro de uma velha nação europeia, cuja história de mais de oito séculos foi uma permanente aposta na universalidade dos valores do Homem, com uma nação do Novo Mundo animada pelos mesmos valores numa forte afirmação do presente e do futuro.

Portadores dos mesmos ideais e movidos pelas mesmas preocupações, reconhecemo-nos neste nosso encontro como enformando um traço de união do velho tronco ibérico que hoje em dia floresce promissoramente na Comunidade Ibero-americana de que ambos os nossos países são parte integrante.

Solidários nas origens, não se estranhará que se afirme progressivamente nos nossos Povos a consciência de uma convergência de destinos, num mundo em acelerado processo de mutação. Bem recentemente ainda, por ocasião da VII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada na Ilha Marguerita, foi dado mais um importante passo no reforço do sentimento de pertencermos a uma mesma comunidade formada por mais de seiscentos milhões de seres humanos que, em castelhano e em português, comungam de indeléveis laços históricos, culturais e afectivos.

Mas, para além da História, da cultura, do afecto e da língua, partilhamos também o mesmo conceito de democracia, assente na mesma visão ética do Homem e dos seus direitos e deveres na sociedade.

Partilhamos a convicção de que a democracia, menos do que um imutável estado final, é antes um processo dinâmico orientado para o harmonioso desenvolvimento político, económico e cultural tanto dos cidadãos como das próprias sociedades em que se inserem. Processo que tem como denominador comum o respeito pelos Direitos, Liberdades e Garantias do indivíduo, fundamento indispensável para a livre confrontação de ideias e de

propostas guiadas pelo desejo de servir o povo, ao fim e ao cabo a finalidade última de toda a actividade política legítima.
No contexto latino-americano, a Venezuela desempenhou um papel de verdadeira vanguarda na criação e fortalecimento de instituições democráticas representativas, quando a grande maioria dos povos ibero-americanos vivia ainda sob o peso de ditaduras alheias ao sentir das sociedades e ao pulsar dos tempos.
Razão acrescida para que, neste dealbar do III milénio, a Venezuela possa desempenhar por direito próprio um papel relevante no que respeita ao fortalecimento da democracia participativa, em todas as suas vertentes e dimensões, com particular destaque para a defesa e respeito pelos direitos humanos.
Merece aqui uma especial referência o Congresso da República, sede por excelência da soberania popular, onde estão representadas as diversas sensibilidades que compõem o espectro político-partidário do povo venezuelano e que para além das saudáveis divergências ideológicas — normais e até desejáveis em democracia — partilham do mesmo respeito pelas liberdades democráticas consagradas na Lei Fundamental do país, dando dessa forma um contributo insubstituível à estabilidade política e social da Venezuela.
Vivemos a nível mundial tempos de dúvida e de incerteza. Sabemos no entanto que a democracia representativa constitui a melhor resposta aos desafios que nos são colocados, e que representa a única via segura para ir ao encontro das aspirações legítimas dos povos e a única forma eficaz de fazer face aos arautos do autoritarismo e aos que exploram, em proveito próprio, os fenómenos amargos da exclusão, da pobreza e da corrupção.
Mas também sabemos com cada vez maior certeza que a participação, a subsidariedade, a descentralização e a proximidade decisória são elementos vitais para a dinâmica da sociedade civil e para o fortalecimento da democracia.

A experiência democrática portuguesa, iniciada com a Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, veio-nos demonstrar que a democracia se faz e desenvolve todos os dias, constituindo um verdadeiro processo de aprendizagem quotidiana.
Quero aqui reiterar, como Chefe de Estado e também, porque não dizê-lo, como antigo parlamentar, que o povo português nunca mais se esquecerá da ajuda e solidariedade que, em tempos difíceis, lhe foi tão generosamente concedida pela Venezuela e pelas suas instituições democráticas.
Hoje em dia, Portugal pode orgulhar-se de ser uma democracia moderna, que não fica atrás, nem nos princípios, nem na sua aplicação prática, das mais antigas democracias do Velho Mundo. O País que aqui represento é uma nação livre que, com a democracia, reencontrou um Estado de Direito moderno, aberto ao progresso, integralmente empenhado na construção de uma Europa mais coesa e solidária, defensor intransigente da liberdade e do respeito pelos direitos inalienáveis da pessoa humana.
Neste contexto dos ideais de liberdade e democracia partilhados por ambos os nossos povos, não posso deixar de formular um apelo à solidariedade dos venezuelanos para com o povo de Timor-Leste e para com a sua luta pelo reconhecimento do seu direito à autodeterminação.
As declarações finais das últimas Cimeiras Ibero-americanas têm aliás vindo a reiterar preocupação pela situação dos direitos humanos naquele território, veiculando o seu apoio aos esforços empreendidos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas com vista à obtenção de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor, no pleno respeito pelos legítimos direitos do seu Povo e em harmonia com as normas e princípios do Direito Internacional.

Refira-se que as negociações que decorrem sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas atravessam actualmente uma fase importante, sendo por isso mais necessário que nunca conjugar esforços para levar as negociações a bom porto. É precisamente isso que pedimos à Comunidade Internacional, em particular aos nossos parceiros e amigos: que utilizem a sua influência junto da Indonésia para que o Povo de Timor-Leste possa exercer, livremente, os seus legítimos direitos.

As relações entre os países, se têm tudo a ganhar na partilha de ideais comuns, não se esgotam na sua afirmação. Pelo contrário. A existência de um património comum acarreta a especial responsabilidade de o desenvolver e aprofundar. Sobretudo para um país de vocação universalista como Portugal, torna-se perfeitamente natural que, no seio da União Europeia, apoiemos vivamente o reforço do relacionamento da Europa com outras regiões do Mundo, a Ásia e a África, e particularmente com a América Latina.

Daí o nosso apoio à realização até ao ano 2000 de uma Cimeira entre a União Europeia e a América Latina destinada a valorizar os laços que unem ambos os nossos continentes.

Daí igualmente o apoio de Portugal ao reforço do diálogo, em todos os seus vectores, desde o cultural ao económico, entre a União Europeia e as organizações regionais da América Latina, designadamente a Comunidade Andina, assim como também o nosso apoio para que a Venezuela continue a beneficiar do Sistema de Preferências Generalizadas da União.

Neste contexto ter-se-á, no entanto, de referir que as relações económicas entre a Venezuela e Portugal estão infelizmente ainda longe de corresponder às expectativas que as excelentes relações políticas entre ambos os nossos países pareceriam plenamente justificar.

Quero por conseguinte aproveitar esta oportunidade para, perante este Congresso, acentuar a inteira disponibilidade do Estado Português para, com determinação e pragmatismo, reforçar as suas relações bilaterais com a Venezuela, a todos os níveis e vectores, disponibilidade esta demonstrada na importante delegação governamental e empresarial que me acompanha nesta viagem e que constitui testemunho sobejo não só do nosso empenho numa política de internacionalização da economia portuguesa, como também do nosso interesse em participar no desenvolvimento deste país, agora que parecem estar lançadas as bases da abertura económica da Venezuela ao mundo.

Disponibilidade tanto mais genuína e natural quanto é certo que a Venezuela tem sido ao longo de décadas terra de generoso acolhimento para muitos milhares de portugueses que, com as suas reconhecidas qualidades de afinco ao trabalho e de honestidade, souberam merecer a hospitalidade e o carinho do povo venezuelano.

Que melhor local do que a sede dos representantes deste povo amigo e acolhedor, para exprimir, em meu nome e em nome de todos os portugueses, uma sincera e emocionada palavra de agradecimento: Muchas gracias venezolanos!

No hay, de hecho, mejor local que este Congreso para manifestar nuestra disponibilidad para enfrentar de mano dada, venezolanos y portugueses, los reptos del futuro y de la modernidad.

Recordando al poeta Miguel Otero Silva:

Quiero perdurar junto contigo
en la savia profunda de la humanidad;
en la risa del niño,
en la paz de los hombres
en el amor sin lágrimas.

Por eso,
como habremos de darnos a la rosa y al árbol,
a la tierra y al viento,
te pido que nos demos al futuro del mundo.

Visita ao Centro Português de Macaracuay

(Visita de Estado à Venezuela)
Caracas
11 de Novembro de 1997

Queria antes de mais começar por agradecer as amáveis palavras que me foram dirigidas e sublinhar o quanto sinceramente me gratifica poder estar hoje convosco nestas magníficas instalações do Centro Português de Caracas.

A Comunidade Portuguesa na Venezuela, que se estima actualmente em mais de quatrocentas mil pessoas, incluindo os luso-descendentes e aqueles que possuem dupla nacionalidade, encontra-se espalhada por toda a Venezuela, mas é aqui em Caracas que ela se encontra mais concentrada. Este é, por consequência, um local apropriado para dirigir uma calorosa palavra de saudação, de apreço e de estímulo a todos os portugueses que vivem na Venezuela.

Os êxitos alcançados pela Comunidade Portuguesa neste país, assim como as suas exemplares qualidades de relacionamento e integração na sociedade de acolhimento — êxitos e qualidade que registo e acentuo com muito apreço e orgulho — estão na origem do respeito que os venezuelanos e as suas autoridades sempre manifestaram pelos Portugueses, assim reconhecendo a sua contribuição para o desenvolvimento e modernização da Venezuela.

Alguns exemplos dessa contribuição são visíveis na importância e peso económico que a Comunidade Portuguesa usufrui em numerosos sectores da economia, tais como as áreas dos serviços de distribuição alimentar, dos transportes, da construção civil,

dos têxteis e da metalo-mecânica, destacando-se inclusivamente alguns grupos económicos e financeiros de dimensão verdadeiramente nacional, que constituem uma flagrante demonstração do sucesso alcançado pelos portugueses neste país.
Todavia, como não poderia deixar de ser, a Comunidade Portuguesa na Venezuela também conta com algumas situações menos felizes. Daí que, para além dos esforços que a própria Comunidade vem meritoriamente desenvolvendo no sentido de encontrar soluções para os problemas de natureza social que se vão colocando, foi recentemente firmado um importante protocolo entre a Secretaria de Estado das Comunidades e a União das Misericórdias para a criação de núcleos de solidariedade social com o objectivo de apoiar os nossos nacionais mais desfavorecidos.
Convido-os a participar neste projecto, que, para além de reforçar o sentimento de auto-estima da própria Comunidade, não deixará igualmente de contribuir para fortalecer os laços de solidariedade entre todos os portugueses residentes na Venezuela, independentemente da geração ou do estatuto social a que pertençam.
Portugal — é necessário acentuá-lo — deve às Comunidades Portuguesas radicadas no estrangeiro uma parte significativa do seu prestígio internacional, consequência directa do respeito, estima e consideração de que gozam os portugueses residentes além-fronteiras, cujas qualidades profissionais e humanas são uma demonstração viva e quotidiana do que de melhor tem o nosso país.
Cumpre-me, portanto, assinalar e exaltar este precioso contributo, não somente daqueles que sempre mantiveram a nacionalidade portuguesa, como também dos representantes das novas gerações de luso-descendentes, sempre solidários com as gerações que os antecederam na sua ligação profunda às raízes pátrias.

Ser Português é condição que, para quem nasce e vive em Portugal, se afigura perfeitamente óbvia e natural, mas constitui sinal de diferença e sentimento de saudade para quem, sendo igualmente Português, vive longe e afastado da Terra-Mãe que é a matriz da sua própria identidade.

É por isso que importa reforçar os laços de solidariedade entre todos os portugueses, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro, a todos sem distinção empenhando no presente e no futuro do seu país. Recordando um dos mais ilustres representantes da nossa plêiade de poetas, eu diria que importa que «o mar una e já não separe» quantos para longe foram, mas que tão perto sentimos.

A recente revisão da Constituição da República veio colocar em pé de igualdade todos os portugueses, tanto os residentes em Portugal como os residentes no estrangeiro, no que se refere ao exercício de direitos políticos, nomeadamente os que se prendem com a eleição do Chefe de Estado. Todos os portugueses sem excepção passam agora a estar mais perto das decisões que lhes dizem respeito, podendo participar democrática e activamente na formulação dos destinos do seu país.

Nestes últimos tempos, aliás, muito se tem progredido em matéria de aproximação e participação democrática dos Portugueses radicados além-fronteiras ao processo de decisão política em Portugal, sendo a criação e entrada em funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas um exemplo indubitavelmente importante e inovador. Com as eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas reforçou-se efectivamente a igualdade entre todos os cidadãos e aprofundou-se a própria democracia portuguesa.

Quero terminar reiterando quanto aprecio os vossos méritos, sentimento este no qual sou acompanhado pela generalidade dos

vossos compatriotas em Portugal, apreço tanto mais justificado quanto é certo que o vosso indelével patriotismo, tantas vezes manifestado no vosso associativismo, faz hoje também parte da nossa própria identidade nacional.
A todos o meu abraço de solidariedade!

Acto de Agraciamento
do Presidente da República da Venezuela
(Visita de Estado à Venezuela)
Caracas
11 de Novembro de 1997

Tenho a honra e o grato prazer de me dirigir a Vossa Excelência, Senhor Presidente, nesta casa da comunidade portuguesa radicada em Caracas, assumindo para nós a sua presença aqui um significado muito especial que penhoradamente lhe agradeço.

Estamos aqui para homenagear na sua pessoa, Senhor Presidente, uma das personalidades de maior prestígio das Américas que tem sabido marcar, pelas suas inquestionáveis qualidades de Homem e de Estadista, a evolução do continente nas últimas décadas.

Não constitui tarefa fácil, tal a multiplicidade das actividades que desde muito cedo foi chamado a desempenhar, Senhor Presidente, enumerar e distinguir todas aquelas em que a sua influência mais se fez sentir.

Lutador incansável pelas liberdades e ideais democráticos que sempre enformaram a sua acção política, fundador do COPEI, que em pouco tempo se afirmou como um partido incontornável no espectro político venezuelano, a sua acção de estadista sempre se norteou, Senhor Presidente, tanto no seu primeiro, como neste seu segundo mandato como Presidente da República da Venezuela, pela incansável e constante busca do diálogo e do consenso, o que tem permitido aos venezuelanos viver em clima de estabilidade política e social, condições sempre indispensáveis para que o futuro possa ser encarado com esperança e optimismo.

Para este resultado tão positivo contribuíram também as qualidades humanas de Vossa Excelência; uma honestidade sem mácula e uma firmeza de carácter que merecem o respeito de todos, apoiantes e adversários, venezuelanos e estrangeiros, qualidades que estão na origem do êxito da batalha que tem liderado contra a corrupção e que também se evidenciam nas preocupações de ordem ética e social que lhe têm feito prestar, ao longo de toda uma vida, uma atenção especial para com os menos favorecidos, atenção particularmente importante nestes tempos de acelerada globalização.

Ficariam excessivamente incompletas estas minhas breves palavras se não fizesse também uma referência ao Homem de cultura e erudição que é Vossa Excelência, com uma brilhante carreira universitária e uma vasta obra literária na qual transparece uma sólida e profunda formação intelectual e que vem, por assim dizer, coroar uma personalidade ímpar, digna da pátria de Símon Bolivar.

É, pois, motivo de particular orgulho e satisfação para todos nós portugueses que o venezuelano notável que é Vossa Excelência tenha sempre rodeado Portugal e a comunidade portuguesa residente na Venezuela de demonstrações de amizade e carinho que muito nos comovem e sensibilizam.

Assim, em nome do Povo Português e na minha qualidade de Grão-Mestre das Ordens Honoríficas, tenho a honra de lhe atribuir, Excelentíssimo Senhor Presidente, o Grande Colar da Ordem do Infante D. Henrique.

Cerimónia de Apresentação de Votos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio Nacional de Queluz
12 de Janeiro de 1998

Agradeço-lhe antes de mais, Excelência Reverendíssima, os votos que teve a amabilidade de me dirigir em nome do Corpo Diplomático.

São votos que muito me penhoram e que muito sinceramente retribuo, pedindo-vos, Excelências, que transmitam aos vossos Chefes de Estado, aos vossos Governos, e aos Povos que tão dignamente representais, os meus desejos de bem-estar e progresso constante, neste novo ano que iniciamos.

Cada ano novo é portador de uma renovada esperança; uma esperança de paz, de progresso, de justiça, de solidariedade crescente entre os Homens e entre as Nações.

Olhamos este novo ano com optimismo e com confiança, mas estamos conscientes da dor e da miséria que continuam a estigmatizar a Humanidade.

Continuamos a assistir a conflitos que se arrastam há décadas, a guerras fratricidas, aos horrores provocados pelo fanatismo e pela intolerância, à miséria de populações inteiras vitimadas pela fome, à violação dos mais elementares direitos humanos.

Temos um dever para com todos os que sofrem.

É uma responsabilidade tanto maior quanto maiores forem as nossas condições de desenvolvimento, de estabilidade e de bem-estar.

Não nos podemos, enquanto Nações, refugiar em subterfúgios pretensamente justificadores da nossa boa consciência, da nossa

incapacidade deliberada para ocorrer a todos aqueles que têm sede de justiça, de paz e de progresso.
1997 ficou assinalado por alguns desenvolvimentos positivos no sentido de tentar dar uma resposta colectiva a antigos e novos problemas com que se defronta a Humanidade.
Saliento, entre outros, a Convenção de Otava sobre a interdição das minas antipessoais e a conferência de Quioto sobre o ambiente. A próxima sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas dedicada à droga constituirá, igualmente, uma oportunidade para tentarmos encontrar respostas conjuntas para este flagelo.
Nestes e noutros domínios há ainda um longo caminho a percorrer; mas, para todos eles, terão de ser encontradas respostas que traduzam uma real solidariedade entre os Estados, uma clara vontade para fazer face, em conjunto, a esses desafios.
Reunimo-nos este ano, em Lisboa, em torno de um evento que salienta, antes de mais, essa solidariedade essencial entre os povos à volta de um património comum que temos que saber aproveitar e preservar, em benefício de todos e das gerações futuras.
Para além dos seus recursos, os Oceanos são elo de ligação entre diversas maneiras de ser, de estar e de pensar, espaço de encontro entre distintos povos e culturas que mutuamente se influenciam e enriquecem.
Celebramos este ano, na EXPO 98, a solidariedade, o respeito pela diferença, a confiança na capacidade do Homem, a criatividade científica e cultural, a paz e o progresso que desejamos harmonioso e ao alcance de todos.
Celebramos, também, a aventura marítima dos portugueses que, há cinco séculos, se lançaram ao mar, fortalecidos pelo conhecimento científico, pela curiosidade inerente ao Homem, pelo desejo tenaz de mais conhecer e de mais experimentar.

Portugal orgulha-se do apoio caloroso que a Comunidade Internacional concedeu, de uma forma tão expressiva, a esta iniciativa, o que muito contribuirá para o seu sucesso.
Por isso, permitam-me uma saudação muito especial a todos os povos que estarão representados na EXPO 98, assim como aos seus Chefes de Estado, e vos diga: as nossas portas estão abertas a todos quantos nos queiram visitar!
Portugal é um país de liberdade, de abertura e de pluralismo, e será com particular gosto que vos acolheremos neste vasto espaço de encontro e de diálogo, reforçando o conhecimento mútuo indispensável ao fortalecimento do entendimento entre os povos.
Orgulhamo-nos, também, de acolher este ano, no Porto, a Cimeira Ibero-Americana, outro espaço de entendimento e de concertação que deverá assumir, crescentemente, um papel dinamizador da cooperação que tão naturalmente se estabelece entre povos que partilham as mesmas línguas e culturas, e que constitui um veículo privilegiado do reforço das relações entre a Europa e a América Latina nos seus conjuntos.
Em Cabo Verde participaremos, com um permanente empenho, na Cimeira que reúne os sete países que se expressam em português, instrumento original de concertação recíproca e de projecção dos nossos interesses comuns na cena internacional.
O trabalho desenvolvido durante o ano transacto e as iniciativas já programadas para este ano, envolvendo não apenas as instâncias da CPLP mas a sociedade civil dos nossos sete países, que é indispensável continuar a incentivar, demonstram a validade e o alcance deste quadro de reforço constante da nossa cooperação.
Senhores Embaixadores e Chefes de Missão,
O ano que passou foi fértil em acontecimentos internacionais.
Na Europa, concluímos um longo esforço de reflexão que culminou com a assinatura do Tratado de Amesterdão; recentemente,

no Luxemburgo, definimos os patamares que levarão ao alargamento da União Europeia, passo indispensável para a criação de um vasto espaço europeu de democracia, de paz e de progresso. 1998 marcará, para a Europa, novas etapas decisivas no aprofundamento do seu projecto original e dinâmico. Para além da concretização da União Económica e Monetária, o início das negociações para o alargamento, a reforma das políticas estruturais, a definição das perspectivas financeiras para o início do século, exigirão um trabalho rigoroso que prossiga o reforço da coesão entre todos os parceiros e dote a União dos meios para fazer face, com confiança, aos reptos que se nos colocam.

Também a Aliança Atlântica reforçou as suas condições para continuar a ser um elemento essencial de estabilidade e segurança nesta viragem de milénio, adaptando as suas estruturas às novas exigências e acolhendo os primeiros dos seus novos membros. Com a UEO, deverá ser prosseguido o desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, que encaramos como um factor indispensável e acrescido de estabilidade e de reforço da cooperação europeia.

Portugal continua a apostar, de forma confiante e determinada, no futuro da Europa, participando, de forma construtiva e responsável, nas importantes etapas que marcarão a construção europeia.

Continuaremos firmemente empenhados neste projecto político comum, baseado no reforço crescente da coesão e da solidariedade entre os seus membros, na participação dos cidadãos, na igualdade de todos. Um projecto que tem de ser cada vez mais integrador mas também aberto ao exterior, gerador de estabilidade, de paz e de desenvolvimento económico e social dentro e fora da Europa.

O aprofundamento deste projecto passa também por uma acrescida articulação entre as diferentes organizações igualmente vocacionadas, na sua diversidade de composição e de competências, para a prossecução dos ideais europeus, quer sejam a União Europeia, a OSCE, ou o Conselho da Europa.

A confiança no futuro da Europa não nos faz esquecer, no entanto, as ameaças que à liberdade, aos direitos humanos, à tolerância, à Justiça, à convivência entre povos e culturas, continuam a persistir.

Na Bósnia, continuamos empenhados na criação de condições que permitam, não apenas a continuada cessação de hostilidades, mas a convivência verdadeiramente pacifica entre as diferentes comunidades e culturas.

É indispensável restabelecer a confiança mútua, ultrapassar as sequelas da guerra, permitir o regresso dos refugiados, criar as condições de estabilidade política, promover o desenvolvimento económico, em suma, consolidar a paz.

Que me seja permitida uma sincera palavra de reconhecimento e de homenagem a todos quantos, militares e civis dos mais diversos países, trabalham diariamente na Bósnia, por vezes arriscando a própria vida, para que a paz, a concórdia e o progresso sejam novamente possíveis nessa martirizada região da Europa. O seu exemplo e abnegação impõem-se a todos nós.

Mas mesmo no interior das nossas sociedades, democráticas e desenvolvidas, assistimos à ressurgência de violências, de ódios, de intolerâncias, de exclusões do mais variado tipo, todos inaceitáveis e que devem ser energicamente combatidos.

Temos de lamentar o continuado impasse do processo de paz no Médio Oriente, após todas as esperanças que depositámos nos acordos concluídos em Oslo quanto ao dealbar de uma nova era de paz e de prosperidade para todos os povos da região. Mas a

esperança não poderá esmorecer, nem poderão recuar os esforços para construir a paz.
O processo iniciado em Oslo é irreversível; confio que esta realidade se impõe a todos os responsáveis políticos no Médio Oriente e que israelitas e palestinianos retomarão, com o sentimento de urgência que a questão exige, as vias da cooperação e da convivência pacífica.
A Europa está indissociavelmente ligada à bacia Mediterrânica, mar comum e ponto de encontro de civilizações. A sua estabilidade, o seu progresso interessam, por igual, às duas margens. Há que fazer jus aos laços que a Geografia e a História criaram, dando corpo a uma solidariedade sempre renovada e multifacetada.
A União Europeia tem particulares responsabilidades na prossecução destes objectivos. O processo de Barcelona tem de ser desenvolvido, dinamizado, tem de corresponder às expectativas legítimas dos nossos parceiros, consolidando um espaço de estabilidade, de desenvolvimento económico e social e de bem-estar crescente.
Na África subsariana assistimos a profundas transformações que se espera venham a conduzir ao fortalecimento da paz, da estabilidade e do progresso naquela vasta região.
Permitam-me que faça uma referência específica a Angola, onde Portugal continua activamente empenhado na implementação do processo de paz. A criação do Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional constitui, certamente, um passo decisivo neste processo.
Mas é indispensável e urgente tornar realidade todas as disposições dos acordos de Lusaca, permitindo, assim, que a paz e a concórdia venham a ser finalmente uma realidade neste tão martirizado país, a que tanto nos une.

Há um ano partilhava convosco, Excelências, o profundo regozijo dos Portugueses pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Monsenhor Ximenes Belo e a Ramos Horta. Dei-vos conta da esperança que todos acalentávamos de que este reconhecimento particularmente eloquente da razão da luta de todo um povo, contribuísse para que se avançasse na procura de uma solução política justa e internacionalmente reconhecida para a dramática situação do povo timorense.

O ano que passou continuou, no entanto, a ser marcado por novas violações dos direitos humanos no Território, por constantes prepotências e humilhações, pelo bloqueamento de todas as iniciativas que permitiriam melhorar o dia-a-dia de toda uma população que sofre a injustiça e a opressão.

Mas não esmoreceremos.

Continuaremos, intransigentes, na defesa do direito do Povo de Timor-Leste à autodeterminação, e a denunciar a opressão e as intoleráveis violações dos direitos humanos mais elementares a que os timorenses se encontram sujeitos, tal como continuaremos construtivamente empenhados nas negociações que decorrem sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Aos nossos Amigos, aos nossos Aliados, a todos aqueles que partilham dos mesmos ideais de Justiça e de Liberdade, pedimos apenas o seu apoio para a resolução de uma causa que responsabiliza a Comunidade Internacional no seu conjunto e que não pode ser reduzida a um mero diferendo bilateral.

Ainda no Extremo Oriente assistimos à transferência do exercício da soberania em Hong-Kong, no respeito pelos tratados livremente subscritos pelas potências envolvidas. Creio que nos devemos regozijar por uma transição pacífica, que continue a garantir a estabilidade daquele território e a respeitar a especificidade do modo de vida da sua população.

Continuamos a trabalhar com a República Popular da China, dentro da maior normalidade e de uma forma profícua, para que a transição de Macau decorra nas melhores condições e no respeito pelos legítimos direitos e desejos da sua população. O desenvolvimento crescente das relações entre a República Popular da China e Portugal são garantia deste comum empenho.

Senhores Embaixadores e Chefes de Missão,

Efectuei, no ano transacto, um conjunto de visitas ao estrangeiro que se revestiram, para Portugal, de um grande significado e alcance, e de que guardo uma recordação indelével.

Por vosso intermédio, desejo reiterar os meus agradecimentos a Sua Excelências os Presidentes da África do Sul, de Angola, do Brasil, da República Popular da China, do Egipto, de Moçambique, da Venezuela, assim como a Suas Majestades a Rainha da Holanda, o Rei de Espanha e o Rei de Marrocos, pela forma tão calorosa como me acolheram e o meu reconhecimento pelo seu empenho pessoal no reforço constante das relações com o meu país.

O convite que me foi dirigido para estar presente na posse do Governo de Unidade e Reconciliação de Angola, e a tão honrosa distinção que me foi feita e a Portugal para participar nas comemorações do Dia Nacional do Brasil, constituem ambos gestos do maior significado e que me tocaram profundamente.

Permitam-me, Excelências, que destaque uma outra visita, pelo seu particular simbolismo: a minha visita ao Tribunal Internacional de Justiça.

Investido com a autoridade que lhe é concedida pelos Estados, o Tribunal traduz, pelo menos na sua finalidade, o princípio de uma jurisdição mundial.

A confiança mútua, o respeito pelo Direito Internacional, o empenho na resolução pacífica dos diferendos, uma correcta

compreensão dos interesses recíprocos, são seguramente os pilares sobre os quais deverá assentar a ordem internacional.
O estabelecimento de uma jurisdição internacional universalmente aceite será porventura, hoje, uma utopia.
Mas estejamos conscientes daquilo que é necessário para garantir a paz, a justiça e o progresso, para reforçar a solidariedade entre os Homens e as Nações.
É com esta confiança que vos renovo os meus votos neste Novo Ano. Que 1998 seja um ano de paz e de progresso para os vossos povos e de bem-estar para os Chefes de Estado que tão dignamente representais.
Muito obrigado.

CAPÍTULO XIII | HOMENAGENS

«Homenagear é querer que a lembrança se renove e o exemplo se fortaleça e perpetue.»

A Francisco Sá Carneiro
e Francisco Salgado Zenha
(Na Sessão Comemorativa do XXI Aniversário da Constituição da República)
Assembleia da República
2 de Abril de 1997

Nem sempre, como hoje sucede, uma cerimónia evocativa é simultaneamente uma honra e uma satisfação profunda para quem nela participa. É que, para além do aniversário da Constituição da República, o que aqui nos traz é um acto de justiça para com os homens a cuja memória prestamos homenagem e sendo um acto de justiça para com esses homens é também um acto de confiança nas instituições criadas pela Constituição de 1976.

Os constituintes de então são credores do nosso reconhecimento. Souberam no respeito pelas regras da democracia ultrapassar, mau grado todas as dificuldades e incidentes do percurso, divergências e contradições. Aceitando o veredicto do voto, construíram uma Constituição que, reflexo dos tempos que então se viviam, manteve ao longo das sucessivas revisões, ditadas pelo evoluir das circunstâncias, o seu esqueleto essencial: a consagração da liberdade e do estatuto de cidadania durante décadas negado aos Portugueses.

Matriz e marco do Portugal Democrático a Constituição de 1976 traduzia as contradições e as esperanças nascidas com a Revolução de Abril. Foi obra de constituintes empenhados sem reservas na construção de um Portugal novo e para quem a democracia era a conquista maior do 25 de Abril.

Democracia que a Constituição consagrou e que, se aqueles que conheceram o gosto amargo da repressão e da ausência de todas

as liberdades medem hoje, no seu dia-a-dia, o significado, a sociedade portuguesa, no seu conjunto, interiorizou como valor natural e inalienável.
Nisso reside, aliás, a melhor prova de que a democracia se foi consolidando ao longo dos anos. A liberdade tornou-se parte do quotidiano dos portugueses e não é mais a lufada de ar fresco que o 25 de Abril trouxe, mas o ar que todos os dias respiramos. Só que, não devemos esquecê-lo, a democracia é um processo que se consolida aprofundando-se através de uma acrescida participação dos cidadãos na vida pública. Não podemos ignorar que, com demasiada frequência, uma certa incultura democrática torna os cidadãos presas fáceis das campanhas que vão sendo desenvolvidas contra as instituições.
E aqui vale a pena chamar a atenção para a necessidade de uma pedagogia democrática que está por fazer e é obrigação de todos nós. É importante e urgente levar junto dos cidadãos e, em particular, junto das escolas, o conhecimento das instituições democráticas, como regra ignoradas e o seu significado como instrumentos de afirmação da cidadania. É um desafio que deixo aos responsáveis políticos e a que, devo reconhecê-lo, também o Presidente da República se não pode furtar. Naturalmente voltarei ao tema na celebração do 25 de Abril aqui também nesta casa.
Senhor Presidente, Senhores Deputados,
Associar a evocação de Sá Carneiro e Salgado Zenha à comemoração do aniversário da Constituição da República é também uma forma de prestar homenagem não só aos que lhe deram corpo, mas aqueles que ao longo dos anos lutaram para que isso fosse possível.
Francisco Sá Carneiro e Francisco Salgado Zenha foram homens de percursos distintos, de ideologias diferentes e de diferentes gerações, portadores de tradições culturais e experiências políti-

cas divergentes, se não opostas, mas ambos marcaram de forma indelével, pela sua coragem e vigor das suas convicções, o processo de consolidação da democracia no pós 25 de Abril e ambos, ainda que por vias e modos diversos, deram um inestimável contributo na luta contra a ditadura.

Sá Carneiro oriundo de um meio conservador, integrado nas esferas dirigentes do salazarismo, foi cultivando a sua resistência no interior das influências que o rodeavam e acabou por entrar na política por opção própria e porque como ele dizia «por muito que se tenha sido educado no descrédito da política é-se forçado a reconhecer que quando se começa a tomar em profundidade consciência da nossa própria existência pessoal e das realidades que nos cercam somos constantemente conduzidos a ela».

Sá Carneiro torna-se assim deputado à Assembleia Nacional, acreditando no «marcelismo» como via para uma mudança do regime. As suas intervenções fizeram história e foram ditadas pela independência e pela coragem com que se manteve fiel aos propósitos que haviam justificado a sua opção.

A experiência durou 3 anos, se tanto, e Sá Carneiro, perdidas as ilusões, renunciou em 1973 ao mandato de deputado, sem no entanto ter renunciado ao combate pela democracia.

Salgado Zenha (ao contrário) foi formado na luta estudantil de oposição ao regime, luta que se tornou insensivelmente, como aconteceu com tantos dos estudantes universitários activos na vida associativa, em luta política pura e simples. Membro do Partido Comunista nos anos 40, será dirigente activo do MUD Juvenil e presidiu em 1944 à Associação Académica de Coimbra. Nos anos 50 afasta-se do Partido Comunista e adere à Resistência Republicana e Socialista, criada em 1955 por Mário Soares, que viria a transformar-se, duas décadas mais tarde e após várias mutações, no Partido Socialista.

São pois dois percursos separados, por vezes opostos, que vão levar depois do 25 de Abril os dois juristas — que, causídicos notáveis, também no foro haviam revelado as suas invulgares qualidades de inteligência — à Assembleia Constituinte, à Assembleia da República e aos Governos da República.
Porém se os percursos foram distintos e as suas posições ideológicas divergiram, algo existia nas suas experiências que os levava a uma concepção da democracia e, em especial, da democracia representativa, que lhes era comum e se traduzia numa prática pautada pelos mesmos valores da frontalidade e da coragem da rebeldia criadora.
Ambos enfrentaram sempre sem tibiezas as dificuldades, cada vez que sentiam em causa os seus valores, recusando as convenções e os oportunismos, que podem tornar fácil uma carreira política mas lhe retiram o único sentido que, para eles, podia ter: o da realização dos projectos em que acreditavam.
Recusando o paternalismo dos ditadores ou a disciplina de clã quando esta fere os ditames da consciência e a independência do pensamento a democracia era para ambos a resolução das divergências através do debate de ideias, o respeito pela opinião do contrário.
Salgado Zenha e Sá Carneiro não eram, honra lhes seja feita, homens de consenso, no que este possa significar de abdicação permanente de princípios e de valores, de negação do confronto de ideias e projectos. Eram sim, homens de convicções, lutando por elas sem cedências a consensos fáceis mas paralisantes, não deixando por isso de ser homens tolerantes e que respeitavam o veredicto do voto como instrumento último para dirimir os conflitos em democracia.
Eram, nesse sentido, representantes por excelência da democracia parlamentar na sua expressão mais elevada e mais capaz de dignificar as instituições.

É pois esta casa o lugar próprio para perpetuar a sua memória e é dever de todos nós honrar o que de saber democrático nos legaram.

Podemos — devemos sem dúvida —, quando se comemora o aniversário da Constituição, interrogarmo-nos se o nosso sistema político e parlamentar tem evoluído por forma a seguir os caminhos que estes homens procuraram que ele trilhasse.

Certamente que nem sempre e nem sempre da melhor maneira. Mas a lição de perseverança que eles também nos deixaram, ensina-nos que está na mão de todos nós, responsáveis políticos ou cidadãos comuns, fazer que o seu curso vá no sentido de uma prática política mais rigorosa, mais transparente, mais fiel aos valores e princípios de que cada qual se diz portador. Valores e princípios que os eleitos submeteram ao sufrágio e que os cidadãos que neles votaram têm o direito de ver respeitados, antes do mais, por quem os assumiu.

Salgado Zenha e Sá Carneiro acreditaram firmemente na importância de uma instituição parlamentar independente, respeitada e olhada pelos cidadãos como um elemento-chave do controlo do executivo e da elaboração das leis. Uma instituição composta por homens livre e responsáveis, acima de tudo, perante aqueles que os elegeram.

É nosso dever, também para com eles, como exemplo que foram de uma luta árdua e difícil pela instauração da democracia, mas, sobre tudo, para com os cidadãos deste país, prosseguir a consolidação dessa democracia e prestigiar as instituições.

Que o sistema político carece de reformas que lhe dêem uma maior transparência, e assegurem o exercício da cidadania é, creio, incontroverso.

Não deve, nem pode, o Presidente da República pronunciar-se sobre a revisão das instituições que está em curso. Isso lhe impõe

o respeito, a que sempre será fiel, pela separação de poderes, e também o respeito pelos que foram mandatados pelo voto para prosseguir essa revisão.
Mas pode e deve o Presidente da República manifestar o seu empenho no aperfeiçoamento das instituições democráticas, que a todos compete, aproximando-as dos cidadãos e fazendo com que estes nelas se reconheçam.
Essa foi afinal, uma das mensagens que Sá Carneiro e Salgado Zenha nos deixaram e também o propósito maior dos constituintes de 1976. Quero por isso publicamente agradecer o que fizeram por nós e por Portugal.

A Manuel Rodrigues Lapa
(No Centenário do seu Nascimento)
Anadia
19 de Abril de 1997

É para mim uma honra e um prazer participar nestes actos que evocam a memória do Prof. Manuel Rodrigues Lapa e lhe prestam homenagem no centenário do seu nascimento. Agradeço o amável convite que me dirigiram para estar convosco.

O monumento agora inaugurado e a placa toponímica com o seu nome tornam mais presente e viva a lembrança do Mestre junto do povo da sua terra, que ele tanto amava. Felicito, por isso, a Câmara Municipal da Anadia e o seu Presidente. Saúdo calorosamente os familiares de Rodrigues Lapa cuja presença dá a esta homenagem um alcance excepcional.

O Colóquio Internacional «Filologia, Literatura e Linguística» constitui uma iniciativa do maior nível científico e significado cultural, que contou com a participação de ilustres especialistas destas matérias e de personalidades do maior relevo, que conheceram e foram amigos de Rodrigues Lapa.

Pode, assim, dizer-se que o Colóquio acolhe, de certa maneira, o fundamental da sua herança afectiva e recebe a lição da vida, da obra e da acção do homenageado, cujas características essenciais são a exigência e o rigor científicos, o cuidado pedagógico, a qualidade de investigação e a capacidade de criar novos conhecimentos, a preocupação ética.

Saúdo, com muito apreço, as Comissões Científica e Executiva do Colóquio, pelo trabalho realizado, e ponho em destaque o

apoio concedido por instituições de índoles diversas, com natural menção das Universidades envolvidas.
Rodrigues Lapa foi um homem de fidelidades: fidelidade à Pátria e à sua terra natal, à Língua Portuguesa e ao seu estudo, à Liberdade e ao Povo, fidelidade a si mesmo e à dignidade que punha em tudo o que fazia.
Era um homem de raiz e de raízes, autor de uma obra notável, erudito e culto como poucos, com uma rara capacidade de abrir os conhecimentos à inovação, torná-los acessíveis sem os simplificar ou desvirtuar, acrescentá-los e fecundá-los com o novo e o actual. A *Estilística da Língua Portuguesa* permanecerá como uma referência exemplar dessas virtudes pedagógicas, que conciliavam a divulgação e a didáctica com o rigor metodológico e o elevado nível científico.
Aquele a quem Vitorino Nemésio chamava «um sábio» era um homem íntegro, vigoroso, inflexível nos princípios, independente nos juízos e opiniões, austero e exacto, corajoso e desassombrado, de «antes quebrar que torcer». Não era uma personalidade fácil nem submissa, mas sabia ser solícito, disponível e era um cultor da amizade, amigo do seu amigo. Era um homem que gostava do que gostava e que detestava o que detestava — afirmando-o frontalmente.
Foi, logo nos primeiros tempos da ditadura, demitido da cátedra, preso, mais tarde exilado. Tudo aguentou estoicamente, sem nunca ceder ou transigir, e reagia com uma dignidade excepcional frente à adversidade.
Depois do 25 de Abril, regressado do Brasil, a sua voz não deixou de interpelar incómoda e polémica.
A sua intervenção cívica e a luta que travou, desde jovem, pela valorização e dignificação da Universidade Portuguesa, razão pela qual foi dela afastado, mantém uma enorme actualidade.

Socialista independente, como sempre se afirmou, democrata defensor de uma cidadania activa e preocupado, até morrer, com o destino do País, apóstolo da valorização cultural do Povo, Lapa foi um português excepcional, um cidadão exemplar, um homem de bem.

Os seus trabalhos sobre a língua portuguesa, as suas origens e sobre os seus vários ramos, nomeadamente o galego e o brasileiro, são modelares e as suas concepções pioneiras tornam-no numa referência intelectual da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Neste centenário do seu nascimento, atentemos no exemplo e estudemos a obra daquele que foi um homem de palavra e da palavra.

Estou aqui, já o disse, com muita honra e muito gosto, a prestar esta homenagem à sua memória. Faço-o pessoalmente e faço-o como Presidente da República, em nome de Portugal.

A António Duarte
(No Dia do Município das Caldas da Rainha)
Caldas da Rainha
15 de Maio de 1997

Permitam-me em primeiro lugar que agradeça à Câmara e à Assembleia Municipal caldenses o convite para presidir às celebrações do dia do município e a distinção com que acabam de me honrar.

Coincidem nesta dia do município circunstâncias que não me não deixam indiferente. Em primeiro lugar, a evocação da personalidade que patrocina a data, a Rainha D. Leonor. Figura de excepção na história de Portugal, a obra desta «princesa perfeitíssima», como lhe chamou o seu cronista, modificou o panorama da assistência na época e projectou-se duradouramente no futuro. As Caldas, justamente da Rainha, são um exemplo vivo dessa capacidade, a um tempo empreendedora e antecipadora, de que D. Leonor deu provas em múltiplos domínios da vida portuguesa.

Em segundo lugar, a homenagem que o município quis prestar a Mestre António Duarte, por ocasião da passagem do seu 85.º aniversário, e à qual tenho o maior gosto em me associar.

Ligam-me, como se sabe, a António Duarte, laços familiares e, por seu intermédio, trechos de memória juvenil a esta cidade onde nasceu. Seria talvez motivo compreensível para justificar esta visita. Mas o lugar que Mestre António Duarte ocupa no panorama artístico português do nosso século foi há muito reconhecido e dispensa bem a admiração familiar (que aliás lhe não é regateada). Acaba de ser exemplarmente analisado por quem de direito, seu par de academia, António Valdemar.

Acresce porém que o reconhecimento que a cidade das Caldas lhe tributa não decorre apenas do orgulho da terra pela projecção do mérito de um dos seus filhos. António Duarte legou à sua cidade um espólio valiosíssimo, na base do qual se ergueu uma instituição cultural, ela própria projectada em múltiplas realizações: simpósios e bienais de arte que rapidamente ultrapassarem fronteiras, outros ateliers-museu que colocam as Caldas no roteiro da grande escultura portuguesa do século XX, uma escola que procura singrar no exigente panorama das artes.
Não se trata pois de exaltar o contributo artístico de António Duarte, mas de valorizar, 13 anos decorridos sobre a sua inauguração, a vitalidade criadora de uma outra obra que concebeu, o Atelier-Museu, onde foram acolhidos os seus desenhos e maquetes, peças de colecção pessoal, correspondência, a biblioteca, e, de mistura com os materiais, os sonhos de um dos grandes operários da arte portuguesa contemporânea.
Quero felicitar vivamente o Mestre António Duarte e os que têm sabido interpretar e desenvolver os seus sonhos, aqui nas Caldas, a partir do Atelier-Museu que tem o seu nome.
As cidades, cujo papel histórico nos processos de modernização é conhecido, suscitam hoje uma crescente preocupação dos responsáveis políticos. Não é apenas a qualidade de vida dos seus habitantes que está em causa, mas também o papel que podem desempenhar na qualificação de uma região e, por extensão, do país. Daí a prioridade que se atribui à definição de políticas exigentes para os centros urbanos, ou seja, um quadro de opções estratégicas que permita definir as oportunidades e mobilizar todos os agentes que intervêm na vida da cidade para as transformações do futuro.
São complexos os desafios que enfrentam: atrair os investimentos necessários para o seu crescimento; dispor de uma rede de

acessibilidades e telecomunicações adequada; proporcionar serviços de qualidade aos cidadãos e às empresas; oferecer emprego e habitação renovados. Por outro lado, os factores qualitativos, ligados à preservação da identidade histórica, à garantia de acesso dos seus habitantes a produtos culturais, e às condições de exercício da cidadania, são determinantes na valorização das cidades num contexto de competitividade alargada

O desenvolvimento exige pois, cada vez mais insistentemente, fixação de recursos que assegurem a formação aos diversos níveis, que acolham a imaginação e a criatividade, que favoreçam a predisposição para a mudança e que conduzam à abertura ao exterior, à curiosidade, ao gosto pela aprendizagem e pela comunicação.

As cidades são o espaço humano adequado para gerar e gerir estas práticas que exigem uma relativa especialização de técnicas e equipamentos, e que se traduzem na criação de um clima favorável à inovação. Um clima propício à inovação repercute-se não apenas no tecido intelectual, mas no tecido produtivo.

As Caldas, que este ano perfaz sete décadas de existência enquanto cidade, não pode descurar esta tarefa, que exige a participação de empresas e associações, Estado e sociedade civil, escolas, autarquias, com a Câmara, naturalmente à cabeça. Como não me canso de dizer, as Câmaras não podem recusar desafios, principalmente os novos desafios da modernidade. Não podem adoptar para o exterior aquele mesmo comportamento que recusam no interior: a lamúria em vez da proposta, a queixa em vez do arregaçar de mangas, a descrença em vez da ousadia, a desconfiança em vez da mobilização de esforços.

Sei que há problemas, repito esta frase com frequência, e registei Senhor Presidente da Câmara, alguns ecos que me fez chegar. E permita-me em jeito de graça, porque já o conheço há muitos

anos, que desconte na sua veemência a aragem dos ventos do calendário que sopram lá do fim do ano… As Caldas tem bons motivos para enfrentar com confiança os reptos da modernidade. Eis um dos pontos do país onde o discurso da esperança não precisa da voz do Presidente da República: Caldas goza de uma posição geográfica vantajosa, certamente valorizada num futuro próximo por um novo eixo viário estruturante, uma área económica dinâmica, uma rede de ensino e formação diversificada, jovem e ainda em expansão, uma imagem externa forte, elites experimentadas.

À entrada deste edifício descerrei uma placa assinalando esta visita e já neste salão nobre foi-me imposta a distinção máxima do concelho. Ao fim de várias dezenas de deslocações a municípios, pode parecer que se trata de um mero ritual.

Asseguro-vos que não é assim. Encaro sempre estes momentos como actos de alto valor simbólico. Não é o Dr. Jorge Sampaio apenas que neles está envolvido, mas o Presidente que é de todos os Portugueses, que está apostado em garantir a coesão nacional e dar voz a todos, independentemente das suas opções partidárias ou outras.

Precisamente porque a Presidência da República é um órgão unipessoal, eleito por sufrágio directo, é que lhe cumpre ser um referencial de unidade, de continuidade e espero também que de proximidade. Não me desviarei deste compromisso.

É bom poder prová-lo aqui nesta cidade na hora de homenagem a António Duarte.

A José de Azeredo Perdigão
(Na Inauguração do Memorial no Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian)
Lisboa
21 de Julho de 1997

Homenagear a memória de quem muito estimámos e admirámos é querer que a lembrança do que foi se renove e o exemplo do que fez se fortaleça e perpetue. É acreditar que a memória prevalecerá sobre o esquecimento e a presença sobre a ausência, pois, como disse André Malraux, a arte é a presença nas nossas vidas daquilo que conseguimos furtar à morte.

Muitas homenagens foram prestadas, em vida e depois que nos deixou, a José de Azeredo Perdigão — das mais públicas e solenes às mais simples e espontâneas. De todas elas, porém, esta que hoje aqui nos reúne é, decerto, das que mais gratas lhe seriam. Isso é evidente para todos e essa evidência é já, em si mesma, muito eloquente e significativa.

Esta homenagem ser-lhe-ia muito grata, antes de mais, porque é feita por iniciativa da Fundação com cuja existência ele confundiu as últimas décadas da sua vida, tornando a acção que por ela e nela desenvolveu em exaltante destino pessoal.

Ao cumprir-se este acto na presença daqueles que foram seus amigos e colaboradores confere-se-lhe a marca do afecto e da gratidão, mais se pondo em relevo a dedicação total de Azeredo Perdigão ao que foi a grande obra da sua vida.

Depois, porque a homenagem tem como lugar da sua realização esta Sede e este espaço que ele tornou num símbolo de cultura e qualidade, de criatividade e inovação, de beleza e conhecimento.

São estas as referências em que ele se reconhecia e é a elas que a sua evocação ficará perenemente ligada.
Mas esta homenagem agradar-lhe-ia sobretudo porque se concretiza numa obra de arte que dá testemunho do nosso tempo e que foi criada por um artista ainda jovem, mas cujo trabalho é reconhecido pela sua originalidade, ousadia e novidade, qualidades que, como sabemos, eram muito apreciadas pelo homenageado. Saúdo Pedro Cabrita Reis e desejo-lhe as maiores felicidades.
A evocação que este memorial faz de Azeredo Perdigão quer representar alguns dos atributos maiores da sua personalidade e da sua acção: a firmeza, a solidez, a permanência, a abertura.
De facto, o dr. Azeredo Perdigão foi um espírito livre e independente, um homem que gostava das coisas belas da vida e que, no essencial, foi fiel às suas convicções e princípios. A longa experiência do Mundo, o trato com homens e mulheres tão diferentes, o conhecimento da relatividade das coisas, a reflexão que foi realizando, deram-lhe uma grande sabedoria que era imediatamente apreendida por quem dele se aproximava. Essa sabedoria era feita de prudência e coragem, perseverança e flexibilidade, argúcia e generosidade, empenhamento e distância.
Foi graças a ela que, na sua vida, enfrentou com estoicismo desgostos e adversidades, glórias e triunfos. Foi com ela que encarou e resolveu tão complexos problemas e tão diversas situações que as mudanças dos tempos e as vicissitudes da história lhe puseram.
De todas as qualidades e atributos que enaltecemos e ilustraram o homem, gostaria, neste lugar e nesta ocasião, de lembrar sobretudo aqueles que tornam o seu exemplo tão vivo e actual. Aberto à diversidade e à mudança, Azeredo Perdigão era uma personalidade vivíssima, um espírito jovem, curioso de conhecer o que não conhecia e de experimentar a novidade.

Homem de uma geração marcada por seguras referências culturais, ele soube, ao longo da vida, evoluir nos gostos e nas concepções, abrir-se ao que aparecia e tinha valor, dinamizar e reconhecer a criatividade e o talento. Tudo isto representava nele um movimento autêntico de abertura e radicava no seu amor pela vida e pela inteligência. Esta é, talvez, a lição mais importante da sua acção e a que mais devemos reter.

Portugal tem para com a sua memória uma enorme dívida de gratidão. Sem a Fundação que Gulbenkian instituiu e a que ele deu forma a nossa paisagem cultural seria bem mais fechada e sem horizonte, sobretudo numa época sem liberdade.

Advogado ilustríssimo, gestor seguro, homem de cultura, a sua vida foi uma vida bem vivida e o que dela nos legou é imenso. Felicito a Fundação Gulbenkian nas pessoas do seu ilustre Presidente e dos seus Administradores, por esta iniciativa. Agradeço o convite que me dirigiram para estar convosco e a que correspondi com muito honra e gosto.

Azeredo Perdigão escreveu um dia que «a arte não é um fruto estável da criação do homem [...], mas uma actividade em constante evolução ou transformação e nisso está um dos motivos do seu grande encantamento».

Estas palavras estão inscritas no átrio do Centro de Arte Moderna que tem o seu nome e constituem também a mais bela legenda para este monumento em que o evocamos.

Saibamos, como ele soube, estar abertos ao tempo e atentos às mudanças, nascidos «a cada momento para a eterna novidade do Mundo», como um dia disse Fernando Pessoa, de quem Azeredo Perdigão foi amigo na juventude e se conservou admirador por toda a vida.

Ao Tiradentes e à Inconfidência Mineira
Ouro Preto
Brasil
7 de Setembro de 1997

Dentro em pouco, ao descer para visitar o Museu da Inconfidência, tenciono recolher-me por instantes para, assim prestar, em silêncio, a minha homenagem ao Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes e seus companheiros.
Presto-lhe essa homenagem, com a mesma convicção e emoção com que a presto àqueles que no seu tempo, em Portugal, lutaram pelos mesmos ideais, contra o regime absolutista, e que com a sua luta e sacrifício, tornaram possível a implantação do liberalismo, a consagração dos Direitos do Homem e de um Estado de Direito democrático.
O Alferes Joaquim José da Silva Xavier é um Herói do Brasil e um Herói de Portugal. A reabilitação histórica da sua figura, feita em boa hora pelo meu antecessor, o Dr. Mário Soares, numa cerimónia, em Lisboa, nas comemorações do dia nacional do Brasil, perante o representante especial do então Presidente Itamar Franco, reconciliou, simbolicamente, Portugueses e Brasileiros com a sua história comum.
Prestar-lhe-ei a minha homenagem sublinhando nela que o seu gesto de então, contribuiu para rasgar um caminho de futuro, com efeitos quer no Brasil, quer em Portugal.
Quero que este meu gesto transporte consigo também uma aposta no futuro. Quero que através dele fique claro que para Portugal a história foi o princípio das nossas relações, não é o seu objecto. E não há nada melhor para assegurar o futuro do que a recon-

ciliação com todas as dimensões do passado que nos é comum. A História não se rescreve, nem nos cabe a nós espiá-la como culpa quando ela se refere a episódios que hoje ferem a nossa sensibilidade e os nossos valores.

Cabe-nos a nós, isso sim, como governantes, ultrapassá-la como barreira. Simbolicamente, pode dizer-se que aqui nasceu o Brasil Independente. Aqui também nasceu o Portugal liberal.

A Herberto de Sousa (Betinho)
(No acto de agraciamento a título póstumo)
Rio de Janeiro
11 de Setembro de 1997

Não conheci pessoalmente o Betinho. E só acompanhei, a espaços largos, o seu percurso depois de ele ter alcançado a notoriedade que o inscreveu como uma referência na vida brasileira e internacional.

Ao decidir atribuir-lhe uma condecoração pensei na notável obra feita e no que nela é símbolo de valores que importa publicamente distinguir.

Ao atribui-la hoje, porém, quero dedicar também esta homenagem, ao homem que antes de ser símbolo já era o homem que símbolo foi. Quero dedicá-la à obra que antes de ser notícia já era a obra que notícia foi. E assim louvar nele, e em todos, os percursos anónimos, invisíveis porque não são notícia, mas realidade porque são obra diariamente feita. Quero que este meu gesto, por isso, possa ficar, para a memória dele, como um tributo a toda a sua vida, e, para os outros, como um estímulo ao empenhamento desinteressado em causas, em princípios e em valores.

Ele dedicou o melhor de si a procurar novos caminhos para a solidariedade, a apelar à sociedade para que olhe para si própria e que encontre, em si mesma, recursos humanos e materiais para que, para além do papel do Estado, ela possa contribuir para minorar o problema da exclusão social. Gostaria, assim, que este meu gesto pudesse ficar também associado a uma homenagem ao trabalho decisivo que em todo o Mundo desempenham as organizações não-governamentais.

Hoje, tenho-o dito no meu país, e defendo-o, naturalmente, como um princípio irrenunciável, não há cidadãos dispensáveis, mas também acho que não há esforços dispensáveis. Todos são precisos e todos têm o seu papel a desempenhar, com o seu trabalho, para que outros não vivam como dispensáveis na sua sociedade.

Estas minhas palavras dirigo-as, por isso àqueles a quem ele dedicou a sua vida e a sua obra, e àqueles que, como ele, felizmente, a continuam, aqui e em tantos outros lados, fazendo do seu esforço um esforço indispensável.

Curvo-me, respeitosamente, perante a sua morte e à vida que para além dela fica ofereço o símbolo deste meu gesto. Espero que ele possa ser um contributo para fazer do seu trabalho um exemplo a seguir.

Esta é uma tarefa sem fim, mas ele contribuiu com o seu esforço para pôr fim a esta nossa convicção fatalista. Ele escreveu com a sua vida o último dia dessa tarefa. Cabe a todos nós que lhe sobrevivemos, no exercício das nossas múltiplas funções, desempenhar o resto da tarefa, assegurar o caminho até esse dia. Foi sua a parte mais difícil: fazer renascer uma esperança.

Eu tenho esperança.

Ao Conde de Barcelona,
Don Juan de Bórbon
(No acto de descerramento do seu busto)
Cascais
19 de Setembro de 1997

É com uma sentida emoção que me associo a esta homenagem singela à memória de Sua Alteza Real o Conde de Barcelona. Em Don Juan de Borbon, aprenderam os Portugueses a admirar e a respeitar um Homem íntegro, dotado de uma riquíssima personalidade, um exemplo para todos quantos lutavam pela liberdade e pela justiça.

Sem alardes inúteis, mas com firmeza, defendeu sempre princípios, nunca cedendo naquilo que considerava essencial para o futuro do seu país. Homem de Estado, soube sempre colocar os interesses de Espanha acima das conjunturas, do seu bem-estar pessoal e das pequenas motivações.

Afável e sorridente, nunca se deixou impressionar por soluções fáceis e soube mostrar-se intransigente na defesa do essencial e do perene: as condições que considerava indispensáveis para que a Espanha se reencontrasse com a democracia e assumisse, por inteiro, o lugar que lhe cabia na Europa.

Nunca a esperança esmoreceu em Don Juan, mau grado todas as vicissitudes. Agiu sempre conforme a sua consciência de homem íntegro lhe ditava e teve a satisfação íntima da realização do seu sonho.

A História deu-lhe razão.

E no momento em que via o seu sonho realizado, soube dar-nos mais uma insigne lição de modéstia, de clarividência política e de sentido de Estado.

Mas, no Conde de Barcelona, tiveram sobretudo os Portugueses um grande Amigo; um Amigo sincero e leal, nos bons e nos maus momentos; um Amigo que nos conhecia como poucos, que nutria por nós um carinho muito especial, um Amigo que muito nos honrou e muito nos sensibilizou com a sua amizade. Que me seja permitida também uma palavra de respeito e de reconhecimento à Senhora Dona Maria de las Mercedes, cuja personalidade e exemplo permanecem também tão vivos entre nós. Peço-lhe, Alteza, que transmita a Sua Mãe o sentido desta homenagem e a admiração sincera, a amizade e o respeito de Portugal pelo Conde de Barcelona.

Esta homenagem que hoje lhe prestamos — nesta terra onde viveu tantos anos, tão perto do mar que tanto amava, onde conheceu grandes alegrias e profundas tristezas —, esta justa homenagem, dizia, testemunha dessa amizade e desse carinho recíprocos, assim como do profundo reconhecimento dos Portugueses pela sua notável acção em prol da democracia e do entendimento fraterno e solidário entre Espanha e Portugal.

A António Poiares Baptista
(No acto de agraciamento)
Coimbra
3 de Outubro de 1997

Começo por cumprimentar os participantes nas Jornadas Internacionais de Dermatologia de Coimbra e, em especial, os representantes das prestigiadas instituições que se associaram na homenagem que aqui nos trouxe hoje.
O Professor Poiares Baptista, já o disseram antes de mim, é uma personagem ímpar de universitário, médico e cidadão.
O seu currículo é vasto: professor da Faculdade de Medicina de Coimbra, titular de lugares de destaque nesta Faculdade, catedrático de Dermatologia, Director dos Hospitais da Universidade, Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, cidadão atento e interveniente em momentos difíceis da nossa vida colectiva.
Mas permitam-me destacar um aspecto que constitui, provavelmente, a razão principal de aqui nos encontrarmos. É que o Professor Poiares Baptista não se limitou a ser médico, o que já não seria pouco, foi e é um Mestre. Criou uma Escola com projecção europeia, dedicou à investigação e ao ensino uma grande parte da sua vida, orientou e incentivou a formação de várias gerações de dermatologistas.
Mas a Universidade Portuguesa vai seguramente continuar a ouvir a sua voz de responsabilidade ética e cultural, de compromisso e de compreensão, de saudável convivência interdisciplinar.
A Saúde e a Medicina, em Portugal, vão certamente reter a mesma voz de responsabilidade ética, de cumprimento escrupuloso dos deveres deontológicos, de dedicação persistente na descoberta,

na partilha e na aplicação do desenvolvimento científico e tecnológico. Princípios, aliás, que deveriam estar presentes na conduta dos diversos protagonistas do sistema de saúde.
Professor Poiares Baptista, agradeço-lhe em nome dos Portugueses e em especial dos doentes que beneficiaram do seu esforço, competência e dedicação ao longo de anos.

A Júlio Resende
(Na Sessão Inaugural
da Fundação «O Lugar do Desenho»)
Gondomar
23 de Outubro de 1997

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, para felicitar afectuosamente o Mestre Júlio Resende pelos seus 80 anos tão cheios de energia, de vivacidade de espírito, de criatividade. Faço-o como amigo e admirador, de há muitos anos. E faço-o como Presidente da República, expressando-lhe o reconhecimento do País pelo muito que tem prestigiado a nossa cultura.

Trabalhador infatigável, homem de rara integridade cívica, professor a quem a Escola e sucessivas gerações tanto devem, grande pintor, Júlio Resende é um exemplo de fidelidade às raízes, aos ideais, às convicções.

A sua obra evidencia uma riquíssima e surpreendente variedade e uma ímpar capacidade de renovação. Nas suas várias épocas e fases, tem marcado o nosso tempo e é uma referência maior da nossa pintura.

É muito feliz e digna de louvor, por isso, a ideia de constituir uma Fundação com o nome e sob a égide de Júlio Resende, destinada a conservar, estudar e divulgar a obra do Mestre e que, ao mesmo tempo, é um lugar aberto à promoção e à divulgação da arte e da cultura.

Os responsáveis por esta iniciativa e aqueles que contribuíram para a sua concretização merecem, nesta hora, o nosso reconhecimento público.

Creio, de facto, não haver melhor prenda para, numa data tão significativa, oferecer a Júlio Resende do que garantir a conti-

nuidade e a valorização daquilo a que ele tem dedicado, com amor, a sua vida.
A defesa e a valorização da nossa cultura passa também por projectos como este, de descentralização cultural, feitos com a participação dos artistas e recolhendo a extraordinária lição das suas vidas e das suas obras. A arte é memória conservada, transmitida, partilhada e retomada.
Agradeço muito o convite que me fizeram para estar aqui hoje convosco. Testemunho renovadamente a Júlio Resende amizade e admiração. Desejo os maiores êxitos à Fundação que, a partir de agora, constitui — importa sublinhar — um lugar de enriquecimento cultural e de homenagem a uma das grandes figuras das nossas artes. Mas homenagem com sentido de renovação e de futuro, como foi sempre timbre da sua atitude intelectual.
A alta condecoração com que, em nome de Portugal, tenho a honra de o agraciar expressa o nosso reconhecimento e o nosso apreço por uma vida, uma obra e uma acção tão exemplares e fecundas.
Parabéns, Mestre Júlio Resende, pelo aniversário e pela Fundação, e obrigado por tudo o que nos tem dado e continua a dar.

Aos Professores
Expulsos da Universidade em 1947
(Na homenagem, por ocasião
do Dia Nacional da Cultura Científica)
Academia das Ciências
Lisboa
24 de Novembro de 1997

Agradeço o convite que me dirigiram para estar presente nesta sessão que encerra o primeiro Dia Nacional da Cultura Científica.

Antes de mais, quero saudar esta ideia de se consagrar um Dia Nacional para a Ciência, com o tão louvável e necessário objectivo de sensibilizar a sociedade, em geral, e cada cidadão para a importância insubstituível e determinante da cultura científica como instrumento para compreendermos o tempo e o Mundo em que vivemos, para desenvolvermos o nosso país e para preparámos o futuro.

Ao querer que esta data esteja ligada à figura de Rómulo de Carvalho — historiador da ciência, divulgador, pedagogo, poeta e membro desta Academia — pôs-se, desde logo, em evidência o espírito humanista que inspirou a criação deste Dia.

A terminar um programa tão interessante e diversificado, que hoje se realizou, lembramos agora, aqui, os professores expulsos, há meio século, da Universidade, por decisão ilegítima e arbitrária de um regime que fez da liberdade de pensamento e do espírito crítico os seus inimigos mais temidos. As circunstâncias em que essa expulsão se deu e o que ela representou para a Universidade portuguesa foram brilhantemente descritas e analisadas pelo Prof. Fernando Rosas, que saúdo e felicito.

Os vinte e um professores demitidos em Junho de 1947, e aqueles outros dois — Bento Caraça e Azevedo Gomes — já antes

atingidos, eram, todos eles, homens de excepcional valor e prestígio científico e académico, cidadãos digníssimos a quem o País e a Universidade muito deviam.

A sua expulsão representou um empobrecimento de nefastas consequências, que se tinha iniciado com as demissões de 1935 e continuou nas décadas seguintes com o elevado número daqueles que foram afastados e discriminados por razões políticas ou obrigados, directa ou indirectamente, a ir e a permanecer no estrangeiro. Para além de um acto violento de injustiça, praticado contra a inteligência e contra a cultura, foi também um acto realizado verdadeiramente contra os interesses fundamentais de Portugal que tanto eram retoricamente invocados a propósito de tudo e de nada. Mas essa expulsão teve ainda um significado mais vasto. Representou a queda reincidente e agravada num estado de coisas que, já no século XIX, Antero de Quental apontava como a causa principal da nossa decadência — a repressão do espírito crítico, experimental, inovador, universalista e moderno e a sua substituição pelo dogmatismo, pela intolerância, pela autoridade *ex cathedra,* pela educação livresca e escolástica, assente num saber cristalizado e inerte.

A homenagem nacional que prestamos aos professores expulsos tem, pois, o sentido de uma reparação e é um gesto simbólico de justiça e de reconhecimento do Portugal democrático que somos e por que eles lutaram. Mas é sobretudo a reiteração expressa da nossa vontade de realizarmos os ideais que inspiraram a sua acção e a sua vida — fazer de Portugal um país moderno, aberto à contemporaneidade, um país em que a educação, a ciência, a cultura e a cidadania sejam, de facto, considerados como condições insubstituíveis de realização individual e colectiva. Mais do que nunca, essas condições constituem hoje objectivos inadiáveis, de uma urgência prioritária.

Com efeito, não é possível viver no Mundo do presente e preparar o do futuro sem cultura científica, que não se esgota nem confunde com o saber científico e técnico especializado. É isso, mas é muito mais do que isso: significa uma atitude nova perante o Mundo, uma vontade de investigar, de compreender e de descobrir, uma abertura à inovação e ao desconhecido, uma exigência de rigor, de relação, de racionalidade, de organização.

Sabemos hoje que a herança do passado só se torna viva se lhe juntarmos o impulso prospectivo do futuro. A esperança que faz com que os homens ajam e lutem por causas e ideais, para além da satisfação dos interesses imediatos e egoístas, assenta na nossa capacidade de criar novos conhecimentos e novas possibilidades de progresso sustentado.

Sabemos também que a complexidade da nossa época e dos problemas que nos põe exige maior informação, mais esclarecimento, mais comunicação, mais participação, mais ciência, mais consciência. O próprio destino das sociedades democráticas depende, em larga medida, disso mesmo. Não podemos aceitar um Mundo ou uma sociedade atravessada por um novo e ainda mais terrível dualismo — de um lado, os poucos que possuiriam tudo, poder, saber, tecnologia, informação, dinheiro, capacidade de decidir, de escolher, de manipular; do outro, os muitos que nada teriam e nada poderiam. Nessa sociedade, que constituíra uma nova e mais perversa versão da profecia de Orwell, não haveria nem liberdade, nem progresso, nem cidadania, nem participação. A cultura e a ciência acabariam por ser submetidas a interesses estranhos, primeiro; ameaçadas e destruídas, depois.

Não podemos também aceitar que as inquietações, dúvidas, perplexidades do tempo levem, tantas vezes com propósitos inconfessáveis, à exploração do irracionalismo mais primário, da superstição mais grosseira, do fanatismo mais agressivo.

A curiosidade pelo novo e pelo diferente, o desejo de explicar, o amor do conhecimento são, desde os gregos, o motor primeiro do nosso processo civilizacional e da nossa definição como civilização de muitas culturas e de muitas racionalidades. A ciência, o método experimental, a observação metódica, a procura da prova, a produção da lei, a organização do conhecimento, a razão crítica marcaram e deram origem a uma nova fase da vida da humanidade, com mudanças radicais em todos os domínios — do particular ao geral, do económico ao social, das instituições aos costumes. Esta Academia é, aliás, depositária dessa memória valiosíssima.

Portugal, que durante o período de ouro da sua história esteve na vanguarda do conhecimento, virou depois as costas ao progresso e à atitude empírica, experimental e crítica, deixando-se decair. Sofremos ainda as consequências desse erro histórico. Mais do que lamentar o passado, importa, todavia, reflectir sobre as lições que nos dá e que nos ajudam a preparar o futuro. Somos hoje um país livre que faz parte de uma comunidade de países que têm a ciência como prioridade. Mas se estamos acompanhados, sabemos que ninguém fará por nós o que só a nós compete fazer. E o que de essencial nos cumpre realizar é preparar as novas gerações para os grandes desafios do nosso tempo, dando-lhes uma educação sólida, uma formação cívica, uma cultura humanista. Só assim se garante a existência de mulheres e homens profissionalmente preparados e de cidadãos activos e participantes. Só assim se asseguram o dinamismo cultural, o progresso científico, a coesão social, o desenvolvimento económico, a solidariedade, o espírito de responsabilidade, a consciência de um destino assumido e partilhado.

Devemos, por isso, ter presente que a ciência exige recursos e meios poderosos. Temos de ganhar consciência de que apostar a

fundo na investigação científica é o investimento a prazo mais rentável, pois é o que mais valoriza o que os países têm de precioso: a capacidade intelectual de criar, de inventar, de descobrir, de realizar.

Ao lembrarmos, neste primeiro Dia Nacional de Cultura Científica, aqueles que foram vítimas do obscurantismo e do arbítrio, é para a frente que olhamos, recebendo deles o testemunho e passando-o às gerações seguintes. Oiçamos, como se estivesse entre nós, Bento de Jesus Caraça:

«Houve quem dissesse um dia que as gerações dos homens são como as das folhas, passam umas e vêm outras. Está na nossa mão o desmentir o significado pessimista desta frase. Só figuram de folhas caídas, para uma geração, aquelas gerações anteriores cujo ideal de vida se concentrou egoisticamente em si e que não cuidaram de construir para o futuro pela resolução, em bases largas, dos problemas que lhes estavam postos, numa elevada compreensão do seu significado humano.»

Esta é a nossa grande responsabilidade. Não tenhamos medo de a assumir integralmente, mesmo que muitos desafios nos pareçam difíceis e que haja ilusões que se desfaçam. Não importa! Porque, como também disse Caraça, «benditas as ilusões, a adesão firme e total a qualquer coisa de grande, que nos ultrapasse e nos requer. Sem ilusão, nada de sublime teria sido realizado, nem a Catedral de Estrasburgo, nem as sinfonias de Beethoven. Nem a obra imortal de Galileu». Ousemos, pois, com rigor, determinação, criatividade, imaginação, preparar o futuro — esta é a mensagem que, neste Dia, quero deixar.

A Arnaldo Sampaio
(No acto de homenagem à sua memória prestada pela Direcção-Geral de Saúde)
Lisboa
11 de Fevereiro de 1998

É com profunda emoção que participo nesta homenagem de antigos e actuais colaboradores da Direcção-Geral de Saúde ao Professor Arnaldo Sampaio, meu pai.
Pretendeu-se uma cerimónia sóbria e limitada àqueles que privaram com meu pai nesta instituição e, por isso, as minhas palavras serão tão só de agradecimento, enquanto filho, e de uma breve reflexão sobre a actualidade de preocupações antigas.
Reli o Livro de Homenagem a meu pai publicado em 1980 e lembrei, com a possível distância afectiva, o seu percurso profissional: médico com consultório em Sintra, médico da Direcção-Geral de Saúde, «Master in Public Health» pela Universidade de Johns Hopkins, nos Estados Unidos da América, Chefe dos Laboratórios de Bacteriologia e Virologia, Inspector Superior de Saúde, Responsável do Instituto Superior de Higiene, Director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Saúde, Director-Geral de Saúde, Professor da Escola Nacional de Saúde Pública.
Mas, provavelmente, houve três momentos na vida profissional de meu pai que, terão, ainda hoje, alguma actualidade e relevância:
O primeiro momento, consequência de uma opção individual determinada, correspondeu ao abandono de uma actividade liberal bem remunerada e tranquila, em Sintra, para se dedicar exclusivamente, ao planeamento, à administração, à investigação e ao ensino em Saúde Pública.
O segundo momento, configura já uma visão estratégica para a Saúde Pública, em Portugal e visava dotar o País de meios para prevenir, conhecer e tratar melhor as doenças.

Desta época — anos 50 e 60 — são bons exemplos o Programa Nacional de Vacinação e a proposta de criação de uma rede nacional de laboratórios públicos.
Finalmente a modernização das estruturas administrativas, de ensino, de investigação e de planeamento da Saúde, com a reestruturação do Instituto Superior de Higiene, a criação do Gabinete de Estudos e Planeamento, as novas competências atribuídas à Direcção-Geral de Saúde, a criação da Escola Nacional de Saúde Pública.
Tudo isto se fez, em diferentes e complexos contextos políticos, com extraordinárias e conhecidas dificuldades, graças à determinação, ao empenhamento e ao apuro técnico de mulheres e homens de várias gerações, alguns aqui presentes. De outros, que nos deixaram, como Gonçalves Ferreira, Laura Ayres, Coriolano Ferreira, Aloísio Coelho, fica-nos o exemplo e a obra. Que esta homenagem se possa estender a todos eles, que têm o seu nome ligado às grandes realizações positivas do nosso Sistema de Saúde, é o meu desejo.
Na verdade melhorou consideravelmente a eficácia do sistema de saúde, que constatamos orgulhosamente na diminuição da incidência de muitas doenças transmissíveis e das taxas de mortalidade infantil e materna.
Porém, as causas de mortalidade e morbilidade são, agora, outras, que exigem do sistema de saúde um conhecimento e avaliação permanente dos resultados, de forma a prevenir e controlar os variados e complexos problemas de saúde dos Portugueses.
Quero, como Presidente da República, acompanhar os sucessos e as dificuldades por que passa a Saúde em Portugal. Terei, por isso, certamente ocasião de constatar a evolução positiva de alguns resultados em Saúde e de conhecer melhor os problemas que subsistem — na equidade, na eficiência, na qualidade do sistema, mas também na investigação, no ensino e na administração.
Esta é, também, a minha obrigação e seguramente uma forma adequada de homenagear quem, há décadas atrás, tinha as mesmas grandes preocupações que aqui, hoje, partilhamos.

CRONOLOGIA

Março 1997
a Março 1998

CRONOLOGIA

Março 1997

Dia 10

¶ Assistiu à estreia da Ópera das Três Obras de Igor Stravinski, Perséphone, Renard e Le Rossignol, no Teatro São Carlos, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, Ahmed Attaf

Dia 11

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas
- o Secretário-Geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva
- o Secretário Adjunto para a Coordenação Económica do Governo de Macau, Vitor Pessoa
- o Embaixador do Brasil em Lisboa, Jorge Bornhausen

Dia 12

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Instituto Nacional de Administração, António Correia de Campos
- o ex-Secretário-Geral da UCCLA, Manuel Pinto Machado
- a Comissária do Pavilhão de Portugal na Expo 98, Simoneta Luz Afonso e o Presidente do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Fernando Rosas
- o Director da Torre do Tombo, José Mattoso

Março 1997

Dia **13**

¶ Almoçou, no Palácio de Belém, com Jornalistas
¶ Presidiu à Sessão de Encerramento das Comemorações dos 150 anos do Grémio Literário, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Associação Portuguesa de Rádios

Dia **14**

¶ Visitou o Comando da Área Ibero-Atlântica (CINCIBERLANT), em Oeiras
¶ Assistiu ao Lançamento do Livro «Timor Leste — Nobel da Paz», na Assembleia da República

Recebeu em audiência:

- o Advogado, Manuel José Homem de Mello
- o Presidente da Cinemateca Portuguesa, João Bénard da Costa
- os Corpos Sociais do Clube de Futebol «Os Belenenses»

Dia **15**

em Viana do Castelo

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do «XII Encontro Nacional das Associações de Pais»
¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do «II Congresso Nacional das Regiões de Turismo»
¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do «1.º Congresso do Vale do Lima»

Dia **16**

¶ Assistiu ao Portugal Open de Golfe, na Aroeira

Dia **17**

¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Prémio Pessoa 97, a João Lobo Antunes, no Palácio de Queluz

MARÇO 1997

Recebeu em audiência:
• a Direcção e os Finalistas do Curso de Relações Internacionais da Universidade Lusíada

Dia **18**

¶ Inaugurou a Exposição «Domingos Sequeira — um português na mudança dos tempos», no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa

Recebeu em audiência:
• o Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante João Ribeiro Pacheco
• o Encarregado de Missão para as questões relativas à organização da CPLP, Américo Madeira Bárbara
• o Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz, António Bagão Félix

Dia **19**

Recebeu em audiência:
• o Secretariado Nacional dos TSD — Trabalhadores Social-Democratas
• o Delegado do ICEP na República Popular da China, Mário Ferreira
• o Professor da Faculdade de Arquitectura, Daciano Costa

Dia **20**

¶ Foi o convidado de honra no almoço-debate promovido pelo Forum de Administradores de Empresas, em Lisboa
¶ Esteve presente na inauguração da Exposição de José-Augusto França, no Museu do Chiado, em Lisboa
¶ Esteve presente no lançamento do Livro «O que é a Ciência», de João Caraça, em Lisboa

Recebeu em audiência:
• o Presidente da Aliança Evangélica Portuguesa, José Dias Bravo

Março 1997

Dia **21**

¶ Presidiu às Comemorações do Dia Mundial da Floresta/Dia da Árvore, na Serra de Sintra

¶ Presidiu à Primeira Sessão dos encontros denominados «Com as artes para servir a Ciência», promovido pela Ordem dos Médicos, no Museu Nacional de Arte Antiga

Dia **22**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço a dirigentes associativos dos anos 60 e 90 e a outros participantes activos no movimento associativo

Dia **23**

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da Ovibeja/97, em Beja

Dia **31**

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César

Abril 1997

Dia **1**

Recebeu em audiência:

- a Confederação Nacional de Agricultores
- o Presidente do Conselho de Administração da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, Tenente-Coronel Costa Brás
- o Embaixador de Portugal no Irão, Marcelo Curto
- o Administrador do Salomon Brothers Bank-London, Peter Midleton
- o Embaixador de Portugal em Pequim, Pedro Catarino
- o Director do Gabinete da Comissão Europeia em Portugal, Charters de Azevedo

ABRIL 1997

Dia **2**

¶ Conferiu Posse ao Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante Nuno Vieira Matias
¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do XXI Aniversário da Constituição da República Portuguesa, na Assembleia da República

Dia **3**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do III Congresso Internacional sobre Toxicodependência — «X Encontro das Taipas», em Lisboa

Dia **4**

em Lisboa

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio sobre Direitos do Homem, em homenagem ao Juiz Conselheiro João de Deus Pinheiro Farinha, no Supremo Tribunal de Justiça

no Porto

¶ Presidiu à Cerimónia de Entrega dos Prémios BIAL 1996; Grande Prémio Bial de Medicina a Tavares Veloso e o Prémio Bial de Medicina Clínica a Mário Coelho e à sua equipa
¶ Inaugurou a 1ª. fase do Museu de Imprensa, Jornais e Artes Gráficas

Recebeu em audiência:

- o Secretário Adjunto para a Educação e Juventude do Governo de Macau, Jorge Rangel
- a Comissária Europeia, Edith Cresson

Dia **7**

¶ Esteve presente na Cerimónia de Lançamento do livro «O Pulsar da Revolução — Cronologia da Revolução do 25 de Abril (1973-1976)», de Boaventura Sousa Santos, Maria Manuela Cruzeiro e Natércia Coimbra, em Coimbra

Abril 1997

Dia **9**, **10** e **11**

Visita a Luanda:

¶ Deslocou-se a Luanda para participar na cerimónia oficial da tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), ocasião em que proferiu um discurso em nome da Troika de Observadores do Processo de Paz de Angola. Foi recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos no Futungo de Belas. Visitou o aquartelamento da CTM 5 e o Centro Cultural Português. Inaugurou a Escola da Praia do Bispo. Ofereceu uma recepção à Comunidade Portuguesa de Luanda.

Dia **12**

¶ Assistiu, no Centro Cultural de Belém, ao concerto da cantora Agnes Baltsa e da Orquestra Sinfónica Húngara, integrado nas Comemorações do 20.º Aniversário da CIMPOR

Dia **14**

Recebeu em audiência:

• o Secretário Adjunto para a Segurança do Governo de Macau, Brigadeiro Manuel Monge

Dia **15**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da conferência sobre «Política Educativa: Construção da Europa e Identidade Nacional», na Assembleia da República

¶ Presidiu ao Conselho de Estado

Recebeu em audiência:

• o Presidente do Banco Comercial Português, Jorge Jardim Gonçalves

• o Embaixador de Portugal em Bucareste, José Augusto Seabra

ABRIL 1997

Dia **16**

¶ Inaugurou a II Bienal de Antiguidades, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Conselho de Administração da Siemens-Portugal
- o Sindicato dos Jogadores de Futebol
- o Governador do Estado de Rhode Island, dos EUA, Lincolm Almond
- o Secretário-Geral do Instituto Europeu de Florença, Antonio Zanardi Landi

Dia **17**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da 10.ª Conferência do Semanário Económico, subordinada ao tema «As grandes mudanças que nos esperam», em Lisboa
¶ Conferiu Posse ao Chefe de Estado Maior do Exército, General Gabriel Espírito Santo
¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Congresso «Desafios em Psicofarmacologia», no Estoril

Recebeu em audiência:

- a Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para Angola, Margaret Anstee
- o Líder do Partido Socialista da Madeira, Mota Torres
- o Embaixador de Portugal em Ottawa, José Duarte de Jesus

Dia **18**

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Popular Democrática da Coreia, Dong Ik Lee
- da Etiópia, Mulegeta Eteffa
- da República Popular do Congo, Pierre Michel Ngimbi
- da República do Benin, André Guy Ologoudou
- da República da Guiné Equatorial, Lino-Sima Ekua Avomo

Abril 1997

em Leiria
¶ Visitou os trabalhos de restauro da Igreja de São Francisco da Ordem Terceira
¶ Inaugurou o novo Edifício Sede da Escola de Música do Orfeão de Leiria, agraciou o Orfeão de Leiria e assistiu a um concerto no respectivo auditório

Dia **19**

no Porto
¶ Presidiu à Sessão comemorativa da «Declaração Universal dos Direitos do Homem», na Fundação Eng. António José de Almeida
¶ Presidiu à Sessão Solene de Inauguração da Casa do Médico

na Curia
¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento do Colóquio Internacional «Filologia, Literatura e Linguística», dedicado a Rodrigues Lapa

em Anadia
¶ Presidiu à cerimónia de inauguração do Monumento a Manuel Rodrigues Lapa

em Santa Maria da Feira
¶ Presidiu ao Concerto comemorativo do 2.º Aniversário do Europarque, no Grande Auditório

Dia **20**

¶ Integrado nas Comemorações do 23.º Aniversário do Dia da Liberdade do Concelho de Almada, assistiu à «Festa Jovem — Movimento e Ginástica»

Dia **21**

no Seixal
¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal do Seixal
¶ Visitou a Escola n.º 5 da Amora

ABRIL 1997

em Setúbal

¶ Visitou a Escola Básica nº. 2 Luisa Todi
¶ Visitou o Instituto Politécnico de Setúbal

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos participantes no Congresso de Jornalistas de Língua Portuguesa

Dia **22**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura da Conferência do Jornal Semanário, na Fundação Calouste Gulbenkian,
¶ Visitou as obras da Expo 98
¶ Concedeu entrevistas a jornais moçambicanos
¶ Conferiu Posse ao Secretário de Estado das Obras Públicas, Emanuel Maranha das Neves
¶ Assistiu ao concerto de Maria João Pires, na Aula Magna da Universidade de Lisboa

Recebeu em audiência:

• o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão

Dias **23** e **24**

Visita a Bruxelas e Mons

¶ Visitou o Comando Supremo Aliado na Europa da OTAN, em Mons, onde pronunciou um discurso por ocasião do «Shapex 97».
¶ Encontrou-se com o Secretário-Geral da OTAN, Javier Solana, a quem ofereceu um jantar na residência do Representante Permanente de Portugal junto da OTAN

Dia **25**

No âmbito das cerimónias do 23.º Aniversário do Dia da Liberdade, em Lisboa:

¶ Presidiu ao Desfile Militar, na Avenida da Liberdade
¶ Presidiu à Sessão Solene comemorativa, na Assembleia da República

em Coimbra:

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Colóquio de Direito Internacional

Abril 1997

Dia **27** a **30**

Visita de Estado à República de Moçambique:

¶ Efectuou uma Visita de Estado à República de Moçambique, a convite do Presidente Joaquim Chissano, que incluiu, para além da capital moçambicana, as províncias de Nampula, Zambézia, Tete e Sofala, tendo-se avistado com os respectivos Governadores. Em Maputo manteve reuniões de trabalho com o Presidente Joaquim Chissano, tendo sido homenageado com um banquete no Palácio da Ponta Vermelha. Discursou perante a Assembleia da República, reunida em sessão solene e avistou-se com os principais dirigentes partidários, assim como com os chefes das bancadas parlamentares. Visitou o Conselho Municipal, a Universidade Eduardo Mondlane, o Centro Cultural Português, a Escola Portuguesa, as instalações em construção do Centro de Produção da TVM e a fábrica de Cimentos de Moçambique. Visitou diversas unidades agrícolas no percurso ferroviário Nacala/Nampula. Visitou a Escola Portuguesa de Quelimane, a Hidroeléctrica de Cahora Bassa e a Universidade Católica da Beira. Ofereceu recepções às Comunidades Portuguesas em Maputo, Nampula, Quelimane, Songo e Beira.

Maio 1997

Dias **1** a **3**

Continuação da visita de Estado à República de Moçambique

Dias **4** a **6**

Visita ao Cairo:

¶ De regresso de Moçambique, efectuou uma visita ao Cairo, tendo-se encontrado com o Presidente Hosni Mubarak e com o Presidente da Autoridade Nacional da Palestina, Yasser Arafat. Visitou a Sede da Liga Árabe onde se avistou com o seu Secretário-Geral, Abdel Meguid

MAIO 1997

Dia **7**

¶ Proferiu uma conferência na Sessão Especial
do «Seminário Internacional Europa Social», em Lisboa
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar,
em honra de Jacques Delors

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Associação do Tratado do Atlântico Norte, Embaixador Alfred Cahen
- o ex-Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda
- o enviado do Primeiro-Ministro do Japão, Keizo Obuchi
- o Secretário-Geral da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, Jorge Sá Borges

Dia **8**

em Alcanena:

¶ Depôs uma coroa de flores no Monumento
aos Fundadores do Concelho
¶ Presidiu ao Desfile Etnográfico com a participação
das Freguesias do Concelho
¶ Visitou o Centro Tecnológico das Indústrias de Couro

Dia **9**

¶ Esteve presente na sessão que assinalou o 1000.º Transplante Renal,
no Hospital da Cruz Vermelha, em Lisboa
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço, em honra
do Embaixador cessante de Israel, Benjamim Oron

Recebeu em audiência:

- a UDP-União Democrática Popular
- a Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Maria Alzira Seixo
- o Comissário de Estado para a Ciência e Tecnologia da República Popular da China, Song Jiang
- o Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante Vieira Matias

Maio 1997

Dia **11**

na Moita

¶ Presidiu à Sessão Inaugural da Biblioteca Municipal, Bento de Jesus Caraça

Dia **12**

¶ Esteve presente na Sessão de Lançamento do Livro «O Ouro e o Sonho» de Urbano Tavares Rodrigues, em Lisboa

¶ Presidiu ao Jantar de Gala da Câmara do Comércio e Indústria Luso-Francesa, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Berna, Pedro Alves Machado

Dia **13**

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

¶ Assistiu ao Lançamento do Livro «Lágrima do Mar» de João Coelho dos Santos, em Lisboa

¶ Proferiu uma conferência no Curso «A Advocacia nas Instâncias Internacionais», organizada pela Ordem dos Advogados, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- uma Delegação de Directores de Escolas Chinesas de Macau
- o Professor da Universidade de Évora, Manuel Melo e Mota

Dia **14**

¶ Visitou, no Palácio Nacional da Ajuda, a Exposição «Tempo Real»

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço à Comissão Coordenadora dos Institutos Politécnicos

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar, a investigadores portugueses

Recebeu em audiência:

- as Direcções das Associações Académicas do Ensino Superior
- a Direcção da Associação Industrial Portuguesa
- o Embaixador do Japão em Lisboa, Masaaki Kuniyasu

Maio 1997

Dia 15

¶ Inaugurou a Exposição «Memórias Árabe-Islâmicas em Portugal», em Lisboa
¶ Foi o convidado de Honra do Dia do Município das Caldas da Rainha, onde prestou homenagem ao escultor António Duarte
¶ Visitou a Exposição «Retrospectiva de Paula Rego», no Centro Cultural de Belém
¶ Presidiu ao Jantar de Gala Comemorativo do 20.º Aniversário da Câmara do Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa, no Palácio Nacional de Queluz

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, João Salgueiro

Dia 16

¶ Presidiu à Sessão Solene, na Assembleia da República, da entrega do Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa, ao ex-Presidente do Chile, Patricio Aylwin, e à Presidente da Irlanda, Mary Robinson
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra dos galardoados com o Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa

Recebeu em audiência:

- o Escritor norte-americano, Arnold Cohen
- o Ministro do Interior de Marrocos, Driss Basri

Dia 17

em Alenquer

¶ Presidiu à Sessão Inaugural da Biblioteca Municipal

em Sintra

¶ Presidiu à Cerimónia de Inauguração do Sintra Museu de Arte Moderna

Maio 1997

Dia **18**

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento da Acção de Formação para a Democracia em Timor Leste, em Lisboa
¶ Foi o convidado de honra de um jantar na Embaixada do Chile

Recebeu em audiência:
• o Prémio Nobel da Paz 96, José Ramos Horta

Dia **19**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço aos Reitores das Universidades Públicas
¶ Presidiu à inauguração do Forte de S. Francisco Hotel, em Chaves

Dia **20**

em Paços de Ferreira
¶ Presidiu à Cerimónia de Inauguração do edifício dos Paços de Concelho
¶ Inaugurou o Monumento ao Móvel
¶ Inaugurou a 1.ª Exposição do Museu Municipal de Paços de Ferreira — «Ferramentas para um Museu»
¶ Inaugurou a Exposição Nacional de Municípios, comemorativa dos 20 Anos do poder Local Democrático, na Exponor, em Santa Maria da Feira

Dia **21**

¶ Visitou a Base Aérea do Montijo e o Campo de Tiro de Alcochete
¶ Agraciou, no Palácio de Belém, o Professor Universitário, Viriato Soromenho Marques e o Empresário, Manuel Teixeira de Abreu
¶ Ofereceu, no Palácio Nacional de Queluz, um jantar em honra do Nobel da Paz 96, D. Ximenes Belo

Recebeu em audiência:
• o Delegado do ICEP no Brasil, José Carlos Megre

MAIO 1997

Dia **22**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra da Embaixadora cessante da Suécia, Kerstin Asp-Johnsson
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra das personalidades que apoiaram a Exposição «Os Presépios de Belém — O Natal e a Arte»

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Bundesrat e Ministro do «Land» Baden-Wurttemberg, Erwin Teufel
- o Embaixador de Portugal em Ancara, José Stichini Vilela
- o CDS-Partido Popular

Dia **23**

em Portalegre

¶ Presidiu à Sessão Solene em sua honra, nos Paços do Concelho
¶ Presidiu à cerimónia de atribuição da Medalha de Ouro de Mérito Municipal aos Presidentes da Câmara Municipal de Portalegre depois de 25 de Abril de 1974, no âmbito das comemorações dos 20 anos do Poder Local Democrático
¶ Assistiu à cerimónia de assinatura do Protocolo de Geminação de Portalegre com a cidade marroquina de Sale e à ratificação do Protocolo de Geminação de Portalegre com S. Vicente, em Cabo Verde

Dia **24**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço a dirigentes comunistas europeus, presentes no Comício Internacional do Partido Comunista Português

Dia **26**

¶ Assistiu ao lançamento do livro de José Cardoso Pires, «De Profundis, Valsa Lenta», em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- o Presidente da Federação Portuguesa de Golfe, Mário Marques Pinto

Maio 1997

Dia **27**

¶ Conferiu Posse, no Palácio de Belém, aos Vogais das Ordens Honoríficas Portuguesas: Antigas Ordens Militares, Ordens Nacionais e Ordens de Mérito Civil
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra dos membros dos Conselhos das Ordens Honoríficas Portuguesas

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Maputo, Rui Brito e Cunha
- o Presidente da «ELO» — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação, Luís Sousa de Macedo
- o Ministro das Comunicações do Brasil, Sérgio Mota

Dia **28**

¶ Visitou a Exposição «O Engenho e a Arte», na Fundação Calouste Gulbenkian

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Comité Olímpico Português,Vicente Moura
- o Presidente da Fundação do Desporto, Nobre Ferreira
- o Comandante Supremo Aliado da Europa (SACEUR), General George A. Joulwan
- o Presidente da Conferência Consultiva do Povo Chinês, Li Ruihuan

Dia **30**

¶ Foi convidado de honra dos «III Encontros da Arrábida», no Convento da Arrábida
¶ Almoçou, no Palácio Nacional de Queluz, com os membros do Conselho do Atlântico Norte
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um Porto de Honra aos intervenientes na conferência «Encontros com a Europa»
¶ Assistiu à estreia do espectáculo do Grupo Moçambicano Gungu, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Comissário Europeu, Erkki Liikanen
- o Presidente do Parlamento Europeu, José María Gil-Robles

JUNHO 1997

Dia 1

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Criança
¶ Recebeu no Palácio de Belém alunos de escolas da Região Autónoma da Madeira e de escolas da região de Lisboa, tendo em seguida efectuado com os alunos um passeio fluvial no Tejo

Dia 2

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 76th Internacional Olive Oil Council — (Conselho Oleícola Internacional), no Centro Cultural de Belém
¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional
¶ Assistiu à representação da Ópera «Os Troianos» de Berlioz-Teatro, no Teatro Nacional de São Carlos

Recebeu em audiência:
• o Governador Civil de Braga, Pedro Bacelar Vasconcelos
• a Presidente da Associação das Mulheres Empresárias, Fernanda Pires da Silva
• a Direcção da Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente

Dia 3

¶ Assistiu ao Lançamento do Livro de Mário Ventura, «A Revolta dos Herdeiros», em Lisboa
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar, em honra da Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento da Língua Portuguesa

Recebeu em audiência:
• o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
• a Emigrante, Aurora Espírito Santo Abrantes, residente nos EUA, no âmbito do «Programa Portugal no Coração», promovido pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
• o Bispo de Huambo, Dom Francisco Vitti
• a Actriz, Maria de Medeiros e os Produtores da «Mutante Filmes»

Junho 1997

Dia **4**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço ao Presidente da Assembleia da República e aos Presidentes dos Grupos Parlamentares
¶ Presidiu à cerimónia de Entrega dos Prémios Gazeta, em Queluz

Recebeu em audiência:

- o Governador de Macau, General Rocha Vieira
- o Ministro da República para os Açores, Mário Pinto

Dia **5**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do II Simpósio Europeu de Nutrição em Pediatria, em Queluz
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do paleontólogo, Stephen Jay Gould
¶ Presidiu à entrega da «Placa de Ouro», do Instituto das Novas Profissões, a Miguel Torga (Título Póstumo), Sophia de Mello Breyner e Manoel de Oliveira

Recebeu em audiência:

- a Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo

Dia **6**

¶ Visitou os Estabelecimentos Prisionais do Porto (Custóias) e de Santa Cruz do Bispo
¶ Assistiu a um concerto, pela Orquestra Clássica do Porto, na Igreja de Almendra, em Figueira de Castelo Rodrigo

Dias **7** e **8**

Jornada da Interioridade

Dia **7**

Visita a Foz Côa

¶ Na companhia do Rei de Espanha, D. Juan Carlos I e do Director-Geral da UNESCO, Frederico Mayor,

JUNHO 1997

visitou o Parque Nacional de Fôz Côa e os Arquivos Históricos de Espanha, em Simancas, participando depois num jantar oferecido em sua honra, em Tordesilhas, pelo Presidente do Governo Regional de Castela-Leão.

Dia **8**

em Alcanizes

¶ Presidiu, com o Rei de Espanha, às Comemorações do 700.º aniversário do Tratado de Alcanizes, em cerimónia realizada no «Ayuntamiento» desta cidade. Avistou-se com responsáveis e especialistas portugueses e espanhóis de desenvolvimento regional e cooperação transfronteiriça, participando igualmente num almoço oferecido em sua honra pelo Presidente da Câmara e Concelho Municipal de Alcanizes

no Parque Natural de Montesinho

¶ Visitou o Centro de Convívio Abade Baçal

¶ Visitou Rio de Onor, onde manteve um encontro com as Associações Locais de Produtores

¶ Visitou o Museu Rural, na Aldeia de Palácios, onde se encontrou com os Presidentes das Juntas de Freguesia do Parque Natural de Montesinho

Dia **9** e **10**

No âmbito das comemorações do Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas

Dia **9**

em Chaves:

¶ Presidiu à Sessão Solene na Câmara Municipal de Chaves

¶ Presidiu à Sessão Inaugural da «Exposição de Artistas Transmontanos», no Museu da Região Flaviense

¶ Presidiu ao concerto, pelo Coro da Fundação Calouste Gulbenkian, na Igreja Matriz de Chaves

¶ Esteve presente no Arraial Popular, com actuação das Bandas de Música do Concelho de Chaves, no Largo das Caldas

Junho 1997

Dia **10**

¶ Recebeu apresentação de cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Jardim do Castelo
¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, no Pavilhão Gimnodesportivo de Chaves
¶ Ofereceu um jantar, no Vidago Palace Hotel, em honra do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa
¶ Assistiu a um espectáculo musical com Luís Represas, no Forte de São Neutel, em Chaves

Dias **11, 12, 13, 14** e **15**

Continuação da Jornada da Interioridade

Dia **11**

em Boticas

¶ Presidiu à Sessão Solene de Boas-Vindas, no Coreto do Largo, em Boticas
¶ Visitou a Exposição de Arte Sacra, assinalando os 75 anos da Diocese de Vila Real
¶ Visitou as futuras instalações da Biblioteca Municipal
¶ Inaugurou a Central de Camionagem de Boticas

em Vila Pouca de Aguiar

¶ Inaugurou as Piscinas Municipais

em Macedo de Cavaleiros

¶ Visitou a Praia Fluvial de Macedo de Cavaleiros

Dia **12**

em Gouveia

¶ Visitou a Biblioteca Vergílio Ferreira
¶ Visitou o Bairro do Tourel, onde vivem várias famílias que beneficiam do Rendimento Mínimo Garantido
¶ Foi o convidado de honra do almoço oferecido pelo Presidente da Câmara Municipal de Gouveia

JUNHO 1997

em Arcozelo
¶ Visitou o Centro de Saúde de Arcozelo da Serra

em Seia
¶ Visitou o Centro de Emprego e Formação Profissional, onde manteve um briefing com os responsáveis do Centro

Dia **13**

Em Idanha-a-Nova
¶ Presidiu ao Colóquio sobre o tema «Perspectivas de Desenvolvimento do Interior», no Centro Cultural Raiano
¶ Presidiu ao almoço oferecido em sua honra, pelo Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova

em Ponte de Sôr
¶ Visitou a empresa «DELPHI-INLAN, SA — Indústria de Componentes Mecânicos (GM — Holding Portugal)»

Dia **14**

em Campo Maior
¶ Visitou a Herdade da Godinha
¶ Visitou a empresa «Pata Negra — Carnes Ibéricas»
¶ Visitou a empresa «Nova Delta» e o Museu do Café

em Serpa
¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento da Conferência «PME's e Artesanato», no Cine-Teatro

Dia **15**

no Alandroal
¶ Visitou a Câmara Municipal
¶ Visitou o CECAL — Centro de Estudos do Concelho do Alandroal
¶ Visitou o LARESCO — Lar Escolar

Junho 1997

em Monsaráz
¶ Visitou a Igreja de Santiago, a Sala do Fresco do Museu de Arte Sacra, a Igreja Matriz, o Castelo, a Fortificação Exterior e a Porta da Cisterna

em Reguengos
¶ Visitou a Olaria José Cartaxo, em São Pedro do Corval, onde se encontrou com os Oleiros da Vila
¶ Visitou a TEAR — Associação Regional de Artistas Plásticos e Artesãos

em Reguengos de Monsaráz
¶ nos Paços do Concelho teve um encontro com a Comunicação Social
¶ Assistiu, no Largo da Câmara Municipal, a uma Festa Popular

Dia **17**
¶ Presidiu à Sessão Inaugural do prolongamento da pista do Aeródromo Municipal de Cascais, em Tires
¶ Visitou a Exposição «Arquivos da Pide», na Torre do Tombo
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção, aos participantes da 2.ª Convenção Internacional «Forum da Lusofonia»

Recebeu em audiência:
• o Director do Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência, Georges Estievenart
• o Ministro da Defesa da Roménia, Victor Babiuc

Dia **18**
¶ Recebeu, no Palácio de Belém, Alunos da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Gondomar, no âmbito do programa «Gondomar sabe Voar»
¶ Ofereceu um Jantar, no Palácio de Belém, em honra dos Conferencistas do Seminário *«Droga — Situação e Novas Estratégias»*

Recebeu em audiência:
• o Secretário Adjunto do Governo de Macau para a Coordenação Económica, Vitor Pessoa
• a Direcção da Confederação do Desporto de Portugal

JUNHO 1997

• o Director-Geral do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares, António Monteiro Portugal
• o Embaixador da Finlândia em Lisboa, Dieter Vitzthum
• o Embaixador da Irlanda em Lisboa, Eamonn Ryann

Dia **19**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário «*Droga — Situação e Novas Estratégias*», no Centro Cultural de Belém
¶ Assistiu, no Campo Pequeno, à Corrida de Toiros da Associação dos Aposentados e Reformados da RDP — Radiodifusão Portuguesa

Dia **20**

¶ Embarcou na Fragata «Álvares Cabral», com o fim de tomar contacto directo com a actividade operacional desenvolvida pela Marinha

Dia **21**

¶ Assistiu, no Palácio Nacional de Queluz, ao Concerto comemorativo do seu 250.º aniversário

Dia **22**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 8.º Congresso da Secção Europeia da Federação Internacional de Cirurgia Plástica, Reconstrutiva e Estética, no Centro Cultural de Belém

Dia **23**

Recebeu em audiência:
• uma Missão Empresarial da República Popular da China a Portugal
• uma Delegação de cidadãos americanos de ascendência portuguesa, acompanhados pelo Presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo, Gabriel Costa

no Porto
¶ Presidiu à Sessão Solene de Apresentação da «Academia dos Jovens Empresários», na Sede da Associação dos Jovens Empresários

Junho 1997

¶ Esteve presente num jantar oferecido em sua honra pela Câmara Municipal do Porto, embarcou no navio «Princesa do Douro» de onde assistiu a um espectáculo de fogo de artifício e participou nos festejos populares do São João

Dia **24**

em Guimarães

¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do 24 de Junho — Dia Um de Portugal
¶ Inaugurou o Monumento à Mulher
¶ Presidiu à Cerimónia de Lançamento da primeira pedra do futuro Parque de Lazer da Cidade de Guimarães
¶ Esteve presente, na Pousada de Santa Marinha da Costa, num jantar oferecido em sua honra, pela Câmara Municipal de Guimarães

Dia **25**

¶ Concedeu, no Palácio de Belém, uma entrevista à CCTV (Televisão Chinesa)
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço ao Representante Permanente da Missão de Timor-Leste, Fernando Neves
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar aos membros da Associação da Imprensa Estrangeira em Portugal

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Revista Luso Africana de Direito

Dia **26**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do II Forum da Cooperação e Solidariedade AMI, na Feira Internacional de Lisboa
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço, ao Presidente da Assembleia da República e à Comissão Parlamentar de Defesa

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal na Coreia, Fernando Ramos Machado
- o Presidente do Instituto do Mar e responsável pelo Laboratório Marítimo da Guia, da Faculdade de Ciências de Lisboa, Luís Saldanha

JUNHO 1997

Dia **27**

¶ Presidiu à Inauguração do Quality Hotel do Caramulo, no Caramulo

Dia **28**

¶ Ofereceu uma recepção, no Palácio de Belém, aos Colegas de Curso da Faculdade de Direito de Lisboa

Dia **30**

¶ Presidiu à Sessão Inaugural da «Festa da Língua Portuguesa», em Sintra

Recebeu em audiência:

- o ex-Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Pedro Pires
- o Presidente do Chicago Council on Foreign Relations, John Rielly
- o Chefe de Estado Maior do Exército, General Gabriel Espírito Santo
- a Direcção da Associação Sindical dos Juízes Portugueses

JULHO 1997

Dia **1**

¶ Assistiu à estreia do espectáculo «Pásion Gitana» de Joaquim Cortés, no Centro Cultural de Belém, assinalando o início de actividade do Banco Central de Investimento

Recebeu em audiência:

- o Secretário-Geral e Membros do Secretariado Nacional da Juventude Socialista
- o Presidente, Secretário-Geral e Presidente da Mesa do Congresso da Juventude Social- Democrata
- os Membros da Comissão Política Nacional da JC — Gerações Populares
- os Membros da Comissão Política da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa
- os Membros da Comissão Política Executiva Nacional, da Juventude do Partido Ecologista «Os Verdes»

Julho 1997

Dia **2**

Recebeu em audiência:

- o Partido Comunista Português
- o Governador do Banco de Portugal, António de Sousa

Dia **3**

¶ Assistiu ao espectáculo de Fernando Tordo, de apresentação do seu novo álbum «Peninsulares», em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Mayor e a Vice-Mayor de São José da Califórnia nos Estados Unidos da América, Susan Hammer, e Margie Fernandes
- o Embaixador de Portugal em Lima, Rui Félix Alves
- o Pintor Moçambicano, Malangatana Valente Ngweya
- a Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Diana Adringa

Dia **4**

No âmbito da Visita a Instituições de Solidariedade Social, em Matosinhos

¶ Visitou a Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual, na Freguesia de Lavra, o Centro de Apoio à Terceira Idade de São Mamede da Infesta, e a Casa do Caminho, na Vila da Senhora da Hora

¶ Assistiu à representação da Operama «Aida», de Guiseppe Verdi, no Estádio Nacional do Jamor

Dia **5**

¶ Presidiu à cerimónia de entrega do Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores, a Augusto Abelaira, em Tróia

¶ Presidiu à Gala Comemorativa dos 250 Anos, do Palácio Nacional de Queluz, assistindo ao concerto pela Orquestra Metropolitana de Lisboa

JULHO 1997

Dia **6**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do XVII Congresso Internacional de História da Cartografia, em Lisboa

Dias **6** a **10**

Deslocação a Florença e Veneza

¶ Deslocou-se a Florença para visitar as exposições «O Modernismo em Portugal — Arte e Sociedade no tempo de Fernando Pessoa» e «Fotografias de Lisboa». Avistou-se com o Presidente da Província de Florença e com o respectivo Presidente da Câmara Municipal, que ofereceram, respectivamente, um jantar e um almoço em sua honra. Visitou a Bienal de Veneza e a Exposição do pintor Julião Sarmento integrada neste certame. Avistou-se com o Presidente da Câmara Municipal de Veneza.

Dia **10**

¶ Presidiu, à Sessão Solene de Investidura de novos Sócios Honorários da Academia das Ciências de Lisboa: Cardeal Dom António Ribeiro, Ferrer Correia e Mário Soares

Dia **11**

¶ Concedeu uma entrevista ao Jornal «USA Today»

¶ Presidiu à Sessão Solene das comemorações do 350.º Aniversário da Engenharia Militar Portuguesa, em Lisboa

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção em honra dos participantes na reunião do Conselho Federal do Movimento Europeu

Dia **13**

¶ Visitou a Fundação Convento da Orada, onde presidiu à Sessão Inaugural da «Orada Hansa Artistica — 1997», em Monsaraz

Dia **14**

Recebeu em audiência:

- o Governador de Macau, General Rocha Vieira

Julho 1997

Dia 15

Recebeu em audiência:

- a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — IN
- a União Geral dos Trabalhadores

Dia 16

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Eslovaca, Pavel Hrmo
- da República da Argentina, Jorge Cayetano Zain Asis
- da Irlanda, John O. Burke
- do Estado de Israel, Yehiel Yativ

¶ Ofereceu, no Palácio da Ajuda, um jantar em honra de Hilary Clinton

Recebeu em audiência:

- a Confederação da Indústria Portuguesa
- a Confederação dos Agricultores Portugueses
- a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

Dia 17

Recebeu em audiência:

- o Secretário Adjunto do Governo de Macau para as Obras Públicas, Alves Paula
- o Arquitecto espanhol Antoni de Moragas
- o Embaixador de Portugal na Zâmbia, Francisco Falcão Machado
- a Direcção do Lisbon Sports Clube
- o Embaixador de Portugal na Argélia, Eduardo Farinha Fernandes

Dia 18

¶ Presidiu a uma Sessão Solene da Assembleia da República evocativa do 3.º Centenário da morte do Padre António Vieira

¶ Concedeu uma entrevista ao «Washington Times», no Palácio Belém

¶ Visitou a Exposição «Raul Chorão Ramalho — Arquitecto», na Casa da Cerca, em Almada, tendo agraciado Chorão Ramalho

JULHO 1997

Dia 19

¶ Presidiu à Sessão Solene do Congresso Nacional da Confederação Nacional das Associações de Família, no Fundão
¶ Presidiu à cerimónia de Abertura das IV Jornadas Olímpicas da Juventude Europeia, em Lisboa

Dia 20

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento das «VII Jornadas de Timor-Leste», no Porto

Dia 21

¶ Presidiu à Cerimónia de Inauguração do Monumento em Homenagem a Azeredo Perdigão, na Fundação Calouste Gulbenkian

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Câmara Municipal da Maia e a Comissão Executiva dos «Eventos Maia — Século XXI»
- o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Alberto Sampaio da Nóvoa
- a Direcção da Fundação Rei Afonso Henriques
- o Embaixador do Sultanato de Omã, em Lisboa, Munir Abdulnabi Makki
- o Presidente da União Democrática Timorense, João Carrascalão

Dia 22

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata
- o CDS-Partido Popular
- o Partido Comunista Português
- o Partido Ecologista «Os Verdes»

Julho 1997

Dia 23

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República da Zâmbia, Isaíah Zimba Chabala
- da República do Zimbabwe, Joey Nazoorde Bimha
- do Reino do Lesoto, Banjamin Masilonyane Masilo
- da República Socialista do Vietnam, Nguyen Chien Thang
- da República das Maurícias, Marie France Roussety
- da República da Bielorrúsia, Vladzimir Lyavonavich Syanko

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Tribunal de Contas, Alfredo José de Sousa
- o Director do Jornal «O Expresso», José António Saraiva
- o Presidente da TERTIR, Armindo Rodrigo Leite
- o Administrador da Fundação Centro Rafael del Monte Tabor, Monsenhor Charles Vella

Dia **24**

Recebeu em audiência:

- o Activista pró-Timor Leste, James Dunn
- a Direcção do Hockey Clube de Sintra
- o Presidente do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, José Manuel Tribolet

¶ Presidiu ao jantar comemorativo do Dia do Exército, em Évora

Dia **25**

¶ Presidiu às cerimónias comemorativas do Dia das Forças Armadas e do Exército, em Évora

Dia **26**

¶ Visitou a Feira Nacional de Artesanato de Vila do Conde

Dia **27**

¶ Assistiu às óperas «Il Trittico» de Puccini, no Teatro de São Carlos, em Lisboa

JULHO 1997

Dia **28**

¶ Entregou o Prémio Fernando Namora, a Mário de Carvalho, em cerimónia realizada no Casino do Estoril

Recebeu em audiência:

• uma Delegação conjunta do GEOTA — Grupo de Estudos e Ordenamento do Território e Ambiente, da LPN — Liga para a Protecção da Natureza e da QUERCUS — Associação Nacional de Conservação da Natureza

Dia **29**

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

Dias **29, 30** e **31**

Viagem à República da África do Sul:

¶ Deslocou-se à República da África do Sul a convite do Presidente Nelson Mandela, com quem manteve conversações sobre Timor-Leste.

Ofereceu uma recepção na Residência do Embaixador de Portugal em Pretória a representantes da Comunidade Portuguesa na República da África do Sul.

AGOSTO 1997

Dia **1**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção, em honra dos participantes na Assembleia Extraordinária do Conselho Iberoamericano do Desporto

Dia **9**

¶ Presidiu à Inauguração da IX Bienal Internacional de Arte, em Vila Nova de Cerveira

Agosto 1997

Dia **23**

¶ Visitou a FATACIL 97, em Lagoa

Dia **28**

¶ Concedeu entrevistas a diversos órgãos de Comunicação Social do Brasil

Recebeu em audiência:

- o Presidente do CDS-Partido Popular, Manuel Monteiro
- o Embaixador cessante da Bélgica em Portugal, Jean Coene

Dia **29**

¶ Concedeu uma entrevista ao Jornal «Estado de S. Paulo», no Palácio de Belém

¶ Visitou a Feira de São Mateus, em Viseu

Dia **30**

¶ Presidiu às cerimónias comemorativas do 57.º Aniversário do Hockey Clube de Sintra, em Sintra

Dia **31**

¶ Assistiu ao «Sintra Malibu Pro 97» — Circuito Mundial de Bodyboard e presidiu à cerimónia de entrega dos Prémios, na Praia Grande, em Sintra

Setembro 1997

Dia **1**

¶ Ofereceu um pequeno-almoço, no Palácio de Belém ao Presidente da SONAE, Belmiro de Azevedo

SETEMBRO 1997

Visita a Marrocos:

¶ Deslocou-se a Rabat para se avistar com o Rei Hassan de Marrocos que ofereceu, após um encontro entre os dois Chefes de Estado, um almoço em sua honra

Dia **2**

¶ Concedeu uma entrevista ao Jornal «Correio Brasiliense»

¶ Por ocasião da sua Visita de Estado a Portugal, recebeu no Palácio de Belém, o Presidente da Polónia Aleksanker Kwasniewski e ofereceu, no Palácio Nacional da Ajuda, um jantar em sua honra

Dia **3**

¶ Assistiu ao concerto seguido de recepção, no Palácio Nacional de Queluz, que o Presidente da República da Polónia, Aleksander Kwasniewski ofereceu em sua honra

Dia **4**

¶ Apresentou cumprimentos de despedida, no Palácio Nacional de Queluz, ao Presidente da República da Polónia, Aleksander Kwasniewski

¶ Esteve presente na inauguração da Exposição de Carlos Pinto Coelho, no Museu de Fotografia, em Lisboa

Dias **4** a **14**

Visita de Estado à República Federativa do Brasil:

¶ Efectuou uma Visita de Estado à República Federativa do Brasil, a convite do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que incluiu, para além de Brasília, os Estados Federais de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Manteve reuniões de trabalho com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto, tendo sido homenageado com um banquete no Palácio do Itamaraty. Assistiu, juntamente com o Presidente do Brasil, à parada militar comemorativa do 175.º Aniversário da Independência do Brasil.

Setembro 1997

Encontrou-se com o Presidente do Congresso e discursou perante o Congresso Federal, reunido em sessão solene. Encontrou-se com o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Presidiu, conjuntamente com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, à cerimónia da entrega do Prémio Camões 1997, no Palácio do Itamaraty a Pepetela. Em Ouro Preto prestou homenagem a Tiradentes e visitou o Museu da Inconfidência, onde discursou. Em Belo Horizonte, encontrou-se com o Governador do Estado de Minas Gerais, no Palácio da Liberdade e participou numa cerimónia alusiva ao centenário daquela cidade. Em São Paulo, encontrou-se com o Governador do Estado, tendo sido homenageado com um banquete no Palácio dos Bandeirantes. Presidiu à cerimónia comemorativa do 150.º Aniversário da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência e visitou a Universidade de São Paulo, a Casa de Portugal e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. No Rio de Janeiro, encontrou-se com o Governador do Estado, tendo sido homenageado com um almoço no Palácio das Laranjeiras. Presidiu à cerimónia de assinatura de Protocolos de Cooperação no domínio da Comunicação Social entre Portugal e o Brasil, visitou o Real Gabinete Português de Leitura, o Clube de Regatas Vasco da Gama e o Museu Nacional de Belas Artes. Em Salvador, encontrou-se com o Governador do Estado, tendo sido homenageado com um almoço no Palácio da Ondina. Visitou o Centro Português de Leitura e o Centro Histórico da Cidade. Ofereceu recepções às Comunidades Portuguesas em Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.

Dia **15**

¶ Esteve presente na inauguração do «Centro Colombo», em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Comissão Organizadora da «9.ª Consulta Cristã sobre Timor Leste»

Dia **16**

Assistiu ao Painel «*Meios Humanos, Ambiente, Qualidade de Vida — Referências de Competitividade de Lisboa*», integrado na Conferência Internacional de Lisboa, na FIL

SETEMBRO 1997

Recebeu em audiência:
• o Secretário-Geral da União Latina,
Embaixador Gerardo Cavalcanti
• o Embaixador do Japão em Lisboa, Masaaki Kuniyasu

Dia **17**
¶ Visitou as obras da Ponte Vasco da Gama, sobre o Rio Tejo
¶ Presidiu à XI Reunião Anual da Sociedade Europeia de Cirurgia Cardiovascular, no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:
• o ex-Presidente da Câmara Municipal de Jerusalém, Teddy Kollek

Dia **19**
¶ Presidiu à Cerimónia de Descerramento do Busto do Conde de Barcelona, em Cascais
¶ Ofereceu uma recepção a antigos alunos do Instituto Universitário Europeu de Florença

Recebeu em audiência:
• o Presidente da Comissão Política Regional do PSD dos Açores, Carlos Costa Neves

Dia **20**
¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento da III Assembleia Geral da Organização das Cidades Património Mundial, em Évora

Dia **21** a **24**
Viagem a Barcelona:
¶ Deslocou-se a Barcelona, a convite do Alcaide, Pasqual Maragall. Encontrou-se com o Presidente da Generalitat da Catalunha, Jordi Pujol, que o obsequiou com um jantar no Palau Sant Jordi.
¶ Participou em diversos eventos culturais, designadamente no acto de proclamação dos «Amigos de Barcelona», ocasião em que proferiu um discurso.

Setembro 1997

Dia **25**

¶ Conferiu Posse à Secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto

Dia **26**

¶ Presidiu ao Encerramento do «Forum Vilamoura», em Vilamoura

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Grupo Parlamentar da Frelimo, Armando Ghebuza
- o Embaixador da Roménia, Mihu Miron Biji
- o Embaixador de Portugal em Londres, José Gregório Faria

Dia **27**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Ciclo de Conferências «*O Desafio Europeu: Passado, Presente e Futuro*», no Porto

¶ Presidiu ao Jantar e Baile de Gala da «Festa das Nações», no Porto

Dia **28**

¶ Ofereceu um jantar em honra da Embaixadora cessante dos EUA, Elisabeth Bagley, no Palácio de Belém

Dia **30**

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- do Reino da Dinamarca, Niels Christian Tillish
- dos Estados Unidos Mexicanos, Carlos Almada Lopes
- da República da Filândia, Matti Hakkanen

¶ Por ocasião da Visita de Estado a Portugal recebeu o Rei da Suazilândia, Mswati III, no Palácio de Belém, e ofereceu um jantar, em sua honra, no Palácio Nacional da Ajuda

Recebeu em audiência:

- o Provedor da Justiça, José Menéres Pimentel

OUTUBRO 1997

Dia 1

¶ Ofereceu um almoço, no Palácio de Belém, aos Ministros da República cessantes para os Açores e Madeira, Mário Pinto e Artur Rodrigues Consulado

Recebeu em audiência:

- o Presidente do CDS - Partido Popular, Manuel Monteiro
- o Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Dionísio Mendes de Sousa
- o Presidente da Assembleia Regional da Madeira, José Miguel Mendonça

Dia 2

¶ Recebeu, no Palácio de Belém, o Rei Mswati III, da Suazilândia

Recebeu as Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da República Federal da Jugoslávia, Danilo Vucetic
- do Reino da Bélgica, Claude Misson
- do Reino da Suécia, Karl Olof Krister

Recebeu em audiência:

- os Presidentes dos Parlamentos da África Austral
- o Prémio Nobel da Paz 96, Ramos Horta

Dia 3

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio «*Liberdades, Direitos e Garantias Fundamentais no Constitucionalismo Português de 1822 a 1997*», no Porto

¶ Presidiu à Sessão Solene de Homenagem a Mário Silva, no Museu da Física, na Universidade de Coimbra

¶ Presidiu à Sessão de Homenagem a A. Poiares da Silva, na Faculdade de Medicina, da Universidade de Coimbra

Dia 4

¶ Esteve presente no Acto Inaugural do Grande Órgão da Sé Catedral de Leiria, seguido de concerto pelo organista Franz Stober

Outubro 1997

Dia **5**

No âmbito das cerimónias comemorativas do 87.º Aniversário da Implantação da República:

¶ Depôs uma coroa de flores na Estátua de António José de Almeida, em Lisboa

¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do «5 de Outubro», nos Paços do Concelho de Lisboa

Dia **6**

¶ Ofereceu um almoço, no Palácio de Belém, em honra do ex-Presidente francês, Valéry Giscard d'Estaing

¶ Presidiu ao Conselho de Estado

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra do Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer

Recebeu em audiência:

- a Comissão Executiva do Museu Nacional Ferroviário
- o ex-Presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira

Dia **7**

¶ Recebeu em audiência os novos Ministros da República para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, Alberto Sampaio da Nóvoa e Antero Monteiro Diniz, tendo-lhes em seguida conferido posse, nos respectivos cargos

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Príncipe Filipe da Bélgica

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Forum Mundial da Criança 97, em Faro

Dia **8**

¶ Inaugurou a Exposição «Searas do Porvir», organizada no quadro das comemorações do cinquentenário da fundação do MUD-Juvenil, no Palácio das Galveia, sem Lisboa

¶ Ofereceu, no Palácio de Queluz, um jantar em honra do Príncipe Filipe da Bélgica

OUTUBRO 1997

Recebeu em audiência:
• o Deputado brasileiro, José Lourenço
• o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, Carlos Carvalhas
• o Comissário Europeu, Manuel Marin

Dia 9

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

Recebeu em audiência:
• o Presidente do Grupo Mello, José Manuel de Mello
• o Bastonário da Ordem dos Médicos, Carlos Ribeiro e os Presidentes dos Conselhos Regionais da Ordem dos Médicos

Dia 10

¶ Assistiu ao exercício militar «Lusíada 97» — «VIP Day»
¶ Presidiu ao lançamento do livro «Eco-entrevistas», em Lisboa
¶ Assistiu ao concerto da Orquestra Filarmónica de Berlim, em Lisboa

Recebeu em audiência:
• o Embaixador de Portugal em Bissau, Henriques da Silva
• o Vice-Procurador-Geral Chen Mingshu e uma delegação da Suprema Procuradoria do Povo da República Popular da China
• o Presidente do Senado de Espanha, Juan Ignácio Barrero

Dia 12

¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do 50.º Aniversário do Movimento de Ajuda à Igreja que Sofre, em Fátima

Dia 13

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Lectivo da Faculdade de Medicina de Lisboa, em Lisboa

Outubro 1997

Dias **13** a **16**

Visita a Frankfurt:

¶ Com o Presidente da República Federal da Alemanha, Roman Herzog, inaugurou oficialmente a Feira do Livro de Frankfurt, tendo na ocasião pronunciado um discurso. Procedeu igualmente à inauguração do Pavilhão Português. Teve um encontro com os escritores portugueses presentes em Frankfurt. Visitou as exposições «Arte Portuguesa no Tempo de Fernando Pessoa», «Livro de Viagem — Fotografia Portuguesa 1854-1997», «Hors Texte» (pintura portuguesa contemporânea), «Arquitectura Portuguesa no Século XX», «As Letras Portuguesas no Mundo» e «O Livro de Arte». Assistiu na Alter Oper, a um espectáculo de música portuguesa

Dia **17**

Recebeu em audiência:

• o Presidente do Parlamento Hungaro, Zoltàn Gàl

Dia **18**

¶ Recebeu em audiência, e ofereceu um almoço, no Palácio de Belém, ao Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada

¶ Presidiu ao Jantar Comemorativo do 75.º Aniversário do Lisbon Sports Clube, em Lisboa

Dia **20**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do XXXV Congresso Internacional da Associação de Jornalistas Europeus, em Lisboa

¶ Inaugurou a Exposição «A República e os seus Presidentes», em Lisboa

Recebeu em audiência:

• o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão

Dia **21**

¶ Visitou a Esquadrilha de Submarinos, no Alfeite

OUTUBRO 1997

Dia **22**

¶ Concedeu uma entrevista à Rádio Nacional de Espanha, no recinto da EXPO 98 e, no Palácio de Belém, concedeu uma entrevista à Rádio Renascença

¶ Presidiu à Abertura Solene do Ano Lectivo 97/98 da Academia da Força Aérea, em Sintra

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, uma recepção aos participantes na XV Conferência Internacional de Lisboa, organizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais

Dia **22**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 1.º Encontro Internacional «A Mediação, Uma Cultura de Paz», em Lisboa

¶ Assistiu à Gala de Apresentação do Filme «Elas», de Luís Galvão Teles, no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

- o Presidente do Partido Social-Democrata, Marcelo Rebelo de Sousa
- o Embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Knopfli
- o Embaixador de Portugal na Índia, Marcelo Curto
- o Presidente da AMI — Assistência Médica Internacional, Fernando Nobre

Dia **23**

em Gondomar

¶ Presidiu à Cerimónia de Inauguração da Fundação Júlio Resende, em Gondomar

Recebeu em audiência:

- o Presidente do CDS-Partido Popular, Manuel Monteiro

Dia **23**

¶ Assistiu ao espectáculo do Grupo «Rio Grande», em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Comunidade de Santo Egídio, Andrea Riccardi

Outubro 1997

Dias **27** a **30**

Visita Oficial aos Países Baixos:

¶ Efectuou uma Visita Oficial aos Países Baixos a convite da Rainha Beatriz, tendo sido homenageado com um banquete no Palácio de Noordeinde. Pronunciou um discurso perante os Estados Gerais e avistou-se com o Primeiro-Ministro, Wim Kok. Prestou uma homenagem a Espinoza, foi recebido oficialmente na Câmara Municipal de Haia e na Câmara Municipal de Roterdão, tendo oferecido uma recepção à Comunidade Portuguesa naquela cidade. Visitou o Tribunal Internacional de Justiça, onde pronunciou um discurso.

Novembro 1997

Dia **1**

¶ Assistiu ao Espectáculo «Godinho no Mundo», do cantor Sérgio Godinho, no Coliseu dos Recreios

Dia **3**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Comissário Europeu, Neil Kinnock

¶ Presidiu ao lançamento do CD «Contra o Racismo», em Lisboa

Recebeu em audiência:

• a Presidente do CIDAC — Centro de Documentação e Informação Amílcar Cabral, Luísa Teotónio Pereira

Dia **4**

¶ Esteve presente na apresentação do Relatório Anual sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia-1997, no Observatório da Droga e da Toxicodependência, em Lisboa

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura das Comemorações do 40.º Aniversário do Edifício da Faculdade de Letras, em Lisboa

NOVEMBRO 1997

Recebeu em audiência:

- o Comandante Supremo Aliado da Europa (SACEUR), General Wesley Kanne Clark
- o Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Bernard Friedmann

Dia 5

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio «Portugal na Transição do Milénio», em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal na Noruega, Joaquim Caimoto Duarte
- o Embaixador de Portugal na Argentina, Marcelo Mathias

Dias 6 a 8

VII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo:

¶ Participou na VII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, na Ilha Margarida, tendo proferido um discurso na cerimónia de encerramento, na sua qualidade de anfitrião da Cimeira a realizar-se em 1998, no Porto. Na ocasião manteve, entre outros, encontros com o Rei de Espanha, o Presidente da Argentina e o Secretário-Geral da ONU.

Dias 9 a 12

Visita de Estado à República da Venezuela:

¶ Efectuou uma Visita de Estado à República da Venezuela, a convite do Presidente Rafael Caldera, com quem manteve reuniões de trabalho no Palácio de Miraflores, tendo sido homenageado com um almoço em «La Casona» e com uma recepção na «Casa Amarilla». Discursou perante o Congresso Federal reunido em sessão plenária e foi recebido solenemente na Alcadia do Município do Libertador. Visitou a Junta Directiva dos Petróleos da Venezuela, a Universidade Central da Venezuela e o Consulado-Geral de Portugal em Caracas. Ofereceu uma recepção à Comunidade Portuguesa no Centro Português de Macaracuay.

Novembro 1997

Dia 15

¶ Presidiu à Abertura do II Congresso de Desporto
¶ Condecorou, no Palácio de Belém, os Embaixadores Francisco Knopfli, Roberto Pereira de Sousa, Pedro Catarino, João Quintela Paixão e Rui Quartim Santos, tendo-lhes oferecido de seguida um almoço

Recebeu em audiência:
• o Embaixador de Portugal em Pretória, Manuel Fernandes Pereira

Dia 17

¶ Visitou a Exposição «The POP 60's — Travessia Transatlântica», no Centro Cultural de Belém
¶ Visitou as obras de recuperação do Palácio Fronteira, em Lisboa

Recebeu em audiência:
• o Líder Parlamentar do PS da Madeira, Fernão Rebelo de Freitas
• o Ministro Plenipotenciário, João Lima Pimentel
• o Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Manuel Serra

Dia 18

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do VIII Congresso das Comunicações, na Feira Internacional de Lisboa

Dia 19

¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento das Comemorações do Bicentenário do Hospital da Marinha
¶ Presidiu à Sessão Solene de Encerramento das Comemorações do 50.º Aniversário do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa

Novembro 1997

Dia **20**

¶ Presidiu, na Torre do Tombo, à Sessão Comemorativa do 10.º Aniversário do Centro de Formação Profissional dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias — CITEFORMA, prestando na ocasião uma homenagem a António Janeiro

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço, a várias personalidades ligadas ao sector empresarial das águas

¶ Presidiu à Cerimónia de Condecoração do Bergantim Real, com o «International Maritime Heritage Award», no Museu de Marinha, em Lisboa

Dia **22**

em Coimbra:

¶ Presidiu ao painel «as Fundações Instituídas pelo Estado», no quadro do 3.º Encontro Nacional das Fundações

em Guimarães:

¶ Presidiu à Cerimónia do Capítulo — Insigniação dos Escudeiros, Entronização dos Infanções e Confrades de Honra, da «Confraria Gastronómica da Panela ao Lume», no Paço dos Duques de Bragança

¶ Integrado nas Comemorações dos 75 anos do Vitória Sport Clube de Guimarães, presidiu à Cerimónia de Inauguração do Pavilhão Gimnodesportivo

Dia **23**

¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Congresso Internacional do 3.º Centenário do Padre António Vieira, na Universidade Católica de Lisboa

Dia **24**

¶ Presidiu à Conferência «Prevenção do Racismo no Local de Trabalho — da Teoria à Prática», em Lisboa

¶ Presidiu ao Dia Nacional da Cultura Científica, na Academia das Ciências, em Lisboa

Novembro 1997

Recebeu em audiência:
• o Director da GENI (Global Education Network Initiative) da UNESCO, Mihajlo Mesarovic
• os Ministros da Defesa dos Países de Língua Oficial Portuguesa

Dia **25**

¶ Presidiu ao Colóquio «Direito à Vida Privada e Liberdade», em Lisboa
¶ Em resultado da remodelação governamental, conferiu posse, no Palácio de Belém, aos novos Ministros

em Baião

¶ Visitou a Casa de Tornes e presidiu a uma Sessão Solene na Fundação Eça de Queiróz

Dia **26**

em Santa Maria da Feira

¶ Presidiu à Sessão de Apresentação do Programa Infante, no Europarque

em Oliveira do Bairro

¶ Visitou a fábrica da RECER, em Oliveira do Bairro

em Coimbra

¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa dos 25 Anos da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
¶ Visitou, no Centro Académico, a Exposição «Fora de Cena», e no Edifício das Caldeiras a Exposição «Tuga», integrada nos Encontros de Fotografia de Coimbra

Dia **27**

¶ Em resultado da remodelação governamental, conferiu posse, no Palácio de Belém, aos novos Secretários de Estado

Recebeu em audiência:
• o Forum Luso Asiático
• o ex-Secretário de Estado da Cultura, Rui Vieira Nery
• o Presidente do Banco Atlântico, Abdulmohsen Y. Al Hunaif e outros membros da Administração

Novembro 1997

Dia **28**

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 97/98, no Instituto de Defesa Nacional
¶ Assistiu ao Concerto do Grupo «Xutos e Pontapés», no Coliseu dos Recreios

Dia **29**

Na Madeira
¶ Presidiu à Inauguração do Centro «Porta Amiga» e da Delegação da Assistência Médica Internacional — AMI, no Funchal
¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do XXIII Congresso Nacional da Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, no Funchal

Dia **30**

¶ Foi o convidado de honra no concerto seguido de jantar, oferecido pelo Embaixador de França em Lisboa

Recebeu em audiência:
• o realizador norte-americano, Artur Penn

Dezembro 1997

Dia **1**

¶ Presidiu à cerimónia comemorativa da Restauração da Independência Nacional, na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em Lisboa
¶ Assistiu ao Concerto de Maurizi Pollini, na Fundação Calouste Gulbenkian
¶ Assistiu ao espectáculo de Daniela Mercury, no Coliseu dos Recreios

Dezembro 1997

Dia **2**

¶ Visitou, depois das obras de restauro, a Igreja de São Domingos, em Lisboa
¶ Visitou a Exposição «Picasso e o Mosqueteiro 1967-1972», no Museu do Chiado
¶ Presidiu à Sessão Solene da entrega do Prémio SECIL de Engenharia Civil — 1997, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Lisboa
¶ Assistiu à peça «As obras completas de William Shakespeare», no Teatro Mário Viegas, em Lisboa

Dia **3**

¶ Presidiu à «Cerimónia Conjunta de Juramento de Honra, Bandeira e Entrega das Espadas», na Academia Militar na Amadora
¶ Presidiu à Cerimónia de Entrega dos Prémios do Pen Clube, na Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa

Recebeu em audiência:

• o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Pedro Ribeiro de Menezes

Dia **4**

¶ Assistiu à espectáculo «Sweeney Todd», no Teatro Nacional D. Maria II

Recebeu em audiência:

• o ex-Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira

Dia **6**

¶ Assistiu à Gala da «Apoiarte», no Teatro Politeama, em Lisboa

Dia **9**

¶ Assistiu, na Embaixada da Hungria, à condecoração com a Medalha de Ouro da República da Hungria de Alexander Reinhardt, democrata húngaro, residente em Portugal

DEZEMBRO 1997

¶ Presidiu à cerimónia de lançamento da Fundação Paz e Democracia Monsenhor Martinho da Costa Lopes, na Assembleia da República

Recebeu em audiência:

- uma Delegação da Missão Empresarial Asiática a Portugal
- uma Delegação do Corpo Nacional de Escutas
- a Associação das Testemunhas de Jeová

Dia 10

¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do 49.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em Lisboa
¶ Conferiu Posse ao Secretário-Geral da Presidência da República, José Vicente de Bragança

Recebeu em audiência:

- o Arquitecto, João Carrilho da Graça
- os Arquitectos, Paula Pinheiro e Rui Barreiros Duarte
- a Presidente da Assembleia Legislativa de Macau, Anabela Ritchie

Dia 11

¶ Concedeu uma entrevista à Televisão Grega — ERT
¶ Condecorou, no Palácio de Belém, a ex-Embaixadora dos Estados Unidos da América, Elisabeth Bagley
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço em honra do Presidente da Xunta da Galicia, Manuel Fraga Iribarne
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar a cientistas

Recebeu em audiência:

- o Director do Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência, Georges Estivenart
- a Direcção do Sport Lisboa e Benfica
- a actriz Maria do Céu Guerra, o encenador Helder Costa e o historiador Francisco Ramos, autores do projecto para a televisão «O Português Errante»

Dezembro 1997

Dia **12**

Recebeu Cartas Credenciais dos Embaixadores:

- da Roménia, Mihai Zamfir
- da República da Eslovénia, Matjaz Kovacic

Dia **15**

¶ Visitou a Escola Prática de Polícia (EPP), em Torres Novas

Dias **15** a **17**

No âmbito das «Visitas de Natal 1997»:

¶ Visitou o Hospital Prisional de São João de Deus, em Caxias

¶ Visitou o Estabelecimento Prisional de Lisboa

Dia **16**

¶ Assistiu ao Espectáculo de Natal do Circo Chen, com crianças suas convidadas, provenientes da Zona Oeste de Lisboa

¶ Visitou o Hospital Pulido Valente, em Lisboa

Dia **17**

¶ Visitou o Centro Social da Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, no Porto

¶ Visitou o Colégio dos Órfãos, no Porto

¶ Assistiu ao Lançamento do livro «A Lenda dos Homens do Vento» de Fernando Fonseca Santos, em Lisboa

Dia **18**

¶ Recebeu cumprimentos de Boas-Festas e Ano Novo apresentados pelo Governo

Dia **19**

¶ Recebeu cumprimentos de Boas-Festas e Ano Novo apresentados pelos Chefes de Estado Maior General das Forças Armadas e dos ramos.

DEZEMBRO 1997

¶ Conferiu posse à Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas
¶ Assistiu à Festa de Natal da Presidência da República

Dia 20

¶ Inaugurou a Exposição «O Natal e a Criança», no Palácio de Belém
¶ Assistiu à ante-estreia do filme «Tentação», de Joaquim Leitão, na Fundação Calouste Gulbenkian

Dia 22

Recebeu os cumprimentos de Boas Festas e Ano Novo:

- da Mesa da Assembleia da República
- do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça
- do Tribunal Constitucional

Recebeu em audiência:

- uma Delegação de Presidentes de Universidades da República Popular da China

Dia 30

¶ Gravou, no Palácio de Belém, a Mensagem de Ano Novo

JANEIRO 1998

Dia 5

¶ Gravou uma Mensagem de Ano Novo para o canal RTP-África

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Estocolmo, Paulo Castilho
- o Embaixador de Portugal na REPER, Vasco Valente
- o Embaixador de Portugal na ONU, António Monteiro
- o Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, Hubert Védrine
- o Partido Socialista

Janeiro 1998

Dia 6

¶ Assistiu à Missa celebrada no âmbito das comemorações do 5.º Centenário da Fundação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na Sé Patriacal
¶ Recebeu, no Palácio de Belém, vários grupos que lhe foram «Cantar as Janeiras»
¶ Recebeu os cumprimentos de Boas Festas e Ano Novo do Conselho de Estado

Recebeu em audiência:
- o Embaixador de Portugal em Riade, Pedro Vasconcelos e Castro
- o Embaixador de Portugal em Havana, Augusto Carvalho Faria
- o Embaixador de Portugal em Nova Delhi, Marcelo Curto

Dia 8

¶ Presidiu ao Conselho Superior de Defesa Nacional

Recebeu em audiência:
- o Partido Comunista Português
- o Partido Ecologista «Os Verdes»

Dia 9

nos Açores, em Ponta Delgada
¶ Presidiu à Sessão Solene Comemorativa do 22.º Aniversário da Universidade dos Açores

Dia 10

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Colóquio «A Moeda Única na Reinvenção da Europa», em Coimbra
¶ Presidiu ao Encontro Nacional da Comunidade Evangélica, em Lisboa
¶ Assistiu à Ópera «Os Mestres Cantores de Nuremberga», de Richard Wagner, no Teatro Nacional de São Carlos

JANEIRO 1998

Dia **12**

¶ Recebeu os cumprimentos do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, no Palácio Nacional de Queluz
¶ Presidiu, no Palácio Nacional da Ajuda, ao concerto e jantar que ofereceu em honra do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Presidente da Universidade de Paris-Sorbonne, Gendreau-Massaloux
- o Embaixador de Portugal em Montevideu, José Barbosa Ferreira
- o Embaixador de Portugal em Kinshasa, João Versteeg
- o Embaixador de Portugal na Praia, Eugénio Anacoreta Correia

Dia **13**

¶ Visitou o Clube Militar Naval, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal em Sófia, Heitor Maia e Silva
- o Embaixador do Zimbabwe em Lisboa, Joey Bimha
- uma Delegação da Associação de Representantes dos Estabelecimentos do Ensino Particular
- o Presidente da Confederação da Associação de Pais, Fernando Gomes

Dia **14**

¶ Presidiu à Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- a Embaixadora de Portugal em Windhoek, Maria do Carmo Allegro
- o Embaixador de Portugal em Moscovo, José Luis Gomes
- o Embaixador de Portugal em Rabat, António Valente

Dia **15**

¶ Visitou as instalações do Centro Científico e Cultural de Macau, em Lisboa

Recebeu em audiência:

- o Embaixador de Portugal no Quénia, José da Costa Pereira

Janeiro 1998

Dia **16**

¶ Presidiu ao Conselho de Estado

Dias **18** a **24**

No âmbito da «Semana da Educação»:

Dia **18**

¶ Apresentou os objectivos e o programa da «Semana da Educação», no Palácio de Belém

Dia **19**

no Porto

¶ Visitou o Centro Social do Carriçal
¶ Visitou a Escola do 1.º Ciclo do Bairro de São Tomé
¶ Visitou a Escola EB-2-3 do Bairro do Cerco

em São Torcato (Guimarães)

¶ Visitou a Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais

em Vila Nova de Famalicão

¶ Presidiu à Assembleia Constitutiva do Conselho Local de Educação, na Biblioteca Municipal

Dia **20**

em Vila de Aves

¶ Visitou a Escola n.º 1 da Ponte, onde participou numa «Assembleia de Escola»

em Baião

¶ em Mafômedes encontrou-se com duas jovens alunas que abandonaram a escola, devido ao isolamento da aldeia em que residem
¶ Visitou a Escola do 1.º Ciclo da Prieira

em Santa Marinha do Zêzere

¶ Visitou a Escola EB-2-3

JANEIRO 1998

Dia **21**

em Torredeita (Viseu)

¶ Visitou a Escola Profissional de Torredeita / Fundação Joaquim dos Santos

em Aveiro

¶ Assistiu, no Centro Cultural de Congressos, a um espectáculo promovido por várias Escolas Profissionais e Artísticas

Dia **22**

no Entroncamento

¶ Visitou a FERNAVE — Centro de Formação Profissional

em Abrantes

¶ Visitou a Escola Secundária Solano de Abreu

em Vila de Rei

¶ Visitou o Centro de Cultura e Animação Comunitária

na Chamusca

¶ Visitou a Escola de Adultos

Dia **23**

em Grândola

¶ Visitou a Escola Primária n.º 1, onde manteve contacto com um aluno deficiente que utiliza meios informáticos para a sua aprendizagem

¶ Visitou, em Santo André o Cento de Actividades Pedagógicas Alda Guerreiro, onde inaugurou a Exposição «Ciência Viva»

em Santiago do Cacém

¶ Visitou a Escola Secundária Manuel da Fonseca,

¶ Esteve presente no Lançamento do Livro «Educação — Memórias e Testemunhos»

Janeiro 1998

em Setúbal

¶ Participou, no Conventinho da Arrábida no Debate «A Educação e o Futuro»

¶ Ofereceu, na Pousada de Palmela, um jantar a Professores, Associações de Professores e Representantes das Instituições de Formação de Professores

Dia **24**

¶ Recebeu, no Palácio de Belém, representantes das Associações de Estudantes do Ensino Secundário de todo o país e ofereceu-lhes um almoço, no Museu da Electricidade, em Lisboa

¶ Presidiu, na Assembleia da República, a um encontro entre estudantes do ensino secundário e vários órgãos institucionais e partidos com assento no Parlamento

¶ Presidiu à cerimonia de Encerramento da «Semana da Educação», tendo agraciado diversas personalidades ligadas à Educação, no Palácio Nacional da Ajuda

Dia **26**

Recebeu em audiência:

- o Governador do Estado da Bahia, Paulo Ganem Souto
- o Presidente do Tribunal de Contas, Alfredo de Sousa
- a UDP — União Democrática Popular
- uma Delegação da Ordem dos Farmacêuticos

Dia **29**

Recebeu em audiência:

- os Dirigentes Timorenses, Ramos Horta, João Carrascalão e José Luís Guterres
- uma Delegação da Associação dos Amigos de Monserrate
- o Presidente do Senado da Roménia, Petre Roman

JANEIRO 1998

Dia **30**

¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um jantar em honra do Presidente da Junta de Castilha-León, Juan José Lucas

Recebeu em audiência:

- o Professor da Universidade de Cornell, Bendict Anderson
- o Presidente da Fundação Rei Afonso Henriques, Miguel Cadilhe

FEVEREIRO 1998

Dia **2**

Recebeu em audiência:

- o Partido Socialista
- o Partido Social-Democrata
- o CDS-Partido Popular
- o Partido Comunista Português
- o Partido Ecologista «Os Verdes»
- a Direcção da Sociedade Portuguesa de Autores
- o Embaixador, António Costa Lobo
- o Presidente da FIFA, João Havelange
- o Presidente do Banco Comercial Português, Jorge Jardim Gonçalves

Dia **3**

Recebeu em audiência:

- o Chefe da Missão Temporária em Sarajevo, António Tanger
- o Secretário-Geral do PSOE, Joaquín Alminua

Dia **4**

Recebeu em audiência:

- o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Vietnam, Nguyen Manh Cam
- o Presidente da Fundação Aga Khan em Portugal, Nazim Ahmad

Fevereiro 1998

- o Presidente da FERPINTA, Fernando Pinto
- o Presidente da União das Misericórdias, Victor Melícias
- o Embaixador de Portugal no Perú, Alexandre Almeida Fernandes

Dia 5

Recebeu em audiência:

- o Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau, Carlos Correia

Dia 6

¶ Presidiu, no Palácio Nacional da Ajuda, ao Jantar de Gala do Bazar Internacional do Corpo Diplomático

Recebeu em audiência:

- a Direcção Nacional da Associação Sindical dos Juízes Portugueses
- o Secretário-Geral do Conselho da Europa, Daniel Tarschys

Dia 9

¶ Recebeu, no Palácio de Belém, o ex-Presidente Mário Soares para a cerimónia de instalação do seu retrato, na Galeria dos Presidentes, oferecendo de seguida um almoço em sua honra

Recebeu em audiência:

- o Presidente da Associação Sino-Lusitana, Wong Sing Wa e dirigentes fundadores desta associação
- o Presidente do Partido Social-Democrata dos Açores, Carlos Costa Neves

Dia 10

¶ Visitou o Instituto de Altos Estudos Militares, onde se realizou o Exercício CPX-Vigreste

Dia 11

¶ Concedeu uma entrevista à revista «Golfe European»

¶ Presidiu à Sessão de Homenagem ao Professor Arnaldo Sampaio, na Direcção Geral de Saúde, em Lisboa

FEVEREIRO 1998

¶ Esteve presente na Gala Inaugural do «Festival dos 100 Dias» da EXPO 98, no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

- a Direcção da Confederação do Turismo Português
- o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Pedro Sousa Macedo

Dia **15**

¶ Assistiu, no Teatro Cinearte — «A Barraca», à peça de Helder Costa, «Queres ser Ministro?»

Dia **16**

¶ Assistiu à Ópera «O Noivado do Mosteiro», de Sergei Prokofiev, no Centro Cultural de Belém

Dias **17** a **19**

Visita a Estrasburgo:

¶ Efectuou uma Visita Oficial ao Parlamento Europeu, onde pronunciou um discurso perante o Plenário reunido em sessão solene. Foi homenageado com um almoço pelo Presidente do Parlamento Europeu, José Maria Robles, encontrou-se com os funcionários portugueses daquela instituição, reuniu-se com os co-Presidentes do Intergrupo de Timor do PE e ofereceu um jantar em honra dos Deputados portugueses ao Parlamento Europeu

Dia **20**

¶ Presidiu à Sessão Solene do III Congresso do Ensino Superior Politécnico, em Lisboa

¶ Assistiu à Ópera «O Navio Fantasma», de Richard Wagner, no Centro Cultural de Belém

Dia **21**

¶ Assistiu a um concerto da Orquestra do Tonhalle de Zurique, no Coliseu dos Recreios

Fevereiro 1998

Dia **25**

¶ Assistiu ao Lançamento do Livro «A Igreja de São Paulo de Macau», de Gonçalo Couceiro, na Fundação Oriente, em Lisboa
¶ Presidiu ao Jantar da Associação da Imprensa Estrangeira, onde procedeu à entrega do galardão «Figura do Ano» a António Mega Ferreira, no Estoril

Dia **26**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Congresso do Sindicato dos Jornalistas, em Lisboa
¶ Assistiu ao Concerto Coral Sinfónico da Companhia do Teatro Mariinski (Kirov) de São Petersburgo, no Centro Cultural de Belém

Recebeu em audiência:

- o Partido Ecologista «Os Verdes»
- o Partido Comunista Português
- o CDS-Partido Popular
- o Partido Social-Democrata
- o Partido Socialista

Dia **27**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do Seminário Internacional «Direitos dos Eleitores», na Universidade Moderna, em Lisboa
¶ Foi o convidado de honra num almoço com os Embaixadores da União Europeia acreditados em Lisboa, na residência oficial do Embaixador do Reino Unido, em Lisboa
¶ Assistiu, no Teatro Nacional D. Maria II à peça «Rei Lear», de William Shakespere, agraciando o actor Rui de Carvalho

Dia **28**

¶ Presidiu à Sessão de Abertura do III Congresso da SEDES, em Lisboa
¶ Presidiu à Sessão Solene das Comemorações do 195º Aniversário do Colégio Militar, em Lisboa

em Mafra

¶ Presidiu à Sessão Inaugural do Parque Desportivo Municipal

FEVEREIRO 1998

no Porto
¶ Presidiu à Sessão de Encerramento do Festival Internacional de Cinema do Porto «Fantasporto»

MARÇO 1998

Dia **2**
¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 1.º Encontro dos Jornalistas de Línguas Ibéricas, na Fundação Calouste Gulbenkian
¶ Ofereceu, no Palácio de Belém, um almoço a alguns dos participantes do 1.º Encontro dos Jornalistas de Línguas Ibéricas
¶ Esteve presente no Lançamento do livro «Outras Canções» de Luís Filipe Castro Mendes, no Palácio dos Marqueses de Fronteira

Dia **3**
¶ Presidiu, em Coimbra, à Sessão de Abertura do Colóquio «Os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade de Informação»

Dia 4
¶ Presidiu à Sessão de Abertura do 70.º Aniversário da Junta Autónoma das Estradas, em Almada
¶ Esteve presente no Lançamento do I Volume sobre o Património Arquitectónico da Segurança Social, em Lisboa
¶ Inaugurou a Exposição «Expresso 25 Anos», no Museu da Electricidade, em Lisboa

Recebeu em audiência:
• o Presidente da Alta Autoridade para a Comunicação Social, José Maria Gonçalves Pereira
• o Presidente da Comissão Directiva da Aporvela, Luís Guimarães Lobato

Março 1998

Dia **5**

Recebeu em audiência:

• o Presidente Mundial da REPSOL, Alfonso Cortina de Alcocer

Dias **7** e **8**

No âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher, no Porto

Dia **7**

¶ Visitou o Centro de Atendimento para Prostitutos e Prostitutas

¶ Ofereceu, no Palácio da Bolsa, um jantar às mulheres eleitas para Presidentes de Câmaras Municipais

Dia **8**

em Braga

¶ Presidiu à Sessão Comemorativa do Dia Internacional da Mulher, onde agraciou algumas mulheres que se distinguiram em diversas áreas, oferecendo de seguida um almoço, em honra das agraciadas e convidados

Nota: No âmbito do seu relacionamento institucional com o Governo, recebeu semanalmente, às quintas-feiras, o Primeiro-Ministro, António Guterres, bem como, regularmente e quando tal se justificou, Membros do Governo, Deputados à Assembleia da República e Membros do Conselho de Estado.

Coordenação: Alberto Laplaine Guimarães
José Manuel dos Santos

Colaboração: Clara Chambel

Orientação gráfica: José Brandão

Fotografias: Orlando Teixeira
Jorge Brilhante
Abel Dias
Carlos Silva

Capa: José Brandão

Da presente edição fez-se
uma tiragem normal de 2300 exemplares
em papel *IOR* de 80 grs./m^2

Acabou de imprimir-se
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda
aos 30 de Julho de 1998

EDIÇÃO 130 000 1017
CÓDIGO 292 233 000
ISBN 972-27-0905-4

DEP. LEGAL N.º 000 000/98